

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Dinâmicas da actividade dos idosos agricultores em Trás-os-Montes

Sílvia de Freitas Moreira Nobre

Vila Real, 2009

Tese original submetida à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para obtenção do grau de Doutor em Ciências Agro-Sociais, ao abrigo do Decreto-Lei 216/92, de 13 de Outubro.

Agradecimentos

Gostaria de deixar aqui expresso o meu agradecimento a diversas pessoas que, ao longo do percurso deste trabalho, me apoiaram de diferentes formas e com diversas contribuições.

Ao Professor Catedrático José Francisco Gandra Portela da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, agradeço a disponibilidade para a orientação desta dissertação, traduzida em múltiplas discussões, conceptuais, metodológicas e de forma, em inúmeras leituras críticas e constantes sugestões.

Pelas leituras parciais ou integrais, com sugestões de ajuste e reformulação, ou não, bem como pela indicação de bibliografia, agradeço também às/aos Professoras/es Ana Fernandes, A. Cristóvão, J.F. Almeida, F.O. Baptista, Manuela Ribeiro e P. Hespanha.

À Professora Maria do Loreto Monteiro e ao Professor Fernando Sousa da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, muito agradeço pelo apoio e esclarecimentos acerca da floresta e da criação de vacas de raça mirandesa, em Trás-os-Montes, bem como pelos contactos e facilidades junto da *Arborea*, Floresta Verde e Associação de Criadores de Gado Bovino Mirandês, fundamentais na possibilidade de concretização do trabalho de campo.

No terreno, foi também fundamental a disponibilidade, interesse e apoio de Dirigentes e Técnicos das organizações contactadas, a quem agradeço, particularmente à Eng^a Dina Aveiro da Associação de Criadores de Gado Bovino Mirandês, ao Dr. E. Roxo e ao Eng^o. António Borges da *Arborea*, e ao Eng^o. Altino Geraldes da Floresta Verde.

Ao Jorge Laranjinha, Luísa Pires e Maria Manuela Morais, colaboradores na recolha de informação junto dos agricultores idosos, agradeço a prontidão e rigor com que executaram as tarefas, trazendo ainda sugestões metodológicas e interpretativas.

Agradeço ainda todos aqueles que na Escola Superior Agrária, me ajudaram das mais diversas formas. Uma palavra de agradecimento particular para a Alzira

Costa e a Edite Oliveira com quem quotidianamente mais proximamente trabalho e que por isso, mais acompanharam e apoiaram os trabalhos desenvolvidos.

Por fim agradeço ao Tomás, ao Pedro e ao Henrique que seguindo esta jornada de uma perspectiva mais próxima, não escaparam também a envolver-se em múltiplas tarefas. Em particular o Pedro que no Verão de 2003, com cumplicidade, me acompanhou em parte do trabalho de campo.

Resumo

Constitui objecto deste estudo a adaptação de indivíduos idosos a novas modalidades de trabalho na agricultura face às crescentes limitações que se lhes vão deparando. Com uma abordagem situada no plano da actividade, aí ressaltam a(s) adaptação(ões) do modo de execução do trabalho agrícola.

O estudo empírico realizou-se em Trás-os-Montes e o universo operacional escolhido incluiu idosos criadores de vacas Mirandesas e idosos que florestaram terras agrícolas. A recolha de informação compreendeu a utilização de estatísticas de organizações – Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, Associação de Produtores Florestais *Arborea*, Empresa de Florestação Floresta Verde – e a inquirição directa de agricultores idosos cujas actividades se integram nas duas orientações produtivas referidas.

Dois eixos de análise – trabalho e relações intergeracionais – são essenciais para a prossecução do objectivo geral da investigação. Este é o de identificar modalidades de trabalho adaptadas à situação familiar, dependentes quer dos interesses patrimoniais, quer das produções obtidas, quer ainda dos rendimentos gerados.

As estratégias produtivas e de reprodução do património, em regra, articulam interesses familiares exteriores aos da esfera estrita do agregado doméstico, sendo as relações intergeracionais particularmente importantes para a sua compreensão. Remetem ainda para a discussão acerca do papel dos idosos agricultores no conjunto da sociedade e em particular para a reflexão sobre o modo como esses “activos” se relacionam com os sistemas de protecção social.

O estudo detalhado do trabalho de idosos em meio rural destaca um conjunto de factos que desmistifica algumas ideias feitas acerca dos agricultores idosos. Não há evidência que sejam avessos à utilização de novas técnicas nem à introdução de novas culturas. Mostrou-se que ao caminhar para modalidades de agricultura adaptadas às suas crescentes limitações, adoptam com frequência, dominam e aprendem a usar novas técnicas e novos equipamentos, adquirindo novos conhecimentos.

O conjunto de idosos activos observado valoriza património, responde às indicações das políticas agrícolas, trabalha adaptando-se quer às suas limitações físicas, quer às hipóteses de contribuições de mão-de-obra. Combinam assim rendimentos patrimoniais, de actividade, e de reformas.

Abstract

The object of this study is the adaptation of aged farmers to new working modes in agriculture in response to the increasing constraints they face with age. Based on an activity approach meant to highlight the adaptations in the performance of in-farm tasks.

The empirical study was carried out in Trás-os-Montes and focused on aged farmers raising “Mirandesa”, an autochthonous cattle breed, and those implementing afforestation projects in former cropland. Data collection phase comprised search on the records of organizations studied – “‘Mirandesa’ Cattle Breed Growers Association”, “‘Arborea’, Forest Producers Association”, “Floresta Verde’ Afforestation Company” – as well as interviews to aged farmers involved with the production areas previously mentioned.

Two axes of analysis – labour and intergenerational relationships – are essential to pursue the general objective of this research, which is to identify labour modes adapted to family condition, driven by property interests, or productions obtained, or even income.

Strategies of production and property reproduction often articulate family interests borne outside the household, making the analysis of intergenerational relationships very helpful to understand these mechanisms. Those relationships also bring on the discussion on the role played by aged farmers in society as a whole and in particular a reflexion on the ways this aged active population relates with social welfare.

The detailed study of aged labour in rural areas uncovers a set of facts that help redefine the traditional common vision on aged farmers. There is no evidence they have refused the use of new techniques, nor the introduction of new crops. The study shows that aged farmers when adjusting activities to their age constraints, willingly adopt, master and learn new techniques and how to use new equipment.

The set of aged farmers under study actively contributes to valuing property, responds to agricultural policies, adapts progressively either the workload to their physical constraints or to the farmhands supply. Hence, they are able to combine incomes from property, activity and pensions.

Índice

Agradecimentos	V
Resumo	VII
Abstract	IX
Índice	XI
Índice de Quadros	XV
Índice de Figuras	XVII
Introdução	1
Parte I – Envelhecimento Demográfico: papéis dos mais velhos, organização social e mecanismos de protecção	15
1 – Envelhecimento Demográfico, três dimensões da mesma questão	15
1.1 – Conceitos e abordagens	16
1.2 – Sociedade, velhice e protecção social	20
1.2.1 – Dos deveres da família e da Igreja ao direito à reforma.....	20
1.2.2 – Emergência do Sistema de Segurança Social em Portugal e a protecção da população rural.....	24
1.2.3 – A protecção social futura: entre a crise financeira e o novo pacto intergeracional.....	28
1.2.4 – O caso português nas tipologias de Regimes de Protecção Social	32
1.2.5 – Apoios formais à “Terceira Idade” em Portugal: equipamentos e serviços	35
1.3 – Sociedade, velhice e família: as redes sociais de apoio	45
1.3.1 – Relações intergeracionais: conceitos básicos (geração, família e agregado doméstico) e legados patrimoniais.....	46
1.3.1.1– Geração, família e agregado doméstico	46
1.3.1.2 – Relações intergeracionais: a transmissão do património	53
1.3.1.3 – Património fundiário: da reprodução social às ligações à terra	55
1.3.1.4 – As expectativas dos pais relativamente aos filhos	57
1.3.2 – Redes sociais de apoio formal e informal: breve apontamento	59
1.3.3 – Idosos em instituição	65
1.3.4 – Idosos na família	67
1.3.5 – Idosos em casa, sós ou com outros idosos por companhia	69
1.3.6 – Idosos rurais: mitos e problemas	73
1.4 – Sociedade, velhice e Trabalho	75
1.4.1 – Actividade e (in)actividade.....	76
1.4.2 – Trabalho industrial e trabalho na agricultura: breve discussão	78
1.4.3 – Custos da mão-de-obra envelhecida	80
1.4.4 – Discriminação dos activos envelhecidos	82
1.4.5 – (Des)Integração dos “envelhecidos” no mercado de trabalho	86
1.4.6 – De volta à questão da Segurança Social	91
Parte II – Idosos agricultores em Trás-os-Montes com duas orientações produtivas distintas	95
2 – Elementos para um referencial de estudo.....	95
2.1 – Breve contextualização da área de estudo.....	96
2.1.1 – Apresentação física e administrativa.....	96
2.1.2 – Demografia, envelhecimento e dependência dos idosos em Trás-os-Montes	98
2.1.3 – Idosos, Produtores e Produções Agrícolas em Trás-os-Montes	101
2.2 – Resenha das políticas agrárias em jogo: enquadramento e evolução da PAC	103
2.2.1 – PAC no tratado de Roma: as grandes linhas na reorganização do sector agrícola	103
2.2.2 – Política de Preços e de mercados	104
2.2.3 – Primeira proposta de uma Política de Estruturas – O Plano Mansholt	107
2.2.4 – Nova Política de estruturas	109
2.2.5 – As sucessivas revisões da PAC: da auto-suficiência alimentar ao eco-condicionalidade.....	111
2.2.6 – Adaptações da PAC: das sucessivas Reformas aos novos objectivos duma União Europeia sucessivamente alargada.....	111
2.3 – Delimitação de alguns conceitos e opções metodológicas	114

2.3.1 – Unidade de análise: a casa / família agrícola	119
2.3.2 – As Entrevistas	121
2.3.3 – Os Orçamentos-Tempo	124
3 – Idosos Agricultores criadores de vacas mirandesas	129
3.1 – Criadores de Mirandesa e suas famílias: perfis e actividade.....	130
3.2 – Actividade criação de vacas mirandesas	144
3.2.1 – Produtores de Mirandesas: evolução recente e sistema de produção	144
3.2.2 – O trabalho na criação de gado mirandês	150
3.2.3 – Ocupação do tempo: análise dos orçamentos-tempo.....	159
Síntese dos Orçamentos-tempo das Famílias-Explorações.....	194
3.2.4 – Calendários de actividades de duas casas agrícolas: das tarefas ao longo do ano à organização do trabalho.....	198
3.2.5 – Notas síntese acerca do trabalho dos idosos criadores de vacas mirandesas.....	213
3.2.5.1 – Criação de vacas mirandesas: da repetição à flexibilidade	213
3.2.5.2 – “Trabalho com as vacas” versus mecanização	214
3.2.5.3 – Maneio tradicional: um sistema onde reina a mobilidade	216
3.2.5.4 – Tradição e modernidade de um modo de vida	218
3.3 – Rendimento e encargos na actividade criação vacas mirandesas	219
3.3.1 – A comercialização dos vitelos.....	220
3.3.2 – As Margens Brutas e os encargos com a Segurança Social	221
3.4 – As relações intergeracionais.....	225
3.4.1 – Os caminhos dos filhos	225
3.4.2 – Atitudes dos filhos face à actividade dos pais.....	226
3.4.2.1 – As ajudas dos filhos nas actividades agrícolas	227
3.4.2.2 – Abastecimento em produtos agrícolas	229
3.4.2.3 –O futuro: perspectivas de continuidade da actividade e o património	230
3.5 – Breve nota acerca do futuro da criação de vacas mirandesas	231
4 – Idosos em meio rural com florestação de terras agrícolas.....	235
4.1 – Proprietários florestais e suas famílias: perfis e actividades	238
4.2 – A florestação de terras agrícolas	246
4.2.1 – Motivações e escolha das terras a florestar	246
4.2.2 – Acção das entidades de apoio à florestação	249
4.2.2.1- A florestação de terras agrícolas da Floresta Verde	249
4.2.2.2 - A florestação de terras agrícolas da <i>Arborea</i>	254
4.2.3 – Trabalho – as práticas culturais na floresta	261
4.2.3.1 - Mobilizações do terreno e plantação	262
4.2.3.2 - A manutenção dos povoamentos	266
4.2.3.3 - Retancho	267
4.2.3.4 - As limpezas de vegetação	268
4.2.3.5 - A manutenção no futuro	272
4.2.3.6 - Desramações	274
4.2.3.7 - A mecanização do trabalho na floresta	276
4.2.4 – O Castanheiro – dupla aptidão dos soutos plantados: madeira versus castanha.....	277
4.2.4.1 - A enxertia	278
4.2.4.2 - A apanha da castanha	278
4.3 – Rendimentos e encargos da floresta.....	282
4.3.1 – Rendimento gerado pela florestação de terras agrícolas	282
4.3.1.1 - O subsídio à perda de rendimento.....	283
4.3.1.2 - O rendimento do souto	286
4.3.1.2.1 - As lenhas provenientes das podas e desramas	287
4.3.1.2.2 - Os cogumelos	288
4.3.1.2.3 - A produção de castanha	291
4.3.2 – Os custos de um hectare de souto: preponderância do encargo da mão-de-obra	293
4.4 – Relações Intergeracionais.....	296
4.4.1 – Relações Familiares	296
4.4.1.1 – A geração anterior.....	296
4.4.1.2 – Os filhos e os netos.....	298

4.4.2 – Relações técnicos versus proprietários.....	304
5 – Criação de Mirandesas e Florestação de Terras Agrícolas: apreciação em paralelo dos agricultores idosos nas duas orientações da produção	307
5.1 – Idades dos idosos em Meio Rural: criadores de vacas versus proprietários florestais	307
5.2 – De contribuintes da Segurança Social a Pensionistas	309
5.2.1 – Actividade agrária acrescida ou não de pensão de reforma	309
5.2.2 – O pagamento da Segurança Social	311
5.2.3 – As várias reformas	312
5.2.4 – As relações com os serviços de Segurança Social.....	313
5.3 – Da Criação de vacas mirandesas à Florestação de terras agrícolas	315
5.3.1 – Calendário de actividades de duas casas agrícolas com e sem vacas.....	316
5.4 – Idosos em meio rural: rupturas e adaptações	321
5.5 – Manutenção de modos de vida em meio rural com solidariedades públicas e privadas: brevíssimo apontamento.....	322
Parte III – Políticas Agrárias e Políticas Sociais	323
6 – Políticas Agrárias e Políticas Sociais – Reflexão a partir dos estudos de caso	323
6.1 – Diferentes medidas e incentivos da PAC nos estudos de caso	325
6.1.1 – Avaliação do impacto das Medidas da PAC: Criadores de Vacas Mirandesas	328
6.1.2 – Avaliação do impacto das Medidas da PAC: Florestação de terras agrícolas	332
6.2 – Políticas Sociais: Pagamentos à Segurança Social e Reformas	334
6.3 – Políticas Sociais: Discussão acerca de medidas urgentes para o meio rural	336
6.3.1 – Transportes e/ou Serviços transportados: duas grandes questões	340
6.3.2 – Dinâmica demográfica: a fixação de jovens em idade activa	343
6.4 – Brevíssima nota conclusiva.....	344
Conclusões.....	347
Bibliografia	355
Anexos.....	371

Índice de Quadros

Quadro 1.1 – Regimes de Protecção Social de Esping-Andersen	34
Quadro 1.2 – Valências de apoio à população idosa, capacidade instalada e número de utentes por Distrito (anos de 1998 e 2004).	36
Quadro 1.3 – Valências de apoio à população idosa, capacidade instalada e número de utentes no Continente, por resposta social (anos de 1998 e 2004).	38
Quadro 1.4 – Taxa de cobertura das Valências de apoio à população idosa por Distrito, em 2004.....	43
Quadro 1.5 – Proporção de respondentes que admitem existir discriminação no emprego face aos trabalhadores idosos: média e valores extremos na UE12.....	82
Quadro 2.1 – População residente e sua variação intercensitária (1991-2001).....	99
Quadro 2.2 – População Residente por classe de idade, Índice de Dependência de Idosos e Índice de Envelhecimento, em 2001	100
Quadro 2.3 – Produtores idosos e pré-idosos no total de produtores agrícolas.....	102
Quadro 3.1 – Número médio de horas diárias de trabalho e de lazer dos elementos idosos das famílias observadas, por género e época do ano	194
Quadro 3.2 – Número médio de horas diárias de trabalho com as vacas, com as culturas forrageiras e com tarefas domésticas, dos elementos idosos das famílias observadas, por género e época do ano	195
Quadro 4.1 – Proprietários florestais segundo classes de Idade e o local de residência	253
Quadro 4.2 – Idade dos associados da Arborea por local de residência	258
Quadro 4.3 – Local de Residência, Idade e Profissão dos associados da Arborea residentes no concelho de Bragança e Vinhais	259
Quadro 4.4 – Preços de venda de Míscaros (<i>Boletus aereus</i>) na região de Trás-os-Montes e na Galiza	290
Quadro 4.5 – Produção de castanha por árvore em Trás-os-Montes.....	293
Quadro 5.1 – Idade dos criadores de mirandesa e proprietários florestais, por sexo	308
Quadro 5.2 – Criadores de mirandesas e proprietários florestais reformados e não reformados por sexo	309

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Número de pensionistas e sua proporção na população activa e na população residente: evolução em Portugal de 1960 a 1998.	25
Figura 1.2 – Número de Pensionistas segundo o tipo de pensão (invalidez, sobrevivência e velhice): evolução em Portugal de 1960 a 1998.	27
Figura 1.3 – Despesa anual com pensionistas de todos os regimes: evolução em Portugal de 1960 a 1998.	30
Figura 1.4 – Respostas Sociais por Distrito em Portugal Continental: os números em 1998 e 2004	40
Figura 1.5 – Capacidade e número de utentes, em 2004, das valências para idosos, por Distrito.	42
Figura 1.6 – Taxa de Cobertura dos Equipamentos e Número de Valências para Idosos por Distrito, em 2004.	44
Figura 1.7 – Proporção dos que receberam formação no emprego, por escalão etário, por país e para o conjunto da UE15, em 1999.....	89
Figura 2.1 – Concelhos da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro.....	96
Figura 2.2 – Alto Trás-os-Montes e Douro (Nuts III) da Região Norte (Nut II)	98
Figura 3.1 – Agregados domésticos das Casas inquiridas: composição e idade dos seus elementos.....	132
Figura 3.2 – Filhos por Casa inquirida, respectivos locais de residência e idade	133
Figura 3.3 – Locais de residência dos filhos dos agricultores inquiridos.....	134
Figura 3.4 – Reforma e actividade dos agricultores inquiridos, por género	137
Figura 3.5 – Evolução do número de criadores e efectivos totais de vacas mirandesas da Associação de Criadores de Bovinos Mirandeses.....	145
Figura 3.6 – Idade dos Criadores da ACBRM, no Solar da Raça Mirandesa, em 1996,1999 e 2002.	146
Figura 3.7 – Distribuição do número de Criadores da ACBRM, no Solar da Raça Mirandesa, por classes de idade e de efectivo bovino (2002)	147
Figura 3.8 – Distribuição das diferentes classes de idade dos Criadores de Mirandesas no Solar da raça, pelas diversas classes de número de vacas.....	148
Figura 3.9 – Trabalho diário com as vacas (levar as vacas ao lameiro).....	151
Figura 3.10 – Trabalho diário com as vacas (tratar das camas dos animais)	152
Figura 3.11 – Trabalho diário com as vacas (alimentação no estábulo)	152
Figura 3.12 – Trabalho regular na exploração agrícola	156
Figura 3.13 – Participação dos agricultores idosos e filhos na exploração.	156
Figura 3.14 – Estrutura da Família 1, Miranda do Douro	163
Figura 3.15 – Diagrama das actividades realizadas pelos elementos da Família 1, em exploração com quatro vacas mirandesas	163
Figura 3.16 – Estrutura da Família 2, Miranda do Douro,	166
Figura 3.17 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 2 em exploração com nove vacas mirandesas	166
Figura 3.18 – Estrutura da Família 3, Miranda do Douro	169
Figura 3.19 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 3 em exploração com três vacas mirandesas.....	169
Figura 3.20 – Estrutura da Família 4,Miranda do Douro.....	172
Figura 3.21 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 4 em exploração com cinco vacas mirandesas.....	172
Figura 3.22 – Estrutura da Família 5, Vinhais	174
Figura 3.23 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 5 em exploração com três vacas mirandesas.....	176
Figura 3.24 – Estrutura da Família 6, Vinhais	177
Figura 3.25 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 6 em exploração com seis vacas.....	177
Figura 3.26 – Estrutura da Família 7, Vinhais	180

Figura 3.27 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 7 em exploração com quatro vacas mirandesas	180
Figura 3.28 – Estrutura da Família 8, Vinhais	183
Figura 3.29 – Diagrama das actividades realizadas por elemento da Família 8 em exploração com duas vacas mirandesas	183
Figura 3.30 – Estrutura da Família 9, Miranda do Douro	186
Figura 3.31 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 9 em exploração com sete vacas mirandesas	186
Figura 3.32 – Estrutura da Família 10, Miranda do Douro	189
Figura 3.33 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 10 em exploração com 3 vacas mirandesas	189
Figura 3.34 – Estrutura da Família 11, Vinhais	191
Figura 3.35 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 11 em exploração com 15 vacas mirandesas	193
Figura 3.36 – Estrutura da Família A, Bragança	201
Figura 3.37 – Estrutura da Família B, Bragança	207
Figura 3.38 – Margens brutas para diferentes efectivos (de uma a cinco vacas) e contribuições para a segurança social	223
Figura 3.39 – Participação (ou não) dos filhos com trabalho regular ou esporádico nas casas-explorações agrícolas dos pais	228
Figura 4.1 – Idade dos proprietários inquiridos	240
Figura 4.2 – Filhos por casa inquirida, respectivos locais de residência e idade	241
Figura 4.3 – Locais de residência dos filhos dos inquiridos	242
Figura 4.4 – Reforma e actividade dos agricultores inquiridos e respectivos cônjuges	244
Figura 4.5 – Distribuição dos produtores florestais por classes de idade: valores absolutos e percentuais	250
Figura 4.6 – Distribuição dos proprietários florestais por local de residência: valores percentuais	253
Figura 4.7 – Distribuição dos associados da <i>Arborea</i> por classes de idade: valores absolutos e percentuais	255
Figura 4.8 – Locais de residência dos associados: distribuição percentual	256
Figura 4.9 – Reforma e área de florestação de terras agrícolas	285
Figura 4.10 – Rendimento bruto e contratação de trabalho assalariado num hectare de suto.	295
Figura 5.1 – Idades (média, máxima e mínima) de criadores de mirandesas e proprietários florestais, por sexo	308
Figura 5.2 – Proporção de reformados e não reformados entre os criadores de mirandesas e proprietários florestais (apuramento por género)	310
Figura 5.3 – Distribuição ao longo do ano das diversas categorias de tarefas produtivas de duas casas agrícolas	317
Figura 5.4 – Distribuição ao longo do ano das diversas categorias de tarefas produtivas de duas casas agrícolas: situação actual e simulação da cessação de criação de Vacas	319

Introdução

O trabalho que aqui se apresenta situa-se num vasto domínio problemático decorrente do envelhecimento enquanto fenómeno demográfico e social, e nas suas interacções com a actividade e adaptação produtiva dos agricultores idosos. O tema encontra justificação em diversos contextos teóricos e empíricos. De um modo genérico, dá réplica ao desafio determinado por problemáticas de grande actualidade no panorama da investigação em Ciências Sociais e na Agronomia: das tendências demográficas às questões da Segurança Social, das políticas em matéria de protecção social à sua aplicação em contextos de rarefacção demográfica, das actividades produtivas agrárias à sustentabilidade dos territórios.

Estão pois inteiramente fora do quadro desta abordagem ao envelhecimento questões do campo da Psicologia e das Ciências da Saúde, embora este enquadramento científico venha a ser útil na clarificação de conceitos. Por sua vez, não é sobre os idosos dependentes, para o estudo dos quais os conhecimentos da Geriatria e da Gerontologia, por exemplo, poderiam contribuir, que o percurso de investigação se faz. Outrossim, são aqui objecto de interesse, idosos em actividade. Actividade empreendida no contexto social do meio rural e no quadro da economia agrária em que se situam e a que respondem; actividade que obriga ao enquadramento das relações dos idosos no todo social: dos papéis por eles assumidos, das relações com as outras gerações, em particular no seio da família, enfim das adaptações necessárias face às constantes mutações individuais e sociais. Assim, a abordagem escolhida situa-se mais no domínio do envelhecimento enquanto processo dinâmico, no sentido dos processos de contínua transformação e adaptação dos indivíduos, do que no da velhice, como estado.

A despeito da utilidade que, do ponto de vista da análise científica, encerra a distinção conceptual entre processo (envelhecimento) e estado (velhice), no quotidiano das sociedades as consequências operacionais dessa distinção não resultam tão evidentes. Na verdade, a dimensão demográfica do estrato etário que materializa o estado vem a ser, ela própria, uma das representações do processo, porventura a mais significativamente percebida. E será por via dessa dimensão que emergem, se desenvolvem e consolidam, numa sociedade que é também economia de mercado, actividades vocacionadas para responder às solicitações que resultam do envelhecimento. Envelhecimento e velhice constituem-se assim, e algo paradoxalmente, em oportunidades geradoras de novas dinâmicas sociais e

económicas. Nesta mesma linha se entenderá o crescente peso do estrato dos idosos no quadro das estratégias de acção política.

A evolução populacional nos países em que Portugal se enquadra geográfica, económica e politicamente, segue um padrão comum e sobejamente conhecido: o do envelhecimento demográfico. O número de pessoas de mais idade é hoje maior do que já foi (em 2001 16,4% tinham 65 anos ou mais) e resulta do duplo envelhecimento, no topo e na base. Ou seja, é consequência dos efeitos conjugados do grande aumento da esperança de vida e da expressiva diminuição das taxas de natalidade, respectivamente. A sua importância relativa crescerá ainda, por força da inércia própria das alterações demográficas. Esta tendência acentua-se quando se consideram as áreas rurais, domínio em que ganha uma expressividade exacerbada toda a faixa interior de Portugal. Em Trás-os-Montes, a proporção da população com mais de 64 anos representava já 16% da população em 1991, aumentando para 21% em 2001. As projecções demográficas apontam para o reforço desta tendência. Para tanto contribuirá, em acréscimo ao pendor geral, o carácter selectivo que os movimentos migratórios sempre encerram e que vêm atingindo negativamente e de modo mais vincado essa fracção do território português. De facto, emigração e êxodo, por mais massivos que tenham sido ou sejam ainda, não tocam de igual forma os vários estratos etários e, acrescente-se, o retorno também não.

A actividade agrícola, as actividades agrárias em globo, constituem ainda, apesar da tendência regressiva que se vem registando, um sector de significativo contributo nas áreas rurais deprimidas, seja do ponto de vista do produto, seja do emprego, mas sobretudo da ocupação do território. Note-se que o abandono do território rural com importante expressão nas regiões montanhosas na União Europeia (EEA, 2005) se vem tornando particularmente expressivo em Portugal a partir de meados dos anos sessenta do século XX. No final da década de oitenta na totalidade do território continental português os incultos pesavam já 12% na superfície territorial (sendo a superfície agrícola e florestal respectivamente 43% e 33%). À mesma data, em Trás-os-Montes os incultos rondavam os 15% (Rolo, 1996:92). Na década de 90 esta tendência de retracção do sector agro-florestal vem ainda a acentuar-se, com a diminuição do seu peso no produto e na população activa do país (Rolo, 2005:16).

A questão da ocupação do território assume também posição destacada nesta discussão, pela cada vez mais evidente vulnerabilidade dos espaços despovoados sobretudo pelo abandono da agricultura tradicional (EEA, 2005). Aqui entendida como susceptibilidade à degradação, a vulnerabilidade dos territórios não se coloca apenas

no plano dos recursos da Natureza que eles encerram, eventualmente sujeitos a perturbação material ou funcional, mas também do valor que representam para os seus proprietários, utilizadores actuais e directos, ou não, e que pode ver-se diminuído ou ameaçado.

É deste modo essencial no quadro descrito, a permanência de população no território, o que mais salienta a importância dos idosos residentes em áreas rurais de baixa densidade demográfica.

Envelhecimento e adaptação na actividade: Objecto de investigação

O conceito de envelhecimento, a nível estritamente biológico, tem por base a noção de uma contínua adaptação dos organismos às situações que lhes vão sendo impostas. Também a nível social, o estudo dos processos adaptativos dos indivíduos a novas situações, às suas próprias limitações crescentes, que condicionam, de resto, as actividades pessoais e profissionais, encontra sentido. A análise das estratégias que orientam a adaptação e o modo como ela se harmoniza no plano das relações intergeracionais, por um lado, e o enquadramento político destas situações, por outro, são vertentes que importa considerar no estudo dos processos adaptativos e das mecânicas que comportam. É o que em particular nos propomos levar a cabo, tomando como objecto de estudo a adaptação de indivíduos idosos a novas modalidades de trabalho na agricultura face às crescentes limitações que se lhes vão deparando. É pois da problemática do envelhecimento demográfico de que partimos e, nesse domínio, atentaremos em particular ao mundo rural e às actividades agrárias.

Note-se que o termo actividade ou actividades toma, ao longo desta exposição, diferentes acepções. Desde logo é utilizado no sentido de ocupação específica em determinado domínio ou sector, ou seja, significa ocupação profissional, modo vida, profissão. Já quando associado às práticas agrícolas, o conceito de actividade remete para noções do âmbito da economia agrária, sendo aí definida como o modo de converter, mediante a respectiva combinação, factores de produção em produções. Será assim entendida, actividade, como a quantidade unitária de certa produção, obtida segundo determinada técnica (Barros e Estácio, 1972:402-403). Ou seja, no âmbito deste trabalho, aludiremos a actividade agrícola no sentido da profissão, de trabalho na agricultura, quando se estabelece em paralelo com profissões de outros sectores de actividade. Simultaneamente, ao falar de diferentes actividades, no âmbito das práticas agrícolas, estaremos a referir-nos às produções específicas, bem como ao modo de as produzir.

Definido já o objecto de estudo, bem como o campo e a população sobre os quais em particular nos vamos debruçar – lembre-se, adaptação produtiva de idosos agricultores em Trás-os-Montes – importa ainda considerar o objecto de estudo nos dois contextos que nele se cruzam, a saber: o dos idosos e o dos agricultores. Em primeiro lugar, no âmbito da temática do envelhecimento, que espaço cabe no estudo dos idosos aos que são simultaneamente agricultores? Refira-se que a actividade profissional destes, tanto no contexto português quanto no quadro regional sob análise é realizado no regime de conta-própria, caracterizada por explorações agrícolas de pequena dimensão. Note-se que a área geográfica que escolhemos estudar, Trás-os-Montes representa 15% do território do país e em 2001 comportava cerca de 5% da sua população. A escolha deste espaço geográfico de estudo remete para razões de ordem puramente prática onde se salienta a proximidade. Sublinhe-se ainda que escasseia a investigação centrada nos idosos rurais, em particular nos idosos agricultores, tanto em Portugal quanto em Trás-os-Montes.

Como já se disse, neste estudo parte-se da problemática do envelhecimento demográfico em geral (e das respectivas implicações sociais) para a ir estudar particularmente no mundo rural e nas actividades agrárias. Estando, na actualidade, as grandes questões do envelhecimento demográfico relacionadas com a não sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social e, consequentemente, ligadas de modo directo às questões do mundo do trabalho (nas suas abordagens típicas nas sociedades industriais), o que nos propomos é estudar essas mesmas questões, num contexto agrário e rural, começando por uma análise detalhada do trabalho dos agricultores idosos. Com esta abordagem pretende-se verificar se i) enfrentam dificuldades no trabalho à medida que envelhecem; ii) utilizam técnicas tradicionais ou modernas, iii) são eficientes no que fazem; iv) são permeáveis à inovação. Assim, tentaremos compreender em que medida é que os aspectos teóricos discutidos para a sociedade em geral, na prática, apenas para o mundo urbano, se podem ou não estender ao mundo rural e agrário. Por outro lado, o estudo de idosos activos encontra também aí justificação, já que, neste contexto, não faria sentido incluir no universo a estudar os idosos não activos.

Simultaneamente a compreensão da racionalidade destes idosos agricultores remete para a sua natureza de produtores em explorações familiares de conta-própria, de pequena dimensão, ou seja, inseridos nas lógicas camponesas. Pretende-se, em acréscimo, que o estudo evidencie também as particularidades dos agricultores idosos no que é conhecido sobre o campesinato, aspecto que adiante retomaremos.

A agricultura implica uso da terra e gestão de património, trabalho físico e tomada de decisão. Comporta, pois, tarefas de variada natureza, perspectivadas a prazos diversos. Ora, as capacidades para estas múltiplas exigências tendem naturalmente a diminuir com a idade. De facto, embora as compensações que a idade oferece, em experiência e capacidade de decisão, se constituam em vantagem efectiva em múltiplos domínios de actividade, tal não é claro neste em particular, mercê precisamente das solicitações de carácter físico, aqui sempre presentes. Acresce que, quando avança a idade, sobrevêm necessidades de assistência, decorrentes da menor mobilidade e da menor independência na concretização de tarefas do quotidiano.

A redução do número de explorações agrícolas é dado adquirido nos países entre os quais, mais tardiamente, é certo, Portugal também se inclui. Neste quadro, e considerando a feição familiar da agricultura em Portugal, mais se evidencia que a ausência de sucessão na actividade determina abandono desta. Ora, este fenómeno é da maior relevância para o território, para a sua produtividade e sustentabilidade. Na verdade, é hoje cada vez mais clara a necessidade de perspectivar e tornar efectiva a gestão integrada do território e dos seus recursos, para o que o uso da terra, nos seus variados modos, concorre decisivamente. As consequências do abandono não têm, por conseguinte, apenas o alcance associado à história individual das explorações e das famílias, nem simplesmente consequências para o produto e o emprego deste sector.

A actividade agrícola e a sustentação dos territórios de todo o Interior de Portugal, onde o processo que se vem cotejando mais expressivamente se desenvolveu, dependem de indivíduos progressivamente menos independentes. E o seu número é crescente. Justificação plena se encontra assim na investigação centrada nos idosos e na sua actividade, no quadro específico da sociedade rural e do sector agrário.

Neste quadro, emerge pois a questão: por que motivo vão prosseguindo a sua actividade indivíduos, que têm potencialmente cada vez menos capacidades físicas e mais limitadas condições de trabalho, sobretudo num contexto em que, regionalmente e em termos estritamente económicos, a agricultura surge como modo de vida pouco ou nada rentável?

Acresce que, para estes indivíduos, a perspectiva de acharem sucessor para a exploração agrícola é praticamente nula, o que torna ainda mais particular e paradoxal o seu empenho na continuidade desta actividade.

A hipótese por nós sustentada remete para diferentes dimensões de resposta à questão, que se situam quer no plano económico (no sentido de realização de rendimento), quer no plano da preservação patrimonial, bem como numa dimensão afectiva. Os idosos prosseguiriam a actividade na agricultura para garantirem a continuidade dessa fonte de rendimento, conseguido quer pela venda de produtos, quer pelo auto consumo. A vontade de não quebrar a ligação com o seu património fundiário, concorreria, pela proximidade física que com ele ainda mantém, para assegurar a continuidade no trabalho. Ou seja, o contacto regular com o património estimularia a persistência na actividade. Continuando a trabalhar na agricultura, adaptando as tarefas às suas possibilidades, manter-se-iam ocupados, preenchendo ainda de sentido a sua vida.

Nesta abordagem aos agricultores idosos, as grandes linhas de análise do modo de produção camponês são tomadas em consideração e frequentemente referidas e discutidas. É que a orientação do estudo empírico por nós empreendido impõe, à partida, a compreensão da racionalidade dos agricultores idosos residentes nesta área do interior português.

Tradicionalmente, o estudo da agricultura camponesa tem por objectivo a procura da racionalidade de uma agricultura de carácter familiar, de pequena dimensão e que se articula plenamente com todo o meio envolvente. Historicamente, anunciava-se o desaparecimento deste modo de produção, considerado então como um estágio transitório da expansão do capitalismo na agricultura. Verificou-se, no entanto, ser impossível reduzir a produção camponesa a este papel efémero face à sua contínua adaptação ao meio envolvente, de modo a dele retirar o máximo de vantagens, não perceptíveis à luz da racionalidade económica vigente.

Os grandes traços do modo de produção camponês foram sinteticamente apresentados por Tepicht (1973:20-21) que enfatizou o seu carácter familiar, a natureza das relações entre os factores de produção, o tipo de ligações entre a economia camponesa e o mercado, e, por fim, a relação entre o trabalho camponês e o seu rendimento. Na economia camponesa as relações entre os factores de produção caracterizam-se pela substituição do factor trabalho pelo factor capital e mesmo pelo factor terra, sem no entanto os substituir inteiramente. As relações com o mercado, pautam-se pelo carácter parcialmente mercantil das suas produções, e a relação entre o trabalho camponês e o seu rendimento caracteriza-se por um grande investimento em trabalho do próprio que é por ele "subavaliado" relativamente aos níveis de rendimentos obtidos, e conforme com a racionalidade camponesa. Segundo Baptista

(2001: 65) “ (...) é hoje consensual entre as principais correntes que se ocupam da economia das explorações familiares e camponesas, que estas não visam o lucro médio do capital (...)”, ou seja distinguem-se da lógica económica de funcionamento vigente, tendo por objectivo a maximização do rendimento familiar. A sua lógica de funcionamento económico confere-lhe, aliás, uma capacidade de resistência em economia de mercado desde que aceda à utilização de novas tecnologias de produção.

Importa ainda sublinhar que o carácter essencialmente familiar da economia camponesa tem vindo a evoluir com a passagem da família camponesa alargada à família cada vez mais nuclear, conjugal. Simultaneamente, tal característica associou-se a um sentido progressivamente mais mercantil das suas produções (Nallet, 1983: 64-68).

Nas sociedades ocidentais, o modo de produção camponês tem evoluído embora com percursos diversos. Na Europa do Norte as explorações agrícolas camponesas desapareceram, e na Europa do Sul este modo de produção permaneceu, embora em contínua mudança. Hoje, articula-se à volta de sectores de actividade exteriores à agricultura, onde se ocupam parcialmente as famílias, aí obtendo parte importante do seu rendimento. Apesar de cada vez mais distantes do eixo central da actividade agrícola, têm um papel importante na coesão económica e social dos territórios (Baptista, 2001).

É também nesta perspectiva que tentaremos entender a permanência dos idosos agricultores em meio rural.

Agricultores idosos em Trás-os-Montes

Apresentam-se em seguida alguns aspectos caracterizadores da população idosa agricultora em Trás-os-Montes, revelados por um conjunto de estudos relativamente recentes e centrados neste espaço geográfico (Ribeiro, M. e Portela, J., 1991; Fragata e Portela, 2000; Nobre, S., Baptista, A. e Portela, J., 2003). Não apenas tal permitirá alinhar os principais traços identificadores dos indivíduos que constituem o universo social estudado, como permite também compreender as escolhas metodológicas que realizamos à partida.

Refira-se, em jeito de breve caracterização genérica, que o grupo de activos agrícolas de 65 anos ou mais, para além da expressão numérica na totalidade dos produtores na região, tem ainda peso económico e social: ocupa um quarto da área agrícola e cerca de 30% da área florestal. São maioritariamente pequenos produtores (a área média das explorações é de 5 ha), com agregados domésticos de duas a três pessoas, essencialmente produtores a tempo parcial, utilizando sobretudo mão-de-obra familiar, embora o recurso a trabalho assalariado seja também assinalável (Fragata e Portela, 2000). No estudo citado evidencia-se, pois, um estrato significativo na região transmontana: o de agricultores com mais de 64 anos, que continuam a produzir, concentrando esforços em produções para consumo directo e em culturas permanentes.

Neste quadro, torna-se fundamental definir o espaço produtivo em que se circunscrevem os idosos agricultores de Trás-os-Montes que estudámos: os produtores de carne de gado bovino de raça Mirandesa e os “produtores florestais” que adquiriram tal estatuto por via da implementação de projectos de florestação de terras agrícolas.

A produção de bovinos de raça mirandesa surge como um caso de sucesso de entre as orientações produtivas da agricultura transmontana, no sentido em que acomoda produção em moldes tradicionais e rendibilidade suficiente para os tornar sustentáveis, apesar da sua aparente baixa competitividade. Sendo tradicional, a criação de Mirandesa foi parte do universo de formação dos agricultores idosos de hoje, certamente conhecedores por dentro desta actividade que terão praticado ao longo a sua vida, em boa parte dos casos continuamente. Recorde-se ainda que, pela sua natureza e do ponto de vista da distribuição temporal das necessidades em trabalho, a pecuária não tem carácter sazonal.

Já a inclusão da produção florestal se justifica por duas ordens de razões. Por um lado, configura uma opção que traduz uma necessidade de extensificação do sistema produtivo, numa modalidade comparativamente muito menos exigente em trabalho quotidiano. Por outro lado, face às condições naturais, à aptidão da terra, dando justificação técnica à ocupação florestal desde sempre recomendada para a região de Trás-os-Montes, parece pertinente averiguar as modalidades de combinação dessa com outras actividades, num contexto de explorações agro-florestais, procurando assim também conhecer os modos segundo os quais a produção se integra no processo de reconversão das explorações de agricultores idosos.

Deste modo, e através de duas orientações produtivas seleccionadas como universo operacional neste estudo, se estabelecem os extremos de uma escala de

intensidade de actividade que se pretende investigar. A despeito do carácter relativo das qualificações que se avançam, até por se tratar de um quadro de produção genericamente de baixa intensidade produtiva, contrapõe-se aqui um sistema intensivo em mão-de-obra, de ocupação permanente, requerendo esforço físico significativo e mobilidade, bem como capacidade de decisão no curto prazo, como é o caso da criação de Mirandesa, a um sistema extensivo, de ocupação esporádica, no qual as intervenções e decisões têm consequências essencialmente no longo prazo, a produção florestal.

Frise-se a opção de estudo particular dos idosos em duas actividades produtivas agrárias específicas, ao invés de se estudarem genericamente o conjunto das produções desenvolvidas pelos idosos residentes em meio rural, num espaço delimitado, uma aldeia por exemplo, ou um conjunto de aldeias. Tal opção deveu-se ao facto de, para proceder a uma análise minuciosa das formas como é desenvolvido e adaptado o trabalho pelos agricultores idosos, bem como dos rendimentos gerados em face do trabalho investido, ser mais adequada uma abordagem por actividade agrária, do que genericamente a um conjunto alargado de produções.

Refira-se ainda que, apesar de assumirmos o mais comum limiar da categoria dos idosos, os 65 anos, alargámos o universo de estudo dos idosos agricultores àqueles com idade superior ou igual a 55 anos. Tal opção facilita o propósito de análise da adaptação no trabalho, na actividade e nos modos de vida decorrentes das progressivas limitações do envelhecimento, o nosso objecto de estudo. A inclusão de agricultores com idades entre os 55 e os 64 anos de idade – ou seja, o que designamos por pré-idosos – tendencialmente permitirá encontrar uma maior gama de processos e estados adaptativos.

Retomando, agora com estes elementos presentes, o contexto rural e as actividades agrárias, acentua-se que as situações de ausência de sucessão nas explorações agrícolas e as progressivas limitações ao exercício da actividade colocam aos idosos ainda activos imposições particulares nas vias de adaptação a seguir. A este propósito deve notar-se que, em face duma não sucessão, as decisões tomadas poderão, apesar disso, não implicar a ausência de uma dada estratégia intergeracional. A evidência empírica noutros estudos (Fragata e Portela, 2000; Nobre, 2001; Nobre, Baptista e Portela, 2003) tem apontado a preservação de um património fundiário bem cuidado como propósito estratégico dos mais velhos, articulado, de resto, com os desejos dos familiares mais jovens (filhos e netos), já que interfere directamente nas hipóteses de permanência ou, pelo menos, de manutenção de uma ligação forte ao mundo rural. Neste contexto, tem-se neste trabalho como fundamental

compreender o papel das diferentes políticas, bem como das modalidades de adaptação e sustentação que elas permitem aos idosos actualmente residentes em meio rural. Por um lado, as políticas sociais de apoio aos mais velhos, por outro, as políticas de intervenção no sector agrário, apoiando diversas actividades neste âmbito. Ambas conferem fontes de rendimento suplementar, relevantes para estas populações rurais.

Trabalho e relações intergeracionais

Da apresentação da problemática do envelhecimento demográfico, no seio da qual emergiu a investigação realizada, e da identificação do grupo dos residentes rurais ligados à actividade agrícola, como universo de estudo (cuja importância no contexto português e regional se apontou), resulta claro o campo de análise no qual o trabalho progrediu. Nortearam a investigação os propósitos que em seguida se expõem.

Dois eixos de análise – trabalho e relações intergeracionais – incluem-se, *per se*, no conjunto dos propósitos do estudo, por se entenderem como esteios essenciais para a prossecução do objectivo geral da investigação. Este é o de identificar modalidades de trabalho adaptadas à situação familiar, dependentes quer dos interesses patrimoniais, quer das produções obtidas, quer ainda dos rendimentos gerados.

O primeiro eixo de análise é o do trabalho. De facto, como se viu pelas questões afloradas aquando da abordagem à problemática em estudo – envelhecimento enquanto fenómeno demográfico e social – este elemento é central, seja por via da discussão dos limiares de (in)actividade e suas consequências para a aplicação de medidas de políticas de segurança social, ou para a compreensão das suas inadequações, seja pelo lado da adaptação dos processos produtivos no contexto (microeconómico) da exploração agro-florestal familiar, bem como, no quadro desta, das modalidades de combinação de rendimentos do trabalho com outras fontes, tais como as provenientes das pensões sociais.

Simultaneamente, no seio das explorações familiares, as estratégias produtivas e de reprodução do património, em regra, articulam interesses familiares exteriores aos da esfera estrita do agregado doméstico, tornando o segundo eixo de análise, o das relações intergeracionais, particularmente importante para a compreensão daquelas estratégias. Este assume assim expressão determinante, cruzando o eixo trabalho, e nesta perspectiva, ultrapassando-o, na medida em que, neste quadro,

estão em causa problemas como os da evolução daquelas estratégias ao longo do ciclo de vida das famílias / explorações, que de resto culminam com o da sucessão, ou ausência dela, na actividade. Esta abordagem incorpora as já referidas noções retiradas do estudo das sociedades camponesas, essenciais à compreensão dos fenómenos sob análise.

O estudo do eixo relações intergeracionais remete-nos ainda para a discussão acerca do papel dos idosos – no caso os idosos agricultores – no conjunto da sociedade e em particular para a reflexão sobre o modo como esses “activos” se relacionam com os sistemas de protecção social.

Delimitações e opções metodológicas

Uma vez fixadas as duas orientações produtivas a analisar, a recolha de informação acerca dos agricultores idosos a elas dedicados foi realizada junto de associações de produtores e de uma empresa que opera no domínio florestal. Recorrendo às estatísticas internas da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM), à Associação de Produtores Florestais *Arborea*, à Empresa de Florestação Floresta Verde e ainda à inquirição junto dos seus técnicos e responsáveis obtivemos uma primeira visão global do conjunto dos agricultores idosos envolvidos nas actividades produtivas referidas e que são associados dessas organizações. Consequentemente, a área geográfica de estudo considerada nesta tese limita-se às zonas de influência da ACBRM e dos Agrupamentos Florestais referidos, ou seja, aos concelhos de Vinhais, Bragança, Vimioso, Miranda do Douro e em parte ao concelho de Macedo de Cavaleiros.

Numa segunda fase procedeu-se à inquirição directa de agricultores idosos cujas actividades se integram nas duas orientações produtivas referidas, tendo-se privilegiado a recolha de informação relativa justamente ao trabalho agrícola realizado no âmbito dessas orientações produtivas. A informação recolhida permitiu verificar em que medida estão envolvidos nas produções agrícolas e florestais das duas actividades produtivas escolhidas para análise. A abordagem desse comprometimento foi feita, num primeiro momento, pelo estudo das modalidades de trabalho nas referidas actividades: trabalho do próprio, da família, filhos ausentes/presentes, ou de vizinhos através da entreaajuda, ou pela contratação de assalariados. No caso dos criadores de vacas mirandesas, face à importância do trabalho quotidiano dispendido com esta actividade, na avaliação dos tempos de trabalho recorreu-se ao registo de orçamentos -tempo, em diferentes épocas do ano. Tivemos em conta a experiência

metodológica expressa em pesquisas anteriores, em Trás-os-Montes (Ribeiro, 1992: 51; Pinto, 1998:13-16).

A organização geral do trabalho

O trabalho que aqui apresentamos é o resultado da pesquisa empreendida em prossecução de objectivos antes explicitados. Mostrando os passos de uma investigação de vários anos, expressa também e especialmente a nossa reflexão sobre o tema e, em particular, sobre o que o trabalho no terreno nos trouxe à evidência. A organização do texto segue mais de perto os trilhos dessa reflexão do que a cronologia das etapas de investigação. Assim, na Parte I são reunidos vários tópicos que consideramos importantes na abordagem do envelhecimento demográfico. No Capítulo 1 estrutura-se a abordagem ao envelhecimento demográfico nas seguintes dimensões sociais da questão: protecção social, família e trabalho. Estas orientarão também, posteriormente (nas Partes II e III), a reflexão acerca dos casos estudados de idosos na agricultura ao tema dos idosos e mais concretamente dos idosos residentes em meio rural.

Abordando o envelhecimento demográfico nas três vertentes referidas detalham-se aspectos do seu relacionamento com o Estado dando particular relevo à emergência dos Sistemas de Protecção Social; na articulação com a Família destacam-se as relações intergeracionais estabelecidas e as redes sociais de apoio aos idosos; e, por fim, na sua ligação com o mundo do trabalho, explanam-se comportamentos sociais típicos face aos idosos activos.

Na Parte II começa por ser apresentada informação que enquadra os estudos de caso: é feita uma breve descrição da área geográfica de estudo, em termos demográficos e agrícolas. Toma-se como foco o grupo etário dos mais velhos, isto numa perspectiva regional e nacional. São também sumariamente apresentados os principais eixos de actuação da Política Agrícola Comum e das suas sucessivas revisões, tanto em termos de política de preços como da política de estruturas, até ao momento da entrada em vigor das medidas que analisaremos na recolha de dados empíricos. É ainda aqui que se apresentam e discutem as opções metodológicas adoptadas na investigação.

De seguida são apresentados detalhadamente e interpretados os dados recolhidos relativamente às duas orientações produtivas a que se dedicam os idosos agricultores estudados. Assim se constituem os Capítulos 3 e 4, que correspondem respectivamente aos idosos Criadores de Bovinos Mirandeses e aos que procederam

à Floresta de Terras Agrícolas. A organização interna de cada um deles é paralela, começando por se caracterizar os agricultores inquiridos e suas famílias, e procedendo-se de seguida à análise do trabalho por eles desenvolvido, suas modalidades e formas de organização. Por fim, é feita uma reflexão acerca dos rendimentos gerados nas actividades em foco e da natureza das relações intergeracionais entre estes agricultores idosos, seus familiares e outros.

O Capítulo 5 conclui a Parte II. Aqui é feita a integração dos resultados dos dois blocos anteriores, procedendo-se a uma comparação dos idosos agricultores nas duas orientações produtivas, em termos do trabalho, das contribuições para a Segurança Social e das reformas recebidas.

Por último, a Parte III inclui uma discussão das Políticas Agrárias e Sociais que concorrem para a sustentação destes idosos em meio rural. As formas como utilizam vantagens que identificam nas referidas políticas, adaptam as suas práticas às exigências que estas lhes impõem e combinam diferentes tipos de apoios, compõem a estratégia por eles adoptada. Esta é, na prática, condicionada pelas suas limitações crescentes, pelas determinações das políticas sociais e agrárias em vigor, e ainda pelas imposições do relacionamento com as gerações mais novas, sobretudo familiares.

Discutem-se por fim as práticas adaptativas destes idosos residentes em meio rural que vão ao encontro das grandes linhas de orientação decorrentes da actual discussão sobre novas vias de suporte a idosos: combinam apoio social, nomeadamente reformas, com actividade produtiva progressivamente reduzida e adaptada às limitações físicas, rendimentos patrimoniais e apoio familiar.

Parte I – Envelhecimento Demográfico: papéis dos mais velhos, organização social e mecanismos de protecção

Sendo o objecto de estudo desta investigação, a adaptação de agricultores idosos a novas modalidades de trabalho na agricultura, face às crescentes limitações que se lhes vão impondo, antes de iniciarmos o estudo empírico conduzido em Trás-os-Montes – o que será feito na Parte II deste documento – são aqui apresentados e discutidos um conjunto de tópicos acerca do envelhecimento. Precisam-se conceitos e sobretudo abordam-se as implicações sociais do envelhecimento demográfico.

1 – Envelhecimento Demográfico, três dimensões da mesma questão

A progressiva apropriação por parte do Estado das responsabilidades sociais para com a velhice reflecte uma linha de orientação política que, não sendo consensual, é todavia prevalecente, com as suas especificidades é certo, no quadro geográfico em que nos situamos. Mas se a transferência de responsabilidade e atenção do domínio do privado para o do público é um processo evidente, tal nunca veio a retirar à família o seu papel primordial no apoio aos idosos, pelo que esta será também dimensão a analisar. A relação dos idosos com a esfera do trabalho foi desde sempre elemento sensível nos equilíbrios social e político com os estratos etários mais novos. Dado o peso demográfico acrescido que hoje detêm, é forçoso considerar os idosos como alvo relevante no conjunto das políticas laborais.

Assim, neste Capítulo estrutura-se a abordagem ao envelhecimento demográfico nestas três dimensões sociais da questão: Estado Social, Família e Trabalho. Estas orientarão também, posteriormente (nas Partes II e III), a reflexão acerca dos casos estudados de idosos na agricultura.

Na primeira subsecção (1.1) apresentam-se conceitos e discutem-se abordagens ao estudo do envelhecimento a nível individual e demográfico, ou seja colectivo. Em 1.2 são tratados aspectos ligados ao suporte e apoio assegurados pelo Estado aos idosos, através dos sistemas de protecção social e pelos equipamentos sociais e serviços de apoio a idoso. Em 1.3 discute-se a articulação da velhice e da família iniciando-se a abordagem pela natureza das relações intergeracionais

estabelecidas entre os idosos e o todo social, e passando depois a uma discussão da natureza e importância dos apoios informais garantidos aos idosos, em larga medida assegurados pelos familiares. Por fim, em 1.4 são colocadas as questões ligadas ao do trabalho dos idosos, transversalmente nas sociedades: dos papéis desempenhados, às limitações e à obsolescência, discutem-se então as grandes questões laborais na actualidade face ao contexto demográfico.

Ao longo da abordagem destas três dimensões do envelhecimento, a exposição leva-nos, por vezes para campos que *à priori* parecem fugir ao enquadramento do nosso objecto estudo: os idosos, não dependentes e ainda activos em meio rural, em Trás-os-Montes. No entanto, encarando o envelhecimento dos indivíduos como um *processo contínuo de adaptação* – perspectiva que aliás adoptaremos na análise da actividade e do modo de vida dos idosos agricultores (Parte II) – alargar a análise até latitudes que se aproximam de estados de inactividade e mesmo de dependência, será útil. Em particular a descrição dos diferentes apoios que os idosos poderão ou não usufruir no presente, ou num futuro mais ou menos longínquo, é tópico importante na reflexão posterior (Capítulo 6 da Parte III) acerca das políticas sociais para idosos, em meio rural, em zonas de baixa densidade demográfica.

1.1 – Conceitos e abordagens

Ao iniciarmos o estudo da *velhice* e dos aspectos a ela associados, dos idosos e dos papéis que cumprem na sociedade, e do *envelhecimento demográfico* enquanto fenómeno social, importa discutir e estabelecer alguns conceitos de base. Desde logo é importante distinguir envelhecimento e velhice, conceitos não coincidentes.

A velhice é o estado que caracteriza um grupo de determinada idade, o das pessoas com mais de sessenta anos¹. O envelhecimento não é um estado, mas sim um processo de degradação progressiva e diferencial, que afecta todos os seres vivos e cujo termo natural é a morte do organismo (Fontaine, 2000: 19).

O envelhecimento dos indivíduos é um fenómeno que pode ser apreendido a diversos níveis. Ao nível biológico, ao nível social, com a mudança de estatuto provocada pela passagem à reforma; e ainda ao nível psicológico com a alteração das nossas actividades intelectuais e das nossas motivações. Paúl (1997: 9) define envelhecimento como o conjunto de *mudanças regulares que ocorrem em organismos*

¹ Como se verá adiante esta afirmação é largamente discutível no que diz respeito ao limiar definidor desse estado.

maturos, geneticamente representativos, vivendo em condições ambientais representativas, na medida em que avançam na idade cronológica. Lima e Viegas (1988: 149) definem velhice precisamente em oposição ao envelhecimento enquanto processo biológico, iniciado com a própria vida. Velhice é um conceito que remete para a forma como cada sociedade entende a fase final do ciclo de vida, como uma construção social, inscrita, assim, numa dada conjuntura histórica.

No estudo do envelhecimento humano, a delimitação do objecto de análise é desde logo um passo importante. A abordagem pode ser feita seja na vertente da mudança em si, através da análise dos múltiplos processos de adaptação que ocorrem ao longo da vida, seja na acepção das características dos mais velhos, seja ainda, numa perspectiva mais ampla, encarando a velhice como um estado com determinadas características e necessidades comuns.

A análise do envelhecimento, fenómeno contínuo de alteração biológica ao nível celular e, segundo algumas teorias, programada desde o nascimento (Ladislav, 1994: 280), é do campo da biologia e da medicina. Imputado a causas várias de alteração de funcionamento biológico, o envelhecimento traduz-se por anomalias funcionais cuja resolução é do domínio da medicina. Procurando uma definição de envelhecimento, Ladislav (1994: 31) sublinha as dificuldades de tal pretensão:

“Na verdade, se os efeitos da idade afectam os indivíduos, marcando-os com estigmas facilmente observáveis, é no entanto difícil fornecer uma definição que seja válida para a totalidade do organismo. Podemos definir o envelhecimento como a perda progressiva e irreversível da capacidade de adaptação do organismo às condições mutáveis do meio ambiente”.

Várias teorias surgiram avançando ordens de explicação diferentes para o envelhecimento, no sentido da identificação dos processos que o determinam. As diversas justificações foram sintetizadas nas designadas categorias das teorias do envelhecimento de Medvedev² (Ladislav, 1995: 131-132).

² Segundo o autor estas categorias estabelecidas em 1990 integram várias teorias de envelhecimento de que se destacam as baseadas no desgaste e na sucessiva acumulação de características degenerativas dos órgãos; as em que o envelhecimento é atribuído ao desencadear da degenerescência por agentes do próprio organismo, ou exteriores a ele; as teorias geneticamente programadas, que se baseiam no evoluir dos processos de desenvolvimento e diferenciação, conduzindo em *continuum* ao desenvolvimento (ou crescimento) dos indivíduos, e assim ao seu envelhecimento também. Salientam-se ainda, as teorias unificadas, em que são utilizados vários elementos das outras teorias, sem a preocupação de uma verificação total no plano experimental, e fazendo apelo a um corpo integrador especulativo.

Para além da abordagem da biologia, também o estudo do comportamento dos idosos e dos processos psíquicos associados ao envelhecimento se individualiza, agora no âmbito da psicologia. O estudo do envelhecimento a nível psicológico situa-se no plano das alterações da actividade intelectual e das motivações (Fontaine, 2000: Prefácio) (Oliveira, 2005: 6). Em particular, assinala-se a Psicologia do Desenvolvimento que se consagra ao estudo das mudanças de comportamento relacionadas com a idade, ao longo da vida de um indivíduo. Uma corrente anglo-saxónica promove o estudo do envelhecimento numa perspectiva *long life span*, isto é, partindo do pressuposto de que existem, e são por isso observáveis, profundas alterações psicológicas ao longo de toda a vida (Fontaine, 2000: XIV; Oliveira, 2005: 39-40). Este último autor sublinha que *a nossa estrutura mental constrói-se durante a infância e que durante toda a vida, com melhor ou pior resultados, se aprende "a viver com"*. A compreensão do envelhecimento exige assim *uma abordagem "de vida inteira"* (Oliveira, 2005: 39-40).

Nesta linha, também Paúl (1997: 21) sublinha a importância de no estudo dos idosos se optar por uma abordagem do ciclo de vida:

“Os diferentes percursos de vida, determinam em grande medida os recursos dos idosos no seu estado actual. (...) Há idosos e idosos e qualquer deles carrega consigo um enorme peso correspondente a toda a sua longa história de vida, determinada quer pelo seu património genético, quer pelo seu património psicossocial.”

Esta orientação é também defendida por outros autores que consideram que o estudo do envelhecimento exige a compreensão do ser humano no contexto de ambientes físicos e sociais, que variam e influenciam o seu desenvolvimento (Pires, 1997: 131). O envelhecimento é encarado como parte do desenvolvimento do indivíduo e é analisado como resultado da interacção entre o indivíduo intencionalmente activo e uma série de contextos de existência que se encontram em permanente transformação. Esta aceção é também designada como uma abordagem ecológica do envelhecimento, uma vez que se destacam as influências, ao longo de todo o percurso de vida das interacções do meio ambiente (seja ele físico ou social) e o indivíduo. Os aspectos sociais são essenciais na explicação do processo de envelhecimento já que, por exemplo, a adopção de determinados estilos de vida ao longo da idade adulta vai reflectir-se, mais tarde, num envelhecimento normal ou patológico (Fonseca, 2004: 8; Fontaine, 2000: 45-58).

Num outro campo de estudo, a demografia, evidencia-se o envelhecimento das populações, chamando assim a atenção para as implicações sociais dele decorrentes.

O aumento da longevidade e simultaneamente a diminuição das taxas de natalidade, aumentando a proporção dos idosos no conjunto da população, conduzem a situações sociais particulares. Desde logo pelas suas consequências no mercado de trabalho, onde a institucionalização das reformas acima dos 65 anos, retira da actividade um conjunto significativo de população que passa a usufruir de pensão de reforma. Ou seja, no plano de estudo das implicações sociais do envelhecimento demográfico, há uma associação de um estatuto social particular aos indivíduos idosos, com a limitação da sua inclusão nas actividades produtivas, o que faz coincidir o estatuto do idoso com o do reformado (Pires, 1997: 132).

Esta última aceção é, aliás, actualmente controversa, na medida em que é cada vez menos possível fazer corresponder, de modo inequívoco, comportamentos sociais padrão a grupos delimitados com base na idade. Com efeito, a idade como facto em si, pode não determinar o comportamento padrão que lhe é atribuído. *“De facto, hoje, com o aumento da longevidade, e das condições de vida e de saúde das pessoas, nas sociedades ocidentais é-se velho, e em melhores condições, cada vez mais tarde”* (Fernandes, 1999). A utilização da idade como elemento absoluto na determinação das capacidades e actividade dos indivíduos, é redutora, e os idosos, à semelhança de outros estratos etários, articulam-se no todo social segundo as suas capacidades, e o que lhes possibilitou o seu percurso de vida.

Outra abordagem do envelhecimento é a que se centra nas questões relacionadas com o bem-estar dos mais velhos, ou seja com as formas de resolver os problemas que enfrentam os idosos (Pires, 1997: 139). Tais aspectos tornam-se particularmente prementes face ao número crescente de indivíduos idosos bem como ao aumento do seu tempo médio de vida. Assim têm tido particular desenvolvimento áreas de investigação e acção como a Gerontologia e a Geriatria³.

³ A gerontologia tem por objecto o estudo de todas as modificações morfológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais decorrentes da acção do tempo no organismo (ou seja do envelhecimento), independentemente de qualquer fenómeno patológico. A gerontologia é a ciência geral sobre os idosos, que se ramifica em ciências biológicas (biologia, medicina, enfermagem), ciências psicológicas (designadamente psicologia do desenvolvimento do idoso, psicologia social, psicologia cognitiva) e ciências sociais: sociodemografia, ecologia humana, etc. (Fontaine, 2000: XV; Oliveira, 2005: 9).

Para além das diferentes áreas de estudo e investigação sobre o envelhecimento há simultaneamente múltiplos campos de acção, visando ultrapassar as dificuldades de ordem médica, psicológica ou social dos indivíduos de mais idade.

A geriatria representa o aspecto terapêutico da gerontologia. Estuda os meios para lutar contra os efeitos do envelhecimento e refere-se essencialmente aos aspectos patológicos da gerontologia médica. Enquanto a gerontologia estuda o processo do envelhecimento do ponto

Nas secções subsequentes deste capítulo iremos debruçar-nos nos aspectos sociais do envelhecimento demográfico estratificando a abordagem nas relações estabelecidas entre a sociedade e o estrato dos idosos com, o Estado, a Família e o Trabalho. Posteriormente estes desenvolvimentos irão contribuir para a discussão elaborada no final da Parte II e na Parte III deste trabalho.

1.2 – Sociedade, velhice e protecção social

Depois de apresentados e discutidos os conceitos tidos como importantes na clarificação da terminologia utilizada, nesta secção parte-se para uma abordagem dos mecanismos de protecção na velhice, cuja génese e evolução são parte da história recente das políticas em matéria social.

Abordaremos então alguns aspectos do apoio à velhice conferido pelo Estado-Providência. Partindo do contexto de emergência dos Sistemas de Protecção Social na Europa e (mais tarde) em Portugal, chegaremos às grandes questões que actualmente se põem à sua sustentabilidade, e consequente necessidade de revisão. Apresentam-se tipologias dos Sistemas de Protecção Social, tentando nelas situar o sistema português.

Por fim expõem-se, sistematizadamente, os apoios formais à velhice em Portugal, materializados no conjunto de equipamentos e serviços à disposição deste estrato etário.

1.2.1 – Dos deveres da família e da Igreja ao direito à reforma

Ao fazer-se uma retrospectiva das diferentes formas de apoio à velhice ao longo do tempo podem referir-se, grosso modo, dois momentos: o antes e o após a instituição do denominado Estado-Providência. No caso dos idosos este Estado-Providência toma corpo e traduz-se sobretudo, e muito concretamente, na concessão de pensões de reforma e ou velhice, sendo constituído em diferentes momentos nos

de vista físico, psíquico e social, em ordem a um maior bem-estar dos idosos, a geriatria trata sobretudo dos idosos com patologias (Fontaine, 2000: XV- XVI).

diversos países da Europa Ocidental. Genericamente, porém, pode dizer-se que remonta ao século XX (Carreira, 1966: 377).

Antes disso, os cuidados com os mais idosos ficavam por tradição a cargo da família. Ao longo do tempo, todavia, registam-se várias aproximações a sistemas de apoio à velhice. Com aplicações restritas e geralmente apenas ao alcance dos mais favorecidos economicamente, tais exemplos reflectem, no entanto, uma vontade expressa dos mais velhos: a de não ficarem no final da vida completamente à mercê das disposições dos familiares das gerações mais novas. Minois (1999: 172) refere que na alta Idade Média, apesar da solidariedade familiar garantir, regra geral, a subsistência dos mais velhos, era comum entre os mais ricos uma preocupação de garantir uma fase final da vida tranquila, segura e confortável, sendo o quotidiano estruturado num quadro espacial e social bem distinto. Observa-se, então, a retirada para um mosteiro, onde para além de asseguradas as necessidades essenciais no fim da existência terrena, é também central a preparação espiritual para a vida eterna.

A Igreja terá aliás fomentado esta prática, insinuando que se a família poderia suprir as necessidades materiais dos mais velhos, já a garantia de um merecimento da felicidade eterna era tarefa apenas do clero.

Até ao século XIX essa hipótese apenas existiu para os mais abastados do topo social, os outros tinham que continuar a trabalhar enquanto pudessem e em seguida eram melhor ou pior sustentados pela família. Se vivessem sós, quando impossibilitados para o trabalho entravam directamente na categoria social dos mais desfavorecidos, assim engrossando as fileiras da mendicidade e indigência.

Os casos de pobreza extrema e indigência eram assistidos – em maior ou menor grau – pela solidariedade de particulares, mas sobretudo, no quadro institucional eclesiástico, sob as múltiplas formas de organizações de caridade (Carreira, 1996: 377). Segundo Fernandes (1997: 107), em Portugal, desde o século XV, graças à fundação de Misericórdias, a Igreja encarregou-se da assistência social, expandindo-se largamente e absorvendo mesmo instituições hospitalares e outras de tipo assistencial. Lopes (1993: 501-515) refere que em Portugal, no advento do Regime Constitucional, a assistência social prestada não era especificamente dirigida aos "velhos", mas sim aos pobres, presos e doentes, onde os primeiros também se incluíam. Como, aliás, explicita a autora *"à beneficência pública oitocentista não corresponde qualquer direito individual"*.

No século XIX, um pouco por toda a Europa, surge ainda outra forma de apoio social, agora já não ancorada na Igreja. Trata-se do mutualismo, que é um sistema solidário de serviços mútuos, fundado na associação voluntária de pessoas que se

unem com objectivos comuns de ajuda recíproca. Segundo o enquadramento legislativo do final do século XIX, o mutualismo é consubstanciado nas associações de socorros mútuos, que são definidas como sociedades de capital indeterminado, de duração indefinida e de número ilimitado de sócios, destinadas a socorrer os próprios sócios, ou após o falecimento destes, pessoas por eles designadas, quando temporária ou permanentemente impossibilitadas de angariar sustento (Valério, 1999: 586-587).

O surgimento do mutualismo, com as associações de socorros mútuos em que os associados se cotizavam de forma a poderem usufruir da assistência, quando necessário, marcou a Europa no século XIX. Em vários países esta modalidade perdurou e foi garantindo cobertura a importantes contingentes de população. No entanto, cedo se verificou que esta forma de apoio social era insuficiente para fazer face às carências existentes. O facto da adesão se limitar a quem tinha rendimentos para pagar as cotizações estabelecidas, excluía uma larga massa de indivíduos. Para estes não havia garantia de cobertura assistencial. Além disso, tal sistema só podia cobrir alguns riscos, deixando inúmeras situações de carência sem solução (Carreira, 1966: 377). Em Portugal, em meados do século XIX, o movimento de auxílio mútuo – através da criação de associações de socorros mútuos –, desenvolve-se também em paralelo com a fraca e pouco estruturada assistência pública existente (Carreira, 1996:387). As intervenções do Estado organizadas com o objectivo de valer aos mais desfavorecidos ocorreram no nosso país só no decurso do século XIX, e de forma ainda pouco abrangente. Também o mutualismo nunca atingiu importância conhecida noutros países da Europa, em resultado da muito menor industrialização e urbanização, com um sector industrial cuja importância não justificava uma grande expressão do sector mutualista.

O avolumar dos problemas sociais, que não eram resolvidos pela fraca assistência pública e por um mutualismo incipiente, conduziu ao surgimento dos designados seguros sociais obrigatórios. Como faz notar Carreira (1996: 387),

“Meio século depois de Bismarck, vinte e cinco anos após o Reino Unido e cinco anos a seguir à França, Portugal integra-se no amplo movimento de intervenção do Estado no domínio social pela via dos seguros sociais obrigatórios”.

Estes seguros são uma forma de suporte social significativamente diferente das até aqui referidas. Baseiam-se num conjunto de cotizações de cada um, bem como das respectivas entidades empregadoras, para que o segurado possa usufruir das respectivas prestações quando necessário.

Em Portugal o sistema de seguros sociais obrigatórios foi instituído com a Constituição de 1933 e veio a assimilar também as instituições mutualistas, constituindo a Previdência Social. Segundo Fernandes (1997: 112), a inovação da Constituição de 1933 foi a de explicitamente fazer depender a organização da Previdência Social da organização do Trabalho, intervindo o Estado apenas em casos pontuais, em situações que reclamavam a sua intervenção assistencial. A Previdência Social baseou-se sobretudo em sistemas corporativos, profissionais, cujos membros se cotizavam a fim de precaver situações de penúria, no futuro.

Na Europa, em contraste com o caso português, o problema social da velhice emerge longo do séc. XIX, o qual se torna objecto de atenção à medida que nas classes proletárias um número crescente de operários vai cessando o tempo de trabalho. Quando não podem já trabalhar e não têm uma estrutura familiar que os integre e sustente, resta-lhes a mendicância, ou talvez um asilo. Pela visibilidade que então o seu número comporta, dado o acelerar dos processos de industrialização, passam a ser encarados como uma população-alvo cujos problemas há que solucionar. Por um lado, o proletariado desencadeia acções sindicais exigindo o direito à reforma (Fernandes, 1997: 106); por outro, os empresários vêem-se também na necessidade de ajudar a solucionar o flagelo, podendo depois proceder de forma mais pacífica à substituição da mão-de-obra envelhecida. Em França, segundo Guillemard (1986: 48-49), o surgimento do direito à reforma está muito ligado aos interesses dos empresários da época na reestruturação das suas próprias unidades industriais. Para aquela autora este foi um factor determinante no processo associado às lutas sindicais do operariado que reivindicou esse direito. Como corolário desta conjugação de interesses (de empresários e de trabalhadores), surge assim a institucionalização da reforma, que se converte então em direito. A reforma financia o tempo *de não actividade* dos indivíduos, depois do período de trabalho profissional. Como expressa Guillemard, (1986: 31),

“(…) nas sociedades ocidentais, a concepção do direito à reforma levou ao reconhecimento do direito a um período de descanso no fim da vida, a todos os que ultrapassam determinado limiar de idade”

A autora salienta ainda que o aparecimento de toda uma legislação sobre reformas reflecte a emergência de uma nova era, a da gestão pública da velhice. Este modo de gerência representa a forma encontrada pelo Estado para estruturar as relações da velhice com a sociedade. Estas deixam de ser de ordem estritamente

privada passando para a esfera colectiva. Transita-se do domínio da solidariedade doméstica ao da solidariedade burocrática instituída.

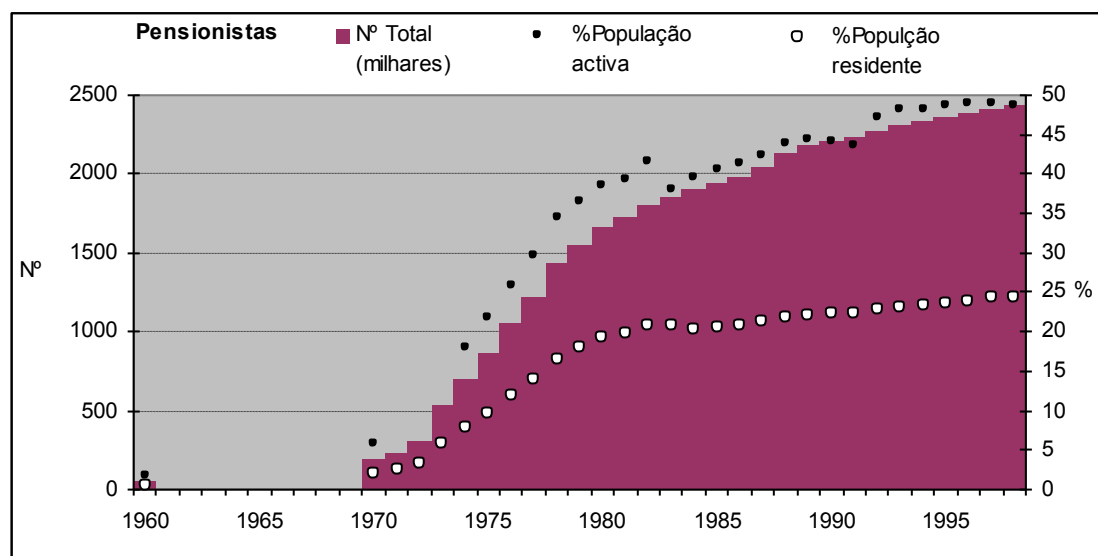
Da origem da reforma na Europa do Norte, retomemos o caso português.

1.2.2 – Emergência do Sistema de Segurança Social em Portugal e a protecção da população rural

Em Portugal, o Sistema de Protecção Social propriamente dito é implementado depois de 1974, tentando aproximar-se dos já existentes noutros países da Europa.

Na década de sessenta, como refere Barreto (1996: 54-55), os dispositivos de segurança social entre nós eram ainda incipientes, tanto a nível dos contribuintes que não chegavam aos 80 000, como relativamente aos beneficiários, que na totalidade dos regimes representavam apenas 13% da população residente e 35% da população activa. À época o número de pensionistas representava menos de 1% da população residente e cerca de 1,7% da população activa (Figura 1.1). Todavia, no início dos anos setenta, o panorama era já outro, isto devido às reformas introduzidas pelo “marcelismo”. Nessa altura, os beneficiários activos de todos os regimes representavam já 73% da população activa, sendo no entanto os pensionistas apenas 5,8% desta população (Figura 1.1).

Com a Constituição de 1976 alterou-se profundamente o conjunto de direitos dos cidadãos e de responsabilidades do Estado em matéria de Segurança Social. Ou seja, estruturam-se novas relações entre a sociedade, a velhice e o Estado. Os principais objectivos da Segurança Social aí consagrados dizem respeito, por um lado, à universalidade do direito à Segurança Social e, por outro, ao importante papel que passa a caber ao Estado na organização, coordenação e financiamento do sistema (Costa e Maia, 1985: 895). Como bem fazem notar estes autores, na lei fundamental são enfatizados dois tipos de propósitos distintos: por um lado, a protecção perante dificuldades económicas designadamente as relacionadas com a doença, velhice, invalidez; por outro, a actividade de acção social mais de natureza preventiva ou dirigida no sentido da integração social de grupos marginalizados ou particularmente vulneráveis: crianças, jovens, deficientes e idosos.



Fonte: Barreto (2000: 167)

Figura 1.1 – Número de pensionistas e sua proporção na população activa e na população residente: evolução em Portugal de 1960 a 1998.

Em 1977 é criado um “Sistema de Segurança Social”, com a fusão da até aí Caixa de Previdência e da Assistência. No entanto, por condicionalismos de natureza económica verificados no país, só em meados da década de oitenta é que o Sistema é na realidade implementado, com a aprovação da “Lei da Segurança Social”, que cria um Sistema de Segurança Social cujo desenho se estrutura em três níveis de acção: o Regime Geral, o Regime Não-contributivo e a Acção Social (Almeida et al., 1992: 17).

O Regime Geral abrange a protecção social dos trabalhadores assalariados e independentes, sendo a sua inscrição obrigatória. A protecção social conferida inscreve-se no quadro das despesas com saúde, maternidade, acidentes de trabalho, bem como doenças profissionais, desemprego, invalidez, velhice e morte. No Regime Geral existe ainda o Regime Especial que visa categorias específicas de trabalhadores abrangidos em sistemas autónomos de Segurança Social. Dentre estas salientam-se os agricultores e os funcionários públicos. No Regime Não-contributivo incluem-se todos os que, não estando abrangidos no Regime Geral, se encontrem em carência económica e social e, por isso, necessitem de protecção. Neste grupo incluem-se pessoas idosas e deficientes, a quem são atribuídas a pensão social de invalidez e o suplemento de grandes inválidos. A partir de 1990 foi ainda criado o Regime Social Voluntário, cujo objectivo é dar maior cobertura social aos indivíduos que não exerçam qualquer actividade profissional e que assim sejam excluídos de qualquer outro benefício da Segurança Social. A Acção Social tem como meta responder a situações

de ruptura económica e social que escapam ao âmbito dos outros regimes. Actua assim junto das categorias particularmente vulneráveis (por exemplo, crianças, deficientes e idosos) e em situações de carência extrema e de marginalização social. Exemplos de actuação nesta vertente são os programas de luta contra a pobreza (Almeida et al., 1992: 18).

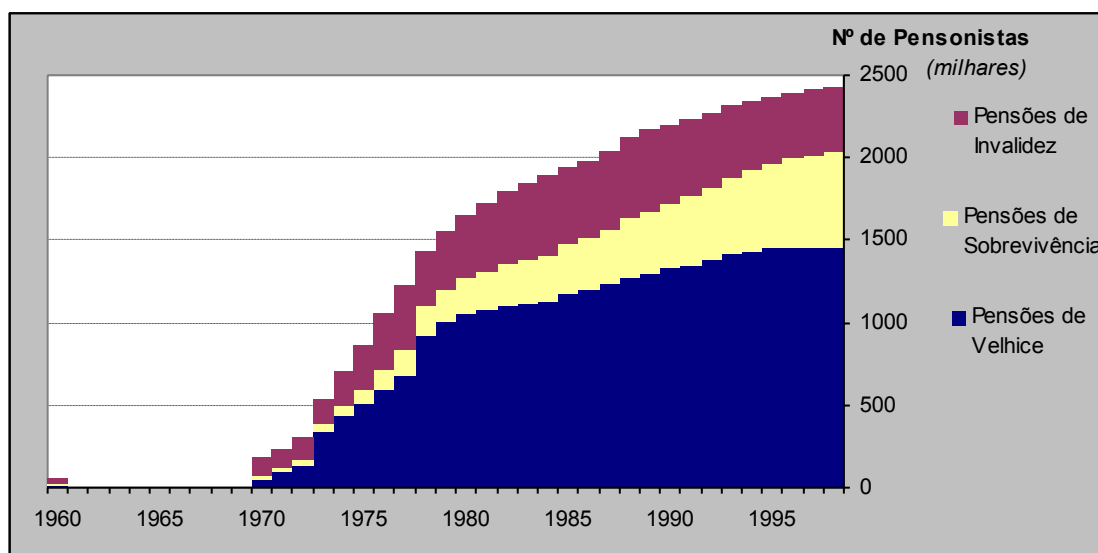
O grande incremento na cobertura da assistência social em Portugal a toda a população idosa que a requeresse, veio a dar-se já depois de 1974, com o alargamento das pensões de velhice aos indivíduos que não tinham sido contribuintes anteriormente (Figuras 1.1 e 1.2). A extensão das pensões de reforma, bem como de assistência na saúde, ao Regime Não-contributivo constituíram o máximo de expressão de um sistema de solidariedade social. Na Figura 1.2 pode verificar-se com detalhe o que refere Barreto (1996: 56-57): em Portugal os três principais tipos de pensão (de sobrevivência, velhice e invalidez⁴) cresceram fortemente desde 1974. As pensões de velhice mostram com evidência o alargamento desde 1973/74 até 1980/81, chegando a atingir-se acréscimos anuais de 60000 a 90000 pensionistas. A partir de meados da década de 80 os valores anuais crescem em média 30000 novos beneficiários por ano. Já o número de pensões de invalidez sofre até 1974 um aumento de 37 000 para cerca de 200 000. De 1974 a 1976 verifica-se um expressivo aumento destes pensionistas que chega aos 400 000. A partir de 1976 o seu número varia entre 400 000 e os 500 000.

Relativamente às pensões de sobrevivência verificou-se uma evolução gradual de 1960 a 1974/75, em que elas passaram de cerca de 7000 para 600000. Depois o seu crescimento disparou com uma média de 21000 novos pensionistas por ano, rondando em 1993 os 470000.

⁴ **Pensão de invalidez** – é uma prestação pecuniária, paga mensalmente, destinada a proteger os beneficiários do regime geral de segurança social nas situações de incapacidade permanente para o trabalho.

Pensão de sobrevivência – prestação pecuniária mensal concedida a familiares (Cônjuge, Ex-cônjuge e Descendentes) dos beneficiários falecidos

Pensão de velhice – prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que tenham completado um número mínimo de anos de contribuições. No caso dos Regimes não contributivos ou equiparados (. Regimes transitórios dos rurais) prestação pecuniária concedida aos trabalhadores rurais que, tendo atingido a idade de reforma e por razões legalmente previstas, não tenham tido possibilidade de cumprir o período de garantia.



Fonte: Barreto (2000: 168)

Figura 1.2 – Número de Pensionistas segundo o tipo de pensão (invalidez, sobrevivência e velhice): evolução em Portugal de 1960 a 1998.

Em Portugal, até ao início da década de 70 do século XX, a protecção social das populações rurais teve uma muito baixa expressão e abrangência. As incumbências do referido sistema de protecção, que incluíam cuidados médicos, subsídio por doença e por morte, eram da competência das Casas do Povo, e aplicavam-se aos trabalhadores rurais e suas famílias. Para além da reduzida expressão quantitativa destes benefícios, eles eram também limitados na cobertura temporal que ofereciam, nomeadamente na assistência médica e nos direitos a subsídio de doença. O reduzido número de Casas do Povo existentes restringia muito o número de beneficiários, situação a que acrescia ainda a diminuta expressão dos sócios contribuintes, o que limitou também a acção destas instituições. Segundo Maia (1985) no início da década de sessenta, era efectivamente beneficiada menos de 20% da população activa susceptível de ser abrangida.

Na década de 70 tentou-se colmatar esta expressiva lacuna de protecção social dos trabalhadores rurais, quando comparada com os sistemas de protecção aos trabalhadores do sector secundário e terciário. Houve então, a criação acelerada de novas Casas do Povo, que passaram simultaneamente a poder abranger muito mais população ao ser permitido o alargamento do seu raio de acção até ao nível do concelho, aumentando por esta via o número de beneficiários e famílias adstritos a cada uma delas. É de salientar que, apesar da fraca protecção oferecida aos trabalhadores rurais, o efeito destas medidas, nomeadamente a concessão de

pensões de velhice e de invalidez, foi importante na óptica dos recebedores, isto em face dos baixíssimos níveis de rendimento das famílias agricultoras (Baptista, 1984; Portela, 1988; Ribeiro, 1993).

Sucessivas alterações à lei da previdência rural, no final da década de 70 e início da década de 80, conduziram a uma aproximação da protecção social do sector agrícola aos outros sectores. Este processo culminou, aliás, na total integração dos trabalhadores rurais ou no Regime Geral dos trabalhadores por conta de outrem, ou no Regime Geral dos trabalhadores independentes. Esta mudança acarretou, no entanto, um aumento das prestações contributivas destes beneficiários, equiparadas agora às do salário mínimo nacional. Isto, com frequência, sobretudo quando a actividade agrícola tem reduzida dimensão económica, constitui uma dificuldade muito séria, nem sempre ultrapassável. De facto, a obrigatoriedade de proceder ao pagamento de uma contribuição mensal, num sistema de magros rendimentos obtidos de forma pouco repartida ao longo do ano, torna a prática contributiva difícil, por vezes mesmo impossível. Esta mesma constatação é corroborada por Ribeiro (1993: 188), em trabalho realizado na zona do Barroso. Nas palavras da autora,

“a subida progressiva das contribuições mensais por pessoa é aí assumida com reais dificuldades, dada a pressão que o desembolso mensal de tais quantias exerce sobre os seus apertados orçamentos”

Em suma, a protecção social da população rural portuguesa, sofre dum duplo atraso: por um lado, a emergência tardia do Sistema de Segurança Social; por outro lado, um moroso processo de alargamento das prestações sociais e outros recursos aos agricultores e assalariados agrícolas, configurada em “regimes transitórios dos rurais”. Paralelamente o sistema contributivo dos rurais activos reclama destes contributos para a segurança social, nem sempre consentâneos com o nível e distribuição temporal dos seus rendimentos.

1.2.3 – A protecção social futura: entre a crise financeira e o novo pacto intergeracional

O financiamento do Sistema de Segurança Social em Portugal tem por base o modelo herdado do seguro obrigatório: a garantia do direito à protecção está associada ao pagamento de uma contribuição sobre o rendimento do trabalho, ou seja ao exercício de uma profissão remunerada. No entanto, tal não corresponde à filosofia

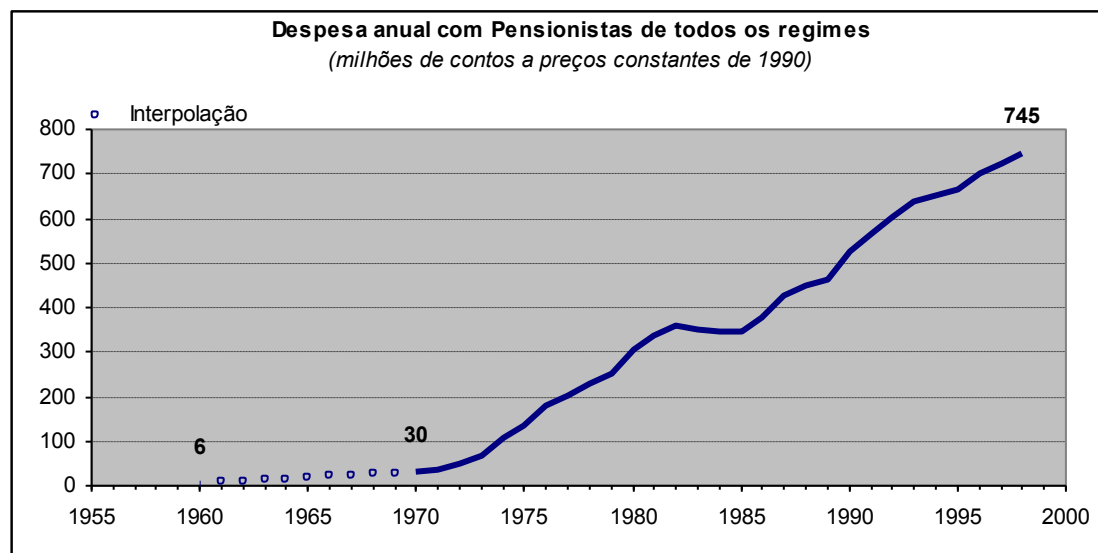
geral do Sistema de Segurança Social, que se propõe abranger igualmente o conjunto de cidadãos que não efectuaram cotizações. De facto, na Lei da Segurança Social o sistema tem como fontes de financiamento fundamentais as contribuições dos beneficiários e das entidades patronais, bem como as contribuições do Estado (Costa e Maia, 1985: 92). O Regime Não-contributivo é integralmente financiado por transferências do Estado. Assim, como referem Costa e Maia (1985: 94), desde os anos 30 do século XX o sistema de protecção social português mudou radicalmente, pois inicialmente o Estado tinha um papel supletivo, e o sentido de solidariedade não ia além do conceito de assistência. Depois de 1974, introduziram-se alterações significativas nos princípios que regem a Segurança Social. Nas palavras daqueles autores:

“O princípio do seguro (reforçado e alargado) e o princípio da universalidade foram progressivamente implementados. O direito baseado na contribuição foi complementado com o direito baseado na necessidade, através da criação de esquemas não contributivos”

As alterações referidas reflectem-se inevitavelmente na evolução da despesa anual com pensionistas de todos os regimes de 1960 a 1998 (Figura 1.3). De facto, nos primeiros dez anos deste período a despesa global cresceu de 6 milhões para 30 milhões de contos (a preços constantes de 1990), atingindo em 1998 um montante próximo dos 750 milhões de contos. O ritmo anual de crescimento desta despesa entre 1960 e 1973 cifra-se, em média, em perto de 5 milhões de contos, contra uma média próxima dos 27 milhões de contos anuais de 1974 em diante. Comparando estes dois períodos constata-se que o crescimento anual da despesa com pensões mais do que quintuplicou. À guisa de parêntesis, deve sublinhar-se que, embora muito expressivo, este acréscimo nem sempre tem tido os efeitos esperados. É por esta via que se compreende e justifica, por exemplo, uma grande conclusão do trabalho mais recente de Bruto da Costa (2008: 186) *“as políticas redistributivas são indispensáveis para o combate à pobreza (...) cerca de 38% dos agregados alguma vez pobres [de 1995 a 2000] têm as pensões como principal fonte de rendimento”*.

A protecção à velhice constitui em Portugal mais de 65% do total da despesa com todos os regimes de pensões, o que faz prever, dadas as tendências demográficas, importantes consequências no financiamento do sistema. De acordo com as projecções demográficas, a população idosa continuará a crescer prevendo-se que a proporção dos grupos de idosos de 65 e mais anos, venha a atingir, em 2020, valores entre os 18,3% e os 19,9%. Um crescimento deste tipo conduzirá segundo os cálculos efectuados a dois cenários: um em que admitindo-se, um crescimento do PIB, de cerca de 3% por ano, (e com aumentos das pensões médias de velhice,

equivalentes) se chega a um acréscimo da despesa com as pensões tal que estas representariam em 2020, cerca de 5% do PIB. Num outro cenário, mais pessimista, estas despesas poderão constituir cerca de 6% do PIB. Note-se que, segundo Barreto, (2002: 231-232), em Portugal, no ano de 1995 as despesas com pensões representavam, 4% do PIB.



Fonte: Barreto (2000: 169)

Figura 1.3 – Despesa anual com pensionistas de todos os regimes: evolução em Portugal de 1960 a 1998.

Entre outros, Barreto (2002: 197-198) refere ainda que, na Europa, a reestruturação do sistema de financiamento da Segurança Social é uma preocupação central dos Estados,

“Há muito que, embora de modo diferente em cada país, todos os estados analisam com cuidado a evolução dos sistemas de protecção, especialmente os de Segurança Social, e consideram inevitável, dada em particular a dinâmica demográfica, a busca de novas soluções para as políticas sociais. Seja a diminuição da despesa, seja através de novos arranjos políticos e institucionais. Cada um destes objectivos pode ser alcançado de várias maneiras.”

Ao nível da diminuição da despesa, a solução residirá numa redução dos montantes a pagar, ou do número de prestações, ou numa combinação destas duas modalidades. Pode ainda prever-se a modalidade de um aumento das receitas através dos impostos, ou reduzindo as despesas noutros sectores do Estado, sendo esses recursos transferidos para a protecção social. É também apresentada como solução para o financiamento das políticas sociais, a transferência de sectores de protecção tradicionalmente estatais para dispositivos privados. Constituir-se-iam, assim, novas

formas de suporte dos custos das despesas da Segurança Social, comparticipadas pelo Estado e pelo sector privado, segundo novas regras.

Implicitamente relacionadas com as questões do financiamento da Segurança Social estão as hipóteses da não sustentação desta, dadas as previsões de um aumento significativo do número de idosos e face às projecções de maior longevidade dos indivíduos de mais de 65 anos. Acrescem ainda as previsões de aumento da importância relativa dessa classe etária, dados os baixíssimos índices de natalidade. Tal concorre para que a proporção dos assistidos pelos sistemas de reforma tenda a estar extremamente desequilibrada relativamente aos contribuintes do sistema, isto é, à população activa.

Bessa (1993: 36) refere que o sistema de solidariedade social instituído visa o combate de desigualdades sociais, e que no caso particular das pensões de reforma é sustentado sobre “um largo pacto intergeracional”. Só assim se compreende, que largos segmentos da população, que nunca contribuíram, tenham podido e possam ainda auferir pensões de velhice e de invalidez. É no pressuposto da sustentação destes casos, no presente, que hoje quem trabalha paga as suas contribuições sociais.

O que se desconta no presente serve para cumprir os encargos de solidariedade a que se propõe dar resposta o Sistema de Segurança Social. Sistema este que é, aliás, deficitário, uma vez que as suas despesas são também financiadas pelo Orçamento Geral do Estado. A única expectativa dos idosos de amanhã, acerca da possibilidade de uma manutenção de rendimento, assenta na solidariedade intergeracional, num pacto entre gerações estabelecido evidentemente sob a forma de um contrato político. Aliás, esta discussão tem já expressão nas medidas de política recentes: aumento dos períodos contributivos, redução dos montantes pensões de reforma e aumento das idades de reforma. O debate em torno das alterações a incluir no sistema de financiamento da Segurança Social, e muito particularmente no que concerne à sustentação dos rendimentos dos mais velhos, assenta em larga medida no que será possível e razoável estabelecer neste contrato intergeracional. Para a reflexão em curso parece crucial ter em conta a composição demográfica das sociedades actuais, bem como as proporções de activos e inactivos nas mesmas. Ou seja, importa dirigir a discussão num plano demográfico e sequentemente no plano da organização do trabalho e da capacidade produtiva (Fernandes, 2003: 101).

Na secção 1.4 deste capítulo, daremos seguimento à explanação de algumas vertentes desta discussão, nomeadamente o lugar dos activos envelhecidos no mercado de trabalho; os diferentes regimes de protecção social e políticas de emprego

e as grandes transformações que nas sociedades actuais ocorrem na esfera do trabalho e da família. Mas, antes disso, faz sentido atentar na posição do caso português numa tipologia global dos regimes de protecção social.

1.2.4 – O caso português nas tipologias de Regimes de Protecção Social

Examinando as diferenças internacionais em matéria de direitos sociais e de estratificação do Estado-Providência, encontram-se arranjos qualitativamente diferentes entre estado, mercado e família. As diferenças encontradas nos diferentes casos não são, por consequência repartidas de modo linear mas agrupadas por tipo de regime. Esping-Andersen (2007 [1990]) elaborou uma tipologia dos Regimes de Protecção Social em que estado, mercado e família – pilares do triângulo do *welfare* – se combinam de diferentes modos. Este autor distinguiu, então, três Tipos de Protecção Social: o tipo social-democrata, o conservador-corporativista e o liberal (conferir caixa de texto).

O Quadro 1.1 sintetiza os princípios de coerência de protecção social de Esping-Andersen, bem como as matrizes históricas e as referências de implantação geográfica. Cada um tem um objectivo específico, que remete para princípios de justiça e de equidade (conferir caixa de texto abaixo). Neste propósito privilegia-se uma determinada técnica e um conjunto de instrumentos, concedendo prestações segundo as regras conformes às finalidades estipuladas. Diferentes modos de gestão e financiamento completam, a coerência de cada tipo de regime.

Regimes de protecção social de Esping-Andersen

Regime social-democrata: aproxima-se dos regimes de protecção social dos países escandinavos. Verifica-se em países com um nível elevado de protecção social contra múltiplos riscos em que são também oferecidos diversos serviços sociais. Neste sistema concede-se aos cidadãos a capacidade de saírem da dependência do mercado através dos seus direitos sociais. O objectivo principal deste regime é a redistribuição igualitária (das prestações sociais), que exerce, assim, uma acção unificadora na estrutura social. As prestações são financiadas pelos impostos. Os sociais-democratas procuram instituir o Estado-Providência que encoraja uma igualdade aos padrões mais elevados e não uma igualdade ao nível das necessidades mínimas.

Regime conservador-corporativista: os direitos sociais são acordados em função da inclusão numa determinada categoria profissional. É, portanto, um regime essencialmente assente no trabalho assalariado. Neste caso o objectivo não é o duma distribuição igualitária dos benefícios, mas antes a manutenção do estatuto profissional. Em caso de situação de risco para o assalariado, tal desiderato é alcançado através da substituição, pelo menos parcial, dos rendimentos da actividade. O financiamento deste tipo de protecção social é feito através de cotizações, e não através de impostos, como sucede no regime social-democrata. Neste caso, a elegibilidade dos direitos sociais é comandada pelo acesso ao mercado de trabalho. Todos os que, por diversas razões (muitas vezes contextuais), se acharem fora da esfera do mercado de trabalho ficam reduzidos aos mecanismos assistenciais. De um modo geral, é neste grupo que se encontram os países da Europa continental.

Regime liberal: objectivo principal é proteger os cidadãos da carência de recursos, assegura a cobertura de um conjunto de necessidades de base. Aqui o Estado intervirá apenas em casos-limite e pressupondo um rápido retorno ao mercado de trabalho por parte do recebedor da ajuda. Assim, no combate às desigualdades sociais, tal sistema é inoperante, produzindo mesmo grandes assimetrias entre os que conseguem assegurar a protecção social no mercado e os restantes. Os Estados Unidos da América são o exemplo mais próximo deste regime. A Grã-Bretanha é igualmente um caso ilustrativo do regime liberal. Aqui a assistência é fundada na avaliação das necessidades, em transferências universais módicas e em que predominam planos de segurança social modestos. As indemnizações são sobretudo atribuídas aos baixos rendimentos geralmente de operários dependentes de ajuda pública (EU, Canada, Austrália são os arquétipos deste modelo).

(Esping-Andersen 2007 [1990])

Quadro 1.1 – Regimes de Protecção Social de Esping-Andersen

Elementos caracterizadores dos Regimes	Regimes denominados por Esping-Andersen		
	Social-Democrata	Conservador-Corporativista	Liberal
Referência geográfica	Escandinava	Continental	Anglo-saxónica
Referência histórica	Beveridge	Bismarck	Beveridge
Objectivo (ligado aos valores e princípios de justiça)	Redistribuir de modo igualitário	Manter um nível de rendimento do trabalhador	Aliviar o desemprego Evitar a miséria
Técnica	Redistribuição	Segurança Social	Assistência direccionada
Elegibilidade	Todos os cidadãos	Quem contribui quando trabalhou	Quem precisa (abaixo de um <i>plafond</i> de rendimento)
Características das prestações	Uniformes	Proporcionais ao salário	Uniformes
Financiamento	Impostos	Contribuições sociais dos salários	Impostos
Gestão	Estado e autoridades locais	Tipo neo-corporativo Parceiros sociais	Estado

Adaptado de Guillemard (2004: 68)

O caso português, como em geral o dos países do Sul da Europa que, como vem sendo reconhecido de forma consensual em literatura recente, constituem um tipo de estado providência que possui características que justificam a sua individualização (Ferrera, Hemerijck e Rhodes, 2000; Silva, 2002) – está claramente entre aqueles para os quais a tipologia referida é de menor utilidade, dadas as características próprias, e em muitos aspectos distantes de outras famílias do estado-providência. Segundo Torres (2005:19-21), tal deve-se á especificidade das condições particulares da sua emergência histórica, que foi tardia e ocorreu em contextos sócio-económicos menos favoráveis. Tais especificidades não permitem situar adequadamente o Sul da Europa no contexto da já apresentada tipologia de Regimes de Protecção Social de Esping-Andersen. Os autores citados consideram ainda que para perceber as especificidades dos modelos de protecção social do Sul da Europa é preciso ter em conta que estes não são enquadráveis em instrumentos concebidos a pensar fundamentalmente na realidade dos países do Norte da Europa⁵.

⁵ No âmbito de um estudo particular os autores citados propõem uma tipologia de estados-providência fundamentada na caracterização das soluções sócio-educativas e no tipo de equipamentos de apoio à primeira e segunda infância. O Estado-Providência português, embora com algumas especificidades, enquadra-se no modelo deficitário, que corresponde ao grupo de países da Europa do Sul. Este tipo caracteriza-se por ser, grosso modo, deficitário e desigual quanto ao nível de investimentos públicos e ao grau de cobertura que o Estado oferece – quer no que diz respeito aos riscos sociais, quer na óptica dos grupos sociais abrangidos pela protecção social e das assimetrias entre eles (Torres et. al., 1997; Torres e Silva, 1998). Ferrera, Hemerijck e Rhodes (2000) também incluem Portugal no grupo dos

1.2.5 – Apoios formais à “Terceira Idade” em Portugal: equipamentos e serviços

Nesta secção daremos uma panorâmica de carácter quantitativo acerca da distribuição espacial do que materializa as respostas sociais à população idosa do Continente Português. A referência temporal é aqui importante, face às transformações recentes nesse panorama, determinadas seja pelas tendências demográficas, seja pelas de política social. Deste modo, embora se tome o ano de 2004 como representativo da situação “actual”, a evolução dos equipamentos e serviços, expressa por diferentes indicadores, é também apreciada, designadamente a registada desde 1998. Particular atenção e detalhe nessa caracterização merecem os distritos de Vila Real e de Bragança, cujo tratamento fecha este ponto.

A informação coligida baseia-se largamente na Carta Social 2000⁶, bem com em actualizações⁷ posteriores de alguns dados.

Na área de intervenção da População idosa, entre as múltiplas vertentes da acção da Segurança Social, verifica-se um crescimento notório entre 1998 e 2004: há agora mais 1917 valências⁸, mais 50 059 lugares e mais de 49 000 novos utentes.

Ou seja, no Continente registou-se neste período um aumento de 47% nas valências disponibilizadas, a que corresponde 31% de crescimento na capacidade dos equipamentos e serviços, e um acréscimo de utilizadores na ordem dos 35%. Pode pois dizer-se que, globalmente, melhorou a cobertura social à população idosa, tanto a nível dos equipamentos instalados como no plano da população abrangida (Quadro 1.2).

países da Europa do Sul. Refira-se que o modelo destes autores inclui ainda, para além da Europa do Sul, o regime escandinavo, anglo-saxónico e continental.

⁶ Este documento constitui uma revisão dos elementos considerados mais relevantes da rede de serviços e equipamentos sociais do Continente. Aí se estabelece um paralelo entre os equipamentos existentes e o respectivo grau de ocupação entre 1998 e 2000, sendo caracterizadas as respostas sociais, em particular as dadas aos idosos.

⁷ Os dados relativos aos anos 2001, 2002, 2003 e 2004 apresentados quer ao longo do texto, quer em Anexo, foram-nos facultados pelo Instituto de Segurança Social, IP.

⁸ Embora não explicitada a definição nas fontes consultadas onde, em todo o caso, se aplica o termo extensamente, pode entender-se como Valência a unidade de concretização de uma Resposta Social prestada a um conjunto de Utentes, em dada Área de Intervenção, e que está dotada de determinada Capacidade.

Quadro 1.2 – Valências de apoio à população idosa, capacidade instalada e número de utentes por Distrito (anos de 1998 e 2004).

Distrito	Apoio à população idosa					
	1998			2004		
	Nº de Valências	Capacidade	Nº de Utentes	Nº de Valências	Capacidade	Nº de Utentes
Aveiro	209	6487	5467	336	10515	9344
Beja	96	4461	3708	161	7635	5742
Braga	261	8031	6511	364	10935	9869
Bragança	164	4521	3320	236	6662	4887
Castelo Branco	247	8421	6112	317	10038	8343
Coimbra	271	8521	7336	441	13222	12394
Évora	175	6456	5671	241	8820	8536
Faro	149	6070	4542	178	7442	5814
Guarda	232	6306	5792	430	11935	9350
Leiria	181	5659	5132	252	8921	7720
Lisboa	848	41467	37830	942	39943	40034
Portalegre	152	5436	4436	191	6630	5829
Porto	380	15105	12882	576	22094	19054
Santarém	270	8874	7649	371	12995	11865
Setúbal	268	16278	14797	347	15760	13948
Viana do Castelo	81	2722	2450	149	5177	4546
Vila Real	98	3483	3062	166	5713	5297
Viseu	174	5605	5289	273	9521	8414
Continente	4054	163899	141986	5971	213958	190986

Fonte: Carta Social, 2000, Instituto de Segurança Social, IP.

À guisa de parêntesis, faz-se notar que a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais compreende diferentes entidades proprietárias. Estas ou se incluem na designada Rede Solidária, portanto sem fins lucrativos – e é o caso das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)⁹ ou a tal equiparadas, das Outras Entidades Sem Fins Lucrativos, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e das Entidades Públicas –, ou, pelo contrário, se assumem como Entidades Lucrativas. Na Rede Solidária, todas as entidades, com excepção das duas últimas mencionadas, se agrupam sob a designação de Organizações não Governamentais. Por outro lado, o Sector Privado, neste domínio, abrange entidades tanto da Rede Lucrativa como da Rede Solidária, na qual, naturalmente se encontram as Entidades Públicas (Carta Social (DEPP, 2001:10-16).

⁹ As Instituições Particulares de Solidariedade Social compreendem as Associações e Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, os Institutos de Organizações Religiosas, as Irmandades e Santas Casas da Misericórdia, as Uniões, Federações e Confederações de Solidariedade Social e as Associações Mutualistas registadas como IPSS.

Para que se aprecie devidamente a importância relativa destas categorias, acrescenta-se que, no ano 2000, no Continente e considerando a totalidade das áreas de intervenção social, a distribuição dos equipamentos segundo a natureza jurídica das entidades proprietárias era a seguinte: Organizações não Governamentais – 78,7%; Entidades Lucrativas – 15,4%; Entidades Públicas – 4,6%; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – 1,3% (Carta Social (DEPP, 2001: 16). Note-se que, apesar de menos de 5% serem equipamentos de entidades públicas, de facto o Estado financia várias entidades não lucrativas que o substituem amplamente no conjunto das respostas sociais facultadas à população. Segundo Hespanha (2000: 159):

“O Estado, tomando como prioridade política o reforço das iniciativas do sector privado para lhe permitir retirar-se da provisão directa de serviços assistenciais, empenhou-se na criação de condições legais de garantia da propriedade privada e liberdade de actuação, a par de participações financeiras para instalações, equipamento e funcionamento, sem perda de autonomia e de condição particular.”

Retomando a informação do Quadro 1.2, deve assinalar-se que a já vincada melhoria da cobertura social da população idosa, no período 1998-2004, verificando-se, de facto, em todos os distritos, não foi uniforme no Continente nem quanto às diferentes respostas sociais¹⁰.

Relativamente a estas últimas, a leitura dos dados apresentados em Anexo AI, que se sintetizam no Quadro 1.3, permite registar um crescimento superior à duplicação de **Centros de Convívio**, com mais 304 unidades deste tipo. Nalguns distritos todavia o seu número diminuiu (Quadro 1.2 e Anexos AI.3, AI.8).

Os **Centros de Dia** aumentaram significativamente tanto em número como em capacidade. Em 2004 registam-se mais 87% de valências relativamente a 1998 e potencial para mais 28% de utentes (Quadro 1.2 e Anexos AI.3, AI.8).

No que concerne a **Lares para Idosos e Residências para Idosos** verificou-se uma evolução positiva na ordem dos 25% a 30%, com o surgimento de mais 352 lares e 10 residências para idosos. A oferta em número de lugares aumentou 22% nos Lares de idosos e cerca de 40% nas Residências para idosos. Já o número de utilizadores destes equipamentos cresceu 27% e 66%, respectivamente (Quadro 1.2 e Anexos AI.3, AI.8).

¹⁰ As definições dos diferentes serviços e equipamentos para idosos previstos e identificados na Carta Social, encontram-se compiladas adiante, em caixa de texto.

Quadro 1.3 – Valências de apoio à população idosa, capacidade instalada e número de utentes no Continente, por resposta social (anos de 1998 e 2004).

Serviços e Equipamentos para a População Idosa		Ano	
		1998	2004
Centro de Convívio	Nº de Valências	205	509
	Capacidade	29 670	26 025
	Nº de Utentes	25 315	26 819
Centro de Dia	Nº de Valências	13 411	1 806
	Capacidade	46 273	59 127
	Nº de Utentes	36 328	41 371
Lar para Idosos	Nº de Valências	1 181	1 533
	Capacidade	49 059	60 011
	Nº de Utentes	46 426	58 947
Residência para Idosos	Nº de Valências	39	49
	Capacidade	875	1 235
	Nº de Utentes	703	1 168
Serviço de Apoio Domiciliário	Nº de Valências	1 288	2 061
	Capacidade	38 022	67 336
	Nº de Utentes	33 214	62 460

Fonte: Carta Social, 2000, Instituto de Segurança Social, IP.

Nos últimos anos, tem vindo a ser dada prioridade à valência **Serviço de Apoio Domiciliário**, do que resultou o seu acentuado crescimento. Entre 1998 e 2004 verificou-se um aumento de 60% nestes serviços, a que correspondeu um acréscimo de quase 90% do número de utentes, isto a nível do Continente Português (Quadro 1.3 e Anexos Al.3, Al.8).

Na Figura 1.4¹¹ temos também para os distritos do Continente Português a informação discriminada por tipo de equipamentos e serviços prestados, em 1998 e 2004. Com algumas excepções¹², e como a Figura bem ilustra, conclui-se que para todos os tipos de serviços e equipamentos aí mostrados, se verificou um aumento do número de valências por distrito.

Na mesma Figura, os cartogramas assinalam as discrepâncias entre distritos nesta matéria, em 2004. Os distritos da faixa litoral, tendencialmente e para os quatro tipos de respostas sociais considerados, estão entre os melhor dotados, ao passo que os do interior, também numa apreciação dos grandes traços caracterizadores da situação naquele ano, se revelam os pior servidos. As excepções mais marcantes a

¹¹ A informação de base encontra-se discriminada para cada um dos anos entre 1998 e 2004 inclusive, em Anexo.

¹² É o caso dos Centros de Convívio nos distritos de Braga, Vila Real, Viseu e Lisboa.

esta tendência verificam-se no caso de Viana do Castelo, que surge como o distrito pior dotado em Centros de Dia e Serviços de Apoio Domiciliário. Em sentido oposto, assinalam-se os distritos das Beiras, em especial o da Guarda, que está entre os mais bem servidos em três dos tipos de resposta social à população idosa. Aliás, este distrito registou uma subida assinalável no número de valências entre 1998 e 2004, em termos de Centros de Dia e de Serviços e Apoio Domiciliário (Figura 1.4b e d). O contraste Norte – Sul torna evidentes as semelhanças entre Alentejo e Algarve e Trás-os-Montes, porquanto os distritos que os constituem, se situam entre os menos bem servidos, sublinhando-se aqui a posição extrema de Vila Real no que respeita aos Lares e Residências para Idosos. Neste quadro são excepção os distritos de Évora, quanto aos Centros de Convívio, e de Bragança, para os Centros de Dia. Globalmente, constata-se portanto uma maior concentração de equipamentos e serviços na faixa litoral, sobretudo na Região da Grande Lisboa, Grande Porto e Setúbal.

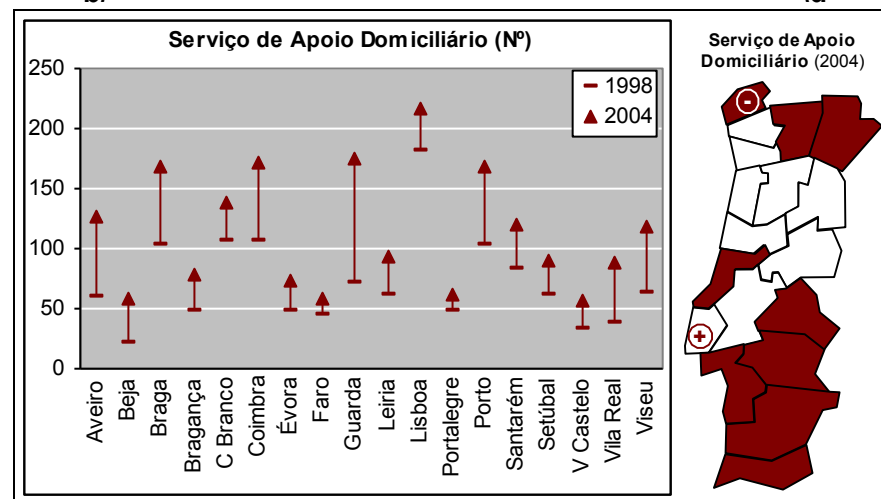
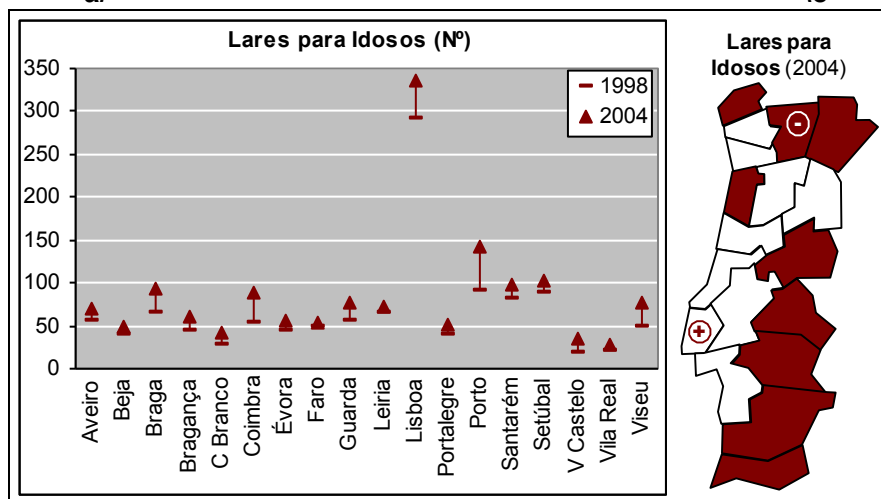
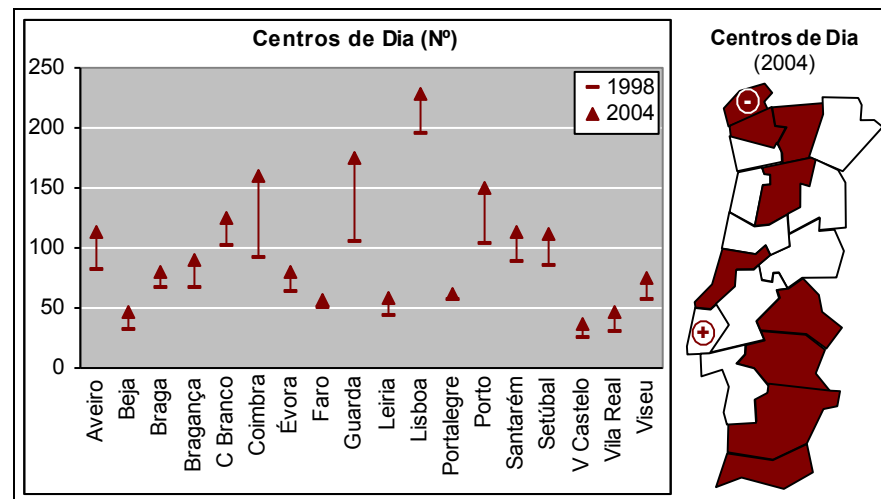
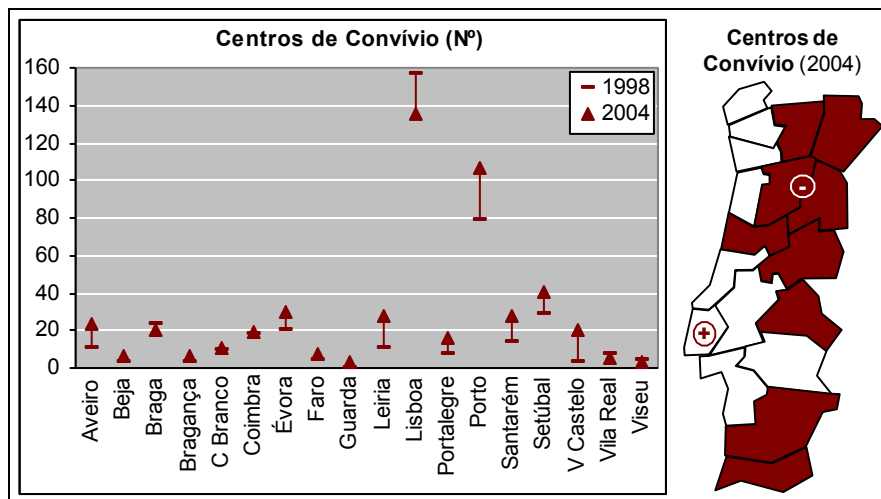


Figura 1.4 – Respostas Sociais por Distrito em Portugal Continental: os números em 1998 e 2004 (gráfico), os mais e os menos servidos em 2004 (cartograma), relativamente a (a) Centros de Convívio, (b) Centros de Dia, (c) Lares para Idosos e (d) Serviço de Apoio Domiciliário. Fonte: Carta Social (2000) e Instituto de Segurança Social, IP.

Distritos ordenados de acordo com o número de Respostas Sociais em 2004: o "piores" servido os nove "menos" os nove "mais" o "melhor" servido

Serviços e equipamentos para Idosos

Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa de Idosos.

Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção de idosos no seu meio sócio-familiar.

Lar para idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e ocupação dos tempos livres dos utentes.

(Despacho Normativo nº12/98, de 05 de Março).

Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivos de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e /ou as actividades da vida diária.

(Despacho Normativo nº 6/99, de 12 de Novembro).

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verificam as seguintes situações:

- . Inexistência ou insuficiência de respostas eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio de pessoa idosa;
- . Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-lei nº 391/91, de 10 de Outubro)

Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idosos ou para família ou para outra resposta social de carácter permanente.

Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex. centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

(Transcrito de Carta Social - Rede de Serviços e Equipamentos, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 2000, pp.73-75.)

A par dos aumentos dos *equipamentos e serviços de apoio a idosos*, entre 1998 e 2004, sublinha-se ainda a sua muito elevada taxa de utilização em 2004, indicadora de que o crescimento apontado, na prática, deu resposta à procura crescente para o conjunto destas valências. De facto, na Figura 1.5, confrontaram-se a capacidade do conjunto de equipamentos e o número de utentes, concluindo-se que para todos os distritos estes dois valores são bastantes próximos. Regista-se aliás um caso de sobre-utilização, em que a capacidade é ultrapassada pelo número de utentes: o distrito de Lisboa.

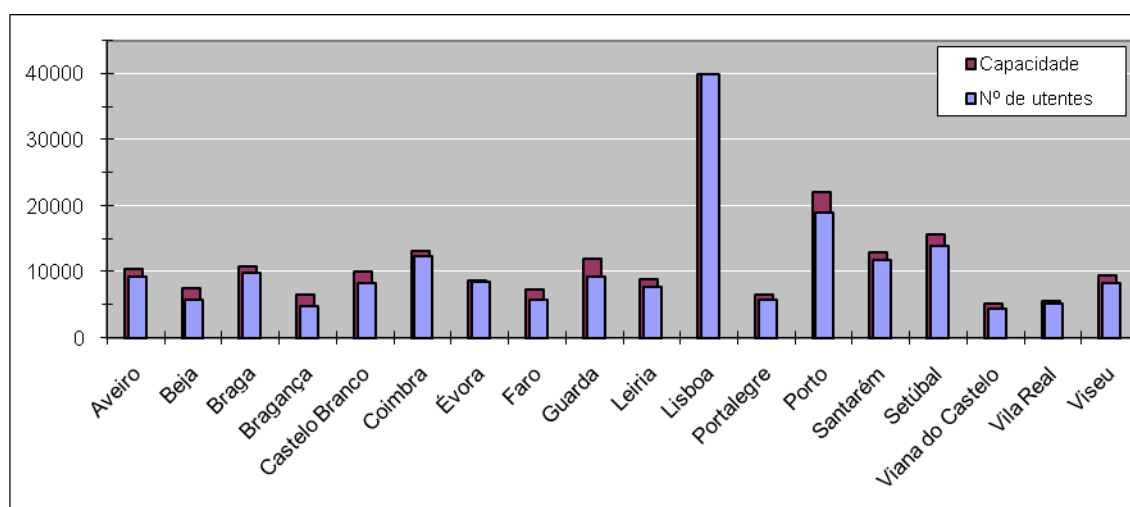


Figura 1.5 – Capacidade e número de utentes, em 2004, das valências para idosos, por Distrito.

Considerando os valores da população residente de mais 65 anos nos diferentes distritos do Continente e da capacidade de apoio à população idosa nestes distritos (avaliada através dos equipamentos e serviços de apoio existentes bem como na sua capacidade), no Quadro 1.4 calculou-se a taxa de cobertura destes equipamentos e serviços. A média para o Continente é de 13% e, uma vez que neste cômputo todas as valências foram incluídas, tal valor parece indicar uma taxa de cobertura baixa, qualificativo certamente melhor sustentável se formulada de outro modo e em números menos precisos: apenas um em cada oito idosos usufruem de apoio institucional, formal, no Continente Português. A taxa de cobertura varia de 26%, na Guarda, a 10% em Faro, Aveiro, Porto e Viana do Castelo. Os valores de 19% e 13% relativos, respectivamente, aos distritos de Bragança e de Vila Real, situam-nos, no seu conjunto, acima da média continental.

Quadro 1.4 – Taxa de cobertura das Valências de apoio à população idosa por Distrito, em 2004

Distritos	População residente de mais de 65 anos ^(a)	Capacidade instalada de valências de apoio à população idosa ^(b)	Taxa de cobertura dos equipamentos para idosos (%)
Aveiro	102 003	10 515	10
Beja	38 872	7 635	20
Braga	98 028	10 935	11
Bragança	35 549	6 662	19
Castelo Branco	52 169	10 038	19
Coimbra	86 424	13 222	15
Évora	38 945	8 820	23
Faro	73 613	7 442	10
Guarda	45 057	11 935	26
Leiria	80 063	8 921	11
Lisboa	341 605	39 943	12
Portalegre	32 932	6 630	20
Porto	219 834	22 094	10
Santarém	94 166	12 995	14
Setúbal	117 553	15 760	13
Viana do Castelo	49 966	5 177	10
Vila Real	44 713	5 713	13
Viseu	77 104	9 521	12
Continente	1 628 596	213 958	13

Fonte: (a) INE, Recenseamento Geral da população 2001; (b) Carta Social, 2004, Instituto de Segurança Social, IP.

Como foi já referido, dado que em meio rural, em função do êxodo rumo aos grandes centros, os idosos não podem habitualmente contar com o apoio de familiares mais jovens, tais equipamentos e serviços constituem importante suporte ao seu quotidiano. Note-se ainda que aí não há a possibilidade de recorrer, nem que seja esporadicamente, à contratação de serviços privados de restauração bem como outros afins, a preço módico, habituais em meio urbano, onde se evita também a institucionalização de muitos indivíduos mercê deste apoio e sustentação. Em regra, tal é aliás do agrado dos próprios e constitui também uma forma menos onerosa de apoio social. A corroborar este raciocínio, registe-se ainda a maior taxa de cobertura dos equipamentos para idosos nos distritos do interior do país (Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda e Portalegre) (Quadro 1.4).

Tal constatação aponta para uma *discriminação positiva* dos distritos do interior do país face aos do litoral, tanto mais que o financiamento do apoio social à população idosa tem origem, em parte muito substancial, em fundos públicos. A Figura 1.6 ilustra bem esta asserção.

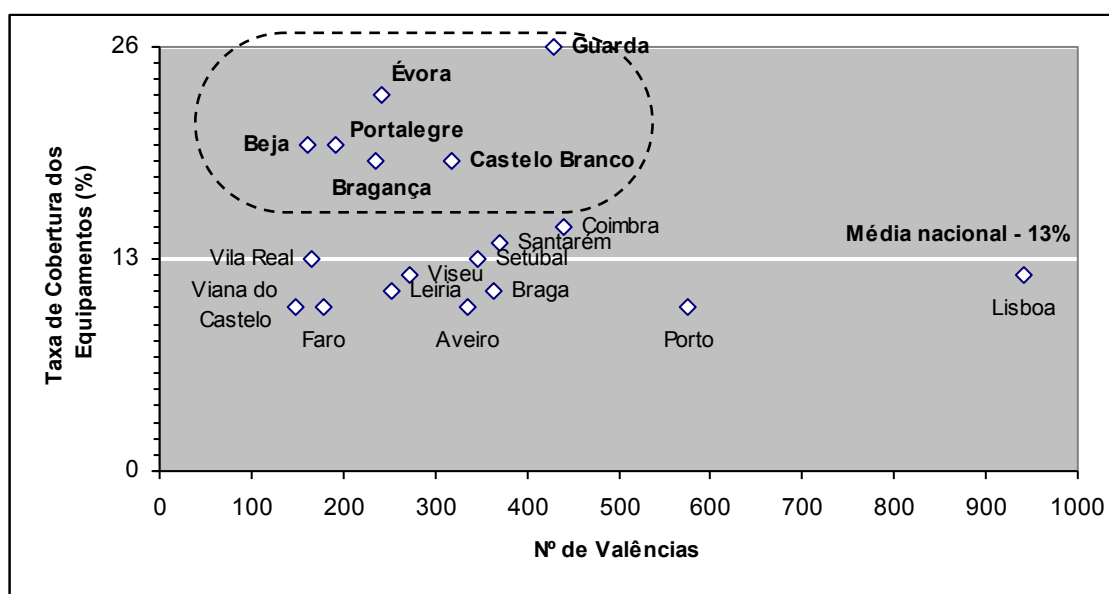


Figura 1.6 – Taxa de Cobertura dos Equipamentos e Número de Valências para Idosos por Distrito, em 2004.

Analisaremos agora em particular o que se passa relativamente aos distritos de Bragança e Vila Real (valores a sombreado nos Quadros 1.2 e 1.4) *grosso modo* a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, a nossa área de análise mais específica. Como pode ver-se no Quadro 1.2 em Vila Real o número de valências para idosos aumentou no período em análise cerca de 70%, e em Bragança 44%.

Relativamente à evolução dos diferentes tipos de equipamento e serviços que constituem estas valências, ressalta a importância crescente dos *serviços de apoio domiciliário* que registaram acréscimo quer em número, quer na efectiva utilização deste serviço, para ambos os distritos e com particular relevância no caso de Vila Real (Anexos A1.10).

Os Centros de Dia mas sobretudo os Lares de Idosos apresentam também acréscimos no período considerado. O Apoio Domiciliário registou um incremento particularmente significativo sobretudo relativamente ao número de utentes, e mais marcadamente em Bragança. Já quanto à expressão dos Centros de Convívio, bem como à sua utilização efectiva pelas populações idosas, ela é bastante mais modesta. As Residências para idosos são em número limitado, servindo por isso uma população reduzida (Anexos A1.10).

É importante ainda sublinhar que nos Centros de Dia, sobretudo em meio rural com frequência são disponibilizados serviços de refeições. Estes podem ser servidos no Centro propriamente dito, ou nas residências dos utentes, existindo por vezes transporte motorizado para distribuição das refeições. Tal permite que o raio de acção de um determinado equipamento não se limite ao Centro propriamente dito, mas também às residências dos utentes, de modo a que cobertura do equipamento ultrapasse a freguesia (ou a aldeia) em que se situa, podendo por esta via o serviço ser rentabilizado sobretudo tendo em conta a rarefacção da população residente em meio rural. Este serviço, em conjunto com o apoio domiciliário cumpre, a nosso ver, (e de acordo com informação empírica recolhida no âmbito de projecto¹³), um papel importante no apoio a idosos residentes em meio rural.

1.3 – Sociedade, velhice e família: as redes sociais de apoio

Na análise do ambiente social que envolve os idosos portugueses, passemos agora a um outro plano, mais próximo do seu dia-a-dia. Ou seja, para além do apoio que lhes é garantido pelo Sistema de Segurança Social através das reformas e pensões, bem como o apoio do Estado na vertente do financiamento de equipamentos e serviços (tópicos abordados já ao longo da secção 1.2), o foco é agora o suporte regular e oportuno assegurado por familiares, amigos e vizinho, a designada rede apoio informal.

Para tal convém desde logo consolidar alguns conceitos e acepções da noção de família, agregado doméstico bem como debruçarmo-nos sobre a natureza das relações intergeracionais estabelecidas entre indivíduos da mesma família e de diferentes gerações.

A abordagem intergeracional, particularizada em diferentes níveis de interacção entre gerações, é tópico fundamental no estudo quer do envelhecimento quer da velhice. O desenvolvimento dos indivíduos em sociedade faz-se também no estabelecimento de relações com outros indivíduos da mesma ou de diferentes gerações. Considerar em particular o tipo de relacionamento dos idosos com indivíduos de outros estratos etários, sobretudo os de idades inferiores, é fulcral nessa abordagem. Tal permitirá compreender de que modo o apoio aos idosos se processa e, simultaneamente, analisar os mecanismos de retribuição da assistência prestada.

¹³ Projecto de Investigação Praxis XXI “Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”.

1.3.1 – Relações intergeracionais: conceitos básicos (geração, família e agregado doméstico) e legados patrimoniais

Pretende-se aqui precisar uma série de conceitos que alicerçam a análise das relações intergeracionais. Desde logo a definição e discussão dos conceitos de geração, família e agregado doméstico – essenciais para posterior fundamentação de opções metodológicas assumidas neste trabalho. Também importantes são os diferentes legados patrimoniais e o modo como são transmitidos, e por consequência objecto aqui de uma breve revisão. Particular destaque é ainda dado ao património fundiário, à terra, base produtiva das actividades agrárias e por isso da maior relevância no estudo de idosos agricultores na componente empírica da investigação, posteriormente apresentada.

1.3.1.1– Geração, família e agregado doméstico

Ao falar-se das relações intergeracionais e em particular da solidariedade entre gerações, convém começar por precisar o que se entende por geração. Que indivíduos podem ser englobados numa mesma geração? Que referencial comum partilham, e, assim, que padrão de comportamento expressam? Tendo em vista a problemática que pretendemos explorar, quais destes aspectos condicionam a forma como se relacionam com as outras gerações com que convivem?

Em demografia chama-se “geração ao conjunto de pessoas submetidas a um mesmo acontecimento de origem durante o mesmo período de tempo” (Nazareth, 1988). Nesta acepção o início de uma geração é habitualmente assinalado pelo ano de nascimento. Para Attias-Donfut (1995: 6)

" (...) aquilo a que chamamos geração toma diferentes contornos conforme nos situamos no ponto de vista dos sistemas de redistribuição pública, ou do ponto de vista da família. No primeiro caso, a combinação da idade e a participação no mundo do trabalho dá origem a grupos populacionais"

Segundo a autora, estes grupos serão os seguintes: o dos que estão na fase de vida activa; o grupo dos que ainda aí não entraram; e, por fim, o dos que já saíram do período activo da sua vida, a designada geração do “*welfare*”. O conceito de geração baseado no grau de actividade dos seus membros é discutível, e para alguns autores a designação de geração deve ser reservada tão só aos laços pais/filhos na família (Donfut, 1995: 7). Se, pelo contrário, estivermos a considerar o conceito de

geração do ponto de vista da família, o que está em causa é mais a posição relativa na sucessão genealógica, que situa uma dada geração relativamente aos predecessores e sucessores. A geração assim definida, isto é genealogicamente, que supõe uma relação de filiação, é por exemplo, a conotação utilizada por Fernandes (1997) no seu estudo “Velhice e Sociedade”. Estas constatações são hoje bastante correntes dadas quer a crescente esperança de vida, quer a multiplicidade de casos de antecipação das reformas.

Outras perspectivas da mesma noção podem ainda ser encaradas, como seja a de geração sob o ponto de vista **histórico**, segundo o qual esta é o período correspondente à duração de renovação dos homens na vida pública, geralmente considerado de trinta anos, por norma a diferença de idades entre pais e filhos. É ainda referida uma formulação de geração designada **sócio-cognitiva**, cujo principal critério de identificação será um conjunto de vivências únicas experimentadas pelo atravessar de determinados momentos históricos. Tais vivências conferem aos indivíduos que a integram uma visão do mundo bastante semelhante. Para complementar esta discussão conceptual importa ainda acrescentar-se a de geração entendida como grupo de pessoas situadas na mesma etapa de vida – conceito que melhor identifica a velhice como grupo (Donfut, 1991; Fernandes, 1997: 77).

Na análise que pretendemos fazer dos idosos em meio rural, das suas ocupações e modos de vida é, como já referimos, fundamental o estudo das relações intergeracionais por eles estabelecidas. De entre estas, serão privilegiadas as familiares, sobretudo as que os ligam aos filhos e netos. Para além disso, serão também consideradas as que decorrem do contacto com técnicos jovens, responsáveis pela prestação de apoio a nível das actividades agrárias desenvolvidas. As relações intergeracionais remetem, frequentemente, para as relações entre gerações de indivíduos da mesma família.

Em meio rural, na agricultura, onde coincidem a unidade de vivência quotidiana familiar e a unidade base da actividade profissional é particularmente importante a análise do agregado doméstico, e não do indivíduo, como unidade base de estudo. Almeida (1999: 97-103) salienta a justeza da sua utilização nesses contextos:

“ Se a perspectiva esboçada de reter o grupo doméstico como unidade analítica parece, assim, globalmente defensável, ele ganha uma particular necessidade no estudo do espaço rural de pequena agricultura, no espaço onde as diversas fracções do campesinato têm um peso significativo. É que aí a unidade doméstica é também uma unidade relativamente autónoma de actividade produtiva, característica que apenas partilha com certos sectores do pequeno comércio e da pequena indústria. Não faltam, de resto, as pesquisas que atribuem à “casa” agrícola um papel gerador central de múltiplas estratégias.”

Vários autores portugueses (Lourenço, 1991; Walll, 1998; Cabral, 1984; Silva, 1998, Madureira 2002), no estudo de sociedades rurais, recorreram à utilização da tipologia de Laslet (apresentada na caixa de texto) ao proceder ao estudo das unidades familiares e suas transformações. As famílias simples com ou sem criados são a forma mais comum de agregado doméstico em todos os estudos referidos, sendo as unidades mais frequentes compostas por marido, mulher e filhos. Também Aboim (2003) adoptou este conceito de agregado doméstico designando-o de *grupo elementar de solidariedade quotidiana*. Utilizando os Censos de 1960, 1991 e 2001, estudou a evolução da estrutura dos grupos domésticos definindo assim as grandes linhas de transformação da vida familiar em Portugal neste período, que sintetizou nas seguintes grandes tendências:

- Diminuição da dimensão média dos agregados;
- Aumento dos agregados de pessoas sós;
- Decréscimo dos agregados numerosos de famílias complexas;
- Diminuição das famílias, casal com filhos e aumento dos casais sem filhos.

No estudo dos idosos em meio rural, é também fundamental considerar os agregados domésticos onde se inserem, tanto mais que é aí que se organiza e adapta um quotidiano crescente em limitações e em recursos reunidos para as enfrentar.

Como se verá mais adiante, estes grupos domésticos são maioritariamente só de idosos, com frequência um casal que vive já sem os filhos.

A tipologia dos agregados domésticos apresentada na caixa acima é estática, estabelecendo como que uma fotografia da estrutura familiar, num dado momento. Mas diferentes estruturas domésticas sucedem-se no tempo, à medida que a vida familiar evolui. Esta contínua transformação inclui mudanças que podem aliás ser observadas a diferentes títulos.

Existem, desde logo variações numéricas dos elementos que integram um determinado grupo doméstico, por exemplo, por via dos nascimentos e mortes que ocorrem, das separações dos descendentes do núcleo familiar dos pais.

Há também a considerar as variações funcionais dos indivíduos, relacionadas coma sua actividade produtiva. O conhecimento das profissões e ocupações dos membros do agregado doméstico em cada momento revela também diferentes fontes de rendimento do grupo doméstico, e explica as opções patrimoniais seguidas. Tais aspectos permitem uma completa compreensão das estratégias familiares específicas, e como tal é importante a sua análise.

Família

A designação Família aplica-se ao grupo de pessoas unidas directamente por laços de parentesco, na qual os adultos assumem a responsabilidade de educar em ampla medida e cuidar das crianças. Os laços de parentesco são relações entre indivíduos estabelecidas através do casamento ou por meio de linhas de descendência que ligam familiares consanguíneos (mães, pais, filhos e filhas, avós, etc.). O casamento pode ser definido como uma união sexual entre dois indivíduos adultos, reconhecida e aprovada socialmente. Nas sociedades ocidentais os casamentos e a família associam-se à monogamia, isto é, à impossibilidade legal de existência de casamentos simultaneamente realizados com mais do que um indivíduo (Giddens, 2000: 176-177). Para além dos cônjuges, o casamento une também um vasto número de pessoas que se tornam parentes. Pais, irmãos e outros familiares de sangue tornam-se parentes do outro cônjuge através do casamento.

As relações familiares são sempre reconhecidas dentro dos grupos de parentesco mais amplos. Em praticamente todas as sociedades se podem identificar a designada família nuclear, constituída por dois adultos vivendo juntos com os seus filhos. Na maioria das sociedades tradicionais, a família nuclear estava inserida em redes de parentesco mais amplas. Quando outros parentes, além do casal e dos filhos, vivem na mesma casa ou estão em contacto próximo e contínuo com eles, fala-se em família extensa, ou alargada.

Agregado Doméstico

No estudo da família, a unidade de base – a célula familiar de análise – conduz à noção de agregado doméstico, estabelecida nas perspectivas sincrónica e diacrónica. A perspectiva sincrónica, mais descritiva e de dimensão estática, corresponde à estrutura do agregado doméstico, cuja base são as variáveis sexo e relações parentais. Analisa-se o tipo de vínculo familiar existente entre os seus membros, ou seja, o modo como as pessoas que o compõem se ligam em termos de laços de parentesco. A perspectiva dinâmica (diacrónica) centra-se no estudo das relações entre os membros do agregado doméstico e a sua organização familiar, baseando-se para a sua definição em três critérios: i) critério espacial; ii) critério funcional e iii) critério parental.

Laslett (1972: 24) define agregado doméstico, ou grupo de co-residência da seguinte forma:

"Mais abrangente do que a noção de família, definida pela existência de laços de sangue ou de aliança, o conceito de 'agregado doméstico' designa o grupo elementar de solidariedade quotidiana, tendo como base o critério de co-residência entre indivíduos, que implica quer a partilha do mesmo tecto (critério locacional), quer a partilha de recursos e mesmo de actividade (critério funcional). Na maior parte dos casos estruturado em função de laços de parentesco, o grupo de co-residência abrange também as situações em que estes não estão presentes, como é o caso das pessoas que vivem sós ou unidas por vínculos que não os de sangue ou da aliança."

Segundo este autor, o grupo de co-residência pode ser analisado não só pela via da sua dimensão, mas também a partir da sua estrutura. Para tal há então que definir o tipo de laço que existe entre os vários membros do agregado (laços de consanguinidade, de aliança, de trabalho, de afinidade), mas também o número de núcleos familiares que o constituem. Podem ter apenas um núcleo familiar (uma família simples), conjugal, quando constituído por um casal com ou sem filhos, ou um pai ou uma mãe com filhos; quando incluem para além do núcleo, outras pessoas são uma família alargada. Os que comportam na mesma unidade vários núcleos, formam uma família múltipla.

Para o conhecimento da estrutura e a compreensão das transformações ocorridas ao nível da célula familiar, analisou agregados domésticos considerando os indivíduos que apresentassem três características em comum:

- *Dormirem habitualmente debaixo do mesmo tecto* – (critério de localização, locacional)
- *Partilharem um número de actividades* – (critério funcional)
- *Serem relacionados por laços de sangue ou de casamento* – (critério parental)

Os dois primeiros critérios são tomados universalmente. Cada indivíduo integrante de um agregado vive em conjunto com os outros elementos que o compõe, e assume-se que coopera com eles em vários aspectos, tendo uma relação de suporte ou dependência com alguns ou com todos eles, por vezes dos dois tipos. Mas nem todos os indivíduos do agregado doméstico devem observar o terceiro critério, isto é terem laços familiares, uma vez que alguns indivíduos, partilham actividades do agregado doméstico que integram (porque com ele residem), sem no entanto terem qualquer laço de sangue ou matrimonial. É o caso por exemplo dos criados e de visitantes.

Laslett (1972: 29-30) estabeleceu uma classificação dos agregados domésticos nas seguintes seis categorias:

I – **Agregados domésticos de pessoas sós** – constituídos por viúvos (as) e celibatários.

II – **Agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal** – correspondem a indivíduos que coabitam sem estrutura conjugal, com ou sem laços de parentesco.

III – **Agregados domésticos de famílias simples** – correspondem a famílias nucleares, também designadas elementares ou biológicas. São constituídos por casais (marido e mulher), o casal com descendentes; ou um viúvo(a) com um descendente. O conceito estrutural deste tipo e grupo doméstico é o laço conjugal.

IV – **Agregados domésticos alargados** – correspondem a grupos domésticos de famílias

Assim no estudo da família, no tempo, é fundamental considerar-se mais do que apenas o estudo do agregado doméstico, o ciclo de vida da família. Para além desta aceção temporal e das consequentes transformações observadas nos agregados familiares, importa ainda salientar o comportamento económico, bem como as opções estratégicas destas células familiares de base.

Tal é, aliás, a preocupação de Strauss-Khan (1985: I-II) ao reflectir sobre o papel que a família, no sentido de célula familiar ou de agregado doméstico, tem desempenhado ao longo do tempo na economia neoclássica. Tradicionalmente, nas abordagens microeconómicas, o agregado doméstico não passa de uma figuração, desempenhando aí um papel menor. No seio desta célula familiar, trabalha-se, consome-se e poupa-se. Porém, este autor faz notar que as funções e papéis dos agregados domésticos são, de facto, muito mais complexas e diversas. Salienta a preocupação com a reforma; a acumulação de património; a transmissão de uma herança; o posicionamento numa hierarquia social; a ajuda aos ascendentes; e a ponderação de diferentes ofertas de trabalho, conforme se trata de um dos diferentes elementos que o constituem. Defendendo o papel maior nas tomadas de decisão que, na verdade, atribui ao agregado doméstico, *Strauss-Khan (1985: II)* enfatiza o facto do mesmo ser amiúde apreendido de diferentes formas:

“Para uns, sujeito consciente, é especialista na racionalidade: organiza, prevê, decide e optimiza. Para outros, brinquedo de forças que o ultrapassam, pressionado pelas contradições que apercebe, empurrado de um extremo ao outro da cena, essencialmente ele age. Em qualquer caso uma coisa é certa, tem um papel principal”.

Refira-se ainda que dentro do agregado doméstico, a existência de grupos de idade com competências, direitos e obrigações perfeitamente definidos, leva de imediato a uma multiplicidade de laços intergeracionais, entre os quais se acham, inevitavelmente, os de cariz emocional. A imagem que nos é dada por Donfut (1995: 29), acerca das casas onde coabitavam várias gerações, é disto reveladora:

“ (...) as trocas são constantes, imediatas, numerosas, misturando o afectivo e o produtivo. Tal organização dá-nos a imagem (...) de um avô guardando as vacas com o neto, as forças declinantes associadas às forças em constituição que se juntam para um trabalho de natureza económica enquanto se efectua a transmissão cultural (contos, canções, histórias do passado). Aos velhos era frequentemente dada, com efeito, a tarefa afectiva de cuidar dos mais novos.”

Strauss-Khan (1985: I-II), enfatiza também a necessidade da análise da família através da unidade agregado doméstico, levando em consideração a variável tempo.

Uma abordagem parada no tempo é sempre redutora e limita a compreensão das estratégias e das decisões, impedindo a análise dos efeitos obtidos posteriormente. Assim, o autor refere que o estudo da família pela análise do ciclo de vida é o mais frutífero. O tempo pode ser medido pela idade (com o passar dos aniversários que vão constituindo o ciclo de vida) e no conjunto da vida dos indivíduos os diferentes actos sucedem-se. O tempo é ainda assinalado pelo calendário, pela datação, o que leva a estratificar as famílias em diferentes gerações. É com a introdução do tempo na análise da família – o estudo da sua evolução no tempo – que as diferentes gerações se misturam e interagem.

Estudos acerca da evolução no tempo das famílias e do trabalho familiar na actividade agrícola procedem a análises em que consideram o ciclo de vida das mesmas. Destacam-se os trabalhos de Tchayanov, que analisou as adaptações de famílias camponesas em contextos economicamente difíceis. Num enquadramento particular (a Rússia do início do século XX), Tchayanov explicou a sobrevivência da economia camponesa num contexto economicamente desfavorável. Para tal, recorreu à construção de modelo explicativo (baseado no variado material empírico que sistematicamente recolheu e tratou) do funcionamento agrícola das unidades de produção camponesas. A construção desse modelo, de carácter evolutivo, assentou no pressuposto de que as variações demográficas do agregado doméstico dos agricultores iriam determinar as opções de produção agrícola em cada momento. O autor pôs em evidência, para diferentes tipos de famílias camponesas, o modo como o balanço entre a satisfação das necessidades de consumo e o grau de penosidade do trabalho, variava com a dimensão da família, bem como a proporção de membros activos desta (isto é, filhos com idade suficiente para participarem activamente na exploração agrícola). A partir desta ideia traçou aquilo a que chamou a "história natural da família" e as alterações de dimensão das explorações camponesas duma geração à outra. O autor estabelece assim a relação entre esta história natural da família e a forma de fazer agricultura, desenvolvendo o conceito de "diferenciação demográfica" (Tchayanov, 1990).

A sua análise, no entanto, não é essencialmente demográfica. Com base em dados estatísticos, bibliografia monográfica e inúmeros inquéritos no terreno, dissecou o problema, recorrendo ao estudo de diversas variáveis de carácter técnico e económico, quer directamente ligadas às actividades produtivas da agricultura, quer às alternativas de actividade complementar fora da agricultura.

A validade do modelo de Tchayanov no contexto em que o estudou, e a particularidade de uma abordagem da economia camponesa não regida por critérios meramente económicos, constitui um contributo teórico importante. Em particular, o

facto do modelo se basear na evolução das idades dos membros da família – que no caso do estudo deste autor se traduziram na evolução do número de filhos da família/exploração e nos diferentes estratos etários por eles ocupados, – abre a possibilidade de relacionar a estrutura demográfica da família com as opções tomadas na actividade agrícola exercida na exploração. Ou seja, no seu estudo considera as particularidades de cada momento do ciclo de vida da família, enfatizando momentos de maior intensificação da produção agrícola (por vezes complementada com trabalho fora da agricultura, caso essa oportunidade existisse) face a uma maior disponibilidade de mão-de-obra familiar e, simultaneamente, face a importantes necessidades de consumo do agregado doméstico.

Nas sociedades rurais, tradicionalmente, a família era uma unidade de produção e de residência. Os rendimentos gerados pela actividade agrícola eram, em larga medida, directamente consumidos pelos elementos dos agregados domésticos.

Hoje, nas sociedades rurais da Europa ocidental a configuração da *casa agrícola* mudou substancialmente. Por um lado, alguns dos que aí vivem têm outras actividades, e os mais novos migraram em grandes contingentes. A relação dos que partiram com a casa agrícola dos progenitores é, sem dúvida, de índole completamente diversa da apresentada, e por consequência, são também diferentes as relações entre estas gerações: a dos pais que vivem em meio rural e estão na agricultura, e a dos filhos que saíram e têm actividade ou profissão fora do sector primário.

Para aperceber transformações da agricultura familiar sujeita às alterações sociais referidas (*por exemplo*, industrialização em meio rural, empregos fora da actividade agrícola, etc.) diferentes autores utilizam também uma abordagem do ciclo de vida de forma a evidenciar as transformações correspondentes a diferentes estratégias de emprego dos descendentes, residentes ou não na casa paterna. Tal pode levar a reduções do nível de intensidade da actividade agrícola nas fases do ciclo de vida que correspondem à saída dos filhos da esfera de trabalho permanente na casa paterna. Novais (1993), estudando um contexto muito particular de agricultura a tempo parcial – a dos operários dos estaleiros navais de Viana do Castelo, mostra as diferentes fases da agricultura por eles praticada, nos diversos momentos do seu ciclo de vida. Para estes agricultores a tempo parcial, o crescimento dos filhos e simultaneamente a sua saída da esfera do trabalho na agricultura vai implicar uma retracção na produção, sobretudo em função de uma restrição na mão-de-obra familiar disponível. Face ao material recolhido por inquirição, a autora assumiu cinco fases no ciclo de vida das famílias dos

agricultores operários, relacionadas com a estrutura do agregado doméstico, número de membros que o integram e consequente disponibilidade de mão-de-obra para o trabalho agrícola. Variações na estrutura fundiária das explorações agrícolas foram também tidas em consideração (Novais, 1993: 87-89, 118-120). Também Madureira (2002; 175-176) optou por utilizar a noção de etapa no ciclo de vida no seu trabalho sobre famílias agricultoras em Trás-os-Montes. Ambas as autoras citadas consideraram as cinco fases do ciclo de vida definidas por Kada (1980), baseadas na idade dos filhos em cada agregado doméstico, e com evidentes implicações a nível das actividades desenvolvidas nas explorações agrícolas bem como no grau de ocupação da família.

No plano geral do nosso estudo considerar o ciclo de vida da família é também particularmente pertinente: possibilita destacar a fase em que se encontram os agricultores mais velhos, compreendendo as suas estratégias produtivas e integrando-as numa história de vida e num quadro económico e agrário regional.

1.3.1.2 – Relações intergeracionais: a transmissão do património

No estudo dos agregados domésticos ao longo do tempo, a sua estrutura e as múltiplas opções num quadro estratégico da família, a curto, médio e longo prazo, é também fundamental entrar em linha de conta com o património e as diferentes opções tomadas a este nível.

Este tópico, no quadro de estudo das relações intergeracionais é importante, em particular nas estabelecidas por via do património transmitido pelas gerações mais velhas, dos ascendentes aos seus descendentes. Assim, abordar a questão do património entendido este quer em sentido lato, quer particularmente o património fundiário, a *terra*¹⁴, base das relações produtivas agrárias pareceu-nos pertinente.

A noção de património, ou seja, o conjunto de bens próprios, materiais ou imateriais, herdados ou adquiridos, remete para o conceito de propriedade.

Segundo Hespanha (1994: 25) a dificuldade de definir, mesmo em termos jurídicos, a propriedade obriga a procurar um campo alargado de reflexão onde aquela noção possa ser discutida e conhecida nas suas múltiplas dimensões. Este autor faz uma abordagem sociológica da propriedade e levanta um conjunto de questões a partir das quais é possível discorrer acerca de alguns aspectos menos visíveis desta. A questão jurídica é uma das acepções da noção de propriedade, e segundo este autor parece dominar as nossas concepções acerca dela.

¹⁴ E as edificações com fins agrícolas a ela associadas – as benfeitorias – que tomaremos por subentendidas sempre que a expressão *terra*, no sentido aqui aplicado, surgir no texto.

É no interior da pequena célula da família – o agregado doméstico – que se vão delineando múltiplas estratégias de perpetuação e de evolução da família. A transmissão do património, a herança, desempenha (e sobretudo desempenhou) um papel principal na manutenção, ou ruptura, do estatuto das diferentes famílias. Como assinala Sengalen (1999: 44-45), o sistema de transmissão patrimonial vigente e as estratégias matrimoniais desenvolvidas determinaram, então, a evolução e importância das casas.

Na linha de Fernandes (1999: 14) e de Sengalen (1999: 227), podemos afirmar que as estratégias de um agregado doméstico podem também consistir no financiamento de estudos aos descendentes, perspectivados esses como possibilidade de escolha de uma profissão. Entramos, assim, no campo dos diferentes legados patrimoniais que os pais podem dar aos seus descendentes (património humano *versus* património herdado):

“[...] os pais têm que decidir se efectuam ou não despesas de educação com os seus filhos. Ao permitir-lhes adquirir um capital humano importante, estão a arbitrar entre uma herança em património humano, e herança em património não humano” (Strauss-Khan, 1977: 98).

Na realidade tudo o que se designa por capital humano não é adquirido por herança, mas decisões a este respeito podem ter e têm, em regra, implicações no que diz respeito ao património não humano herdado. O investimento que as famílias fazem no futuro da sua descendência passa pelas estratégias encetadas relativamente a estas grandes classes patrimoniais.

Embora hoje os mais jovens tenham como objectivo tornar-se independentes da casa paterna (entendida esta, como o agregado doméstico de origem), as ajudas materiais conferidas pelos ascendentes e o que potencialmente virão a herdar representam uma parte importante no rendimento conseguido, e, assim, não sendo indispensáveis no estabelecimento das novas unidades familiares, influem sem dúvida, no modo como estas evoluem. A este propósito, Sengalen (1995: 112), referindo um trabalho de Louis Roussel realizado em 1974 e o trabalho de Anne Gotman (1988) acerca da importância das transferências patrimoniais, diz:

“Nos anos 70, o inquérito de Louis Roussel mostrava a alteração nos mecanismos de transmissão: com o fim do dote, devido ao prolongamento da esperança de vida, a herança salta uma geração.

O autor insistia, assim, na importância das transferências que têm lugar ao longo do ciclo de vida familiar sob a forma de donativos para os estudos, ou de ajudas

diversas no momento de instalação do jovem casal: 40 por cento dos casamentos eram ocasião para um donativo importante, mas 12 por cento dos casais recebiam posteriormente ainda uma outra oferta.

Estas ajudas articulam-se hoje em torno das práticas de acesso à propriedade da residência. Os pais acordam empréstimos sem juros aos filhos (...). Para além destes donativos em vida dos pais, a transferência post mortem reveste-se de cada vez maior importância. A herança ajuda os herdeiros directos mais do que se julgava, pois muitas famílias podem hoje aceder à propriedade (...) graças ao que recebem por morte dos pais. De acordo com Anne Gotman, podemos estimar que pelo menos um indivíduo em dois recebe uma herança ao longo da sua existência". (Sengalen, 1995: 113-114)

1.3.1.3 – Património fundiário: da reprodução social às ligações à terra

Passando agora em particular a debruçarmo-nos sobre a propriedade fundiária, ou seja, sobre a propriedade da *terra*, há que considerar os aspectos da transmissão patrimonial e sobretudo a ligação às actividades produtivas agrárias.

A propriedade da terra ao relacionar-se com a produção agrícola surgiu com frequência associada a imperativos de reprodução social da família. Estes expressaram-se nas múltiplas estratégias de preservação do património fundiário das famílias de agricultores. Por vezes, a sucessão favorecia apenas um dos descendentes (o morgado, ou outro, conforme os casos) a fim de manter indiviso o património fundiário necessário à actividade agrícola. Com frequência a esta prática era também associada uma estratégia matrimonial visando a preservação e consolidação patrimoniais. O'Neil, (1984: 203) aborda o que designou de tensões sociais resultantes das estratégias patrimoniais das famílias rurais:

"Em minha opinião existe uma tensão estrutural básica entre estas duas forças (matrimónio e património) na comunidade: enquanto as estratégias dominantes procuram conservar indiviso o património e manter uma grande força de trabalho dentro da casa natal por tanto tempo quanto possível, cada matrimónio traz consigo o perigo da dispersão das pessoas e a divisão desse património na segunda e na terceira geração. Um modo de resolver esta tensão, ou pelo menos, protelar conflitos potenciais, é seleccionar um herdeiro (ou herdeira) que casa e que fica a administrar a exploração agrícola; esta escolha impõem por si só uma forma de pressão directa aos outros irmãos, que os leva a emigrar, a casar fora ou a manterem-se solteiros"

O carácter patrimonial das famílias ligadas à agricultura tem também sido assinalado por outros autores. Guigou (1982: 869) considera que o estudo do

património fundiário deve tomar a família como nível privilegiado de análise, e que a gestão patrimonial não obedece apenas a motivações económicas. Rodrigues (2000: 110) sublinha também que as decisões relativas à sua acumulação, gestão e transmissão inter-geracional devem ser analisadas tomando a família como unidade base de estudo, uma vez que é neste âmbito que são tomadas tais decisões.

As famílias de agricultores proprietários, cuja organização interna e relações com o exterior estão fortemente condicionadas pelo imperativo da reprodução e transmissão de um património, enquadram-se no modelo da família patrimonial. Menahem (1979: 65-66), define a família patrimonial como uma família que é simultaneamente unidade de produção, unidade de propriedade e unidade de reprodução. Hierarquizada sob a autoridade de um chefe de família, está organizada de forma a assegurar a reprodução e a transmissão de um património familiar.

Analizando as formas de organização familiar face às transformações económicas e sociais globais, Menahem (1982: 151-225) refere três modelos distintos de organização familiar: *modelo da família patrimonial*, *modelo da família conjugal* e *modelo da família associação*. Sob um ponto de vista sócio-histórico, corresponde o primeiro modelo a famílias onde a transmissão do património produtivo é predominante. Ao desenvolvimento do capitalismo industrial, que separa a produção da propriedade, corresponde o modelo conjugal. Por último, ao alargamento do domínio das relações mercantis, corresponderia o modelo da família-associação em que o indivíduo se liga à família por laços muito fracos.

Relativamente à sociedade rural portuguesa Hespanha (1994: 245) nota que

" (...) a propriedade da terra continuou a ser procurada por razões económicas ligadas ao seu uso produtivo até um limite em que, grosso modo, correspondia a uma utilização óptima da força de trabalho familiar. (...) Podendo as vantagens da manutenção da agricultura e da conservação das terras ser eventuais e esporádicas e manifestarem-se apenas em períodos de crise de emprego (...), a posse da terra tem mantido só por isso um valor económico virtual. (...) a posse da terra revela-se um instrumento providencial de sobrevivência e uma estrutura de acolhimento extremamente flexível.

O património fundiário tem então um papel importante na reprodução das famílias com alguma ligação à agricultura, não só como espaço de produção, mas recobrando múltiplas funções: desde garante de um espaço de residência, retaguarda em caso de dificuldades, até valor simbólico. Mesmo no estrito campo económico, as suas funções são bem mais complexas do que as que resultam da simples condição de meio de produção.

Assim, as práticas de acumulação e de transmissão do património fundiário são determinadas por motivações que escapam em boa parte à esfera da produção. Deste modo, o sistema fundiário, ainda que dependente das práticas produtivas é, sobretudo, determinado por práticas fundiárias (Rodrigues, 1998: 13). O património fundiário encerra em si uma multiplicidade de funções para o seu proprietário e família explicitadas por Hespanha (1987: 147):

" (...) quando a actividade produtiva perde o interesse económico, o património familiar pode ainda assim funcionar como um capital de recurso (tal como o saber camponês de resto) destinado, por exemplo a ser valorizado em situações de crise ou precariedade de emprego, ou então como um capital produtivo de reserva apenas dependente da disponibilidade de recursos financeiros a obter através do trabalho fora da exploração."

Os conceitos de família, património e relações intergeracionais são particularmente importantes na análise de estruturas familiares agrárias. As ligações a um património fundiário são no passado e no presente determinadas fundamentalmente pelas actividades agrárias desenvolvidas. Todavia, mesmo para os já desligados das produções agrícolas, exercendo actividades noutras esferas profissionais, as ligações simbólicas e afectivas à terra que virão a herdar, existem. Interesses de rendimento e de consumo de produtos da terra são também assinalados (Nobre, 2001) (Nobre, Baptista e Portela, 2003).

No estudo das relações dos indivíduos com o seu património fundiário, há também que considerar novas modalidades na sua valorização. Esta discussão será tida em conta ao longo deste trabalho, no estudo das relações intergeracionais dos agricultores idosos com os seus descendentes.

1.3.1.4 – As expectativas dos pais relativamente aos filhos

Ainda uma nota adicional a concluir esta abordagem das relações intergeracionais nos seus múltiplos aspectos.

De um modo geral a intencionalidade do relacionamento até aqui referida remete sobretudo para os pais. Tal deve-se ao facto, facilmente compreensível, de ao debruçarmo-nos acerca das relações entre gerações da mesma família, os ascendentes orientarem e delinearem um conjunto de estratégias relativamente aos mais jovens, seus descendentes. Tanto mais quanto o nosso estudo se centrar nos idosos rurais, convirá invocar a natureza do relacionamento dos mais novos com os ascendentes, nesta fase da sua vida, bem como das suas aspirações a este propósito.

Em relação ao meio rural Pinto (1998) referiu um universo em que dos filhos se espera, desde cedo, contribuições efectivas em trabalho e a aprendizagem mais do

que da profissão de agricultor, do que o seu modo de vida representa. Ribeiro (1992: 126-127) no seu estudo no Barroso detecta a existência de tensões entre a geração dos progenitores e a da sua descendência quando a emigração dos filhos determina a ausência de sucessores nas explorações agrícolas, frustrando assim as expectativas de continuidade e limitando, no presente, os níveis de actividade aí praticados.

Portela e Gerry (2002) num estudo sobre jovens filhos de viticultores em Santa Marta de Penaguião, referem as expectativas destes, bem como dos seus pais, relativamente ao futuro (leia-se, emprego, actividade, modo de vida). Os autores evocam vários paradoxos nas expectativas bem como nas acções empreendidas para as alcançar. Salienta-se a valorização da formação dos filhos, acompanhada no entanto, por uma tendência de abandono escolar. A ausência de uma intenção de continuidade na actividade vitivinícola, ou seja de sucessão da exploração agrícola, dos pais, e simultaneamente um conjunto de estratégias de fixação local dos jovens conseguido pelo tráfico de influências na obtenção de emprego na administração local. Neste caso uma oportunidade de actividade na agricultura (dado que a vitivinicultura é uma ocupação rentável) é anulada face à depreciação deste modo de vida.

Rodrigo (1992), relativamente ao seu trabalho no Minho, refere que muitos dos agricultores analisados tinham como expectativas que pelo menos um dos filhos ficasse na agricultura e desse assim continuidade à exploração agrícola. Nestes casos, estratégias de agrado, de aliciamento de pelo menos um dos filhos eram tentadas no sentido de garantir a continuidade da casa paterna e da agricultura a ela ligada.

Madureira (2002: 213) no seu estudo de famílias de agricultores, nota que a exploração agrícola é transmitida ao filho que "*demonstre gosto*" por este trabalho, sublinhando que os pais acarinhavam essa motivação, encorajando a continuidade da actividade com ajudas efectivas. Trata-se nas palavras de Wall (1998: 229) da designada "sucessão assistida" em oposição à "sucessão privilegiada". Madureira refere ainda que a maioria dos agregados familiares estudados não pode, todavia, contar com uma sucessão de qualquer dos descendentes na sua exploração agrícola, procedendo-se então a uma divisão equitativa da terra. Também Silva (1998: 278) alude a estratégias de reprodução social que passam *por investir na educação escolar dos seus filhos com base de saída profissional e escada de prestígio social*.

No sentido mais lato, não se restringindo a reflexão ao meio rural e à agricultura, a questão das dádivas (ofertas) entre gerações mereceu discussão por parte de Bourdieu (2001: 122-123) assente nas noções de *dom* e *contra-dom* e nos contextos em que as dádivas ocorrem no seio da família. O autor refere que uma

dádiva pressupõe uma retribuição, tacitamente assumida por ambas as partes e que ocorre diferidamente no tempo. A este propósito também Fernandes (1997: 74) retomou a abordagem de Bourdieu, enfatizando que

“O intervalo de tempo entre dom e retribuição parece existir para fazer crer, àquele que dá, viver a dádiva como aquilo que é, ou seja, uma dádiva sem retribuição, e àquele que o retribui como algo gratuito e não determinado pela dádiva inicial. (...) O que dá e o que recebe ambos colaboram, sem se darem conta, num trabalho de dissimulação tendente a negar ou mascarar a verdade da troca.”

Para esta autora, as dádivas e retribuições não podem, no entanto, ser reduzidas a meros trocas comerciais, estabelecendo-se num espaço de relações sociais onde a troca de dádivas está socialmente instituída.

A exposição e discussão aqui feitas das múltiplas perspectivas que revestem as relações estabelecidas entre indivíduos de diferentes gerações no quadro da família, serão posteriormente retomadas. Elas permitirão enquadrar e compreender a natureza e oportunidade do relacionamento intergeracional dos idosos agricultores por nós estudados, na Parte II deste trabalho.

1.3.2 – Redes sociais de apoio formal e informal: breve apontamento

Depois de devidamente discutidas e consolidadas as noções básicas sobre o relacionamento intergeracional, prossegue-se a abordagem do ambiente social dos idosos ainda sob o ângulo dos papéis cumpridos pelos familiares no apoio à velhice. Para tal inicia-se a subsecção expondo o conceito de rede social de apoio (formal e informal) para de seguida se passar à caracterização dos agregados domésticos que integram os idosos em Portugal. Tal caracterização permitirá uma melhor compreensão do enquadramento familiar em que se encontram os idosos, e assim aperceber os apoios com que contam e as principais premências assistenciais.

As redes sociais de apoio podem definir-se como um conjunto de pessoas ligadas por laços de variada natureza, com frequência de carácter não estritamente funcional ou profissional, corpo social esse ao qual se podem ligar recursos, instituições e organizações. Paúl (1997: 83-94) exemplifica com as relações de apoio

emocional e divide as redes sociais de apoio em dois grupos principais, consoante o auxílio é informal ou formal.

Nestes últimos destacam-se as instituições privadas de solidariedade social, as IPSS, a maioria ligadas directa ou indirectamente à igreja católica, sendo outras do tipo associações profissionais, todas beneficiando de algum apoio do Estado. No seu conjunto, são estas as principais organizações que asseguram a oferta de serviços de apoio à chamada Terceira Idade. Ultimamente, têm surgido também algumas entidades privadas com fins lucrativos, parte das quais de qualidade duvidosa, que florescem devido à generalizada falta de estruturas formais de apoio a idosos.

A existência de diferentes mecanismos de financiamento de apoio formal a idosos é uma questão importante na compreensão das valências existentes neste domínio. Hespanha *et al.* (2000: 14-16) afirma que em Portugal a protecção social coube em larga medida ao Estado. No entanto, a crise instalada no Sistema de Segurança Social tem dado lugar a um debate aceso acerca do papel do Estado e da sociedade na garantia da protecção social, sendo a tendência de evolução no sentido da partilha da assistência entre a sociedade civil e o Estado.

O apoio institucional, formal, não se limita aos lares de idosos. A diversificação do leque de serviços tem vindo a ocorrer, (como já vimos aliás em 3.1), nomeadamente através do apoio domiciliário. Segundo Paúl (1997: 115-116), a escassez e o reduzido leque de alternativas, conduz a situações de desajustamento entre os objectivos institucionais e a população que pretendem servir. Para muitos idosos, as redes de apoio informal (de que falaremos mais em detalhe adiante) são incapazes de preencher as necessidades existentes. Nestes casos os serviços de apoio domiciliário são a-solução que permitirá manterem-se a viver na comunidade. A este propósito é pertinente referir Wolfesen *et al.* (1990). Aqui se revela que os idosos identificam um conjunto particular de actores, pertencentes a redes de apoio formal, os quais, na sua óptica, assumem papéis particularmente marcantes. Deste grupo constam o médico (referido por 79%), o responsável pelo apartamento (evocado por 58%), o assistente social (para 51% dos inquiridos). Os apoios formais são assim reconhecidos como uma fonte importante de assistência, quer instrumental quer afectiva, numa grande variedade de circunstâncias, com os agentes envolvidos a ultrapassar com frequência os limites dos papéis que se previa que desempenhassem.

1.3.2.1 – Dos cuidadores informais dos idosos: a omnipresença das mulheres

Debruçando-nos em particular sobre as redes de apoio informal, começaremos por subdividi-las em dois grandes grupos: por um lado, as que são constituídas pela família dos próprios idosos; por outro lado, as formadas pelos amigos e vizinhos.

De acordo com Sousa, Figueiredo e Cerqueira (2004: 35), o conceito de cuidador informal tem emergido e ganho relevo na literatura e na investigação em Gerontologia. Refere-se aos elementos da rede social dos idosos (familiares, amigos, vizinhos, colegas) que lhes prestam cuidados regulares, não remunerados, na ausência de um vínculo formal ou estatutário. Neste núcleo, os cuidadores familiares são aqueles que merecem maior destaque, uma vez que são em número claramente superior e assumem o papel, normalmente por períodos mais longos, prestando maior variedade de cuidados. De facto, a família é, em Portugal e nos países do sul da Europa, a unidade básica de suporte a todos aqueles que carecem de cuidados, sejam eles crianças, jovens, adultos ou idosos. O papel das redes familiares é conhecido, e neles assentou, desde sempre, o apoio necessário aos indivíduos na última fase da vida, quando as suas capacidades funcionais diminuem e a autonomia não é mais possível.

Note-se, todavia, que a preponderância dos papéis familiares tem vindo a diminuir, face às alterações progressivas na organização doméstica. Isto, pelo aumento da proporção do emprego feminino e pela própria exiguidade das habitações. Contudo, apesar destas dificuldades, na nossa sociedade, a família tem ainda um papel muito importante no apoio instrumental ao idoso, e também no seu bem-estar psicológico.

Não será demais sublinhar a extrema valia das redes de apoio familiares, sobretudo se forem contabilizadas todas as feições de apoio, desde a co-residência até às diferentes formas de apoio material, emocional, e outros serviços prestados. Além das filhas e das noras, elementos que, por excelência, integram as redes de apoio familiar a idosos, há também que considerar a eventual ajuda dos filhos. Como se espera, a proximidade geográfica a que os descendentes habitam pode ser determinante para a requisição dos seus préstimos.

Segundo Paúl (1997: 101), estatísticas de saúde norte americanas referiam, para a década de 70, que 80% dos cuidados domiciliários prestados a idosos se deviam a familiares a quem os idosos pediam preferencialmente ajuda. De entre os serviços que são mais frequentemente prestados pelos parentes próximos salientam-se o transporte, atenção ao bem-estar, serviços domésticos, apoio em tarefas

administrativas, compras, cuidados de enfermagem e saúde, e ainda ajuda financeira. Além dos descendentes é também de grande importância o apoio prestado pelos cônjuges. Os irmãos são também referidos como familiares que frequentemente constituem apoio dos mais idosos. Convém também salientar que a necessidade de apoio prestado pelas redes familiares é muito variável, conforme se trata de idosos em situações de maior ou menor dependência. Paúl (1997: 106) refere que em situações de dependência os cônjuges estão na primeira linha de prestações de cuidados:

“(...) Prestam mais horas de assistência, fornecem cuidados pessoais, tolerando incapacidades e por mais tempo, com menor ajuda externa e mais custos pessoais.”

A autora faz ainda referência a vários estudos [(Mouser, 1983) e Depner e Ingerpsoll-Dayton, (1988)] em que são identificados e discutidos vários tipos de apoio informal e em que se constata também que estas redes variam ao longo do ciclo de vida de cada indivíduo, sendo particulares conforme as idades e o género dos mesmos.

Referimos já que grande parte dos cuidados prestados a idosos assenta na ajuda de familiares. No entanto, convirá aqui acentuar que as necessidades de apoio são muito diversas, estando sobretudo relacionadas com o que José, Wall e Correia (2002: 11) mencionaram como diferentes graus de dependência. Debruçando-se sobre a conciliação entre o trabalho profissional e os cuidados a idosos dependentes, estes autores fazem notar que a extensão e a intensidade dos cuidados variam muitíssimo em função do grau de dependência do idoso. Foram considerados *idosos de baixa dependência*, os que necessitam apenas de supervisão, ou seja os que têm ainda autonomia em termos de mobilidade e de realização de tarefas quotidianas. *Idosos com média dependência* os que necessitam não apenas de vigilância, mas de ajuda efectiva no desempenho de algumas actividades diárias específicas. Por fim, os *idosos com elevada dependência* que precisam diariamente de cuidados, ou seja os que não têm já capacidades para desempenhar um conjunto de tarefas básicas. São, por exemplo, indivíduos acamados, ou com grandes limitações de mobilidade, ou ainda com diminuição das aptidões cognitivas.

No trabalho citado os autores ao estudarem as modalidades de conciliação da profissão com os cuidados a idosos dependentes, desenvolvem uma tipologia descritiva das soluções de prestação de cuidados. Na referida tipificação consideram como critério o tipo de cuidador (família, amigos, serviços institucionais) e os tipos de

cuidados prestados (desde básicos a apenas de supervisão e de gestão). Partindo destes critérios, os dados que recolheram permitiram identificar dois grandes tipos de perfis:

O **perfil familiar** que se caracteriza pela centralização dos cuidados na família do idoso dependente; e o **perfil misto**, em que se combinam vários tipos de prestadores de cuidados. Neste caso os cuidados dispensados por elementos familiares são complementados com assistência de agentes fora da família (Centro de Dia, Apoio Domiciliário...). Isto é, uma parte dos cuidados é delegada em recursos extra familiares (informais ou formais).

A investigação desenvolvida mostrou as vantagens do **perfil misto**, que permite aliviar as tarefas e o stress a que estão sujeitos os elementos da família cuidadora.

É recorrente associar velhice e dependência; no entanto, vários autores acentuam que esta ideia é um estereótipo (Sousa *et al.*, 2003) (Paúl *et al.*, 2003). Algumas pessoas mostram precocemente declínio no seu estado de saúde e nas competências cognitivas, enquanto outras vivem saudáveis até aos 80 e mesmo 90 anos. Na verdade, qualquer declínio precoce reflecte patologia e não os efeitos da idade, ou seja, a dependência não é um elemento que caracteriza apenas esta fase da vida. Tal enviesamento é frequente e decorre do facto de muitos dos estudos serem realizados com indivíduos institucionalizados. Sousa *et al.* (2003), num estudo realizado em Portugal com 1747 idosos de 75 anos ou mais, verificaram que: 12,5% eram totalmente dependentes, 14,7% muito dependentes, 54% completamente independentes e 15,8% apenas com limitações nas designadas *actividades instrumentais* da vida diária. Saliente-se que, neste estudo, eram os idosos que respondiam e a amostra integrava idosos a viver sós ou com familiares e em lares. A distinção rigorosa entre os diferentes graus de dependência ou autonomia dos idosos é indispensável à oferta adequada de préstimos.

Segundo Torres (2005: 100-107), em Portugal, relativamente aos idosos que necessitam de cuidados especiais, o familismo parece ser predominante. A autora refere que destes, os que recorrem a lares têm um peso quase residual (2,6%). Relativamente à questão dos cuidadores dos idosos sublinha a presença e acção primordial das mulheres, independentemente das circunstâncias específicas dos casos:

“ Globalmente, importa ainda referir que existe aqui um efeito de género muito claro: são as mulheres que, quase exclusivamente, acompanham e se ocupam dos idosos, quer estes se encontrem em suas casas, nas casas dos próprios idosos ou mesmo em lares ou casas de repouso”.

As redes de apoio informal (constituídas pelos amigos e vizinhos do idoso), embora menos estudadas, parecem ter também um papel preponderante no apoio à velhice, principalmente do ponto de vista emocional, mas também da ajuda instrumental, verificando-se, esta última, mais em situações de ausência de familiares.

A relação estabelecida com os *vizinhos*, ao contrário da dos amigos, baseia-se sobretudo na proximidade. Ainda que amistosa, não é necessariamente uma relação de amizade. É uma relação predominantemente instrumental, em tarefas como compras, olhar pela casa, situações de emergência. Dá um sentido geral de segurança, originado pela proximidade, embora não seja raro os vizinhos tornarem-se amigos (Paúl, 1997: 108-115). A propósito do trabalho empírico por ela desenvolvido diz-nos esta autora:

“Da nossa própria investigação resultou que os idosos da classe operária dificilmente nos falavam dos amigos, no sentido que habitualmente essa palavra tem, de pessoa que não é da família e em relação à qual há um sentimento de proximidade, de intimidade e confiança. De facto, as únicas categorias reconhecidas por esses idosos eram, além da família, os vizinhos, com quem mantinham uma relação mais ou menos próxima ou defensiva, mas em qualquer dos casos carregada de significado.”

Embora, como se disse acima, as redes de apoio social a idosos se possam distinguir em duas grandes categorias (as redes formais e informais), como também terá ficado evidente, sob tais categorias subjazem condições e circunstâncias muito diversas. A heterogeneidade reflecte o amplo leque de necessidades particulares que vão emergindo nas comunidades em que o envelhecimento demográfico tem maior expressão e é, de resto, entendida como um sinal da capacidade de resposta destas face àquele processo.

Saliente-se ainda a ocorrência do perfil misto de prestação de cuidados a idosos, cruzando apoios de diferentes origens, o qual parece melhor responder ao somatório de necessidades a satisfazer. Isto, mercê justamente da variedade de soluções que nele se conciliam.

Um aspecto importante na análise da situação dos idosos é o que se prende com os agregados domésticos onde se inserem e os locais onde residem. Longe já dos tempos em que o padrão da família numerosa e alargada era a regra, interessa conhecer onde vivem hoje os mais velhos em Portugal e a que redes de apoio social podem recorrer.

Só conhecendo com detalhe as estruturas em que se apoiam e, simultaneamente, as carências a que têm que fazer face, é que se pode compreender até que ponto os equipamentos e infraestruturas existentes são ou não, em número suficiente, estão ou não bem distribuídos, para poderem responder cabalmente às necessidades crescentes. Isto, dado particularmente o aumento do número de idosos e a sua maior longevidade.

1.3.3 – Idosos em instituição

Começaremos então por apresentar os idosos que em Portugal vivem em instituições nas suas múltiplas modalidades. Nos Censos da população isso remete-nos para o conceito de indivíduos a residir nas designadas “*famílias institucionais*”. Em 2001, estes eram cerca de 1% da população residente em Portugal.

Os Censos, ao definirem os diferentes tipos de alojamentos colectivos referem as *convivências*¹⁵. Estas, que como se pode constatar pela definição (em nota de rodapé) terão particular pertinência na abordagem dos locais de residências dos idosos.

Entre 1991 e 2001 a população residente em *convivências* disparou, aumentou cerca de 73%. Este aumento abrange todos os grupos etários, mas a sua maior intensidade observa-se entre os idosos (86%). Em 2001 o índice de envelhecimento da população institucionalizada era de 8,5 idosos por cada jovem. Também aqui a prevalência das mulheres é significativa entre a população idosa institucionalizada, sendo a relação de 43 homens por cada 100 mulheres (Gonçalves, 2003: 44).

Segundo esta mesma fonte, contrariando a evolução negativa do número de *convivências* no período intercensitário, as *de apoio social* tiveram um aumento de cerca de 33%. Passaram a ser maioritárias no conjunto das *convivências*, representando 41% do total, e simultaneamente reúnem também o maior número de indivíduos e de famílias institucionais. No total do país, e simultaneamente em cada uma das regiões (Nuts III), houve assim no período referido (entre os censos de 1991 e 2001) um aumento das *convivências* de apoio social (com famílias institucionais

¹⁵ *Convivência* é de acordo com os conceitos censitários *um local, distinto e independente, ocupando a totalidade ou parte de uma construção permanente ou conjunto de construções permanentes ou de circunstância (acampamento ou trabalho) que, pela forma como foi construído, reconstruído ou transformado, se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade, ou a um regime comum, ligadas por um objectivo ou interesses pessoais comuns. Incluem-se neste grupo as instituições de: apoio social (lar de idosos, asilo, orfanato); educação (colégio, seminário, internato, etc.); saúde (hospital, casa de saúde; cariz religioso (convento, mosteiro, etc.); militar, prisional e de trabalho. (Censo 2001).*

residentes) bastante significativo. Por outro lado, em 2001, cerca de 66% do total de pessoas a viver em famílias institucionais residiam em instituições de apoio social. Saliente-se que a restante população a residir em famílias institucionais se reparte sobretudo por *convivências* religiosas, prisionais e de saúde.

Se se considerar agora a estrutura etária da população residente nas instituições de apoio social, constata-se uma sobrerrepresentação da população de mais de 65 anos, em detrimento de qualquer outro grupo etário.

Em suma, no conjunto das designadas “*Famílias Institucionais*”, nas de Apoio Social, predominantes, os idosos são o grupo etário mais representado.

Interessará agora conhecer que proporção de idosos em Portugal utiliza no presente, para residir, estes alojamentos. Em 2001 indivíduos de 65 e mais anos institucionalizados era de cerca de 3,6% do total de idosos. Note-se que no caso particular de idosos com deficiência se verificou que 8,5% no total da população com 65 e mais anos, e cerca de 20% da população com 85 e mais anos vivia em 2001, em famílias institucionais. Por outro lado, do total da população com deficiência *em famílias institucionais*, cerca de 64% tinham mais de 65 anos, residindo a maior parte do tempo em convivências de apoio social (52%), e em instituições de saúde (5,6%). A expressão dos valores mencionados, indica uma discriminação positiva no apoio a este grupo particularmente vulnerável, e por isso a necessitar de cuidados especiais.

A fechar esta secção passamos agora a apresentar as principais características da população idosa residente em Instituições. Em 2001, em Portugal, a maior parte da população idosa nas instituições de apoio social era viúva (59,6%), numa proporção de 65,3% de mulheres e 46,6% de homens. Este peso relativo dos viúvos aumenta proporcionalmente à idade, sendo de 69,9% na população entre os 85 e 89 anos e 74,5% da população com 90 e mais anos. Assim, a institucionalização parece surgir em muitos casos como resposta a situações de viuvez.

“É efectivamente conhecida a maior propensão para o recurso aos cuidados formais (institucionais) perante a morte de um dos membros da família, não só com o objectivo de evitar a solidão, mas também como forma de colmatar a perda de assistência (quando era prestada pelo cônjuge falecido), ou de apoio financeiro. Diversos estudos dedicados ao tema comprovaram uma maior vulnerabilidade a situações de pobreza e exclusão social em pessoas idosas que vivem sós.” (Gonçalves, 2003: 54).

Outra característica relevante é o facto de a maior parte das pessoas idosas residentes em instituições de apoio social se encontrar na situação de reformada

(89,5%), representando a população activa apenas 1,7% do total. A importância relativa dos reformados nestas instituições assumiu valores ainda mais significativos entre os indivíduos designados muito idosos. Por outro lado, a maioria da população idosa institucionalizada tinha nas pensões e reformas o principal meio de subsistência: 93%, 78% e 89% dos idosos que residiam em instituições de apoio social, religiosas e de saúde, respectivamente.

Características apresentadas para esta população (por exemplo, a viuvez) indiciam que o momento de inserção nestes equipamentos estará relacionado com a impossibilidade (ou dificuldade) de residir só, sobretudo no caso dos homens e em situação de viuvez.

1.3.4 – Idosos na família

Segundo o Recenseamento da População de 1991, praticamente a totalidade da população idosa (97,5%) vivia em famílias clássicas¹⁶. Ainda de acordo com a mesma fonte, em cerca de 30% das famílias clássicas residia pelo menos um idoso.

Sublinha-se, ainda um outro aspecto: a proporção de famílias clássicas só de idosos representava à data sensivelmente 15% do total de famílias clássicas com idosos. Entre as famílias clássicas só de idosos evidencia-se a elevada proporção de idosos que vivem sós: 51,4% correspondem a famílias de um único idoso, 47,1% são agregados de dois idosos e os restantes 1,5% diziam respeito a famílias constituídas por três ou mais idosos. (INE, 1999: 21).

Em 2001 o número de famílias clássicas com idosos a cargo é da ordem dos 15%, do total de famílias clássicas. Comparando este valor com o correspondente a 1991, acima citado (30%), verifica-se que, apenas numa década, os agregados domésticos que integram idosos e deles se ocupam – e que simultaneamente não são compostos exclusivamente por indivíduos de 65 e mais anos – se reduzem para cerca de metade.

A esta profunda alteração social não são por certo alheios factos como o aumento de idosos e em particular de idosos de mais de 85 anos. Isto é, há hoje mais

¹⁶ Família Clássica (conceito censitário): Conjunto de indivíduos que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupa uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento. As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respectiva família. (INE, 2001:56).

idosos e simultaneamente mais idosos com probabilidade de serem dependentes. Acresce ainda que há cada vez menos familiares potencialmente disponíveis para prestar cuidados, dado o decréscimo dos níveis de fecundidade e simultaneamente o aumento do índice de dependência de idosos¹⁷. Há também uma maior dificuldade em conciliar a vida familiar e o trabalho, dado que são as mulheres as principais prestadoras de cuidados a dependentes, e uma vez que nas últimas décadas em Portugal há uma crescente participação feminina no mercado de trabalho¹⁸, caracterizando-se ainda a inserção profissional das mulheres portuguesas por ser maioritariamente em regime de tempo inteiro¹⁹.

José, Wall e Correia (2002: 14,16) ao traçarem os perfis dos cuidadores familiares de idosos, distinguem diferentes situações tipificadas, entre as quais a existência de cuidados básicos no domicílio, correspondente a situações de pessoas idosas com elevada dependência. No estudo empírico efectuado que constatarem o seguinte:

“(...) esta prestação de cuidados é, do ponto de vista dos prestadores de cuidados que trabalham, bastante difícil de manter, pois implica um grande empenhamento a vários níveis, empenhamento esse que acaba por ter repercussões negativas em vários domínios da vida de cada um e da vida familiar. O cansaço físico e psicológico é um dos impactos mais referidos (...)”.

Como já referimos, os cuidadores familiares são, sobretudo elementos do sexo feminino, que frequentemente acumulam uma actividade profissional e apoio familiar a um idoso dependente. A propósito da enorme sobrecarga que pode constituir os cuidados a um idoso dependente, Steinmetz (1988) no seu estudo propõe-se compreender o impacto que cuidar de indivíduos mais velhos (pais) tem na vida de um cuidador de meia-idade. As tarefas diárias desempenhadas pelos cuidadores, de forma a suprirem necessidades dos idosos que cuidam, e as consequentes, sobrecarga stress e conflito a que conduzem, são particularmente detalhados. No universo estudado, esta autora apercebeu os sacrifícios que os 104 cuidadores e suas famílias faziam a fim de cuidarem dos (119) idosos a cargo, o que lhe permitiu vislumbrar o peso dessas tarefas. Segundo ela, a muitos títulos, os cuidadores estudados, representam cuidadores modelo, e, no entanto, os abusos psicológicos,

¹⁷ O Índice de dependência de é a razão entre a população idosa (65 e mais anos) anos e a população em idade activa (dos 15 aos 64 anos). (INE, 2002:8).

¹⁸ Segundo Wall, 2002, citada por José, Wall e Correia (2002:7), taxa de actividade feminina (calculada em relação ao conjunto da população entre os 15 e 64 anos) situava-se em 1998 nos 62%.

¹⁹ “O Trabalho em regime de meio tempo tem, junto das mulheres, assim como junto dos homens, pouca expressão. Em 1991 apenas 15% das mulheres trabalhadoras e 6% dos homens trabalhadores despendiam menos de 35 horas por semana no exercício das suas actividades profissionais (INE, 1991)” (José, Wall e Correia, 2002:7).

verbais e físicos que infligem aos mais velhos (que cuidam) é alarmante: grosso modo, tal sucedia em 23% dos casos estudados. Ou seja, a autora alerta para situações de abuso face a idosos, surgidas num contexto de enorme sobrecarga física e psíquica dos cuidadores e da concomitante necessidade de apoio às famílias de cuidadores.

Relativamente aos idosos que integram as famílias clássicas há todavia hipóteses de conciliação do apoio familiar com apoio formal de diferentes tipos. O recurso a Centros de Dia, nos casos em que exista ainda autonomia – como solução para o facto dos idosos permanecerem sós, e por isso isolados e solitários durante longos períodos do dia, enquanto os seus familiares estão a trabalhar. Em situações de maior dependência, o recurso a serviços de apoio domiciliário extra-familiar contribui para aliviar as tarefas dos cuidadores da família. Contudo a utilização desta solução põe em regra sérias restrições de ordem financeira, e dificulta por isso o acesso a serviços de apoio domiciliário a tempo inteiro, uma vez que a oferta deste tipo de serviços se encontra sobretudo, no sector informal pago, ou no sector privado lucrativo (José, Wall e Correia, 2002: 22).

Pelo exposto se compreende que para indivíduos que trabalham, a prestação de cuidados a familiares idosos que com eles moram, é difícil. Por vezes há também questões relacionadas com a dimensão das habitações e com a necessidade de deslocação dos idosos dos seus locais de residência, distantes, deslocação por eles não consentida, inviabilizando por isso a integração na vida familiar dos seus descendentes.

Em face das dificuldades crescentes de inclusão de idosos em famílias clássicas, se explica o aumento das famílias clássicas só de idosos. É também interessante reflectir como são estes apoiados quando surgem casos, em graus variáveis, de dependência.

1.3.5 – Idosos em casa, sós ou com outros idosos por companhia

Em Portugal há cada vez mais indivíduos com 65 anos ou mais que vivem sós. De facto, os dados do último recenseamento da população e da habitação mostram o acentuar do fenómeno: há um aumento generalizado de pessoas a residirem sós em Portugal, que apresenta particularidades significativas conforme os grupos etários. O de 65 anos e mais é o maior grupo. Foi também este estrato etário que registou um maior acréscimo (cerca de 35%) de variação inter-censitária (entre 1991 e 2001).

Também num estudo promovido pelo European Social Survey²⁰ Vala e Torres (2006: 109 - 111) sublinham que Portugal surge no grupo de países (conjuntamente com a Irlanda e com a Espanha e “os países do alargamento”²¹) em que mais de metade dos indivíduos que vivem sós, são idosos, por oposição aos países em que são os jovens predominantemente a residir sozinhos. Num outro estudo desenvolvido no espaço europeu evidencia-se que os idosos de mais de 75 anos vivem cada vez com mais frequência em sua casa, sós ou em casal (Delbès, Gaymu et Springer, 2006).

Como assinala Gonçalves, (2004: 146-147), houve também no período em análise um aumento da proporção de famílias clássicas constituídas só por idosos. Para tal contribuíram não só as famílias unipessoais, (ou seja, idosos que vivem sós) mas também famílias constituídas por duas, três ou mais pessoas, todas elas com 65 ou mais anos. Em 2001, o número de famílias clássicas com idosos a cargo é da ordem dos 15% e a proporção de idosos que residem sós ou com outros idosos ronda os 18%. Em Portugal, é nas regiões do interior do país e nas regiões autónomas que os idosos a viver sós mais representam no total da população de idosos residente (Magalhães, 2003: 61-63). Nas palavras deste autor,

“Viver sozinho é um facto comum entre a população idosa, particularmente no caso das mulheres, sobretudo viúvas, independentemente da região onde vivem. Outra característica predominante das pessoas a viver sós, para além de serem sobretudo idosos, nomeadamente mulheres, é a condição de reformado face à actividade económica. De facto a população com 65 e mais anos de idade a viver só e reformada representa metade do total de pessoas que viviam sós em Portugal em 2001 (49,9%), constituindo as mulheres praticamente o quádruplo dos homens na mesma situação” (Magalhães, 2003: 65).

A elevada proporção de indivíduos de mais de 65 anos que integram famílias clássicas só de idosos, e que maioritariamente vivem sós é muitíssimo relevante no diagnóstico que tentamos aqui fazer de forma breve. Evidentemente, as necessidades de apoio formal serão nestes casos, muito maiores.

A maior parte da população idosa vive com o cônjuge. Esta percentagem é bastante superior nos homens, em consequência da sobre-mortalidade masculina e do celibato definitivo mais comum no sexo feminino. Assim, a proporção de pessoas idosas a viver sós é bastante superior entre as mulheres. Como dissemos já, entre 1991 e 2001 o aumento das famílias só de idosos no total do país, foi de 35%, mas

²⁰ European Social Survey (ESS) - Rede de pesquisa sobre atitudes sociais na Europa criada em 2001 promoveu o seu primeiro estudo sobre atitudes sociais na Europa em 2002. Os dados recolhidos comportam informação relativa a 22 países europeus.

²¹ Os designados “países do alargamento” neste estudo são: a Eslovénia, a Hungria, a Polónia e a República Checa.

esta mudança foi mais evidente em Lisboa e Vale do Tejo (42%) e no Norte (41%). Igual tendência se observa em estudo que incluiu vários países europeus²² (Delbès, Gaymu et Springer, 2006:2).

Numa primeira análise tais valores indicam que a assistência primária aos idosos se faz ainda sob a forma de apoio informal, isto é, nas famílias em que os idosos estão inseridos. Note-se que para tal interpretação se pressupõe que a coabitação encerra em si mesma, até pela proximidade, a noção de cuidados primários e assistência.

Já se fez referência aos cônjuges como principais cuidadores de idosos com diferentes graus de dependência, mas isto não nega a possibilidade de outros familiares da mesma geração poderem ter também papéis importantes na assistência prestada. Tal é o caso dos irmãos e irmãs, por exemplo.

Elementos sobre as condições de vida dos idosos permitem uma avaliação de necessidades a que há que fazer face.

Um estudo do INE (1999) indicou que a população idosa apresentava, à data, condições de vida inferiores às da população em geral. Foram apuradas questões que evidenciaram que os agregados domésticos de idosos usufruíam de piores infra-estruturas básicas nos alojamentos. Por exemplo, em 1995, 6% dos agregados com idosos não possuíam ainda água canalizada, 2,8% não possuía electricidade; 11,3% não possuíam qualquer tipo de instalações sanitárias e 11,8% não tinham qualquer ligação a sistemas de esgotos. A situação é ainda mais grave quando diz respeito a idosos a residir sós. O estudo revela também que homens idosos habitam em piores condições que as mulheres idosas, e de um modo geral, a população idosa a viver só apresenta condições básicas de alojamento claramente inferiores à população em geral (INE, 1999: 32-33).

Gonçalves (2004: 150) afirma que relativamente aos idosos que vivem sós, ou com pessoas da mesma idade, verificou que correm maior risco de desigualdade e de exclusão social. A análise de determinados bens e equipamentos de uso doméstico, alguns deles essenciais para um nível mínimo de conforto, confirma a situação de privação de boa parte desses agregados. Se se considerarem ainda as necessidades específicas da população idosa, facilmente se constata que de entre todos os tipos de

²² No estudo referido inclui a dados referentes a nove países europeus (Alemanha, Bélgica, Finlândia, França, Holanda, Itália, Portugal, Reino Unido, República Checa).

agregados em análise, estes são os que se encontram em situações mais desfavorecidas.

O aumento da proporção de idosos a residirem sós ou em famílias clássicas de idosos chama a atenção para a necessidade de infra-estruturas e serviços que apoiem estas populações e que complementem a assistência prestada pelos familiares mais jovens.

O aumento muito significativo de idosos a residir em famílias clássicas só de idosos revela também um conjunto de condicionantes que na prática fazem preterir outras modalidades. Para além do facto de, em regra, as pessoas viverem mais tempo com saúde e, portanto, com autonomia, o que lhes possibilita prolongar a permanência em agregados domésticos só de idosos, há ainda que considerar outros aspectos que condicionam este tipo de organização familiar. Assim, no apoio prestado aos idosos pelos seus descendentes (em regra os filhos), as hipóteses de coabitação conduzem com frequência a relações de dependência dos pais que se apoiam assimetricamente num dos descendentes. Situações deste tipo podem constituir uma sobrecarga excessiva para alguns, ilibando os demais de qualquer responsabilidade relativamente aos progenitores (José, Wall e Correia, 2002: 34).

O exposto acerca da inserção da população de idosos em famílias em Portugal, ou pelo contrário, institucionalizados pode resumir-se *grosso modo* aos seguintes factos:

- tem crescido notoriamente a proporção de idosos a residir sós;
- verifica-se um aumento das *famílias clássicas* constituídas só por idosos, resultado este devido à maior expressão das designadas famílias unipessoais, mas também as famílias constituídas por duas, três ou mais pessoas, todas com 65 ou mais anos;
- entre 1991 e 2001, o peso relativo das famílias sem idosos no total das famílias clássicas diminuiu 1,6%, e o das famílias com idosos e outros diminuiu 0,9%, isto apesar do aumento do número total de famílias, independentemente da sua composição, no mesmo período.
- a proporção de indivíduos de 65 anos e mais que reside em instituições é crescente, no país e a nível regional.

Apesar do aumento de indivíduos idosos, e sobretudo muito idosos, a residir nas designadas “*famílias institucionais*”, apenas uma minoria do total de indivíduos de 65 e mais anos está institucionalizada. Como referimos já, acima, apenas cerca de 4% da população de mais de 65 anos residia, à data do último Censo, em “*famílias institucionais*”.

1.3.6 – Idosos rurais: mitos e problemas

Centraremos agora esta abordagem aos idosos que integram famílias clássicas e que simultaneamente residem em meio rural. Fonseca *et al.* (2004: 2) refere os “*idosos rurais*” como idosos residentes em zonas não urbanas, em pequenas povoações de menos de 2500 habitantes. Estes autores consideram ainda a ligação à agricultura (no passado ou no presente) como critério identificador deste grupo e enumeram o que apelidam de mitos criados a propósito dos idosos rurais. Tais mitos relacionam-se com a ideia de que estes são reformados residentes em pequenas comunidades bucólicas, onde poderão viver felizes e necessitando de poucos cuidados; ali beneficiariam de uma forte rede de apoio familiar, sempre disponível; ali desfrutariam de elevados níveis de saúde e estariam inseridos em comunidades solidárias, sempre preocupadas com as suas necessidades. Por tudo isto, os idosos teriam pouca necessidade de serviços de apoio. A realidade afasta-se muito destes cenários e essas mistificações a propósito dos “idosos rurais” acompanham outras relativas ao mundo rural, em geral, e à agricultura em particular.

O despovoamento ocorrido nas zonas rurais, com o êxodo sobretudo dos mais novos, determina um ambiente particularmente desprovido de adultos activos jovens. Assim, hipóteses de integração dos idosos em famílias clássicas dos seus descendentes são praticamente nulas quando a opção é permanecer em meio rural. As estatísticas referem, aliás, que a proporção de idosos em famílias só de idosos e de idosos a residirem sós, é mais acentuada longe dos grandes centros, isto é nos concelhos do interior (os quais são maioritariamente rurais). Ou seja, em meio rural as questões que se prendem com o isolamento e a falta de apoios informais são ainda mais gritantes. Acresce ainda que aí, os prestadores de cuidados e serviços provavelmente são também idosos.

Numa investigação feita na freguesia de Aldeia do Bispo (concelho de Sabugal, distrito da Guarda), envolvendo 117 idosos aí residentes e visando o estudo das relações sociais, psicológicas e da qualidade de vida destes indivíduos, Fonseca *et al.* (2004) concluíram que estes *idosos rurais com autonomia* vivem com os baixos rendimentos que possuem, contando sobretudo com o cônjuge e os vizinhos, mas este apoio tem limites. Como assinalam os mesmos autores,

“Aparentemente, as redes sociais de apoio fornecem suporte emocional e algum suporte instrumental em fases de dependência, mas quando a saúde se deteriora, a institucionalização torna-se frequentemente necessária.”

A propósito das condições de vida dos mais velhos em meio rural, Andrade (1998) refere-se em particular aos dados obtidos no âmbito de um projecto em Trás-os-Montes²³. A autora constatou que os inquiridos residentes em meio rural em agregados exclusivamente constituídos por idosos, têm por isso carências que são tanto mais difíceis de suprir, quanto na sua maior parte não têm familiares (mais jovens) a residir por perto. Verificou-se que era atribuída particular importância ao apoio prestado no âmbito de tarefas domésticas (32% dos inquiridos). Os pequenos arranjos na casa (microserviços) aparecem também referidos em 18% dos casos, bem como o apoio nas tarefas agrícolas (7%) (Nobre, Baptista e Portela 2003:335).

Relativamente ao conjunto de actividades mencionadas, a oferta de serviços em meio rural é exígua, ou inexistente. Sobretudo em situações de despovoamento acentuado e, quando os filhos moram longe, aos idosos é difícil fazerem face a algumas necessidades quotidianas.

Também a inexistência de serviços de prestação de cuidados de saúde de proximidade é referida (Gonçalves, 2004) como limitação grave à possibilidade de permanência em meio rural a partir de determinada idade.

Outro aspecto relevante nesta discussão é o facto de indivíduos que tenham vivido e trabalhado em meio rural, aí poderem envelhecer com mais qualidade, simultaneamente ligados ao meio ambiente que sempre integraram e assumindo então papéis diferentes dos do passado.

De facto associa-se a noção de *envelhecimento com sucesso* ao envelhecimento *activo*. Tal condição pressupõe: ser competente e comprometido com a vida, com a família e com a sociedade. O conceito de *envelhecimento bem sucedido* é mais lato, ultrapassando a ideia de envelhecimento saudável ao incluir outros determinantes do envelhecimento tais como psicológico, social e ambiental. *Por sua vez envelhecimento activo* é sobretudo caracterizado pela participação social, e pressupõe saúde e segurança (Paúl, 2003: 161).

Ora o envelhecimento em meio rural, uma vez que os indivíduos idosos aí residentes estão mais ou menos comprometidos com as actividades agrárias (quer

²³ A autora citada integrou o Projecto de Investigação Praxis XXI " Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes".

directamente, quer com tarefas de gestão e supervisão) é um envelhecimento activo e, por conseguinte, facilmente associável à noção de envelhecimento com sucesso.

No entanto, face ao anteriormente exposto relativamente à falta de apoios aos idosos aí existentes, convém que tal noção seja relativizada.

1.4 – Sociedade, velhice e Trabalho

As contribuições em trabalho dos mais velhos para o todo social passam ao longo do tempo por situações em que os papéis a desempenhar na arquitectura da sociedade, e o estatuto social que por essa via lhes é conferido estão completamente determinados, referenciados e definidos. Historicamente saliente-se o estatuto do saber, e do conhecimento, frequentemente conferido aos que viveram já muito tempo e podem assim narrar e reflectir sobre diferentes situações e contextos Minois (1987).

A análise das actividades profissionais realizadas pelos indivíduos idosos numa dada sociedade é entendida como abordagem pertinente para se apreciar os seus contributos ao funcionamento do todo social.

Face à expressão da vontade individual dos mais idosos, que têm hoje mais saúde e mais capacidades, e mercê também da política social de reformas, que lhes confere autonomia de rendimentos, o papel e a contribuição activa dos idosos encontra-se em profunda mutação. Tendências contrárias, no entanto, têm estado em jogo: às capacidades acrescidas pela maior longevidade e saúde, que Fernandes (1997: 17) denomina de *“um adiamento da velhice”*, opõem-se hipóteses de entrada precoce na reforma, que os remete para o campo da *não actividade*, nesta perspectiva.

No entanto, situações de sobreposição de reforma e actividade, em Portugal, têm sido registadas e mostram evolução crescente. Note-se ainda que para os idosos que depois de reformados não prosseguem ocupações profissionais, outras actividades são com frequência procuradas – o trabalho voluntário e as prestações de apoio familiar são exemplo disso.

A necessidade de reforma dos actuais sistemas de apoio à velhice forçosamente porá cada vez mais em causa situações de inactividade “assistida” precoce, como adiante se discutirá.

1.4.1 – Actividade e (in)actividade

Antes de mais, importa começar por sublinhar que a proporção de activos entre a população de mais de 65 anos é demograficamente relevante. Não se trata de uma parte residual da “realidade”. Com efeito, em Portugal, em 1998, a população idosa estimada era de cerca de 1,5 milhões de indivíduos, dos quais 82,8% foram considerados inactivos (INE, 1999: 35), repartindo-se por reformados (80,9%), domésticas (13,4%) e outros inactivos (5,6%). Ou seja, entre o total de idosos, o número de indivíduos activos ascenderia aproximadamente a 255000 indivíduos e entre os idosos empregados, quase 2/3 (em rigor, 64,5%) exerciam a profissão principal de “agricultor e trabalhador qualificado na agricultura e pesca”.

Os resultados do Inquérito ao Emprego de 2001 revelam também que a maioria da população idosa era inactiva (81%), representando cerca de 74% na população masculina e 86% na feminina (INE, 2002: 195). A proporção dos idosos activos dentre os idosos, ascende, portanto, a valores da ordem dos 17% (1998) a 19% (2001). A par disto, importa fazer notar que entre 1992 e 2001, a população activa com 65 e mais anos cresceu 64,1%. O mesmo inquérito aponta para cerca de 291300 indivíduos activos com 65 e mais anos, dos quais 56,8% pertenciam ao sexo masculino e 43,2% ao feminino.

Apesar da tendência de crescimento da população idosa inactiva, a actividade económica está também cada vez mais presente entre os idosos. Saliente-se agora a dificuldade de obter dados acerca de idosos que acumulam reformas com actividade económica. No entanto, é sabido que tal situação ocorre amiúde e é de interesse no plano desta discussão considerá-la. Num estudo em que recolhe informação por inquirição Fernandes (1997: 92) dá conta dos reformados com actividade. Estes constituem 36,5% do total de idosos recenseados na inquirição, predominando entre eles os quadros superiores, que representam 45,5%; os trabalhadores dos serviços (45,7%); e os agricultores (39,2%). Segundo a autora, estes resultados são, aliás, corroborados por outros trabalhos relativos à população francesa.

Contudo, como se verá ao longo deste trabalho, os níveis de actividade na agricultura podem ser muito variáveis e assim modulados também de acordo com as limitações de mobilidade física e de saúde. Face a estas, os idosos agricultores podem proceder a reorientações produtivas e de organização de trabalho, cuja liberdade de execução detêm. Sem dúvida, tais reorientações podem reclamar formação, apoio técnico e meios financeiros. Neste plano da discussão, parece fundamental dar relevo ao facto de, para a modulação da actividade, tanto no sector da agricultura como noutros, concorrer o exercício específico da actividade por conta-própria. Esta

condição de auto-emprego abre possibilidades acrescidas de decisão do próprio indivíduo quanto a continuar, ou não, activo.

Na mesma linha de pensamento, a respeitante ao prolongamento da actividade agrícola entre indivíduos já reformados, atentemos por um instante na política de cessação de actividade promovida no quadro da Política Agrícola Comum (PAC). Instituiu-se esta medida, cujos objectivos fundamentais eram a renovação do tecido empresarial agrícola, através da concessão de uma pré-reforma aos agricultores e um redimensionamento físico e económico das explorações agrícolas. De forma breve pode dizer-se que, face aos objectivos propostos, tais medidas promovidas a partir de 1994 tiveram uma adesão muito escassa. Baptista, António e Portela (2000: 53-55), em estudo aturado sobre esta medida, referem alguns aspectos que aqui retomamos.

A análise particular das situações de maior adesão revelou estratégias distintas, que os autores sintetizaram em três grandes categorias. Além dos casos de indivíduos com problemas de saúde e/ou dos que já tinham limitado muito a actividade agrícola, para quem a opção de pré-reforma foi vista como um bom modo de cessação de trabalho com a garantia de obtenção de um rendimento mensal, os autores identificaram ainda dois outros casos-tipo. São eles os designados “cessantes com sucessor”, e os “cessantes pluriactivos”. Os primeiros transferiram a exploração para um filho, mas mantiveram-se efectivamente ligados à exploração agrícola. Esta situação configurará diferentes modalidades de acompanhamento da exploração do filho, onde se participa ainda na actividade em diferentes graus conforme a possibilidade, não existindo uma verdadeira ruptura com o trabalho anteriormente realizado na exploração agrícola. Os cessantes pluriactivos correspondem a indivíduos que tinham já, enquanto agricultores, uma outra actividade paralela à agricultura, à qual passam a dedicar mais tempo, beneficiando assim da acumulação dos dois rendimentos. Ora, o que estes dois casos-tipo configuram, na verdade, são situações não de uma cessação efectiva de actividade, mas sim de uma continuidade em ocupação anterior, a qual pode ser um pouco reduzida ou até mesmo intensificada, isto a par da obtenção do rendimento de pré-reforma. Em suma, à pré-reforma e à reforma entre idosos agricultores não corresponde obrigatoriamente a inactividade.

Concluamos, então, que a expressão numérica da actividade dos idosos em Portugal, seja no plano estatístico global, seja no plano de estudos mais circunscritos, não é dado irrelevante.

1.4.2 – Trabalho industrial e trabalho na agricultura: breve discussão

Na parte subsequente de toda a secção 1.4.2 faremos uma reflexão teórica ao redor da evolução da organização do trabalho em sociedades urbano-industriais, seguindo a análise muito de perto o estudo publicado em 2003 por Anne-Marie Guillemard. Nesta obra é feita um exame detalhada da população activa envelhecida ou em envelhecimento no Ocidente, recorrendo-se a comparações internacionais. São objecto de exame as diferentes formas de organização do que a autora designa como “a segunda parte das carreiras dos assalariados”, os percursos laborais individuais, os regimes de protecção social bem como as ligações que os assalariados estabelecem com o mercado de trabalho.

Poderá parecer que esta opção que tomámos, a de examinar a mudança do trabalho urbano-industrial, seguindo muito de perto dados e argumentos de Guillemard, está afastada do objecto central do nosso estudo, o trabalho de idosos no sector agrícola. No entanto, cremos que não haverá aqui mais do que uma oposição aparente, que passamos a esclarecer. Com efeito, a escolha feita assenta em quatro ordens de razão.

Antes de mais, sublinhemos que a reflexão de fundo sobre os conceitos do trabalho nas Ciências Sociais, em particular ao nível da Economia e da Sociologia do Trabalho, têm sido feitas sobretudo a partir dos sectores secundário e terciário, onde aliás ocorreram primeiro, e de modo mais evidente as transformações na organização do trabalho. Como refere Canadas (1998: 11-12), autora que se debruçou sobre as transformações do trabalho na agricultura,

"A noção de trabalho [...] privilegia ou restringe o trabalho às actividades de produção de bens materiais para a troca no mercado, e assimila as relações de trabalho ao trabalho assalariado. O modelo de salariato é, em particular, o operário de fábrica".

Em segundo lugar, fazemos notar que as reflexões acerca do trabalho na agricultura têm seguido os mesmos pressupostos de transformação do trabalho industrial, ou, pelo contrário, têm adoptado a ruptura com os mesmos. Ou seja, o padrão clássico de comparação entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial oscila entre os postulados da diferença e da semelhança entre as duas formas de trabalho. A opção de examinarmos o evoluir do trabalho urbano-industrial, assumindo assim uma certa paridade, em vez de oposição, entre aquelas noções, não será, portanto, caso único. Canadas (1998: 2), por exemplo, optou por aplicar à agricultura os quadros teóricos desenvolvidos genericamente para os outros sectores, embora mantenha uma certa posição de ambivalência, isto porque considera também que não deve restringir-

se a análise a uma concepção e modelo únicos. Ao admitir a comparabilidade entre o trabalho familiar e o assalariado, aquela autora põe em causa uma dicotomia corrente, a qual reconhece ser o suporte das teses de divergência do trabalho agrícola e da sua organização face aos restantes ramos da produção. Mas, a par disso, reconhece que o trabalho familiar permanece uma categoria pertinente na abordagem das relações e das lógicas de funcionamento das unidades de produção. Se é verdade que o predomínio do trabalho familiar na agricultura constitui uma das características da estrutura laboral neste ramo de actividade, é igualmente certo que não faz sentido isolar tal sector do resto da economia, e consequentemente posicioná-lo à margem das abordagens de estudo dos outros sectores. O que deverá privilegiar-se é a especificidade dos diferentes tipos de organização de trabalho e gestão de mão-de-obra, independentemente do ramo de actividade em análise.

A opção feita justifica-se ainda pela via das mudanças que se estão a operar tanto no trabalho agrícola, como no trabalho industrial. Como Canadas (1998) assinala, os estudos clássicos sobre o tema dão conta da oposição entre divisão técnica do trabalho e divisão social do trabalho; entre relações de trabalho e relações familiares; enfim, entre empresa e família. Tais dicotomias não têm sido aplicáveis como tal na análise do trabalho agrícola, dadas as particularidades do seu modo de produção e da sua organização laboral, mas os traços típicos da actividade agrícola (v.g. interpenetração do labor doméstico e do agrícola, fronteiras entre trabalho dependente e independente) têm vindo a sofrer modificações notórias, daqui resultando a aproximação das características do trabalho na agricultura ao trabalho nos outros sectores económicos. Simultaneamente, no sector industrial, as dicotomias referidas, tendem a desfazer-se, na sequência de um conjunto de mudanças que, em particular desde os anos 70 do século XX, percorrem as economias e as sociedades ditas desenvolvidas, quer pela mercantilização crescente das actividades de produção, quer pelo crescimento do desemprego, quer ainda pelo incremento da economia informal.

Digamos ainda, por fim, que o percurso seguido na senda de Guillemard, um quadro de reflexão alargado, tem utilidade para prover um contexto geral acerca do trabalho dos idosos e possibilitar uma discussão sobre o peso das políticas no trabalho dos idosos agricultores portugueses, questão a abordar adiante.

1.4.3 – Custos da mão-de-obra envelhecida

Reflectindo sobre os actuais sistemas de reforma, Guillemard (2003: 7) refere o facto de assentarem num contrato tácito entre as gerações, o qual nasceu depois da II Guerra Mundial. Essencialmente, em troca do direito à reforma concedida à velhice, jovens e adultos mantinham o emprego de forma estável e durável depois de um período de formação. A reforma representava, assim, por um lado, um direito ao repouso para o trabalhador industrial que tinha terminado uma vida de trabalho duro; por outro lado, para as empresas, era um modo institucionalizado de suprimir da sua força de trabalho os elementos que se tornavam menos rentáveis. Segundo a autora, este seria um procedimento de gestão do fluxo de mão-de-obra.

É também neste plano que se tem situado, em grande parte, a discussão acerca das hipóteses de se manterem em actividade trabalhadores de idade. Em regra, argumenta-se que o envelhecimento demográfico (em larga medida verificado nas sociedades ocidentais) representa um enorme perigo de perda de produtividade e dinamismo económico, estabelecendo-se um paralelismo entre dois conceitos que têm, na realidade, significados e alcances distintos. O que está verdadeiramente em jogo é algo bem diferente: mudaram os paradigmas e o centro da discussão é o facto do processo actual do envelhecimento das populações ocorrer num contexto completamente diverso. O modelo da sociedade industrial esgotou-se e, consequentemente, pôs em causa não só o estatuto de assalariado estável, mas também o sistema extensivo de protecção social.

Intimamente associada à noção de reforma, isto é, à subtracção da esfera do trabalho de indivíduos a partir de determinada idade, está a assumpção das vantagens de um rejuvenescimento da população activa e, implicitamente, uma desvalorização do trabalho desenvolvido por indivíduos mais velhos. Esta depreciação do saber e do saber-fazer dos idosos, surge actualmente reforçada pelos grandes avanços tecnológicos e organizacionais registados no mundo do trabalho, os quais *a priori* retiram àqueles trabalhadores de mais idade algumas das competências consideradas hoje essenciais.

O aspecto mencionado, todavia, é algo controverso, uma vez que à idade se associam simultaneamente certas vantagens decorrentes da experiência acumulada ao longo dos anos de trabalho. É conhecido o interesse do mercado de emprego por quadros superiores e responsáveis de topo que sejam de tipo “sénior”, uma evidência contrária à referida segregação laboral. Na verdade, trata-se precisamente de situações laborais a que mais idade corresponde directamente a mais capacidade

executiva, sem forçoso recurso a formação ou actualização programadas. Na verdade ainda, tais funcionários são exemplos em que o nível de formação de base é elevado a muito elevado, a experiência profissional é particularmente qualificadora nas competências que conferem e o exercício da actividade corresponde à direcção de equipas de trabalhadores mais jovens com habilitação adequada.

Em qualquer caso, a enumeração e discussão dos custos inerentes a uma mão-de-obra envelhecida é útil na medida em que eles reflectem um sentimento e uma preocupação que são transversalmente observáveis na sociedade. A propósito da depreciação social das capacidades dos mais velhos e, em particular, do avanço de explicações para a sua vulnerabilidade na actividade profissional, Guy Standing, citado por Guillemard (2003:55), identificou cinco tipos de custos da contratação de trabalhadores de mais idade, resultantes da baixa capacidade empresarial de flexibilização da gestão da mão-de-obra.

O primeiro custo considerado é o decorrente da diminuição da produtividade do trabalho dos assalariados de mais idade. Este custo é pouco evidente, face à aceleração das alterações técnicas e à mudança da divisão técnica do trabalho. Gastos gerais mais elevados são também invocados como fonte adicional de despesa, uma vez que à medida que os trabalhadores avançam na idade (e por isso acumulam mais tempo de trabalho) usufruem de mais regalias e de salários mais elevados. Há também que considerar uma terceira categoria: o aumento dos encargos com a protecção social, resultante dos sistemas de protecção dos trabalhadores mais velhos. Registam-se, em quarto lugar, as despesas relacionadas com uma menor adaptabilidade progressiva dos trabalhadores mais velhos às novas tarefas que são chamados a desempenhar, bem como às situações de reestruturação geral das empresas ou serviços. Por fim, são ainda relevantes os custos de desmotivação geral do restante pessoal. Tal comportamento resulta do facto de uma proporção excessiva de trabalhadores mais velhos limitar a progressão na carreira por parte dos restantes.

Todos estes custos específicos determinam, tendencialmente, uma marginalização da mão-de-obra à medida que esta vai envelhecendo. A evolução demográfica esperada nas economias ocidentais anuncia o continuado e progressivo envelhecimento demográfico. Assim, e aceitando o carácter incontornável deste último fenómeno, há que reverter os inconvenientes do envelhecimento da população activa, enfrentando este novo desafio (Guillemard, 2003: 55-56)²⁴. Neste quadro de combate

²⁴ Este é, também o propósito de vários decisores políticos, o qual, de resto, está expresso na designada *Estratégia de Lisboa*. Este documento, que teve por base um conjunto de estudos e de decisões a nível da Comissão Europeia em 2000, contém um programa detalhado e simultaneamente abrangente de reestruturação do trabalho e do emprego na União Europeia, com vista a uma inversão da perda de competitividade face ao resto do mundo

às desvantagens do envelhecimento da população activa, há necessidade de não excluir os trabalhadores idosos dos planos de formação. A reciclagem é fundamental para que possam permanecer activos e plenamente integrados nas respostas às necessidades do trabalho.

1.4.4 – Discriminação dos activos envelhecidos

Na verdade, os trabalhadores com mais idade suscitarão custos acrescidos? Gozarão eles de igualdade de oportunidades, ou serão segregados comparativamente aos restantes, em particular os mais jovens? Um inquérito realizado em 1993 na UE 12, através do qual se procurou conhecer a percepção da população face à discriminação laboral da mão-de-obra envelhecida. O estudo mostrou que, no conjunto daqueles Estados-Membros, uma proporção de 4 em 5 indivíduos estimava haver distinção no mercado de trabalho relativamente aos indivíduos mais velhos, o que se observaria no que respeita ao seu recrutamento. Os respondentes consideram ainda existir discriminação de idade nas promoções e no acesso à formação, (vd. Quadro 1.5).

Quadro 1.5 – Proporção de respondentes que admitem existir discriminação no emprego face aos trabalhadores idosos: média e valores extremos na UE12

Discriminação dos trabalhadores mais velhos quanto a	Percepção dos respondentes (%)		
	UE12	Máximo País	Mínimo País
Recrutamento	78,7	82,5 Bélgica	66,1 Portugal
Promoção	61,5	77,7 Reino Unido	51,8 Holanda
Formação	67,1	77,3 Reino Unido	63,3 Itália
Estatuto	48,7	63,9 Grécia	35,0 Holanda

Fonte: Guillemard (2003: 56)

À data, a opinião pública da União Europeia admitia haver uma discriminação negativa face aos trabalhadores de mais idade, muito em particular quanto ao seu recrutamento. A percepção da discriminação relativa ao estatuto é relativamente mais esbatida. É de realçar que tais convicções se exprimem independentemente da idade e do sexo dos respondentes.

Para lá das percepções acerca da condição dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho, bem distintas no seio da EU 12 (vd. Quadro 1.5), há uma clara diferenciação entre países quanto a aspectos factuais da mesma problemática. Na verdade, a análise comparativa das idades médias de reforma, em diferentes países, evidencia situações muito diversas, o que permite destacar várias opções face ao envelhecimento demográfico, e em particular ao envelhecimento da população activa. De um modo geral, a actividade depois dos 55 anos tem sido reduzida quer na Europa²⁵, quer na América do Norte. O Japão, todavia, é o exemplo de um país que, mercê das suas características demográficas e já há mais tempo confrontado com acentuado envelhecimento, estruturou esquemas de resistência a esse movimento. Aí a norma é a plena actividade e as perspectivas de carreira aos 55 anos são ainda longas (Guillemard 2003: 25-27).

Na Europa, alguns países escandinavos, a Suécia em particular, apresentam as maiores taxas de actividade depois dos 55 anos, sendo a idade média de reforma relativamente elevada, superior aos 63 anos. O caso francês, pelo contrário, mostra uma progressiva vulnerabilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho a partir dos 40 anos de idade, que passam a ser considerados “assalariados de idade”. Neste país os que prolongam a sua actividade para além dos 55 anos são em número reduzido, situando-se a idade média de reforma efectiva do mercado de trabalho nos 58 anos.

Atentemos agora na discriminação laboral dos activos envelhecidos em Portugal, baseando a análise em dois eixos principais: uma incursão pelas situações de discriminação a que estão sujeitos os trabalhadores mais velhos e uma outra pela multiplicidade de combinações de reforma e actividade que se observam neste grupo etário.

Um estudo realizado por Pestana (2003) que incluiu informação relativa a trabalhadores de diferentes actividades económicas²⁶ mostra que a prática

²⁵ O envelhecimento demográfico e as suas consequências no mundo do trabalho, nomeadamente ao nível dos contingentes de população activa disponíveis, colocam agora novos desafios às sociedades no ocidente. Orientações no sentido de reverter tais efeitos do envelhecimento demográfico, promovendo o prolongamento da actividade, estão já na ordem do dia nas políticas laborais e assistenciais. Refira-se a propósito as orientações políticas na União Europeia acerca da competitividade dos trabalhadores em actividade e a denominada política de trabalho para todas as idades. [COM], 1999, «Vers une Europe pour tous les âges. Promouvoir la prospérité et la solidarité entre les générations», Communication de la Commission.COM (99); [COM], 2005, «Projecto de Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social», COM (2005).

²⁶ Note-se que no trabalho citado, que recorre a estatísticas nacionais e comunitárias, não foram considerados os trabalhadores por conta de outrem das seguintes secções da Classificação das Actividades Económicas: A – Agricultura, Produção animal, Caça e

empresarial em Portugal segrega os trabalhadores mais velhos, à semelhança do que acontece noutros países. Mas antes de atentarmos nos dados mais específicos, vejamos a caracterização geral da situação dos trabalhadores mais velhos do tipo “por conta de outrem” no mercado nacional, que foi elaborada pelo mesmo autor. Segundo ele, há quatro eixos principais, definidores de um quadro global, a saber:

- - Os estratos etários predominantes na população portuguesa trabalhadora por conta de outrem são os mais jovens (dos 25-29 anos e dos 30-34 anos);
- - Há um predomínio de trabalhadores do sexo masculino, sendo no entanto esta superioridade particularmente evidente a partir dos 50 anos de idade;
- - Relativamente às habilitações escolares, à medida que se avança no grupo de idade há um aumento da proporção de trabalhadores com baixas habilitações escolares;
- - A distribuição etária segundo o nível de qualificações revela que nos grupos etários acima dos 45 anos se assiste, gradualmente, à diminuição do peso relativo dos “qualificados” e ao aumento quer dos “quadros superiores”, quer dos “não qualificados”.

(Pestana, 2003: 171-181)

Com base num inquérito endereçado a empresas portuguesas Pestana (2003: 187-195)²⁷ procedeu à análise de políticas e práticas laborais discriminatórias face aos trabalhadores mais velhos. As empresas foram questionadas especificamente acerca do recrutamento e selecção de trabalhadores; da formação profissional dos seus assalariados; da redução de efectivos e da passagem à reforma; dos trabalhadores mais velhos e do envelhecimento activo. Neste estudo, a primeira hipótese foi colocada com base no que é sugerido pelos resultados do Inquérito à Força de Trabalho do Eurostat: os trabalhadores mais velhos não são apenas os que apresentam menores níveis de qualificação e habilitações escolares, são também os mais excluídos da formação profissional.

A maioria das empresas respondentes tem um baixo peso relativo de trabalhadores com 45 e mais anos, uma vez que estes constituem menos de um quarto da mão-de-obra em cerca de 52% das empresas. Uma análise mais detalhada revelou ainda que para a quase totalidade dos diferentes sectores de actividade económica, os trabalhadores com menos de 45 anos predominam relativamente aos

Silvicultura; B – Pesca; L – Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória; e P – Famílias com Empregados Domésticos.

²⁷ Neste estudo foram endereçados inquéritos (com um questionário composto essencialmente por perguntas fechadas) a todas as empresas do Continente com 10 ou mais pessoas ao serviço. O estudo foi realizado com a informação proveniente de 3085 empresas (as que constituíram a amostra de respondentes) num universo de 44377.

que estão acima desse limiar. Relativamente às novas admissões de pessoal, Pestana (2003: 192-195) constatou que foi nas empresas “mais jovens”²⁸, que se registaram maiores contratações. Além disso, verificou também que o novo pessoal contratado se concentra maioritariamente em escalões de idade inferiores a 35 anos (71,4%). Em particular, o grupo etário dos 25 aos 34 anos é o que regista o maior número de admissões, com 37,7% do total.

Quanto ao nível de habilitações escolares das pessoas contratadas, verificou-se que os trabalhadores dos grupos etários mais elevados apresentam níveis educativos muito baixos, pois a sua maioria tem como habilitação máxima o primeiro ciclo do ensino básico. Estes, em regra, exercem funções pouco ou nada qualificadas. Dentre os contratados (quer a termo, quer permanentemente), no grupo dos trabalhadores com mais de 55 anos verifica-se o aumento de incidência do trabalho a tempo parcial, mas nestes casos têm vencimentos, em média, mais altos que os dos trabalhadores mais novos com o mesmo nível de habilitações escolares.

Relativamente à formação profissional, constatou-se que as “empresas mais jovens” são aquelas onde mais se registou a ocorrência de formação profissional. De entre os seleccionados para a receber são favorecidos expressivamente os trabalhadores com formação de nível superior, em comparação com os que detêm habilitações escolares mais baixas. Registou-se ainda que a reconversão profissional tende a diminuir à medida que se avança na escala etária.

Os principais constrangimentos que as empresas inquiridas mais associam ao recrutamento de pessoas “que consideram velhas” dizem respeito sobretudo a uma menor capacidade de adaptação: 90% das empresas inquiridas referiram esse aspecto. A desadequação das qualificações é o factor apontado como o mais importante para a não contratação destes indivíduos de mais idade (31,7% dos respondentes), seguido da justificação de um menor número de anos que os trabalhadores permanecerão na empresa em virtude da idade (Pestana (2003: 207).

Em suma, chegou-se à conclusão que, em Portugal, há de facto uma segregação etária no mundo laboral, desfavorável aos trabalhadores “por conta de outrem” mais velhos. No entanto, note-se que apesar da referida discriminação etária, se verifica interesse na manutenção de quadros de mais idade, sobretudo quando se trata de mão-de-obra qualificada. Relativamente a esta, aliás, registou-se com frequência um prolongamento da actividade para além dos 65 anos, a idade padrão de reforma.

²⁸ Segundo Pestana (2003), as empresas mais jovens são as que têm trabalhadores acima dos 45 anos em menor proporção, ou seja, aquelas com maior proporção de indivíduos nos estratos etários inferiores.

1.4.5 – (Des)Integração dos “envelhecidos” no mercado de trabalho

Tendo em conta o seu carácter de construção social, mais do que de evidência de ordem natural, a noção de trabalhador de idade e o seu nível de inserção no emprego devem reavaliar-se através de uma análise comparativa entre países. Entender o que tem vindo a condicionar a plena integração dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho permite chegar às diferentes propostas de combinação das variáveis emprego e protecção social. Isto, como foi já referido, na actual situação demográfica, económica e social, parece um exercício urgente, de modo a não comprometer a resolução dos problemas da competitividade e, a mais longo prazo, mesmo os de produção dos Estados europeus²⁹. A análise do processo pelo qual se produzem as definições de idade ao longo de uma carreira, as trajetórias profissionais diferenciadas e, em particular, o que se designou por “segunda parte da carreira” foram aspectos fundamentais no diagnóstico da segregação face ao envelhecimento dos activos. Questões como a participação dos indivíduos em envelhecimento no mercado de trabalho, a análise dos comportamentos das empresas a seu respeito, e o entendimento da construção das políticas para os assalariados que vão avançando na idade, bem como os seus estatutos no emprego e na protecção social, são fundamentais para que se entenda o que verdadeiramente está em causa neste processo. Como Guillemard (2003: 9) certamente faz notar:

“Estas são as encruzilhadas maiores deste conhecimento e são cruciais para que as sociedades desenvolvidas saibam fazer do envelhecimento das populações uma oportunidade e não uma catástrofe”.

O esquema conceptual de análise comparada para interpretar a diversidade de formas e de níveis de actividade na dita “segunda metade da carreira” alicerça-se no estudo de determinadas variáveis consideradas como fundamentais para a compreensão do fenómeno. Em particular,

- A saída precoce da esfera do trabalho pela via da reforma antecipada;
- O comportamento do mercado de trabalho face a este grupo de potenciais activos de mais idade;
- As formas de estruturação familiar.

²⁹ Preocupações foram explicitamente assumidas nos propósitos políticos delineados na *Estratégia de Lisboa*.

Estes são, então, os principais factores condicionantes da (des)integração dos mais velhos no mercado de trabalho. A compreensão deste fenómeno, na sua totalidade, reclama que se cruzem com os Regimes de Protecção Social tanto as políticas de emprego como as mudanças de ordem familiar (Fernandes, 2003:100).

Atentemos de imediato nas políticas de emprego e depois nas alterações profundas que têm marcado os itinerários profissionais dos trabalhadores e as famílias. Para lá dos Regimes de Protecção Social em vigor, as políticas de emprego vigentes numa dada sociedade têm também repercussões importantes na estrutura demográfica da população em actividade, determinando, por consequência, o incentivo à permanência em actividade ou, pelo contrário, o abandono do mercado de trabalho pelos trabalhadores mais velhos. Assim, a par dos Regimes de Protecção Social, há também que levar em conta as políticas de emprego que a eles se associam. Estes dois aspectos têm determinado conjuntamente a evolução da inserção dos mais velhos nos mercados de trabalho.

Guillemard (2005: 69), citando trabalhos comparados sobre as políticas públicas de emprego na Europa e nos Estados Unidos da América, refere três grandes categorias de políticas de emprego: as de intermediação e de produção de serviços; as de indemnização e retracção de actividade, e as políticas estruturais de flexibilidade do mercado de trabalho. As primeiras associam-se ao Regime de Protecção Social Social-Democrata, as segundas ao Continental (Conservador-Corporativista), e as últimas ao regime Liberal. A autora procede ainda à comparação das despesas sociais públicas nos diferentes países da UE15, a fim de evidenciar as principais medidas de política relacionadas com o estrato etário dos idosos. Dentre estes, a Suécia figura como o país que dá particular relevância às políticas activas de emprego, configurando o que Esping-Andersen (2007 [1996]) designou como “política de investimento social” que caracteriza o modelo escandinavo do Estado-Providência (Guillemard 2003: 123) (Fernandes, 2003:102). Neste país é encorajado o envelhecimento activo, favorecendo-se a continuidade na esfera do trabalho à medida que se envelhece. Prevêem-se, simultaneamente, oportunidades de formação e reciclagem de conhecimentos necessárias às contínuas adaptações exigidas na actividade produtiva. Dos restantes países da UE15, a autora salienta o caso da França que, no conjunto dos países de Regime Conservador-Corporativista, representa um exemplo de acção continuada de incentivo à saída precoce dos trabalhadores do mercado de trabalho, através das reformas e pré-reformas. Neste caso, o Estado não se empenha manifestamente em políticas que favoreçam a permanência dos trabalhadores idosos em actividade. Segundo Guillemard (2004: 69-70), fazer o inverso, ou seja, ter políticas promotoras do envelhecimento activo seria particularmente importante. No

caso do Japão, por exemplo, a redução dos salários dos trabalhadores mais velhos promove a sua permanência no mercado de trabalho. Em França, este procedimento de discriminação salarial foi utilizado para incentivar a entrada em actividade de indivíduos jovens (outra das faixas etárias penalizadas no acesso ao emprego), não tendo sido, todavia, utilizado na promoção do envelhecimento activo.

Dentre os diferentes aspectos das políticas de emprego, prestemos alguma atenção às que promovem o rápido abandono da esfera laboral, por serem particularmente reveladoras da segregação dos trabalhadores mais velhos. Em vários países, os incentivos à saída precoce da esfera do trabalho, associados à falta de formação especializada que permita a reconversão da mão-de-obra, conduziram a uma fragilização na segunda metade da carreira. Vários estudos têm indiciado desemprego, e sobretudo o desemprego de longa duração, em trabalhadores mais velhos, que com frequência aceitam situações de pré-reforma tendo em vista resolver tal impasse. Apoiada na análise do caso francês, Guillemard expressa bem como se chega à construção do que chamou “de uma cultura de saída precoce” da esfera do trabalho no caso de Estados-providência de Regime Continental:

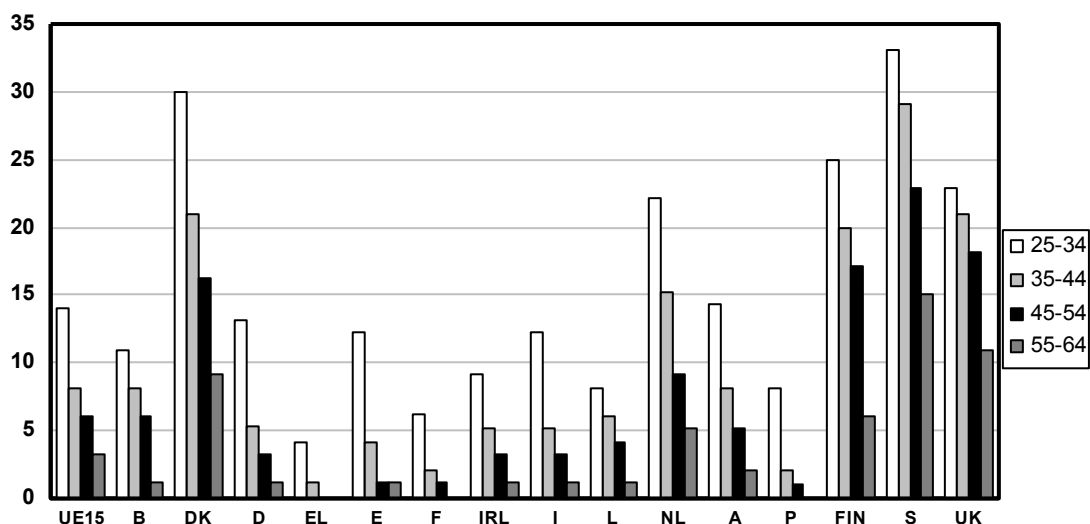
“Presumindo-se vulneráveis no emprego, os trabalhadores idosos vêem-se gratificados com um direito de indemnização, a fim de preservar a sua segurança económica”.

Assim se chega à instituição do direito à reforma precoce (pré-reforma) e a uma cultura de saída precoce da esfera do trabalho, na qual a “(...) a norma para o trabalhador idoso não é o trabalho, mas o acesso a transferências sociais (Guillemard, 2003: 77),

Exemplos de outras formas de procedimento têm conduzido os trabalhadores idosos a situações opostas. De facto, o regime de protecção social-democrata em harmonia com políticas laborais que pressupõe outra “cultura de idades”. Neste caso, o objectivo é encontrar formas de reposicionar favoravelmente os trabalhadores em envelhecimento. O que significa, então, achar para eles situações mais favoráveis no mundo do trabalho? No pressuposto de que deve existir igualdade de oportunidades, as políticas de emprego abrangem a totalidade dos cidadãos e, nesta conformidade, os mais velhos estão também incluídos. Uma vez que estes últimos serão, porventura, os que apresentam maior vulnerabilidade no mundo do trabalho, um conjunto especial de medidas de política nesta área, ou seja, uma atenção particular deve contribuir por isso para a diminuição das desvantagens dos trabalhadores idosos no conjunto da população activa, de forma a poder assegurar-lhes de facto o direito ao trabalho. Neste processo, serão essenciais as acções contínuas de formação e actualização,

tendo em vista reduzir as ineficiências e os decorrentes custos imputados a uma mão-de-obra envelhecida, como se pôs em evidência na subsecção 1.4.3. A falta de formação, e em particular de formação especializada, que possa permitir reconversões e o adquirir de novas competências necessárias a uma requalificação, posicionam sistematicamente as pessoas de mais idade em situações de vulnerabilidade na manutenção de empregos, ou na disputa de um novo posto. Nesta esfera vejamos qual a situação no quadro europeu.

Sem nenhuma exceção, na UE15, o acesso à formação contínua dos assalariados diminui com a idade (ver Figura 1.7). Em 1999, globalmente, observa-se que o acesso à formação contínua representa 14% no escalão dos trabalhadores dos 25 aos 34 anos, desce aos 6% para os que têm entre 45 e 54 anos e não ultrapassa os 3% no escalão etário dos 55 aos 64 anos.



UE-15 - União Europeia a 15 países; B - Bélgica; DK - Dinamarca; D - Alemanha; EL - Grécia;
E - Espanha; F - França; IRL - Irlanda; I - Itália; L - Luxemburgo; NL - Holanda; A - Áustria;
P - Portugal; FIN - Finlândia; S - Suécia; UK - Reino Unido

Fonte: Guillemard (2003: 45)

Figura 1.7 – Proporção dos que receberam formação no emprego, por escalão etário, por país e para o conjunto da UE15, em 1999

Verificam-se também grandes disparidades entre os diferentes estados membros da UE15. Desde logo, os países nórdicos (Suécia, Finlândia e Dinamarca), bem como a Holanda e o Reino Unido, apostam muito mais na formação relativamente à totalidade dos activos. Além disso, nestes países, o cômputo das classes etárias referentes aos indivíduos dos 45-54 anos e 55-64 anos perfaz valores acima dos 20%, indicando um peso da formação dos trabalhadores mais velhos muito superior ao que

acontece nos restantes estados da UE15. Saliente-se também que, em vários países como por exemplo Grécia, França e Portugal, as possibilidades de formação para os últimos estratos etários são uma quase ou mesmo total impossibilidade, designadamente para os trabalhadores de mais de 55 anos, como a Figura 1.7 bem ilustra para o período em análise.

Sem Estado-Providência e sem empresas que garantam a igualdade de oportunidades de formação, e, conseqüentemente, sem que esta ocorra, eleva-se o risco dos trabalhadores mais velhos caírem no desemprego, na inactividade.

Outro dos tópicos maiores de argumentação em favor da alteração do paradigma do trabalho (e igualmente da reforma) nas sociedades envelhecidas demograficamente, prende-se com o facto de no ocidente se terem alterado profundamente tanto os esquemas básicos de progressão profissional como a estrutura familiar. De facto, relativamente a estas duas questões, o que se verifica é a coexistência de uma grande diversidade de situações e uma tendência forte para uma não padronização dos percursos individuais.

O modo de vida profissional nas sociedades ocidentais tem vindo a alterar-se substancialmente, pondo em causa o tradicional esquema de vida tripartido: formação na juventude, trabalho contínuo na idade adulta e reforma na velhice. Este modelo está em profunda mutação, assistindo-se a “uma alteração completa” do conjunto da organização das idades e dos tempos sociais. Ou seja, o clássico modelo ternário do percurso de idades, na sua forma linear, é uma via cada vez menos seguida. De facto, é hoje comum a formação não ser feita apenas na juventude, mas repartir-se pelas diferentes fases de vida dos indivíduos. As intermitências dos períodos activos, sejam elas voluntárias ou forçadas, são também frequentes. A interrupção voluntária de períodos laborais pode ocorrer para apoio familiar e para prossecução de estudos. Exemplos de interregnos forçados são as situações de desemprego (temporário ou prolongado), que são hoje correntes. O caso de ocupação laboral a tempo parcial, ou em empregos temporários, é também comum. Há ainda a assinalar um número significativo de casos de acumulação de mais do que um emprego. Ou seja, nos percursos individuais e, transversalmente, na sociedade há uma grande heterogeneidade de configurações face às actividades ocupacionais, ao trabalho e ao desemprego.

Mudanças profundas e rupturas com o passado ocorrem igualmente no plano familiar. Deste ponto de vista, as idades-padrão de casamento, educação dos filhos, e apoio a parentes idosos também hoje variam muito. Novos dados devem ser tidos em conta na abordagem dos percursos individuais. A recomposição familiar, o grande

aumento de divórcios e de segundos matrimónios vêm forçosamente dar origem a novos quadros familiares, os quais, por sua vez, têm igualmente repercussões nas trajectórias profissionais. Como Guillemard (2004: 248) faz notar, tem-se verificado o que designou por “uma mistura das idades”, ou seja a subversão da sequência ordenada e hierarquizada das etapas de vida. Exemplo disso é a não uniformização dos limiares de idade que marcavam os momentos de passagem a diferentes estatutos. Assim pode concluir-se que os trajectos demográficos se tornam complexos e, sobretudo, muito diferenciados para cada indivíduo.

Tendo em conta as transformações assinaladas na esfera familiar e no universo do trabalho parece, então, necessário reestruturar a análise do processo de envelhecimento demográfico também numa perspectiva teórica. Há novos factos a ter em conta. Por exemplo, a nova flexibilidade do percurso de vida dá origem a diferentes percursos individuais, mas origina também itinerários caóticos e imprevisíveis com a emergência de novos riscos sociais. A trajectória da vida de trabalho, por sua vez, não obedece mais a um modelo linear e homogéneo, que começava com a saída da escola e se desenvolvia até à reforma. A actividade torna-se mais descontínua, é associada a períodos de inactividade, e estes tocam todas as idades. As regras, agora, são outras: entrada tardia no mercado de trabalho; obsolescência rápida dos conhecimentos na nova sociedade de informação e do saber, obrigando por isso a contínuas reorientações e aquisição de novos conhecimentos e competências; a par de todas estas mutações sociais, amplas e fundas, ocorre a intensa desestabilização dos mercados internos de trabalho. Assim, numa nova perspectiva teórica, Guillemard (2004: 249-250) propõe que a discussão se centre agora em volta de três dimensões: o mercado de trabalho; o sistema de protecção social e o ciclo de vida. Esta abordagem vai também dar um contributo importante para a reestruturação do sistema de protecção social, particularmente no que diz respeito ao sistema de reformas.

1.4.6 – De volta à questão da Segurança Social

No campo laboral a tendência é a de nada estar previamente estipulado em nenhum momento do percurso de vida dos indivíduos: nem o acesso ao trabalho, nem o salário, as carreiras, as promoções, a adequação dos conhecimentos às aptidões necessárias à actividade. Neste quadro, não parece plausível assegurar *a priori* rendimentos aos mais velhos, quando outros estratos da população estão também em situação vulnerável. Os conceitos de trabalho da actualidade e, sobretudo, a grande variedade de percursos de vida, indicam que o sistema actual poderá ser substituído,

com vantagem, por um mais flexível e assim mais facilmente adaptável às necessidades de cada indivíduo, de cada família, em cada momento do seu percurso. A necessidade de manter-se apto para o trabalho, apesar de se ir avançando na idade, é outra das imposições dos novos tempos. Uma vez que hoje, com mais idade, se envelhece menos e se tem saúde até mais tarde, é plausível que face a reduções assistenciais se possa prolongar a actividade no tempo, em proporções e intensidades variáveis. Acresce ainda que, não obstante as reduções da natalidade, importa aos estados manter contingentes de população activa competitiva e adequada às necessidades produtivas. Para tal, o alargamento dos períodos activos dos indivíduos, ou seja, a permanência mais prolongada em actividade, é uma das vias apontadas. Consequentemente, ultrapassar-se-ão os limiares tradicionais que marcavam o início do período de reforma.

Cabe aqui uma breve nota relativamente às sociedades rurais e, em particular às famílias ligadas à agricultura. Ainda que as alterações profundas nos tempos e nos percursos de vida dos indivíduos sejam mais evidentes nas sociedades urbanas, nas rurais têm também ocorrido mudanças notórias. Em Portugal é certo que os agricultores idosos de hoje pertencem a uma geração que se caracteriza por um baixo grau de formação escolar. De facto, foram aprendendo a sua “profissão” (com frequência foram várias as ocupações que tiveram no decurso do seu ciclo de vida) trabalhando desde cedo. No entanto a sociedade rural que hoje integram alterou-se substancialmente: primeiro pelo êxodo rural; depois por via da pluriactividade, nas suas múltiplas vertentes de aproximação a diferentes sectores de actividade; enfim, pelas transformações técnicas e sociais também introduzidas na actividade agrícola em si mesma (Baptista, 1993; Portela, 2003; Rolo, 2005; Lima e Zuber, 2005). O êxodo rural, ocorrido por motivo da procura de novas actividades e rendimentos, e, em particular a emigração, transformaram radicalmente as sociedades rurais: o despovoamento e o escassear de mão-de-obra na agricultura e simultaneamente os novos rendimentos aí chegados (das remessas dos emigrantes, por exemplo) operaram importantes transformações sociais e económicas e em particular na forma de produzir em agricultura. Tais transformações estão aliás explicitadas em diferentes estudos de caso em Portugal, entre outros, Caldas (1981), Nobre (1993), Portela e Nobre (2002). Vários agricultores, hoje idosos e em actividade em meio rural, tiveram eles próprios um percurso de emigração e retorno. Entre os mais jovens que hoje persistem na actividade agrícola muitos fazem-no já em moldes diferentes dos vigentes no passado: com mais formação, têm acesso a financiamentos vantajosos na implementação de novos projectos agrários e recorrem a múltiplas combinações de actividade na agricultura e noutros sectores. Além disso, o recurso à emigração,

espelhada sobretudo em ciclos curtos, é também frequente, pelo menos em alguns tempos da vida dos mais jovens. Por vezes, mantêm-se em meio rural, mas este é quase exclusivamente um local de residência, dedicando-se a outras actividades em centros mais ou menos próximos. Mesmo neste último caso, a sua presença pode representar um importante reduto de mão-de-obra eventual para as actividades agrárias. Em suma, pelo exposto se compreenderá que também nas sociedades rurais de hoje há uma certa multiplicidade de vias ocupacionais e a variabilidade dos percursos individuais e familiares é igualmente observada. Ou seja, a via de análise geral que temos vindo a adoptar relativamente a uma nova ordem de organização do trabalho e de sustentação intergeracional do futuro, através de combinações de actividade e reforma para os mais velhos, mostra-se igualmente pertinente para a sociedade rural.

Importa, agora, sublinhar que a emergência das novas formas de trabalho não foi acompanhada, ao mesmo ritmo, de medidas de protecção social. Verifica-se, então, uma disjunção crescente entre os edifícios de protecção social e as novas necessidades de segurança associadas a percursos profissionais mais flexíveis e que vão exigir agora novas respostas, pelo menos aos três níveis seguintes:

- - Protecção social face a uma obsolescência rápida dos saberes e competências;
- - Opções de mobilidade e reconversão múltiplas ao longo da vida activa;
- - Cobertura de ciclos de inactividade que dizem respeito a todas as idades e que não são apenas acumuladas no fim da vida.

A importância da flexibilização nos novos sistemas de financiamento de protecção social, e a necessidade de conseguir a sua sustentabilidade no actual quadro demográfico, exigem novas vias. Modalidades de reforma parcial complementados com rendimentos de actividade e património acumulado podem constituir situações mistas mais adaptáveis à variedade de situações existentes e simultaneamente formas de não incentivar a saída precoce do mundo do trabalho. Exemplos de acumulação de reformas (ou de reformas parciais) com rendimentos de actividade (em proporções decrescentes e por vezes também com discriminação salarial) existem já. O caso do Japão é uma referência, dado o envelhecimento demográfico brutal deste país, que o levou a uma rápida reestruturação das políticas públicas. Como Guillemard (2004: 114-116) faz notar, aí verifica-se que na estrutura do rendimento de um reformado tem peso particular o rendimento da actividade. A autora mostra também que as acumulações patrimoniais podem ter um papel significativo no rendimento de um reformado: em França representam 22,3% do rendimento total dos reformados. Chegámos, assim, a um ponto-chave da ampla

discussão e revisão dos principais conceitos na base da assistência à velhice, no qual se juntam e articulam três vertentes que surgem agora como essenciais: a redefinição dos montantes financiáveis; a idade da reforma; o incentivo de formas mistas de actividade e reforma.

Parte II – Idosos agricultores em Trás-os-Montes com duas orientações produtivas distintas

Depois da atenção dada na Parte I aos grandes temas do envelhecimento, e em particular à criação, evolução e crise dos sistemas de apoio à velhice, constitui objecto do texto que agora se inicia o estudo da actividade de pré-idosos e idosos actualmente residentes em meio rural e ainda em actividade na esfera agrária.

No capítulo 2 procede-se ao enquadramento das actividades agrárias em Trás-os-Montes, para nos capítulos 3 e 4 se prosseguir com uma análise detalhada das actividades produtivas, (do trabalho) e modo de vida de idosos residentes em meio rural e ligados à agricultura.

A recolha de material empírico visa indivíduos acima dos 55 anos que, no presente, se ocupam ainda com a produção agrária. Pretendeu-se, por um lado, averiguar como prosseguem a actividade, quais as dificuldades que, mercê também das limitações da idade, aí encontram e nessa medida como se adaptam aos novos contextos. As relações intergeracionais estabelecidas com familiares, estejam estes presentes ou ausentes da esfera produtiva, será outra das vertentes. Entender as actividades desenvolvidas pelos agricultores idosos, a criação de rendimentos por esta via e a sua importância no cômputo das principais fontes de rendimento, foi também propósito da análise realizada. Intimamente ligada a esta abordagem dos rendimentos está obviamente a relação estabelecida com os sistemas de protecção social à velhice e com as políticas da agricultura e do território.

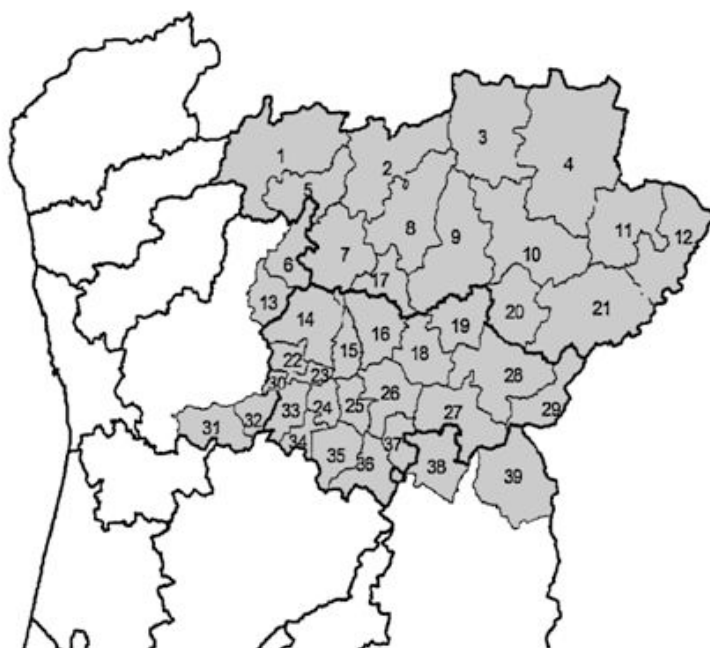
2 – Elementos para um referencial de estudo

Procederemos neste capítulo a uma breve caracterização geográfica e humana da área considerada neste estudo. É também sucintamente apresentada a Política Agrícola Comum e suas sucessivas revisões, dado que enquadram a actividade agrícola e contextualizam por isso a actividade dos agricultores idosos deste estudo. Por fim procede-se ainda à apresentação e breve discussão das principais opções metodológicas.

2.1 – Breve contextualização da área de estudo

2.1.1 – Apresentação física e administrativa

Em sentido lato, a área geográfica deste estudo, corresponde à região de Trás-os-Montes e Alto Douro (ver Figura 2.1), a qual abrange 39 concelhos³⁰. A nossa recolha de material empírico restringe-se, porém, a uma área mais limitada dentro da região referida.



1 Montalegre	14 Vila Real	27 Vila Nova de Foz Côa
2 Chaves	15 Sabrosa	28 Torre de Moncorvo
3 Vinhais	16 Alijó	29 Freixo de Espada-à-Cinta
4 Bragança	17 Murça	30 Mesão Frio
5 Boticas	18 Carraceda de Ansiães	31 Cinfães
6 Ribeira de Pena	19 Vila Flor	32 Resende
7 Vila Pouca de Aguiar	20 Alfândega da Fé	33 Lamego
8 Valpaços	21 Mogadouro	34 Tarouca
9 Mirandela	22 Santa Marta de Penaguião	35 Moimenta da Beira
10 Macedo de Cavaleiros	23 Peso da Régua	36 Sernancelhe
11 Vimioso	24 Armamar	37 Penedono
12 Miranda do Douro	25 Tabuaço	38 Meda
13 Mondim de Basto	26 São João da Pesqueira	39 Figueira de Castelo Rodrigo

Fonte: (Gomes, 2002: 1)

Figura 2.1 – Concelhos da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro

³⁰ Trás-os-Montes e Alto Douro em termos de Nomenclatura Territorial para Fins Estatísticos - NUTS – corresponde ao conjunto dos concelhos que compõem a NUT III Douro (19 concelhos) e AltoTrás-os-Montes (14), aos concelhos de Cinfães, Mondim de Basto, Resende e Ribeira de Pena, pertencentes à NUT III Tâmega e, ainda, aos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e da Meda, integrados na NUT II Centro e respectiva NUT III Beira Interior Norte. No entanto, com frequência a região de Trás-os-Montes e Alto Douro é *grosso modo* associada ao conjunto dos concelhos que integram os Distritos de Bragança e Vila Real, excluindo os restantes concelhos mencionados.

De acordo com o Recenseamento Geral da População de 2001, esta região representa 5% da população residente do país. “Nos últimos 40 anos Trás-os-Montes e Alto Douro perdeu cerca de 260 mil indivíduos, dos quais 156 mil na década de 60. Entre 1991 e 2000, o decréscimo da população atenuou-se devido exclusivamente à evolução de comportamentos migratórios, o que traduz a maior capacidade de fixação da população regional, devido à consolidação de um conjunto de cidades de média dimensão” (Gomes, 2002: 1). A recolha de material empírico restringe-se a uma área mais limitada dentro da região referida. Delimita-se ela por vários concelhos: os de Bragança e Vinhais, que agregados constituem um espaço de características agro-ecológicas particulares, a Terra Fria; os concelhos de Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro, agrupáveis na denominada região agro-ecológica do Planalto Mirandês; e, por fim, o concelho de Macedo de Cavaleiros, situado na denominada Terra Transição entre a Terra Fria e a Terra Quente.

“Terra Fria e Terra Quente são designações comuns em Trás-os-Montes que traduzem de modo directo os contrastes climáticos da região, constituindo porventura o seu mais vincado traço caracterizador. É que, aos do clima, associam-se os contrastes ecológicos e agro-culturais, estes sim a demonstrar pela evidência das paisagens que compõem, a legitimidade dos termos e do que lhes dá conteúdo.”

(...)

“São os longos e frios Invernos, seguidos de Verões curtos e quentes, quase sem transição, que identificam a Terra Fria. O período de geadas cobre os meses de Outubro a Abril, podendo estender-se nas zonas mais altas.”

A expressividade do carácter Mediterrânico dá fundamento à designação da Terra Quente. Os Invernos são mais suaves, com um período de geadas estendendo-se de finais de Novembro a princípios de Março.

A fisiografia influencia também de modo marcado esta caracterização. A Norte, as elevações de Montesinho, Coroa e Nogueira e a leste a grande superfície planáltica de Miranda, constituem o domínio de expressão dos climas da Terra Fria. Climas, por que a diversidade térmica é importante, permitindo diferenciar a Alta Montanha, a Montanha e o Planalto (numa gradação crescente das temperaturas médias anuais). Também a queda de precipitação aparece como elemento definidor: de uma Alta Montanha mais pluviosa até ao Planalto Mirandês, frio, seco e mais continental.

Entre estes domínios extremos ocorrem naturalmente transições. É a Terra de Transição, associada à meia encosta ou aos vales sub-montanos, com características climáticas e ecológicas intermédias e de representatividade espacial não desprezável.

(Figueiredo, 2005)

Na Figura 2.2 podemos ver a totalidade dos concelhos das NUTS de nível II³¹, Alto Trás-os-Montes (14 concelhos), e Douro (19 concelhos). Aí aparecem assinalados

³¹ “Nuts – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos – Criada no âmbito da CEE entre o Eurostat, os serviços da Comissão e os Estados Membros. Constitui a norma

a cinza, os concelhos onde incidirá uma análise mais detalha do nosso estudo. Note-se ainda que, de acordo com as divisões administrativas, todos estes concelhos pertencem ao Distrito de Bragança.



Fonte: (INE, 1998: 115)

Figura 2.2 – Alto Trás-os-Montes e Douro (Nuts III) da Região Norte (Nut II)

2.1.2 – Demografia, envelhecimento e dependência dos idosos em Trás-os-Montes

No Quadro 2.1 temos uma breve caracterização demográfica dos concelhos abrangidos neste estudo. Os dados de população residente provêm do Recenseamento Geral da População de 2001 (dados definitivos) e as variações da população residente foram calculadas com base na variação intercensitária. Registam-se, assim, à excepção do concelho de Bragança, diminuições acentuadas de população. Tais variações – que se situam entre os 7,5% e os 16,5% numa só década – reflectem o acentuar do despovoamento regional. Note-se que isto sucede ao invés do movimento de crescimento, embora modesto, do país e da Região Norte. Em busca

comum para os Estados trocarem entre si informação. É composta por três níveis hierárquicos: NUTS I, NUTS II e NUTS III. As delimitações destes níveis foram fixadas por cada Estado Membro de acordo com as características nacionais específicas e os objectivos especiais das políticas de desenvolvimento regional.” São constituídas sempre por agrupamentos de concelhos, não havendo subdivisão destes (INE, 1998: p.107).

de outras condições de trabalho e melhor salário, a população tende a deslocar-se para os centros urbanos de maior dimensão, tentando empregar-se na indústria ou nos serviços. Este movimento é, aliás, o que explica que o concelho de Bragança tenha, na década em análise, atraído população. Dotado de mais estruturas administrativas e representando uma concentração urbana de maior dimensão, oferece uma dinâmica importante no sector dos serviços que tende assim a atrair mais gente. Mas Bragança não é caso único. A propósito, P. Gomes (2002: 3) afirma: “*Nos anos 90, a importância crescente das cidades de média dimensão fez com que Vila Real, Chaves, Bragança e Mirandela fossem os únicos concelhos em Trás-os-Montes e Alto Douro a conhecer um acréscimo populacional*”.

Quadro 2.1 – População residente e sua variação intercensitária (1991-2001)

Zona Geográfica	Concelhos	População Residente		Variação (%)
		1991	2001	
Terra Fria	Bragança	33 055	34 750	5,1
	Vinhais	12 727	10 646	- 16,4
Planalto Mirandês	M. Douro	8 697	8 048	- 7,5
	Mogadouro	12 188	11 235	- 7,8
	Vimioso	6 323	5 315	- 15,9
Terra de Transição	M. Cavaleiros	18 930	17 449	- 7,8
Alto Trás-os-Montes	-	235 241	223 333	- 5,1
Norte	-	3 472 715	3 687 293	6,2
Portugal	-	9 867 147	10 356 117	5,0

Fonte: INE, (2001), Censos 2001.

Esta migração repercute-se, necessariamente, nas formas de manutenção da actividade agrícola em meio rural: a ocupação e o emprego em centros urbanos regionais complementam, com frequência, as actividades agrárias. Ou seja, as cidades de média dimensão potenciam modalidades de agricultura a tempo parcial. Além disso, permitem o estabelecimento num espaço relativamente próximo, de laços estreitos de assistência e de complementaridade entre familiares: filhos e netos a residirem na cidade e indivíduos mais velhos, em meio rural, na agricultura (Nobre, 2001). Claro que as inter-relações podem também existir entre familiares que residem em cidades mais distantes (por vezes mesmo no estrangeiro), mas a proximidade favorece a importância das trocas, a frequência das visitas, a participação nas actividades. (Nobre, 2001; Nobre *et al*, 2003).

Centrando-nos agora na estrutura etária da população, segundo o INE (2002: 190), temos que “em Portugal, entre 1960 e 2002, o fenómeno do envelhecimento demográfico traduziu-se por um decréscimo de cerca de 36% na população jovem e um incremento de 140% da população idosa (...)”. A taxa média de crescimento anual da população com 65 e mais anos situou-se nos 2,2%, entre 1960 e 2001. Dentro da própria população idosa o ritmo de crescimento não é homogéneo: no mesmo período, a população com 85 e mais anos registou uma taxa de 3,5%, enquanto ao grupo de 75 e mais anos correspondeu uma taxa média de crescimento anual de 2,7%, revelando um ritmo de crescimento bastante mais elevado entre a população mais idosa.

Quadro 2.2 – População Residente por classe de idade, Índice de Dependência de Idosos³² e Índice de Envelhecimento³³, em 2001

Zona Geográfica	Concelhos	População Residente				Índices de	
		Total	<15 anos	15-64 anos	>64 anos	Dependência de Idosos	Envelhecimento
Terra Fria	Bragança	34 750	4 840	23 125	6 785	0,29	140
	Vinhais	10 646	1 131	6 329	3 186	0,50	281
Planalto Mirandês	M. Douro	8 048	915	4 975	2 158	0,43	235
	Mogadouro	11 235	1 401	6 920	2 914	0,42	206
	Vimioso	5 315	591	3 077	1 647	0,54	279
Terra de Transição	M. Cavaleiros	17 449	2 512	11 024	3 913	0,36	156
Alto Trás-os-Montes	-	223 333	30 721	141 810	50 802	0,36	165
Norte	-	3 687 293	644 948	2 527 587	514 758	0,20	80
Portugal	-	10 356 117	1 656 602	7 006 022	1 693 493	0,24	102

Fonte: INE, (2001), XIV Recenseamento Geral da População.

No Quadro 2.2 pode situar-se a região em foco no contexto nacional quanto aos índices de dependência de idosos e de envelhecimento. O que se verifica é que embora na região Norte se tenha registado uma menor tendência para o envelhecimento da população face ao que se passa no conjunto do país, a NUT III Alto Trás-os-Montes apresenta no período em análise valores mais expressivos quer de índice de dependência de idosos, quer de índice de envelhecimento. Relativamente aos concelhos em análise, exceptuando o de Bragança e Macedo de Cavaleiros,

³² **Índice de dependência de idosos:** quociente entre a população idosa (65 e mais anos) anos e a população em idade activa (dos 15 aos 64 anos). (INE, 2002:8).

³³ **Índice de envelhecimento:** número de idosos referidos à população residente jovem (nº de habitantes com 65 e mais anos, por 100 habitantes com menos de 15 anos. (INE, 2002:8).

apresentam índices de envelhecimento e de dependência claramente superiores aos da Região Norte e também aos da NUT Alto Trás-os-Montes.

Saliente-se em particular os índices de dependência de idosos e de envelhecimento de Vinhais que o apontam como concelho claramente mais envelhecido do que a média regional: o índice de envelhecimento mais elevado em todo o Alto Trás-os-Montes e o segundo maior índice de dependência de idosos, a seguir a Vimioso. É também de salientar que Vinhais é o concelho com menor taxa de natalidade de todo o Alto Trás-os-Montes (INE, 2002: 198).

Pelo exposto, vemos que na área de estudo delimitada faz particular sentido o estudo dos mais velhos, cuja expressão se tem vindo a acentuar, quer em valor absoluto, quer quando comparada a sua proporção relativa com a dos mais jovens.

2.1.3 – Idosos, Produtores e Produções Agrícolas em Trás-os-Montes

Posto que nos propusemos tomar como objecto de análise os mais idosos em meio rural e a sua actividade nas práticas agrárias, passaremos, a uma breve caracterização dos produtores agrícolas deste território. Para tal utilizaremos estudos sobre agricultores idosos na região, bem como os dados do último Recenseamento Geral Agrícola do INE (1999).

Num artigo sobre agricultores idosos em Trás-os-Montes, Fragata e Portela (2000) procedem à sua caracterização com base no Recenseamento de 1989. Verificaram tratar-se essencialmente de produtores por conta-própria, que se dedicavam a uma agricultura de pequena dimensão (5ha de média de SAU por exploração), em que o idoso era sobretudo um agricultor a tempo parcial. Com expressão na totalidade das explorações agrícolas da região (30%), estes agricultores de mais de 65 anos têm também peso económico e social: ocupavam, à data, um quarto da área agrícola e cerca de 30% da área florestal. Com agregados domésticos de poucos membros (2, 3 pessoas, em média), valiam-se sobretudo da mão-de-obra familiar e, quando de idade mais avançada, contratavam com mais frequência mão-de-obra assalariada. Relativamente às actividades agrícolas, este estudo evidenciou as principais orientações produtivas nas culturas permanentes (olival, souto e amendoal) e uma menor expressão da cultura cerealífera, bem como nas produções animais. Entre estas, no entanto, a mais expressiva seriam os bovinos de carne. A expressão das pequenas hortas familiares e dos vinhedos de pequena dimensão sugerem a importância destas culturas no auto-consumo das famílias.

Num outro trabalho de investigação³⁴, com base na inquirição de 100 agricultores idosos residentes em meio rural em Trás-os-Montes, chegou-se a uma tipologia dos agricultores idosos com base em critérios que incluíram o número de actividades praticadas e o seu tipo (produções animais e vegetais), bem como a dimensão das referidas actividades. Evidenciou-se então que a categoria dos idosos residentes em meio rural não é homogénea, incluindo agricultores com graus de actividade muito variáveis: desde uma quase inactividade até níveis de actividade intensa (Nobre, Baptista e Portela 2003: 328).

Quadro 2.3 – Produtores idosos e pré-idosos no total de produtores agrícolas

Zona Geográfica	Concelhos	Produtores Singulares		Produtores > 64 anos		Produtores > 54 anos	
		Nº	Área (ha)	Nº	%	Nº	%
Terra Fria	Bragança	4 049	26 344	834	20.6	1 319	32.6
	Vinhais	2 543	27 849	976	38.4	1 675	65.9
Planalto Mirandês	M. Douro	1 716	27 285	657	38.3	1 150	67.0
	Mogadouro	2 685	49 507	916	34.2	1 850	68.9
	Vimioso	1 417	21 929	613	43.3	982	69.3
Terra de Transição	M. Cavaleiros	3 174	34 313	1 268	39.9	2 117	66.7
Alto Trás-os-Montes	-	38 069	403 088	14 405	37.8	24 536	64.5
Norte	-	135 688	852 460	48 032	35.4	84 886	62.6
Portugal	-	409 308	4 041 347	154 598	37.8	265 700	65.9

Fonte: INE (1999) Recenseamento Geral Agrícola

O número de produtores singulares³⁵ era, em 1999, cerca de menos 16% do que na década anterior em Trás-os-Montes. No mesmo período, no entanto, a proporção de produtores singulares com idade igual ou superior a 65 anos aumentou. Durante os anos 90 do século XX, assistiu-se também a uma diminuição da proporção

³⁴ Comunicação de A. Baptista: "Tipologia de Actividade Agrícola dos Idosos em Trás-os-Montes, Partilhas e Sucessão da Terra" ao II Seminário do Projecto de Investigação Praxis XXI "Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes".

³⁵ Segundo os conceitos do Recenseamento Geral Agrícola, 1999, Produtor agrícola é o responsável jurídico e económico da exploração. "Pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais. É quem toma as decisões de fundo, as referentes ao sistema de produção, aos investimentos e aos empréstimos." Quando o produtor agrícola é uma pessoa física (e não uma entidade, por exemplo Sociedade, Cooperativa...) designa-se de *Produtor singular*. No conjunto das explorações agrícolas só consideramos estes, uma vez que só nestes casos podemos associar à exploração um produtor individual e assim considerar como elemento caracterizador, a sua idade. Na abordagem que pretendemos fazer, – dos produtores agrícolas de mais de 55 anos – só faz sentido considerar na análise a explorações agrícolas cuja natureza jurídica do produtor é produtor singular. (INE, 2001, Recenseamento Geral Agrícola de 1999 - RGA).

de produtores cujo rendimento familiar depende exclusivamente da actividade da exploração (Gomes, 2002: 13).

No Quadro 2.3 estão sintetizados alguns elementos dos produtores singulares que representam, em 1999, 99,4% do total das explorações agrícolas da região. Entre estes, os de mais de 65 anos têm uma representação muito importante, podendo dizer-se até mesmo pela sua expressão numérica (entre 20% e mais de 40%, conforme a área geográfica considerada) constituem um segmento de produtores agrícolas cuja análise particular continua pertinente. Se se considerarem os de mais de 55 anos, chega-se rapidamente a uma representação claramente maioritária deste conjunto: com excepção do concelho de Bragança, em todos os restantes deste estudo se verifica que os produtores com 55 anos e mais constituem cerca de 2/3 do total. Este quadro é semelhante ao observado no todo nacional, embora algo mais marcado do que na região Norte e mesmo no Alto Trás-os-Montes.

2.2. – Resenha das políticas agrárias em jogo: enquadramento e evolução da PAC

Nesta secção pretende-se expor de forma sucinta, as principais linhas de construção da Política Agrícola Comum. Partindo da sua criação e passando pelas sucessivas transformações, alude-se aos diversos contextos económico -sociais e por isso aos renovados desafios que as foram ditando. Temos por fundamental esta abordagem das políticas agrárias, contrapondo os objectivos visados aos resultados alcançados, para uma posterior avaliação das medidas utilizadas pelos agricultores idosos, nosso objecto de estudo. Simultaneamente é também importante a compreensão das medidas de política agrícola actuates em meio rural bem como o seu impacto na dinamização das actividades em territórios rurais.

2.2.1 – PAC no tratado de Roma: as grandes linhas na reorganização do sector agrícola

De entre as várias formas de cooperação económica que visaram o relançamento da economia no final da 2ª Guerra Mundial particularizaremos aqui as relativas ao sector agrícola. Em 1957 é assinado o Tratado de Roma que institui a

Comunidade Económica Europeia (C.E.E)³⁶, e onde são especificados objectivos nos diferentes sectores de actividade.

No que concerne ao sector agrícola prevê-se a *“instauração de uma política comum no domínio da agricultura”* (artigo 3^a do tratado de Roma). Os grandes objectivos desta Política Agrícola Comum (PAC), aparecem definidos no artigo 39º que passamos a transcrever:

“a) Incrementar a produtividade da agricultura, fomentando o progresso técnico, assegurando o desenvolvimento racional da produção agrícola e a utilização óptima dos factores de produção, designadamente da mão-de-obra;

b) Assegurar, deste modo, um nível de vida equitativo à população agrícola, designadamente pelo aumento de rendimento individual dos que trabalham na agricultura;

c) Estabilizar os mercados;

d) Garantir a segurança dos abastecimentos;

e) Assegurar preços razoáveis nos fornecimentos aos consumidores;”

O texto do Tratado, neste artigo, alerta ainda para que a PAC e os seus instrumentos deverão ter em consideração a especificidade da actividade agrícola, (decorrente quer da estrutura social da agricultura quer das disparidades estruturais e naturais) e que face a tal especificidade devem prever-se gradualmente as adaptações necessárias.

2.2.2 – Política de Preços e de mercados

Para atingir os objectivos propostos, a PAC estruturava-se num conjunto de medias de política directamente relacionadas com a organização dos mercados agrícolas: a designada política de preços e de mercados.

³⁶ A C.E.E. visava um mercado comum, uma progressiva aproximação das políticas económicas, uma maior estabilidade aumentando o nível de vida e promovendo relações próximas entre os Estados que a integravam.

Tendo por objectivo último aprovisionar a população em produtos agrícolas alimentares, procedeu-se à regulação dos mercados agrícolas, pela criação de Organizações Comuns de Mercado para vários produtos agrícolas.

As organizações de mercados apoiam-se em três princípios fundamentais (Varela, 1987:45-47)

- **Unicidade de mercado:** Entre os Estados Membros vigora um único mercado onde há livre circulação dos produtos e onde vigora um regime uniforme de preços, havendo supressão das restrições quantitativas. Instaura-se a livre circulação dos produtos agrícolas ente os Estados Membros, pela supressão das restrições quantitativas das barreiras alfandegárias e pelo estabelecimento de um regime uniforme de preços. A fixação de preços agrícolas comuns para cada produto é uma das condições fundamentais da livre circulação dos produtos agrícolas no mercado interno.

- **Preferência Comunitária:** com a criação das condições e medidas necessárias para que os consumidores comunitários dessem preferência à aquisição de produtos agrícolas produzidos na Comunidade. Tais medidas visam proteger o mercado comunitário de importações de produtos agrícolas de países terceiros que pratiquem preços mais baixos, impedindo a concorrência directa com as produções agrícolas da Comunidade. Resumidamente pode dizer-se que tais medidas actuam com taxas aduaneiras impostas aos produtos provenientes do exterior da CEE, a comercializar no interior.

- **Solidariedade Financeira:** dando garantias uniformes a todos os produtores da Comunidade. Há um compromisso de suporte conjuntamente dos custos de financiamento da PAC, feito a partir de um fundo comunitário específico – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA). Segundo Cunha (2004:14) na prática este fundo apenas financiou integralmente a componente de preços e mercados (Secção Garantia), já que a componente sócio -estrutural, que referiremos adiante é apenas parcialmente suportada por fundos comunitários (Secção Garantia do FEOGA).

O estabelecimento das OCM pelo Conselho (de Ministros da Agricultura) pressupunha a fixação, anualmente, para os diferentes produtos agrícolas, de preços institucionais para cada produto:

O funcionamento das OCM garantia assim um preço mínimo de escoamento da produção dos agricultores e simultaneamente impedia a entrada de produtos produzidos exteriormente à Comunidade, a preços inferiores. Os produtores europeus estavam protegidos quer das flutuações produtivas e suas implicações nos mercados, quer da concorrência do mercado mundial. Sendo que para maioria dos produtos agrícolas, os preços exteriores ao mercado comunitário eram mais baixos, a referida protecção permitiu que a agricultura se organizasse desenvolvendo-se de modo a

tornar-se progressivamente mais competitiva. Dentro da Comunidade como foi já referido, os produtos circulavam livremente permitindo que cada região dos diferentes Estados-Membros se especializasse na produção do que tivesse maiores vantagens comparativas. Tal possibilitou a obtenção de menores custos de produção permitindo o estabelecimento de um preço de mercado.

Preços Institucionais

a) **Um preço desejado**, ambicionado para as transacções a efectuar e que pressupunha que se fosse atingido daria aos agricultores um nível de rendimento considerado aceitável;

b) **Um preço garantido**, estimava-se em cerca de 90% do desejado (anterior). Era na base deste preço que os agricultores tinham a garantia comunitária de escoamento da sua produção;

c) **Um preço de Protecção na fronteira comunitária**: Este destinava-se a proteger os níveis dos preços comunitários, impedindo a entrada no espaço europeu de produtos alimentares a preços inferiores aos do mercado comunitário;

Os preços de garantia, a que era assegurado o escoamento da totalidade da produção, reflectiam cada ano (e após ampla discussão entre o ministros da agricultura no Conselho) o custo de produção máximo aconselhado, dado que se ele ultrapassasse o preço de intervenção, os agricultores escoariam as produções a preços que não pagavam os custos de produção. Equacionava-se assim a condução de uma especialização produtiva de cada região: os produtores teriam que ponderar as orientações apontadas pelo sistema de preços em vigor, e reconverter as suas opções produtivas, caso não conseguissem aumentar as produtividades e diminuir significativamente os custos de produção. Para os que era vantajoso prosseguir uma dada linha de produtiva, sucessivos ganhos de produtividade permitiam ainda o aumento dos seus rendimentos. Este sistema promovia então a especialização produtiva nas produções para as quais cada um possuía vantagens comparativas, fomentava o aumento da eficiência das produções agrícolas, e simultaneamente protegendo-as da concorrência do mercado mundial.

O facto de os preços serem fixados anualmente tornava ainda possíveis as correcções necessárias, isto é, à medida que os custos de produção iam baixando os preços de garantia baixavam também, beneficiando neste caso também os

consumidores. Estava-se a incentivar uma reorganização produtiva que tendia a baixar os preços dos produtos agrícolas, ou seja da alimentação.

2.2.3 – Primeira proposta de uma Política de Estruturas – O Plano Mansholt

No final dos anos sessenta (do século XX) surgiu a avaliação da Política Agrícola Comum que avançava a ideia de que as dificuldades que esta enfrentava – salientem-se a insuficiência dos rendimentos dos agricultores e as disparidades existentes entre os mesmos – se deviam sobretudo a deficiências estruturais da agricultura dos Estados Membros e evidenciavam que a política de preços e de mercados não os tinha conseguido resolver com celeridade. Dado que se constatou que a responsabilidade da baixa efectivação das referidas medidas de política se devia a deficiências estruturais que impediam (ou pelo menos travavam) o crescimento da produtividade, uma vez que implicavam utilizações pouco racionais dos factores de produção, a política de estruturas lançou-se com um conjunto de medidas actuante ao nível precisamente dos factores de produção (Varela, 1988:30-33).

Em 1968 a Comissão apresentou um documento que visava fornecer aos Estados Membros matéria para que reflectissem e se pronunciassem sobre um conjunto de acções no plano estrutural. Tal programa ficou genericamente conhecido por Plano Mansholt, uma vez que foi concebido por um dos fundadores da PAC, Sico Mansholt.

Previo-se que diferentes medidas de acção política, permitiriam por em prática os objectivos mencionados. Com vista à diminuição da população agrícola eram concedidas pensões complementares de rendimento aos agricultores idosos que cessassem actividade voluntariamente, ficando as suas terras afectas a outras medidas desta Política (indo por exemplo, aumentar a área de outro produtor, por compra ou por arrendamento). Estava também prevista preparação profissional dos agricultores que pretendessem continuar a sua actividade, a concessão de ajudas monetárias de investimento parcialmente a fundo perdido, e ainda acesso a crédito suplementar no caso da compra de terra.

Plano Mansholt

Este Plano continha propostas para agir simultaneamente nos três factores de produção:

- Sobre o **Factor Trabalho** – através da criação de condições que acelerassem a saída dos agricultores idosos, e como forma de assegurar uma melhor capacidade profissional aos que ficassem na actividade agrícola.

- Sobre o **Factor Terra** – orientando as terras devolutas dos que abandonavam a agricultura preferencialmente para aumentar a dimensão das explorações mais próximas do limiar da capacidade para se desenvolverem.

- Sobre o **Factor Capital** – pela criação de medidas de apoio financeiro a empresários agrícolas que pretendessem instalar-se ou reconverter nos pressupostos de um modelo de desenvolvimento tido como viável para as suas explorações agrícolas.

Na realidade a proposta inicial de Plano Mansholt não teve realização efectiva por razões que se prenderam com impossibilidades de mobilização das verbas necessárias para um plano tão ambicioso por não se terem conseguido alcançar-se os objectivos visados (Varela, 1988:35). Por outro lado a reacção das organizações agrícolas às propostas deste plano foram violentas (Cunha, 2004:17).³⁷

Contudo dada a premência dos problemas estruturais foram postas em execução três directivas³⁸, que constituíram uma “ acção comum neste domínio entre 1972 e 1984. Foram elas

³⁷ Segundo Cunha (2004:17) o diagnóstico da evolução da PAC feito pelo então Comissário Sico Mansholt foi já à época mais avançado e clarividente do que as medidas de carácter estrutural de facto implementadas. No Plano Mansholt havia já o diagnóstico de que a política de preços e mercados em vigor não era suficiente para promover a resolução dos problemas da agricultura, e o Comissário anteviu também que a continuidade da política de sustentação dos preços aos produtores teria como efeito a breve prazo a constituição de excedentes de produção com escoamento assegurado. Propôs então uma redução significativa dos preços de forma a não estimular o recurso sistemático à intervenção pública. Previa ainda uma política sócio -estrutural que encorajasse a saída da actividade dos produtores que não tivessem condições de viabilidade no mercado e simultaneamente a retirada de cultivo de terras de fracas aptidões agrícolas, (na altura estimadas em 5 milhões de hectares de terras aráveis) que seriam destinadas à floresta ou a parques naturais.

³⁸ O corolário da aplicação da Política de Estrutura teve segundo Varela (1988:37-39) um balanço modesto dado que a acção estrutural se apoiou nas directivas já referidas. Sendo as directivas actos jurídicos comunitários que apenas obrigam os Estados Membros a alcançar os objectivos que lhe são inerentes, deixando-lhes uma certa liberdade de “escolha dos modos “ de o conseguir de os atingir. Por outro lado foram os Estados Membros do Norte (Alemanha e Reino Unido com as maiores percentagens de aplicação) quem mais beneficiou dos

- Directiva nº159/72, respeitante à modernização das explorações agrícolas
- Directiva nº 160/72, relativa ao encorajamento da cessação da actividade agrícola e à afectação das superfícies agrícolas devolutas a finalidades e melhoramentos das estruturas; e por fim a
- Directiva nº161/72, do Conselho, respeitante à informação socio-económica e à qualificação profissional das pessoas que permanecessem a trabalhar na agricultura.

2.2.4 – Nova Política de estruturas

A partir de 1985 foram iniciadas na Comunidade um conjunto de medidas estruturais a que a Comissão denominou “ Nova Política de estruturas”. De acordo com o novo contexto económico-social e tendo ainda em conta a evolução do sector agrícola dentro da Comunidade esta nova política estrutural para a agricultura levava então em conta o facto de a situação no mercados agrícolas não permitir já o aumento dos rendimento agrícola através do aumento da produção; considerava também aspectos do contexto socio-económico sobre o desenvolvimento agrícola e tinha ainda em consideração as necessidades de regiões sujeitas a constrangimentos naturais.

Há então interdição de ajudas ao investimento no caso de produtos excedentários nos mercados comunitários (com algumas excepções nas regiões desfavorecidas). Face à recessão económica persistente passa-se a fazer protecção do emprego na agricultura, em clara oposição ao incentivo da saída da actividade agrícola da anterior política de estruturas. O grande objectivo agora é ajudar a melhorar o rendimento obtido pelos agricultores, assim como as suas condições de vida e de trabalho.

Estão previstas ajudas específicas para a instalação de jovens agricultores. É introduzida a problemática das Regiões desfavorecidas, onde é incentivada a produção florestal, por exemplo através do fomento de uma silvicultura privada. Para tal há ajudas de investimento para melhoramento de áreas florestais de explorações, bem como para a recuperação de florestas abandonadas

investimentos intensivos, claramente contra os objectivos das directivas que visavam atingir sobretudo as regiões mais desfavorecidas.

Regulamentos em vigor no âmbito da *Nova Política de Estruturas da PAC*

- **Regulamento nº797/85** – vem substituir as directivas da anterior política de estruturas. Este regulamento diz, assim, respeito ao melhoramento da eficácia das estruturas agrícolas e diz respeito a parte importante da política de estruturas no campo da produção.

- **Regulamento nº355/77** – Com este regulamento pretende-se melhorar as condições de transformação e de comercialização de produtos agrícolas.

- **Regulamento nº 1360/78** – pretende remediar as deficiências estruturais ao nível da oferta e da colocação no mercado de determinados produtos agrícolas. Para tal incentiva a constituição de agrupamentos e de uniões de agrupamentos de modo a que os produtores agrícolas possam intervir de forma mais eficiente no processo de comercialização. Através da concentração da oferta e da adaptação da produção às exigências do mercado.

Salientam-se ainda as novas propostas no âmbito da transformação e comercialização de produtos agrícolas. O objectivo é agora explorar as novas hipóteses e tecnologias que possibilitem um aumento do valor das produções agrícolas, possibilitando assim o aumento de rendimento dos agricultores. Resumidamente pode dizer-se que esta nova política de estruturas para além de uma actuação restritiva no campo da produção, reforça as ajudas às explorações agrícolas nas zonas de montanha e outras regiões desfavorecidas.

A partir de 1984 foram também introduzidas as quotas de produção leiteiras, isto é as primeiras restrições à produção sem garantia de escoamento a preço de garantia. Esta prática foi posteriormente reforçada e alargada a outras produções. Segundo Cunha (2004:20) tal constitui um ponto de viragem da PAC com criação de medidas de limitação dos direitos individuais, o que nunca tinha de facto sido posto em causa até então.

Refira-se ainda que foi neste período que Portugal e Espanha passaram a integrar a Comunidade. À data de integração (1986) para além da política de preços e mercados, em cujo funcionamento tinham já sido integradas várias restrições à produção para casos de produção excedentária dentro da Comunidade, há ainda um conjunto de medidas da nova política de estruturas. De entre as medidas estruturais

então em vigor salientam-se os Regulamentos nº797/85, nº355/77 e nº 1360/78, já apresentados³⁹.

2.2.5 – As sucessivas revisões da PAC: da auto-suficiência alimentar ao eco-condicionalidade

Os grandes objectivos da PAC (resumidos no artigo 39^a do Tratado de Roma), encerram em si mesmo um conjunto de pretensões contraditórias. Dotar a Comunidade Europeia de uma auto-suficiência alimentar, a baixos preços, e simultaneamente garantir um nível de rendimento adequado aos produtores agrícolas é senão impossível, pelo menos bastante difícil de alcançar sobretudo tendo em conta os já referidos constrangimentos naturais e estruturais inerentes à actividade à agricultura.

A actuação até aqui descrita da Política de Preços e de Mercados bem como as correcções pretendidas com o Plano Mansholt e posteriormente a alteração de percurso que a “ Nova Política de Estruturas” orientou, dão-nos conta das dificuldades de compatibilização de tais objectivos contraditórios. Simultaneamente os sucessivos alargamentos, com novos Estados a integrarem a Comunidade contribuíram para ampliar a diversidade das situações (dos diferentes estados e regiões a ter em conta. Acresce ainda que em face da acção das medidas de política se chega a novas situações com diferentes limitações e pontos fortes que revelam por isso novas questões a resolver.

A enumeração e exposição sucinta das sucessivas reformas da PAC a partir dos anos 90, dão-nos conta disto mesmo. Permitem também relembrar as sucessivas alterações e ajustamentos das medidas de política agrícola com que fomos confrontados nas duas últimas décadas.

2.2.6 – Adaptações da PAC: das sucessivas Reformas aos novos objectivos duma União Europeia sucessivamente alargada

Em 1991 a Comissão Europeu apresentou a sua reflexão sobre estado da PAC na altura (Cordovil *et al.* 2003: 38). As garantias de preço existentes, directamente ligadas à produção tinham conduzido a aumentos de produção que não só aprovisionavam a Comunidade em bens alimentares mas em vários casos

³⁹ Refira-se ainda o regulamento nº 777/85 específico para a melhoria das condições de transformação e comercialização de produtos agrícolas e os programas Integrados Mediterrânicos (PIM) cuja finalidade é a de uma resposta global à diversidade dos problemas Mediterrânicos.

constituíam-se em excedentes de produção. Tais excedentes tinham levado ao avolumar de stocks de intervenção. Considerando que estes mecanismos de preço tinham por efeito continuar o incentivo da produção e dos aumentos de produtividade, tal tenderia a agravar os excedentes de produção para além dos riscos de danos ambientais por via das técnicas agrícolas. Como medidas correctivas desta situação, previu-se uma diminuição dos preços de garantia nas Organizações Comuns de Mercado e uma correspondente compensação à perda de rendimento dos agricultores (tendo como referência os rendimentos obtidos com as produções dos últimos anos)⁴⁰.

As **Medidas de Acompanhamento** incluíam as:

- **Medidas Agro-ambientais** que visam o encorajamento da redução de utilização de substâncias poluentes na agricultura: medidas de extensificação da produção pela diminuição dos encabeçamentos das pastagens, utilização de práticas agrícolas não danosas para a diversidade e qualidade ambiental, cuidar de terras abandonadas e retirada de terras de cultivo.

- **Arborização de terras agrícolas**

Prevendo-se investimentos para arborização e manutenção das superfícies florestadas durante os primeiros anos, compensações às perdas de rendimento da agricultura e ainda melhoramento de superfícies florestais existentes.

- **Medidas de Reforma antecipada**

A aplicar aos agricultores com mais de 55 anos ainda não reformados, no sentido de os incentivar (através e de indemnizações monetárias) a cessar a actividade produtiva cedendo a terra da exploração a produtores mais jovens.

(Varela, 1996:81-82)

Simultaneamente um conjunto de medidas de política, de carácter estrutural – as designadas Medidas de Acompanhamento da Reforma cujo objectivo era proceder à extensificação da forma de produzir em agricultura, reduzindo os danos ambientais e visando ainda, o incentivo de meios complementares de obtenção de rendimento para os agricultores.

Em 1995 o Conselho Europeu reafirmou as decisões necessárias para o início das negociações do alargamento. A Agenda 2000 é um documento em que foram

⁴⁰ A reforma de 1992 veio efectivar uma descida de cerca de 30% dos preços comuns dos cereais, nivelando-os pelos do mercado mundial e compensou a perda de rendimento dos agricultores com a atribuição de uma ajuda designada de compensatória. No caso do gado leiteiro e dos bovinos de carne, a descida dos preços foi menor porque limitada à incidência dos cereais, agora a menor preço, no custo das respectivas rações. Em qualquer dos casos, cereais e bovinicultura, as ajudas e prémios foram condicionados, para os produtores profissionais, à prática de normas culturais tendentes à redução das produções (o caso do “*set-aside*” nos cereais) ou à extensificação (impondo um limite máximo dos encabeçamentos por hectare de pastagem, no caso dos bovinos) (Varela, 1996:115-116).

descritos as grandes perspectivas de desenvolvimento da União e das suas políticas, relacionadas com o alargamento, e o futuro quadro financeiro para além do ano 2000. É enfatizada a importância de reforma da competitividade nos sectores agrícolas e agro-alimentares europeus. Há pois um reforço dos avanços conseguidos com a PAC através da abordagem iniciada com a reforma de 1992. Simultaneamente é também argumentada a importância de uma política rural integrada para acompanhar o sucesso da reforma.

A reforma de 92 teve efeitos consideráveis no equilíbrio do mercado (Varela, 1996: 27) e sublinhou a dimensão ambiental do sector da agricultura como maior utilizador de terras. De entre as medidas de acompanhamento as medidas agro-ambientais assumem uma grande importância.

Na nova reforma de 2000 propõe-se então o aprofundamento do alargamento da anterior (1992), substituindo de forma crescente as medidas de apoio dos preços por ajudas directas de acompanhamento. Paralelamente é lançada uma política de desenvolvimento rural, verificando-se também o reforço de uma política agro-ambiental. No entanto segundo (Cordovil *et al*, 2003:95) tais propósitos não conseguem efectivar-se como previsto, pelo que nova reforma da PAC se perspectiva poucos anos depois. Nas suas palavras,

“Mas se o objectivos da Agenda 2000 eram arrojados mais uma vez os instrumentos não estiveram à altura. Assim, na revisão iniciada em Junho de 2003, no limiar do alargamento da União para 25 Estados-membros, além de se reafirmar as preocupações com o ambiente, o apoio à modernização e diversificação das explorações e o estímulo ao desenvolvimento das Comunidades rurais, atribui-se, também, uma maior prioridade à orientação de mercado e às qualidade e à segurança alimentares.”

O principal instrumento nas medidas de política agrícola introduzido na Reforma de 2003 foi o pagamento único às explorações, desligado, pela primeira vez na sua totalidade, das ajudas à produção. Trata-se de facto da primeira grande reforma na arquitectura da política de preços e de mercados desde a criação da PAC. O principal objectivo foi o de, prolongando as ajudas aos agricultores (durante alguns anos), desligá-las no entanto de estímulos ao aumento das quantidades produzidas, permitindo simultaneamente que os produtores melhor ajustassem as orientações produtivas.

As organizações comuns de mercado, o primeiro pilar da política agrícola comum (PAC) constituíam o instrumento fundamental de regulação dos mercados, na

medida em que regiam a produção e o comércio dos produtos agrícolas de todos os Estados-Membros da União Europeia, eliminando os obstáculos às trocas comerciais intracomunitárias de produtos agrícolas; e mantendo uma barreira aduaneira comum em relação aos países terceiros. Na sequência da reforma da PAC de 2003, a maior parte das OCM está sujeita ao novo sistema de pagamento único por exploração e de dissociação⁴¹. Os Estados-Membros que aderiram à União a partir de 1 de Maio de 2004 participam directamente no novo sistema. Simultaneamente foi lançada uma nova política de Desenvolvimento rural reforçada através de uma redução dos pagamentos directos às grandes explorações incluindo uma série de incentivos que decorriam das medidas de acompanhamento das anteriores políticas de preços e de mercados. O apoio a zonas com limitações específicas, a valorização dos cuidados ambientais na produção agrícola e ainda a qualidade dos alimentos produzidos bem como as suas repercussões na saúde têm medidas específicas de apoio dentro da Política de Desenvolvimento Rural.

2.3 – Delimitação de alguns conceitos e opções metodológicas

O estudo de idosos residentes em meio rural e com actividades agrárias fez-se com recolha de dados empíricos através de diferentes métodos. De acordo com a classificação de Grawitz (1993), utilizámos tanto *técnicas vivas* (realização de entrevistas e da observação), como *técnicas documentais*. Recorreu-se à recolha e tratamento de informação estatística de organizações: a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, a Associação de Produtores Florestais *Arbórea* e a Empresa de Florestação Floresta Verde.

Depois de delimitada a área geográfica de estudo – Trás-os-Montes e Alto Douro – definiu-se mais em particular “o terreno” de recolha de informação empírica, que corresponde às zonas de influência da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM), da Associação de Produtores Florestais *Arbórea* e de Agrupamentos Florestais promovidos pela Empresa de Florestação Floresta Verde. O território de observação abrange assim os concelhos de Bragança, Vinhais, Miranda do Douro, Vimioso e em parte o concelho de Macedo de Cavaleiros.

A par da utilização de dados estatísticos das organizações acima mencionadas, procedemos também à realização de entrevistas de tipo individual. (Grawitz, 1993:569-570).

⁴¹ Em Portugal previa-se que as medidas de desligamento à produção a iniciarem-se em 2006 se prolongassem com compensações progressivamente menores até 2013.

"Entrevista, no sentido técnico, pode ser definida como um procedimento de investigação científica, utilizando um processo de comunicação verbal, para recolher informações, em relação com um objectivo fixado. (...)

Trata-se de um "tête-a-tête" (...), e de uma relação oral entre duas pessoas, em que uma transmite à outra informações. É o rigor da técnica que distingue entrevista do sentido da linguagem comum"

A autora refere vários tipos de entrevista com ou sem questionário pré estabelecido. Os questionários podem também ser escritos e enviados pelo correio, mas aí não há um frente a frente inquiridor -inquirido, ou seja, não há entrevista.

Na nossa abordagem começámos por realizar entrevistas centradas (não estruturadas, sem questionário predefinido, portanto) a informantes-chave, isto é a indivíduos particularmente bem informadas acerca dos temas em análise. Nesta categoria contabilizaram-se um total de sete entrevistas. As duas primeiras realizaram-se a técnicos superiores e simultaneamente docentes do ensino superior, ambos muito ligados às instituições mencionadas desde a sua criação. Aliás ainda hoje se relacionam com tais organizações colaborando nomeadamente ao nível da orientação técnica. Foram também inquiridos os presidentes das associações ACBRM e *Arborea*, bem como os técnicos responsáveis destas, e da Empresa Floresta Verde. Estas entrevistas de carácter exploratório, centraram-se no tema geral do estudo: os idosos em meio rural e as suas actividades, particularmente os ligados às organizações em causa. Foram gravadas e anotadas tendo permitido a recolha de informação importante na preparação da inquirição posterior aos agricultores idosos.

Foi também nosso propósito fazer pesquisa no terreno, com recolha de informação empírica directamente junto dos principais actores objecto deste estudo. Assim, conforme sublinha Grawitz (1993: 681-682), ao deslocarmo-nos para uma pesquisa de campo, intimamente ligada à inquirição, temos também a observação:

"A ida ao terreno é inevitável uma vez que o inquirido não é chamado a um laboratório. O inquérito no terreno é, antes de mais, o que estuda uma colectividade no seu contexto social, um grupo no seu contexto habitual e que utiliza para atingir os seus objectivos não unicamente, mas obrigatoriamente, técnicas de observação do grupo"

A este mesmo propósito note-se o que refere Dias (2004:241) acerca do seu trabalho de campo, em que a observação teve importância particular

"(...) a observação consistiu na presença da investigadora nos contextos sociais estudados com a finalidade de, num primeiro momento, serem observados os lugares, os acontecimentos, as pessoas, as interações, as rotinas, as práticas, isto é, uma vasta gama de dimensões do social, sem perturbar o seu ritmo normal".

Munida de diário de campo, a autora citada procedeu a um registo dos dados de observação, com o propósito de alcançar uma descrição aprofundada e pormenorizada dos meios sociais estudados e compará-los entre si. Na sua opinião, tal opção pode no entanto encerrar problemas metodológicos. Uma mesma pessoa realizar a entrevista, e simultaneamente estar atenta a tudo o que possa ser relevante no campo da observação, nem sempre é fácil. Acresce ainda o facto de certos dados da observação poderem contrariar depoimentos do entrevistado. A autora sublinha no entanto, que a existência de discrepâncias entre o discurso do entrevistado e o que é observado pelo entrevistador é, por isso mesmo, um reforço da validade dos procedimentos de observação.

As entrevistas por nós efectuadas realizaram-se, na sua grande maioria, na casa dos agricultores idosos inquiridos. Assim, observámos com frequência as suas casas, as salas onde nos recebiam e, sobretudo, as cozinhas onde se encontravam. Pudemos aí antever um pouco do modo como viviam e como se relacionavam no espaço doméstico. Algumas conversas, no entanto, decorreram no exterior da casa, à procura de um local mais fresco, ou porque os entrevistados aí se encontrava. Por exemplo, junto a uma horta, ou num armazém, realizando qualquer pequena tarefa que não excluía o início da entrevista. Por vezes, deslocámo-nos com os agricultores entrevistados da casa a alguns locais de lavoura: com frequência gostavam que fossemos ver as vacas e respectiva criação; as que regressavam dos lameiros, ou as já estabuladas. Note-se que o que pudemos observar directamente permitiu perceber com uma muito maior extensão as condições concretas de que cada um dispunha para efectivar o sistema de manejo dos animais. Um deles, numa manhã quente de verão, quis mesmo que o acompanhássemos a um lameiro próximo, onde tinha deixado os animais de manhãzinha. Fomos com ele, no seu pequeno carro motorizado, não sem antes passarmos pela adega, donde trouxe um garrafa de vinho fresco. Quis assim demonstrar-nos a sua rotina no verão e provar-nos como era fácil, apesar da sua idade, ir até aos lameiros, e sobretudo como poderia ser agradável passar uma parte do dia debaixo dos freixos, à fresca, com uma merenda, a *"olhar pelas vacas"*.

A inquirição aos proprietários florestais também se fez, por vezes, no campo. Quando nos deslocámos acompanhados pelos técnicos que precisavam de ir ao

terreno ver as plantações, ou fazer colheitas de terra para análise, a entrevista podia decorrer aí, intervalada pelas deslocações de carro entre diferentes parcelas. Esta percepção do terreno, dos seus atributos e dificuldades, através da observação directa, foi também importante para uma real compreensão mais aprofundada e uma melhor avaliação do esforço necessário à realização das múltiplas tarefas que constituem o trabalho à volta da floresta.

As deslocações aos locais de actividade dos agricultores idosos entrevistados suscitaram por vezes novas questões e esclarecimentos, alguns desvios no rumo da conversa prevista. Simultaneamente foram motivo de grande satisfação dos entrevistados pelo nosso interesse na sua praxis.

O exposto dá conta de múltiplas condições de realização das entrevistas, a que no entanto tentámos padronizar procedimentos: foram sempre gravadas e anotadas no local, apesar de existirem por vezes algumas dificuldades de acomodação para escrita, por exemplo. Com frequência no interior das casas havia televisores ligados, pelo que tínhamos que sugerir que fosse desligado, sob pena de não conseguirmos que a conversa fosse perceptível, quer para o entrevistado, quer para o entrevistador, e comprometendo-se também a inteligibilidade do registo áudio. Este pedido nunca nos foi negado. Noutra ocasião, a transmissão da missa por altifalantes para aldeia, obrigou a adiar a entrevista prevista, para mais tarde.

Exceptuando o caso dos viúvos e viúvas a residirem sós, as entrevistas foram geralmente feitas ao casal de idosos, num grupo muito restrito, portanto. Os filhos com eles residentes, embora raramente tenham estado presentes, quando se encontravam por perto nunca interferiram na conversa estabelecida. Relativamente aos casais de agricultores idosos propriamente ditos, por vezes começou-se a entrevista com um dos elementos e de seguida outro, voltando do trabalho, prosseguia. Em alguns casos todavia a entrevista foi feita individualmente, por impossibilidade de presença de algum dos elementos do casal. Para todas as situações mencionadas, os registos escrito e áudio do diálogo possibilitaram especificar as contribuições de cada indivíduo, o que foi importante sobretudo nas questões mais abertas e nas conversas laterais estabelecidas.

O processo de recolha de informação por entrevista aos agricultores idosos fez-se por meio de um inquérito.

“Realizar um inquérito é interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma generalização” (Ghigion e Matalon, 1997:2)

Nesta acepção a inquirição visa a recolha de informação padronizável que possibilite o estabelecimento de modelos explicativos da realidade observada. Note-se que, como refere Grawitz (1993:682), ao contrário do que acontece no caso dos

inquéritos por sondagem, em que os indivíduos são atomizados, e por isso cortados do conjunto das relações a que pertencem, o inquérito no terreno é uma *investigação limitada mas global*:

"O inquérito no terreno não estuda um só conjunto limitado no espaço, mas a investigação menos superficial e mais global tende a descobrir processos, factores determinantes, por vezes (com frequência) imprevisíveis (...) Pelo facto de se observar a realidade na sua complexidade e o acontecimento com tudo o que ele tem de fortuito, e efémero, os inquéritos no terreno necessitam de uma preparação aturada e técnicas rigorosas (...) O plano do inquérito deve prever variáveis, os factores a reter de forma muito precisa.

Ferreira (1989:167) nota também que o inquérito, enquanto técnica de recolha de informação empírica, tem natureza quantitativa e capacidade de objectivar informação, características que lhe conferem, por isso, grande autoridade científica.

Optou-se, então, pela construção de um guia de inquirição, com um conjunto preestabelecido de questões (variáveis a apurar), a aplicar a idosos residentes em meio rural com ocupações agrárias. Privilegiou-se a recolha de informação relativa ao trabalho agrícola realizado com a actividade bovinos de Raça Mirandesa, e com a floresta que ocupa áreas agrícola abandonadas.

No guia de inquirição incluíram-se várias questões abertas que visaram recolher informação aprofundada sobre diversos aspectos dos seus ciclos de vida (passado, presente e *futuro previsível*), de modo a conseguir estabelecer relações, e inferir modelos de funcionamento e dinâmicas de transformação. Considerou-se também fundamental a recolha sistemática de informação sob a forma de resposta a questões fechadas, padronizando desde logo um conjunto de dados tidos como fundamentais na apreciação da realidade em estudo.

As entrevistas estruturaram-se, então, em volta dos guiões de inquirição para tal estabelecidos (particulares conforme a fileira em análise: criação de vacas mirandesas e florestação). Todavia, e apesar da obrigação da recolha de informação relativamente a um dado conjunto de variáveis (por nós consideradas fundamentais na explicação dos fenómenos em estudo), a condução da entrevista deixou completa liberdade de expressão aos inquiridos. O material por esta via obtido, marcado por uma certa heterogeneidade, é também bastante rico, possibilitando, através de aturada análise de conteúdo, estabelecer bases explicativas das racionalidades económica e social dos agricultores idosos.

A recolha de material empírico contou ainda com um conjunto de 82 inquirições que visaram a reconstituição do quotidiano, orçamentando detalhadamente os tempos de ocupação de todos os indivíduos dos agregados domésticos. Esta metodologia – o registo de orçamentos-tempo dos diferentes membros do agregado doméstico,

posteriormente detalhada, foi também conseguida por entrevistas. Estas entrevistas foram realizadas por um grupo de três indivíduos, antigos alunos do ensino superior agrário⁴², que foram especialmente instruídos para o efeito. Todas as restantes entrevistas e inquirições mencionadas, bem com a recolha e tratamento dos dados estatísticos foi realizada directamente por nós.

2.3.1 – Unidade de análise: a casa / família agrícola

A realização de entrevistas abrangeu um total de 22 Casas agrícolas de criadores de vacas mirandesas associados da ACBRM, e 25 Casas com projectos já implementados de florestação de terras agrícolas.

Apesar da delimitação do conjunto dos indivíduos a inquirir ter sido feita, como foi já exposto, com base em critérios individuais (idade e inclusão numa associação produtiva), a condução da entrevista buscava também captar as dimensões familiares das actividades. Assim, foi necessário precisar, em termos conceptuais, o significado da unidade de base de recolha da informação: a Casa.

Num outro estudo em meio rural (Nobre, 1993:45), optou-se por considerar a *Casa* como unidade física delimitada no espaço, *a que corresponde*, por um lado, o *grupo doméstico*, os residentes em regra ligados por relações de parentesco, e a exploração agrícola.

J. Pina Cabral (1984:264), relativamente ao Minho, descreve a casa agrícola como a unidade social elementar (...) *a qual é, essencial mas não exclusivamente constituída pelo casal e seus filhos*. Segundo este autor, a casa retira a sua identidade duma unidade de comensalismo, residência, gestão e propriedade; ela produz os seus alimentos em terras que controla e é idealmente independente de fontes alimentares exteriores: este laço estreito com a terra é condição essencial para a participação integral na sociedade camponesa.

Numa outra perspectiva, Brun (1989:3), em face das transformações ocorridas em meio rural, nota a importância de repensar a unidade (sócio-económica) de base, de análise na agricultura. A importância crescente de rendimentos e actividades exteriores à agricultura, transformam a noção de *casa agrícola familiar* numa unidade muito mais diversa. Aí se assumem papéis variados, conforme ela corresponde preferencialmente ao consumo de bens, à criação de empregos para os agregados domésticos agrícolas, e conforme é essencial ou não a manutenção da actividade agrícola. Segundo o autor, explicar as razões do carácter familiar das explorações agrícolas não é já suficiente. Novas realidades no contexto económico-social apontam

⁴² Na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança (ESAB), e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

uma maior autonomia relativa da família face à exploração agrícola, devendo assim a abordagem fazer-se ao nível das estratégias familiares de cada situação (ou grupo de situações), mais do que limitar-se aos objectivos das explorações agrícolas.

Nesta linha, Madureira (2002:171-172) assume o grupo doméstico como unidade de análise, entendido este como o Sistema-Família-Exploração. Considera-o o mais apropriado para o estudo de comunidades rurais, englobando simultaneamente as vertentes da produção e da reprodução social. Esta autora privilegia uma abordagem em que identifica e classifica as explorações agrícolas em análise de acordo com a sua constituição, as suas ligações aos mercados agrícolas e mercados de trabalho não-agrícola. Segundo ela, a expressão Família-Exploração *“inclui o conjunto de pessoas que habitam a mesma casa e contempla em simultâneo a economia doméstica, que corresponde aos interesses e actividades do próprio grupo e à sua multiplicação, ao longo de gerações”*.

Neste estudo, ao analisarmos a actividade e o modo de vida de agricultores idosos numa zona rural deprimida pareceu-nos, importante não romper com a abordagem familiar da actividade agrícola e, sobretudo, das estratégias de actividade.

A identificação de diferentes situações em torno de unidades que à partida pareceriam uniformes, obrigou-nos porém, a refinar o conceito de Casa que aqui adoptamos. Em regra, as Casas situadas em meio rural e actualmente habitadas por idosos estão associadas a um património fundiário. Com frequência este constitui-se numa exploração agrícola. Todavia, há casos em que a actividade agrícola já cessou – estamos a tratar um universo de indivíduos idosos para cujas explorações agrícolas, não há, no geral, sucessor – e assim, por vezes, a noção de Casa estende-se apenas a um aproveitamento do património fundiário florestado.

Por outro lado, a família que associamos à Casa, ultrapassa os actuais residentes, ou seja, está para além da noção de agregado doméstico. Os filhos dos agricultores idosos que aí já não residem estão presentes nesta análise. Admitimos, à partida, explorar as suas eventuais relações com a *“casa-paterna”* e, assim, tais descendentes foram explicitamente ligados à casa, por nós. Ao privilegiarmos a abordagem das relações intergeracionais estabelecidas na gestão e nos proveitos de um património fundiário não abandonado, assumimos como unidade de análise a Casa -Património fundiário -Família. Entendemos que o Património fundiário inclui, obviamente, os recursos e meios de produção que suportam as actividades agrícolas que existam; e a Família, num sentido lato, soma aos residentes os filhos, independentemente da distância física a que se encontrem. Pressupõe-se, assim, que existem diferentes formas de entrosamento pais-filhos na gestão patrimonial e na

assistência destes últimos aos ascendentes. É esta noção complexa que está subjacente à designação de Casa, seja ela expressa como Casa-Exploração agrícola, Casa-Património fundiário ou ainda Casa-Família. Empregaremos estes termos, diferenciadamente, quando pretendermos evidenciar uma das acepções, mas num sentido mais lato todas elas integram a designação Casa.

Comparando esta unidade de análise (Casa) com a noção de *Agregado doméstico* anteriormente discutida, temos que a primeira inclui o grupo dos coresidentes do grupo doméstico, e um património fundiário em meio rural a que eventualmente se associa a actividade agrícola. O conceito é estendido ainda aos familiares não residentes descendentes das unidades nucleares, isto é aos filhos não residentes, pelas razões já expostas.

A escolha das unidades inquiridas de criadores de vacas mirandesas fez-se dentro dos critérios previamente estabelecidos e já referidos, e por indicação dos técnicos das associações por quem aliás fomos introduzidos no terreno. Concentraram-se o máximo de casas inquiridas em cada aldeia, sendo estas escolhidas em função de critérios de proximidade. A selecção de unidades a inquirir teve que ser reformulada com frequência, uma vez que no terreno nos confrontamos, com situações de cessação da actividade. Por via, por exemplo, da venda recente da totalidade do efectivo bovino. Este facto obrigou-nos a uma dispersão geográfica maior do que inicialmente prevista para a realização da inquirição.

A inquirição de indivíduos com projectos de florestação de terras agrícolas, foi efectuada a proprietários actualmente residentes em meio rural – mais precisamente nas freguesias onde a plantação florestal referida tivesse ocorrido – que cumprissem os critérios etários já definidos, e que tivessem já implementado os referidos projectos de florestação. Foram inquiridos 25 proprietários. Dado que neste universo se incluíram situações em que os proprietários não têm já exploração agrícola activa, a noção de casa, por vezes, restringiu-se à de Casa -Património fundiário -Família.

2.3.2 – As Entrevistas

De acordo com a unidade Casa já discutida, a inquirição foi feita, em regra, ao conjunto dos idosos nelas residentes.

Os primeiros agricultores idosos a serem inquiridos foram os criadores de bovinos mirandeses. Um conjunto de 10 entrevistas decorreu entre Junho e Julho de 2003, sendo de seguida tratados os dados. Tínhamos em vista a analisar, num primeiro momento, a natureza e valor da informação recolhida, bem como fazer uma primeira tentativa para a organização coerente da mesma.

Posteriormente entre Dezembro de 2003 e Janeiro de 2004, concluímos a inquirição dos restantes 12 criadores de vacas mirandesas. Note-se a este propósito que inicialmente se tinha previsto inquirir 25 Casas de idosos criadores de mirandesas, mas a dispersão espacial destes por oito aldeias nos levou a reduzir um pouco o total de entrevistas.

De Janeiro a Março de 2004 realizamos as entrevistas a idosos proprietários florestais que tinham recorrido à florestação de terras agrícolas.

Optamos por inquirir 15 Casas que integraram os Agrupamentos Florestais de duas aldeias do concelho de Miranda do Douro, os quais foram promovidos e apoiados tecnicamente pela Empresa Floresta Verde. Além destes casos, incluímos a totalidade de Casas de associados da *Arborea* que à data de inquirição tinham já plantado floresta em ex- áreas agrícolas, através de projectos financiados. À data, estas últimas incluíam 10 Casas de idosos, repartidos por nove aldeias do concelho de Vinhais.

Em regra, as entrevistas foram realizadas aos dois elementos do casal de agricultores-proprietários idosos. A situação de casais, ver-se-á adiante, é de facto a situação mais frequente, embora no universo de inquirição existam outras modalidades. Quando se entrevistaram indivíduos isolados (situações de viuvez), ou quando um dos cônjuges, por qualquer razão, não se encontrava presente no momento da inquirição, a entrevista levou à recolha de informação acerca da totalidade de indivíduos do agregado doméstico. Apurou-se, pois, um conjunto de dados dos actuais residentes na Casa Agrícola, bem como dos filhos, mesmo que ausentes. Foi também domínio de inquirição a agricultura actualmente praticada, com referência às principais culturas/actividades, e ao modo de execução do trabalho, quer no que concerne à mão-de-obra utilizada, quer ainda à utilização de máquinas. A inquirição de aspectos relacionados com o trabalho foi particularmente detalhada para ambas as actividades objecto de análise (criação de vacas mirandesas e floresta). Só no respeitante ao trabalho desenvolvido em cada uma das duas actividades agrárias mencionadas, o guia de inquirição diferiu, sendo a recolha de informação por nós orientada, a fim de garantir a abordagem sistemática das tarefas realizadas.

Relativamente à Floresta, apenas se mencionavam as actividades que tinham de facto ocorrido (à data) de entre as previstas no guião predefinido. No caso da actividade florestal, dada a grande variedade de situações encontradas: áreas, espécies florestais, número de anos da plantação. O guião continha as especificações das diferentes tarefas previstas antes e durante a plantação, bem como ao posterior período de consolidação do povoamento. As diferentes operações foram amplamente descritas pelos idosos entrevistados focando quer a forma de as realizar, quer o tempo

tomado, quer ainda as contratações feitas, e ou a ajuda conseguida. Assim apurou-se o trabalho ocorrido com a plantação e consolidação das áreas florestadas, as modalidades encontradas pelos proprietários para o realizar, por vezes chegando-se a uma contabilização de dias de trabalho/ano necessários para cada tarefa.

O relacionamento actual destes agricultores mais idosos com os filhos presentes (ou ausentes) no seu quotidiano, foi tópico também incluído na entrevista, sendo também questionadas as perspectivas do futuro da actividade e do património fundiário, bem como o interesse manifestado pelos descendentes sobre a "evolução" da casa.

Constou ainda desta recolha informação acerca do percurso profissional dos inquiridos (que nem sempre se restringiu à agricultura), bem como aos Sistemas de Protecção Social de que dispõem já, ou de que esperam vir a usufruir.

Todo o material empírico colectado, para além de registado por escrito no momento, foi simultaneamente gravado. Isto possibilitou uma melhor apreensão do teor das respostas, sobretudo quando o rumo da conversa ficou mais a cargo dos entrevistados. O material gravado perfaz um total de 32 horas, correspondendo aproximadamente a 15 horas de gravação de entrevistas a criadores de bovino mirandeses e 17 horas de gravação de entrevistas a proprietários florestais.

Salienta-se ainda o facto da recolha de informação, ainda que relativa a um dado momento – o presente –, ter a preocupação duma abordagem ao longo do tempo. Assim, aos agricultores idosos inquiridos foram pedidos elementos que permitem, a diversos títulos, traçar o seu percurso, o seu ciclo de vida, entendido simultaneamente numa perspectiva laboral, familiar e patrimonial. Esta abordagem permitirá posteriormente, para além da quantificação das variáveis que escolhemos medir, a explicação de mecanismos de funcionamento e o entendimento de escolhas, em quadros complexos de decisão.

Independentemente do número de entrevistas, o material empírico recolhido, porque transversal, dado que integra múltiplos aspectos (trabalho agrícola, fontes de rendimento, família e relações familiares, entre outros), possibilitou abordagens relacionais, sendo por isso bastante consistente na compreensão da realidade observada.

2.3.3 – Os Orçamentos-Tempo

Como foi já referido, um outro processo de recolha de material empírico foi o registo de orçamentos-tempo. Esta metodologia tem sido largamente utilizada na

contabilização de tempos de trabalho na agricultura, apesar de muitas outras aplicações. Segundo Cain (1977:1), *orçamentos-tempo podem ser definidos como registos da ocupação do tempo de indivíduos em diferentes actividades, bem como as respectivas durações de tempo dispendido nas diferentes actividades*. Vários autores que referem a utilização desta técnica, assinalam diferentes metodologias de concretização (Szalai, 1972) (Gillespie, 1979:83), (White, 1983).

Cain (1977) sistematizou os diferentes métodos de obtenção desta informação em quatro grandes grupos de técnicas. Um primeiro, o *método de observação directa*, em que o inquiridor acompanha os indivíduos acerca de quem pretende registar as tarefas e ou actividades e os respectivos tempos dispendidos nelas. É de longe o método mais trabalhoso e dispendioso em tempo e por isso considerado o mais caro. Um segundo grupo de técnicas diz respeito à *recolha de depoimentos sobre actividades em visitas aleatórias*, técnica em que é feita grande número de observações de actividades, aleatoriamente estabelecidas no tempo. Antropólogos que utilizaram esta técnica numa dada amostra de casas visitavam-nas aleatoriamente (tanto o momento, como a hora do dia em que a visita era feita não estavam padronizados) e registavam as actividades que os diferentes membros do agregado doméstico tinham realizado imediatamente antes da sua chegada. Esta técnica não obriga a um grande esforço de memória por parte dos inquiridos e pode reduzir cada visita a um tempo particularmente pequeno. Requer, no entanto, um grande número de visitas a cada uma das casas de modo a que se consigam apurar a totalidade das actividades desempenhadas. Cain (1977) assinala ainda um outro procedimento metodológico: a *recolha de depoimentos sobre actividades específicas*. Nesta técnica os respondentes devem estimar a quantidade de tempo dispendida em actividades específicas, para períodos de referência, seja um determinado dia, semana ou mês. A principal vantagem é o baixo custo relativamente à técnica da observação directa, e o facto de questionar sobre actividades específicas, o que em regra se revela mais simples na obtenção de informação.

Por fim, na tipologia daquele autor, achamos um quarto grupo de técnicas, a *recolha de depoimentos de sequências de actividades*. Neste método pede-se ao entrevistado que reconstrua a sequência das suas actividades relativamente a um período anterior ao inquérito (por exemplo o dia anterior ao da entrevista), sendo a duração das diferentes actividades mencionadas estimada pelo entrevistado, ou pelo entrevistador. Uma das vantagens desta técnica é a de ser menos intensiva em trabalho relativamente à observação directa, permitindo do mesmo modo obter uma visão da totalidade das actividades de cada membro da casa. Permite também analisar a forma particular como em cada casa se combinam as disponibilidades de

mão-de-obra, bem como perceber como isso varia ao longo do ano. Esta técnica é particularmente fácil de executar uma vez que para os respondentes não é difícil recordar uma sequência de actividades de um dia próximo. O cálculo do tempo dispendido em cada actividade pode ser posteriormente realizado pelo entrevistador, desde que se obtenham as horas de início e finalização. Por outro lado, este método permite ainda uma verificação interna da consistência da informação recolhida, através da comparação das sequências obtidas para cada membro da casa.

Os autores citados fizeram as suas reflexões acerca das metodologias de realização de orçamentos-tempo com base em experiências levadas a cabo na Ásia (Indonésia, Índia) e na América Latina, em trabalhos de antropologia. Estes estudos contemplam sobretudo orçamentos-tempo realizados em meio rural. Um outro autor, (Lemel, 1984), faz também uma reflexão sobre a utilização desta técnica em estudos que visaram conhecer a ocupação do tempo em meio urbano, em França.

Para Portugal devem referir-se os trabalhos de Ribeiro (1993) e Pinto (1998, 2003) que utilizaram esta técnica em trabalhos elaborados em meio rural para conhecer o emprego do tempo nas ocupações agrárias dos vários elementos de agregados domésticos de agricultores. Pinto (1998, 2003), em particular, centrou-se no estudo da ocupação do tempo (estudo, trabalho e lazer) de crianças pertencentes a agregados domésticos rurais e agrícolas, revelando o grau de participação dos mais novos nos trabalhos da agricultura.

A inclusão da técnica dos orçamentos-tempo neste estudo resultou da consideração de que para a análise do trabalho desenvolvido pelos agricultores idosos, para além da caracterização detalhada das múltiplas tarefas realizadas (modo como são feitas, quem as faz, ajudas de mão-de-obra, mecanização, etc.), seria importante uma contabilização dos tempos de trabalho dispendidos.

Na abordagem do *trabalho com a criação de vacas mirandesas* e do *trabalho com as parcelas florestadas* facilmente se constatou que as hipóteses de contabilização de tempos de trabalho eram muito distintas. De facto, relativamente à primeira actividade, a multiplicidade de tarefas diárias a desenvolver para fazer face às inúmeras solicitações associadas ao manejo dos animais, justificava uma aproximação quotidiana às quantificações de trabalho desenvolvido pelos agricultores idosos.

Já no respeitante à floresta, o que fazia sentido quantificar era o trabalho total necessário para determinadas operações (por exemplo plantação, retanchar, apanha da castanha...) e depois o número de dias de trabalho por ano, que cada agricultor avaliava ter gasto com as actividades de manutenção. Assim, optou-se pela elaboração de orçamentos-tempo apenas relativamente aos criadores de vacas mirandesas.

Recrutámos então uma equipa de três inquiridores⁴³, de cujos perfis constavam duas componentes fundamentais: um nível de formação superior no ramo agrário, e a origem em meio rural na área de estudo deste trabalho. Tais características concorreram para o desejado sucesso da tarefa de que foram incumbidos. Por um lado, a compreensão plena da importância do trabalho a realizar permitiu-lhes a resolução autónoma de problemas surgidos durante a inquirição. Por outro lado, a familiaridade com a cultura local e a área de estudo conferia-lhes um grau de proximidade fundamental para uma mais fácil obtenção da informação requerida. Note-se que, pedir a agricultores que descrevam pormenorizadamente um ou vários dias da sua vida, indicando as horas e os tempos de actividade, sem que compreendam plenamente qual o interesse e alcance de tal procedimento, requer o estabelecimento de uma relação que permita, quando necessário, ora detalhar aspectos, ora pedir esclarecimentos adicionais.

Pelo exposto se compreenderá que as aldeias, e portanto os agricultores, *escolhidos* para a realização de orçamentos-tempo foram condicionados pelos inquiridores e as suas ligações ao meio rural, obedecendo naturalmente os agricultores aos perfis previamente estabelecidos neste estudo (idade, residência em meio rural e actividade). Acrescente-se ainda que os orçamentos-tempo foram realizados, sempre que possível, a todos os indivíduos de uma mesma Casa-Exploração agrícola. O objectivo foi o de melhor comparar as tarefas, as ocupações do tempo quer de trabalho quer de lazer, dos diferentes elementos do agregado doméstico, as tarefas realizadas em conjunto ou complementarmente, e assim poder perceber também a totalidade de tarefas realizadas em cada dia.

Tentou-se que a informação fosse recolhida pelo menos em dois períodos do ano: de Verão e de Inverno, em que a diversidade e natureza dos trabalhos agrícolas varia substancialmente, em particular os relativos às produções forrageiras dos bovinos. No entanto, como se poderá constatar nos anexos em que são apresentados todos os orçamentos-tempo detalhadamente, o número de dias e a época de recolha de informação variaram de casa para casa, conforme as disponibilidades de tempo quer dos inquiridos, quer sobretudo da equipe de inquirição. O número de residentes na Casa que em cada dia é *orçamentado* também não é sempre o mesmo, por ausência de alguns dos elementos nos dias em que foi feita a recolha de informação. Apesar de toda esta variabilidade, a natureza da informação recolhida permite com frequência, através dos depoimentos de uns, inferir pelo menos a ocupação que tiveram outros elementos da família.

⁴³ Dois do sexo feminino e um do sexo masculino.

Outra característica que confere uma riqueza particular a este material de estudo prende-se com o facto de os registos terem sido feitos na primeira pessoa e utilizando as palavras dos agricultores.

Como adiante se verá, a informação recolhida foi posteriormente reorganizada de modo a revelar os tempos utilizados nas principais tarefas, previamente categorizadas. Tal procedimento permitiu fazer uma leitura detalhada e orientada do trabalho realizado pelos elementos que integram cada uma das Casa-Família que serão sumariamente descritas. Registe-se ainda que foi também opção metodológica, afim de melhor compreender estes casos estudados, que as casas onde foram realizados orçamentos-tempo fossem obrigatoriamente incluídas no universo das entrevistadas, nas modalidades de inquirição já descrita. A análise dos dias orçamentados permite ainda, para além da contabilização das actividades (e do trabalho em particular) nas diferentes categorias estabelecidas, apreciar o modo de vida destes agricultores idosos. Como refere Kurtz (1984:9) num artigo em que se debruça sobre esta técnica, ela possibilita também perceber, para além da natureza e duração das actividades, *a frequência e o ritmo sequencial, constituindo-se como um indicador empírico da estrutura temporal de um modo de vida.*

Por fim, saliente-se que para duas Casas-Explorações agrícolas foram realizados registos mensais (incluindo, por vezes vários dias no mesmo mês) das tarefas realizadas. Uma síntese para cada mês das principais tarefas e do modo como foram executadas pelos elementos do agregado doméstico permitiu, para as duas unidades, o estabelecimento daquilo que se pode chamar *um calendário das actividades agrícolas*. Esta abordagem regista também, de outra forma e com propósitos que mais tarde serão explicitados, o modo de vida (apercebido sistematicamente ao longo de um ano) de agricultores idosos trasmontanos, no início deste século.

3 – Idosos Agricultores criadores de vacas mirandesas

É frequentemente referido por técnicos e responsáveis de organismos agrícolas, bem como por investigadores na área agrária, que os idosos têm particular expressão entre os criadores de bovinos mirandeses. Alguns estudos têm posto em evidência os principais sistemas de produção dos criadores de bovinos de raça mirandesa e é neles recorrente a identificação de um tipo de sistema produtivo associado aos agricultores idosos. Na aldeia de Paçó, concelho de Vinhais, este grupo de produtores representava cerca de 18% das explorações da freguesia (Sousa, 1992:23-29). Um outro trabalho, em que foram inquiridos criadores em aldeias com mais de 20 explorações de criadores associados da ACBRM, refere igualmente o sistema de produção dos idosos criadores de bovinos mirandeses, o qual representava 33% das explorações inquiridas (Fragata e Sousa, 1997:212).

Em regra, este segmento de criadores está associado a um sistema de produção trabalho-intensivo, quer pelas particularidades inerentes às produções pecuárias – por norma mais intensivas em trabalho do que as produções agrícolas vegetais – quer pelas características do sistema de produção escolhido, o tradicionalmente desenvolvido em Trás-os-Montes na criação de bovinos, baseado em trabalho dos elementos do agregado doméstico. Neste contexto surge a perplexidade:

- Por que prosseguem os idosos agricultores, uma actividade tão requerente em trabalho, e em particular em trabalho físico, quando numa fase da vida em que as suas capacidades físicas estão, e provavelmente estarão de forma mais acentuada a breve prazo, em declínio? O que motiva a continuidade, o que explica afinal a persistência em tal actividade?

Tentar responder a tais questões levou-nos a estudar com detalhe a actividade dos agricultores criadores de vacas mirandesas. Foi, assim, propósito assumido analisar o seu sistema de produção, as formas de organização das tarefas adoptadas na família, as contribuições em trabalho a que recorrem, os rendimentos que a actividade lhes retorna, procurando pistas para o que os motiva.

A percepção de alterações, mais ou menos recentes, no modo de criação de vacas mirandesas foi também tida por fundamental. Para tal, tentaram captar-se as adaptações nos sistemas produtivos (variação dos efectivos animais e alterações nas culturas forrageiras, entre outros), bem como as soluções encontradas na concretização dos processos de trabalho face a crescentes limitações. Simultaneamente, a inclusão no universo de inquirição de indivíduos pré-idosos visou também a percepção tendencial de momentos diferentes no processo de

envelhecimento que permitissem incluir, e assim analisar, diferentes modos de organização do trabalho e de execução de tarefas no sistema de produção de criação de vacas mirandesas.

Relembre-se que metodologicamente se optou por recorrer à realização de uma inquirição fina a um conjunto necessariamente restrito de explorações de idosos criadores de vacas mirandesas sócios da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM). A escolha da Associação como modo privilegiado de aceder aos produtores, fez-se pelo acesso facilitado junto dos agricultores, que puderam ainda ser previamente caracterizados, de forma genérica, recorrendo às estatísticas da ACBRM.

No capítulo que agora se inicia, para realizar os propósitos expostos, recorre-se à informação colectada tentando chegar aos mecanismos de funcionamento que possam constituir um padrão comportamental generalizável, ao universo em estudo: os idosos criadores de vacas mirandesas em Trás-os-Montes.

3.1 – Criadores de Mirandesa e suas famílias: perfis e actividade

Inicia-se a análise dos idosos criadores de vacas Mirandesas com uma breve caracterização dos indivíduos que integram os agregados domésticos dos inquiridos, bem como da sua descendência directa. Procederemos também ao enquadramento da actividade criação de vacas mirandesas no conjunto das actividades agrárias prosseguidas pelos idosos, de modo a que posteriormente se possa entender plenamente o sistema de manejo do gado bovino posto em prática, o conjunto de tarefas a ele associadas, bem como o rendimento obtido com esta actividade por estas explorações agrícolas.

Os agregados domésticos⁴⁴ que observamos comportam duas unidades de viúvos e 20 unidades de casais, em quatro das quais residem também outros familiares idosos (Figura 3.1). O número total de inquiridos é de 42, sendo 21 homens e 21 mulheres, embora o número total de observados ascenda a 103⁴⁵.

No sentido de sintetizar agora o perfil dos inquiridos, pode-se dizer que se observa o seguinte (Figuras 3.1):

⁴⁴ Em conformidade com a metodologia previamente estabelecida, cada casa-exploração agrícola estudada (inquirida) incluía, pelo menos, um dos elementos do casal com uma idade mínima de 55 anos.

⁴⁵ O número total de observados compreende os indivíduos inquiridos, viúvos e casais (42), os familiares idosos com eles residentes (4) e os seus filhos (57).

- > As mulheres casadas tendem a ser mais novas que os respectivos maridos (as médias de idade são de 62 e 66 anos, respectivamente; em 20 casas, há só quatro em que a situação é inversa;
- > A diferença de idade entre cônjuges é, porém, relativamente reduzida. Em 20 casais aquele indicador é superior a 5 anos só em quatro casos;
- > Excluídas as casas/explorações dos viúvos, achamos 20 pares conjugais, que podem ser subdivididos em dois subgrupos principais, cada um deles composto por dez casais: um, relativamente mais jovem, em que nenhum dos membros do casal chega a atingir os 65 anos; um outro, em que pelo menos um dos elementos do casal tem 65 ou mais anos;
- > O inquirido o mais velho, um homem casado, tem 85 anos, enquanto o mais novo, uma mulher casada, tem só 48 anos;
- > Em quatro casais, um dos indivíduos tem idade igual ou pouco superior a 55 anos, mas o outro (em geral a mulher), é mais novo.

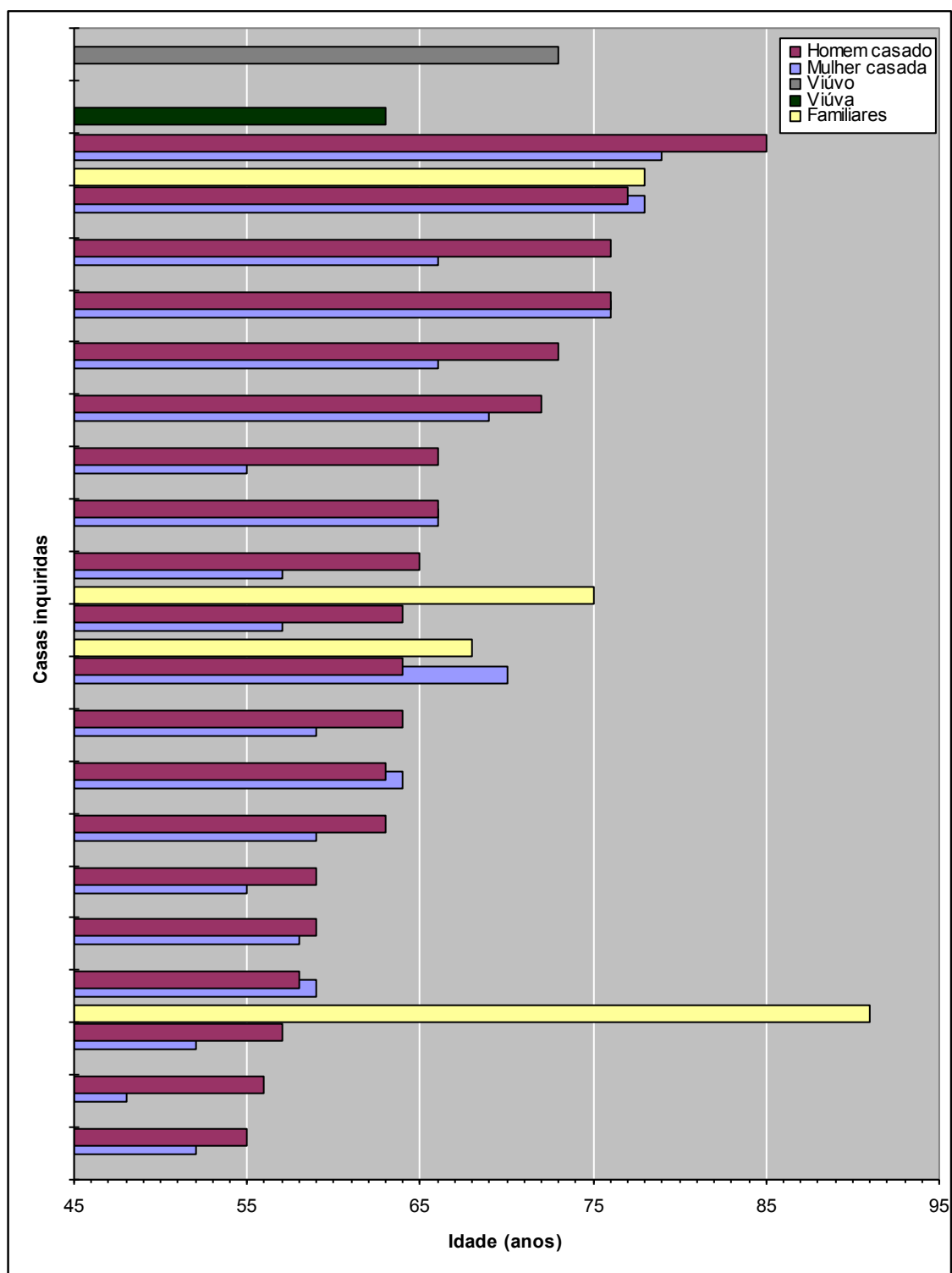
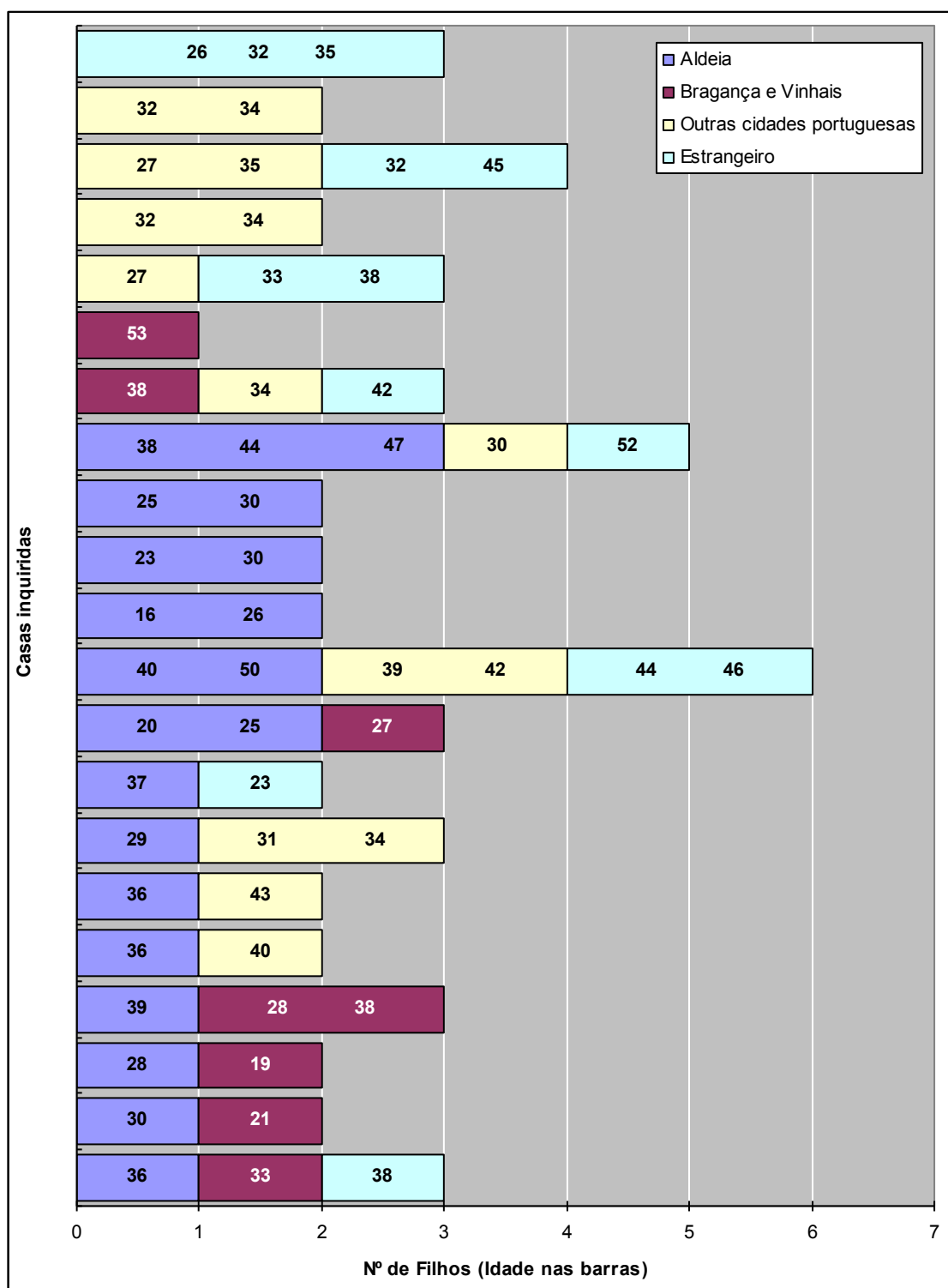


Figura 3.1 – Agregados domésticos das Casas inquiridas: composição e idade dos seus elementos



Nota: Numa das casas inquiridas o casal de agricultores idosos não tem filhos, pelo que o número de casas representadas é aqui apenas 21.

Figura 3.2 – Filhos por Casa inquirida, respectivos locais de residência e idade

No estudo do quadro familiar dos inquiridos considerou-se também fundamental conhecer o número de filhos, as suas profissões e os seus locais de residência, de forma a avaliar a proximidade dos familiares directos, bem assim como o grau de ligação destes ao processo produtivo empreendido pelos mais velhos.

Constata-se, assim, que mais de 60% dos filhos não vivem em casa dos pais (vd. Figuras 3.2 e 3.3), nem na aldeia onde estes têm a sua exploração agrícola: pouco menos de 50% estão emigrados, sobretudo na Europa, ou vivem em Portugal, nos centros urbanos mais afastados; 14% fixaram-se nas cidades e vilas mais próximas, como Bragança e Vinhais. Veja-se (Figura 3.2), no entanto, que o número de casos em que pelo menos um filho vive na aldeia de residência dos pais é de 14 em 22⁴⁶, havendo seis casos em que o número de filhos que aí residem é de dois ou três. Ou seja, vivem na aldeia onde se encontram os pais, 37% do total dos filhos.

Mas os filhos residentes na aldeia configuram duas situações bem distintas. Uma primeira em que os filhos moram em casa própria, e em que ou eles ou os seus cônjuges, ou ambos, têm empregos fora da agricultura, de um modo geral numa vila ou cidade próxima. Para esses, em regra, há ainda a prática da agricultura simultaneamente com as outras profissões. Uma segunda situação é a dos filhos que vivem ainda na casa dos pais, cerca de 23%, tendo empregos fora e ou prossequindo os estudos (Figura 3.3). Estes casos correspondem a situações de proximidade e de um modo geral de maior disponibilidade para participar nos trabalhos agrícolas, aos fins-de-semana, no fim de tarde, e em folgas e férias propositadamente agendadas aquando dos picos agrícolas.

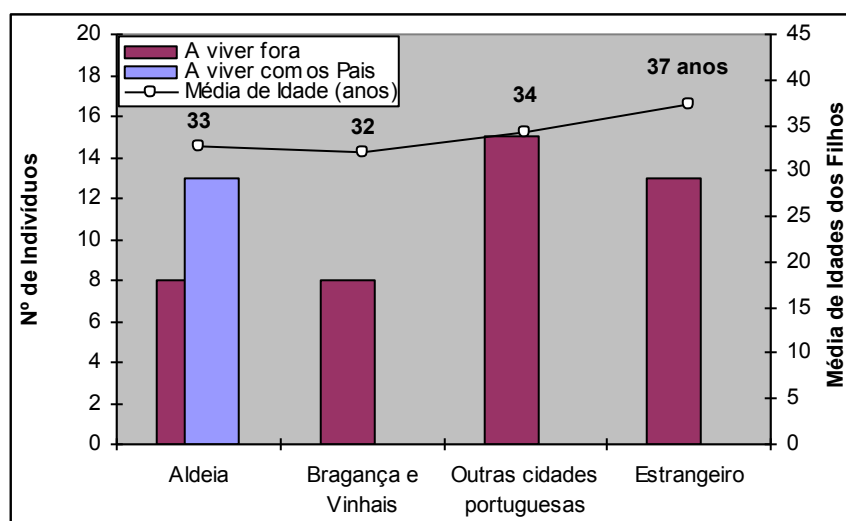


Figura 3.3 – Locais de residência dos filhos dos agricultores inquiridos

⁴⁶ Note-se que numa das casas inquiridas o casal de agricultores idosos não tem filhos, pelo que no gráfico da Figura 5.2 o número de casas inquiridas é apenas 21.

Embora a heterogeneidade dos tipos mencionados, que virá a ser explorada mais adiante, não permita conferir grande valor interpretativo à média, a figura 3.3 revela, apesar disso, que os filhos que residem próximo dos pais têm idades inferiores às dos que estão geograficamente mais afastados.

Num dos casos estudados, um filho já casado vive com os pais e tem, juntamente com a mulher, a agricultura como actividade principal, configurando uma situação típica de sucessão na exploração agrícola. Excepção à norma actualmente verificada, a exploração agrícola passa gradualmente da “mão dos pais” para o filho, permitindo-lhe intensificar a produção, designadamente através de um aumento importante do efectivo pecuário. Nas outras explorações inquiridas, pelo contrário, verificam-se, ou esperam-se a breve prazo, diminuições dos níveis de actividade agrícola. A análise da relação destes agricultores mais velhos com os seus filhos, estruturada nas múltiplas vertentes da proximidade – quer em termos da distância física entre eles, quer também pela apreciação da periodicidade e natureza das visitas – é importante. Fundamental é também perceber o papel desempenhado pelos filhos que, a múltiplas distâncias da agricultura e do espaço produtivo, podem no entanto encontrar formas de apoio à actividade dos pais, e envolver-se em estratégias de apoio aos mais velhos, bem como de preservação patrimonial, como à frente se discutirá.

Os níveis de escolaridade dos agricultores idosos inquiridos, são em larga maioria a 3^a e 4^a classe do ensino básico, apresentando os homens maior escolarização do que as mulheres. Estas constituem uma maior proporção do total de analfabetos e, simultaneamente, representam uma maior percentagem (61%) dos indivíduos com menor grau de escolarização: os que têm menos do que a 3^a classe. Alguns dos inquiridos alcançaram a sua escolarização já depois de adultos, dado que enquanto crianças, constituíam mão-de-obra indispensável à casa-exploração agrícola dos seus pais, e não puderam pois, frequentar a escola na infância. Além disso, nem todas as aldeias tinham na altura escola primária, pelo que a frequência desta era ainda mais rara e complicada, quer em termos financeiros, quer em termos do esforço de deslocação a fazer pelos próprios. Houve quem aproveitasse já em idade adulta campanhas de alfabetização. No caso dos homens, por vezes as oportunidades surgiram aquando da prestação do serviço militar. Em contraponto, a escolaridade dos filhos é expressivamente superior, ilustrando uma estratégia de abandono da actividade agrícola como actividade principal em que uma maior escolarização facilita novas competências e porventura novas profissões. A inexistência de analfabetos e o número dos que terminam o 3^o ciclo (21%), completam o secundário (7%), ou acedem

à categoria de licenciados (11%) não é negligenciável, mostrando já “outros tempos”, resultado dos múltiplos “sacrifícios” para que os filhos pudessem estudar, como é referido pelos pais.

A maior parte das profissões dos filhos e respectivos cônjuges situa-se em sectores exteriores à actividade agrícola (76%). Todavia, tem expressão significativa a proporção de indivíduos ainda ligados ao sector agrícola (24%). Parte deles (7% do total, ou 28% dos que têm actividade agrícola) ocupam-se em combinações de agricultura com outras actividades, quer a nível individual, quer sobretudo no plano do agregado doméstico, isto é, considerando também a profissão do cônjuge. Quem fica na actividade agrícola são maioritariamente as mulheres, podendo os seus cônjuges, mesmo quando residentes na aldeia, exercer uma actividade profissional a título principal fora da agricultura. Entre as profissões dos filhos dos agricultores idosos inquiridos, salienta-se, também, o predomínio dos quadros médios de Comércio, Indústria e Administração (com cerca de 41%). Com muito menor expressão, os quadros superiores representam 7%, e os estudantes 4%. Nos cerca de 24% de indivíduos com “outras ocupações” incluem-se os casos de emigrantes e desempregados.

O conjunto de agricultores idosos em análise compreende situações de indivíduos já reformados (27 nos 45⁴⁷) que exercem ainda a actividade agrícola e doméstica – esta última apenas no caso das mulheres – a par de um conjunto de indivíduos sem reforma (18 em 45) que se dedicam ao mesmo leque de actividades (Figura 3.4)⁴⁸.

⁴⁷ No apuramento apresentado na Figura 3.4 contabilizaram-se para além dos casais e viúvos inquiridos três familiares co-residentes (irmãos e irmãs).

⁴⁸ No universo de inquirição, indivíduos (homens ou mulheres) que recebem reforma não tendo ainda atingido a idade de 65 anos, são cinco. Um é o caso já referido de um agricultor de 59 anos, reformado por invalidez. Três outros são indivíduos, com idades entre os 63 e 64 anos, que recebem reformas correspondentes ao tempo em que estiveram emigrados em França e em Espanha, não tendo ainda a reforma do Estado português; por último, há um reformado da Guarda-fiscal. O caso do agricultor sem actividade não corresponde a um dos indivíduos mais velhos, mas a um caso de impossibilidade física, ou seja, de invalidez. Note-se ainda que existem mais dois casos de incapacidade física para a actividade agrícola, duas mulheres, que prosseguem, no entanto, as suas tarefas domésticas. Estão, por isso, incluídas numa outra categoria, que não a dos sem actividade. Por outro lado, temos também um grupo importante de indivíduos de mais de 55 anos que, não sendo ainda reformados, continuam a sua actividade na agricultura

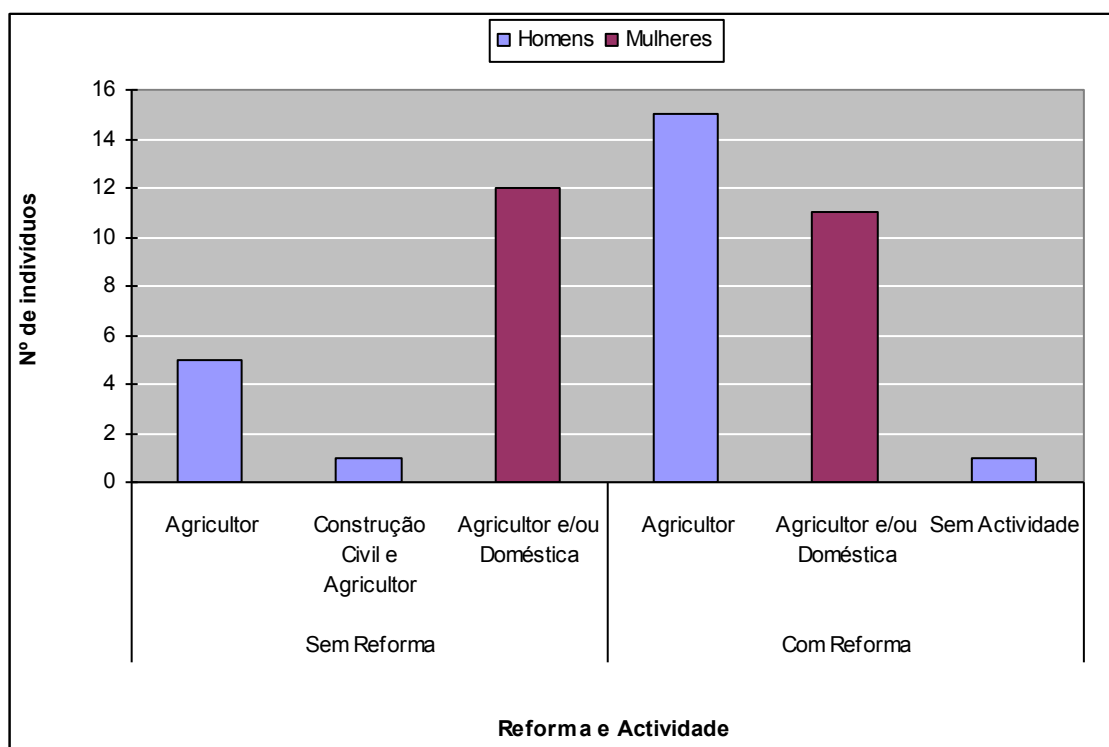


Figura 3.4 – Reforma e actividade dos agricultores inquiridos, por género

A questão da (in) existência da reforma é consideração muito importante na análise das opções e actividades dos agricultores mais velhos. O facto de se auferir um certo montante mensalmente, por mais reduzido que seja, é muito valorizado, tanto mais que na actividade agrícola as remunerações não surgem, regra geral, repartidas equilibradamente ao longo do tempo. Além disso, ao começar-se o recebimento de uma reforma, cessa-se automaticamente o período contributivo. Também esta vertente da questão é deveras apreciada, precisamente porque há grandes dificuldades na obtenção continuada de liquidez, de forma a garantir os pagamentos mensais à Segurança Social. Estes aspectos serão posteriormente analisados com mais detalhe.

Prosseguimos agora com uma análise mais detalhada das actividades agrícolas dos idosos sob análise. Dado que todos os inquiridos são criadores de vacas mirandesas, começaremos por caracterizá-los relativamente a estes efectivos. Entre as 22 casas-explorações agrícolas, predominam os efectivos com um número igual ou inferior a 4 vacas (mais de 80% das explorações em análise), ou seja os pequenos efectivos. No universo em análise há duas explorações em que o efectivo de vacas Mirandesas é de 9 e 12, respectivamente, os valores máximos observados. No último caso, trata-se de uma exploração em que os agricultores mais velhos têm a residir com eles, e a trabalhar na exploração, um filho com a mulher e duas filhas. Estes têm vindo a ocupar-se de modo cada vez mais efectivo das actividades e da gestão da

exploração. As principais mudanças verificadas resultam do aumento significativo do efectivo pecuário.

O efectivo bovino total e o número de vacas mirandesas, em cada exploração, não são coincidentes. Tal deve-se ao facto de existirem explorações com vacas de outras raças, por vezes também com touros, e com um número de vitelos variável, determinado quer pelo momento de nascimento dos animais, quer pela decisão de venda. Esta ocorre por volta dos seis ou sete meses, dependendo das conveniências do produtor e, sobretudo, da pressão da oferta junto da cooperativa de comercialização⁴⁹.

Por norma cada vaca, de raça mirandesa ou não, dá um vitelo por ano. Nos efectivos que incluem vacas de outras raças, estas, em regra, também são cobertas. Assim, o número de animais que cada agricultor tem que cuidar e alimentar num determinado momento é variável ao longo do ano, mas pode ser significativamente maior que o número de vacas mirandesas.

Os vitelos são uma importante fonte de rendimento e de liquidez, sobretudo no caso dos agricultores que ainda não são reformados, não tendo por isso um rendimento mensal. Note-se também que, para além do dinheiro da venda dos vitelos, é considerado relativamente importante o montante relativo aos subsídios associados aos animais de raça mirandesa. Tal é, aliás, atestado pelos inquiridos. A importância da obtenção deste rendimento aparece também como justificação do prolongamento da actividade para fazer face às despesas das Casas-Famílias dos idosos.

“ Continuo com as vacas mirandesas porque dá mais subsídio, as outras já não dão tanto. Os meus filhos não querem saber disto... [das vacas], já temos muitas terras a monte, mais de outro tanto das que trabalhamos.

Nós já morreremos com isto, é até que possamos... As vacas é o que dá mais trabalho, mas também é a nossa sobrevivência, se não fossem as vacas, para pagar a segurança social como é que fazíamos?”

(agricultor de 56 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança.)

“ [A Carne Mirandesa] Bem paga não é nada, mas consoante os outros produtos se calhar até é. Mas do que fabricamos cá na lavoura, para mim parece-me que é

⁴⁹ Note-se que a conveniência dos agricultores está geralmente relacionada com o peso dos animais, o qual quanto maior for, mais dinheiro permitirá realizar, desde que não seja atingido o limiar que acarreta penalizações no preço da carne por serem considerados vitelos de muito grande porte. Este facto é aliás referido pelos produtores: *“Claro as mirandesas se for a bater certinho, claro dão mais dinheiro, vendem-se mais caras mas eu teria que ter os vitelos até à idade de 6, 7 meses e com um peso até aos 170kg. Se ultrapassasse os 170kg já me penalizavam e então nesse caso também não davam assim muito rendimento.”* **(agricultor de 58 anos, casado, não reformado, concelho de Bragança).**

talvez o que, ao fim, fica mais um bocadinho livre, além de a mulher se queixar que lhe dão muito trabalho”

(agricultor de 59 anos, casado, reformado por invalidez, aldeia do concelho de Bragança.)

“Tem-me dito o meu filho:

- Vende as vacas, vende as vacas – e eu disse-lhe:

- Então depois dás-me o dinheiro para ir à feira? – não lhe compensava que tinha que me dar 50 ouros todas as feiras, aí calou-se.”

(agricultor de 73 anos, viúvo, reformado aldeia do concelho de Bragança.)

Praticamente todas as explorações têm uma capoeira, de maior ou menor dimensão: de duas ou três galinhas até um total rondando os 50 animais. A prática da criação de frangos é importante ao nível da economia doméstica. Eles são comprados muito pequenos, engordados até determinada idade, depois todos abatidos e devidamente arranjados e congelados, permitindo um abastecimento escalonado ao longo do ano.

A criação de porcos, em número variável, é também frequente. No entanto, em cerca de um terço das casas inquiridas estes animais já não são criados, pelo trabalho que reclamam, não só durante a criação mas também na preparação posterior do fumeiro. A isto acresce o facto de alguns dos agricultores mais idosos não poderem consumir estes produtos, por razões de saúde. Contudo, a criação de porcos e o fabrico de enchidos são actividades ainda muito presentes, também pelo interesse dos filhos no consumo destes produtos. É na casa dos pais que, com frequência, se abastecem. O número de porcos engordados depende assim das perspectivas de consumo ao nível da família. Por vezes este autoconsumo não se resume aos enchidos, mas inclui também a utilização de carne fresca previamente preparada e congelada. Face à crescente valorização do fumeiro em geral, há também um mercado emergente devidamente organizado em associações de produtores, que dispõem já de DOP, e que, no âmbito de feiras anuais, promovem concursos. Atraídos por estas actividades de animação que lhes asseguram o escoamento da produção a bom preço, os agricultores conseguem com a comercialização destes produtos importantes acréscimos de rendimento. Uma das Casas inquiridas incluiu no leque das suas produções a criação de porcos para a produção de fumeiro para venda.

A existência de gado muar (burros e mulas) nas explorações é também frequente. Mais de dois terços das explorações inquiridas têm estes animais, em número variável. Tradicionalmente com um papel de tracção no trabalho agrícola (por exemplo, para lavrar) são hoje sobretudo utilizados como meio de locomoção. Para os

mais velhos, não é coisa de somenos a deslocação frequente, amiúde num mesmo dia, a várias parcelas dispersas e distantes da casa.

Se considerarmos o conjunto dos efectivos pecuários até aqui descritos, facilmente se compreende que grande parte das produções vegetais das explorações visa a alimentação dos animais. Passemos, então, à análise da produção vegetal.

Todas as explorações inquiridas fazem uma horta para consumo familiar, de onde colhem também produtos para os animais. Com frequência (em mais de 50% das explorações inquiridas), a batata, para além de ser consumida, é vendida. A opção de venda (ou não) está intimamente relacionada com o preço (podendo assim variar de ano para ano), queixando-se os agricultores com frequência dos preços baixos, que justificam a redução da produção destinada à comercialização. Para além do preço propriamente dito, verificam-se também dificuldades no escoamento devido ao sistema de comercialização, que passa forçosamente por intermediários nem sempre disponíveis para a realização do negócio.

As culturas do nabal e da beterraba estão presentes em todas as explorações agrícolas, em quantidades muito variáveis, e destinam-se quase exclusivamente à utilização como forrageiras para as diferentes espécies pecuárias existentes em cada unidade produtiva. É de notar ainda que as hortas, se bem que tenham como objectivo primeiro, o auto-consumo da casa agrícola, cumprem ainda uma função importante na produção forrageira. Tal é, aliás, amplamente exemplificado nos orçamentos-tempo (Anexo III), onde a descrição cronológica das actividades de cada dia de trabalho ilustra múltiplas situações em que os produtos da horta são colhidos para alimentar os animais à medida das necessidades. Num estudo de etnobotânica na área do Parque Natural de Montesinho, Carvalho (2005:382-385, 411, 423) procedeu a um levantamento das espécies vegetais utilizadas, quer na alimentação humana quer na do gado das explorações agrícolas tradicionais. A autora identifica uma multiplicidade de espécies cultivadas nas hortas, sugerindo que, com a cessação da actividade pecuária, a importância das mesmas tende a decair e, sobretudo, esses espaços passam a apresentar um número de espécies vegetais muito menos variado, deste modo se fechando um ciclo no cultivo da horta na exploração.

Tradicionalmente, a utilização dos lameiros na Terra Fria é feita por pastoreio directo, bem como por via do corte e fenação, o que permite a produção de forragem conservada, o feno. Relativamente aos lameiros, eles existem na totalidade das explorações agrícolas inquiridas e são utilizados por todos os inquiridos, quer directa e exclusivamente, quer também por arrendamento e ou cedência gratuita. A utilização de lameiros de outros proprietários, actualmente, prende-se de um modo geral com

questões de localização. De facto, não se verificaram situações em que houvesse necessidade de recorrer ao arrendamento de lameiros por questões de insuficiência de produção forrageira da própria exploração, até porque em regra os efectivos pecuários destas explorações agrícolas são, como já vimos, de reduzida dimensão. O que se verifica é uma maior facilidade de utilização dos lameiros bem situados, isto é, localizados mais perto da residência e por vezes fechados (quer naturalmente, quer murados ou cercados), podendo os animais aí permanecer durante largos períodos do dia sozinhos, sem necessitarem de vigilância. Aspectos como estes, que influem no modo de condução da exploração agrícola, designadamente no facilitar do trabalho quotidiano destes agricultores de mais idade, serão posteriormente analisados com mais detalhe.

O feno é também produzido na totalidade das explorações e, em cerca de 40% dos casos, para além de consumido pelos animais da própria exploração, observa-se ainda a venda do feno remanescente.

Entre as outras forrageiras, temos, como referimos já, o nabal, a aveia e a beterraba, que são cultivados pelo total de agricultores inquiridos. Em relação à milharada, apenas um agricultor não a cultiva. Os cereais, de grande importância na manutenção do efectivo pecuário, quer pela produção de palha, quer do grão, são cultura obrigatória para todos os agricultores idosos inquiridos, parte dos quais (em 40% das casas) também opta pela venda de parte da produção. No entanto, a comercialização do cereal produzido tem diminuído drasticamente, sobretudo pelo abaixamento dos preços. Agora como “o pão não dá dinheiro”, como “o cereal baixou, o adubo subiu”, como “mesmo com o subsídio não cobre”, chegou-se à situação do cultivo feito “só para os animais”. Os que ainda o comercializam pensam vir a reduzir as áreas de cultura, deixando de vender os excedentes. Dizem que “não se pode andar nisso também.... Cada vez mais será a diminuir”.

"Cereal, fazemos, mais centeio do que trigo. Já vendemos a 60 escudos. Ainda valia a pena, agora a 30 não. Não vendemos nada, temos um moinho e moemos o grão. O pão não dá dinheiro e os farelos são caros e então fazemo-los. Vender o pão não compensa, a 25 ou 30 escudos...para depois ir comprar a ração? Nem a palha nos fica de lucro! Assim faço a ração em casa: boto-lhe milho, boto-lhe aveia, pronto faz uma ração. Dou aos vitelos alguma, às vacas não, que têm muita coisa para lhe dar, e damos aos recos."

(agricultor de 64 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Quanto às culturas permanentes, fundamentalmente castanheiro, vinha e olival, em diferentes combinações e com área diversa, verifica-se que os inquiridos lhes dedicam trabalho. Estão particularmente interessados na comercialização da castanha e nalguns casos do azeite. Grande parte deste e do vinho são para autoconsumo, mas

também se registam casos de venda de uvas à Adega Cooperativa. Dado o baixo preço desta produção, quando deixa de haver interesse no auto-consumo, as vinhas tendem a ser abandonadas, sobretudo quando requerem um grande esforço em trabalho humano. Isto é, quando a sua implantação não permite a mecanização. No entanto, o seu valor simbólico, sobretudo para os mais velhos, aliado à memória dos esforços realizados aquando da sua plantação e consolidação, pode atrasar o processo de abandono definitivo da vinha. O forte simbolismo da vinha e do vinho podem mesmo justificar o recurso a mão-de-obra assalariada, como nos indica o relato seguinte duma agricultora idosa.

“A minha mãe gosta de ver que eles [os netos] vêm e se interessam. Principalmente a vinha – a vinha não dá grande resultado – mas nós também não queremos deixar perder a vinha porque a vinha foi a minha mãe e o meu pai que a plantaram. Por isso ela gosta que se continue, por isso o que eu não posso fazer, mando, pago a quem faz.”

(agricultora de 64 anos, viúva, reformada, aldeia do concelho de Miranda do Douro)

O olival, que na Terra Fria e no Planalto, em regra, não aparece em grandes extensões, significa sobretudo, ter azeite para auto-consumo familiar. Por vezes o volume das produções permite ainda a venda, mas o preço nem sempre é compensador e também não é certo que se consiga escoar a produção. As necessidades em mão-de-obra, sobretudo na colheita, são grandes e podem, neste contexto, constituir um problema.

Relativamente aos castanheiros, eles são actualmente, sem dúvida, a cultura permanente de maior interesse económico nestas explorações agrícolas, uma vez que a castanha tem o escoamento garantido e é bem paga. Desde que se garanta o trabalho necessário para a apanha da castanha, é uma produção que sem grandes dificuldades garante bons rendimentos. Sendo uma produção com um bom valor de mercado é quase sempre comercializada, excepção feita nos casos em que a quantidade de castanha é diminuta.

“Diminuí em tudo... Só ainda não diminuí numa coisa: na castanha e no azeite. Isso é que tenho estado a alargar um bocadinho... Já plantei castanheiros e já os tenho a dar, plantados por mim. Isto sempre sem projectos.”

(agricultor de 59 anos, casado, reformado por invalidez, aldeia do concelho de Bragança)

“Vinho, consumo e vendo... Azeite, tenho e vendo quando tenho quem no compre... Infelizmente, trabalhamos para depois termos as coisas e não se conseguem vender, e a baixo preço.”

(agricultor de 57 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

É também interessante o depoimento de um agricultor do concelho de Bragança, onde há simultaneamente bastantes soutos e muitos olivais. O inquirido compara a evolução dos rendimentos destas duas culturas ao longo do tempo, concluindo que, em cada momento, há que avaliar o que compensa mais e, no caso, a sua reflexão remete para as hipóteses de vir a aumentar a área de souto e de investir na mecanização da apanha da castanha.

“Claro, isto só compensará se as castanhas assim continuarem, senão não. Porque eu também sou do tempo em que a castanha não prestava para nada e dava-se até aos porcos e às vacas que comiam muita. E a azeitona é que dava o dinheiro.

De tudo o que faço, o que me dá mais dinheiro é a castanha. Nem de longe, nem de perto em relação ao resto. Dantes era mais a azeitona, agora a castanha. A fabricar centeio e batatas, ninguém vive só com isso.”

(agricultor de 58 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

Para completar esta breve caracterização da actividade agropecuária dos criadores inquiridos, torna-se pertinente fazer ainda uma abordagem ao seu parque de máquinas agrícolas. Embora não tenha sido objecto do nosso estudo, a análise detalhada ao aparelho de produção das explorações agrícolas, a caracterização dos equipamentos a que podem constantemente recorrer, porque existem na exploração agrícola, é importante. Tal permite iniciar o estudo do trabalho destes agricultores idosos, e em particular perceber a forma como o organizam de modo a contornarem as crescentes limitações físicas, bem como a escassez de mão-de-obra.

Verificou-se que a utilização de máquinas agrícolas é uma constante. A maioria das explorações inquiridas tem pelo menos um tractor (cerca de 80%) e algumas têm dois. São também importantes outras máquinas que existem em grande parte das explorações agrícolas. Estas compreendem um vasto leque de combinações de segadeiras, gadanhadeiras e moto-cultivadores. Para a ceifa do cereal e para o corte e enfardamento do feno, os agricultores inquiridos recorrem em regra ao aluguer das máquinas necessárias, não sendo estas tarefas realizadas manualmente em nenhum caso.

A utilização destas máquinas e equipamentos confere ao modo de fazer agricultura, e de uma forma mais lata ao modo de vida destes agricultores, traços de modernidade, que discutiremos em mais pormenor posteriormente.

Em síntese, a caracterização da agricultura dos idosos, criadores de vacas mirandesas, mostra uma actividade agrícola centrada na criação de um número

reduzido de vacas mirandesas e dos seus vitelos, elementos comercializáveis desta fileira produtiva. Assim, estas explorações agrícolas dedicam-se principalmente às produções forrageiras que constituem a alimentação dos animais explorados num sistemas de manejo que inclui idas diárias das vacas aos pastos. Em geral, os vitelos ficam estabulados. Cultivam uma horta e a batata com objectivos de auto-consumo e alimentação dos animais, e mantêm algumas culturas permanentes (vinha, olival e castanheiros), das quais se salienta os castanheiros, pelo importante rendimento que constitui actualmente a venda da castanha. A venda dos vitelos mirandeses é também uma importante fonte de rendimento destas casas agrícolas.

3.2 – Actividade criação de vacas mirandesas

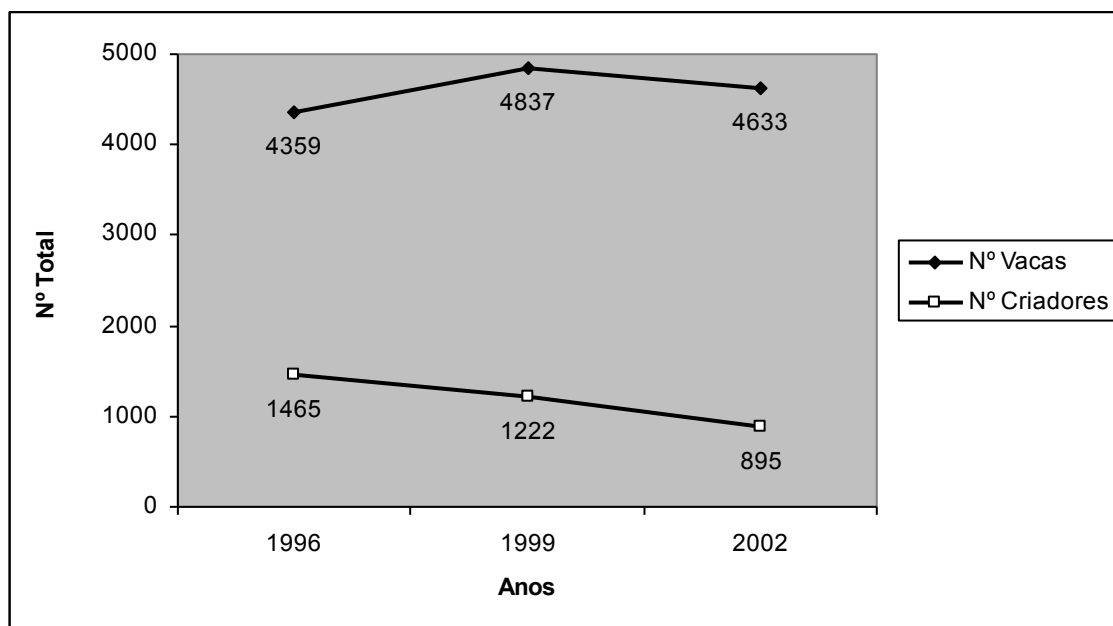
Nesta secção, em 3.2.1 começaremos por caracterizar os sistemas de produção dos criadores de vacas mirandesas – e em particular os dos criadores idosos –, recorrendo à informação compilada junto da ACBRM. De seguida, em 3.2.2 aprofundaremos a análise desta actividade entre os criadores idosos, centrando-nos no estudo do trabalho por eles desenvolvido nas múltiplas tarefas. Em 3.2.3 o mote é a ocupação do tempo dos criadores de mirandesas contabilizada e analisada através de orçamentos-tempo, método que permitirá avaliar o peso desta actividade produtiva no quotidiano destes idosos. Por fim em 3.2.4 faz-se o exercício de síntese das características do trabalho dos idosos criadores de mirandesas tidas como particularmente reveladoras do seu modo de vida. É dada particular ênfase às dificuldades que, mercê também de limitações próprias da idade, os idosos enfrentam nesta actividade, bem como ao modo encontrado para as ultrapassar.

3.2.1 – Produtores de Mirandesas: evolução recente e sistema de produção

Na Figura 3.5 estão representados o número de criadores associados da ACBRM⁵⁰, bem como os seus efectivos bovinos, em três momentos (1996, 1999 e

⁵⁰ A Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa (ACBRM), criada em 1986, é a partir de 1993 responsável pelas acções de valorização da raça mirandesa, herdando a missão desde 1913 cometida ao Posto Zootécnico de Malhadas de assegurar apoio técnico aos produtores, agora também associados, bem como as finalidades de promoção, conservação e melhoramento da raça (Baptista, 1999: 158) Às duas unidades geográficas (Terra Fria de Montanha e Planalto Mirandês) correspondem também, mercê sobretudo dos condicionalismos climáticos, dois sistemas de agricultura que integraram os bovinos de raça mirandesa. Na primeira, com precipitações mais elevadas (acima dos 800/1000mm), predominam os prados

2002), a que correspondem recenseamentos promovidos pela associação junto dos seus associados. Constata-se um acentuado declínio do número de associados (em termos relativos de cerca de 17% entre 1996 e 1999, e à volta de 27% entre 1999 e 2002), evolução que não se traduz por uma redução nos mesmos termos dos efectivos bovinos. De facto, em 1999 os efectivos aumentam ligeiramente, mas em 2002 o número de animais da raça registados apresenta já, face a 1999, uma redução de 4%.



Fonte: ACBRM, Recenseamento dos Associados: 1996, 1999 e 2002

Figura 3.5 – Evolução do número de criadores e efectivos totais de vacas mirandesas da Associação de Criadores de Bovinos Mirandeses

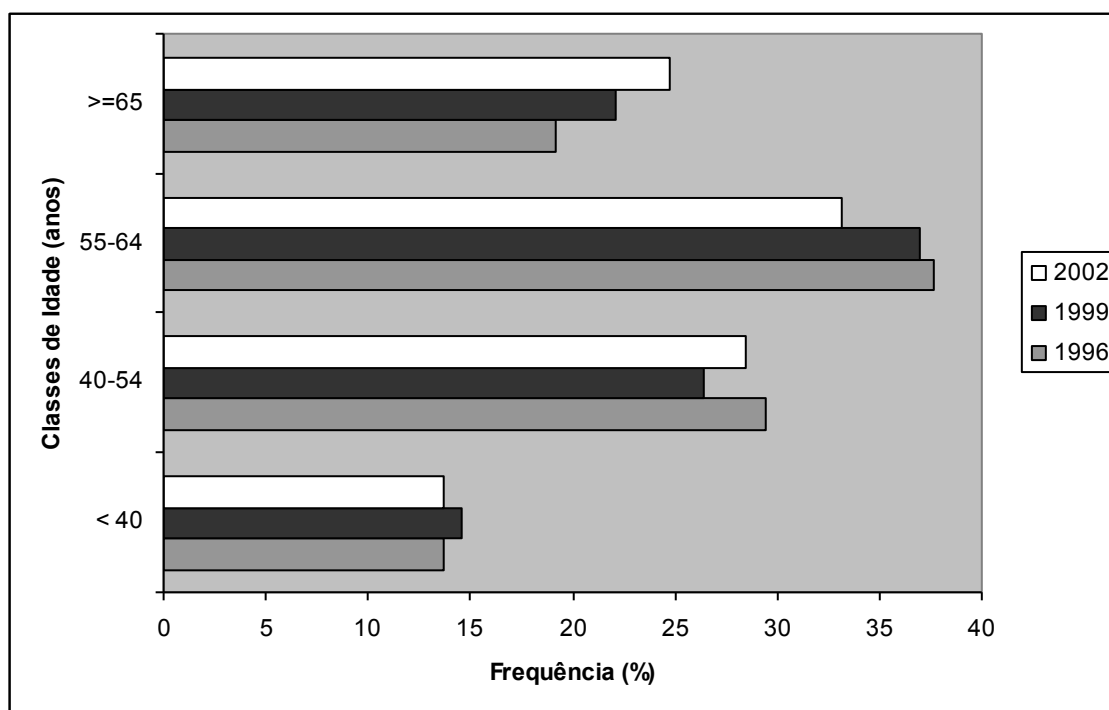
Os dados relativos a 1996 e 1999 dizem respeito à totalidade de associados da ACBRM, que então se concentravam exclusivamente no denominado Solar da Raça⁵¹ Mirandesa. Os referentes a 2002 incluem criadores que se distribuíam também por outros locais, quer dentro do distrito de Bragança, quer noutros pontos do país. Note-se, porém, que em 2002 a expressão dos criadores e dos efectivos fora do centro de origem da raça é absolutamente marginal⁵². A análise da estrutura etária dos criadores

permanentes de regadio; no Planalto, onde as precipitações são mais baixas (inferiores a 600/800mm), são mais frequentes os lameiros de secadal (Sousa, 1992:6).

⁵¹ O solar da raça mirandesa estende-se por seis concelhos, cinco dos quais fazem parte de duas unidades geográficas bem distintas: Terra Fria de Montanha (concelhos de Bragança e Vinhais) e Planalto Mirandês (concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso). O concelho de Macedo de Cavaleiros, situado numa zona de transição, é também parte do centro de origem da raça mirandesa.

⁵² Nessa data, no Distrito de Bragança e fora do solar da raça contavam-se 18 criadores, com um total de 105 vacas mirandesas, distribuídos por três Concelhos (Carrazeda de Ansiães, Mirandela e Vila Flor). Fora do Distrito eram oito criadores, com 50 vacas mirandesas,

(Figura 3.6) evidencia que o grupo dos agricultores idosos (na classe de idade superior a 65 anos), no primeiro censo, se aproxima já dos 20% e que, posteriormente, em 1999 e em 2002, vê reforçada a sua posição, ultrapassando esse valor. Por outro lado, os criadores mais jovens (com menos de 40 anos), em 1996, têm uma representação próxima dos 15%, aumentando ligeiramente em 1999; entre 1999 e 2002, este grupo perde, todavia, expressão no universo dos criadores. Os dois outros grupos de criadores representados correspondentes às classes etárias dos 40-54 e dos 55-64 anos, têm, ambos, maior peso no universo analisado (entre os 25% e os 35%).



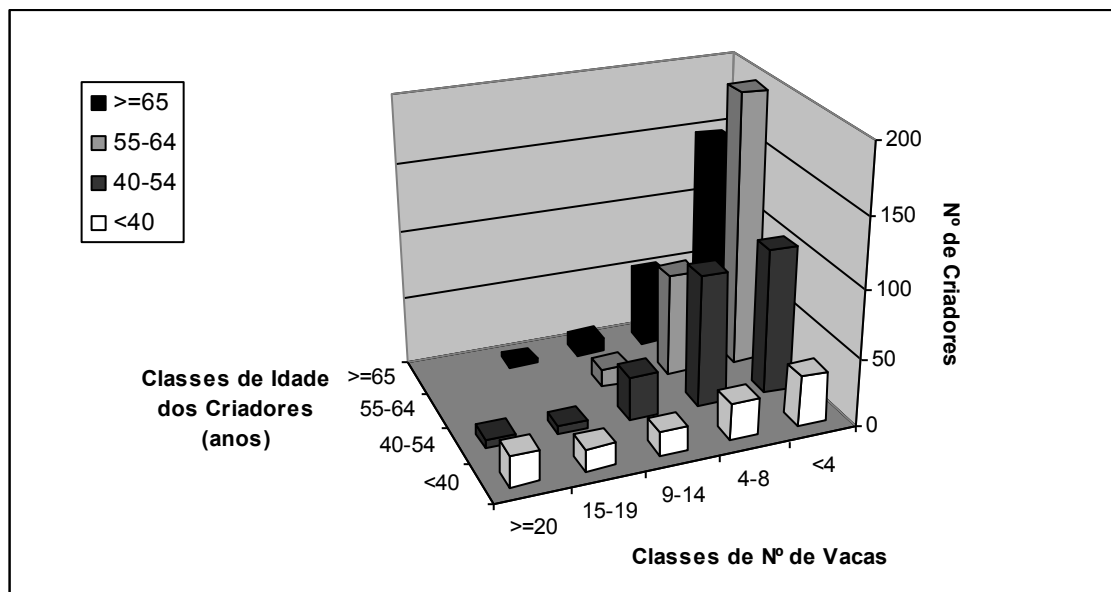
Fonte: ACBRM, Recenseamento dos Associados: 1996,1999 e 2002

Figura 3.6 – Idade dos Criadores da ACBRM, no Solar da Raça Mirandesa, em 1996,1999 e 2002.

Na Figura 3.7 pode também observar-se, para as diferentes classes de idade dos criadores, a expressão dos efectivos de vacas mirandesas, sendo estes igualmente distribuídos por classes. Verifica-se assim que os efectivos de vacas mirandesas de menor dimensão (inferiores a quatro vacas) existem em todo o universo de idades dos criadores, predominando todavia nos situados entre os de mais idade (nos de mais 65 anos de idade, e sobretudo, nos situados entre 55 e 64

distribuídos pelos Concelhos de Viseu, Guarda, Tondela, S. Pedro do Sul, Figueira de Castelo Rodrigo, Torres Novas, Mora, Ponte de Sôr. Acresce ainda que tais produtores não podem comercializar a carne de vitelo e novilho mirandês como Denominação de Origem Protegida, não estando portanto nas mesmas condições de valorização desta produção.

anos). À medida que se consideram efectivos maiores verifica-se que aumenta a importância relativa dos criadores nas classes de idade mais baixa. Esta tendência toma uma ênfase particular no caso dos efectivos de 20 vacas ou mais, que pertencem exclusivamente a criadores de menos de 54 anos e têm, aliás, particular expressão nos de menos de 40 anos.

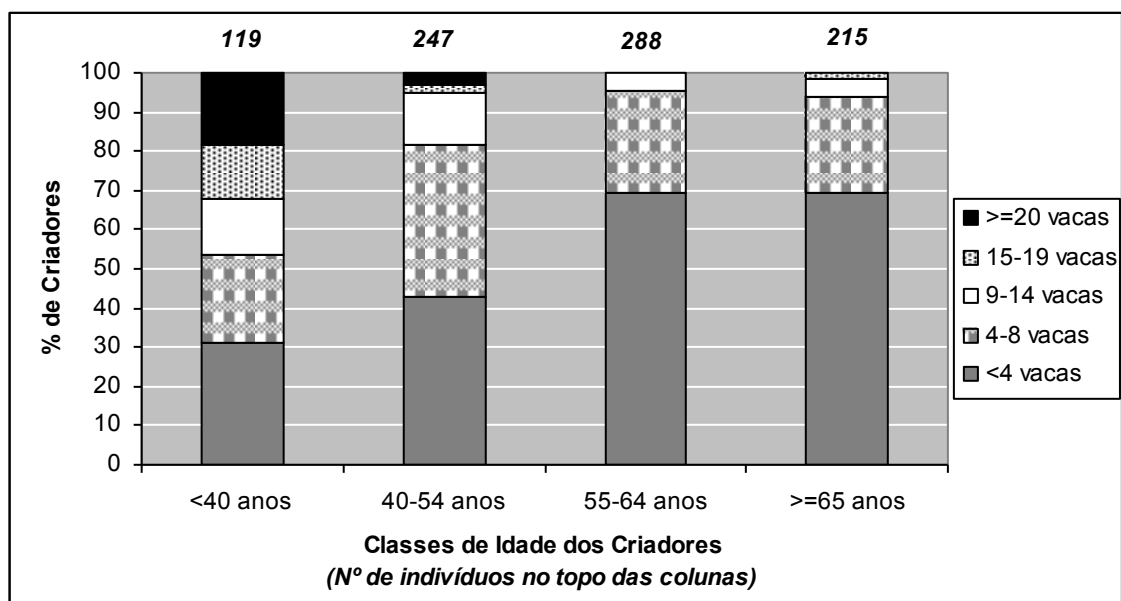


Fonte: ACBRM, Recenseamento dos Associados de 2002

Figura 3.7 – Distribuição do número de Criadores da ACBRM, no Solar da Raça Mirandesa, por classes de idade e de efectivo bovino (2002)

Há, assim, uma certa associação entre a idade dos criadores e os efectivos de vacas mirandesas, não se podendo contudo afirmar que os criadores mais jovens possuem apenas grandes efectivos, ou que os criadores de mais idade só têm efectivos reduzidos. De facto, na Figura 3.8 constata-se que entre os mais jovens persiste uma expressão dominante dos efectivos até oito vacas. No entanto, se analisarmos a distribuição dos efectivos maiores (com 20 vacas ou mais), pelas classes de idade dos criadores, vemos que estão claramente associados ao grupo dos mais jovens, com menos de 40 anos. Por outro lado, os efectivos de menos de quatro vacas mirandesas aumentam a sua proporção de representação nas diferentes classes de criadores, dos mais jovens até aos mais idosos: naqueles existe em 30 % dos casos, nestes em 70%.

De acordo com os trabalhos já citados (Sousa, 1992:23-29; Fragata e Sousa, 1997:212), os criadores caracterizam-se normalmente por possuírem um número reduzido de animais, que são criados num “sistema tradicional”, com condução e acompanhamento das vacas aos lameiros diariamente. Isto implica uma disponibilidade de mão-de-obra relativamente elevada, sobretudo nos casos em que os lameiros não são murados.



Fonte: ACBRM, Recenseamento dos Associados de 2002

Figura 3.8 – Distribuição das diferentes classes de idade dos Criadores de Mirandesas no Solar da raça, pelas diversas classes de número de vacas

Segundo informação do técnico responsável da ACBRM, no grupo de criadores mais jovens vem sendo estabelecido um novo sistema de manejo das vacas mirandesas. Baseia-se na permanência de animais no campo, em lameiros vedados, dispensando a vigilância de pessoas. Trata-se de uma forma de manejo extensivo, sobretudo economizadora de mão-de-obra. Estes casos, apesar de tudo minoritários no contexto da Associação, têm efectivos bovinos de maior dimensão. Num trabalho em que foram observadas explorações de criadores de mirandesa, Fragata et al. (2002) identificaram um caso com estas características. O criador analisado apresentava um efectivo relativamente grande (26 vacas mirandesas) e indicadores de actividade relativamente baixos (valor da produção – VAB – e consumos intermédios por ha de SAU), caracterizando-se este novo sistema sobretudo pela economia de mão-de-obra. De facto, os autores definem-no como “um criador com muitas máquinas

e pouco trabalho disponível, que se afastou do manejo tradicional ao manter as suas vacas mirandesas em pastoreio durante todo o ano” (Fragata et al., 2002: 185).

Entre as duas situações extremas, o sistema tradicional e o manejo mais extensivo emergente da instalação de alguns criadores mais jovens, existe uma variedade de tipos intermédios, em função dos contextos específicos oferecidos pelas estruturas físicas das explorações agrícolas e pela disponibilidade de mão-de-obra. Com efeito, para instituir um sistema de manejo dos animais baseado na extensificação, torna-se necessário um certo grau de emparcelamento das pastagens. Ou, pelo menos, que as parcelas estejam próximas, de modo a que não sejam precisas deslocações frequentes, tanto do produtor como dos animais. Nos lameiros que não são naturalmente vedados, a permanência dos animais sozinhos nos pastos exige a instalação de cercas. Nestes casos, a extensificação é também facilitada quando as explorações têm um número reduzido de parcelas.

Dado que, em regra, quem se instala na actividade agrícola – e em particular na criação de mirandesas –, é quem à partida dispõe já de terra (por herança, ou por cedência de familiares), resulta que as limitações decorrentes da estrutura fundiária condicionam o modo como se vai produzir. Ainda que se possam apontar casos em que há emparcelamento, e até compra e arrendamento de terra, de um modo geral as características das terras herdadas, sobretudo a dimensão e a localização, impõem restrições ao modo de condução desta actividade. Assim, apesar das vantagens do manejo extensivo, sobretudo a economia de trabalho, as imposições decorrentes da estrutura física da exploração agrícola conduzem a situações mistas de manejo, tal como se verá adiante.

Impõe-se agora uma nota que associe a evolução dos sistemas de exploração à evolução da estrutura demográfica dos criadores da ACBRM. Como já foi dito, a proporção de criadores mais velhos (com mais de 65 anos), cresceu no período de 1996 a 2002. Em contrapartida, os criadores mais jovens (com menos de 40 anos) vêem no mesmo período de tempo estabilizada a sua proporção. O que se verifica, na verdade, é uma cada vez menor entrada de jovens na actividade “criação de gado mirandês”, e, simultaneamente, o contínuo transitar nas diferentes classes etárias definidas, onde, em face da redução do total de associados, os de mais idade aumentam a proporção de representação.

A evolução descrita permite deduzir um cenário futuro em que se juntam a inexorável e progressiva retirada de actividade dos mais velhos e uma cada vez mais limitada entrada em actividade de criadores jovens. A prossecução ininterrupta desta

tendência traduzir-se-á, muito possivelmente, numa drástica redução do número de criadores de raça mirandesa.

Note-se, todavia, que a evolução dos efectivos totais de animais até 2002 não apresentou quebras acentuadas. Isto à custa, sobretudo, do aumento do número e da própria dimensão dos efectivos maiores. Deste modo, a estimada redução drástica do número global de criadores pode não vir a significar propriamente o fim da actividade pecuária mas antes o alcançar de um outro patamar no percurso evolutivo desta actividade. Baseado num menor número de criadores e com efectivos maiores, nesse novo equilíbrio, os criadores tenderão a adoptar, porventura, sistemas de manejo mais modernos e economizadores de mão-de-obra.

Dois questões permanecem todavia sem resposta. A primeira diz respeito ao limiar até ao qual poderá diminuir o número dos criadores sem pôr em risco a continuidade da actividade, isto é, assegurando uma dimensão mínima de produção que permita um escoamento organizado e eficiente da mesma. A segunda questão refere-se ao número de agricultores que, desde já, possuem nas suas explorações as condições de investimento e, sobretudo, as de base física para poderem transitar para sistemas de manejo mais eficientes, porque economizadores de mão-de-obra.

3.2.2 – O trabalho na criação de gado mirandês

Pretendemos com a análise do factor trabalho no conjunto das explorações agrícolas de agricultores idosos, perceber como estes se mobilizam e se organizam para a execução das diferentes tarefas. Quais as épocas de "mais" e "menos" trabalho e quais as tarefas mais penosas, a que ajudas recorrem e com quem podem contar quando são maiores e mais intensas as necessidades em mão-de-obra, são questões fundamentais para esclarecermos tal objectivo.

Uma descrição detalhada das tarefas ligadas mais especificamente à criação de vacas mirandesas, e uma avaliação do tempo ocupado nestas actividades no conjunto das tarefas executadas pelos agricultores idosos, foi também nosso objectivo. Assim, esperamos chegar à recomposição de um quotidiano, ao retrato de um modo de vida, das suas contradições e dificuldades, aspirações e contrariedades.

Concentrando-nos nas tarefas diárias que os agricultores têm com os bovinos, nas Figuras 3.9, 3.10 e 3.11 consideram-se as actividades sucessivamente identificadas: levar as vacas ao lameiro, tratar das camas dos animais, tratar da alimentação no estábulo. Em todos os casos, em regra, é o casal de idosos que se ocupa destas lides, predominando um ou outro, também em função de algumas

limitações físicas e de saúde. Note-se que no apuramento efectuado e sob a designação “casal” se incluíram também um ou outro familiar idoso e co-residente.

É de sublinhar que há uma certa flexibilização na realização destas tarefas, relacionada com a disponibilidade de tempo de cada um face a outras actividades que têm também que desempenhar. Verifica-se, no entanto, que o papel de levar as vacas aos lameiros, embora possa ser (e por vezes seja) assumido pelas mulheres, é um papel masculino. Tal prende-se com o facto de serem os homens quem, regra geral, executa os trabalhos de sementeira e preparação de terreno das diferentes culturas forrageiras. Assim, costumam aproveitar a deslocação até aos lameiros para se aproximarem, o mais possível, das parcelas onde tenham aquelas tarefas para realizar. As mulheres, para além da agricultura, ocupam-se ainda das lides domésticas, tomando a cargo a alimentação dos vitelos no estábulo e a distribuição de alimentos às vacas após o seu regresso dos pastos. Por vezes também fazem a preparação das camas dos animais nos estábulos.

A ocupação quotidiana com as tarefas que constituem o maneio dos bovinos torna os dias muito repetitivos.

“Todos os dias levo-as eu para o lameiro. Agora tenho o rapaz em casa (o mais novo está de férias e a maior parte das vezes leva-as ele, mas é só no tempo que não tem aulas (...))”

(agricultor de 57 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

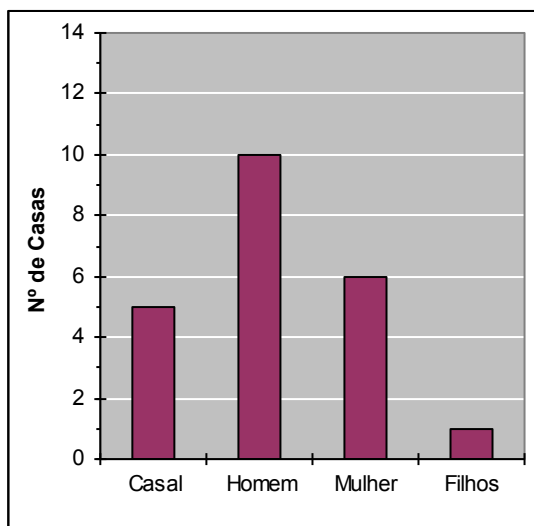


Figura 3.9 – Trabalho diário com as vacas (levar as vacas ao lameiro)

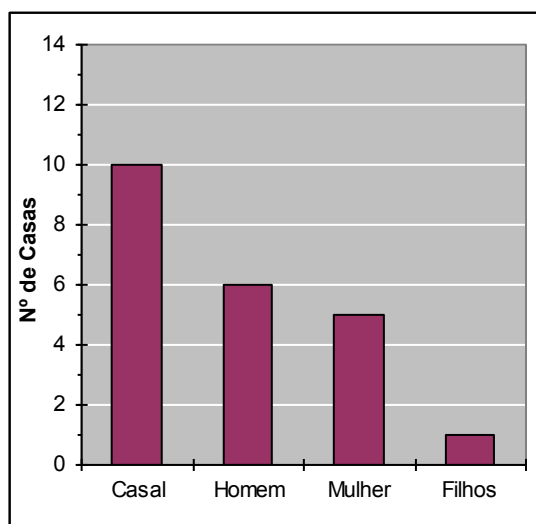


Figura 3.10 – Trabalho diário com as vacas (tratar das camas dos animais)

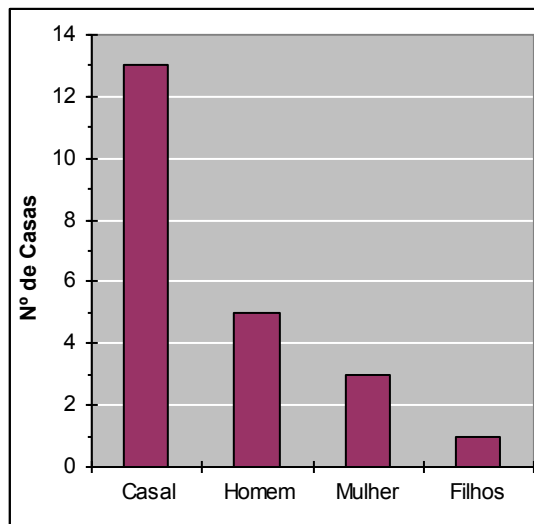


Figura 3.11 – Trabalho diário com as vacas (alimentação no estábulo)

As deslocações para conduzir as vacas até aos lameiros são mais ou menos longas, conforme a sua localização. Os agricultores idosos por vezes vão a pé, sobretudo quando as parcelas se situam perto, mas cada vez mais usam o tractor para se deslocar, por vezes motos, bem como burros ou mulas:

Se bem que possam ser flexibilizados em face de outras tarefas a realizar na exploração, também os horários praticados obedecem a uma certa regra. Normalmente, diferem de Verão e de Inverno, adaptando-se às imposições climáticas bem como à duração dos dias:

“De manhã levo-as, sei lá, para aí às oito ou assim... e depois de tarde boto-as também, todos os dias e agora daqui a um bocadinho vêm para casa (para os vitelos mamarem e estão elas também em casa, não é. Depois da parte da tarde aí para as quatro e meia ou assim boto-as... No Inverno é diferente: no Inverno saem mais tarde de manhã porque está mais frio... e depois andam um bocado e voltam...”

(agricultor de 64 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

As canseiras e cuidados com os vitelos são de monta, embora variem um pouco de criador para criador. Passam pela estabulação destes animais sendo assim uma certa vigilância e o cuidado com a sua alimentação mais preocupações do agricultor:

“Os vitelos estão juntos com as vacas até aos oito meses, eles mamam até aos sete meses mas dá-se-lhes ração e feno e agora até tenho um bocado de aveia que ficou-se pequena e até vou cegá-lo para os vitelos, esta aveia é muito boa para os vitelos para os mamões... e escolhe-se sempre o feno melhorzinho para os vitelos... como quem trata de um menino...”

(agricultor de 73 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Bragança)

Em regra, para estes trabalhos os produtores não contam com ajudas dos filhos. A decisão de continuar com a criação de vacas e dos respectivos vitelos é feita tendo em conta o trabalho que conseguem realizar no dia-a-dia. Tal está, aliás, bem patente no que dizem.

Pelo contrário, quando os trabalhos são à partida assegurados pelos mais novos (veja-se o caso dos agricultores que têm sucessor para a exploração agrícola, e alguns orçamentos - tempo de agricultores mais jovens⁵³, este trabalho pode ou não ser regularmente feito pelos mais idosos, mas em qualquer caso eles estão sempre disponíveis para ajudar a fazê-lo.

No que concerne às tarefas mais esporádicas (porventura de entre as mais pesadas fisicamente), sobretudo as relacionadas com determinadas operações culturais, o quadro de trabalho dos agricultores idosos face às ajudas no trabalho é totalmente diferente do que se observa no quotidiano. Aí, o recurso a ajudas cresce notoriamente. Assim sucede, por exemplo, nas mobilizações do solo (preparação do terreno e sementeiras) necessárias às produções forrageiras e nas colheitas (do feno e dos cereais).

A informação apurada quanto a diferentes contributos em trabalho verificados ao nível das casas-explorações inquiridas mostra, o que se passa relativamente à tarefa de "tirar o estrume" dos estábulos., o trabalho é ainda na maior parte dos casos realizado pelo casal, com ou sem ajuda dos filhos. Estes podem também realizar a operação na sua totalidade. Os restantes casos configuram combinações várias, de indivíduos do agregado doméstico com ajudas dos filhos e contratação de assalariados.

“O estrume tiramos com a máquina, o filho ajuda. A máquina, o tractor, o reboque, tudo é meu. O filho vem às vezes um sábado e ajuda.... Mas não faz nada à mão, é só no tractor.

(agricultor de 78 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro)

⁵³ No orçamentos-tempo da Família 9 de Jovens ajudados por idosos, no Anexo III (AIII.33, AIII.35, AIII 38) podemos analisar os registos dos dias em que os pais de um dos elementos do casal são responsáveis pelo conjunto dos trabalhos quotidianos com as vacas mirandesas. São eles que as levam aos lameiros, que as guardam e que as trazem de regresso ao estábulo. São eles ainda os responsáveis pela alimentação no estábulo, das vacas e dos vitelos, e da preparação das camas dos animais.

Registou-se também uma exploração em que a totalidade do trabalho é feito com a contratação de pessoal assalariado, no caso uma viúva que, não tendo tractor nem filhos na aldeia, tem que pagar o serviço e o aluguer do tractor.

Há também que considerar as diferentes contribuições no trabalho com as culturas forrageiras, das mobilizações do solo e sementeiras às restantes operações culturais até à colheita. Estas são também consideradas tarefas trabalhosas e, como tal, requerentes em contributos de trabalho de elementos exteriores ao agregado doméstico. Nestes casos, o casal com ou sem ajuda dos filhos, mas sobretudo o elemento masculino do primeiro, em combinações várias de outros contributos, são quem mais se ocupa desta actividade.

Relativamente à colheita de forragens, podem considerar-se duas situações - tipo. Por um lado, as colheitas feitas escalonadamente, quase quotidianamente para dar aos animais “em verde”. Das hortas, ou de parcelas especificamente cultivadas, são colhidas, aos poucos, por um ou outro elemento do casal, pelos dois, por vezes ainda com a ajuda de um ou outro filho. Tal é o caso da colheita de nabijas no Inverno, do milho em verde no Verão, dos diferentes cultivos da horta que vão alimentando os animais da exploração: rama das abóboras, abóboras colhidas e partidas ou picadas, rabões.

Por outro lado, num outro extremo, há a ceifa do cereal e a colheita, enfardamento e armazenamento do feno. São tarefas concentradas num espaço de tempo limitado, cujos produtos são reservas a ser utilizadas ao longo de todo o ano e sobretudo nos períodos de maior escassez forrageira, ou seja, no Inverno. Estas tarefas estivais contribuem para que o trabalho no Verão seja particularmente intenso.

A actividade que é referida como a mais dura e trabalhosa é a colheita, enfardamento e armazenamento do feno, cujos trabalhos se dividem por múltiplas combinações de indivíduos da casa-exploração bem como exteriores a ela. Nas explorações estudadas, em regra, ocupa uma a duas semanas de trabalho intenso, apesar de todos os produtores procederem já à contratação de máquinas para estas tarefas.

“Pois, é agora, por causa dos fenos e tudo, tudo, agora é que é trabalho... O filho mais novo que está mais longe tem vindo todos os anos ajudar. Vêm um dia para meter os fardos (para os guardar) os que estão cá na aldeia. Eu também os ajudo mas pouco, pouco.”

(agricultor de 85 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro)

Tal trabalho tem de ser realizado com rapidez, para evitar quer perdas no valor forrageiro, quer condições meteorológicas desfavoráveis, como a chuva, por exemplo. Torna-se ainda particularmente penoso dado o calor que normalmente se faz sentir na altura. Além disto, no Verão há ainda uma série de outras tarefas inadiáveis: regar com frequência as hortas, que simultaneamente vão requerendo inúmeros cuidados de manutenção (tirar as ervas, “guiar feijões”, colheitas de algumas espécies); ir colhendo a milharada para dar às vacas, por vezes os rábanos ou rabões. A tudo isto têm os agricultores idosos que fazer face, para além do trabalho quotidiano com as vacas e os vitelos. Recordemos que, no Verão, normalmente as vacas passam mais tempo nos lameiros, onde são levadas duas vezes por dia. Assim, facilmente se compreende que nesta época outros contributos em trabalho sejam absolutamente necessários. Quando não têm filhos que os ajudem, os agricultores idosos têm que recorrer à contratação de assalariados. É, de facto, também nesta época que se concentra o pagamento de jornas:

“Mais trabalho é mais no Verão com as batatas (regar e apanhar, é o feno, a ceifa não é? É a regar, é a cultivar é a tratar de tirar o estrume, geralmente começa a Primavera até à castanha é sempre a aviar ... porque é a sementeira de uma coisa é a batata depois é nas regas ... depois é as ceifas ... tem que a gente andar bem cedo para descansar um bocadinho na hora do calor.”
(agricultor de 59 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Vinhais)

Sintetizando o que vem sendo exposto acerca das diferentes tarefas a executar nestas explorações de criadores de vacas mirandesas, temos nas Figuras 3.12 e 3.13 o padrão dos diferentes contributos em trabalho. Os idosos ocupam-se regularmente, por norma todos os dias, das tarefas da exploração agrícola. Já o contributo dos mais novos, dos filhos, é importante mas esporádico. Destes, alguns, aproximadamente 14% participam regularmente nos trabalhos; sensivelmente 40% ocupam-se esporadicamente de trabalhos mais pesados e requerentes em termos de capacidades físicas; os restantes, cerca de 45% não trabalham nada na exploração agrícola dos pais.

A ajuda, sob a forma de contribuição em trabalho, é dada sobretudo pelos filhos. Quer por aqueles que vivem ainda em casa dos pais (que aproveitam os fins de tarde, e os fim de semana, de modo a conciliarem estes contributos na agricultura com as outras ocupações), quer por alguns dos que residindo fora, não muito longe, se deslocam com frequência à aldeia. Por vezes, em períodos particularmente exigentes, e em que as operações culturais devem ser realizadas dentro de prazos curtos, podem

fazer-se coincidir períodos de férias, possibilitando assim uma ajuda em trabalho a tempo inteiro.

“Quem trabalha mais na terra é o meu marido, e eu também, o meu filho vem-nos ajudar aos fins-de-semana. Já não há quem vá à jeira... Geralmente lá tem as máquinas e é com as máquinas que a gente se desenrasca... Se for uma altura de muito trabalho o filho [que é camionista] tira uns dias para vir trabalhar mais connosco... O que nos vale é o rapaz, é o que nos vale... A minha filha também.... Nas férias é sempre a aviar!”

(agricultora de 54 anos, casada, não reformada, aldeia do concelho de Vinhais)

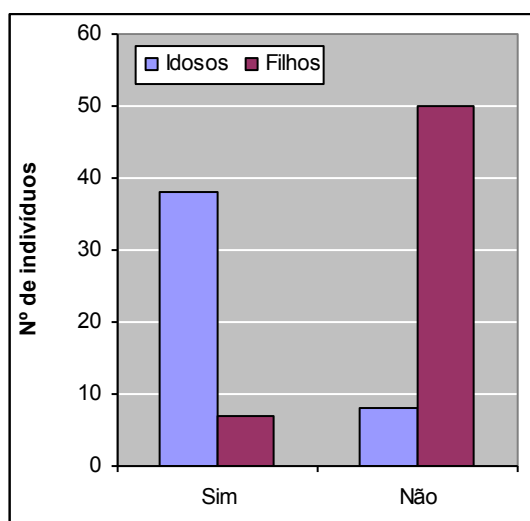


Figura 3.12 – Trabalho regular na exploração agrícola

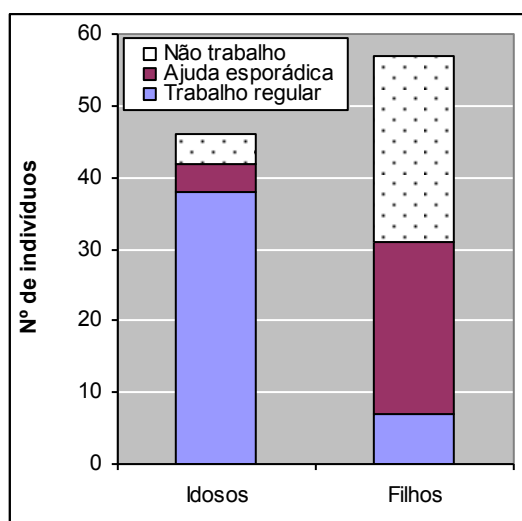


Figura 3.13 – Participação dos agricultores idosos e filhos na exploração.

Tentámos também apurar qual o recurso a mão-de-obra na modalidade de entreajuda. Foi-nos dito por alguns que agora já não se recorria muito a tal prática, sobretudo entre os mais velhos, porque não havia forças para depois poder retribuir o trabalho recebido. Por outro lado, os mais novos que se encontram agora na agricultura estão tão ocupados e aflitos que não têm grande disponibilidade de tempo para trabalhar para outros. Assim, embora essa modalidade fosse tradicionalmente utilizada, actualmente torna-se difícil, pelo que é preferível recorrer ao pagamento de jornas e não ficar a dever mais nada. Referem também que é difícil arranjar quem trabalhe à jorna, como comprova o relato seguinte:

“As jeiras que pagamos é mais para a castanha e para a azeitona ... mas já quase não há quem chamar. Aqui há 20 anos juntava-se muita gente para trabalhar uns

para os outros e ainda havia gente nova e os mais velhos já não tinham que fazer certos trabalhos mais pesados.

Agora somos nós os mais novos. É raro haver gente mais nova do que nós a trabalhar, foi-se tudo embora e assim torna-se mais difícil haver quem faça e difícil chamar alguém.”

(agricultor de 58 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

A este propósito foi também explicado que, por vezes, as contribuições em trabalho se fazem tendo em vista não um pagamento monetário, nem com o intuito de se ter ajuda equivalente em trabalho, mas por haver um interesse particular num determinado produto agrícola que se constitui então como a moeda de troca pelo trabalho prestado. Repare-se no depoimento seguinte de um agricultor que, para além das vacas, tem grandes extensões de castanheiros de fruto e também de olival. Para a apanha da azeitona a disponibilidade de mão-de-obra é de facto um problema a resolver. Dada esta escassez, quem dita o "preço" a pagar pelo serviço é quem se disponibiliza a trabalhar, e esse preço é exclusivamente função do interesse do próprio pela remuneração. Como claramente sublinhou o agricultor, convém que o interesse se mantenha de uns anos para os outros.

“Para apanhar a azeitona também temos que chamar gente..., umas vezes a pagar, outras vezes ... bem, é sempre preciso pagar, de uma maneira ou de outra. Aqui na zona há muito quem não tenha azeite; e eles vão e dizem que não querem nada, mas claro paga-se em azeite. Chega a vir gente que até trabalham nas obras, mas claro, querem o azeite. O que pagamos, o que damos em azeite, é aquilo que mais ou menos sabemos que cada um gasta por ano, é isso que tem que ser, é por isso que eles vêm fazer o serviço. Temos sempre que pagar a quem nos vem ajudar ... a gente paga aquilo que eles gastam ... (seja o que seja), porque se não se pagar para a outra vez ... já não vêm!”

(agricultor de 58 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

O facto de, porventura, se verificar uma diminuição da intensidade na troca de trabalho de entreajuda, não nos parece indiciar menor solidariedade entre vizinhos. Revelará, sobretudo, a dificuldade em suprir necessidades em trabalho da exploração, resultantes quer da falta de gente a residir localmente, quer também da elevada proporção de indivíduos idosos. Note-se que estes continuam uma actividade agrícola que, mesmo de pequena dimensão, lhes exige um contributo considerável em trabalho próprio, tendo em conta a idade e as suas condições físicas.

Este carácter cada vez mais raro, e por isso valorizado, da mão-de-obra, manifesta-se também nas relações de apoio no seio da família. Relativamente à ajuda dos filhos, sobretudo quando se trata dos que residem na mesma aldeia e são agricultores já instalados na sua própria exploração, os inquiridos, por norma, pagam

as jornas correspondentes à ajuda recebida. De certa forma, a manifestação da predisposição para trabalhar, abdicando dos trabalhos próprios ou acumulando os dois, constitui por si só a ajuda prestada pelos filhos, ao passo que o trabalho efectivo realizado, esse sim, entendem que deve ser remunerado.

É ainda de referir que a participação de filhos emigrados, ou a residir em centros urbanos distantes, é muito reduzida. Pode mesmo dizer-se que é mais uma participação simbólica dos que, tendo um modo de vida completamente diverso e considerado bem sucedido, “retornam às origens” e, em fugaz comunhão com os pais, participam também no que houver para fazer. Em regra, as visitas ou estadias destes descendentes não estão sujeitas às necessidades da exploração agrícola dos progenitores, acontecendo em função das suas próprias razões profissionais e ou familiares.

“A filha que vive em Lisboa às vezes vem cá passar uns dias (...) Ela não costuma vir trabalhar, vem na festa, ela também não tem vagar. Quando vem, vem até à horta e assim”

(agricultora de 69 anos, casada, reformada, aldeia do concelho de Bragança)

Há também casos, sobretudo de filhos ainda solteiros, mais disponíveis portanto, que agendam as suas deslocações em função das necessidades da exploração agrícola dos pais. No entanto, estes têm a noção de que tal contributo não se prolongará por muito tempo.

“O filho que está em Lisboa é o que vem mais, cada mês já vem ... claro, agora que ainda não tem família, depois já virá menos, se calha. Esteve cá na Páscoa e agora um dia destes, se Deus quiser, volta. Sim, ele quando vem trabalha connosco. Veio para a apanha das castanhas ... Para a azeitona nem tanto, não gosta tanto ... Bem, se puder também vem ajudar um bocadinho. Mas prefere vir às castanhas. Normalmente tira aí uma semana, ou dez dias, para vir ajudar.

Os que estão em França vêm menos. Um deles costuma vir aí dez dias no máximo, e ajuda também. Um deles tem cá casa, terra é que não.”

(agricultor de 58 anos, casado, não reformado aldeia do concelho de Bragança)

Em suma, os criadores idosos asseguram os trabalhos quotidianos com a criação de vacas mirandesas beneficiando em proporção variável e dependendo das disponibilidades e propósitos, a ajuda dos filhos e dos netos nos trabalhos mais árduos.

3.2.3 – Ocupação do tempo: análise dos orçamentos-tempo

Para aprofundar o estudo do trabalho relativo à criação de vacas mirandesas, recorreremos também à elaboração e análise de orçamentos-tempo de diversos produtores: cinco residentes no concelho de Vimioso e seis residentes no concelho de Vinhais. Considerando os diferentes elementos de cada família (a significar também casa-exploração agrícola), os orçamentos-tempo abrangeram um total de 30 indivíduos. Por um lado, isto permitiu uma avaliação do tempo diariamente dispendido com as vacas mirandesas, relacionando-o evidentemente com as outras actividades na exploração agrícola. Por outro lado, esta abordagem conduz-nos a uma reconstituição bastante fiel do quotidiano destes agricultores.

No apuramento das tarefas desenvolvidas ao longo de cada jornada, não se optou por relativizar as horas alocadas a cada tarefa ao número de vacas presentes, a partida, em cada exploração, nem ao número de indivíduos que integrando o agregado doméstico constituiriam *a priori* um potencial de mão-de-obra disponível. As múltiplas situações encontradas conduzem a inúmeras soluções encontradas pelos agricultores e não permitem tipificar quantitativos de trabalho associáveis a diferentes efectivos, à idade dos agricultores nem à dimensão dos agregados. De facto no universo das 11 Famílias de criadores de mirandesas em que foram realizados orçamentos-tempo não pudemos através destes associar uma tendência de ocupação de tempo nas múltiplas tarefas das diferentes actividades dos idosos, relacionando-as com os efectivos de vacas mirandesas, nem com as disponibilidades de mão-de-obra dos agregados domésticos. Para tal concorre o facto de os efectivos variarem muito ao longo do ano (dependendo em cada momento do número de vitelos associados ao efectivo das vacas) o que configurará por si só diferentes volumes de trabalho com as vacas bem como com as culturas forrageiras. Assim não se observam situações de trabalho significativamente distintas em casas/explorações em cuja dimensão dos efectivos é bem distinta.

Os volumes de trabalho que os idosos podem cumprir não se associam também, com linearidade, às suas idades porque as potencialidades físicas não aparecem tão significativamente associadas ao nível etário, o que é ainda menos notório quando o universo analisado é restrito. Os volumes de trabalho vão também depender, como vimos já, do maneio que conseguem adoptar em face aos condicionalismos físicos e da suas explorações agrícolas, a saber, a existência de estábulos próximos ou afastados da casa agrícola; a distância a que se encontram os lameiros bem como as suas características – naturalmente fechados ou vedados pelos criadores, ou, em oposição, abertos – bem como a possibilidade de obtenção de

contributos em mão-de-obra por parte de elementos exteriores ao agregado doméstico,

Por todas estas razões a análise dos orçamentos-tempo não será encaminhada no sentido de tentar estabelecer tais relações, mas tão só no de avaliar o tempo diariamente dispendido com as vacas mirandesas, relacionando-o com as outras actividades na exploração agrícola, bem como o de chegar a uma reconstituição do quotidiano destes agricultores.

A sistematização das diferentes actividades é apresentada na legenda de cada diagrama e compreende o trabalho com as actividades agrícolas detalhadamente discriminadas nas diferentes tarefas da exploração; o trabalho com as actividades não agrícolas - as que alguns desenvolvem fora da exploração, por exemplo com um café ou outra actividade comercial; e ainda o trabalho com as actividades domésticas. Acrescentou-se no apuramento o lazer como categoria complementar da ocupação do tempo de trabalho, no quotidiano dos indivíduos em análise,

A inclusão nesta análise das três famílias (Família 9 10 e 11) cujos elementos principais têm idade muito inferior ao previamente definido, deu-se pelo facto de elas configurarem casos pertinentes para iluminar o essencial da abordagem ensaiada. É certo que estes criadores de vacas mirandesas são muito mais jovens do que aqueles que nos propusemos estudar, mas é igualmente verdadeiro que eles são auxiliados por indivíduos mais velhos. Grande parte e, por vezes, mesmo a totalidade do maneio das vacas é assegurado pelos familiares idosos. Estes podem nem sequer ser residentes na casa-exploração agrícola em causa. Note-se, ainda, que ao englobarmos no estudo três casos de criadores jovens auxiliados por familiares idosos, temos a possibilidade de comparar os dias de trabalho dos agricultores idosos com os destes jovens.

Estes três casos de famílias jovens que têm agricultura e são criadores de vacas mirandesas, tendo nas suas explorações um número de vacas mais elevado do que em regra se verifica nas explorações dos agricultores mais velhos, optaram no entanto por um sistema de maneio que não é substancialmente diferente daquele. Tal verifica-se, num contexto em que são os familiares mais velhos, por vezes mesmo exteriores à casa-exploração agrícola, que se encarregam das tarefas quotidianas em redor dos animais, em particular levar as vacas aos pastos e aí as guardarem. Esta contribuição dos mais velhos permite aos mais jovens continuarem o sistema de maneio tradicional, e, simultaneamente, disporem de tempo para fazer face às múltiplas actividades a que dedicam, na agricultura ou fora dela.

Uma vez que as diferentes tarefas são realizadas pelos vários elementos da família residente, considerámos útil que, em cada dia relatado, os orçamentos-tempo fossem realizados para todos os elementos residentes e participantes na actividade agrícola, de modo a obter-se um quadro da totalidade do trabalho realizado num dia e da respectiva divisão do mesmo pelos diferentes membros da família agrícola.

No tratamento desta informação procedemos também à contabilização dos tempos gastos em diferentes categorias de actividade, a saber: trabalho com as vacas; trabalho com outros animais; trabalho com culturas forrageiras; trabalho com outras culturas; trabalho doméstico e lazer. Tal sistematização permite-nos, então, avaliar a proporção de tempo dispendido com as vacas e outros animais, com as culturas destinadas à sua alimentação, e com as restantes actividades.

O trabalho doméstico inclui, para além das tarefas da casa, o que é dispendido com a lenha – o parti-la, arrumá-la, carregá-la para casa e o acender do lume, para aquecimento e cozinha – e um conjunto de outras tarefas de arranjo e melhoramentos, quer em casa quer nas instalações e ou alfaías agrícolas. No lazer, incluem-se quer as horas de descanso intercaladas ao longo do dia, as folgas para conversar, descansar, visitar os amigos, quer ainda todo o tempo de utilização estritamente pessoal, como o tempo gasto com as refeições e com a higiene pessoal.

As casas-explorações agrícolas estudadas correspondem a duas situações-tipo, apresentadas separadamente: agricultores idosos que são criadores de vacas mirandesas no quadro da sua própria exploração agrícola; e agricultores idosos que são criadores de vacas mirandesas no quadro da exploração agrícola de familiares mais jovens, em geral um filho ou uma filha, casados. No primeiro grupo encontram-se os diversos agricultores que vivem em casal, ou o casal com outros elementos familiares (por exemplo irmão/irmã, pai/mãe de um dos elementos do casal, ou ainda um ou outro filho residindo mais ou menos permanentemente na exploração agrícola). No segundo grupo são apresentados três casos de jovens criadores de bovinos mirandeses, agricultores a tempo inteiro ou a tempo parcial. Estas explorações caracterizam-se, ainda, pelo facto do trabalho com o manejo dos bovinos ser em grande parte assegurado por familiares mais velhos.

Todos os casos que se seguem dizem respeito a agricultores cujo sistema de exploração bovina é um sistema tradicional, com um número reduzido de animais, que são em regra conduzidos diariamente aos lameiros, onde são guardados enquanto pastam. São também de monta as horas ocupadas com a alimentação no estábulo, com as culturas forrageiras produzidas na exploração, bem como todo o trabalho com

os vitelos. Estes, em número variável em cada momento, e em diferentes estados de crescimento, requerem a realização de uma multiplicidade de tarefas: desde serem postos junto das vacas para poderem mamar (com frequência os vitelos e as mães são alojados em estábulos separados), passando pela alimentação forrageira, e ou da ração que lhes é fornecida, até à distribuição de palhas na preparação das camas, necessárias à higiene e conforto dos animais. O produto a comercializar, que garante a realização do rendimento da actividade, são os vitelos, razão pela qual são objecto de bastante atenção e cuidados.

As figuras que vão intervalando a descrição de cada família representam a respectiva estrutura familiar⁵⁴ e os diagramas das actividades nos dias observados. Estes dizem respeito a datas diferidas no ano agrícola, revelando diferentes tarefas com a pecuária, bem como com as múltiplas culturas praticadas. A referida descrição compreende uma breve referência à situação familiar e agrícola dos casos em apreciação, uma análise dos apuramentos dos orçamentos-tempo dos elementos de cada agregado doméstico. A sistematização das diferentes actividades é apresentada na legenda de cada diagrama e compreende o trabalho com as actividades agrícolas detalhadamente discriminadas nas diferentes tarefas da exploração; o trabalho com as actividades não agrícolas - as que alguns desenvolvem fora da exploração, por exemplo com um café ou outra actividade comercial; e ainda o trabalho com as actividades domésticas. Acrescentou-se no apuramento o lazer como categoria complementar da ocupação do tempo de trabalho, no quotidiano dos indivíduos em análise.

No Anexo III encontram-se todos os orçamentos-tempo dos elementos dos agregados domésticos em análise.

⁵⁴ Relativamente à notação utilizada, ela segue de perto a notação de O'Neill (1984:120). Pode ser consultada no anexo AIII.3 e inclui algumas adaptações ao código utilizado pelo autor citado. Este aliás refere que *o sistema de classificação de laços de parentesco não deve ser visto como rígido ou definitivo. Utilizando vários símbolos ideográficos standardizados da Antropologia Social, são introduzidas modificações segundo as características específicas das sociedades em questão.*

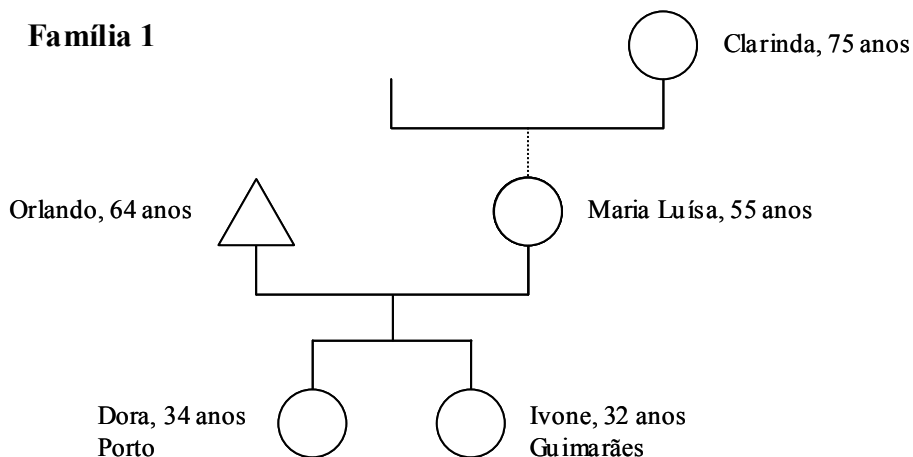


Figura 3.14 – Estrutura da Família 1, Miranda do Douro

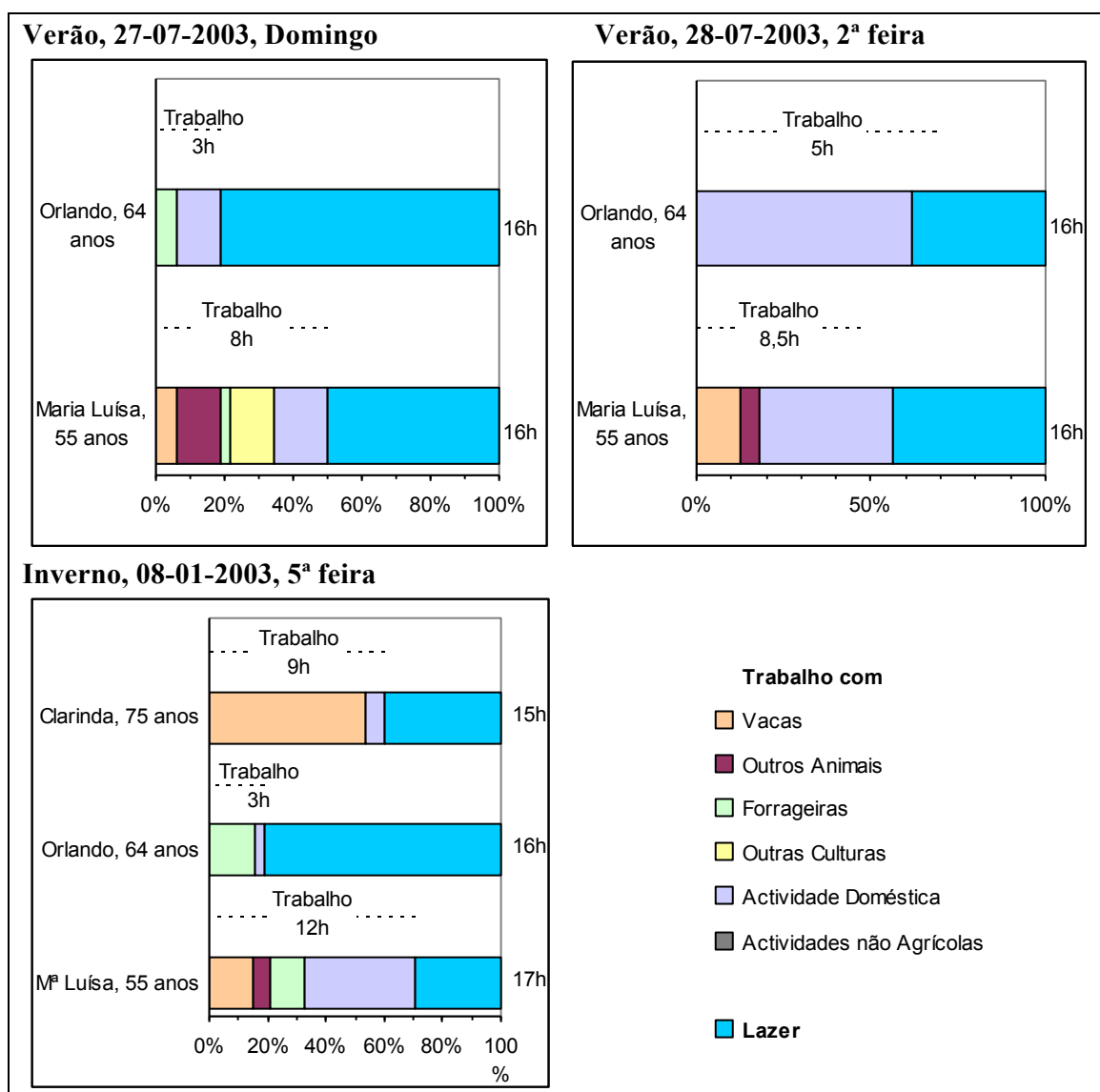


Figura 3.15 – Diagrama das actividades realizadas pelos elementos da Família 1, em exploração com quatro vacas mirandesas

Esta família é composta pelo casal Orlando e Maria Luísa, respectivamente de 65 e 57 anos, naturais da aldeia de residência, e pela madrasta de Maria Luísa, Clarinda, com 75 anos.

Orlando trabalhou como soldado da Guarda Nacional Republicana e esteve alguns anos a viver no Porto, depois em Vinhais, aproximando-se sucessivamente da aldeia. O casal manteve sempre a casa agrícola, onde permaneceram a mulher e a sua madrasta, bem com as duas filhas do casal, antes de saírem para estudar.

Orlando, hoje já reformado, divide o seu tempo entre o lazer e as actividades agrícolas de uma exploração com quatro vacas mirandesas. Nas suas palavras,

“Levar as vacas diariamente aos lameiros é mais a velha, ...! Ela lá vai dar a volta com elas, faz o que pode... A mim pode-me calhar, mas só quando haja menos que fazer.... Tratar delas aqui, também é mais a minha mulher e a velhota.”

Analisando o cômputo das horas gastas nas diferentes tarefas, para todos os dias analisados, de Verão e de Inverno, verifica-se que Orlando não se ocupa directamente das vacas. No entanto, trabalha a terra para garantir a obtenção de produções forrageiras.

Não foi possível a colecta de dados relativos a Clarinda, nos dois dias de Verão analisados, mas é certo que do casal, apenas Maria Luísa cuida das vacas. Nota-se que, numa segunda-feira do fim de Julho, Orlando gastou quase metade do seu tempo em actividades domésticas (45%), o que pode parecer estranho e, em qualquer caso, constitui uma excepção face ao observado nos restantes dias. De facto, foi ele quem realizou a tarefa de ida às compras, quer para casa quer para a agricultura.

Relativamente ao dia de Inverno, vê-se que é a mulher mais velha, Clarinda, quem assegura o maior trabalho com as vacas, levando-as ao lameiro, aí permanecendo para as guardar e tratando também dos vitelos. Num total de 15 horas do seu dia, mais de metade é ocupado com as vacas. Já o cuidar da alimentação no estábulo e arranjo das camas dos animais fica a cargo de Maria Luísa, que utiliza com isso cerca de 15% do seu dia de 17 horas. Esta última ocupou ainda grande parte dessa quinta-feira (entre 40% a 50%). em tarefas domésticas. Na observação correspondente a um Domingo, no Verão, o seu contributo nestas lides reduziu-se pela presença em casa de uma das filhas, que a ajudou, o que constitui um padrão habitual.

Orlando teve uma profissão fora da agricultura e, estando agora reformado, pode fruir do seu tempo de forma algo folgada. Mantém hoje uma exploração agrícola que nunca deixou de permanecer activa enquanto trabalhava fora. Agora, para além

da horta e das batatas, continua a exploração que lhe permite alimentar quatro vacas e os vitelos. O trabalho diário com estes animais é provido pelo próprio, sobretudo na colheita e transporte das forragens, e pela mulher, Maria Luísa. Esta concentra-se na alimentação no estábulo, e na limpeza das camas dos animais. As idas das vacas aos lameiros são asseguradas por Clarinda, elemento mais idoso do agregado. Esta é apelidada de “boieira”, dado o saber, gosto e modo de vida sempre ligado às vacas, e continua assim uma actividade que sempre teve, restringindo-se agora às tarefas menos pesadas. De facto, para alguém habituado a andar ao ar livre, tratar dos vitelos e acompanhar as vacas a um lameiro, onde as guarda, não constitui um trabalho muito pesado, podendo o tempo de permanência no lameiro ter também uma componente de lazer, que aliás é atestada pela própria ao afirmar: *"Enquanto estou com as vacas, faço na renda"*.

As duas filhas do casal residem fora da aldeia, em Guimarães e Porto, onde trabalham. Visitam os pais, participando sobretudo nas tarefas domésticas. Em regra, estão excluídas dos trabalhos agrícolas. O seu interesse neste âmbito resume-se ao consumo dos bens alimentares aí produzidos.

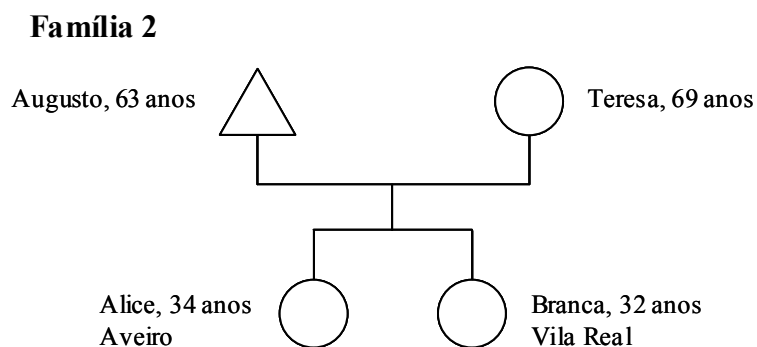


Figura 3.16 – Estrutura da Família 2, Miranda do Douro,

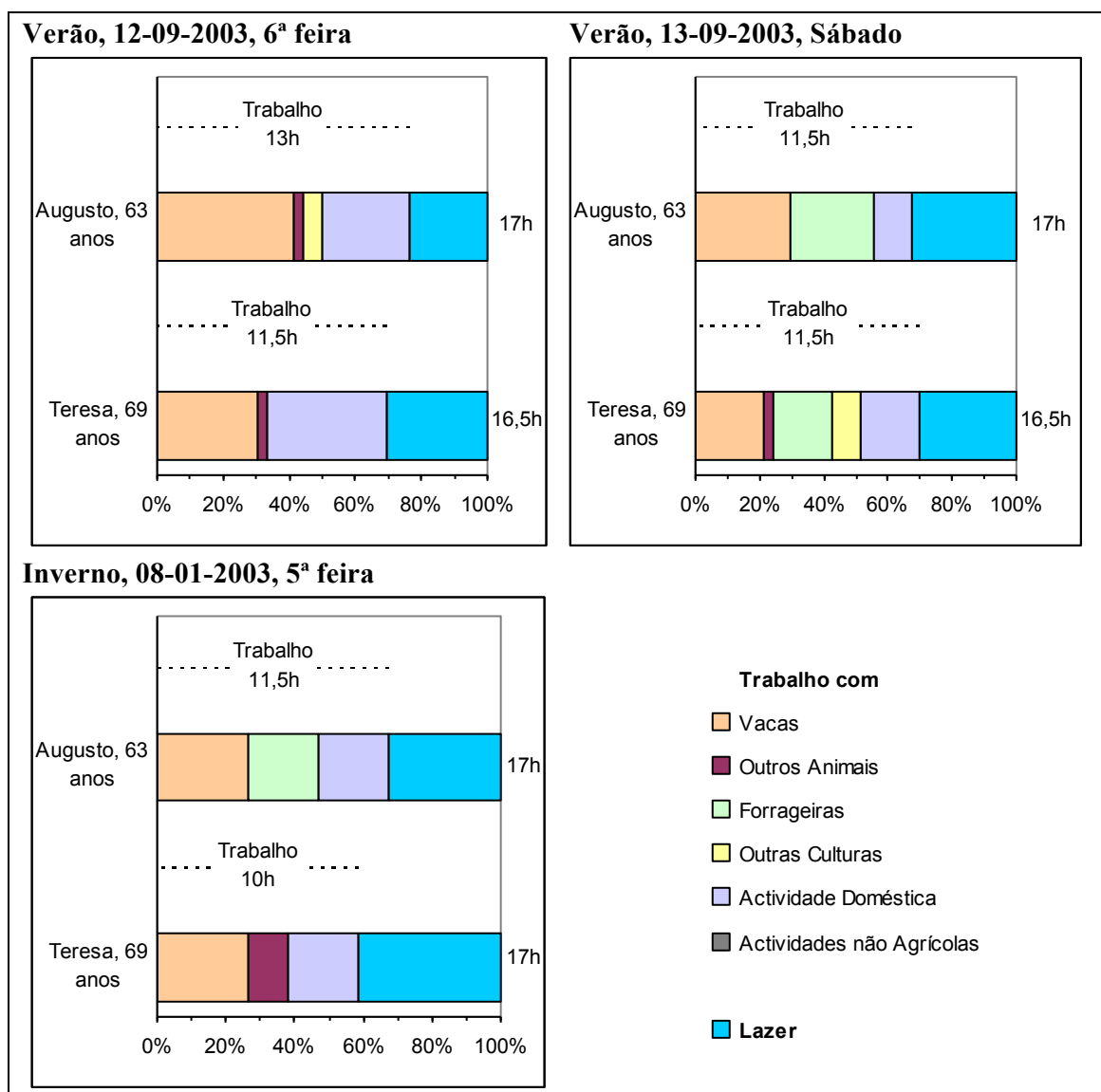


Figura 3.17 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 2 em exploração com nove vacas mirandesas

Augusto foi soldado na Guarda-Fiscal e agora está reformado. Teresa nunca deixou de ser dona de casa, embora tenha acompanhado o marido pelo país, desde o Porto até ao Algarve. Quando se aproximaram mais da aldeia retomaram a actividade agrícola. Têm duas filhas, com 34 e 32 anos, solteiras, licenciadas, e a trabalhar respectivamente em Aveiro e Vila Real. Na agricultura, agora trabalha só o casal, como afirmou Teresa:

“ (...) As filhas sabem trabalhar bem, foram criadas nisso, mas agora já estão noutra actividade: vêm menos vezes e já não ajudam tanto.”

As tarefas quotidianas com as nove vacas mirandesas e os vitelos são repartidas pelos dois: Augusto trata delas pela manhã; levá-las ao campo é tarefa de Teresa, que as deixa sozinhas no lameiro. Os dois ocupam-se ainda da alimentação no estábulo, que é preciso colher e ainda preparar (por exemplo, picar os nabos), tal como o “*compor as camas*” e dar de comer aos vitelos. À tarde, normalmente, é Augusto quem vai buscar as vacas ao lameiro.

“Os vitelos estão nas mesmas lojas que as mães e temos que os soltar, quando as vacas já voltaram do campo, para que eles as procurem para mamar.”

Este casal de agricultores idosos dedica às vacas e vitelos pelo menos cerca de um quarto do seu tempo diário de trabalho. Uma vez que tal proporção se verifica para os dois elementos do casal, pode dizer-se que as tarefas directas com as vacas os ocupam consideravelmente. Isto, sobretudo se se tiver em consideração o facto de o sistema de maneio praticado nesta casa-exploração agrícola não implicar que permanecem no lameiro a tomar conta das vacas. A tal facto não é concerteza alheio o relativamente elevado número de vacas que estes criadores possuem. Pela mesma razão, a proporção de tempo gasto com as culturas forrageiras é também importante. Num dos dias de Verão orçamentado esta a tarefa não consta, mas curiosamente no dia seguinte, ambos os elementos do casal ocupam mais de 20 % do seu dia nesta actividade. No Inverno, no dia analisado, Augusto também ocupa um quinto do seu dia a colher e arranjar nabos para as vacas. Em regra, é Teresa quem se ocupa dos restantes animais da exploração agrícola. Nota-se ainda um certo paralelismo entre a actividade desenvolvida pelos dois elementos deste casal.

Pela análise dos orçamentos-tempo em Anexo AIII (AIII.9, AIII.10 e AIII.11), verifica-se que Augusto e Teresa, embora tenham a cargo determinadas incumbências específicas, com frequência trabalham conjuntamente, ou concorrem com diferentes tarefas para uma mesma acção, como se atesta nas transcrições dos relatos de Teresa e Augusto.

"No lameiro ajudei o meu marido a traçar, tirar as cepas e carregar um atrelado de lenha" [Teresa]

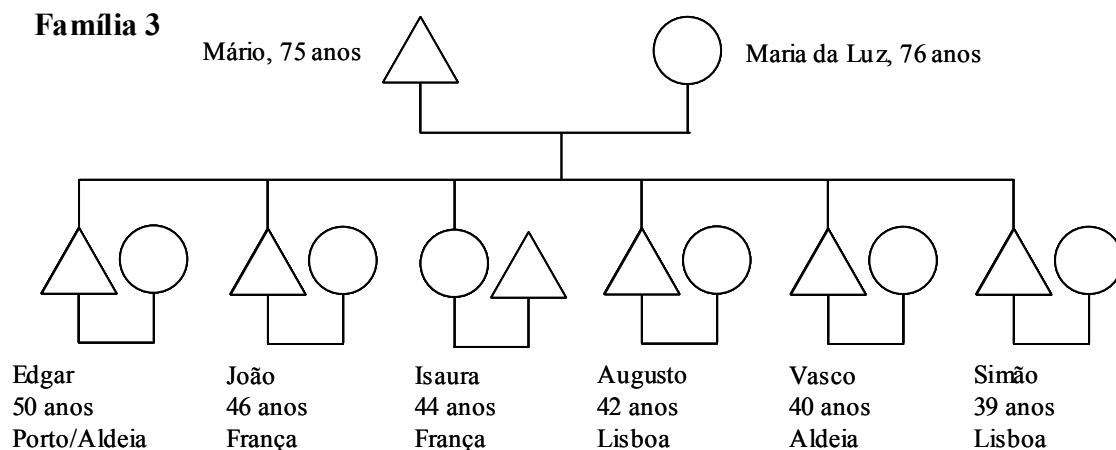
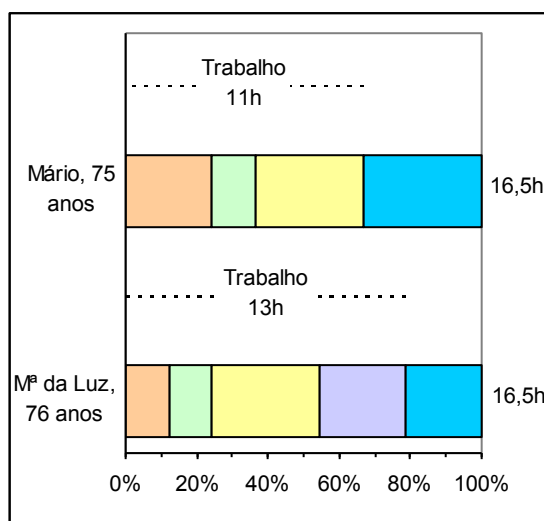
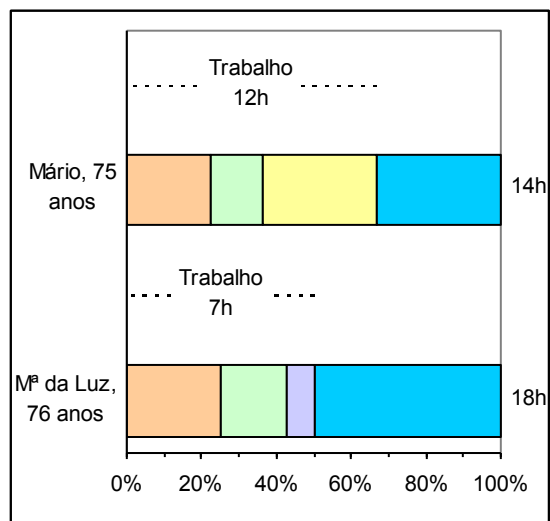
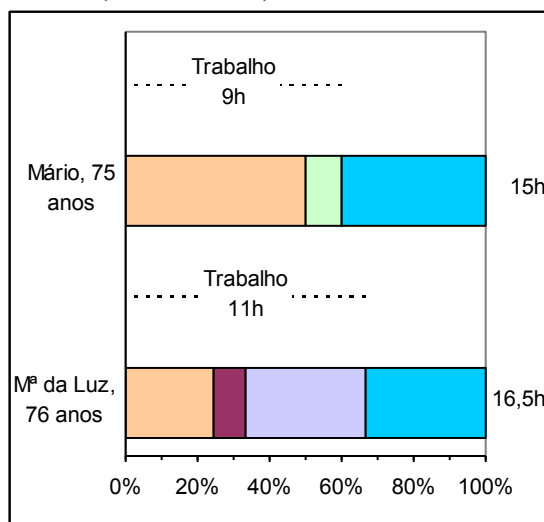
"Fui buscar erva e abóbora para os animais

Quando cheguei a casa fui espalhar erva e abóbora na "cortinha", para as vacas" [Augusto], enquanto Teresa relata que

"Fui buscar erva e abóbora;

Cheguei a casa e levei as vacas para a cortinha onde comeram as abóbora e as erva que o meu marido espalhou."

Tal facto confere, apesar das tarefas específicas de cada um, um certo paralelismo nas suas jornadas.

Família 3**Figura 3.18 – Estrutura da Família 3, Miranda do Douro****Verão, 12-09-2003, 6ª feira****Verão, 13-09-2003, Sábado****Inverno, 08-01-2003, 5ª feira****Trabalho com**

- Vacas
- Outros Animais
- Forrageiras
- Outras Culturas
- Actividade Doméstica
- Actividades não Agrícolas
- Lazer

Figura 3.19 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 3 em exploração com três vacas mirandesas

Mário e Maria da Luz viveram quase sempre na aldeia, uma vida de trabalho na agricultura. Mário ainda esteve emigrado em França durante três anos, mas Maria da Luz nunca saiu. Têm cinco filhos e uma filha, todos casados. Um dos filhos e a filha estão emigrados em França; dois são polícias e vivem em Lisboa; os outros dois vivem na aldeia e fazem agricultura, embora ambos tenham também outra actividade. Edgar, o mais velho de todos os irmãos, tem já 50 anos. Vasco, com 40 anos, é o penúltimo filho do casal. Ambos estão casados. Mário e Maria da Luz cuidam regularmente a terra, mas contam com o apoio dos dois filhos residentes na mesma aldeia. São eles que ajudam nas épocas de mais trabalho e nas tarefas mais duras. São eles, também, que se ocupam das tarefas mecanizadas, como as lavouras, o corte e enfardamento dos feno e a colheita do cereal, bem como do abastecimento em lenha. Tal não quer dizer que este casal idoso não participe nestas tarefas, mesmo nas mais duras, mas a responsabilidade e a condução das mesmas já não está verdadeiramente a seu cargo, podendo eles confiar que os filhos assumirão a sua execução.

Maria da Luz dá-nos conta das tarefas do casal a cuidar das três vacas mirandesas e dos vitelos:

“O trabalho das vacas fazemos pelos dois... Para as levar ao lameiro, umas vezes vai ele, outras vou eu (...). Há lameiros que são bem longe, só que vamos lá poucas vezes. Nós vamos a pé. (...). Para tratar das camas dos animais somos os dois. As vacas estão juntas com os vitelos. Da alimentação no estábulo, tratamos também os dois.”

A apanha de forragens faseada no tempo, (por exemplo, abóboras, rábanos, milho e no Inverno nabijas), é também quotidianamente assegurada pelo casal. Por vezes este casal de agricultores idosos tem os dias particularmente mais ocupados, como nos revela novamente Maria da Luz:

“Para tirar o estrume umas vezes tira o meu filho com o tractor, outras vezes tiramos nós com as vacas, eu e o marido. Tiramos bastantes vezes, tiramos para aí para uma estrumeira.”

O tempo de trabalho dispendido com as vacas é em média superior a um quarto do dia de Mário, e ligeiramente inferior no caso de Maria da Luz.

Nos dias orçamentados do final do Verão, para ambos os elementos do casal, o tempo dispensado com outras culturas é bastante elevado, acima de 30%. Tratou-se da apanha da batata, não dos próprios, mas da dos filhos residentes na aldeia. Num dos casos foram utilizadas as vacas dos pais para fazer esse trabalho, dado que as vacas mirandesas dos filhos não estavam "ensinadas". Na casa do outro filho, a

apanha da batata foi feita recorrendo à ajuda de um moto cultivador. Neste dia Maria da Luz não participou, pois sentia-se doente. Apesar disso levou as vacas ao lameiro, e foi colher milho para lhes dar.

Família 4

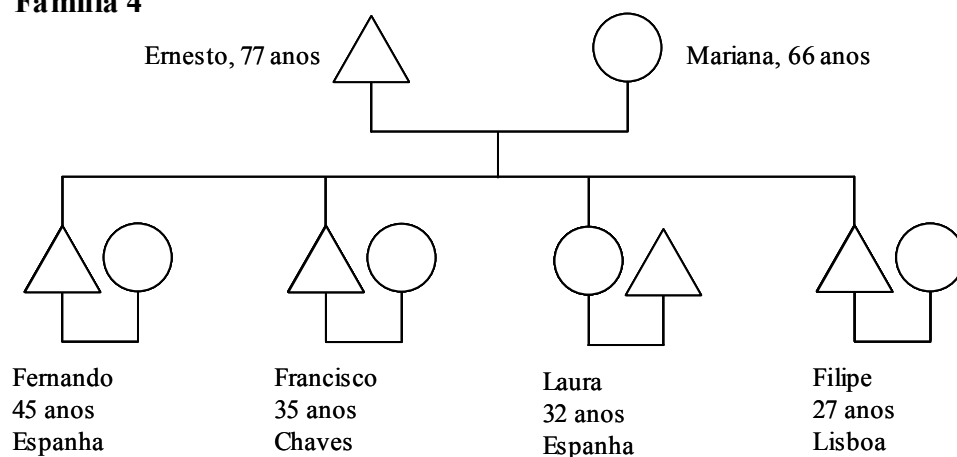


Figura 3.20 – Estrutura da Família 4, Miranda do Douro

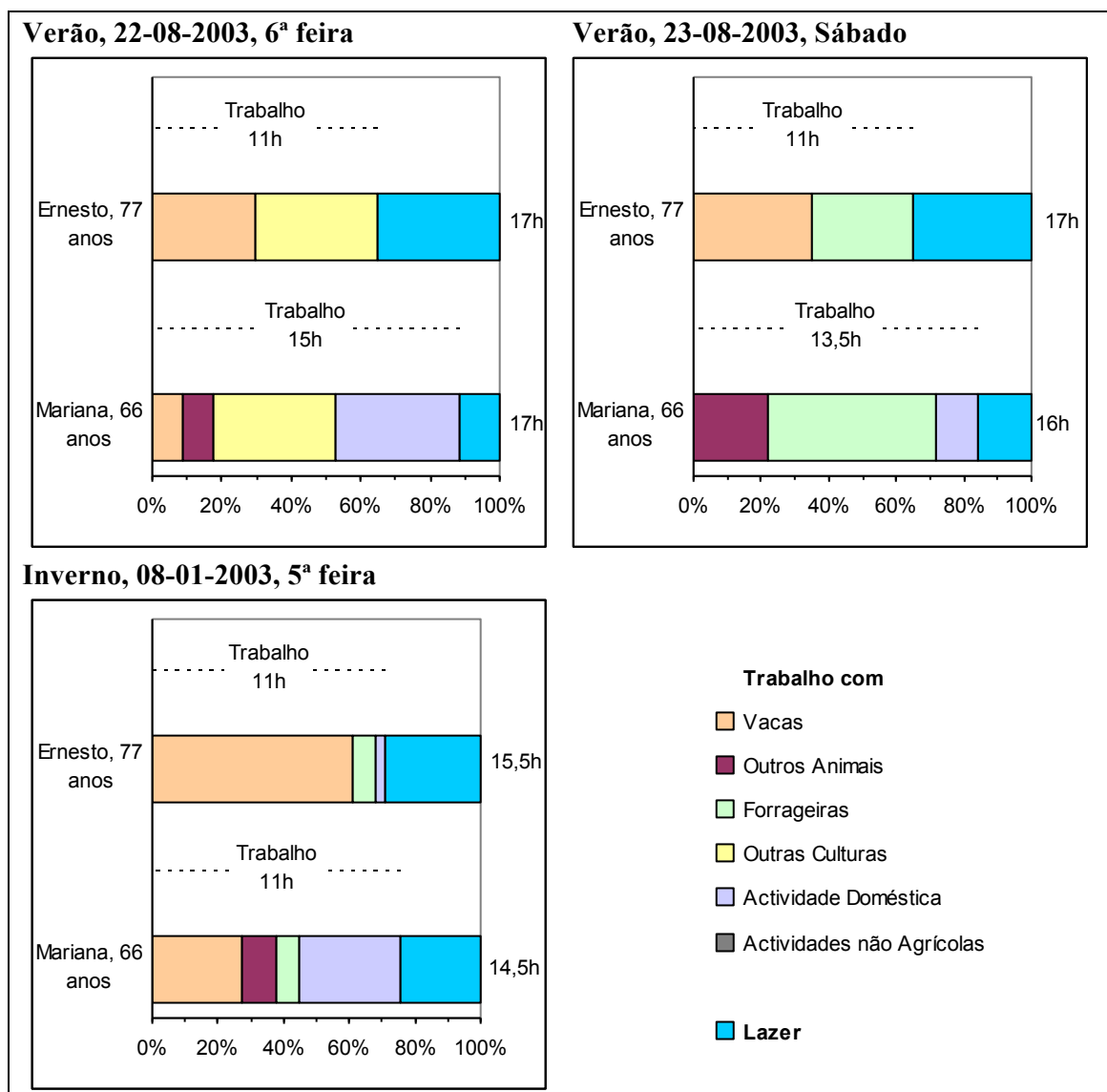


Figura 3.21 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 4 em exploração com cinco vacas mirandesas

Ernesto e Mariana são agricultores. Ernesto esteve dez anos emigrado em França, e já está reformado, Mariana ainda não. Têm três filhos e uma filha, todos casados e a viver fora da aldeia: a filha e um dos filhos vivem em Espanha, os outros em Chaves e em Lisboa. Estes últimos são os mais disponíveis para ajudarem os pais na agricultura.

O casal tem cinco vacas mirandesas e os vitelos. Pelos dois fazem todo o trabalho diário com as vacas. Como não têm tractor, é Ernesto que lavra ainda com as vacas, tudo o que precisa ser cultivado, quer a horta e as batatas, quer as culturas forrageiras. Mariana acompanha-o sempre. No fim de Agosto, num dia ocupado a apanhar batatas, as vacas só saíram para o lameiro à tarde. De manhã foram utilizadas naquela tarefa.

Nas épocas de mais trabalho, por exemplo no feno, os filhos mais novos vêm ajudar. Contudo, é preciso contratar a segadora e a enfardadeira. Às vezes a filha e o genro também vêm de Espanha para ajudar.

Em regra, regista-se que Ernesto dispensa maior proporção do seu dia a tratar das vacas do que Mariana. É sobretudo Ernesto que leva as vacas para o campo e que tem a seu cargo a maior parte do trabalho com elas. No entanto, a atribuição destas tarefas pode ser flexibilizada. Como pode ver-se no dia de Inverno, Mariana também trata das vacas. Aqui há referência explícita aos vitelos, que têm que ser postos a mamar junto das vacas, e este acréscimo de trabalho relativamente aos dois dias de Verão analisados foi assegurado por Ernesto. De facto, o número de animais a cargo é muito variável ao longo do ano, não só porque os nascimentos são diferidos, mas também porque a gestão de saída para venda dos vitelos é função da idade/ peso destes e da oportunidade de venda. Podem também ocorrer perdas.

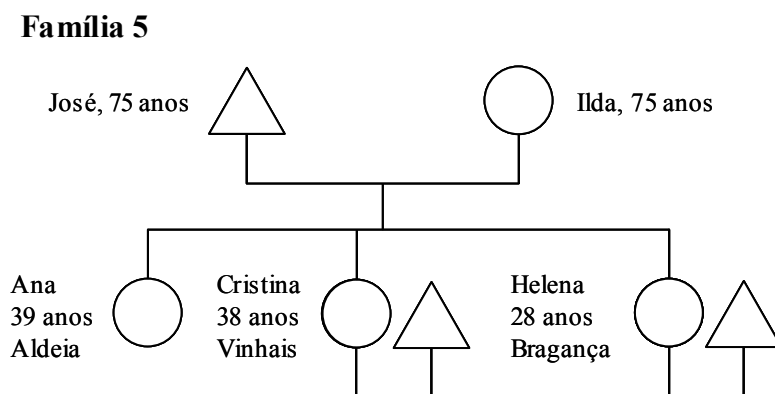


Figura 3.22 – Estrutura da Família 5, Vinhais

José e Ilda, ambos actualmente reformados, viveram desde sempre na aldeia onde nasceram. Nunca tiveram outra ocupação senão a agricultura. Têm três filhas: as duas mais novas são casadas e residem e trabalham em Vinhais e em Bragança. A mais velha, Ana, de 39 anos, é solteira e ficou a viver com os pais, trabalhando no campo. As outras filhas e os seus maridos também ajudam nalgumas tarefas, como, por exemplo, no corte e enfardamento dos fenos e na matança do porco.

O casal cuida diariamente de três vacas mirandesas e dos respectivos vitelos. A cargo de Ana fica sobretudo o trabalho de lavoura a realizar com o tractor, e o carregamento e transporte das diferentes produções que se vão colhendo para os animais, vacas incluídas.

Como referiu Ilda:

“Levá-las ao lameiro é mais o homem, mas eu também; a rapariga não quer ir ... nós levamo-las ao lameiro e deixamo-las lá ficar.”

Nalgumas das actividades relativas ao maneo das vacas, este casal de agricultores idosos, ambos já com 75 anos, adopta uma certa flexibilização. Isto, não tanto pela existência de outras actividades consideradas prioritárias, mas sobretudo porque o cansaço, e o frio – que nestas paragens é impiedoso – os aconselham a ficar mais perto de casa. Como faz notar Ilda,

“Às vezes no Inverno [as vacas] não vão [ao lameiro], damos-lhe de comer aqui. Inda agora, há para aí oito dias, que não vão. Alguns lameiros são longe, levam mais de meia hora a lá chegar, quase uma hora; às vezes vou de burra; ir e vir, demora-se bem mais de uma hora. De Inverno ficamos sempre ao pé delas e ficamos a limpar os lameiros, a segar silvas e o que calha, e a limpar as agueiras.”

A reforçar esta ideia temos que a média do tempo de trabalho com os bovinos não chega, tanto para José como para Ilda, a 20% do seu dia. Ilda, por vezes, não dedica nenhum do seu tempo a estes animais.

Por não se importar e até gostar de conduzir o tractor, Ana constitui também uma ajuda importante para os pais. Transportando quantidades assinaláveis de forragem que asseguram a alimentação das vacas no estábulo, substitui os pais nessas deslocações, as quais lhes seriam certamente penosas e que não poderiam, em todo o caso, contratar por razões, seja económicas ou de indisponibilidade de mão-de-obra.

É também importante o seu contributo nas actividades domésticas, em que, com frequência, apoia a mãe, podendo mesmo substituí-la nas tarefas mais pesadas, como passar a roupa a ferro.

No discurso de Ana há várias referências que remetem para o seu papel de vigilante e ajudante do pai e da mãe:

*"Fui ajudar a minha mãe a dar de comer aos animais; (...)
Fui ter com os meus pais para lhes ajudar a fazer nabos e para os trazer no tractor
(...)"*

*Ajudei a minha mãe a fazer o jantar.
Enquanto a minha mãe arrumou a cozinha, passei a ferro; (...)"*

*Fui ter com o meu pai que andava a cavar a vinha.
Parámos de cavar para comer qualquer coisa.
Continuámos a cavar.
Fui buscar a merenda e o tractor, e uma enxada e uma pá para abrir os buracos e enterrar as vides."*

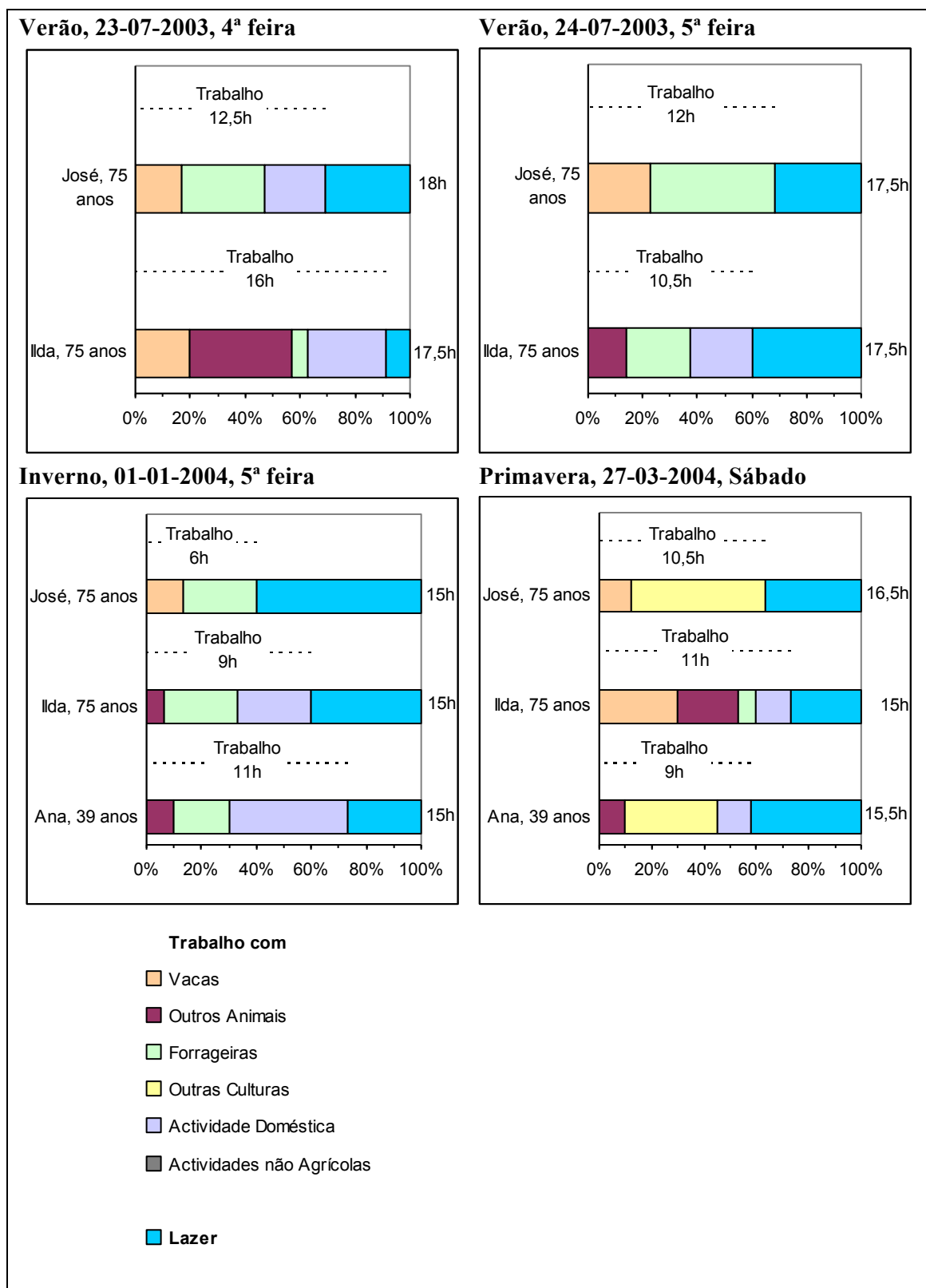


Figura 3.23 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 5 em exploração com três vacas mirandesas

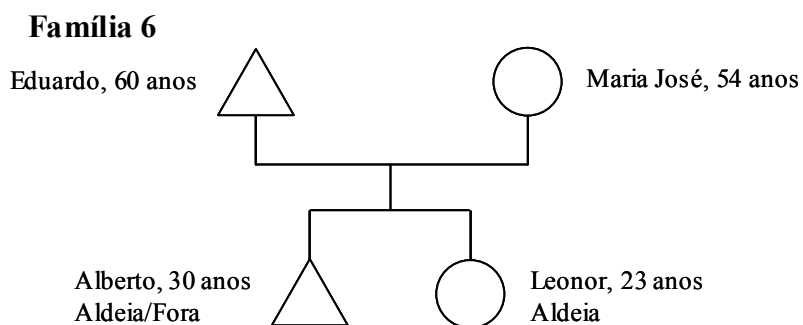


Figura 3.24 – Estrutura da Família 6, Vinhais

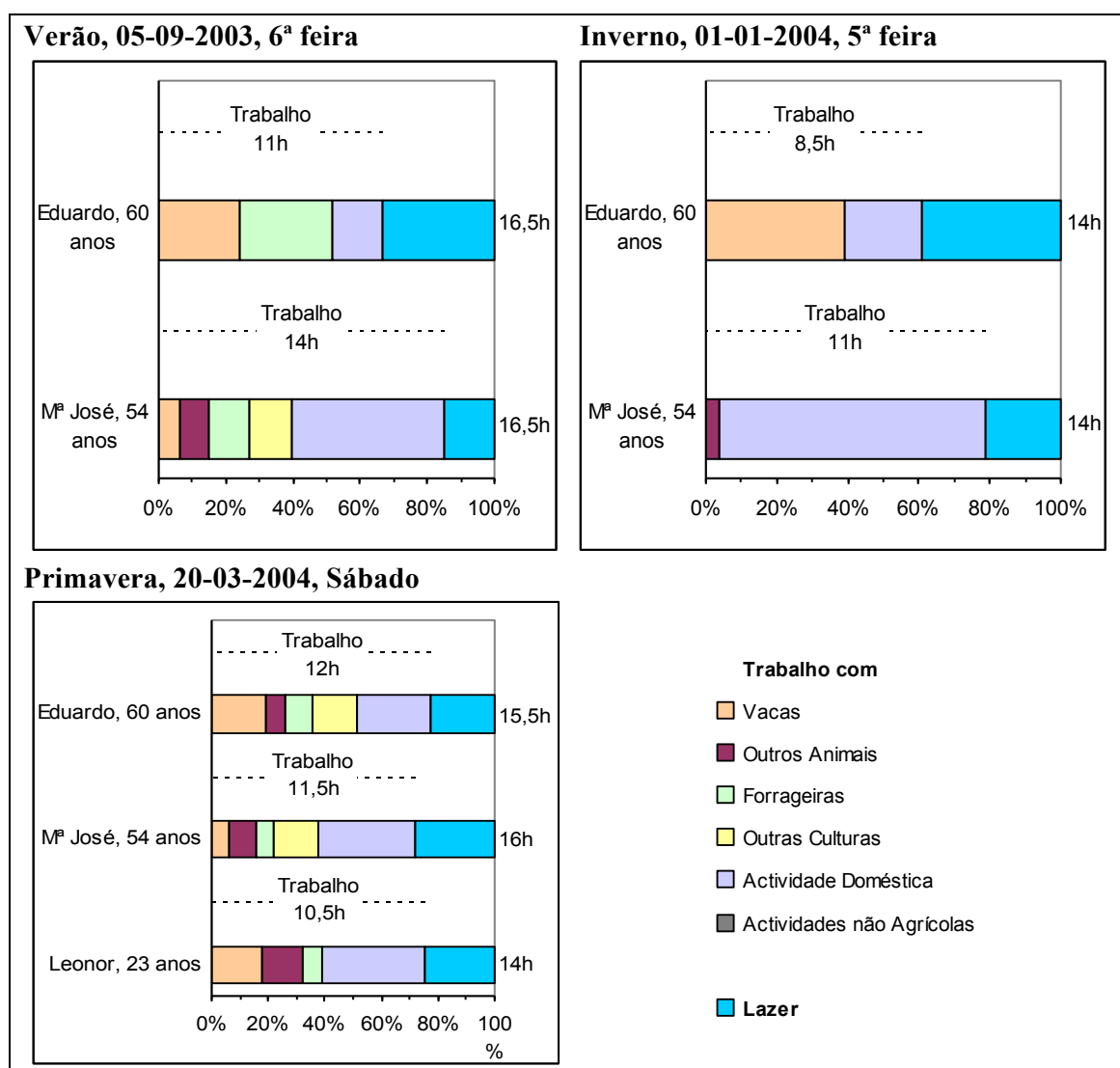


Figura 3.25 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 6 em exploração com seis vacas

Maria José e Eduardo estiveram emigrados na Alemanha durante 16 anos, tendo regressado à aldeia onde nasceram, porque queriam voltar para junto dos filhos. Norberto, hoje com 30 anos, e Leonor, com 23, viveram também na Alemanha, mas só até à idade de ingressarem na escola. Regressaram antes dos pais. O casal, que não está ainda reformado, vive agora com os dois filhos solteiros. Embora o filho trabalhe fora, ajuda bastante nas tarefas agrícolas, ao fim da tarde e sobretudo ao fim-de-semana. Leonor está ainda a estudar na vila mais próxima, onde frequenta o 12.º ano, mas ajuda, sobretudo no Verão, época em que há muito trabalho e em que está mais livre.

Na casa-exploração agrícola têm 6 vacas, sendo duas mirandesas, e vitelos cruzados. O trabalho quotidiano com estes animais é assegurado pelo casal, sobretudo por Eduardo, que nos deixa o relato seguinte:

“Quem as leva aos lameiros sou eu. Aproveito para os limpar – as agueiras, roçar silvas – (...). Os lameiros uns são mais longe os outros são mais perto, o mais longe é em Covelas ... a esse demoro 40 minutos a andar a pé. Eu vou a pé. Deixo-as lá no lameiro e voltam à noite. Às vezes ficam por lá, tenho lá uns currais, mas agora não, que têm vitelos e têm que vir para eles mamarem.”

Note-se que este casal, ainda relativamente novo (entre os mais novos no conjunto sob análise) e com saúde, conduz uma exploração agrícola em que se multiplicam as actividades, as produções e, conseqüentemente, o trabalho a realizar.

Adoptaram um sistema de manejo das vacas que lhes permite libertarem-se de permanecer obrigatoriamente com elas nos lameiros. Para além das vacas têm ainda um número elevado e diversificado de outros animais: porcos de que produzem o leitão e o fumeiro, ambos destinados ao auto-consumo e à venda; cordeiros (poucos, “só para casa”), e duas cabras e um cabrito, para além de um galinheiro fornecido. De facto, ao contrário das outras casas analisadas, nos últimos tempos esta família tem aumentado o número de animais, quer o das vacas, quer sobretudo o de porcos. Isto de forma a incrementar a produção de fumeiro para venda. Os orçamentos-tempo dos elementos desta família dão-nos a percepção imediata de um quotidiano muito ocupado, cheio de inúmeras tarefas e a exigir bastante esforço físico e mobilidade. Mesmo a nível das actividades domésticas, contam-se inúmeras canseiras, desde o cozer do pão ao fabrico de fumeiro, tudo a sobrecarregar os dias.

Este fervilhar de actividade, a que não será alheia à necessidade de realização de dinheiro para que a filha possa continuar a estudar, bem como ao facto de ainda não estarem a receber qualquer reforma, só é possível dado o envolvimento e o trabalho realizado pelos dois filhos, ainda solteiros e ligados à casa-exploração onde residem. No entanto, há já por parte deste casal a consciência clara de que as forças

vão começar a faltar, e que a ajuda que o filho tem dado vai também diminuir, e que assim será inevitável uma progressiva diminuição da actividade, como aliás refere Maria José:

“O meu filho diz:

– Encho-me aqui de trabalhar, ao fim-de-semana e o fim-de-semana é para descansar, que eu já trabalho muito à semana. Eu trabalho toda a semana, é uma grande preocupação. Vós pensais que é uma brincadeira andar agarrado a um volante de camião? Não é brincadeira nenhuma: nós temos que ter cabeça e ter braços. Eu preciso de descansar e ao fim-de-semana parto-me a trabalhar aqui. Ele diz acabando os 5 anos [do subsídio das agro-ambientais, dado às vacas], tendes que dar baixa a isto. Os cinco anos acabam daqui a dois anos. Depois acabamos. Alguma coisa temos que fazer, mas não pode ser tanto.”

Família 7

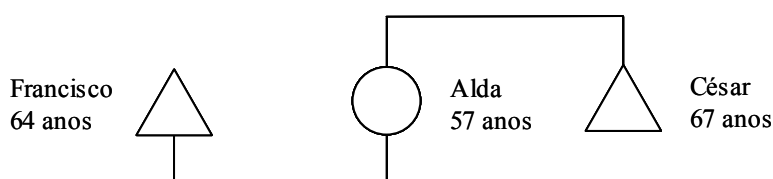


Figura 3.26 – Estrutura da Família 7, Vinhais

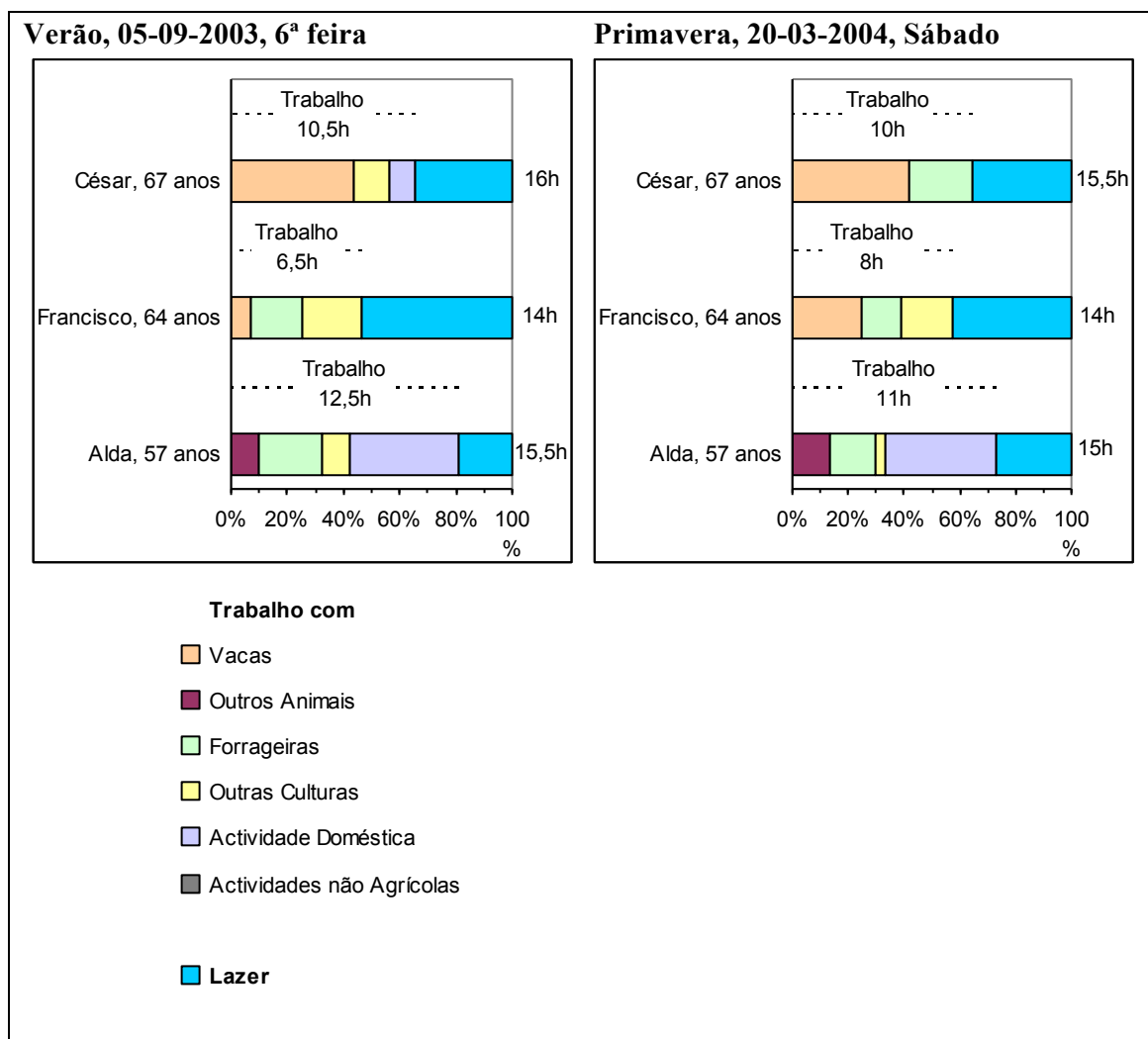


Figura 3.27 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 7 em exploração com quatro vacas mirandesas

Francisco e Alda não têm filhos e vivem também com César, irmão de Alda, solteiro. Francisco esteve emigrado em França durante 7 anos. César também emigrou algum tempo, pouco, e Alda nunca saiu da aldeia. Os dois homens estão já reformados, ela não. Mantêm uma relação familiar próxima com os irmãos e cunhadas, quer ocupando-se das suas terras, quer abastecendo-os com múltiplos produtos da horta e da casa. Como explica Alda:

“Além da nossa terra, temos também a dos meus irmãos (um deles está em Santarém), e trazemos ainda a terra de uma irmã dele [Francisco], porque ainda não partiram.”

Na casa-exploração agrícola contam-se quatro vacas, duas de raça mirandesa, e os respectivos vitelos, mais quatro porcos, galinhas e um burro.

O trabalho é repartido pelos três agricultores-idosos, estando a tarefa de levar as vacas aos lameiros, geralmente a cargo de César, que apresenta assim a maior proporção de tempo ocupado com os bovinos: mais de 40% do seu dia. Alda, em regra, tem a seu cuidado os outros animais da exploração agrícola, participando também no granjeio das culturas forrageiras, bem como no das outras culturas, e assume as lides domésticas. Nas suas próprias palavras:

“A levá-las ao lameiro é quase sempre o meu irmão. Ele fica lá com elas, vai tirando uma silva, vai tirando um torrão na rega ... come à uma hora e depois quando vem à tarde lancha. Leva-as só de tarde no Inverno; no Verão vai de manhã e vem almoçar a casa, as vacas saem duas vezes. Os lameiros são perto, o mais longe leva aí alguns 20 minutos. Ele vai sempre a pé.”

Nesta exploração agrícola não há tractor. Por vezes procede-se ao seu aluguer, que é considerado caro e sujeito à dificuldade de não estar disponível oportunamente. Assim, com frequência, as vacas e o burro são utilizados na tracção de um carro que faz o transporte das culturas forrageiras destinadas aos animais, das batatas e dos produtos da horta também para consumo da casa, e que serve ainda no transporte do estrume para os campos. Outras vezes os transportes são feitos pelos próprios, a pé. Todas estas actividades (para as quais é utilizada a tracção das vacas ou do burro) estão detalhadas nos orçamentos-tempo dos elementos desta família (Anexo AIII.27, AIII.28, AIII.29 e AIII.30). Como aí nos relatam Francisco e Alda

*“Cortei erva e trouxe-a no carro do burro para dar às vacas”
Fui mondar [tirar erva] os rabões (a pé). Trouxe a erva que serve para dar aos porcos” (Francisco)*

“Fui buscar aveia, cortar aveia, a pé. Trouxe-a num feixe às costas para dar de comer aos animais [vacas e porcos] (Alda)

"Fomos arrancar e limpar um carro de nabos (eu e a minha mulher e o meu cunhado). Chegámos com os nabos a casa. Soltámos as vacas do carro, metemo-los dentro e demos-lhes de comer" (Francisco)

A falta de ajuda de familiares mais novos, que a própria estrutura familiar favorece (não têm filhos e os irmãos e sobrinhos vivem longe e estão já completamente arredados das lides agrícolas), e o facto de a exploração não ter máquinas (nomeadamente tractor), impõem a estes agricultores um ritmo de trabalho duro e alguma sobrecarga.

Família 8

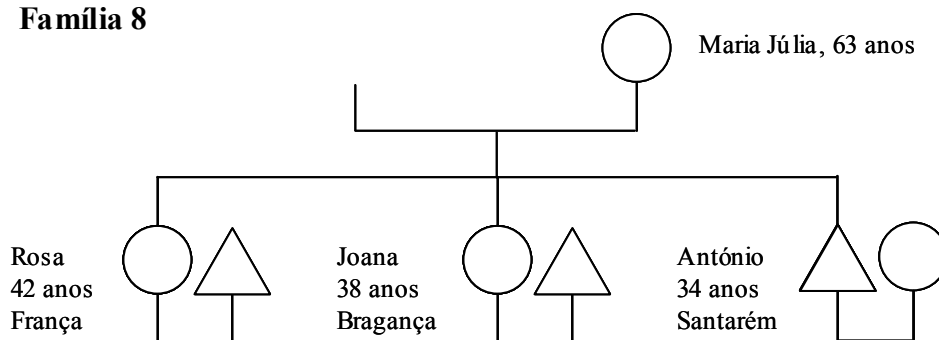


Figura 3.28 – Estrutura da Família 8, Vinhais

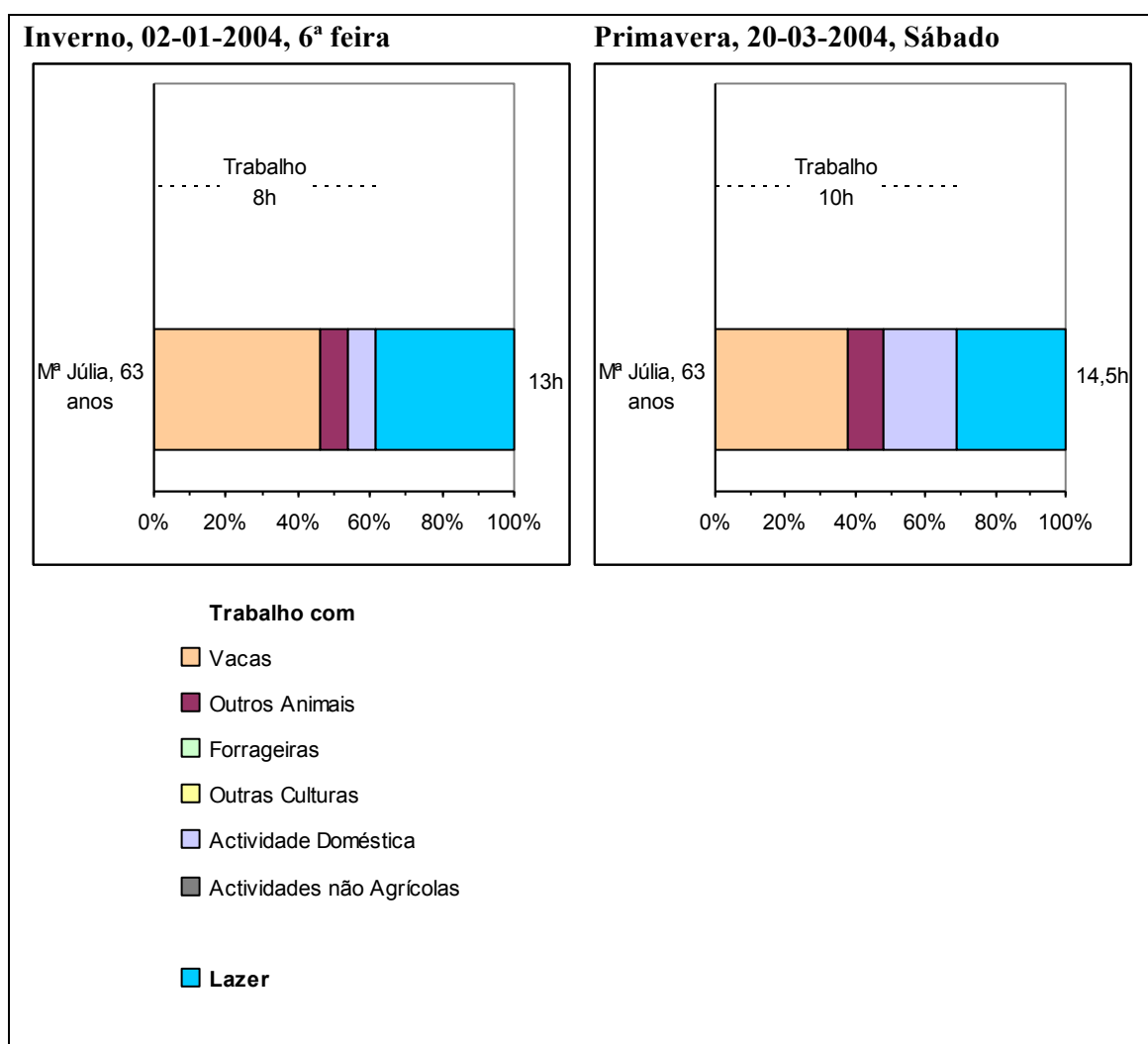


Figura 3.29 – Diagrama das actividades realizadas por elemento da Família 8 em exploração com duas vacas mirandesas

Maria Júlia, viúva há três anos, tem duas filhas e um filho, todos casados e a viver fora da aldeia. Está reformada mas continua a conduzir a exploração agrícola onde tem vários animais: duas vacas mirandesas mais os vitelos, porcos, galinhas e uma burra.

Sem filhos a viver na aldeia que a possam ajudar, e sem tractor, contrata todo o trabalho de máquinas: paga para que lhe lavrem os campos onde quer fazer horta, batata e as culturas com que alimenta os animais. Aquando da recolha do feno, Maria Júlia recorre a máquinas alugadas, mas tem que ir trabalhar para vários vizinhos. Isto para que lhe garantam a ajuda necessária quando é preciso juntar, carregar e guardar os fardos do feno dos seus próprios lameiros.

“Ó filha, sabe porque continuo com as vacas? A reforma é pequenina e eu tenho que me governar, e quando o meu marido faleceu, eu ainda devia 1000 contos desta casa. Devia ao artista. Não foi brincadeira! Pronto, graças a Deus já paguei. Pronto, já fiz a minha vida! Paguei o que devia e não pedi uma coroa aos filhos. Continuo com esta vida porque me sinto mais distraída...”

Por causa de um quotidiano preenchido pelos múltiplos afazeres pelos quais se divide, Maria Júlia sente que às vezes anda sobrecarregada. Porém, vai mantendo o funcionamento da exploração agrícola. Cultiva uma horta e batata, e mesmo um pouco de cereal para alimentar os animais.

“Faço cereal e trigo e centeio, (...), é para o ter, é para o gasto. Tenho porquinhos, tenho um bocadinho de vitelinhos, depois moo o pãozinho para dar a farinha aos vitelinhos, e não vendo. Também colho pouquinho, é só para o gasto” (...)

“Para as culturas contrato para lavrar e sulcar para semear semeio eu, semeio à mão (...) Para colher os rabões, e o milho e isso vou eu, quando é para apanhar as batatas tenho que pagar” (...)

“Para o feno contrato a enfardadeira e farto-me de juntar feno para os vizinhos para que eles depois me ajudem a mim (ando quase um mês ao feno para todos). Nessa altura de manhã boto-as um bocadinho [as vacas]; quando vou para mim [ao feno], levo as vacas para lá, comem lá o feno, se há-de pesar ao tractor trazem-no elas. (...) Uma vez ficam na loja, outras vezes se calha a ter um lameiro lá para os lados que os outros vão ... levo-as até lá, andam por ali...”

“Vou com a burrinha à lenha. À lenha também vou eu e parto-a por lá com uma machada...”

Quando eu não puder o meu genro tem uma moto serra, agarra na moto serra e vai cortar as carvalhas, e depois traz para aqui.” (...)

“O que é que eu hei-de pensar? Que posso cada vez menos...Tenho que diminuir cada vez mais, não é? Em lugar de ir para cima tenho que ir para baixo” (Maria Júlia)

Maria Júlia gasta grande parte do seu quotidiano a tratar dos animais. Os cuidados com as vacas consomem cerca de 40% do seu dia, e os outros animais ocupam-lhe entre 8% e 10% de uma jornada. O resto do tempo é aplicado em tarefas domésticas (em média menos de 20% do dia) e em lazer.

Nos dias orçamentados relativamente à actividade desta viúva (AIII.31) não aparece qualquer registo de trabalho com as culturas forrageiras. Tal se deve ao facto dos dias em apreciação se situarem no Inverno e Primavera, sendo o Verão a época de maior ocupação com estas culturas.

Os filhos não gostam de a ver a trabalhar tanto, sem ninguém que ajude. Atribuem aos animais, e em particular às vacas, a vida presa e de muito trabalho que a mãe tem. Dando-lhes razão, Maria Júlia, no entanto aprecia ainda as vantagens de um tempo independente e ocupado. Vive entretida.

“Dizem todos para eu acabar com isto. O meu filho já me disse: – Ó Mãe sem vender as vacas não volto por aqui!

Eu sei que ele não é para meu mal. Eles pensam assim e não se enganam: que se me dá uma dor, e vou parar ao hospital o que é que eles fazem às vacas? São coisas que não se arrumam de hoje para amanhã! Eles têm a vida deles não podem vir cuidar. Eu sei bem que eles têm razão, não dou fora do caso...”

“ (...) Sinto-me mais distraída, por exemplo eu agora se não tiver as vaquinhas, ficava agora aqui no povo até à noite, podia falar com uma vizinha... Então eu almoço e boto as minhas vaquinhas e só durmo de noite... Agora já faz frio e a gente já tem que acender o lume para a noite, a água para os recos e tudo, mas até aqui, no Verão, eu chego e nem abro a porta. Acomodo tudo: acomodo as vacas, acomodo a burra, acomodo os recos, e depois, desde que já é noite, entro para casa luzes acesas, trago lenha, acendo o lume, fecho a porta faço o meu jantar e pronto. É assim, e se não tivesse...e já não é por muito que posso...mas ando mais distraída assim... Mas é até que calhe...”

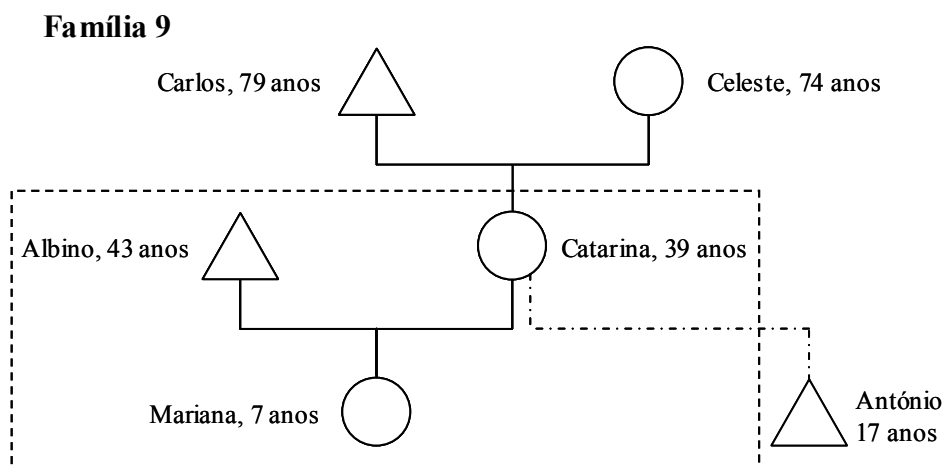


Figura 3.30 – Estrutura da Família 9, Miranda do Douro

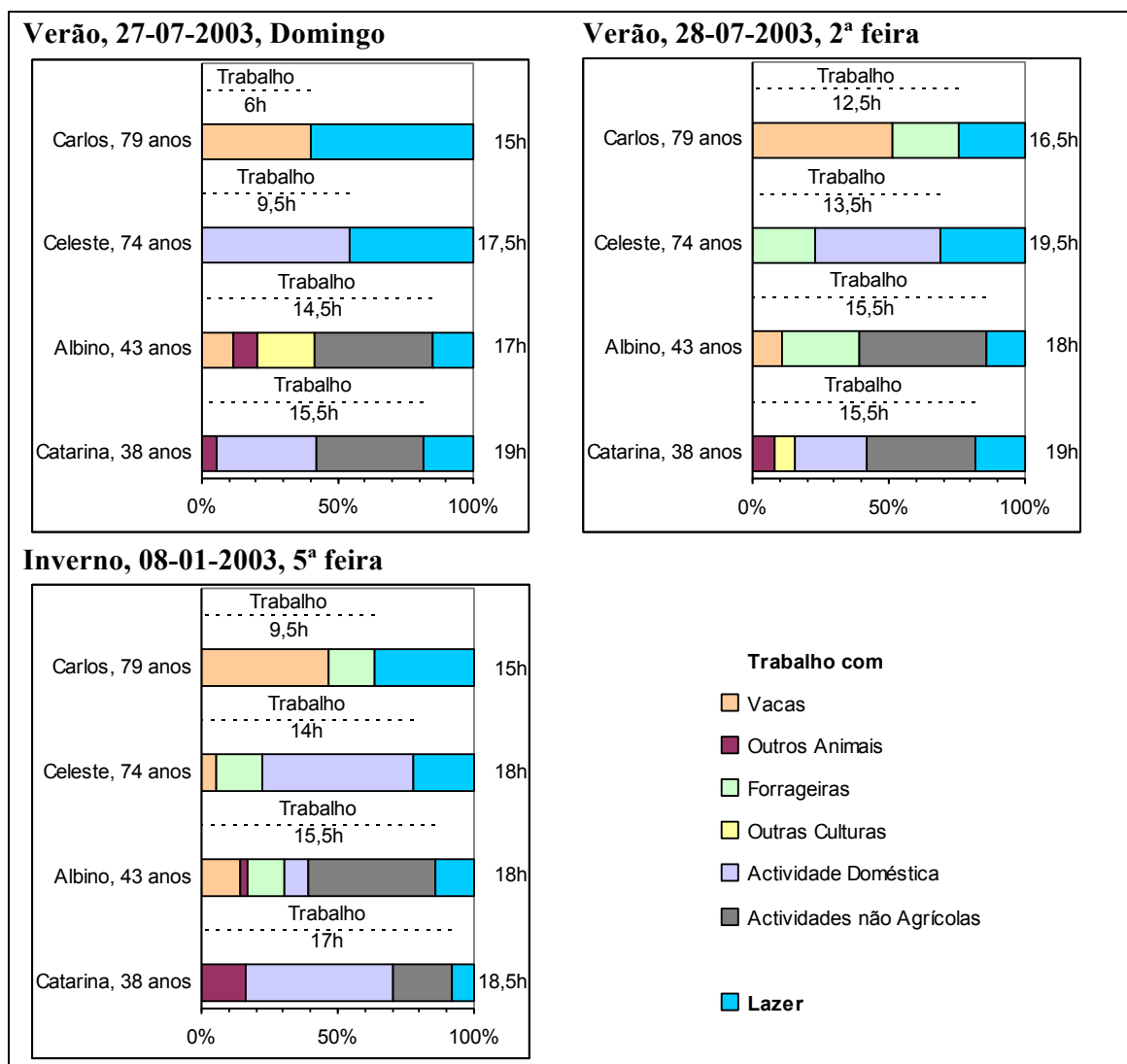


Figura 3.31 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 9 em exploração com sete vacas mirandesas

Catarina e Albino, naturais da aldeia onde sempre viveram, são casados e têm uma filha de 7 anos, a Mariana. Catarina tem ainda um filho anterior ao casamento, António, de 17 anos, que estuda na Escola Profissional em Bragança. Em regra, aos fins-de-semana, volta a casa, onde ajuda nos trabalhos agrícolas.

Na casa-exploração agrícola contam-se sete vacas mirandesas, algumas vacas cruzadas e respectivos vitelos, mas há ainda uma ocupação não agrícola para o casal. Com efeito, obtiveram a concessão do café da aldeia que exploram. Dadas as suas múltiplas ocupações, é fundamental o apoio com que podem contar dos pais de Catarina. Celeste e Carlos vivendo na sua casa e fazendo a sua agricultura (sobretudo horta e batata), asseguram ainda grande parte do maneio das vacas e vitelos da exploração agrícola de Catarina e Albino. Carlos, com 79 anos, é quem trata quotidianamente das vacas. Pode estimar-se que, em geral, assim consome praticamente metade do seu tempo. O trabalho com as mirandesas é também realizado por Albino que complementa esse contributo preenchendo sempre mais de 10% do seu dia com actividades correlativas: dá de comer às vacas, bem como aos vitelos, no estábulo, onde trata ainda da limpeza e da renovação da “camas”. Ainda que com menor expressão e com carácter mais ocasional, Celeste dá também o seu contributo para o maneio dos bovinos.

Tanto o casal idoso, Carlos e Celeste, como Albino, dedicaram, sensivelmente o mesmo tempo às culturas forrageiras, quer a apanhar nabijas, no Inverno, quer a colher milho e a regar milho e abóboras, no Verão. Mais excluída destas actividades fica Catarina, que tem a seu cargo parte das lidas no café, o trabalho doméstico da sua casa, e ainda algumas tarefas, como dar de comer aos outros animais (porcos e galinhas) da exploração.

Celeste, vive com o marido em casa própria, dedica também grande parte do seu tempo às actividades domésticas da sua casa, a que se soma ainda uma permanência de várias horas em casa da filha, ao serão, a tomar conta da neta, enquanto os pais exploram o café. Sublinhe-se que esta tarefa, contabilizada como trabalho doméstico, é de extrema importância para que o casal mais novo possa efectivamente deitar mão à oportunidade económica que o café representa.

Trata-se, assim, duma agricultura a tempo parcial em que o trabalho diário com as vacas é maioritariamente feito por familiares idosos, que são ainda agricultores em nome individual, complementando também a actividade da exploração dos filhos.

No quadro descrito, onde qualquer membro do casal jovem opera como eventual substituto do outro, o trabalho no café revela-se uma ocupação conciliável com a actividade agrícola. De facto, é vulgar os cafés das aldeias, conforme a clientela

e a disponibilidade dos que o frequentam, variarem o número de horas e períodos em que estão abertos. Exceptuando o caso dos reformados inactivos, e maioritariamente os homens, é natural que em cada época do ano, as horas que possam ter disponíveis para frequentar o café sejam as mesmas que o dono tem livres para o abrir. Normalmente, o café está fechado de manhã, tendo Catarina a tarefa de o limpar.

Uma nota final sobre este modo de vida, muito ocupado e atarefado, combinando uma actividade agrícola baseada num sistema tradicional (onde se vão introduzindo facilidades que permitem aligeirar e tornar mais eficiente o trabalho, quer a nível da mecanização, quer também no que diz respeito ao manejo dos bovinos), com uma outra actividade na aldeia, fora da agricultura.

Temos, por um lado, e como já fizemos notar, o papel essencial dos elementos mais idosos nesta família alargada que torna possível conciliar as múltiplas actividades, nomeadamente a criação de vacas mirandesas, actividade que, como se vê, é extremamente exigente em tempo. Por outro lado, a coexistência da modernidade e da tradição. A modernidade, patente na mecanização das actividades na exploração de Catarina e Albino, no seu padrão de vida e de consumo em que já aparecem vários ícones das sociedades modernas – a televisão, a máquina de lavar roupa, a importância do tempo dedicado ao arranjo da casa e pessoal, atestado por exemplo com os períodos a passar a ferro. A tradição, presente na incorporação do trabalho dos mais velhos no manejo das vacas, feito nos termos tradicionais, em que as vacas vão pastar acompanhadas, ficando quem as guarda com a incumbência das pequenas tarefas de manutenção dos lameiros (eliminar as silvas, reparar as agueiras, regar) e usufruindo de um tempo de lazer, de descanso, associado também às permanências no lameiro.

Note-se a “última volta pelas vacas”, que Albino cumpriu numa das noites, (conferir orçamento-tempo em Anexo AIII.37) interrompendo o seu trabalho no café para retomar o que se pode registar como um ritual dos agricultores mais velhos, que não conseguem ir deitar-se sem ver se está tudo bem com as suas vacas.

Família 10

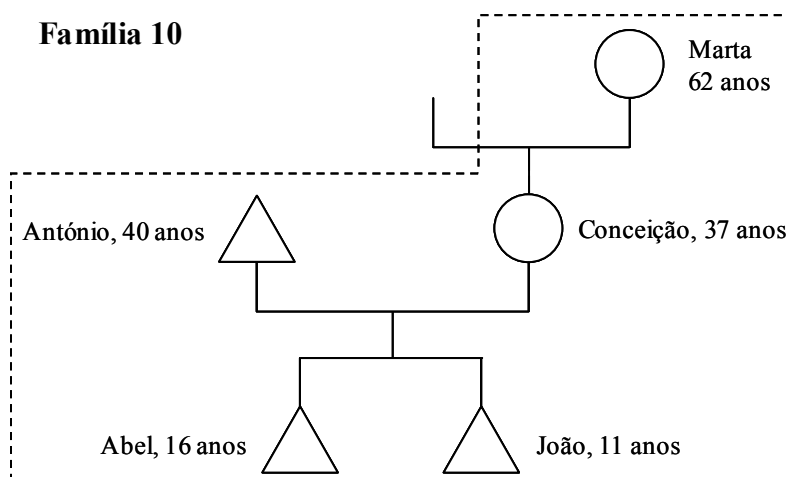


Figura 3.32 – Estrutura da Família 10, Miranda do Douro

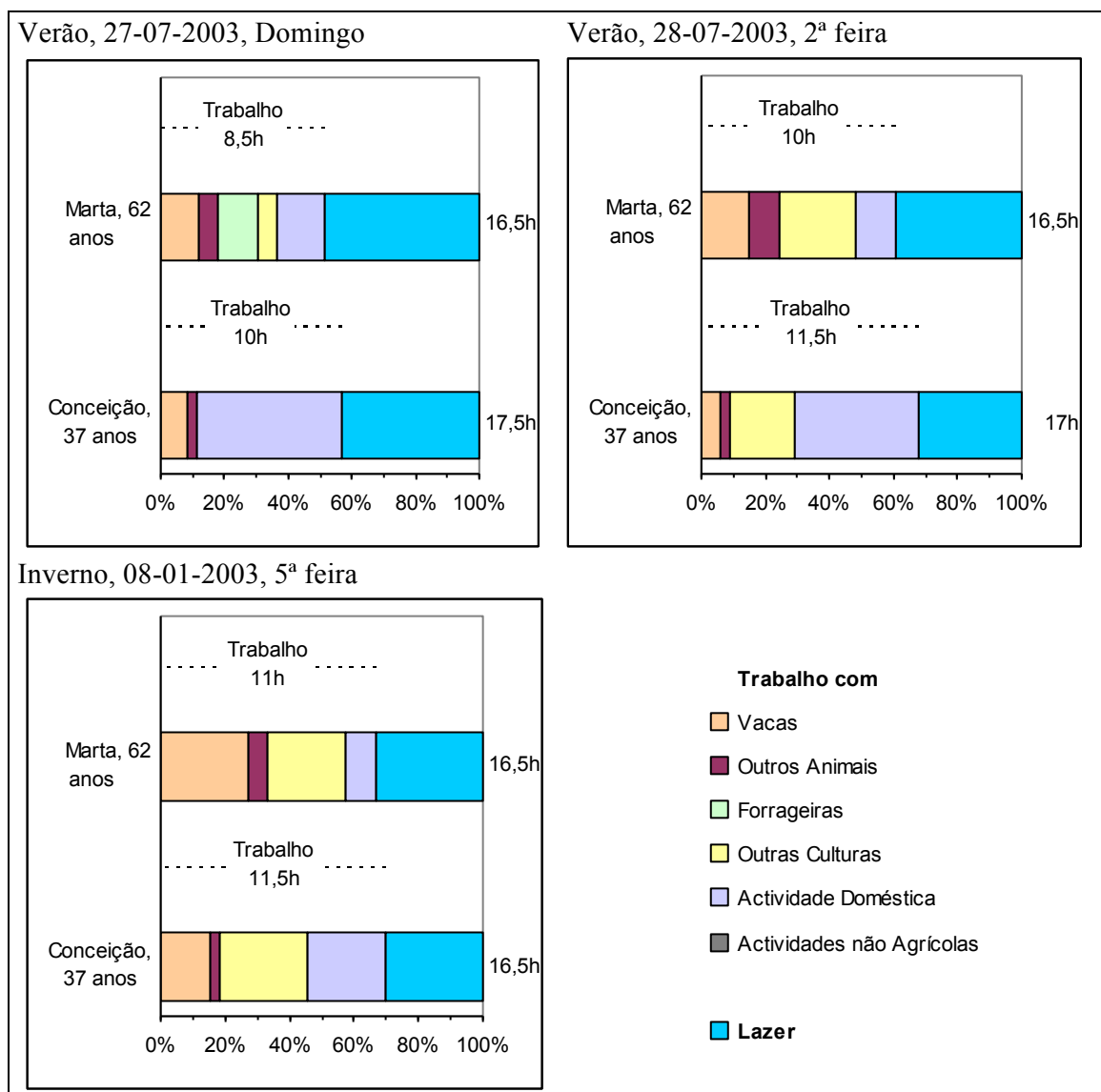


Figura 3.33 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 10 em exploração com 3 vacas mirandesas

Conceição é filha única. O pai faleceu cedo e por isso vive também com a mãe, Marta. Fez o ciclo preparatório e foi ficando pela aldeia onde casou. O marido, também natural da mesma aldeia e filho de agricultores, é empreiteiro na construção civil. Têm dois filhos: Abel, de 16 anos, e João de 11. Os filhos do casal estudam, o mais velho em Bragança, o outro em Vimioso, mas ambos estão também muito ligados às actividades agrícolas em que participam, sobretudo Abel, de 16 anos, cujo contributo é já apreciável.

Uma vez que o marido tem ocupação fora da agricultura, os orçamentos-tempo foram registados relativamente a Conceição e Marta, que são quem diariamente realiza as tarefas agrícolas.

Marta acompanha frequentemente Conceição nas tarefas agrícolas e domésticas. Ambas repartem entre si o trabalho com as sete vacas mirandesas, sendo a mãe quem ocupa mais do seu tempo com elas, sempre mais de 10% do seu dia. No Verão, quando o neto, em férias, acompanhou as vacas ao lameiro, libertou-a desta tarefa. Pode estimar-se que consome 30% do seu tempo de trabalho quando a condução das vacas ao lameiro e a vigilância correlativa ficam a seu cargo. Num dos dias registados, a colheita de milho para dar às vacas é também assegurada por ela.

Conceição ocupa-se preferencialmente da casa e das tarefas domésticas, ajudando a mãe a tratar dos outros animais da exploração: porcos, galinhas e coelhos. Num dos dias estudados, no Inverno, mãe e filha realizaram conjuntamente trabalho na limpeza da floresta recentemente plantada.

O sistema de manejo implementado na exploração é o tradicional: há a condução das vacas até ao lameiro e ainda todo o trabalho de limpeza das camas dos animais, bem com o fornecimento de forragens e rações no estábulo. No dia de Inverno observado, Marta não permaneceu com as vacas no campo, indo encontrar-se com a filha para *“limpar a floresta”*. Neste caso, o lameiro onde as deixou é vedado, podendo as vacas aí permanecer sem vigilância. Salienta-se também o manejo dos vitelos que, não indo ao campo, têm de ser postos a mamar antes da partida das vacas para os pastos. Esta prática indica também que vitelos e vacas não estão estabulados conjuntamente.

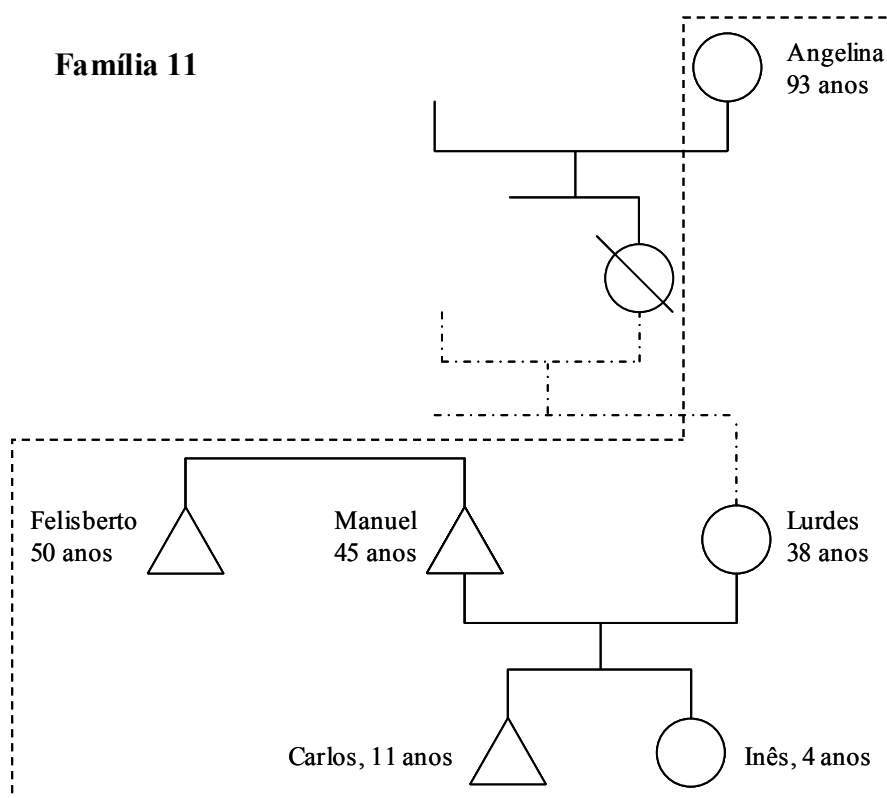


Figura 3.34 – Estrutura da Família 11, Vinhais

Lurdes e Manuel são casados e têm um filho de 11 anos, Carlos, e uma filha de 4 anos, Inês. Vivem numa aldeia do concelho de Vinhais de onde Manuel é natural, e onde Lurdes se fixou quando casou. Vivem também com a avó de Lurdes, Angelina de 93 anos (que com ela se mudou aquando do casamento) e com o irmão de Manuel, Felisberto com 50 anos. Este, é deficiente motor, mas é quem normalmente leva as vacas ao lameiro, montado numa égua⁵⁵.

Lurdes e Manuel têm 15 vacas e trabalham ambos na agricultura, ajudados por Felisberto. A avó de Lurdes não realiza já qualquer actividade.

Este casal jovem tem um efectivo de vacas mirandesas relativamente grande, e um sistema de manejo das vacas em que estas são diariamente recolhidas para o estábulo, mas que não requer sempre a presença de alguém que as guarde. Num dos dias analisado, Lurdes leva-os a um lameiro próximo de casa, onde as deixa sós. Quando as vacas ficam acompanhadas nos lameiros, quem as leva é Felisberto. Num dos dias de Verão orçamentado (Anexo AIII.46), Manuel procedeu à instalação de um

⁵⁵ Pela análise do orçamentos-tempo de Inverno apura-se que a tarefa de levar as vacas ao lameiro fica sobretudo a cargo de Felisberto. Nos restantes dias de registo não foi possível apurar a ocupação do tempo deste elemento, porque se encontrava ausente, mas na descrição das actividades de Lurdes em dois dias de Verão há a referência de que foi Felisberto quem levou as vacas ao lameiro (Anexo, pp.41e 42): “(...) fui aparelhar a égua ao meu cunhado, para ir com as vacas (...)”

comedouro para vitelos num determinado lameiro, o que remete também para um maneio utilizando já diversas facilidades características de uma condução mais extensiva do efectivo.

O maneio das vacas, bem como o granjeio das culturas forrageiras, são também em grande parte realizados por Manuel, que preenche proporções importantes dos seus dias nestas actividades. Lurdes também pode ver-se envolvida nos cuidados com as vacas. Num dia Primavera, em Abril de 2003 (Anexo AIII.47), cerca de um quarto do seu dia foi ocupado assim, mas é caso mais raro. Isto porque muitas das lides caseiras (que incluem também tomar conta da filha e da avó) estão exclusivamente a seu cargo. É também ela que, em geral, se ocupa da alimentação e limpeza das lojas dos porcos e galinhas. Tem ainda de se encarregar da criação de frangos, que são comercializados.

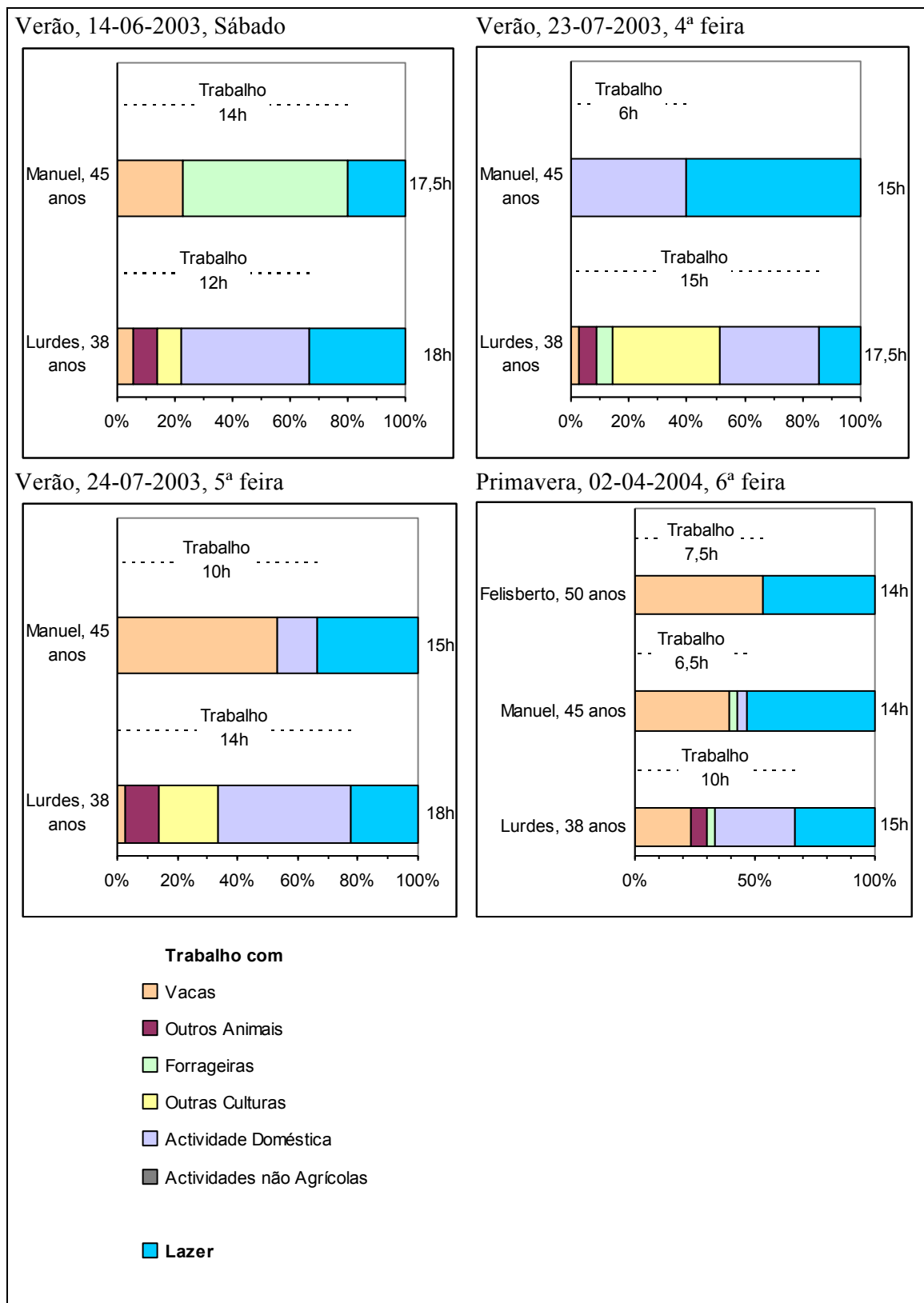


Figura 3.35 – Diagrama das actividades realizadas por elementos da Família 11 em exploração com 15 vacas mirandesas

Síntese dos Orçamentos-tempo das Famílias-Explorações

Relativamente à contabilização dos tempos consumidos por homens e mulheres nas diferentes actividades diárias, e apesar da informação recolhida nem sempre ser padronizável, podem referir-se algumas grandes tendências. O Quadro 3.1 mostra esses tempos, expressos aí como valores médios calculados para o conjunto dos indivíduos observados (criadores de vacas mirandesas com mais de 55 anos de idade), distinguindo-se género e época do ano, e considerando, separadamente, trabalho e lazer. É de notar que o número de homens e de mulheres não é o mesmo e que o número de observações em cada estação do ano varia também⁵⁶.

Os dias dos agricultores idosos são relativamente prolongados. Têm, em média, 17 horas no caso das mulheres e cerca de 16 horas para os homens. Os quotidianos de ambos os géneros mostram também diferenças conforme a época do ano, sendo em regra ligeiramente mais extensos no Verão do que no Inverno. Em regra, as mulheres têm também dias mais ocupados com múltiplos trabalhos (de novo uma maior sobrecarga no Verão relativamente ao Inverno), dias mais longos de trabalho e menos horas de lazer.

Quadro 3.1 – Número médio de horas diárias de trabalho e de lazer dos elementos idosos das famílias observadas, por género e época do ano

Época do ano	Total de horas / dia		Horas de trabalho		Horas de Lazer	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Verão	17,0	16,0	11,5	10,0	5,5	6,0
Inverno	16,0	15,0	11,0	8,0	5,0	7,0
Primavera	15,0	15,0	11,0	10,0	4,0	5,0

Passando agora à discriminação das diferentes tarefas desempenhadas, podemos verificar que aos homens cabe, em média, um maior número de horas de

⁵⁶ Os orçamentos-tempo registados, como já foi dito, cingiram-se às disponibilidades dos informantes e à presença dos inquiridos de forma a relatarem os seus dias de trabalho. Assim, o número de indivíduos observado por família e em cada momento, nem sempre foi o mesmo. Por outro lado, as idas ao terreno, embora pretendessem abarcar o mais possível momentos díspares da actividade agrícola (através de registos em diferentes estações do ano), não conseguiram alcançar este desiderato igualmente em todas as famílias.

Note-se ainda que se eliminaram do cálculo das médias os valores nulos. Isto é, não entraram no cálculo das respectivas médias horárias os casos em que a actividade em causa não ocupava no dia qualquer tempo do inquirido.

trabalho de manejo directo das vacas⁵⁷. Também ao trabalho com as culturas forrageiras (sementeiras, regas e colheitas) os homens dedicam, em média, um maior tempo diário do que as mulheres. Estas ocupam mais horas do seu dia nas lides domésticas, em que, aliás, os homens também participam. Isto, sobretudo em tarefas muito específicas: na ida às compras e feiras; no aprovisionamento – corte e transporte – de lenha para casa; na preparação de certos produtos hortícolas para posterior utilização culinária; enfim, num pequeno conserto necessário em casa.

Quadro 3.2 – Número médio de horas diárias de trabalho com as vacas, com as culturas forrageiras e com tarefas domésticas, dos elementos idosos das famílias observadas, por género e época do ano

Época do ano	Trabalho com as vacas		Trabalho Forrageiro		Trabalho Doméstico	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Verão	3,0	5,0	3,0	4,0	5,0	4,0
Inverno	4,0	5,0	2,0	2,5	5,0	2,0
Primavera	4,0	4,0	2,0	2,0	4,0	4,0

A participação das mulheres no manejo directo das vacas e vitelos, bem como na produção das culturas forrageiras, é significativa, existindo de facto, em regra, uma partilha destas actividades entre os dois membros do casal. No entanto, é preferencialmente o homem quem mais se ocupa destas actividades (por períodos de tempo mais alargados), cabendo à mulher as tarefas a realizar próximo da casa e ou da horta: recolher produtos hortícolas, dar alimentos a vacas e vitelos nos estábulos; pôr os vitelos a mamar quando as vacas estão estabuladas separadamente.

Relativamente à partilha do trabalho agrícola entre cônjuges e à acumulação de trabalho doméstico e agrícola por parte das mulheres, observações semelhantes têm sido referidas noutros estudos. No concelho de Barcelos assinalou-se que a participação das mulheres junto dos cônjuges é efectiva quer em situações de agricultura familiar a tempo inteiro, quer a tempo parcial (Rodrigo, 1992: 163-187).

Vários trabalhos em Trás-os-Montes traçam paralelismos relativamente às grandes tendências que aqui foram apontadas: referem em múltiplas situações e em sucessivos contextos temporais a divisão similar de tarefas entre homens e mulheres. Em determinadas situações, por exemplo quando houve emigração dos cônjuges, ou

⁵⁷ Isto é, o conjunto de tarefas relacionadas com a condução destas ao lameiro bem como permanência junto delas; alimentação no estábulo e limpeza das camas dos animais.

quando estes trabalham regularmente numa outra actividade fora da esfera agrícola, o trabalho da mulher na agricultura passa a ser mais intenso. Por outro lado, em determinadas épocas do ano de mais trabalho – e também no caso de tarefas que têm um período de execução muito curto –, a mulher pode ser chamada para tarefas de que vulgarmente não se ocupa. A isto se refere O'Neill (1984:151) que observou em Fontelas que as mulheres participam de uma forma activa na agricultura não se restringindo a sua acção à esfera dos trabalhos domésticos. Também Ribeiro (1992:158), a propósito da emigração masculina no Barroso, assinala que a saída dos maridos significa que as mulheres têm que assumir a responsabilidade e o desempenho das tarefas agrárias. No concelho de Vila pouca de Aguiar, analisando um grupo particular de famílias agrícolas que acumulam esta actividade com outras, Madureira (2002: 236) refere a participação constante no trabalho agrícola por parte das mulheres, que por vezes substituem os cônjuges que são quem preferencialmente se ocupa noutros sectores de actividade.

Em qualquer dos casos, o que se regista é uma intensa participação das mulheres no trabalho que há a realizar. Também Portela (1998:408-409), a propósito do grupo de criadores de gado, no universo dos agricultores estudados numa aldeia de Trás-os-Montes, os refere como um tipo em que a intensidade de trabalho sobressai no contexto geral da aldeia em análise. Assim sendo, sublinha ainda que os criadores têm casas-explorações agrícolas onde é preciso realizar muito trabalho, sendo as tarefas agrícolas realizadas quer pelos homens quer pelas mulheres: as mais pesadas ou requerentes em determinadas competências específicas são feitas pelos homens, enquanto as mulheres se ocupam das tarefas domésticas e das hortas.

Uma última nota acerca da contribuição das crianças para o funcionamento destas explorações agrícolas. A análise das famílias onde há ainda filhos pequenos, e onde está patente o trabalho que os progenitores (sobretudo as mães) têm com eles, permitiu-nos também observar a participação reduzida das crianças na exploração agrícola. De facto constata-se que o trabalho se organiza ali excluindo-as: a elas está prioritariamente destinada a ocupação na escola e o lazer. Por vezes participam, ajudam, mas em substituição de um adulto a que já estava atribuída a tarefa. Verifica-se uma diferença substancial relativamente ao que se passou na infância dos seus avós, e mesmo dos seus pais, a quem estavam, desde muito cedo, atribuídas responsabilidades nos trabalhos quotidianos da exploração agrícola.

Assim, se bem que haja crianças e jovens que participam com alguma regularidade nas actividades das casas-explorações agrícolas, estes são cada vez mais, em primeiro lugar, estudantes. Por essa razão, é que na contabilização dos tempos de ocupação dos elementos da família agrícola optámos por não tratar os

tempos referentes aos mais novos (cujas ocupações foram todavia orçamentadas em alguns dias – vejam-se anexos AIII.36, AIII.39, AIII.44). Nalguns casos (por exemplo Família 10, na secção 3.2.3) referimos particulares apetências e gosto de algumas crianças e jovens pelas tarefas agrícolas e, de certa forma, por este modo de vida. Tal não invalida, porém, as prioridades hoje estabelecidas pelos pais para estes jovens, se bem que o seu contributo, quer pela vontade de o fazer, quer ainda pelas competências já demonstradas, possa revelar-se relativamente importante. Tais comportamentos configuram uma transformação face ao que nos é descrito por Portela (1988:413;114;416), Ribeiro (1992:214; 343-346) e sobretudo por Pinto (1998), que estudou com mais profundidade o trabalho infantil na agricultura. De facto, nos casos citados, apesar das crianças (filhos de agricultores) estudarem, em regra estavam muito mais envolvidas nas actividades agrícolas. Registe-se, aliás, a apreciação de Ribeiro (1992) a propósito do conflito existente entre estudo e trabalho:

“A concorrência que actualmente continua a tecer-se entre os deveres escolares e as obrigações laborais das crianças encerra um perverso círculo vicioso. É que, por um lado, a escola, a formação escolar, enquanto potencial veículo de promoção pessoal, é, abertamente mencionada pela maioria dos pais como uma meta prioritária, relativamente aos planos que têm para os filhos. (...) Mas a intenção de dar um curso aos filhos é, na prática, extensamente minada pela necessidade que quase todas estas unidades familiares têm de os utilizar como recurso laboral, uma utilização que, paradoxalmente é, condição necessária à formação dos meios que permitem concretizar aquela intenção.” (Ribeiro, 1992: 346).

Por estas razões as ajuda no trabalho com que os agricultores idosos hoje poderão contar por parte os seus descendentes mais jovens, os netos, não se constituem como contributo de grande importância sobretudo se se considerar a constância e o tempo que os pode envolver.

De modo geral, podemos concluir que a realização do muito trabalho reclamado pelo maneio das vacas, passa pela contribuição quer dos mais idosos, quer de indivíduos com limitações físicas óbvias, mas é de notar que as horas de trabalho são consumidas sobretudo na condução e acompanhamento das vacas. Estas “canseiras e voltas” requerem mais mobilidade do que capacidades físicas estritas.

As crianças e jovens que crescendo no seio da actividade agrícola e aí participando ocasionalmente, estão, no entanto, já afastados destas incumbências quotidianamente. Ao contrário, aliás, do que foi observado noutras situações em Portugal (Pinto, 1998), o objectivo principal de actividade infantil é a escola. Por outro lado, o ombrear em várias tarefas das gerações adultas presentes que participam na realização do trabalho necessário ao funcionamento global da exploração agrícola.

Por fim, é também de salientar a divisão do trabalho entre marido e mulher, nos casais observados. Se é aos homens que as tarefas mais pesadas são atribuídas, às mulheres cabe “o destino” duma mais prolongada carga horária quotidiana.

3.2.4 – Calendários de actividades de duas casas agrícolas: das tarefas ao longo do ano à organização do trabalho

Serão de seguida apresentados os calendários das actividades de duas casas agrícolas de uma aldeia do concelho de Bragança.

A partir da análise detalhada do trabalho e do modo com ele é realizado pelos criadores de mirandesas, idosos, dado pelos OT pretendeu-se chegar a uma visão de conjunto do seu modo de vida, mas já com o a compreensão plena de como ela se desenvolve no detalhe quotidiano das múltiplas tarefas, e o modo de execução por eles encontrado, de forma a abarcar a multiplicidade de hipóteses da sua combinação em cada dia. Tal permite melhor conhecer, apreender, o que de facto está em causa no campo das decisões a tomar em cada momento e da constante necessidade de hierarquização das tarefas, de acordo com a sua urgência. A construção dos calendários é uma sistematização de um quadro de análise muito detalhado. Note-se ainda que, tal abordagem visa posteriormente chegar à comparação do modo de vida dos idosos criadores de Mirandesas com o modo de vida e a ocupação dos idosos proprietários florestais.

A fim de fazer uma síntese das diferentes actividades ao longo de um ano, apreciando a sazonalidade dos diferentes trabalhos, organizaram-se os calendários das principais actividades dos membros das duas famílias criadoras de vacas mirandesas, residentes na referida aldeia. Mês a mês, sintetizaram-se as actividades desenvolvidas, com base no registo de ocupação de tempo de vários dias. Neste caso os registos e a respectiva inquirição foram feitos junto dos agricultores, e é por isso natural que na síntese relativa a cada mês, tenham mais expressão e detalhe as actividades masculinas. Procura-se também salientar a forma como foi organizado o trabalho, as ajudas de que dispuseram para as diversas tarefas e ainda as adaptações surgidas face às particularidades do ano agrícola. A informação coligida remonta maioritariamente a 2003, e, nalguns casos, a 2004. O que se pretende é, assim, sintetizar as principais tarefas de cada mês, as dificuldades encontradas para as realizar, as técnicas particulares que são utilizadas, enfim, a combinação de práticas tradicionais com técnicas e instrumentos mais modernos.

Vários são os estudos que, também a propósito de Trás-os-Montes, sintetizam o conjunto da actividade ao longo de um ano agrícola, por exemplo em termos das produções forrageiras e das consequentes fontes de alimentação dos animais, da sequência dos trabalhos agrícolas ao longo do ano, das práticas utilizadas e da divisão de tarefas (Sousa, 1992: 55; Portela, 1988:303-305; O'neil, 1984:149).

O que se pretendeu foi utilizar também esta forma calendarizada, referenciada a cada momento do ano, para sintetizar as principais tarefas agrícolas e o modo de as executar (técnicas, equipamentos, organização do trabalho, mão-de-obra utilizada) por agricultores idosos, criadores de vacas mirandesas. Esta descrição conduz também, inevitavelmente, ao aperceber de todo um modo de vida. Optou-se pela apresentação de dois casos de agricultores não muito diferentes (a não ser na dimensão das suas actividades), por se considerar que os dois calendários apurados, ainda que com repetições, se completavam nas modalidades de execução e organização do trabalho. Tal facto permite também perceber que um mesmo conjunto de tarefas pode ser executado de vários modos diferentes.

A referida aldeia caracteriza-se por, simultaneamente, ter extensos soutos e produções importantes de castanha, que coexistem com áreas de olival de grande dimensão. Dada a orografia particular e variada do local, em pontos distintos encontram-se terrenos que desde há muito tempo são ocupados com as oliveiras, cultura já típica da Terra Quente e que nestas paragens de transição cumpre, desde há muito, um papel importante no abastecimento em azeite. Por outro lado, o castanheiro, árvore por excelência da Terra Fria transmontana, tem aqui também bastante expressão. Em face da crescente importância económica da castanha tem-se assistido a um aumento da área de souto e abundam as novas plantações de castanheiro. Apesar de muitos castanheiros secarem, sobretudo por causa da doença da tinta, os agricultores vão retirando e substituindo as árvores mortas. Os calendários das Famílias A e B incluem, para além da criação de mirandesas, uma área importante, e consequentemente actividade, de duas culturas permanentes. A apresentação aqui destes calendários vai depois no capítulo 5, permitir um exercício de comparação da intensidade do trabalho desenvolvido por estes idosos numa actividade intensiva em mão-de-obra, de ocupação permanente, requerendo esforço físico significativo e mobilidade, bem como capacidade de decisão no curto prazo – como é a criação de Mirandesa –, com uma actividade extensiva, de ocupação esporádica, como a das culturas permanentes.

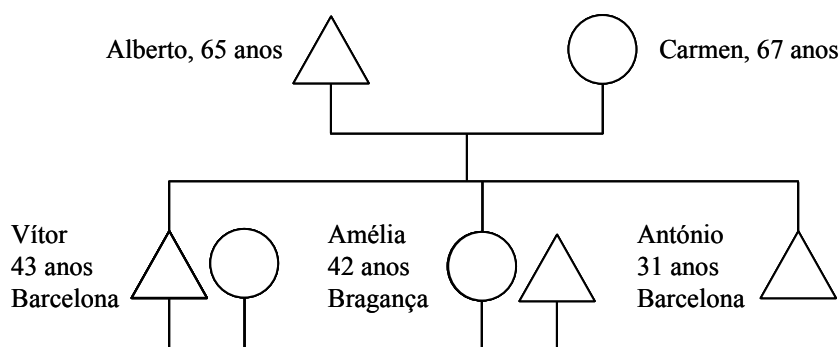
As duas explorações agrícolas aqui em análise conjugam pois a actividade de criação de vacas mirandesas e as respectivas actividades forrageiras, com as tarefas nos soutos e no olival.

Para cada um dos casos começa-se por apresentar a família e a exploração agrícola e, de seguida, o respectivo calendário das actividades. Em comum as duas famílias têm o facto de contarem quotidianamente com o trabalho do casal de indivíduos aí residente e, esporadicamente, poderem ainda recorrer à ajuda dos filhos que, embora vivendo longe, aí se deslocam. Num dos casos trata-se de indivíduos já reformados, no outro não. Ressalta ainda como diferença o número de vacas, se bem que dentro da mesma ordem de grandeza (nos dois casos é inferior a 10), e o facto de numa das explorações haver ainda pocilga e o respectivo fabrico de fumeiro.

Os calendários esboçam, e nessa medida sintetizam, o quadro de trabalho de um ano agrícola, dando conta da sua intensidade e da multiplicidade de tarefas que os agricultores têm que planear, suspender e cumprir, adaptando-se continuamente às contingências climáticas que implicam constantes reavaliações, às disponibilidades de mão-de-obra que reflectem também as suas limitações de saúde e disposição, entre outras.

Note-se que, em cada um dos meses não existe um padrão de condução das vacas aos lameiros. De facto, há que ponderar quotidianamente se o trabalho das vacas mirandesas é ou não necessário, se as outras múltiplas tarefas que o agricultor tem que cumprir se podem compatibilizar com a condução das vacas, bem como com a sua permanência em lameiros vedados, e ainda se a deslocação que implica o ir conduzi-las aos pastos se adequa aos locais onde se realizaram os outros trabalhos agrícolas. Assim, umas vezes saem pela manhã, outras apenas de tarde. Por vezes, se for mais conveniente, nem chegam a sair do estábulo, sendo aí alimentadas, embora por norma o maneio se caracterize pela condução das vacas aos pastos. Por estas razões, estas tarefas nem sempre são explícitas nos referidos calendários.

A família A

**Figura 3.36 – Estrutura da Família A, Bragança**

Alberto e Carmen, respectivamente de 65 e 67 anos, são casados e sempre viveram na aldeia, dedicando-se à actividade agrícola. Em casa, actualmente vivem apenas os dois, uma vez que tanto a filha como os dois filhos abandonaram já a aldeia e a casa paterna: a filha é educadora de infância em Bragança; os filhos estão ambos emigrados em Barcelona. Alberto e Carmen estão já reformados, a trabalhar na exploração agrícola que se caracteriza por extensões relativamente importantes de olival e de souto, e pela criação de vacas mirandesas.

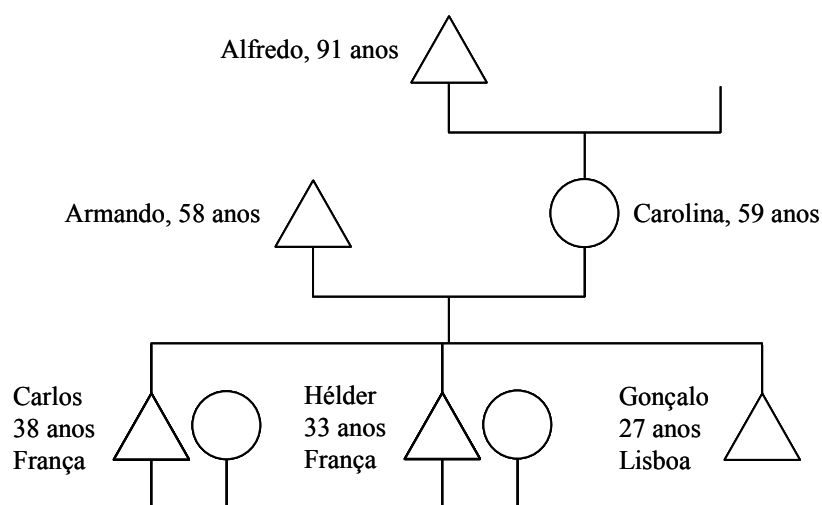
A exploração tem sensivelmente 180 castanheiros em produção e 20 novos, que ainda não produzem fruto. O olival tem aproximadamente 130 árvores, todas em plena produção. Dispõe também de meio hectare de vinha e da mesma área de horta, com regadio; a área produtiva de sequeiro perfaz cerca de 2,5 ha e os lameiros, no total, representam 5 ha sendo 2 de regadio. Há ainda outras áreas, sobretudo de monte e matas, que perfazem um total de cerca de 3 ha.

Relativamente à pecuária, contam ainda com duas vacas mirandesas e os respectivos vitelos, também desta raça. Além dos bicos da capoeira, criam também porcos, com vista ao fabrico do fumeiro.

FOLHÃO A pag 1

FOLHÃO A pag 2

A família B

**Figura 3.37 – Estrutura da Família B, Bragança**

Armando (58 anos) e Carolina (59 anos) são casados e têm a exploração agrícola onde trabalham há já vários anos. Estando os filhos todos já a viver e a trabalhar fora de casa e da aldeia – os dois mais velhos emigrados em França, e o mais novo em Lisboa – o casal vive apenas acompanhado do pai de Carolina, Alfredo, já com 91 anos, que agora se encontra inválido e acamado. Por tal razão, a participação de Carolina no trabalho agrícola é cada vez mais reduzida uma vez que tem que cuidar do pai. Não estão ainda reformados, ele continua a descontar, ela parou aos 30 anos de descontos. Confessa que é difícil continuar a pagar a prestação total correspondente aos dois.

A exploração conta aproximadamente com 616 castanheiros (dos quais 466 estão em plena produção e 150 são novos e estão ainda sem produzir). Tem ainda cerca de 500 oliveiras, todas a produzir, e meio hectare de vinha. As hortas de regadio ocupam cerca de 0,7 ha e a área produtiva de sequeiro aproximadamente 15 ha. Os lameiros perfazem 7 há, sendo cerca de 3 ha de regadio. A exploração conta ainda com áreas de monte e de matos, num total de 3 ha. Para além da capoeira com galinhas e patos, têm ainda 6 vacas, das quais apenas duas são de raça mirandesa. Os vitelos também são cruzados, não podendo por isso ser comercializados como DOP.

Embora os filhos vivam longe, o casal pode contar com ajuda deles quando se deslocam algum tempo à aldeia. Sobretudo o mais novo, solteiro, e por isso livre de outros compromissos familiares, tem ainda disponibilidade para apoiar os pais com alguma frequência. De resto, contam com a ajuda de vizinhos, a troco do retorno de trabalho equivalente nas suas terras. Por vezes, quando há quem se mostre disponível, pagam umas jeiras.

FOLHÃO B pag 1

FOLHÃO B pag 2

3.2.5 – Notas síntese acerca do trabalho dos idosos criadores de vacas mirandesas

Nesta sub-secção procuramos expor de forma ilustrada, algumas características do trabalho dos idosos criadores de vacas mirandesas que se foram evidenciando ao longo do nosso trabalho no terreno. Os tópicos abordados parecem-nos particularmente reveladores de formas de prosseguimento da actividade encontradas por estes agricultores idosos. Enfatizam também as dificuldades que, mercê de limitações próprias da idade, os idosos enfrentam no trabalho, bem como ao modo encontrado para as ultrapassar.

3.2.5.1 – Criação de vacas mirandesas: da repetição à flexibilidade

A descrição das actividades que os agricultores idosos estudados cumprem diariamente, em particular as relacionadas com a criação das vacas mirandesas, deixa-nos entrever o seu quotidiano. Por um lado, temos a repetição inexorável de um conjunto de tarefas que um deles tão bem sintetizou com a expressão: "É uma vida, uma disciplina, é sempre...". Aliada à sucessão pré-determinada de tarefas há uma certa necessidade de improviso, que os obriga, em cada momento, a decidir e, sobretudo, a hierarquizar as múltiplas solicitações do trabalho agrícola. Por exemplo, em regra as vacas saem todos os dias para pastar os lameiros, mas se surgir outra actividade muito urgente, então ficam estabuladas, sendo-lhes dada a alimentação na manjedoura. Esta flexibilização é possível em função da autonomia de gestão, organização e acção propriamente dita dos agricultores, bem como do saber profissional que lhes permite improvisar sem correrem riscos elevados. Por vezes, tal permite ainda decidir pequenos períodos de lazer intercalados no conjunto das tarefas, como por exemplo não prescindir de uma manhã para ir à feira local. Estas deslocações, aliás, cumprem simultaneamente um papel económico (de colocação de produtos e também de abastecimento) e um papel social e lúdico.

"À feira, a Bragança, vou sempre... o que eu compro mais é a cerveja, porque o meu sobrinho que me vem a ajudar gosta muito de cerveja (...) um queijito para merendar, e vou ver os amigos.

Eu tenho um carriço, tenho um carrinho dos pequeninos para ir à feira, e a Vinhais vou à feira do fumeiro... à feira de Maio (à feira Franca em Maio na Moimenta...) vêm lá umas espanholas a cozer o polvo (...)"

(agricultor de 73 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Bragança)

O modo de vida de quem tem animais a seu cargo é difícil de conciliar com férias e lazer.

“Agora a maior parte do meu tempo é ocupado com as vacas, directa ou indirectamente..., não haja dúvidas...ou a tratar delas, dar-lhes de comer, ou levá-las para o pasto, ou a ir buscá-las, ou ir apanhar milho para elas, ou ir a semear nabal (...) ou aveia (...) ou cevada para elas e ir buscar para lhe dar na loja ... a maior parte do tempo em ocupação são os animais, não haja dúvida... Eu vejo aí vizinhos na aldeia que venderam as vacas, têm o tempo quase todo livre e eu estou sempre ocupado.... E depois é todos os dias, ao domingo e tudo (...) é todos os dias. É uma ocupação diariamente. Nós não gozamos férias (...) é que não se pode! Temos amigos fora daqui que nos dizem venham-nos ver. – Ó pá nós não podemos sair... É uma vida presa (...)

(agricultor de 57 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

É também um trabalho duro, sujeito às agruras do clima, que por aqui é aliás impiedoso, quer nos gelos e ventanias do Inverno, quer na canícula do Verão. É um trabalho sujo, em que diariamente se prepararam os estábulos, espalhando a palha sobre a bosta e periodicamente se remove o estrume.

É pois uma actividade exigente em trabalho, em que é preciso saber programar e improvisar face às contínuas novas situações que surgem, o que implica disciplina e saber acumulado numa multiplicidade de tarefas que é preciso cumprir, mas em que simultaneamente, e à semelhança de outros trabalhos por conta própria, existe uma grande liberdade de actuação.

Nestes trabalhos da agricultura, a diversidade de tarefas a cumprir e a sua dispersão espacial obrigam a contínuas deslocações, dando assim uma sensação de liberdade, de fruição e de comunhão com a terra, que são também características suas. A este propósito, veja-se como sintetiza um agricultor o seu modo de vida,

"A agrária não é bem paga, mas é farta e é livre!"

(agricultor de 71 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais)

3.2.5.2 – “Trabalho com as vacas” versus mecanização

O conhecimento da agricultura no tempo, e em particular a da região em que vivem, permite-lhes utilizar em simultâneo técnicas tradicionais e as tecnologias modernas.

Um exemplo disto é a manutenção da tracção animal (sobretudo com vacas, mas também burros e mulas), em certas tarefas agrícolas, o que permite utilizar todo o saber do passado, valorizando, para determinadas condições de terreno e culturas, a

qualidade dos resultados mais do que na poupança de esforço. Para tal, as vacas têm de ser de raça Mirandesa (mais rústicas e simultaneamente mais fáceis de ensinar), e há que saber jungi-las (juntá-las) e conduzi-las, ensinando-as a realizar a operação. Este tipo de tracção é considerado particularmente adequado para lavrar e preparar o terreno para "pôr o renovo", para lavrar as vinhas e ainda para plantar e arrancar batatas, permitindo, segundo os próprios, a realização destas com maior perfeição. Quem já não sabe ou não pode "amansar as vacas" (ou seja ensiná-las), chega a contratar este serviço a quem ainda esteja na disposição de o fazer.

"Trabalhemos eu e o meu marido sempre, nas hortas, a lavrar, e a fazer tudo por aí a fora. Tudo: nas vinhas, para pôr batatas e algum serviço que o tractor não consegue lavrar, mas agora não agora não nas têm amansado.... [as vacas] é preciso jungi-las muitas vezes (põe-se duas lado a lado, e com um jugo de madeira ... muito bem feitinho e depois jungi-los com uma corda p'rás prender ... e depois é preciso ir com elas e ensiná-las, para as rodar (...). Aqui agora ninguém as quer amansar ... é preciso perder muito tempo com isso, mas naquele tempo amansavam-se depressa porque iam todos os dias a lavrar, era depressa que amansavam, agora não, se vão só uma vez por ano, isso coitaditas não sabem tem de ir um diante outro detrás..., outro a pegar, outro bô, mais de quantos para vir a lavrar. Quando elas aprendem depois é fácil ... andam elas sozinhas, para um lado e para o outro ... e não é nada difícil ... o que é que agora já ninguém as quer amansar Sabe vem os tractores, não é, não têm que ter trabalho, perder tempo ... pronto, mas há aí sítios que até precisavam muito as vacas ... muito, muito para por umas batatas aquilo é uma maravilha ... o que é que agora já ninguém quer isso..."

(agricultora de 69 anos, casada, reformada, aldeia do concelho de Bragança)

Por vezes já não são as vacas mas as mulas ou burras que se tornam muito mais fáceis de conduzir, uma vez que exigem menos esforço físico por parte do agricultor. Contudo, segundo os entendidos, não fazem o trabalho tão bem, tão perfeito como as vacas – uma vez que não têm a mesma força e por isso não realizam o rompimento da terra tão profundamente. Há também os que reconhecendo estas vantagens do trabalho realizado com as vacas, simplesmente já não o pode realizar. Há ainda quem pense que o acréscimo de trabalho, de esforço, não compensa os resultados atingidos.

"A burra lavra: é mais para a plantação das batatas que é mais fácil do que com as vaca. As vacas faziam um trabalho melhor...têm mais força, é diferente, isto é mais um desenrasque (...)"

(agricultor de 57 anos, casado, reformado por invalidez, aldeia do concelho de Bragança)

Em qualquer dos casos, a utilização da tracção das vacas nas tarefas mencionadas não significa pôr de parte o tractor (bem como outra maquinaria), em todas as outras. De facto, são unanimemente reconhecidos o bom serviço e o carácter imprescindível da sua utilização na actividade agrícola.

Os raros agricultores inquiridos que não têm tractor na sua exploração agrícola recorrem com mais frequência aos animais para transportes. Nestes casos, é o carro das vacas ou o carro das burras que lhes permite efectuar todos os transportes, desde o das forragens (colhidas com regularidade tanto no Inverno como no Verão) até ao da lenha (para consumo doméstico). De um modo geral, quem não tem tractor, e assim recorre com frequência ao carro de bois e ao carro das burras, tem um quotidiano muito mais duro e ocupado relativamente aos que podem contar com a tracção mecânica. Note-se que estes agricultores recorrem sempre ao aluguer de tractor para a realização das lavouras. Queixam-se, no entanto, da dificuldade que há em conseguir o serviço em tempo oportuno e do preço elevado por que o têm que pagar.

3.2.5.3 – Maneio tradicional: um sistema onde reina a mobilidade

Os tractores servem também de meio de locomoção, a par das burras e das motas. Com frequência, estes meios de transporte são mesmo utilizados ao levar as vacas aos lameiros, sobretudo aos que estão mais distantes: para não terem que fazer todo o caminho a pé, as pessoas utilizam um burro, o tractor, ou uma moto conforme as disponibilidades e preferências. Um agricultor tinha mesmo um pequeno automóvel que era utilizado com este fim. Numa família de agricultores mais jovens é referido que se ia de carro até aos estábulos das vacas (que ficavam longe de casa) e daí é que as vacas eram depois conduzidas aos lameiros.

Assim, conforme as possibilidades, facilita-se o trabalho, sobretudo quando ele tende a tornar-se particularmente penoso.

Por vezes, tais constatações parecem pintar um quadro inverosímil, dissonante do que se espera encontrar: ou o de uma agricultura moderna, organizada utilizando todos os meios técnicos possíveis, visando a máxima eficiência e racionalização técnico-económica ou, no extremo oposto, a agricultura tradicional, fora dos cânones do mercado e da tecnologia e de todos os confortos que nele se podem conseguir. O que de facto existe é a combinação de tudo isto nas proporções possíveis e que pareceram aos actores mais convenientes e adequadas aos seus propósitos em cada momento.

Todos eles continuam uma actividade agrícola muito baseada no mercado – são criadores de gado bovino mirandês, cuja carne é comercializada como DOP (como produto certificado e vendida por isso a preços superiores), através da Associação de criadores, que já constitui uma cooperativa para tratar exclusivamente dos aspectos de abastecimento dos mercados e comercialização da carne. Por outro

lado, prosseguem a criação de vacas e vitelos, em função da estrutura física das suas explorações que, regra geral, se pautam por um elevado grau de fragmentação e dispersão das terras de lavoura e dos lameiros. Em explorações agrícolas de reduzida dimensão, os efectivos pecuários são também maioritariamente pequenos, e o sistema de manejo baseado numa deslocação diária aos lameiros, coloca desde logo como principal dificuldade a vencer, os inúmeros percursos que é necessário fazer. Assim se compreende que as questões de mobilidade e as possibilidades de transporte assumam neste contexto um lugar central.

“Hoje já não vou a pé. Hoje já não sou de andar a pé. Vou de mota (moto 4). Há dinheiro, pronto! É mais leve que o tractor e vai-se mais rápido, chega-se num tiro. Vamos pelos caminhos rurais – não tão à vista, que não se pode conduzir o gado com isso, é proibido. Portanto só sendo aí perto mas mesmo perto, é que se vai a pé (até um quarto de hora 20 minutos é considerado perto), (...). Às vezes vou de tractor, ou de burra. No Inverno não que há muita água...mas agora de Verão vamos quase sempre na mota a esses lameiros mais longe que nos mais perto posso ir a pé pela fresca.”

(agricultor de 57 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

Neste último depoimento a referência à moto diz respeito aos veículos moto-4, modernos e perfeitamente adaptados a terrenos acidentados e caminhos em mau estado. Verificou-se na aldeia em causa a existência de mais de 40 veículos destes. Inicialmente comprados para comprazer a vontade dos filhos dos agricultores que se juntam assim com os amigos, no largo da aldeia, de onde partem para passeios mais ou menos longos e "radicais", foram desde logo amplamente utilizados pelos pais, uma vez que se revelaram muito adequados às deslocações que estes têm que fazer diariamente. Facilmente verificaram que eram muito mais versáteis e leves do que os tractores. Repare-se na expressão deste agricultor “Há dinheiro, pronto!”, a qual vinca bem o abrir de oportunidades que este, o dinheiro, traz, deixando-lhes a possibilidade de o aplicarem no que melhor lhes servir. Este caso, que não é regra, registou-se numa aldeia do concelho de Bragança, que se encontra particularmente próxima desta cidade, e não deixa de ser um exemplo interessante das transformações ocorridas no modo de vida dos agricultores, e da sua agricultura.

É de notar, ainda, a referência na transcrição apresentada à utilização do tractor e mesmo da tracção animal (de uma burra, no caso), nos dias invernosos em que a existência de lama impossibilita a utilização das motos. Assim, mais uma vez se ilustra a adaptação às situações quotidianas e às imposições do clima e do território, alternando práticas tradicionais com soluções de modernização.

3.2.5.4 – Tradição e modernidade de um modo de vida

Os agricultores idosos inquiridos estiveram todos, em algum momento da sua vida, ligados à actividade agrária. Mesmo para os que se empregaram fora da agricultura, esta permaneceu sempre como um lugar conhecido e experimentado nas suas vidas. De facto, houve aqueles cujos familiares mais chegados, cônjuges e filhos, se mantiveram sempre na aldeia ligados a uma exploração agrícola que lhes complementou os rendimentos dos salários de Polícia ou de Guarda. Houve também quem, nessas outras profissões, percorresse com a família diferentes pontos do país durante alguns anos, vindo mais tarde a aproximar-se sucessivamente da aldeia aonde eram proprietários e se vieram a reinstalar na agricultura. Houve ainda aqueles que foram toda a vida agricultores, por vezes com pequenas interrupções em que emigraram. Por fim, houve os que passaram praticamente toda a sua vida activa fora (quer emigrados, quer noutras actividades no país), instalando-se na agricultura no fim do seu período activo e contributivo.

Em qualquer dos casos mencionados, trata-se no entanto de indivíduos que conhecem o trabalho agrícola e que o aprenderam, quanto mais não seja na infância, com os seus pais. Filhos de agricultores, viveram a infância na aldeia e desde cedo colaboraram nos múltiplos trabalhos da agricultura. Assim, hoje conhecem, quer as técnicas em que se recorre à tracção dos animais, quer as que utilizam maquinaria e permitem aliviar o esforço. Tal conhecimento coloca-os num ponto invejável de comparação entre dois tempos, entre dois mundos.

Essa comparação está aliás patente nos seus depoimentos e assenta em diferentes pontos: por um lado, no reconhecimento unânime de que os tempos eram muito mais difíceis e o trabalho muito mais duro e penoso; por outro, na constatação de que o trabalho manual atinge atributos de perfeição inigualáveis.

Todos reconhecem as facilidades que a mecanização, e em particular os tractores, trouxeram (o que aliás é também demonstrado pelo recurso a estes serviços por parte dos agricultores que não os têm). Os que vêm de casas agrícolas mais pobres ou os que, trabalhando na agricultura, não tinham terra, sublinham as desigualdades e as injustiças sociais vividas noutros tempos, bem diferentes dos referenciais da actualidade.

A este propósito, salienta-se que as queixas feitas relativamente à actividade agrícola na actualidade, se inscrevem no quadro duma comparação desta com outras actividades económicas e os rendimentos por elas geradas agora, e nunca por comparação ao que era a agricultura na sua infância. Relativamente a esta, a

agricultura de hoje peca, segundo eles, apenas pelo facto de ser cada vez menos uma profissão, uma forma de vida dignificada, e que não se basta a si própria.

No paralelo estabelecido entre os diferentes mundos agrários (do passado e do presente), constata-se também o contínuo despovoamento do mundo rural e da agricultura, com tudo o que isso implica em termos de organização da actividade, nomeadamente de disponibilidade de mão-de-obra paga, ou simplesmente de gente que se disponha a trabalhar. Por outro lado, salientam a desvalorização crescente das produções agrícolas, o que torna comercialmente difícil esta actividade económica.

3.3 – Rendimento e encargos na actividade criação vacas mirandesas

Fazer a avaliação, mesmo que seja aproximada, dos rendimentos gerados pela actividade criação de vacas mirandesas é importante, na medida em que nos permite aperceber o seu peso na continuidade da actividade pecuária entre os agricultores idosos. Um aspecto saliente é desde logo a garantia de escoamento da produção. Além disto, a carne é mais valorizada em virtude da DOP do vitelo mirandês, e do novilho.

“A mirandesa compensa na medida do escoamento das carnes. A carne é mais cara e tem bom escoamento, pronto. Recentemente telefonaram-me a ver se já tinha vitelos para tirar. Portanto, precisam dela. O escoamento é importante e o preço da carne também. E há ainda os subsídios, os agro-ambientais, e os machos de engorda.”

(agricultor de 57 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

Como muito bem sintetiza a transcrição acima, para além do escoamento e do valor da produção que, grosso modo, se pode considerar cerca de 20% superior⁵⁸, o total de subsídios auferido é igualmente determinante para a obtenção de um rendimento satisfatório. Para tanto contribui ainda a maximização da produção

⁵⁸ Este valor que nos foi referido pelo então Presidente da Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa é aliás também avançado por Rodrigues (2000: 271). A estimativa do aumento de rendimento por vitelo vendido como D.O.P. foi feita com base na informação recolhida numa entrevista ao Presidente da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa efectuada em Novembro de 2001. Comparando, com base em casos concretos por ele apresentados, o valor atribuído ao vitelo pela forma de comercialização tradicional (em que o animal é avaliado pelo seu aspecto e compleição, “a olho”), o peso da carcaça do animal depois de limpa no matadouro, e o preço do kg de carcaça pago pela Denominação de Origem Protegida.

forrageira na própria exploração e a redução ao mínimo possível dos alimentos comprados.

“Cereal fazemos, mais centeio do que trigo. Agora não vendemos, não compensa. Temos um moinho e moemos o grão. O pão não dá dinheiro e os farelos são caros e então fazemo-los. Vender o pão não compensa...para depois ir comprar a ração? Nem a palha nos fica de lucro...Assim faço a ração em casa: boto-lhe milho, boto-lhe aveia...pronto... faz uma ração. Dou aos vitelos alguma; às vacas não, que temos muita coisa para lhe dar; e damos aos recos.”

(agricultor de 64 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais)

Para além do transcrito, a alimentação do gado compreende a erva dos lameiros, o feno, milho (consumido em verde), aveia, nabos e por vezes rábanos – produções cultivadas na própria exploração com vista ao seu auto-aprovisionamento forrageiro.

Para estas produções, os agricultores idosos contam sobretudo com o seu trabalho e o de familiares mais próximos (os filhos, como vimos, podem ajudar sobretudo nas épocas de mais trabalho). O pagamento a assalariados nesta actividade quase não existe, restando os encargos que dizem respeito à contratação de máquinas. Assim, em regra pode dizer-se que o trabalho dispendido, importante como vimos em termos de tempo e esforço, não constitui um encargo real, não sendo por isso apercebido nesta agricultura familiar como tal. De facto, pode dizer-se que o trabalho dispendido se for do próprio ou dos filhos não se contabiliza. Parece pois indicado o cálculo dos rendimentos da actividade através da margem bruta que será apresentada em 5.3.2.

3.3.1 – A comercialização dos vitelos

O objectivo último da actividade aqui em análise é a criação e posterior comercialização de vitelos ou novilhos. Os vitelos podem ter no máximo 9 meses e não ultrapassar um peso de 150kg⁵⁹. A partir dos dez meses temos já novilhos que, apresentando pesos superiores, são contudo comercializados a um preço do kg de carne inferior, apesar da Denominação de Origem Protegida existir tanto para os vitelos como para os novilhos. Em regra, os agricultores preferem proceder à comercialização de vitelos, o que lhes assegura um preço mais elevado e simultaneamente reduz a permanência dos animais na exploração agrícola. Assim,

⁵⁹ Valores indicados pelos técnicos da Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa

poupam trabalho e forragem. A comercialização dos vitelos e novilhos como DOP é feita através da Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa⁶⁰.

Há, no entanto, agricultores que preferem vender os vitelos fora do circuito de comercialização da DOP, não se vinculando às regras da Cooperativa. Se bem que no geral estas transacções lhes imponham preços mais baixos, não têm que aguardar pela procura do mercado abastecido pela Cooperativa. É que, por vezes, os criadores esperando a sua vez para escoarem a carne de vitelos mirandeses criados, vêem, impotentes, os animais ultrapassarem a idade e o peso máximo permitidos à comercialização como vitelo. Tais foram, aliás, justificações adiantadas pelos agricultores inquiridos que, por vezes, preferem o esquema de comercialização que adoptam já para os bovinos cruzados que têm também na exploração, prescindindo deste modo de uma comercialização da carne mirandesa a preços mais elevados.

3.3.2 – As Margens Brutas e os encargos com a Segurança Social

Rodrigues (2000) calculou a margem bruta associada à actividade criação de vacas mirandesas, também em Trás-os-Montes. Neste caso, o cálculo visava imputar uma rentabilização (ou antes um grau de utilização) às áreas forrageiras, por exemplo lameiros, tendo como objectivo último avaliar o grau de utilização ou de abandono do território. Face aos encabeçamentos praticados, o autor considerou os encargos variáveis imputados a esta actividade não entrando em linha de conta com o trabalho do agricultor e família. Contabilizou todos os subsídios candidatáveis a estas actividades, mas dada a multiplicidade de situações encontradas no terreno, optou por não os considerar no cálculo da margem bruta. Note-se que nos encargos variáveis não foram também incluídas despesas com alimentos grosseiros (ou seja, as forragens e pastagens utilizadas na alimentação dos bovinos e provenientes da própria exploração). Assim, considerando os diversos condicionalismos metodológicos aludidos, o valor a que este autor chegou foi de 475 € por vaca (apresentado na caixa de texto).

No entanto, se considerarmos o subsídio padrão por vaca, calculado pelo mesmo autor (em que são também imputados, através dos encabeçamentos correspondentes, os subsídios relativos à manutenção de prados e pastagens

⁶⁰ Verificámos que nem todos os associados da ACBRM são também sócios da Cooperativa. Pode mesmo dizer-se que parte significativa daqueles não o é, mas tais situações não invalidam que os animais possam igualmente ser comercializados através dela. A consulta do número de vendas efectuado pela referida cooperativa em 2003 revelou 523 produtores e 2183 animais. Muitos dos criadores que efectuaram as vendas através deste organismo não estavam inscritos. Relativamente aos criadores inquiridos no âmbito deste trabalho, nenhum pertence à cooperativa

permanentes), incluído no cálculo da margem bruta, chegamos a um valor desta significativamente mais elevado. Note-se que, para calcular a margem bruta por vaca com subsídios, se tomou o montante de subsídios máximo avançado por Rodrigues (2000), o qual determina, grosso modo, uma duplicação no valor margem bruta por vaca primeiramente apresentado. As situações intermédias, relativamente ao montante de subsídios candidatados e auferidos pelos criadores por cada animal, correspondem pois a valores de margem bruta por vaca com subsídios mais baixos, até ao valor limite da margem bruta / vaca sem subsídio, já referido.

Fragata (2002), por seu lado, calculou as margens brutas desta actividade, mas agora reportada ao vitelo mirandês, ou seja, mais concretamente calculou as margens brutas por kg de carne de vitelo criado. Para tal, este autor, seguiu durante dois anos cinco explorações de recria de vitelos de raça mirandesa, onde foram criteriosamente anotados todos os encargos desta actividade bem como os rendimentos gerados por ela. Para o cálculo das margens brutas não se consideraram, à semelhança do anterior cálculo mencionado, o trabalho do produtor e da sua família. Esta abordagem pretendeu apurar as margens brutas da actividade obtidas em diferentes tipos de explorações e sobretudo face a diferentes maneios⁶¹. Neste caso, foram contabilizados os consumos forrageiros como encargos variáveis.

Partindo dos dados obtidos por Fragata (2002), optámos aqui por associar o rendimento à vaca mirandesa, e não ao vitelo recriado, por serem de facto as vacas, os efectivos mais fixos de cada criador. Para tal conversão, houve que estipular o rendimento líquido de cada vaca (tendo agora em conta quer o número médio de vitelos por ano, quer a venda de vacas de refugo), pelo que, adicionando também um valor padrão de subsídios, se pode chegar a margens brutas por vaca, grosso modo, entre 1000 € e 1100 €, nas diferentes explorações seguidas por Fragata (2002).

- Margem Bruta/vaca sem subsídios – 475 € [95 contos (95 170\$00)] (Rodrigues, 2000: 273)
- Margem Bruta/vaca com subsídios – 1094€ [219 contos (219 339\$00)] (Rodrigues, 2000: 273) e comunicação pessoal
- Margem Bruta/vaca com subsídios – 1000€ [200 contos (200 000\$00)], valor calculado com base em Fragata (2000), Fragata (2003), Rodrigues (2000: 273) e comunicação pessoal

⁶¹ Assume-se 375€ (75 contos) / vitelo sem subsídios, cálculo obtido pela multiplicação do valor da margem bruta média por kg de vitelo criado, e o peso médio do vitelo.

Do nosso ponto de vista, faz pouco sentido descartar a contribuição dos subsídios, mesmo que estimada por via de um valor padrão. A candidatura a subsídios através das várias medidas de política vigentes é comum entre os criadores e, como se viu já, estes incentivos representam uma proporção muito significativa do rendimento da actividade, pelo que consideramos esta a situação mais aproximada da realidade. Face às considerações e aos cálculos apresentados, assumimos aqui o valor padrão de 1000€ de margem bruta por vaca por ano.

Os valores apresentados para as margens brutas por vaca mirandesa por ano são, comparativamente, significativos, colocando esta actividade, em termos do rendimento gerado, numa posição de topo face às outras produções. A título exemplificativo, note-se que a margem bruta por ha de cereal sem subsídios [apresentada por Rodrigues (2000: 273)] é de 65€/ha; com subsídios é de 115 €/ha e ano. Em qualquer dos casos, estes valores estão muito aquém das margens brutas das vacas mirandesas.

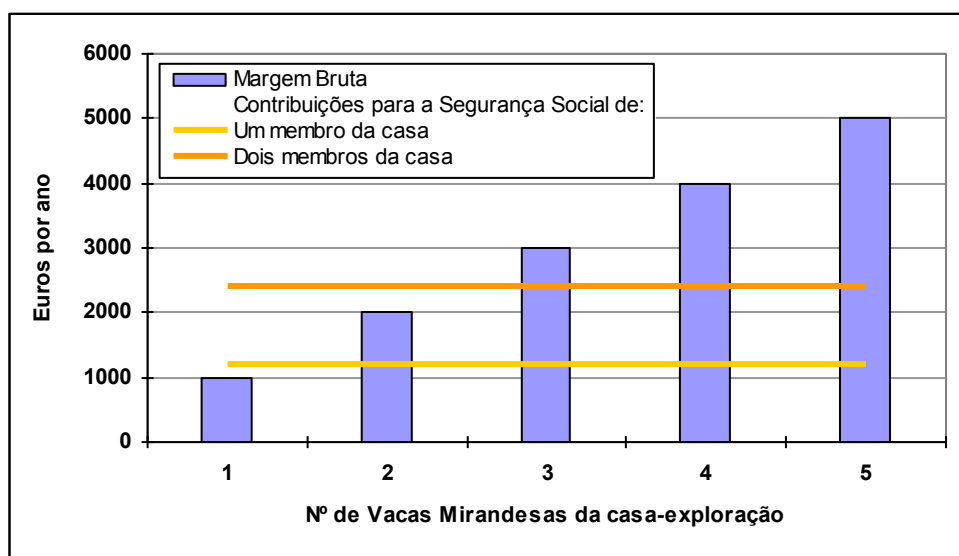


Figura 3.38 – Margens brutas para diferentes efectivos (de uma a cinco vacas) e contribuições para a segurança social

Fixada a margem bruta por vaca mirandesa por ano em 1000€, na Figura 3.40 estão, nas colunas, representadas as margens brutas obtidas para efectivos de uma a cinco vacas. Aí se pode apreciar o rendimento líquido anual apurado por criador com os referidos efectivos. Relembre-se que, no universo dos associados da ACBRM, os criadores com cinco vacas ou menos representam 74% do total e os que têm até três

vacas 56%. Se considerarmos somente os que têm mais de 55 anos de idade, estas percentagens elevam-se para 87% e 65%, respectivamente. Ou seja, o intervalo considerado na Figura 3.40 (uma a cinco vacas) cobre a maioria das situações em análise.

Em face dos depoimentos dos inquiridos relativamente ao rendimento proveniente da venda de vitelos, em que associavam a liquidez obtida às contribuições para a Segurança Social a pagar por ano, incluíram-se na figura os montantes correspondentes ao pagamento dessas contribuições por um e dois indivíduos (representados por linhas horizontais no gráfico). Estes dizem respeito ao regime geral dos trabalhadores rurais, cujos descontos se reportam ao actual salário mínimo nacional e ascendem à data⁶² a 110€ (22 contos) por indivíduo e por mês. Optámos, por razões de simplificação, por tomar 100€ como valor padrão de contribuição mensal individual. A consideração de duas situações contributivas prende-se com o facto de podermos, por um lado, apreciar as situações dos indivíduos viúvos e das casas em que um dos elementos do casal está já reformado, por outro, perceber as razões pelas quais, com frequência, casais de agricultores declaram ver-se forçados ao pagamento de apenas uma das contribuições.

Como se vê no gráfico em análise, com uma vaca, o rendimento apurado por ano não é suficiente para cobrir as despesas com uma contribuição para a Segurança Social; com duas, é possível apenas ganhar o suficiente para o pagamento das contribuições de um indivíduo. É só nas explorações com efectivos de três vacas mirandesas e mais que os rendimentos gerados cobrem o pagamento mensal de duas contribuições. Recorde-se que, nas explorações estudadas, a criação de vitelos de raça mirandesa é uma das principais, senão mesmo a principal, fonte de receita da agricultura – haja em vista, por exemplo, as comparações estabelecidas com a margem bruta de um hectare de cereal. Tendo em atenção o já dito acerca da proporção de efectivos de reduzida dimensão entre os criadores da ACRBRM, é fácil perceber que, para fazer face a inúmeras despesas, estes criadores, mesmo com efectivos de três e quatro vacas, não se possam permitir pagar duas contribuições para a Segurança Social. Quando, para além das múltiplas despesas associadas à gestão de um quotidiano de sobrevivência e de continuidade da actividade agrícola, há também que financiar estudos dos filhos, o pagamento das referidas contribuições pode tornar-se inoportável. Sacrificam assim a pretensão a uma das reformas do casal para que os filhos possam estudar e, por essa via, aumentar a sua possibilidade de escolha de um outro modo de vida.

⁶² Os montantes das contribuições à Segurança Social foram obtidos no site da Segurança Social, em 2003.

3.4 - As relações intergeracionais

Ao longo deste capítulo fomos já aludindo a este tópico ao referir as relações intergeracionais familiares estabelecidas pelos idosos com os filhos e suas famílias, tendo sido traçado o perfil quer dos inquiridos quer dos seus filhos. Também no estudo do trabalho dos agricultores idosos foi com detalhe apresentada a participação dos filhos, a periodicidade dos seus contributos bem como a natureza dos apoios prestados. Retomando o que foi já discutido pretende-se agora nesta secção discutir de forma mais integrada o tipo de ligações estabelecidas entre as diferentes gerações dos idosos criadores de mirandesas.

3.4.1 - Os caminhos dos filhos

Sendo os criadores de mirandesas incluídos na inquirição neste momento agricultores a tempo inteiro, e tendo em proporção importante filhos ainda a cargo⁶³, não têm todavia como expectativa, nem porventura como desejo, a hipótese de sucessão dos filhos na sua exploração agrícola. Na perspectiva dos pais, e na deles próprios também, os filhos têm como objectivo estudar (senão muito, pelo menos mais do que aqueles) e esperam realizar uma actividade profissional fora da esfera da agricultura. Dos poucos⁶⁴ que, “apanhados pela nossa inquirição”, ainda estão na casa/exploração agrícola dos pais, onde se ocupam das lides agrícolas, incluem-se numa das seguintes situações. Ou estão num compasso de espera para prosseguirem os estudos (por exemplo, a completar o liceu que ainda têm por concluir), ou esperam vir a deixar em breve este local de residência junto dos pais para encontrarem uma ocupação na cidade. Das profissões em perspectiva destacam-se o trabalho na construção civil, ou o de motorista de longo curso, no caso dos homens, e caixeiras ou empregadas de mesa num restaurante, entre as hipóteses mais prováveis entre as mulheres.

Num dos casos, todavia, depois de ter frequentado um curso de jovem agricultor, um dos filhos e a sua família encontram-se em fase de reestruturar a exploração, tendo para aí previsto um projecto de reconversão financiado. Este, que configura o único caso de sucessão na exploração agrícola dos criadores idosos de mirandesa estudados, não é todavia visto com muito apreço pelos pais, agricultores idosos. Embora apreciem a continuidade da exploração e, por exemplo, a

⁶³ Apurámos que 23% dos filhos de agricultores no universo de inquirição vivem ainda com os pais na exploração agrícola, e que 41% das casas-famílias inquiridas têm pelo menos um filho ainda a cargo.

⁶⁴ Dos 23% que vivem ainda com os pais, em apenas três casos se pode dizer que estejam a tempo inteiro a trabalhar na exploração agrícola dos pais. Tal corresponde a 5% do total dos filhos e abrange três casas do universo de inquirição.

aprendizagem das netas das lides da agricultura, não deixam de comentar algo negativamente a escolha do filho, por uma "profissão muito trabalhosa, pouco compensadora e suja". Os filhos bem sucedidos são os que triunfam noutras actividades e profissões, que inflectem definitivamente a orientação das suas vidas afastando-as da actividade agrícola.

A imagem socialmente negativa da agricultura estende-se frequentemente aos seus próprios actores.

3.4.2 – Atitudes dos filhos face à actividade dos pais

Paralelamente, a opinião dos filhos face à determinação dos pais já idosos que teimam em continuar com a criação de vacas mirandesas, é também negativa, e a sua persistência é sentida como uma e grande contrariedade. Isto deve-se ao facto de os filhos considerarem que tal obriga os pais a uma vida muito presa, em que raramente se podem ausentar por algum tempo da aldeia onde têm os animais. Por vezes estas deslocações, com frequência para visitarem os filhos que residem mais longe – para assistir a um baptizado, comunhão e até casamento de netos – têm que se limitar a um dos elementos do casal de idosos, apenas saindo os dois quando há possibilidade de recorrer aos préstimos de um familiar ou amigo que na aldeia lhes assegure os cuidados com as vacas. Neste caso, são sempre deslocações muito curtas, no máximo três, quatro dias.

Para os filhos, o continuar da actividade de criação de vacas mirandesas compreende também um conjunto de trabalhos que consideram já acima das possibilidades dos pais, seja pelas múltiplas produções forrageiras a que obrigam, seja pela escassez de mão-de-obra assalariada disponível, localmente. Por outro lado, mesmo havendo hipótese de contratar quem ajudasse, tal seria evitado pelos agricultores idosos, uma vez que o aumento das despesas com salários tenderia a reduzir muito o rendimento líquido e assim a comprometer o interesse económico da actividade. Os filhos consideram também que se trata de uma "actividade suja" – é preciso continuamente limpar as lojas dos animais e tirar o estrume que posteriormente é espalhado nos campos –, e sujeita às intempéries uma vez que diariamente há que lavar e trazer as vacas aos lameiros, permanecendo-se com frequência junto delas por várias horas. Acham que nesta altura da vida os pais já não têm necessidade de continuar com estes trabalhos.

Os pais entendem-nos, mas, enquanto podem, preferem a sua independência, continuando com uma actividade que dominam, donde retiram rendimento e que os vai

entretendo. Não suportariam estar a cargo dos filhos, pesando-lhes no orçamento, e, muito menos, ter uma existência de deslocações entre as casas dos diversos filhos a viver em locais onde lhes interessa apenas ir de visita, para umas pequenas férias ou quando precisam de cuidados médicos. As mulheres tendem a ser mais dadas a estas estadias sobretudo se for em casa das filhas, onde por norma se sentem mais à vontade e onde gostam de acompanhar o crescimento dos netos.

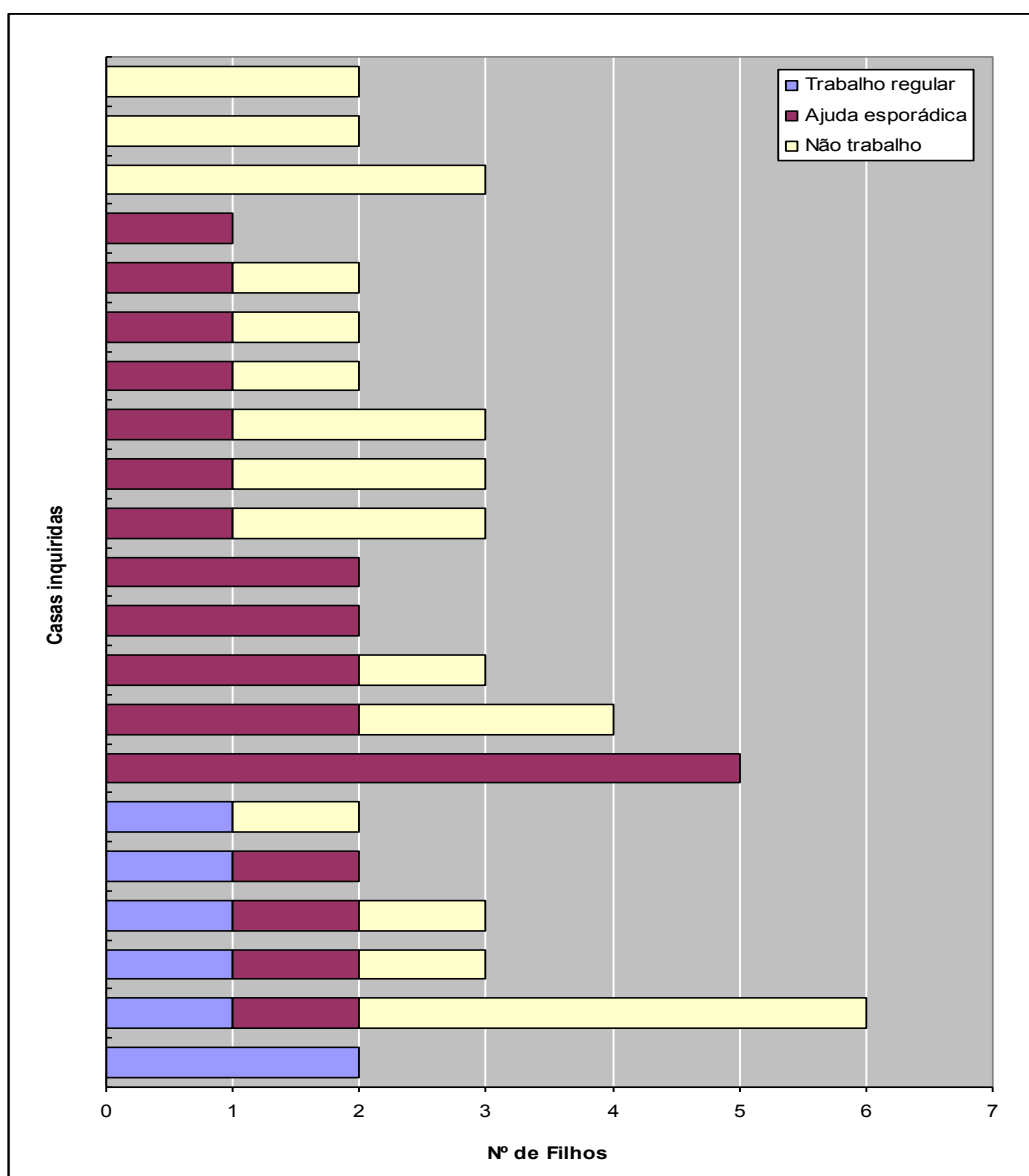
Com a continuação da criação das vacas estas deslocações ficam restringidas ao indispensável (quando são necessários cuidados de saúde, por exemplo quando há uma intervenção cirúrgica que é preciso fazer), ou, como já dissemos, quando há uma festa de família que reclame a presença dos mais velhos, pais e avós. Caso contrário, são os filhos que se deslocam para visitar os pais em meio rural, com maior ou menor frequência conforme a distância a que residem.

Dada a muito maior proximidade, quando os filhos residem por perto, por exemplo numa cidade ou vila próxima, os agricultores idosos sentem-se muito mais acompanhados, e quando precisam sabem que basta um telefonema para que os filhos se apresentem prontamente. O telefone é aliás uma das vias privilegiadas de comunicação com os filhos que estão mais longe: os telefonas semanais, bissemanais estão entre os mais frequentes, mas para os que estão mais longe (e em que a comunicação implique um telefonema internacional), a periodicidade mensal é a mais frequente. Em qualquer das situações mencionadas, geralmente são os filhos que telefonam. A importância dos telefonemas nos contactos estabelecidos com os filhos foi também referida em termos muito próximos deste padrão, em análise de inquirição a idosos agricultores, também em Trás-os-Montes (Nobre, 2003: 332).

3.4.2.1 – As ajudas dos filhos nas actividades agrícolas

Vimos já anteriormente que, a par da avaliação de quem, no universo de inquirição considerado, se encontra completamente excluído destas ajudas.

Assim, na Figura 3.41 temos detalhadamente, para cada casa-exploração, os contributos em trabalho (inexistente, regular ou esporádico) de cada filho na exploração agrícola dos pais. Num total de 22 casas-explorações, estão representadas apenas 21, dado que, como vimos, numa delas o casal não tem filhos.



los nas tarefas mais penosas, bem com nas épocas de mais trabalho, isto é, nos picos de actividade. Pudemos no capítulo 9 analisar com algum detalhe quem trabalha na exploração e que tarefas estão em regra atribuídas a cada um. Assim, pudemos ver que aos filhos, sobretudo os que moram mais por perto – mesmo que já afastados da agricultura –, cabe ajudar os pais nas tarefas mais duras, na recolha e armazenamento dos fenos, nas mobilizações das terras, quando a carga deles fica a condução do tractor, enfim por vezes também na limpeza dos estrume das lojas dos animais, e a recolha de lenhas.

Quando não existe interesse directo por parte dos filhos na realização destas tarefas, a necessidade de participarem nestes trabalhos – que ocorre por solicitação dos pais, e por que sentem que sem a sua ajuda é já difícil que consigam assegurar tudo o que há a ser feito, é mais um argumento que utilizam para que os pais deixem a actividade: não compensa o trabalho que dá e, num futuro próximo, terão que deixar de contar com a ajuda deles.

“Eles [os filhos] por eles estão sempre:

- Ai Jesus! ...Vós trabalhais muito. Têm que vender as vacas! Arranjam muito trabalho sempre para aqui e para ali – estão sempre a ralhar connosco... dizem eles que nós que somos os dois que não precisamos de tanto trabalho.”

(agricultora de 59 anos, casada, não reformada, aldeia do concelho de Bragança)

3.4.2.2 – Abastecimento em produtos agrícolas

O interesse dos filhos no consumo dos produtos da agricultura praticada pelos pais existe, embora nem sempre se verifique com muita frequência, dadas as distâncias a que residem. Os produtos da horta e a fruta restringem-se mais aos que, vivendo por perto, frequentam a casa dos pais com mais assiduidade. Já o azeite, o fumeiro, e por vezes as batatas (estas em função do espaço para transporte que exista no carro, aquando das visitas ou férias passadas na aldeia natal), são mais amplamente aprovvisionados.

A par disso, o consumo de produtos em casa dos pais é geralmente muito apreciado, contribuindo para o avivar das memórias de infância.

Para os que vivem perto, na própria aldeia, ou na cidade sede de concelho da residência dos pais e aí se deslocam com frequência, podem as visitas semanais constituir-se como um padrão. Nestes casos, por vezes acrescentam-se da parte dos

filhos interesses patrimoniais e pela actividade agrícola, que justificam também a frequência destas deslocações, como se constata na transcrição abaixo.

“Os filhos levam produtos daqui. Levam um pouco de tudo: horta, porco (fumeiro), carne de vaca, galinhas, lenha...”

(agricultora de 70 anos, casada, reformada, aldeia do concelho de Bragança)

Verificamos que em regra não existe o consumo directo da carne de bovinos mirandeses, que são habitualmente comercializados. No entanto, há casos em que se reserva um vitelo por ano para consumo directo, e por vezes para abastecimento das casas dos filhos.

3.4.2.3 – O futuro: perspectivas de continuidade da actividade e o património

Quando, em entrevista, abordamos o tema do futuro, a conversa acaba por situar-se em dois planos distintos. No plano do quadro de vida a médio prazo, estes agricultores mais velhos sentem que terão que reequacionar a sua actividade, que está já, ou se prevê que esteja a breve trecho, a constituir uma sobrecarga de trabalho. Assim, em regra, pensam vir a reduzir os efectivos de vacas mirandesas (o que, nalguns casos, tem já vindo a acontecer) e mesmo a terminar esta actividade.

“Nós, não sei se continuaremos com as vacas... Ele coitado já anda manco... Não sei, é conforme... Eu também estou tolheita, quase não posso nada.”

(agricultora de 59 anos, casada, não reformada, aldeia do concelho de Bragança)

A excepção à regra de aceitar o trabalho quotidiano que as vacas exigem que é um peso crescente está representada por agricultores para quem a criação dos bovinos é ainda relativamente fácil, e que simultaneamente podem contar com muito apoio de algum filho, sobretudo nas tarefas com as produções forrageiras. Tal é o caso do agricultor seguinte.

“Não, eu as vacas, se tiver saúde só eu, atendo-as bem... As vacas é com o que me entretenho melhor (...) Vou continuar com as vacas. Não me custa nada, levo isto que é uma maravilha... E então agora no Verão levo uma merenda, uma garrafa de vinho... e fico debaixo dos freixos, ...porque não apetece trabalhar – está calor.”

(agricultor de 73 anos, viúvo há 2 anos, reformado, aldeia do concelho de Bragança)

Num plano mais abrangente de reflexão acerca do futuro da ocupação e utilização do património fundiário que detêm, pensam que os filhos que têm já outras

actividades fora da agricultura não vão regressar nunca para se instalarem nesta actividade, ou, pelo menos, nunca nos mesmos moldes.

Quanto às culturas arbóreas, sobretudo o olival e os soutos, acreditam que possam ser mantidas pelos filhos. No entanto, a criação de vacas mirandesas bem como de outros animais não se vislumbram como actividades plausíveis.

“Quando eu parar ninguém vai pegar nisto aqui...Embora possam fazer pelas oliveiras, pelos castanheiros, pelas vacas não...Isto vai ficar tudo em silvas...”
(agricultor de 57 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

Em relação ao património fundiário, ele constitui sempre um garante, uma segurança caso haja necessidade de realizar dinheiro. Todavia nenhum tenciona vender terra deixando essa decisão aos filhos, um dia mais tarde. Na verdade, na maioria dos casos é sua convicção de que os filhos pela forte ligação à terra que têm, não venderão.

“ [Os filhos] Vender não vendem, mas não os vão cuidar... [os terrenos]”
(agricultor de 85 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro)

“Não, isso não, vender as terras, não. Isso é a última coisa, isso não... Sabe não é esperança da agricultura, mas o meu pai vivia pior do que eu (ele e a minha mãe) e não as venderam...se puderam arranjar alguma ainda a arranjam e eu gostei muito (e os meus irmãos) que a deixassem ficar, não é? Eu não preciso, não é para estragar..., as minhas filhas estão aí e as minhas netas, se as precisarem estão aí, se as não precisarem lá ficam.... São capazes de vir a por floresta... Mas a vida pode complicar e precisarem de fazer agricultura...se um dia precisarem elas sabem trabalhar a terra.”
(agricultor de 63 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança)

3.5 – Breve nota acerca do futuro da criação de vacas mirandesas

Na sequência do que vem sendo explorado neste capítulo, impõe-se agora uma nota acerca da continuidade da bovinicultura da raça bovina mirandesa. Como dissemos já na secção 3.2.1, o futuro da criação de vacas mirandesas passará pelos mais novos que, apesar da tendência geral, de abandono, se forem fixando nesta actividade.

Verificou-se que os filhos que estão ainda a cargo dos agricultores idosos inquiridos, perseguem o objectivo de estudar e encontrar um emprego fora da

agricultura. São aliás pouco apreciados os que ficam, numa vida que é considerada, até pelos pais, ingrata e difícil. Esta atitude, ficou aliás bem patente no único caso em que os criadores idosos têm um filho e a respectiva família como sucessores da sua exploração. Apesar do descanso, da facilidade, que constitui o ir passando o testemunho da exploração agrícola, a imagem que têm deste filho cuja opção de vida foi a permanência na agricultura, é negativa: decidiu-se por uma "vida suja", de muito trabalho e de muita prisão e que é socialmente desconsiderada. Salienta-se ainda que "o muito trabalho" a que obriga, apesar das facilidades acrescidas com progressiva mecanização e adaptação dos sistemas de manejo dos animais, advém também do aumento dos efectivos bovinos. Aqui reside sem dúvida um dos pontos a ter em consideração quando se pretende perspectivar o futuro da actividade. Como seria de esperar, quem opta hoje por ela, tem expectativas de rendimento equivalentes aos obtidos noutros sectores de actividade. Para deste modo garantir um padrão de vida relativamente elevado, assegurando, por exemplo, uma elevada escolarização dos filhos, terá que aumentar os níveis de actividade. Na fileira "criação de bovinos de raça mirandesa" que vem aqui sendo objecto de apreciação, esse aumento da dimensão passa antes de mais, pelo aumento dos efectivos e se possível por sistemas de manejo dos animais mais extensivos, por isso economizadores de trabalho.

Este último aspecto - a adopção de sistemas de manejo do gado mais eficientes - é na verdade importante no equacionar da continuidade desta actividade. A tendência tem sido, entre os criadores mais jovens e sempre que a estrutura física da exploração agrícola o permite, a de aplicar um manejo mais extensivo. Como foi já referido atrás, citando Fragata (2002:187), apesar deste sistema extensivo não proporcionar maiores rendimentos por animal, permite todavia uma enorme economia em trabalho, em mão-de-obra incorporada no sistema de produção. Actualmente, e muito provavelmente no futuro, esta questão – a do trabalho necessário à prossecução desta actividade – será central na decisão de continuar ou cessar este modo de vida.

Ainda na linha de apontar cenários prováveis no futuro da criação de mirandesas, soma-se, a possibilidade de complementação desta actividade com outras fora da agricultura.

Os exemplos apresentados de criadores mais jovens mostraram a utilização de formas de criação do gado mistas (aumentando os efectivos e tentando contornar os condicionalismos de uma estrutura da exploração parcelada), em situações intermédias entre o manejo tradicional e o manejo extensivo (no qual, no limite, os animais permanecem nos lameiros todo o tempo). Ora estes casos também se caracterizam pela existência, simultânea à actividade agrícola, de outras actividades, também exercidas por conta própria, como a prestação de serviços em meio rural.

Neste exercício prospectivo, dois aspectos parecem incontornáveis: por um lado, uma diminuição do número de criadores na região, e, por outro, um aumento significativo dos seus efectivos. A ausência de sucessores em grande parte das actuais explorações de idosos em que há criação de gado mirandês é cenário facilmente antecipável. Relativamente aos casos em que tal não se verifique, pode perguntar-se: quem são então os jovens que ficam e que ficarão e quais as determinantes que ditam esta decisão?

Num contexto diverso, Rodrigo (1992: 136-138) estudou a tomada de decisão de indivíduos descendentes de agricultores cujos percursos profissionais se repartiam, grosso modo, entre a indústria, a agricultura e a agricultura a tempo parcial. Verificou esta autora que os que optavam por se dedicar à agricultura tinham todos já acesso, por herança, a terra e, simultaneamente, uma grande facilidade e apetência por esta actividade. Analogamente, é de crer que os que não partem hoje até à cidade (da mais próxima à mais longínqua, no estrangeiro por vezes), são os que verdadeiramente querem ficar ligados à terra e à actividade agrícola – em particular à criação de vacas mirandesas. O modo de o fazer decerto, ir-se-á estruturando diferentemente.

Assim, ao estudar os idosos criadores de vacas mirandesas estamos de certa forma a registar os modos de um tempo que não se irão reproduzir: de facto, como já foi referido, é cada vez mais provável que os que ficarem, e ainda os que possam retornar de outras actividades⁶⁵, não prossigam a criação de vitelos mirandeses nos mesmos moldes, isto é, com efectivos reduzidos e grandes contributos de trabalho para os tratar.

Neste momento, no entanto, os criadores de mirandesas pré-idosos e idosos configuram um grupo importante de utilizadores do território que prossegue a sua actividade, que vão adaptando às suas próprias e crescentes limitações. Assinalam, em termos agrários, o fim de um tempo.

A abordagem deste universo em retracção é também pertinente no âmbito do estudo dos sistemas de assistência e suporte da segurança social a idosos em meio rural.

⁶⁵ Note-se que nos foi referido pelos técnicos da ACBRM que há um grupo de novos associados (de recente instalação na actividade) que se incluem neste grupo: recém chegados de actividades profissionais fora da agricultura, reinstalam-se na aldeia de origem e compram vacas que alimentam com produções das terras herdadas. Estes indivíduos cujas idades se situam entre os 45 e 50 anos demarcam-se já claramente da agricultura praticada pelos pais.

4 – Idosos em meio rural com florestação de terras agrícolas

A política de incentivo à florestação de terras agrícolas inseriu-se nas Medidas de Acompanhamento da Reforma da PAC de 1992⁶⁶. Segundo Cordovil (2003:48) a criação de ajudas à floresta foi um dos aspectos marcantes desta reforma da PAC constituindo “ [...] *um importante passo no sentido de alargar e diversificar a intervenção da Comunidade no âmbito florestal através de medidas que passaram a integrar a política agrícola e de desenvolvimento rural*”. Este programa, nomeadamente o Regulamento CEE 2080/92⁶⁷, aplicou-se à arborização de áreas cultivadas, ou que o tivessem sido com regularidade nos dez anos precedentes à candidatura. Pretendeu-se, por esta via, promover a utilização alternativa de terras agrícolas com recurso à arborização, bem como beneficiar as superfícies arborizadas em explorações agrícolas. Os incentivos incluíam i) as ajudas ao investimento para a arborização (concedidas sob a forma de subsídio a fundo perdido)⁶⁸; ii) o prémio anual de manutenção por hectare arborizado⁶⁹; iii) o prémio anual por perda de rendimento por hectare arborizado⁷⁰; e ainda iv) ajudas ao investimento para melhoria de superfícies florestais no âmbito das explorações agrícolas.

A floresta em Portugal, maioritariamente de pequenos proprietários privados (Baptista, Santos, 2005:21-22), está, em regra, ou esteve num passado não muito longínquo (não anterior ao século XX), associada às explorações agrícolas. Em Trás-os-Montes as transformações ocorridas na agricultura (diminuição do número de

⁶⁶ Relembre-se (secção 2.2.3, Parte II que a reforma da PAC de 1992 determinou o abaixamento generalizado dos preços dos produtos integrados no sistema das Organizações Comuns de Mercado (OCM). Para além das compensações a esta perda de rendimento dos agricultores, pagas no âmbito da OCM, foram também instituídas as designadas Medidas de Acompanhamento, cujo objectivo era o de garantir o reforço da coesão económica e social, promovendo o desenvolvimento equilibrado do meio rural, através de mecanismos de intervenção outros que não os de mercado. As linhas de acção das Medidas de Acompanhamento actuavam através do Programa de Acção Agro-ambiental, da Arborização de Terras Agrícolas, e das Melhorias Estruturais através da Reforma Antecipada.

⁶⁷ As candidaturas feitas no âmbito do Reg. 2080 foram financiadas no II Quadro Comunitário de Apoio. Posteriormente, já no III Quadro Comunitário, foi definido o Plano de Desenvolvimento Rural abreviadamente denominado Ruris. Uma das quatro intervenções do Ruris é a Florestação das Terras Agrícolas, tendo ficado deste modo garantida a continuidade desta linha de financiamento até 2006.

⁶⁸ Nas percentagens de 90% ou 100% conforme se trate, respectivamente, de projectos individuais ou agrupamentos.

⁶⁹ Atribuído por um período de cinco anos com início no ano seguinte ao da realização da retanção. Corresponde a um pagamento de cerca de 82,30 € (16.500\$00/ha).

⁷⁰ O prémio por perda de rendimento é calculado em função do tipo de beneficiário, da área do projecto e da espécie a utilizar. O período de atribuição é variável em função do regime de exploração (para povoamentos explorados em regime de alto fuste o período é de 20 anos; para povoamentos em regime de talhadia o período é de 15 anos e nos povoamentos em que o objectivo é a produção de fruto o período é de 10 anos). Este prémio é de cerca de 200 a 250 € (40 a 50 contos) por ha por ano.

explorações, envelhecimento da população nas explorações agrícolas) e o despovoamento geral do meio rural, fariam prever uma relativamente baixa adesão a esta medida de acompanhamento da reforma da PAC. No entanto, pelas suas próprias características – ajudas importantes ao investimento e, simultaneamente, o pagamento à perda de rendimento verificado pela cessação da actividade agrícola nos terrenos a florestar – esta medida de política suscitou elevado interesse, a avaliar pelas taxas de adesão apreciáveis aí verificadas. Segundo Baptista,

“[...] os resultados da aplicação desta medida de acompanhamento, entre 1994 e 1996, mostram que se florestaram no distrito de Bragança, em média, 4500 ha/ano. Na Zona de Agrária da Terra Fria temos uma área média arborizada de 958 ha/ano, com uma área média por beneficiário de cerca de 10 ha (...) é de sublinhar que as áreas florestadas na ZATF são relativamente pequenas, tratando-se mais de pequenos bosques do que propriamente de manchas florestais. Mas refira-se que nem sempre é assim, como no Planalto Mirandês onde há projectos de agrupamentos de produtores com centenas de hectares contínuos [...]” (Baptista, 1999:131-132).

A florestação de terras agrícolas constitui uma nova ocupação do território pela floresta privada de proprietários com áreas, muitas vezes, de reduzida dimensão. Dada a constante saída de produtores da actividade agrícola e a dificuldade em operar nesta actividade com áreas reduzidas e muito divididas, os incentivos à florestação de terras agrícolas aparecem como uma oportunidade de valorização das terras sem grandes custos de investimento.

Entre os proprietários que aderiram à florestação de terras agrícolas, em Trás-os-Montes, incluem-se abstencionistas que vivem longe das actividades da terra. Baptista (1999:133) a propósito dos projectos aprovados no âmbito do Reg. (CEE) n.º 2080/92 relativos ao ano de 1996 e na Zona Agrária da Terra Fria, refere que “a análise da residência dos proprietários, constante nos projectos de investimento, revela que 23% dos beneficiários com cerca de 20% de área arborizada, residem fora da freguesia onde se situa a terra arborizada”. E conclui adiante que a medida “beneficiou numa escala significativa os proprietários a residirem fora, que procuram ocupar as suas terras que se encontravam por vezes incultas, outras vezes arrendadas, ou cedidas a agricultores a residirem no local”.

Um técnico da empresa florestal, Floresta Verde, que opera regionalmente, em entrevista que realizámos, reforçou esta ideia. Agrupando os proprietários florestais que procedem à florestação de terras agrícolas da zona de Miranda do Douro, foi

explicando as diferentes modalidades de relacionamento destes com a terra e com a actividade agrícola:

“Há diversos tipos de proprietários. Há os que florestam tudo porque não estão cá, ou têm uma actividade que não lhes permite acompanhar os terrenos; alguns florestaram mesmo só para saberem onde é que eram as terras; havia muitos que tinham as propriedades mas não sabiam onde é que estavam, então a floresta obrigou-os a saber onde é que eram os marcos, e depois ficaram com um cadastro geométrico, com o levantamento de cada prédio.

Há os proprietários que só florestaram aqueles prédios que distavam da exploração e que eram os mais pobres, que não produziam nada. Estes, para além da exploração agrícola têm o complemento da exploração florestal. A maioria destes proprietários florestais tem entre 50 e 60 anos; muitos (a maioria) são reformados; muitos têm filhos em Lisboa ou no Porto e o que os levou a florestar foi dizerem assim: – O meu filho nunca mais vai olhar para isto portanto, pelo menos, vou deixar-lhe aqui a floresta que algum dia terá o seu valor. Normalmente grande parte dos proprietários, é isso. Outros mantêm a exploração agrícola, e tinham esses prédios alugados, arrendados, mas as rendas eram tão baixas, começaram a fazer contas e acharam que compensava florestar, porque em arrendamento ninguém lhes dá 40 contos/ha como a floresta lhes poderia dar. Para além de um valor futuro que poderão vir a constituir.”

A tipificação dos indivíduos que se candidataram a projectos de florestação de terras agrícolas, avançada no depoimento acima transcrito, além de referir os abstencionistas dá particularmente importância a indivíduos de idade superior a 50 anos. Em parte este registo remete para o envelhecimento da população residente na região bem como para o expressivo envelhecimento da população activa agrícola já anteriormente referido. No entanto, uma vez que investimentos em floresta não se reproduzem a curto prazo, seria de supor que indivíduos idosos e sem sucessor previsível para as suas explorações agrícolas não se interessassem pela actividade florestal.

É desta perplexidade que partimos para o estudo dos idosos em meio rural com florestação de terras agrícolas. Tentando compreender as suas motivações, os rendimentos gerados e analisando a execução dos trabalhos requeridos pela nova floresta plantada, parte-se para o estudo do quotidiano de idosos que procederam à plantação e floresta em terrenos anteriormente ocupados com culturas agrícolas. À semelhança do que é feito no capítulo 3 propósito da criação de vacas mirandesas, também aqui se analisará o trabalho executado pelos idosos, tentando evidenciar as adaptações operadas na sua realização bem como o modo como se articulam face às hipóteses de ajudas familiares ou outras.

Relembre-se que metodologicamente se optou por recorrer à realização de uma inquirição fina a um conjunto relativamente restrito de casas/explorações de

idosos que tenham floresta plantada no âmbito do programa de florestação de terras agrícolas. Optou-se por uma amostra total de 25 casos, a saber: 15 casos cuja florestação foi projectada pela empresa Floresta Verde, tendo neste caso a florestação sido realizada no concelho de Miranda do Douro; e 10 casos de proprietários associados da *Arborea* – a totalidade dos proprietários desta associação que à data de inquirição (Inverno 2003/2004) tinham projectos de florestação de terras agrícolas aprovados e com as respectivas plantações executadas. Neste caso todos os projectos se situam no concelho de Vinhais. As duas organizações citadas, que serão detalhadamente apresentadas na secção 4.2.2, facilitaram-nos o acesso aos idosos que procederam a acções de florestação.

4.1 – Proprietários florestais e suas famílias: perfis e actividades

Inicia-se a análise dos idosos proprietários florestais com uma breve caracterização dos indivíduos que integram os agregados domésticos do nosso universo de estudo, bem como da sua descendência directa. Procederemos também ao enquadramento da actividade florestal no conjunto das actividades agrárias prosseguidas pelos idosos sob análise, de modo a que posteriormente se possa entender plenamente o conjunto de tarefas – o trabalho – a realizar, bem como os rendimentos obtidos com a floresta e a sua importância no total dos rendimentos auferidos.

Na Figura 4.1 temos representado o universo dos nossos entrevistados, composto maioritariamente por casais (que num ou noutro caso vivem ainda com um familiar colateral), estando os viúvos (cinco homens e uma mulher) também presentes neste universo. Há casos em que os familiares colaterais também residentes nas casas consideradas na inquirição são os progenitores. Há também as situações em que a coabitação de familiares diz respeito a um irmão/irmã. As duas situações mencionadas podem facilmente ser identificadas pelas idades dos familiares em causa, tomadas em relação à idade dos proprietários em análise.

No sentido de sintetizar agora o perfil dos inquiridos, pode dizer-se que, de um modo geral, se observa o seguinte:

- > As mulheres casadas tendem a ser mais novas (58%) ou da mesma idade (32%) que os respectivos maridos (as médias de idade são respectivamente de 68 e 69 anos); em 19 casas, há só duas em que a situação é inversa;

- > A diferença de idade entre cônjuges é reduzida. Em 19 casais, aquele indicador é superior a 5 anos apenas num caso;
- > Excluídas as casas/explorações dos viúvos e as com três ou quatro membros, achamos 15 pares conjugais, dos quais em apenas cinco a idade de ambos os cônjuges é inferior a 65 anos;
- > O inquirido mais novo, uma mulher casada, tem 51 anos, enquanto o mais velho, também uma mulher casada, tem 90 anos.

Relativamente aos familiares da geração seguinte, isto é aos filhos, temos na Figura 4.2, o seu número, idade e respectiva distribuição pelas 25 unidades inquiridas (casas), bem como a sua residência actual. Não havendo no universo de inquirição nenhum caso de sucessão a nível da exploração agrícola, podemos aqui apreciar a proximidade ou distância a que se encontram os filhos. Os que residem mais perto, na aldeia de origem, onde estão agora os pais, ou noutras, adjacentes e por isso muito próximas, representam cerca de 15% no universo dos filhos e abrangem 36% das casas inquiridas. Se se considerarem ainda os filhos residentes em diferentes sedes de concelho do Distrito de Bragança (estas são Bragança, Vinhais, Miranda do Douro e Vimioso), aumentam consideravelmente os proprietários cujos filhos vivem perto. Nesta acepção pode dizer-se que cerca de 42% dos filhos dos proprietários vivem relativamente perto. Por outro lado, 68% dos inquiridos tem descendentes (filhos e respectivos cônjuges e naturalmente netos) a residir nas proximidades da exploração agrícola e florestal, podendo assim implicar-se mais directa e assiduamente quer no trabalho a desenvolver nestas actividades, quer no apoio aos pais.

Note-se que, casos de filhos a residir actualmente em casa dos pais, encontrámos apenas duas situações: uma em que o filho, de 54 anos é deficiente mental, e dependente do pai viúvo; outra é a de uma filha (55 anos) que tendo residido no estrangeiro, regressou para apoiar os pais já de muita idade. Neste último caso, os proprietários (homem de 85 e mulher de 90 anos de idade) exercem apenas funções de gestão do património, tarefa em que são apoiados pela filha com eles residente.

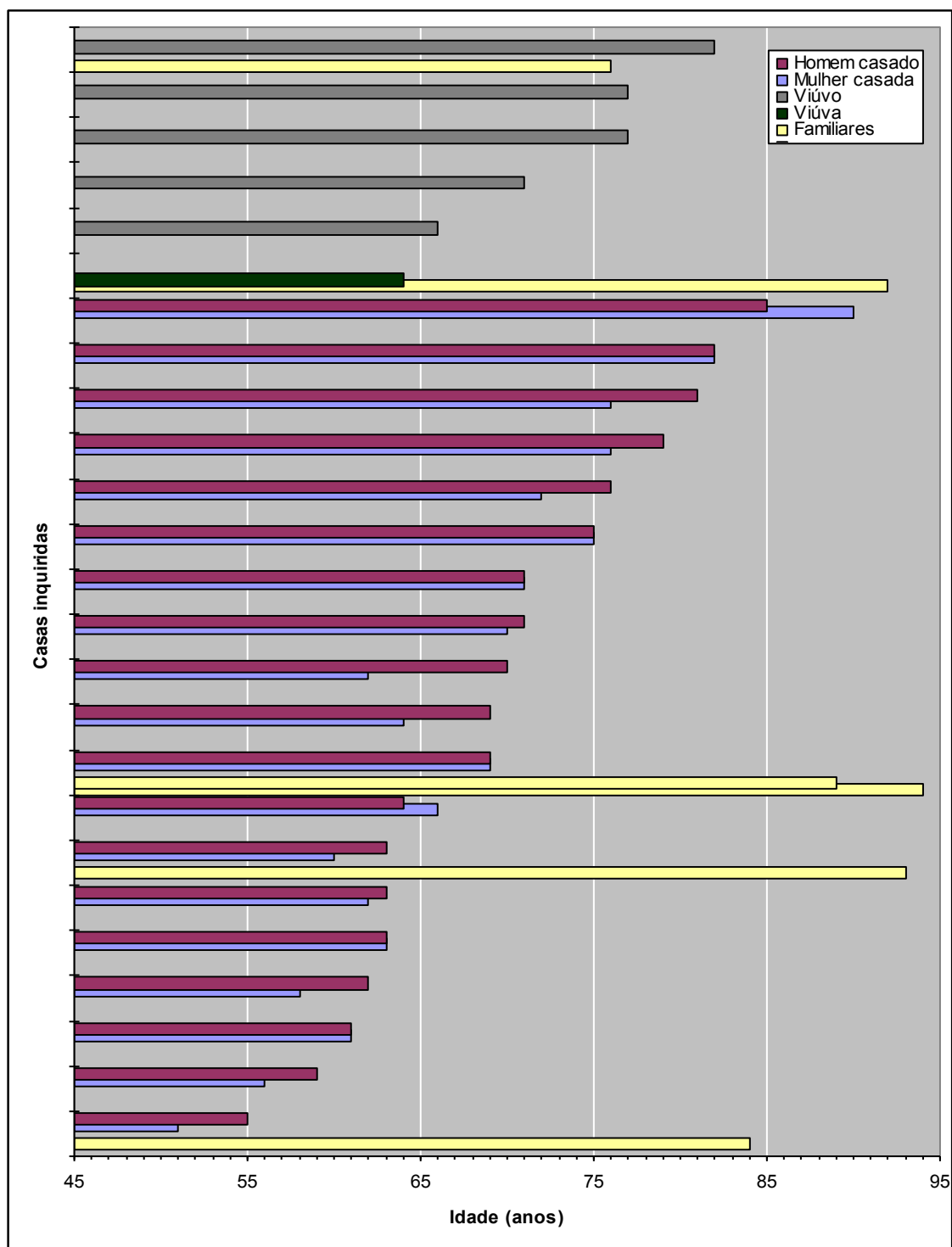


Figura 4.1 – Idade dos proprietários inquiridos

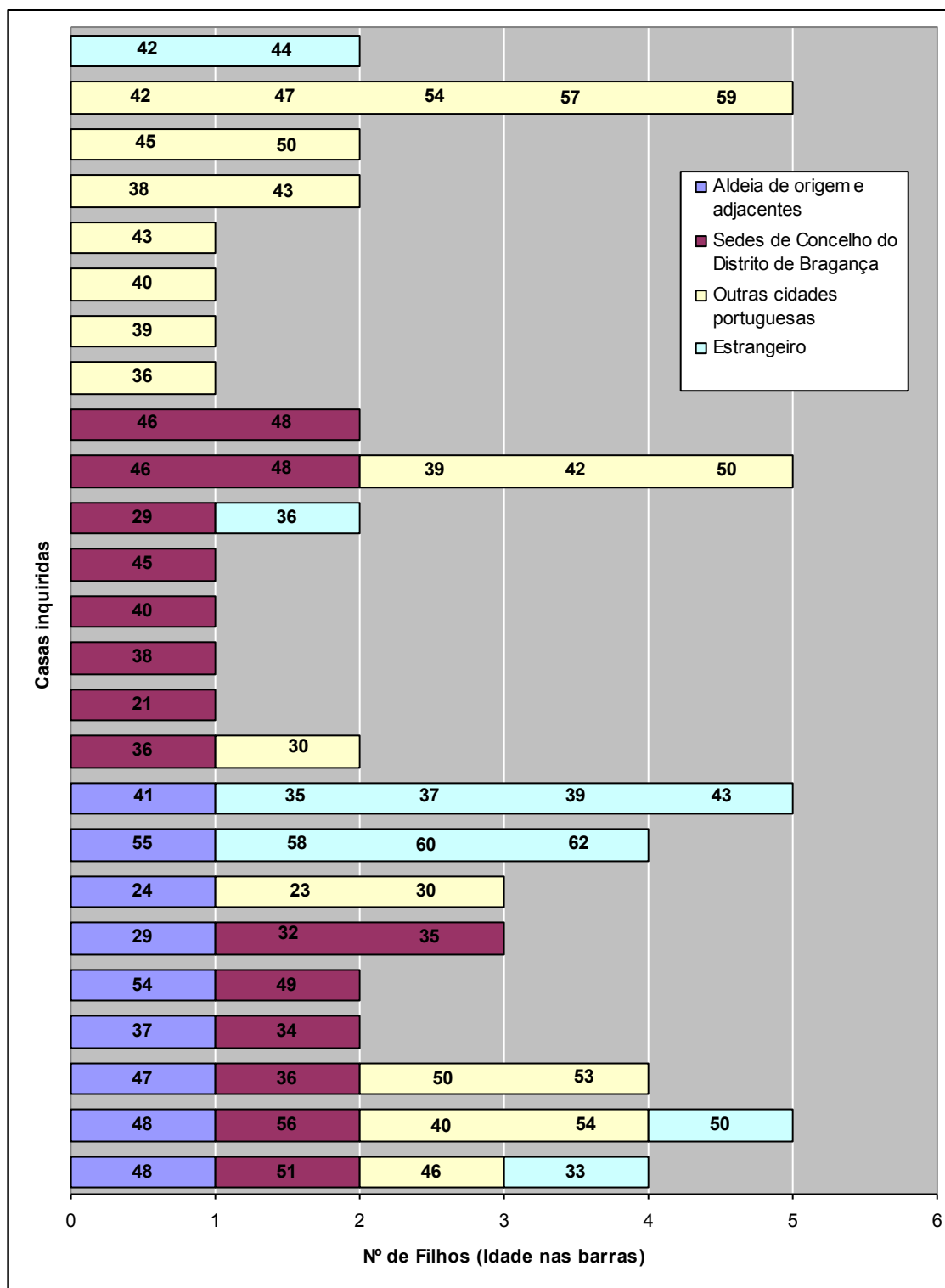


Figura 4.2 – Filhos por casa inquirida, respectivos locais de residência e idade

Dos restantes filhos, 37% trabalham e vivem noutras cidades, em Portugal e quase 20 % estão fora do país (Figura 4.3). Em cerca de 30% destas famílias, os pais residentes em meio rural não têm qualquer filho a viver relativamente perto, pelo que os contactos dos filhos ficam mais restritos ao telefone, às visitas dos pais que se deslocam aos locais onde vivem e à sua deslocação à casa paterna em determinadas épocas do ano, sobretudo nas férias (Figuras 4.2 e 4.3). A análise do interesse dos filhos, nestas situações, pelo património herdado e pela condução dos destinos da terra, não pode no entanto ser simplificada unicamente pela avaliação da proximidade da residência. De facto, o interesse de alguns tem expressão nas casas compradas na aldeia, na aprovação da opção de florestar como forma de preservação fundiária, nas visitas que fazem a este espaço, dele fruindo a par da visita feita aos pais.

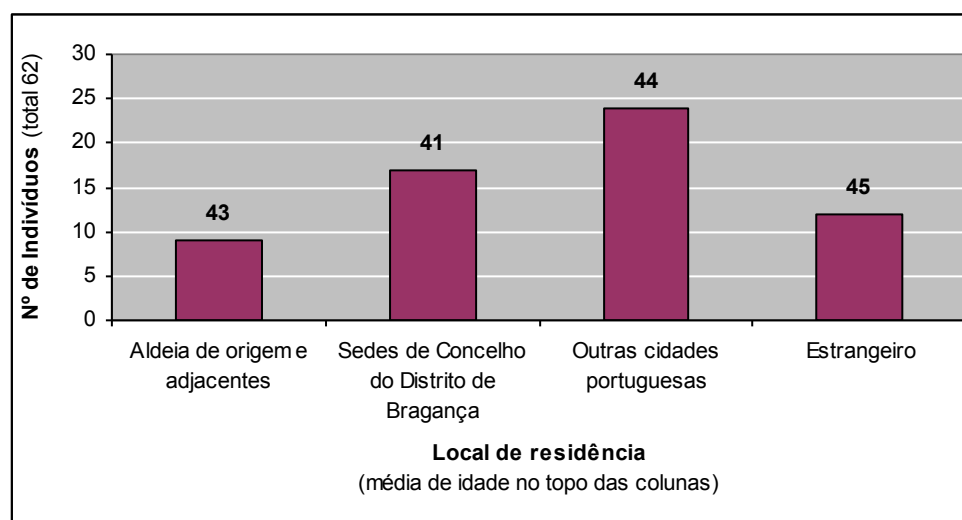


Figura 4.3 – Locais de residência dos filhos dos inquiridos

O que ressalta da análise dos dados recolhidos, como adiante se verá, é que a proximidade de residência facilita o estreitar de laços com a actividade dos pais, promovendo uma assídua troca de serviços e ajudas entre as duas gerações em análise. A proximidade favorece também a ligação de facto ao meio rural, às suas questões e dificuldades.

No que diz respeito às qualificações e actividades profissionais, desenvolvidas e ainda em curso, dos indivíduos deste universo de análise, temos que, no grupo dos mais velhos (dos pais) predominam as habilitações baixas ou nulas: aqueles com habilitações iguais ou inferiores à 4ª classe representam 80% do total, os com níveis de instrução acima do designado “*ensino primário*” são 11%, repartindo-se por diferentes níveis, e 9% não recebeu qualquer instrução.

Já os filhos destes indivíduos estudaram incomparavelmente mais. Isto é particularmente evidente na redução da proporção de analfabetos (apenas 2% neste grupo), e na significativa proporção dos que completaram o ensino secundário (11%) e sobretudo o ensino superior (37% contra os 2% do grupo dos seus pais). Esta evolução da escolaridade nesta sequência de gerações, corrobora, de resto, a tendência verificada por Barreto (1996:51-52).

As habilitações reflectem-se também nas actividades profissionais⁷¹: apenas 9% trabalham no sector primário, a grande maioria (60%) são quadros médios do comércio, da indústria e da administração pública e 30 % são quadros superiores. Nestes destacam-se os profissionais liberais (médicos, advogados, juizes e engenheiros) e os professores.

Na Figura 4.4 temos representadas as actividades profissionais, agora dos indivíduos residentes em meio rural que nos propusemos estudar em mais detalhe. Aí se assinalaram os que se encontram já reformados (a larga maioria, 84%), e os que não usufruem ainda desta regalia social. É de notar que as casas em que nenhum dos elementos do casal usufrui ainda de uma reforma são apenas duas. De facto, noutros casos em que a idade não é ainda particularmente avançada, há no entanto reformas por invalidez e ou por doença. Relativamente aos não reformados, predominantemente mulheres, a sua ocupação é sobretudo a agricultura e o trabalho doméstico, havendo também um caso de actividade de serviços prestada numa instituição de solidariedade social na aldeia de residência. Os homens não reformados são militares na reserva, ainda não aposentados.

Entre os indivíduos reformados⁷² temos uma multiplicidade de situações ocupacionais a assinalar. Predominam, com se vê na Figura 4.4, indivíduos cujo período activo se desenrolou na agricultura ou se dividiu entre esta e a actividade doméstica (no caso das mulheres), ou se combinou ainda com outras actividades também em meio rural, sobretudo em diferentes variantes de artífices (alfaiates, sapateiros). Assinala-se ainda um grupo classificado de “quadros médios”, que inclui aposentados da polícia ou da guarda, no caso dos homens, e no caso das mulheres,

⁷¹ Na análise da actividade profissional da geração dos filhos inclui-se também, quando existe, a dos seus cônjuges.

⁷² Para estes indivíduos a actividade que registámos na Figura 4.4, foi a actividade profissional desenvolvida ao longo da vida, da qual estão reformados. Este esclarecimento metodológico é importante porquanto vários destes indivíduos tiveram percursos profissionais variados e não lineares. Assim, os que consideramos como agricultores é porque o foram também no passado e não apenas porque têm actividade agrícola na actualidade. De entre estes, todavia, há quem tenha também emigrado por períodos mais ou menos alargados (usufruindo por isso de várias reformas), tendo no entanto regressado à aldeia e à agricultura ainda em idade activa.

funcionárias da administração pública, ao qual se soma uma professora primária. Estes casos, configuram situações de indivíduos que tendo estado longos períodos da sua vida activa ausentes destes locais (de nascimento e em regra de habitação durante a infância), se encontram actualmente de novo a residir aí.

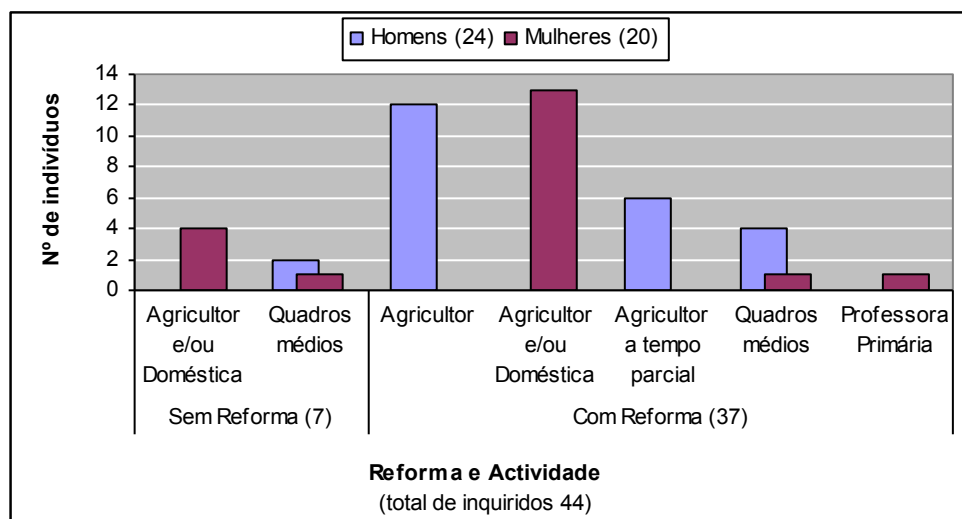


Figura 4.4 – Reforma e actividade dos agricultores inquiridos e respectivos cônjuges

Temos, assim, os indivíduos que sempre permaneceram mais ou menos ligados à actividade agrícola, e os que tendo cortado com ela, voltaram já reformados, aí se ocupando, uns na agricultura e na floresta, outros sobretudo nas actividades florestais, como adiante se verá.

Passamos agora, antes da análise da florestação propriamente dita, a uma caracterização sumária das actividades agrícolas desenvolvidas pelos inquiridos. Do total de inquiridos nem todos fazem actualmente agricultura, mas pode dizer-se que a maior parte (cerca de 90%) tem, pelo menos, uma horta e cultiva batatas para consumo da casa. Já no que concerne às culturas forrageiras (lameiros, feno, milharada e mesmo nabal), a proporção de indivíduos que ainda delas cuida é muito menor (respectivamente 40% no primeiro caso e 32% nos três últimos). De facto, são já muito poucos os que têm gado bovino, muares e ovinos ou caprinos. Mesmo a engorda de porcos para o fabrico de fumeiro, se bem que mais expressiva, é também reduzida. A única actividade pecuária verdadeiramente generalizada corresponde à existência de uma capoeira, todavia muito variável em número de cabeças e de espécies presentes. Por isso, as culturas forrageiras, que não visam a comercialização

directa, mas o sustento da actividade pecuária que é ainda mantida, têm fraca expressão. O mesmo se pode dizer relativamente ao cereal, que em face da contínua desvalorização comercial, é cada vez menos cultivado. Na amostra referida está presente em 40% das casas-explorações agrícolas. Embora alguns dos inquiridos ainda vendam parte da sua produção, a verdade é que, em regra, apenas são comercializados os excedentes (ocasionais) da produção de cereal que é cultivado para a alimentação dos animais.

Entre as culturas permanentes, a produção de castanha é, sem dúvida, a mais representada: 20% dos inquiridos têm-na só para consumo da casa e 52% tem castanheiros e comercializam o fruto. Note-se, a este propósito, que a castanha é actualmente das produções regionais mais rentáveis, uma vez que a sua produção tem sido particularmente bem paga.⁷³

Um último apontamento se impõe ainda sobre questões directamente relacionadas com a realização dos trabalhos agrícolas, a saber: o recurso a jornas e à mecanização. No universo inquirido, 60% das explorações têm pelo menos um tractor. A utilização da mecanização sob esta forma está absolutamente generalizada, de tal forma que quem não o tem, paga por esse serviço. No caso dos inquiridos que fazem cereal, o aluguer do serviço da ceifeira debulhadora é também verificado para todos os casos. Neste universo é frequente o pagamento de salários agrícolas. Maioritariamente os idosos inquiridos (64%) afirmam recorrer a trabalho assalariado, com maior ou menor frequência. De entre as actividades mais mencionadas assinalam-se as realizadas nas vinhas (sobretudo lavouras, por vezes vindimas), a apanha da batata, por vezes a apanha da castanha, a que se acrescentam os serviços de quem tem que recorrer ao aluguer de máquinas. O recurso ao pagamento de trabalho assalariado, se bem que frequente, está por norma limitado a determinadas tarefas. No entanto, para os que resolvem continuar com uma pequena actividade agrícola e não têm já vitalidade e ou saúde, para o executar, a opção de ir contratando pessoal para grande parte das tarefas que há a cumprir parece ser o caminho.

A breve caracterização dos proprietários florestais e das actividades agrícolas por eles praticadas, que vem de fazer-se, permite agregá-los em dois tipos principais que incluem cada um sensivelmente metade dos inquiridos. Por um lado, temos os agricultores de profissão, que vêem agora complementada a sua actividade agrícola com as novas plantações florestais; por outro lado, há os indivíduos que, tendo cessado outras actividades profissionais, se vêm reinstalar em meio rural. A actividade

⁷³ Se analisarmos separadamente os inquéritos realizados no concelho de Vinhais, verifica-se que a proporção de indivíduos que tem castanha e que a vende é muito mais expressiva, porque neste concelho esta cultura permanente está muito mais presente do que nos concelhos de Vimioso e Miranda do Douro, onde se realizaram os restantes inquéritos.

agrícola que praticam (quando é o caso) resume-se à horta, ao cultivo de batatas e a uma capoeira. No primeiro tipo, a cessação da pecuária (ou a diminuição drástica do número de animais) determina o declínio de uma actividade forrageira antes pujante e diversificada, vindo a restringi-los também e fundamentalmente às actividades em torno de uma horta de consumo doméstico.

4.2 – A florestação de terras agrícolas

Procederemos nesta secção à análise de elementos relativos à florestação propriamente dita. O esclarecimento acerca da decisão de libertar terrenos da actividade agrícola para passar à ocupação florestal, a compreensão do fenómeno da florestação de terras agrícolas regionalmente, através da observação da acção das duas organizações nisso empenhadas (Floresta Verde e *Arborea*), e a análise das múltiplas tarefas no âmbito agrário que o trabalho florestal comporta, são os principais tópicos abordados. Saliente-se ainda a ênfase particular dado ao estudo do trabalho nas plantações de castanheiro.

4.2.1 - Motivações e escolha das terras a florestar

Por que razões os idosos resolveram florestar antigos terrenos ocupados com culturas agrícolas é desde logo uma das primeiras questões abordadas. Sem dúvida que foi importante a divulgação das medidas de política que possibilitaram estes investimentos. As razões, já adiantadas pelos técnicos, podem agora ser evidenciadas na eloquência dos próprios actores (pré-idosos e idosos) da florestação: visam a valorização do património fundiário e encontram também justificação na diminuição de actividades agrícolas pouco compensadoras.

“Resolvi florestar porque os terrenos não me davam nada. Ninguém me dava nada por aquilo, não me davam rendas, não me davam nada.”

(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

“Fiz a floresta em terras que davam cereal, só que foi quando o cereal começou a baixar (...) Vi mais gente a fazer floresta e lembrei-me também.”

(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

“Resolvi por floresta para garantir o futuro e para ocupar também o espaço...para tornar as terras mais rentáveis...”

(agricultor de 66 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

“A coisa da ideia da floresta foi do meu rapaz, porque estavam aqui os terrenos, eu já não os lavrava, eles não os vinham a lavar, ...os terrenos andavam aqui para que era? Só para os gados dos outros? Então, pelo menos, a ver se vimos alguma coisa.”

(agricultor de 81 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Resolvi florestar porque as terras estavam aí com giestas e com silvas se forem lavradas, pior não ficam, e sempre vamos receber algum (...)”

(agricultor de 55 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Por vezes é notória a marca da desilusão dos que vivem da terra (desde sempre, ou que a ela retornou em determinado período da vida) face às múltiplas dificuldades de ser hoje e aqui agricultor. Uma delas é a falta de mão-de-obra disponível que possibilite o pagamento de trabalho assalariado. Para estes proprietários, a floresta surge assim como a única hipótese, como um mal menor face à alternativa que é votar as terras ao abandono.

“Pus floresta para me ver livre da terra, porque não tinha quem me seguisse⁷⁴, e então em vez de ficarem a monte, perdidos. Amanhã, se der rendimento, para os que vêm, pronto. E também há gosto por aquilo, não é?”

(agricultor de 64 anos, casado, reformado, aldeia do concelho Vinhais.)

“A razão da florestação está inserida no mesmo sistema: por falta de mão-de-obra para trabalhar. Tivemos caseiros, deixou de haver caseiros, ainda eu permaneci, nas horas vagas, fazendo cereal, e mantendo o rebanho. A mão-de-obra continuou a faltar e nem para o rebanho encontro pastor...portanto foi acabando automaticamente...e presentemente, não se encontra: é mais fácil encontrar num grande centro mão-de-obra, do que numa aldeia, aí está tudo muito envelhecido...”

(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

A quem não está já na actividade agrícola desde há muito (infância ou juventude), e regressando com a reforma de outras actividades, parece faltar uma ocupação, um propósito orientador do quotidiano. Este não é já a agricultura (quando muito uma horta), podendo ser a floresta. Com a florestação são mantidas as terras cuidadas e a atenção e trabalho requeridos vêm a revelar-se como uma interessante ocupação do tempo.

⁷⁴ Este proprietário/agricultor ao dizer “*não tinha quem me seguisse*” está referir-se ao facto de não ter sucessor na exploração agrícola.

“Uma coisa que eu tenho é que gosto muito das plantas (árvores). Um dia no campo de volta das plantas passa-se sem eu dar conta. Gosto muito.”
(agricultor de 71 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Claro que a floresta também dá trabalho, mas eu não me ajeito a ficar aqui de pousão... Todos os dias quase, andamos de volta disto... Tenho que ir ver os meus terrenos (...) Geralmente vou todos os dias, vou de carrinha. A pé ando pouco.”
(agricultor de 71 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho Vinhais.)

“Nós agora trabalhamos pouco! A floresta ainda dá muito trabalho mas ajuda a passar o tempo!”
(agricultora de 63 anos, casada, reformada, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Como referimos já, as terras florestadas são sobretudo antigas parcelas de cereal (deixadas de cultivar mais ou menos recentemente), bem como outras terras de culturas arvenses e forrageiras, que deixaram de ser necessárias à exploração agrícola, uma vez terminada a pecuária, sobretudo o gado bovino. Verifica-se também a florestação de alguns lameiros, embora em muito menor escala. Para estes proprietários, na verdade, os lameiros representam, enquanto tal, um valor (ainda que potencial e cristalizado pela não utilização directa) da terra. Por outro lado, há dificuldades na escolha de espécies florestais que aí se dêem bem, sobretudo por questões relacionadas com o excesso de água.

“Não, lameiros não florestei. Os lameiros praticamente estão abandonados.”
(agricultor de 77 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Florestei terras de cereal mas fiz também em dois lameiros porque eram um bocadinho mais longe e na hipótese de os conseguir arrendar davam-me pouco dinheiro. Não pagariam bem [já] que eram lameiros bons! Já estava a pensar em ter que os arrendar um dia mais tarde, embora ainda tivesse vacas, mas também já pensava em largá-las.”
(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Na escolha dos terrenos a florestar é também determinante a sua localização. Mesmo que se continue a agricultar algumas terras, as que ficam mais longe da casa, são as primeiras a ser abandonadas e as que terão menos hipótese de utilização, quer directamente, quer cedidas e ou arrendadas. Assim, com frequência as parcelas escolhidas para a florestação são as mais afastadas da aldeia, por vezes as menos férteis também, e onde, por consequência, já não se semeava cereal, mesmo o centeio, por não compensar. Na prática, são em regra as terras em que a utilização agrícola já cessou aquando da resolução da florestação, estando por isso ocupadas por matos.

As características das terras florestadas reflectem também as razões da florestação propriamente dita, confundindo-se por vezes com elas.

“Não olhei à textura do terreno. O meu sistema foi este: eu florestei toda a periferia da aldeia. Deixei duas ou três parcelas de sequeiro mas metidas praticamente na aldeia porque se me apetecer fazer um bocadinho de cereal faço, e numa daquelas em que não ande a perder tempo, em caminho. De resto florestei deixando os lameiros que não vale a pena estar a desarborizar para arborizar... e algumas partes que estão como nós chamamos de touça que é a linha de carvalho”.

(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

De facto, neste excerto, o proprietário justifica a escolha das terras a florestar conforme a sua localização tendo em vista ainda um hipotético aproveitamento agrícola que poderá vir a realizar nas que estão menos afastadas da aldeia. Mas o que é mais curioso é o facto de explicitar que não vale a pena florestar o que já está arborizado: os lameiros, que como se sabe têm com frequência árvores nas bordaduras, e os terrenos *“que estão de touça”*.

4.2.2 – Acção das entidades de apoio à florestação

A implementação da florestação no âmbito do Programa de Florestação de Terras Agrícolas foi possível graças ao contributo de entidades que a promoveram no terreno junto dos proprietários, tendo posteriormente prestado todo o apoio administrativo e técnico conducente à execução dos projectos previamente candidatados.

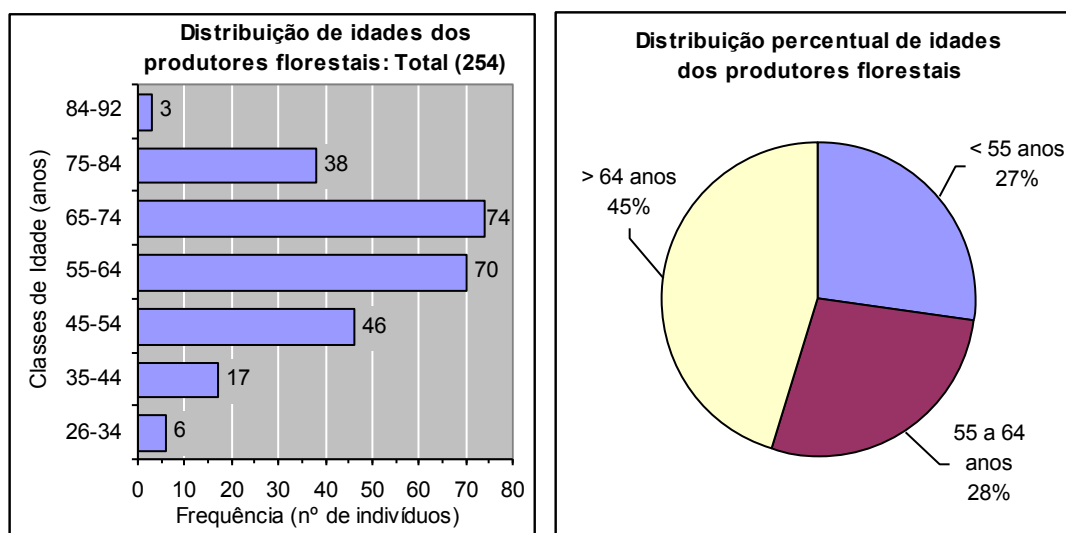
De seguida apresentaremos a acção de duas organizações, a Floresta Verde, empresa de florestação, e a *Arborea*, associação de produtores florestais, que se constituíram como vectores fundamentais na concretização da florestação em análise. Nas subsecções 4.2.2.1 e 4.2.2.2 serão respectivamente apresentadas e caracterizadas as suas acções de florestação bem como os proprietários que a elas recorreram para florestar.

4.2.2.1 – A florestação de terras agrícolas da Floresta Verde

A Floresta Verde, empresa ligada à plantação e manutenção da floresta, tem tido um papel na transformação do território no planalto mirandês particularmente

expressivo. A empresa e uma breve descrição do seu modo de actuação no planalto mirandês, bem como a caracterização de uma área de antigos terrenos agrícolas convertidos à floresta pela sua intervenção, são, sucessivamente, apresentadas nas duas caixas abaixo.

Ao abordar agora os actores da florestação procura traçar-se o perfil dos proprietários florestais da área em análise. No que concerne às idades, mais de 70% dos proprietários têm idade superior a 55 anos (Figura 4.5). Este valor apresenta variações conforme o agrupamento em causa, sendo no entanto regra as classes de idade com maior expressão serem as que incluem indivíduos entre os 55 e os 64 anos, bem como a dos entre os 65 e 74 (Anexos AIV.8. AIV.9 e AIV.10). Estes dois grupos compreendem um conjunto de indivíduos já claramente em idade de reforma, e um outro, de reformados ou não, que se supõe ainda substancialmente activo.



Fonte: Floresta Verde

Figura 4.5 – Distribuição dos produtores florestais por classes de idade: valores absolutos e percentuais

É ainda de salientar que menos de um quinto dos proprietários residem fora da região: no Litoral Norte (9%), na Região de Lisboa (7%), noutros países onde estão emigrados (3%), (Figura 4.6). Regista-se, no entanto, que a maior percentagem de área florestada corresponde a proprietários residentes nos concelhos de Miranda do Douro e Vimioso, que perfazem 74% do total da área florestada. Note-se que 10% desta é de proprietários que residem no Litoral Norte e apenas 5% de proprietários que residem na Região de Lisboa e noutros países (Anexo AIV.12).

Floresta Verde: uma empresa que converteu terras agrícolas em floresta no Planalto Mirandês

A empresa Floresta Verde, com sede no Porto e filial em Mogadouro, instalou-se nesta Vila em 1989. O propósito era o de actuar ao nível da florestação das terras agrícolas, apresentando projectos ao abrigo do Regulamento 2080. O início das suas actividades naquela zona coincidiu com o arranque do II Quadro Comunitário de Apoio.

Os projectos podiam visar Associações ou Agrupamentos de produtores, ou agricultores em nome individual, mas dada a estrutura de pequena propriedade da região, desde logo se tornou evidente aos técnicos a necessidade de promover a criação de associações e ou agrupamentos de modo a assegurar áreas de intervenção mais ou menos contíguas e com uma extensão significativa. Por outro lado, no caso de constituição de agrupamentos, o investimento (que inclui as fases de elaboração, preparação e retanchar) é financiado a 100%. Na prática, a constituição de agrupamentos florestais sem a exigência de um registo legal facilitou muito os processos de apresentação de candidaturas à florestação. Note-se que, para constituir uma Associação são necessários determinados formalismos, tais como elaboração de estatutos e registo notarial entre outros. Já a constituição de um Agrupamento reveste-se de maior “ligeireza” processual, para tal bastando um conjunto de assinaturas dos proprietários, assentindo em constituírem-se num agrupamento. Para formar um agrupamento basta a vontade de vários proprietários, em que nenhum deles detenha mais de 75% da área do agrupamento. As parcelas em causa não devem distar de mais de 500m umas das outras, obrigando-se os produtores florestais do agrupamento constituído, a fazer uma gestão conjunta da área florestada.

A Floresta Verde iniciou a sua actividade elaborando projectos individuais e de associações, bem como de agrupamentos. A partir de certa altura, os projectos individuais só eram aceites caso tivessem uma dimensão de pelo menos 20ha, limiar abaixo do qual a empresa considerou não assegurar o financiamento necessário à gestão das áreas florestadas. Dado que regionalmente o número de proprietários com áreas superiores a este limite é escasso, a empresa envolveu-se directamente na criação de agrupamentos. Promovendo reuniões de informação e divulgação do programa comunitário em causa, junto dos residentes das aldeias, e sensibilizando os proprietários para o interesse desta nova oportunidade, foi conseguindo os seus propósitos.

“Quando aparecia aqui alguém no escritório, interessado em arborizar em particular antigas terras agrícolas, nós perguntávamos logo se havia mais alguém interessado. Se existisse mais gente interessada, então marcávamos uma reunião e esclarecíamos todo o regulamento 2080 e depois formávamos o tal agrupamento”.

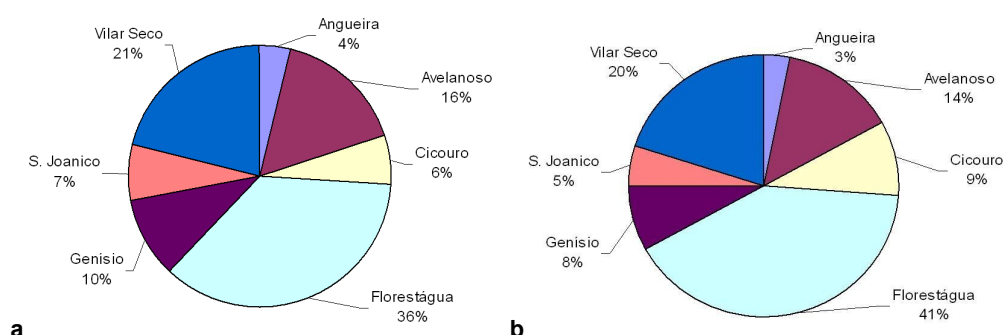
(Excerto de entrevista ao Eng^o Altino Geraldês, técnico responsável, Floresta Verde, 2002)

Assim, foram surgindo várias Associações e Agrupamentos, distribuídos pelos concelhos de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso. No Anexo podem ver-se as principais manchas florestais dos agrupamentos destes concelhos, constituídos ao abrigo do Reg. 2080/92. Identificam-se *grosso modo* três grandes manchas: uma delas, devidamente assinalada, centra-se na freguesia de S. Martinho de Angueira e foi retida para uma análise mais detalhada das áreas florestadas, bem como do perfil dos seus proprietários.

Floresta Verde: um caso de florestação de terras agrícolas em associação no Planalto Mirandês

Na área em análise, abrangendo sete freguesias – Avelanoso, Angueira, S. Martinho de Angueira, Genísio, Vilar Seco, Cicouro e Vale de Frades – e no âmbito das actividades de florestação da empresa Floresta Verde, existem cinco agrupamentos (Angueira, Avelanoso, Cicouro, Genísio, S. Joanico e Vilar Seco) e uma associação (Florestágua), de produtores florestais (para simplificação de linguagem as diferentes estruturas de proprietários passarão a ser, ao longo deste texto, comumente designadas de Agrupamentos). No Anexo AIV estão registadas as acções de florestação aí realizadas (concelhos de Miranda do Douro e Vimioso).

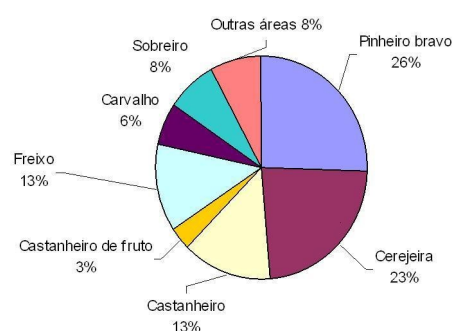
A área total florestada é de 1844ha, detendo a Florestágua 36%, seguida do agrupamento de Vilar Seco que florestou 21% do total. O número global de proprietários envolvido é de 259, de novo com Florestágua e Vilar Seco com a maior representação (41% e 20%, respectivamente).



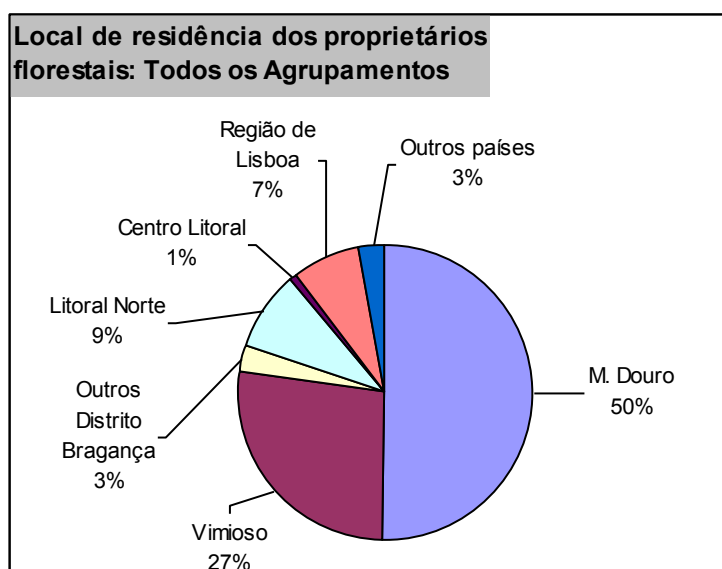
Distribuição percentual por Agrupamento: (a) Área florestada e (b) Número de Proprietários

A área média florestada por proprietário toma mais frequentemente valores dos 4ha aos 8ha, com excepção dos agrupamentos Genísio (11ha), Vilar Seco1 (14ha) e Angueira (26ha). Convém, todavia, notar que a estas médias corresponde uma assinalável dispersão nas áreas florestadas por proprietário, desde o máximo de 39ha a ao mínimo de 0,1ha (Anexo).

Em relação às espécies plantadas, verifica-se que, na totalidade dos agrupamentos, a mais utilizada foi o pinheiro bravo, com 26% da área total, seguida de perto pela cerejeira (23%). Com 13% da área florestada aparecem o castanheiro e o freixo, encontrando-se as restantes espécies com representação inferior a 10%. Assinala-se que, o castanheiro para fruto (3%) é uma opção caracterizada pela plantação em compasso diferente e pela condução em alto fuste, o que permitirá também uma produção de madeira de qualidade. Esta distribuição percentual das diferentes espécies varia de uns agrupamentos para outros (Anexo).



Nota: “Outras áreas” inclui as espécies menos representadas (Quadro IV Anexo), as áreas de afloramentos rochosos em terrenos florestados e charcas.



Fonte: Floresta Verde

Figura 4.6 – Distribuição dos proprietários florestais por local de residência: valores percentuais

No Quadro 4.1 pode constatar-se que em todas as classes de idade os proprietários residentes nos concelhos de Miranda do Douro e Vimioso estão em maior proporção, ou seja, próximo dos locais da floresta plantada em antigos terrenos agrícolas. De entre os que florestaram e moram mais longe – na região de Lisboa ou mesmo no estrangeiro – têm maior expressão os que integram as classes etárias mais baixas. Registe-se ainda que a idade média dos proprietários dos diferentes agrupamentos é de 62 anos, situando-se em cada um deles entre os 52 e 71 anos).

Quadro 4.1 – Proprietários florestais segundo classes de idade e o local de residência

Local de Residência	Classes de Idade dos Proprietários (anos)							Total
	26-34	35-44	45-54	55-64	65-74	75-84	85-92	
Miranda do Douro	2	6	25	40	36	16	3	128
Vimioso	3	1	8	15	23	18	-	68
Outros do Distrito Bragança	-	-	2	2	2	1	-	7
Litoral Norte	1	2	5	8	6	1	-	23
Centro Litoral	-	-	-	-	1	1	-	2
Região de Lisboa	-	8	5	3	2	1	-	19
Outros países	-	-	1	2	4	-	-	7
Total global	6	17	46	70	74	38	3	254

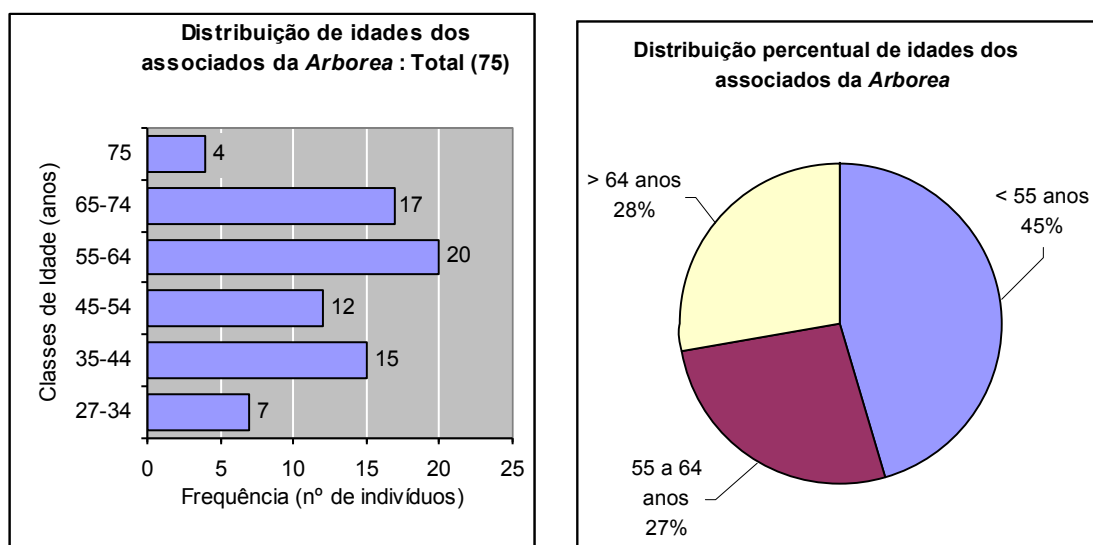
Fonte: Floresta Verde

A tipologia de proprietários que optaram por florestar os seus terrenos no âmbito da florestação de terras agrícola que nos foi adiantada pelo técnico da Floresta Verde é quantitativamente comprovada no universo de análise escolhido. Há essencialmente dois tipos de proprietários: os que residem perto das áreas florestadas e aqueles cujos percursos de vida se desenrolam afastados da sua floresta. Os primeiros, tendencialmente de mais idade (muitos já reformados), pela proximidade estão muito mais activamente comprometidos com a floresta plantada. Os segundos, mais novos, cuja actividade e a distância a que residem os mantém afastados, não têm por isso um contacto frequente com as plantações florestais efectuadas. No entanto, ressalvem-se neste grupo os que, apesar de estarem longe, mantêm ainda no território florestado alguém (em regra os familiares idosos, pais e avós) que, dada a proximidade trabalha, ou pelo menos vigia, as áreas florestadas.

4.2.2.2 – A florestação de terras agrícolas da *Arborea*

A *Arborea*, Associação Florestal da Terra Fria Transmontana, como se referiu acima, foi uma das organizações com intervenção no terreno no domínio da florestação de terras agrícolas, cuja acção se estudou. A caixa de texto encontrada mais adiante inclui uma síntese de elementos descritivos da sua constituição e das acções que empreende. O perfil dos associados com projecto de florestação de terras agrícolas é abordado em seguida, analisando-se sucessivamente estrutura de idades, local de residência, profissões.

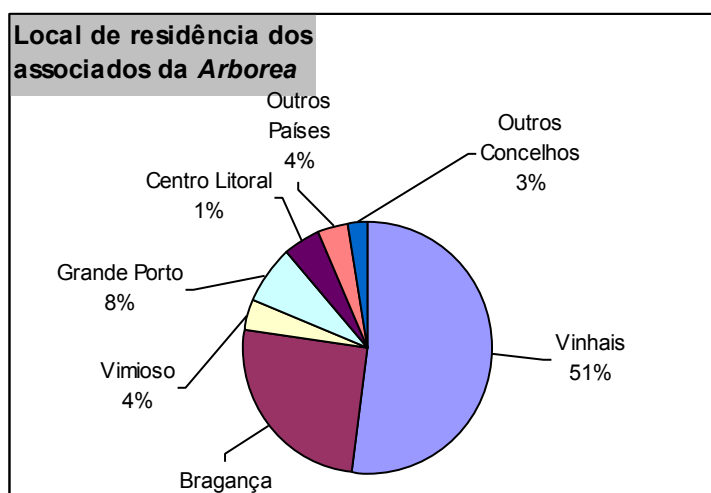
Dos indivíduos que integraram a *Arborea* em 2002, mais de metade (55%) tem 55 ou mais anos e os indivíduos de 65 e mais anos representam mais de um quarto do total (Figura 4.7). A classe de idades com maior expressão é a de 55 aos 64 anos, mas os associados mais jovens estão aqui mais representados do que no caso anterior (Floresta Verde): indivíduos com 35 anos e menos são cerca de 30% do total. Em resumo, temos neste caso, a par da grande expressão do grupo de associados com mais idade, uma importância significativa de associados mais novos.



Fonte: Arborea

Figura 4.7 – Distribuição dos associados da Arborea por classes de idade: valores absolutos e percentuais

Retomando a questão do local de residência destes indivíduos e, ainda que indirectamente, da sua proximidade e ligação aos territórios arborizados e à actividade florestal, atentemos na Figura 4.8. Há entre estes indivíduos um largo predomínio dos que residem localmente. Os que moram nos concelhos de Vinhais, Bragança e Vimioso (justamente os concelhos que constituem a área de intervenção da *Arborea*), perfazem 80% do total. Os restantes distribuem-se preferencialmente pela zona do Porto, e por países de emigração. Temos, assim, que os proprietários que integram esta associação residem predominantemente próximo dos territórios que estão já, ou virão a ser, florestados. No entanto, esta constatação encerra em si algumas *nuances* que convém explorar. De facto, entre os residentes dos três concelhos mais representados há os que vivem e trabalham em meio rural – nas diferentes aldeias e lugares, e têm por isso geralmente actividades ligadas à agricultura – e há aqueles que vivem nas vilas e nas cidades dos referidos concelhos. Estes proprietários, em regra, trabalham no sector dos serviços. Em qualquer dos casos podem, mercê da proximidade, acompanhar as actividades ligadas à florestação.



Fonte: Arborea

Figura 4.8 – Locais de residência dos associados: distribuição percentual

Admitimos como plausível a hipótese de que estes dois grupos se constituíam como dois pólos das relações intergeracionais de “famílias rurais”: os mais velhos, trabalhando na agricultura e os mais novos, residindo e trabalhando em cidades próximas. Estes últimos, estariam apostados na preservação e rentabilização do património fundiário que esperam vir a herdar. No primeiro caso, são os ainda detentores do património fundiário, com mais idade, que se fazem sócios da *Arborea*; no segundo, é a geração dos filhos ou dos netos, nem sempre residente em meio rural, e naturalmente mais à vontade com a burocracia associada às candidaturas a projectos de financiamento, que integra a *Arborea*. Tomam assim em mãos algumas das decisões de gestão do património que, regra geral, é ainda propriedade dos mais velhos. Porventura, em ambas as situações, o que se configura são modalidades de gestão/decisão do património fundiário da família, entendida esta nas suas múltiplas formas de dispersão no espaço e no tempo (Nobre, 2001).

Arborea: uma associação florestal na Terra Fria Transmontana

A *Arborea* – Associação Florestal da Terra Fria Transmontana constitui-se em Setembro de 1997, com o objectivo primeiro de reorientar para a produção florestal os terrenos onde os rendimentos agrícolas eram manifestamente baixos. A área de influência desta Associação abrange os concelhos de Vinhais, Bragança e Vimioso. Segundo E. Roxo, Presidente da Direcção da *Arborea* em 2002:

“Partiu-se da constatação de que havia muitas terras a produzir pouco, e outras completamente abandonadas, para tentar outras possibilidades, encontrar um valor acrescido na utilização destes territórios.”

A *Arborea* pretendeu, desde início, centrar o apoio prestado no pequeno agricultor. Havia já empresas privadas no sector mas não localizadas em Vinhais (apenas em Bragança), e que segundo a lógica empresarial se interessavam mais por projectos em áreas de maior dimensão, com trabalhos contínuos (por isso compatíveis com um rendimento empresarial) e, assim, inevitavelmente associados a proprietários e ou agricultores de grande dimensão, ficando o pequeno agricultor num segundo plano. Promoveu-se então a criação de uma Associação depois de uma discussão alargada que arrancou com 21 associados, entre proprietários agro-florestais e técnicos. A procura dos meios necessários para a pôr em funcionamento foi a primeira etapa. De facto, após a instituição dos corpos sociais, e uma vez feita a escritura e o registo da Associação, foi necessário achar um espaço, as instalações, de forma a existir um suporte físico desta nova organização e de modo a que o corpo técnico pudesse começar a operar. A Câmara Municipal de Vinhais disponibilizou o espaço (integrado, aliás, no Gabinete de Apoio ao Agricultor), bem como a utilização de meios informáticos, telefone, electricidade e outros apoios. O financiamento inicial fez-se recorrendo a um empréstimo, que foi também avalizado pela autarquia. Contrataram-se dois técnicos que tinham também a seu cargo o trabalho administrativo. Foi a partir dessa altura que se iniciaram as acções no terreno. Os técnicos começaram por ir ao encontro de algumas das expectativas das pessoas que tinham já terras agrícolas abandonadas, ou com baixos rendimentos. Essencialmente, estes proprietários e ou produtores agrícolas queriam que lhes fossem elaborados projectos.

A florestação de terras agrícolas foi, sem dúvida, o primeiro grande objectivo dos associados, mas constituiu também, desde logo, uma forma de a Associação garantir alguns meios de auto-sustentação, conseguindo financiamento para a acção dos técnicos contratados. Para além do apoio prestado pelos diferentes corpos dirigentes, em 2002 a *Arborea* contava já com o dobro dos funcionários com que iniciou a sua actividade: dois técnicos na área florestal e dois administrativos. Tinha ainda uma equipa de sapadores florestais composta por cinco indivíduos residentes no concelho de Vinhais, com as funções de vigiar os povoamentos florestais e nestes fazer limpezas de matos bem como iniciar o primeiro combate a incêndios. Para tal dispunha, entre outros equipamentos, de uma viatura com tanque de água.

Para além da elaboração de projectos, o posterior acompanhamento e apoio técnico aos povoamentos instalados, há um outro conjunto de serviços prestados pela *Arborea* a associados e não associados. Entre estes incluem-se os serviços prestados pela equipa de sapadores florestais, assim como os levantamentos topográficos com GPS fundamentais na obtenção de cartografia de pormenor, essencial no estabelecimento das candidaturas a financiamento. Os preços destes serviços são mais baixos quando se trata de associados. Uma outra prioridade desta associação tem sido a formação, com a organização e realização de cursos de formação profissional na área florestal, em diferentes domínios, tais como podas de formação em folhosas, condução e manutenção de sotos, combate a doenças. Para tal, têm recorrido a apoio de técnicos e investigadores de diferentes instituições. A procura destes cursos tem sido elevada.

No Quadro 4.2, onde são mostrados dados cruzados das variáveis idade e local de residência do associado, verifica-se que a idade média dos associados não apresenta grandes diferenças conforme o seu local de residência. A idade média da totalidade dos associados é de cerca de 54 anos; o grupo indivíduos que vive no concelho de Bragança (em meio rural ou em meio urbano), apresenta a idade média mais baixa com 47,3. Mas o que nos parece mais interessante considerar é a amplitude de idades existente nos diferentes grupos definidas pelo local de residência.

Quadro 4.2 – Idade dos associados da Arborea por local de residência

Local de Residência	N.º de Indivíduos	Idade dos associados (anos)		
		Média	Máximo	Mínimo
Vinhais (concelho)	39	56	75	27
Bragança (concelho)	20	47	66	29
Vimioso (concelho)	1	56	56	56
Grande Porto	6	55	75	45
Região de Lisboa	4	62	68	58
Outros Concelhos	2	59	62	56
Outros Países	3	52	65	36
Total global	75	54	75	27

Fonte: *Arborea*

De facto, se repararmos nas idades máxima e mínima de cada grupo, verificamos que a amplitude entre estas variáveis é máxima para os que residem nos concelhos de Bragança e Vinhais que, como já vimos, representam mais de 75 % dos associados.

De acordo com a informação recolhida nos ficheiros da *Arborea*, os seus associados residentes no concelho de Bragança, com menos de 35 anos vivem e trabalham todos na cidade; já os residentes no concelho de Vinhais na mesma classe de idade se repartem entre a vila de Vinhais e as aldeias, mas apenas um tem a profissão de agricultor (Quadro 4.3). Para estes dois concelhos, nas classes de idade dos 35 aos 54 e dos 55 aos 64 anos, verifica-se uma multiplicidade de situações, repartindo-se os associados incluídos nestas classes etárias entre a cidade e o meio rural. Com efeito no concelho de Vinhais entre os 35 e 54 anos, predominam os que vivem em meio rural, que em regra têm no entanto profissões fora da agricultura (mecânico, gerente comercial, professor do ensino básico); já no concelho de Bragança, vivem e trabalham sobretudo na cidade, em instituições do Estado, por exemplo funcionários do Parque Natural de Montesinho e da Direcção Regional de

Agricultura. Na classe etária dos 55 aos 64 anos os indivíduos que residem nas aldeias do concelho de Vinhais são todos agricultores.

Quadro 4.3 – Local de Residência, Idade e Profissão dos associados da Arborea residentes no concelho de Bragança e Vinhais

Classes de Idade	Residência	Concelho de Residência			
		Bragança		Vinhais	
		Associados	Profissão	Associados	Profissão
Menos de 35 anos	<i>Cidade/Vila</i>	3	Técnico CM Vinhais; Técnico PNM	2	Técnico Oficial de Contas; Professor
	<i>Meio Rural</i>	0		2	Balconista; Agricultor
35 a 54 anos	<i>Cidade/Vila</i>	7	Técnicos PNM, DRATM; Seguros	2	Veterinário; Funcionário público
	<i>Meio Rural</i>	3	Agricultores; Empresário	10	Mecânico; Gerente Comercial; Professor E.B.
55 a 64 anos	<i>Cidade/Vila</i>	5	Reformados; Solicitador; Cobrador/bilheteiro	2	Comerciante/Agricultor; Professor
	<i>Meio Rural</i>	0		5	Agricultor (5)
Mais de 65 anos	<i>Cidade/Vila</i>	1	Professor reformado	3	Professor reformado; Solicitador; Comerciante
	<i>Meio Rural</i>	1	Reformado	13	Reformados GNR, PSP; Agricultores reformados (10)
Total		20	-	39	-

Fonte: *Arborea*

Relativamente aos associados com mais de 65 anos, uma larga maioria vive em meio rural, ligada à actividade agrícola, sendo quase todos reformados quer da agricultura, quer de outras actividades.

Em suma, grosso modo podemos dizer que há dois tipos de associados: os mais velhos, maioritariamente residentes em meio rural e, quando vivem na cidade, dispondo de tempo – visto muitos estarem já reformados – para aí se deslocarem com frequência, acompanhando de perto o seu património; os mais novos, que em regra têm domicílio na cidade ou na vila do concelho e cujas profissões são sobretudo fora da agricultura, mesmo nos poucos casos em que residem em meio rural. Os deste segundo tipo tornaram-se associados da *Arborea* prevendo beneficiar de um serviço de apoio na gestão do seu património fundiário, ou do de familiares mais velhos que residem ainda em meio rural.

Nos projectos elaborados pelos técnicos da Associação há uma predominância de casos individuais, ao contrário do que aconteceu com a empresa Floresta Verde, em que, como já vimos, a maioria de projectos se fizeram através de agrupamentos de proprietários florestais. Dos 75 associados da *Arborea* a grande maioria (cerca de 93% dos casos)⁷⁵, candidatou-se ao 2080 ou ao Ruris, tendo algumas candidaturas transitado também de um para o outro programa. Trata-se, pois, na sua quase totalidade, de candidaturas à florestação de terras agrícolas.

Apurámos que nestes novos povoamentos florestais a espécie com maior expressão é, sem dúvida, o castanheiro, que representa 63% da área total florestada. Saliente-se, ainda, que tem também bastante importância a exploração do castanheiro para produção de fruto, uma vez que cerca de 1/3 da área de castanheiro corresponde a povoamentos de dupla vocação, isto é, em que a condução das árvores prevê o aproveitamento do fruto e mais tarde de madeira⁷⁶. O freixo, a espécie com a segunda maior expressão, ocupa cerca de 13% da área florestada e é seguida de perto pelo pinheiro bravo, com 10% daquele total.

A importância relativa das espécies plantadas no caso da florestação realizada na Terra Fria pela *Arborea* é distinta da situação encontrada no Planalto Mirandês, efectuada pela Floresta Verde. Na Terra Fria, que apresenta solos menos degradados, há um predomínio do castanheiro, enquanto no Planalto a espécie mais utilizada é o pinheiro bravo. A importância do castanheiro e sobretudo a sua utilização para produção múltipla condicionará de modo distinto o trabalho dispendido por estes proprietários com as terras arborizadas.

⁷⁵ Há também uma candidatura ao PDF e outra ao Agro. PDF – Programa de Desenvolvimento Florestal, aprovado pela Portaria n. 809-D/94, que aprova o regulamento que estabelece o regime de aplicação do Programa de Desenvolvimento Florestal (PDF), aprovado no âmbito do Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PAMAF).

Agro – Portaria n.º 1093/2000 que aprova o Regulamento de Aplicação da **Acção 3.6:** Promoção de Novos Mercados e Qualificação de Produtos Florestais da medida n.º 3 do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado **«Programa Agro»**.

⁷⁶ As formas de condução destes povoamentos são distintas conforme o objectivo é exclusivamente a produção de madeira – em que normalmente os compassos utilizados são de 4mx2,5m, podendo ser também de 3mx3m ou de 3mx2m – ou a produção de fruto e de madeira, em que se utilizam compassos de 9,5mx9,5m.

4.2.3 – Trabalho – as práticas culturais na floresta

O trabalho dos proprietários com a floresta é um dos pontos que abordaremos de seguida de forma a compreender o grau de envolvimento quotidiano dos idosos que estão a residir em meio rural, e se encontram por isso, de uma ou de outra forma, mais directamente ligados às actividades da terra. Segundo fonte da empresa Floresta Verde, cerca de 90% dos proprietários que florestaram com candidaturas ao 2080, encomendam a gestão dos povoamentos, não necessitando assim de ter trabalho directo com a floresta (de instalação e consolidação das áreas florestadas), pelo menos nos primeiros anos. A Floresta Verde tem, pois, providenciado todo este trabalho, quer de florestação, quer de manutenção dos povoamentos. Tem algumas máquinas próprias e, quando necessário, recorre ao aluguer das que necessita. Faculta também a mão-de-obra e à data da entrevista (2002), contava já com uma equipa de cerca de 20 trabalhadores fixos e de mais de 100 sazonais durante nove a dez meses por ano.

Assim, a realização dos trabalhos conducentes à implantação da floresta, bem como a manutenção de grandes manchas contínuas é facilitada e rentabilizada, uma vez que se conseguem custos de produção inferiores. Por outro lado, ficando a cargo da empresa estes trabalhos de manutenção, garante-se que o aconselhamento técnico é respeitado e que os planos orientadores de gestão são cumpridos.

O facto de não realizarem directamente os trabalhos relacionados com a implantação e manutenção da floresta, não significa que, sobretudo os proprietários florestais que vivem em meio rural não se interessem pelas tarefas desenvolvidas naquele âmbito. De facto, foi-nos referido pelos técnicos da empresa que não raro, os proprietários acompanham os trabalhos desenvolvidos nas suas terras, não apenas com o objectivo de controlar o que aí está a ser feito, mas também porque sentem verdadeira satisfação em ver as máquinas a operar nas suas propriedades, como que se uma nova marca de utilização do território se materializasse em todos os trabalhos desenvolvidos. Por outro lado, determinadas tarefas, como por exemplo a apanha de frutos (quando a florestação contempla também esta produção), ficam totalmente a cargo dos proprietários. Segundo o técnico responsável da Floresta Verde:

“Nós só estamos a prestar um serviço que é a condução do povoamento. Todos os produtos tirados do povoamento sejam eles fruto, cogumelos ou outros são da responsabilidade do proprietário. Nas espécies nobres, que se desenvolvem num período de 40 a 50 anos, podem vir a fazer-se desbastes em que o material tem já algum valor comercial. Os desbastes podem ser feitos por nós, mas o material reverte para os proprietários.”

Quando questionados a propósito do papel desempenhado por estes proprietários ainda no terreno, no combate e, sobretudo, na detecção de fogos, os técnicos são de opinião que esta permanência de população no território é importante, e cumpre essa tarefa. Uma total desertificação humana é contrária a um bom desenvolvimento da floresta. O técnico responsável da Floresta Verde acrescentaria:

“ (Há de tudo, mas grande parte tem a noção que aqueles povoamentos têm que ser mantidos; eles têm interesse em que se mantenha, senão perdem os prémios, e é óbvio que quando há qualquer problema entram logo em contacto connosco e com quem de direito. [...] a desertificação tende para um estado selvagem e acho que as pessoas dinamizam a zona.”

Acerca do interesse dos ausentes deste território mas de alguma forma ligados a esta vaga de florestação, quer directamente, quer por parentesco com os que ainda estão na terra (e por isso com a expectativa de virem a herdar este património), parece haver uma diversidade de situações. De acordo com o técnico inquirido *“Há de tudo!”*: desde os que de nada se ocupam no que concerne à floresta plantada, até aos que, com frequência, se deslocam aos fins-de-semana para ver os povoamentos (deste modo razoavelmente vigiados), contactando os técnicos sempre que notam algo fora do normal (por exemplo, doenças ou problemas de desenvolvimento vegetativo).

Estabelecendo agora um paralelismo em relação aos apoios no trabalho facultados pela associação de produtores florestais *Arborea* pode dizer-se que a totalidade dos proprietários que procederam à florestação de terras agrícolas assumem a gestão directa da floresta plantada. Note-se, contudo, que a associação formou equipas de sapadores florestais, uma importante reserva de mão-de-obra especializada disponível para a contratação pelos interessados. A indicação de empresas a contratar para trabalhos florestais e sobretudo para o fornecimento das plantas a utilizar (sãs e de boa qualidade) são informação frequentemente requerida pelos proprietários junto da *Arborea*, bem como a solicitação de acções de formação de âmbito florestal.

4.2.3.1 – Mobilizações do terreno e plantação

As diferentes operações de preparação do terreno conducentes à plantação da floresta envolvem as grandes mobilizações de terreno com maquinaria pesada (tractores de rastos, conhecidos por *caterpillars*, e retro-escavadoras) com os quais se

procede à ripagem e, por vezes, quando necessário face aos declives existentes, à armação do terreno. Nos casos em que não são requeridas mobilizações de terreno tão profundas (quer porque a vegetação existente não é de grande porte, quer pelas próprias características do terreno) a realização de uma simples lavoura pode resolver as necessidades de preparação do solo com vista à plantação florestal. Depois, seguem-se as tarefas de piquetagem e marcação de terreno, a abertura das covas, ou valas, e a plantação propriamente dita.

Tratando-se da florestação de terrenos utilizados na actividade agrícola, seria de supor que a limpeza da vegetação arbustiva espontânea não fosse de monta, porquanto na prática agrícola o controle dessa vegetação é já feito. No entanto, por razões várias, com frequência as operações de preparação do terreno a realizar são de alguma importância. Na verdade, como já referimos, submetem-se à florestação terrenos onde na prática já há alguns anos não se semeava, sobretudo no caso de abandono mais ou menos recente das sementeiras de cereal – trigo ou centeio – em face das descidas de preço destes produtos. Noutras situações, a florestação foi determinada face à cessação de actividade, por morte dos progenitores dos actuais proprietários, por exemplo, como atesta o proprietário seguinte:

“As terras florestadas eram as terras que o meu pai e a minha mãe punham de centeio, outras de trigo, outras de aveia, do que calhava. (...) A minha mãe não vai que já não pode. [...] As terras que florestei já estavam abandonadas, cheias de mato.”

(agricultora de 64 anos, viúva, reformada, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Aqui era terra de cereal, em tempos... Há zonas mais declivosas do que estas; há sítios em que tivemos que fazer uns patamares... A armação do terreno também foi a mesma empresa que fez...”

(agricultor de 66 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Por fim, há ainda as situações em que o tempo entre a resolução de florestar e a aprovação deste projecto foi relativamente prolongado, tendo o agricultor deixado de semear as terras em causa. Eis um exemplo:

“A terra estava toda fabricada (antes da plantação da floresta), e como eu já havia dois ou três anos que não fazia nada (à espera da aprovação), nalgumas já tinha giestas, e então paguei a uma retro-escavadora para compor a terra. Andou lá no terreno mais “fraquinho” umas 15 horas, nem chegou”

(agricultor de 77 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Na florestação de terras agrícolas estes agricultores optaram por uma das seguintes modalidades: ou contrataram a mobilização das terras e a plantação a uma

empresa ou prestador de serviços, que planeou as tarefas e as executou na totalidade, ou esta tarefa foi na totalidade executada pelos próprios proprietários.

“Não assisti aos trabalhos, mas depois de plantado fui lá ver.”

(agricultor de 77 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“O empreiteiro (contratado pela empresa) [Floresta Verde] tinha pessoal a trabalhar, primeiro foi com as máquinas que eles fizeram a limpeza dos terrenos...faziam a ripagem, e depois então é que plantavam na altura própria. Quando era com as máquinas, era só o operador da máquina que lá andava, quando foi da plantação vinha já pessoal que trazia a empresa de plantação. Andaram lá pelo menos uns três ou quatro grupos de 15 pessoas.”

(agricultor de 71 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Diferentes *nuances* aparecem no entanto entre as duas situações diametralmente opostas que foram referidas. Há os casos em que efectuando a empresa as tarefas de mobilização e regularização do terreno, a plantação propriamente dita ficou a cargo dos próprios e dos familiares e dos vizinhos, registando-se ainda situações em que os proprietários florestais forneceram trabalho às empresas, indo por vezes, mediante o pagamento de jornas, proceder à plantação de floresta nas suas próprias terras. Os depoimentos abaixo transcritos ilustram bem o que vem de dizer-se seja no que respeita à tendência geral, seja á variabilidade acomodada nessa mesma tendência.

No universo estudado, os casos de contratação dos trabalhos de plantação são sem dúvida os mais frequentes (84%), mas assumem diferentes particularidades, havendo ou não, acompanhamento da execução das tarefas contratadas. Os técnicos da empresa e da associação reiteram esta satisfação que os proprietários têm em acompanhar os trabalhos, em particular a plantação, que concretamente explicita o início de um novo ciclo produtivo. Há, claro, o aspecto da vigilância e do controle do trabalho realizado, mas pode dizer-se que apesar das inúmeras críticas que com frequência são apontadas pelos proprietários (sobre técnicas, qualidade das plantas, escolha das datas de plantação, entre outras), não se trata de uma desconfiança instalada relativamente à seriedade da empresa e associação em causa. Mais adiante, quando analisarmos as relações estabelecidas entre estas organizações e os proprietários florestais, voltaremos a este aspecto.

“Foi a empresa que tratou de tudo; na plantação (das minhas e de outras [terras]) andei a trabalhar para a empresa à jorna.”

(agricultora de 61anos, casada, não reformada, aldeia do concelho de Bragança.)

“Quando foi da plantação eu andava lá, mas andava a ganhar a jeira, a trabalhar para eles...E aquelas plantas até quando eles andaram a fazer as valas para fazerem a plantação, até andei com as máquinas, acompanhei sempre as máquinas para ensinar as terras porque eles não sabiam bem os sítios...”
(agricultor de 81anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Na plantação também pagou-se tudo, pagou-se tudo, não se fez nada. Paguei a um empreiteiro que o fizesse (...) Eu não fui ver a plantação, aí não pude acompanhar porque quando está frio não posso ir...”
(agricultor de 77 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

“A preparação do terreno e a plantação da floresta foi uma plantação familiar. Fiz eu com a família e vizinhos. As mobilizações, fiz tudo com o meu tractor, porque chegava um tractor de 60 cavalos. Para plantação ainda paguei algumas jeiras. Foi pouco tempo porque era só um hectare e meio, foram os netos, foi a filha, foi o genro, foram os meus cunhados, mas paguei-a – se for aos netos tenho que lhe pagar...”

A plantação do 2080, andaríamos para lá para aí uma semana, a fazer a piquetagem, lavragem, as medições e a plantar. Plantei assim por Fevereiro Março.

Quando foi da plantação as pessoas a quem paguei vieram de fora, até aqui de Vinhais foram. Era gente conhecida, um era o pai do meu genro e a mulher, não lhes paguei jornas em dinheiro, mas pagava-lhes doutra maneira, em vinho, ...às vezes também os ajudo, na agricultura não, mas à lenha por exemplo...”
(agricultor de 64 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Como testemunham as transcrições acima, no extremo oposto temos a preparação do terreno e a plantação feita sobretudo com trabalho familiar, a que se soma, em diferentes proporções, a entreajuda de vizinhos e conhecidos e, por vezes, o pagamento de jornas.

Convém frisar que a escolha das espécies que são utilizadas em cada projecto de florestação de terras agrícolas está dependente de múltiplos aspectos. Normalmente o proprietário tem à partida algumas ideias e preferências e, em regra, estas são avançadas na altura em que contacta com os técnicos. No caso do castanheiro, a opção de produção (para madeira, ou também para fruto) é forçosamente explicitada pelo proprietário nessa fase, uma vez que tal decisão tem implicações quer a nível dos compassos utilizados na plantação, quer na condução dos povoamentos. A decisão, no caso, revela também o grau de envolvimento dos proprietários no acompanhamento da florestação que estão a promover. Ao obrigar-se a um trabalho de colheita e comercialização dos frutos, estes proprietários estão a

investir numa actividade que vai requerer deles trabalho de natureza bem diferente do dos casos restantes.

O aval dos técnicos é naturalmente requerido face à importância de condicionar às características da estação (condições edafo-climáticas e topográficas locais) a selecção de algumas espécies em detrimento de outras. E isto é tanto mais relevante quanto está em causa a florestação de terras agrícolas, muitas vezes exauridas pela exigência da cultura cerealífera que antes as ocupava – como é o caso do Planalto Mirandês, com solos particularmente degradados. Na base desta constatação estará, sem dúvida, a grande expressão que o Pinheiro bravo, como espécie pioneira, nesta zona, onde detém a maior percentagem da área florestada. Esta preocupação com a boa gestão dos recursos é também atestada pela referência avançada pelos técnicos às adubações em várias plantações, tendo em vista a restauração do fundo de fertilidade dos solos e o consequente desenvolvimento das plantas. A expressão dos povoamentos mistos, que representam mais de 10% da área total florestada no Planalto Mirandês, é também significativa a este respeito

4.2.3.2 – A manutenção dos povoamentos

Nos projectos de florestação de terras agrícolas, para além do financiamento à plantação, há também um subsídio à manutenção das áreas florestadas, com vista a apoiar os primeiros cinco anos de crescimento e consolidação da plantação. Assim, as actividades que de um modo geral estão previstas são primordialmente a reposição das árvores que não vingaram na primeira plantação, vulgarmente denominada retancho, e o controle de infestantes que competem com as árvores plantadas, designada de limpeza de matos. Esta limpeza do terreno é essencialmente conseguida através da realização de lavouras nas entrelinhas da plantação, tarefa que, como veremos, por vezes é complementada com a acção directa do trabalho manual, com auxílio de sachos, tesouras de poda e serras. Ocasionalmente, pode ainda recorrer-se à aplicação de herbicidas. Nesta fase inicial de consolidação dos povoamentos florestais podem ainda efectuar-se adubações e regas.

No universo estudado – os agrupamentos/associações de proprietários que recorreram aos serviços da empresa Floresta Verde e os associados da *Arborea* – temos diferentes atitudes dos proprietários face à manutenção. Por um lado, os que à partida contratualizaram todos os serviços previstos empregando assim do dinheiro

recebido para o pagamento destas tarefas, e os que, pelo contrário, tomaram a seu cargo a realização de todas as tarefas necessárias. No primeiro caso estão a totalidade dos entrevistados ligados à Floresta Verde (60% do total dos inquiridos). De facto, foi a própria empresa que fomentou este procedimento, inscrito, aliás, numa estratégia global de florestação por via da angariação de clientes: primeiro, a sensibilização das populações para as múltiplas vantagens, em particular as económicas, e para as facilidades de investimento, num quadro de financiamento de florestação de terras agrícolas; a promoção e constituição dos agrupamentos e a respectiva realização dos projectos; e uma vez aprovados a sua concretização através da plantação. Por fim, o tomar a cargo os serviços de manutenção através de ajuste com os agrupamentos cujos proprietários cederiam à partida a subvenção à manutenção para a realização das tarefas necessárias. Este procedimento permitia à empresa uma gestão das tarefas a realizar de uma forma mais emparcelada e, por isso, economizadora de tempo e de recursos, e com óbvias vantagens para os proprietários que teriam assim à partida assegurado um serviço por uma organização bem equipada, dispondo de mão-de-obra, e que simultaneamente assegurava os procedimentos administrativos necessários.

Há, por outro lado, os proprietários que não contratando à partida toda a manutenção, vão gerindo as tarefas a realizar, fazendo-as directamente, ou recorrendo ao pagamento de jeiras, de aluguer de equipamentos, e de consultoria técnica específica. No universo total de inquiridos, estes últimos representam 40%.

De seguida analisaremos mais em detalhe as modalidades encontradas nas diferentes actividades que consubstanciam a manutenção da floresta, relevando os principais aspectos e condicionalismos em causa. Procede-se também a breves descrições dos trabalhos realizados pelos proprietários.

4.2.3.3 – Retancho

As necessidades de replantação das árvores que não vingaram é muito variável de caso para caso, reflectindo as características climáticas do ano de plantação (que favoreceram ou não a plantação inicial), a qualidade e especificidade dos solos, a adequação das espécies aos locais florestados, a qualidade das plantas e ainda a oportunidade da época de plantação propriamente dita. Como agricultores que são, ou que foram, os proprietários compreendem bem as dificuldades desta actividade, em que se tem que integrar inúmeros factores e simultaneamente avaliar em cada momento o que é determinante. Nos casos em que a plantação foi um

serviço encomendado à empresa ou associação, a retanha fica também normalmente a cargo das mesmas. No entanto, com frequência, o levantamento das árvores que é preciso replantar é feito pelos proprietários.

“De onde em onde tivemos que replantar...por falta de água no Verão. Depois andei a repor eu, sozinho. Já pus para aí umas 500.”
(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

“Pediram-nos, a nós intervenientes no projecto, que indicássemos as propriedades consideradas perdidas e nós assim o fizemos. Aquelas que nós entendêssemos que não tinham o suficiente, e depois eles mandavam uma equipa de peritos fazer uma vistoria para ver se o que nós dizíamos era verdade, ou não. E, neste ano que está a decorrer, portanto nesta época de Outono e Inverno, seria feita a respectiva plantação”
(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

À semelhança do que se verificou para a plantação, há quem realize a reposição das árvores que não vingaram utilizando directamente o seu trabalho, mais ou menos combinado com ajudas de familiares e de vizinhos, bem como, por vezes, com a contratação de trabalho assalariado.

4.2.3.4 – As limpezas de vegetação

Segundo A. M. Alves (1988:72)

“Sob a designação de limpeza, engloba-se uma variedade de objectivos dos cortes culturais (...). Assim, (...) as populações dos indivíduos e das espécies que interessa manter, estão sujeitas à concorrência intensa:

- de pés de outras espécies arbóreas que não interessa manter ou, no caso dos povoamentos mistos que interessa só manter em certas proporções;*
- de vegetação arbustiva ou herbácea, fortemente concorrente);*
- de rebento de touças, ocasionalmente presentes na área regenerada”.*

As vulgarmente designadas limpezas na floresta, correspondem pois ao controle das infestantes, e são especialmente necessárias nos anos que se seguem à plantação. As árvores, ainda de pequeno porte, podem não vencer a competição com a vegetação espontânea, quer herbácea quer arbustiva.

As operações previstas para o período de manutenção (consolidação da floresta plantada) são as lavouras nas entrelinhas da plantação, que permitem o controle da vegetação que aí aparece. Assim, a realização de pelo menos uma lavoura

por ano, e noutros casos a aplicação de herbicidas, permitiria travar a competição aos crescimentos iniciais das plantações.

A empresa que tomou a seu cargo a manutenção da florestação de terras agrícolas foi a isto que se comprometeu. No entanto, para a grande maioria destes proprietários florestais os cuidados prestados não são tidos como suficientes, pelo que, com muita frequência, o trabalho contratado é amplamente complementado com o dos próprios, quer manual, quer mecanizado.

“Eles lavrar só lavraram uma vez e, claro, aquilo cria mato. Vou-o limpando eu, com uma enxada. Os castanheiros, também vou-os limpando eu, ainda este ano andei três dias lá a limpar, ainda foi o miúdo comigo e a mulher, vamos às vezes aos sábados e domingos um bocadito quando há vagar.

(agricultor de 61 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Eu ainda fiz alguma limpeza no que pertencia à empresa fazer, porque às vezes andava lá perto com o tractor e podia lavrar um pouco e fazia. Mas a eles é que lhes pertencia, ainda vieram cá, lavraram umas deixaram outras...”

(agricultor de 71 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Em algumas situações, os condicionalismos no pagamento dos subsídios levaram a que as operações de manutenção a que estava obrigava a empresa tivessem ficado suspensas ou fossem drasticamente reduzidas, em determinados períodos. Houve, de facto, bloqueio dos pagamentos à manutenção, e também dos pagamentos à perda de rendimento no caso de agrupamentos de proprietários que tinham sido constituídos sem que tivesse sido feita prova de propriedade das áreas florestadas. Tais casos foram difíceis de solucionar (e alguns não é certo que tenham sido totalmente regularizados), pelo facto de, frequentemente, a propriedade não estar devidamente registada em nome dos seus actuais detentores mas dos seus antepassados. Dados os custos de transferência de propriedade e o elevado grau de fragmentação desta, muitas vezes os novos registos não chegam a ser feitos, não sendo, dados os custos a tal associados, economicamente viável tal procedimento por parte dos seus proprietários. Acresce ainda que num dado agrupamento, basta um dos proprietários encontrar-se nestas circunstâncias para todo o agrupamento sofrer as sanções até que a questão seja solucionada.

Assim, também nestes casos se verificou que grande parte dos proprietários tomava a seu cargo as tarefas necessárias para que não se pusesse em causa o bom desenvolvimento da plantação. Dos procedimentos que teve que adoptar para manter as terras limpas nos dá conta uma proprietária, viúva, na transcrição abaixo. Aí se

pode avaliar o muito trabalho que executou manualmente, e por um período continuado, e o seu próprio juízo de valor acerca dos resultados que este investimento em trabalho teve na floresta plantada.

“Vou eu, às vezes até levo uma prima comigo, porque há muita giesta, e eles (a empresa [Floresta Verde]) comprometeram-se a cuidá-la, mas não se ocupam muito da nossa floresta. E então se a gente não vai cortar as giestas e aquilo tudo, aquele matagal, o pinheiro não cresce. Este ano andei todo o Inverno a trabalhar na floresta. Vou lá trabalhar porque se não se vai agora limpar, ninguém limpa. Há que dar um jeito àquilo [...] Levava uma machada e uma tesoura grande e uma tesoura pequena e era conforme calhava porque há giestas que já vão muito fortes ... Nos terrenos que andei a limpar, tirei tudo só ficou o pinheiro. No sulco e tudo à volta. Tudo. Sim, foi muito trabalho. Andei lá no mês de Janeiro, uns dias ainda de Dezembro. Ia de manhã até à noite [...] E foi assim, e hoje está limpo e quem não foi não está limpo. E se não se limpar, as árvores não desenvolvem tanto porque as giestas já eram muito grandes e muito juntas, se não tivessem sido cortadas....”

*“As lavouras também eram eles a fazer, mas onde tinha mais falta eu mandei fazer e paguei. Mande lavrar onde tinha o castanheiro de fruto e as cerejeiras. E fiz bem que ficaram bonitos, está a ficar bonito.
Nos castanheiros e nas cerejeiras também tirei mato, tirei em tudo[...]”
(agricultora de 64 anos, viúva, reformada, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)*

É de notar que nos casos em que a empresa não realizou os trabalhos previamente estabelecidos (pela já explicada suspensão do financiamento à manutenção) e em que os proprietários foram garantindo as tarefas necessárias, se estabeleceu o compromisso daquela repor pelo menos parte das despesas dos proprietários, isto uma vez reiniciado o financiamento.

Nos casos em que a empresa cumpriu o acordo quanto às mobilizações previstas, verifica-se no entanto que, com frequência, os inquiridos não consideram o trabalho suficientemente bem feito, e acham que o devem completar. Uns, manualmente, outros, utilizando as suas máquinas ou ainda contratando alguns serviços. Há, assim, uma grande variedade de situações em que, contudo, podemos reter como linha de força a condução das áreas florestadas com muitos cuidados e um trabalho de minúcia, chegando a resultados de grande primor e apuro na manutenção dos povoamentos.

Os proprietários inquiridos queixam-se com frequência da qualidade insuficiente do trabalho contratado, da forma como as operações são planeadas e, sobretudo, da perda da melhor oportunidade para a realização das intervenções. Convém sublinhar que, por vezes, o grau de exigência destes proprietários leva-os a situar estes períodos sempre dentro das épocas que vão possibilitar a máxima

perfeição das tarefas, deixando assim pouca margem para que os trabalhos possam ser desfasados. Como tal procedimento nem sempre é possível, tornam-se bastante críticos. Além disso, frequentemente, assumem eles mesmos a realização de tarefas que competiam à empresa contratada.

“Eu entreguei a manutenção à empresa. Portanto eles encarregaram-se da ripagem, da abertura de valas de plantação, e da própria manutenção durante os cinco anos, que só acabam no fim deste ano. Mas isto é na teoria, na prática eu tenho valido em muitas coisas, se é que quero tirar algum proveito...porquanto a manutenção dada pelas empresas às vezes é fora de tempo oportuno. E eu como estou no local e vejo que eles não podem, e eu compreendo isso, dada a dimensão de florestação que eles têm não vão na hora certa acudir [...] E então eu naquelas plantações que vejo que estão mais em crise, agarro o tractor e vou eu fazer...em pleno de voluntariado.

Este ano, assim ao serviço da florestação, mas voluntário, porque tem que se acudir após as chuvas, eu lavrei aí mais ou menos 15 dias...na Primavera portanto aí Abril, Maio e depois vindas as chuvadas em Outubro...Para cada terreno se fosse a lavar duas vezes no ano era o ideal... claro o ideal era dar-lhe uma volta de Maio a Junho e depois outra em Outubro, na época das sementeiras para não ficarem lá muitas plantas daninhas...mas não o faço...para acorrer a determinadas situações dou na Primavera e entrada do Verão.”

(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Por fim, saliente-se ainda que os trabalhadores da empresa realizam o trabalho de limpeza da floresta com máquinas e seguindo padrões de eficiência. O que está em causa é uma correcta condução do povoamento florestal, que obviamente não se compadece com a minúcia exigida ao considerar-se individualmente cada uma das árvores da plantação. Tal atitude é diametralmente oposta à dos proprietários florestais que prestam uma atenção individualizada a cada árvore.

Este conflito de abordagens é, aliás, bem percebido pelos técnicos, e está bem expresso na citação seguinte:

“Enquanto a mim um hectare a lavar normalmente, ando devagar, vou olhando para trás para a planta e ver se esta ficou aleijada e descer-me e endireitá-la, aquela que lhe ficou um torrão em cima, vou destapá-la, portanto eu dou um rendimento muito mais pequeno.... Agora a empresa põe três ou quatro tractores a lavar, tractores potentes, aquilo rompem tudo, e então não estão a olhar para trás, o tractorista mediu a distância a que deve levar o tractor da planta, se enterrou, enterrou se ficar ficou...pronto, e vai ele. Enquanto a mim me leva uma hora para fazer uma jeirinha de terreno, eles são capazes de fazer 10 ou 12.”

(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Relativamente aos proprietários que gerem eles próprios o subsídio à manutenção, não há grandes diferenças no que diz respeito aos trabalhos executados.

Os que ainda podem e querem trabalhar (40 %)⁷⁷ fazem-no recorrendo também às ajudas familiares, dos filhos e dos cônjuges e, quando é preciso, pagam alguns serviços complementares. Os trabalhos de limpeza também nestes casos são feitos manualmente ou utilizando máquinas. Por vezes, a contratação de serviços é indispensável, sobretudo quando não dispõem de tractor ao nível da exploração.

“Mesmo fazendo a manutenção por conta-própria, a floresta compensa mais do que a agricultura e dá menos trabalho [...] A mim agora mesmo assim não me dão muita ocupação porque são poucas, é pouca a terra: numa tarde com o tractor eu dou-lhe volta quase a todas...porque eu tenho cinco ou seis terrenos (são uns quatro ha, mais ou menos. Para agarrar-me para limpar é mais um dia ou dois...não dão assim muito trabalho.”

(agricultor de 59 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro).

Resumindo, as limpezas de vegetação são, regra geral, parcial ou totalmente executadas pelos idosos proprietários das novas plantações. Mesmo quando previamente contratadas a empresas de prestadores de serviços neste domínio, com frequência os proprietários florestais a residir nas proximidades, não dispensam o acompanhamento das plantações, o que os leva a intervir sempre que acharem oportuno.

4.2.3.5 – A manutenção no futuro

Outro aspecto que foi abordado nas entrevistas realizadas foi o das perspectivas dos proprietários que florestaram terras agrícolas quando cessar o apoio monetário à manutenção. Admitindo que alguns cuidados terão que prosseguir, quer para assegurar um correcto desenvolvimento da floresta plantada, quer com o intuito de a preservar (protegendo-a de incêndios, por exemplo), que modalidades de trabalho irão adoptar os proprietários?

Várias situações se vislumbram, de novo. De um modo geral, quem actualmente ainda pode, isto é, quem se sente com forças para prosseguir nas tarefas das limpezas e desramações, pensa continuar a fazê-lo, recorrendo a ajuda quando a houver, pagando serviços quando for necessário. No entanto, todos encaram o facto de um dia cessarem com os seus contributos em trabalho, assumindo, então, que a mão-de-obra terá que ser contratada. O facto de haver localmente prestadores de serviços florestais, em quem confiam constitui uma segurança para a continuidade dos

⁷⁷ Esta percentagem diz respeito ao universo dos entrevistados associados da *Arborea*, dos quais menos de metade pode ainda, e quer realizar as referidas tarefas.

cuidados a prestar à floresta. Por esta continuidade na prestação de serviços estão dispostos a pagar e assumem que, posteriormente, quando terminar a subvenção à manutenção (e nos casos em que a florestação foi feita há mais de cinco anos já), utilizarão parte da subvenção à perda de rendimento para fazer face a estes custos acrescidos.

“Eu por mim posso dizer que a partir dos cinco anos (mesmo sem subsídio à manutenção) posso dar talvez melhor manutenção do que está a ser feita agora. No entanto, posso admitir que haja pessoas, principalmente na parte agrícola que são muito agarradas ao dinheiro [...], portanto aí há critérios diferentes.”

(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Os entrevistados comparam também o que terão que continuar a fazer com o que já fazem (quer com trabalho próprio, quer pago), em outras áreas florestadas por conta-própria, e sem qualquer subvenção ou projecto prévio.

“Daqui para a frente já acabou o período da manutenção é o proprietário, o dono dos terrenos que tem que fazer o tratamento, ou seja a limpeza do terreno, o tratamento das árvores e tudo, durante o tempo em que eles vão dar o subsídio. Acho que, mesmo assim, que vou ter que fazer muita coisa porque claro, embora a planta cresça mas também tem que crescer bem. Eu não sei se poderei fazer tudo, talvez alguma vez tenha que pagar uma jeira para fazer uma limpeza. Até agora ainda não paguei nada”.

(agricultor de 71 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

A. Monteiro Alves (1988: 175), também a propósito técnicas de destruição dos matos necessária à implantação de povoamentos florestais, sublinha a grande perfeição técnica do trabalho manual tradicionalmente realizado na floresta:

“Já a destruição dos matos – desmoita, desbravamento, arroteia, roça de mato – é indispensável à garantia do sucesso das sementeiras e mesmo, em maior ou menor intensidade da sua eliminação, do sucesso das plantações.

Enquanto não surgiram os problemas de rarefacção, ou de elevação do seu custo, a eliminação da vegetação arbustiva, pôde ir sendo feita com instrumentos manuais, da enxada, à picareta, quase com o extirpamento completo da parte aérea e do raizame, o que sob o ponto de vista de “perfeição” do trabalho e dos seus resultados constituía uma boa solução.”

No nosso universo de estudo, os proprietários florestais mais velhos, residentes em meio rural, enquanto podem, desdobram-se em desvelos com as áreas florestadas, incorporando nesta actividade grandes quantidades de trabalho próprio, realizado segundo cânones de perfeição de outrora, afastando-se das técnicas mais modernas de prática silvícola na condução dos povoamentos. A esta particularidade, do querer e da prática destes proprietários, voltaremos mais tarde.

4.2.3.6 – Desramações

Segundo A. Monteiro Alves (1988:117), “Por desramação ou desrama, como técnica cultural, entende-se a desramação artificial, isto é o corte de andares de ramos vivos, embora também a libertação do tronco dos restos de ramos mortos naturalmente, operação que pode apreciar-se quer independentemente da desramação natural quer como complemento desta”. Pode dizer-se que grosso modo esta técnica visa a obtenção de material lenhoso de melhor qualidade, uma vez que ao privar a árvore de parte dos seus ramos, potenciará um maior diâmetro dos troncos.

Acrescenta ainda o autor citado:

“É princípio geral aceite que a operação deve iniciar-se cedo na vida dos povoamentos, para que os seus efeitos se façam sentir de modo completo”.

No universo de proprietários florestais estudado, a decisão de realização ou não desta tarefa fica a cargo dos proprietários. O que se observou é que 60 % tinha efectuado esta tarefa, e os restantes 40% ainda não a tinha feito. Isto, em grande parte porque não tinha ainda chegado o momento próprio, visto os povoamentos serem muito recentes, mas, no geral, tencionavam vir a fazê-lo num futuro próximo.

Dos que já começaram com as desramações, a grande maioria (87%) fa-lás pessoal e directamente, embora recorrendo, por vezes, à ajuda de familiares e vizinhos e, mais esporadicamente, ao pagamento de jornas.

“Com o passar do tempo, as desramações vão ser maiores...; Depois vamos ter que tirar do subsídio à perda de rendimento, se queremos ver as plantas desenvolver; Sou eu que o irei fazer no futuro, [...]. Há pessoas que não podem fazer tudo, ou porque estão mais velhos, ou porque florestaram muitas terras”.
(agricultor de 59 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Alguns dos inquiridos descreveram as técnicas utilizadas com as várias espécies em causa, outros queixam-se da falta de conhecimento técnico que têm, o que os leva a pensar que poderão não estar a proceder da forma mais conveniente, outros ainda reclamam formação nesta área para que se possam sentir verdadeiramente aptos a realizar esta tarefa. Adiante a questão da formação requerida e da efectuada será abordada com detalhe.

“Eu ainda há dias lhes fiz a pergunta:

- Mas ouça lá quem é que faz agora a limpeza? – ha árvores que estão já precisar de uma limpeza naquela parte em que cria aquelas rosetas de rebentos e aquilo está a comer muito desenvolvimento à planta. Certo é que também tem que se saber fazer. E eles disseram-me:

- Não, isso não somos nós. Vocês é que têm que fazer...

Mas eu disse:

- Mas mandem-nos um técnico para nos ensinar...! – porque agora nós vamos fazer asneiras, porque eu vejo aí muitos pinhais que começaram a limpá-los e agora estão secos. Porque nós podamos, pensamos nós que deixando a pontinha que é o suficiente. Mas pode não ser.”

(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Outro aspecto importante desta operação é o destino dado ao material lenhoso recolhido. A este propósito, Alves (1988:72) refere que ao custo desta operação (globalmente considerada onerosa, dado que é realizada manualmente), em regra não é subtraído nenhum rendimento que poderá ser obtido pela valorização das matérias lenhosas retiradas das árvores. Não tendo um valor comercial, se aproveitadas como combustível, representam todavia um rendimento.

“Cortam-se os ramos e ficam lá. Aos que estão mais grandes ainda os levo para lenha para casa, os mais pequenos, esses deixo-os lá. Corto-os mais um bocadinho. É por isso que eu agora quero comprar um destroçador porque depois aquilo vai desfazer tudo”

(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

“Eu como tenho esses castanheiros grandes (já mais antigos) que me ficam na mesma direcção dos castanheiros de fruto, o que é que eu fiz: pego o mato e cortei-o e pu-lo de volta dos castanheiros. Não lhe fará bem, mas mal não lhe fará (...) Temos que fazer experiências que assim também se aprende.”

(agricultor de 71 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

O procedimento relatado nesta última transcrição não é, como de resto se pode notar nas transcrições de entrevistas seleccionadas, o caso geral no universo estudado. De facto, são com frequência definidas as utilizações encontradas para o material retirado. Esses destinos vão desde a sua utilização como combustível – isto é, no aprovisionamento de lenhas utilizadas nas lareiras –, como suportes, tutores nas hortas e ainda como material a incorporar no solo com vista a um aumento do seu fundo de fertilidade.

4.2.3.7 – A mecanização do trabalho na floresta

A par da incorporação do trabalho manual nas operações, é inegável a utilização crescente de máquinas que, sem dúvida, facilitam muito a realização daquelas. Ao longo da exposição das múltiplas tarefas empreendidas, e na descrição destas, pudemos já dar conta das inúmeras situações em que se recorre ao tractor como força motriz. Os que não o têm bem como os que não sabem ou não podem já conduzi-lo, recorrem com maior ou menor frequência à contratação deste serviço. Os tractores cumprem ainda uma função importante de mobilidade. Apurámos que só uma minoria de proprietários faz a pé deslocações regulares às áreas florestadas. A maior parte (relembre-se que de idades sempre acima dos 55 anos, e, como vimos, com frequência muito acima deste limiar) recorre a vários meios de transporte (carro, motos, bicicletas, carrinhas), sendo igualmente a deslocação em tractor uma constante. A elevada frequência de utilização do tractor deve-se à facilidade com que nele acedem a locais longínquos e difíceis e ao facto de este ser o meio de deslocação óbvio para quem tem já outras tarefas agrícolas a realizar.

É ainda de notar que um dos proprietários inquiridos, à semelhança de outros, pensa vir a comprar um tractor novo para facilitar as deslocações e os trabalhos, as operações silvícolas, que de outro modo teriam quer ser pagos. A participação dos filhos nas tarefas a realizar na floresta é também um factor que influi na resolução de compra de novas máquinas, porquanto os que cresceram na actividade agrícola sentem-se atraídos pela possibilidade de também as utilizarem. Além disso, aqueles que vivem mais afastados das actividades agrícolas não equacionam a herança da gestão e do trabalho na floresta num quadro que não seja muito apoiado pela mecanização. Assim, com frequência, são eles a delinear as novas estratégias de investimento em máquinas e que acertam com os irmãos e com os pais as formas de o realizarem.

Relativamente à utilização de máquinas e equipamentos na actividade florestal, para além dos tractores e por vezes moto-cultivadores, começa a haver interesse por outros equipamentos julgados muito úteis no contexto actual de manutenção das áreas florestadas. Antes de mais, as motosserras, de várias dimensões, que com frequência existiam já nas explorações, sobretudo para fazer face às tarefas de aprovisionamento em lenha; e, sobretudo, e mais recentemente, os roçadores de mato e destroçadores. Estes equipamentos têm sido amplamente divulgados pelos técnicos, que tentam inculcar técnicas de controlo da vegetação com menor impacto no solo e, portanto, menos limitantes à actividade radicular das árvores dos povoamentos. Uma

maior generalização deste equipamento está também muito relacionada com as tentativas de não propagação da doença da tinta do castanheiro cuja disseminação parece estar correlacionada com as lavouras efectuadas nos soutos.

Assim, dada a utilização frequente que as máquinas, e em particular os tractores, têm no trabalho florestal, por vezes os proprietários prevêm vir a investir nestes equipamentos, em face de uma utilização que o justifica e, sobretudo, a bem de uma maior autonomia na realização de tarefas. Isto mesmo se expressa na transcrição abaixo, na qual se mostra que os filhos do proprietário em causa não estão alheios a esta decisão de mecanização das operações.

“Eles [os filhos] chegaram a falar para comprar um tractor, [...] e ficava assim para lavrarem [na floresta] agora quando chegasse a altura. Uns dias à tarde, quando não fizesse falta, fechava o negócio que tem em Bragança e vinha aqui, lavrava duas horas. Os outros genro e a filha que estão cá também podiam ir fazendo o deles”.

(agricultor de 81 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Trata-se de um proprietário que resolveu proceder à florestação das terras de agricultura, repartindo já as terras pelos filhos, muito embora apenas verbalmente. Para estes, que findo o período das ajudas à manutenção passarão a ter a seu cargo pelo menos a gestão do trabalho a realizar, o investimento num tractor evita-lhes a contratação do serviço uma vez que não vivem longe e podem assim assegurá-lo.

4.2.4 – O Castanheiro – dupla aptidão dos soutos plantados: madeira versus castanha

Com já vimos, as plantações de castanheiro no âmbito destes projectos de florestação incluem os povoamentos destinados à produção de madeira e os de dupla aptidão. Estes visam simultaneamente a produção de fruto ao longo do tempo de vida da plantação e o aproveitamento da madeira no final. Para tal é necessário plantar em compasso mais largo (normalmente utiliza-se o 9,5 m x 9,5m), de modo a permitir as duas produções em boas condições. Trata-se de propiciar aos proprietários a florestação com uma espécie a que, para além da produção de madeira, se pode somar o aproveitamento do fruto, produção tradicional em Trás-os-Montes, sobretudo na Terra Fria.

A condução dos soutos em dupla aptidão pressupõe novas tarefas: por um lado, a enxertia dos castanheiros com variedades mais aptas à produção de fruto e, por outro lado, a apanha anual da castanha propriamente dita.

4.2.4.1 - A enxertia

A enxertia é normalmente feita nos primeiros anos da plantação. Os castanheiros podem ser sucessivamente enxertados, caso as primeiras operações não tenham sucesso. Habitualmente é o próprio proprietário que vai enxertar, podendo ser ajudado por um ou vários familiares tidos como particularmente habilidosos nesta tarefa.

Na transcrição abaixo, podemos observar que o proprietário por norma enxerta várias hastes na mesma árvore, de forma a garantir maior probabilidade de que alguma vingue.

“Andei lá dois ou três anos a enxertá-los, não os enxertava todos e não enxertava isso num dia, andei lá eu e o meu primo e fomos lá três vezes pelo menos. Leva muito tempo. E alguns pegam, outras não pegam... (...) a gente não faz só uma enxertia de uma ou duas hastes às vezes fazemos quatro ou cinco a ver se não pegarem uns, se pegam os outros.”

(agricultor de 71 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Há também um caso em que o inquirido refere que a empresa que se encarregou da plantação plantou castanheiros já enxertados, mas que ele os voltou a enxertar uma vez que não gostava da variedade com que as árvores estavam previamente enxertadas. A enxertia é uma tarefa que também pode ser contratada a pessoal assalariado especializado, que é particularmente bem pago.

“Ao meu primo não pago, mas já trouxe outros a pagar. A um dei-lhe 12 contos por dia, e eram três dias e havia outro que me queria ir para lá e queria 20. É caro, é. Queria 20.

- Bô! – e ele disse:

-Mas eu agaranto-lhe que 90 % pegam.”

(agricultor de 71 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

4.2.4.2 - A apanha da castanha

A apanha da castanha constitui uma das tarefas mais consumidoras de mão-de-obra, a realizar anualmente. Não sendo uma actividade muito especializada, requer

no entanto alguma destreza física e mobilidade, fazendo-se num período mais ou menos alargado – dependendo das áreas de castanheiro e das disponibilidades de mão-de-obra com que se pode contar.

Trata-se também de uma tarefa que, dada a área dos castanheiros em Trás-os-Montes, já todos realizaram num passado mais ou menos recente, nos seus próprios soutos ou mesmo noutros.

Há várias modalidades relativamente a esta actividade: há os que a realizam na totalidade, sem grandes ajudas, por vezes o casal ou apenas um dos seus elementos que pode ainda ser auxiliado por um colateral também residente e da mesma faixa etária. Nestes casos, o trabalho estende-se normalmente por um tempo alargado, que pode ir de um a três meses, conforme as áreas de castanheiro.

“A apanha da castanha, ainda a fazemos os dois, eu e a mulher. Ou levamos o carro, ou vamos de tractor. Aos bocados, aos bocados, andei quase um mês. Em geral ia quase sempre de tarde. Eu agora desde que me reformei não gosto de madrugar muito.”

(agricultor de 71 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Há os que concentram esta tarefa num período curto, em que podem usufruir da ajuda de familiares que se deslocam propositadamente à aldeia para tal. Normalmente, são os filhos e também os netos que, morando perto ou mais longe, estando na actividade agrícola ou mais frequentemente fora dela, acodem nestas alturas. Dado que a castanha é um produto muito valorizado, embora não exista propriamente o pagamento de uma jorna, é dada, em regra, uma gratificação em dinheiro: “*obrigatória*” no caso dos netos, “*aconselhável*” no caso dos filhos e seus cônjuges. Isto, tendo em vista a continuidade do fornecimento de trabalho. Por vezes, essa gratificação efectua-se no momento de venda da castanha, com a divisão do dinheiro apurado.

Numa outra variante a esta modalidade, quando os proprietários não podem já proceder à realização desta tarefa, “*dão-na a fazer*” aos filhos e seus familiares, que ficam assim com boa parte do rendimento realizado com a venda do fruto. Trata-se sem dúvida de uma solução de gestão de uma actividade que já não podem realizar (não pagam jornas, mas também prescindem totalmente do rendimento gerado), e em que simultaneamente se afirma ou consolida o interesse dos filhos pelo património fundiário que virão a herdar.

“O meu filho que é deficiente algumas apanha. O resto, o grosso apanha o outro, dou-lhas a meias. A mulher dele e o filho também vão.”

(agricultor de 77 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Por vezes, em anos em que, por qualquer razão (normalmente limitações de saúde), os proprietários que habitualmente o faziam não podem realizar esta tarefa, a castanha fica por apanhar. Nessa fase não se trata ainda de um abandono definitivo da tarefa, que se espera possa ainda vir a ser retomada no ano seguinte. Caso tal não aconteça, uma nova solução de gestão do trabalho será encontrada. Actualmente não é vulgar verificar-se o abandono puro e simples da actividade, em face da valorização comercial da castanha.

Por fim, há o recurso a mão-de-obra paga. Estes casos, pelo que pudemos observar, verificam-se em situações em que as áreas de souto são já bastante importantes e, assim, o número de pessoas a contratar (em regra mulheres) é grande, tendo os proprietários a cargo a organização do trabalho mais do que propriamente a sua participação directa. Nas transcrições abaixo temos o caso de proprietários que durante o período da apanha tinham que deslocar-se de carro para transportar mão-de-obra envolvida na colheita.

“Para a apanha da castanha eu acompanho e ajudo também um pouco. Andamos por aí 15 dias: este ano andaram duas mulheres que eu ia buscar todos os dias, e dois fins-de-semana com quatro. É difícil as pessoas terem possibilidade de vir...”

(agricultor de 66 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

“Para apanhar as castanhas chamo mulheres à jeira, à jorna ainda se arranja mais ou menos, temos que pagar o que elas querem levá-las e transportá-las para um lado e para o outro...Tenho ido buscá-las a 7km, e a 13km. Vou buscá-las de manhã e levo-as à noite. Elas trazem merenda, mas tenho que lhes dar mais dinheiro. Costumavam vir quase todos os dias, duas, três...por aí. Andam aí à volta de um mês. Este ano tive à volta de 6 000 kg. Eu acompanho, mas não costumo já apanhar. Para apanhar é preciso dobrar a espinhela e isso já se não me dá bem. Às vezes ainda apanho assim uma zorrinha delas mas isso é nada....”⁷⁸

(agricultor de 71 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

⁷⁸ Na transcrição aqui apresentada a referência ao quantitativo de castanhas colhidas é com certeza bastante exacta, porquanto corresponde a um todo que foi comercializado e para tal pesado. Já os valores referidos em relação aos dias de trabalho para as colher terão que ser vistos mais como uma aproximação, como aliás é enfatizado ao dizer-se “à volta de um mês”. De facto não pode dizer-se que corresponda em rigor a 30 dias de trabalho o que nos levaria a estimar que tendo o proprietário contratado duas mulheres para o referido trabalho cada uma apanharia 100kg de castanhas por dia de trabalho. Há também que contar com as inúmeras deslocações a terras com castanheiros, a diferentes parcelas, o que irá diminuir a referida eficiência de trabalho de colheita.

Não tivemos conhecimento de ninguém que procedesse à colheita mecanizada da castanha, se bem que de entre os produtores mais jovens haja quem pense já na compra de uma dessas máquinas (já disponíveis em países como França e Itália). O que seria, sem dúvida, um bom investimento porquanto, dada a idade já avançada da maior parte das pessoas disponíveis para a realizar actualmente, dentro de algum tempo não haverá mão-de-obra para fazer este trabalho manualmente. É ainda de salientar que, embora as novas plantações para fruto sejam, como já referimos, enxertadas com variedades mais apropriadas a esta aptidão, com frequência os proprietários apanham também os frutos dos castanheiros não enxertados. Nestes castanheiros, chamados “bravos”, apesar da menor dimensão e de uma conservação menos duradoura, os seus frutos têm ainda valor comercial⁷⁹. Vários depoimentos referem que na prática estes dois tipos de castanha eram em regra vendidos misturados, por um preço médio. Assim, tendo em conta toda a área de castanheiro, quer a recentemente plantada, quer a dos soutos antigos, quer as áreas que tencionam ainda florestar (por projectos, e por conta-própria), estes proprietários prevêm de facto um aumento considerável de labor na colheita, o que suscita uma certa apreensão. Com o avançar da idade, este acréscimo de trabalho pode revelar-se complicado de solucionar.

“Apanha da castanha: vou ter que apanhar. Pedir ajuda? E a quem? Nem quase há quem pagar uma jeira, quanto mais ajudar... Apanho-as eu e a minha cunhada, enquanto pudermos, as que não se puderem apanhar ficam lá para os javalis. Ora vão ficar muitas, porque os castanhos que se plantaram para madeira, dão castanhas também, e muitas até são boas, embora seja brava... Este ano, até as pagaram bem por aqui, mesmo essa brava pagavam-na a 140\$00. Portanto, podendo, ainda compensa apanhar essas, também. Então não compensa? Ainda é o que vai dando. É uma coisa que está a dar... Ainda no ano passado, eu e a minha cunhada a apanhar, fizemos cerca de 700 contos de castanha – duas toneladas de castanha, só nessa terra.”
(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Já alguns que este ano deram uma amostra de castanha. Apanhei eu algumas, e os porcos também nas apanham, vai ser um problema depois. Bem que vai ser uma fartura para eles. A área é bastante grande e os gajos frequentam aquilo mas de que maneira, aquilo é assim um bocadinho desviado...eu tenho-lhe posto lá, Este ano não pus, mas pus há dois anos, destes dos pastores para guardar a cria, um fio eléctrico, com uma bateria...mas pus só num lado, eles são porcos mas são espertos... iam de volta. Só se rodeasse o souto todo com aquilo. Quando encontravam aquilo, voltavam logo para trás, conheciam-se bem as travagens...o patejadeiro era grande. O aparelho custou-me 24 contos mais o fio que é à parte...e mais umas agarrazinhas; tive que por a toda a volta. O problema não era só pô-lo, que isso eu pus, o problema é que depois tinha que ir desligá-lo de dia, e

⁷⁹ A título de exemplo, em 2003, foi-nos referido que cerca de metade da castanha comercializada provinha de castanheiro destas variedades e não de variedades de fruto.

depois ligá-lo novamente. Tem que se ir lá todos os dias ligá-lo e desligá-lo, senão de noite vai-se abaixo. E também o perigo de alguém limpar o aparelho.”
(agricultor de 71 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

A referência aos javalis na transcrição acima foi-nos apresentada como uma adversidade nas áreas florestadas com castanheiros a que os proprietários têm que fazer face. É, sobretudo, um problema das zonas mais longínquas e isoladas, que o proprietário tentou ultrapassar, mas nem sempre com o sucesso desejado.

Ainda uma breve nota a este propósito: para além da acção dos javalis nos soutos, foi-nos referido que em certas zonas a frequência de veados danifica também as árvores das plantações mais jovens. Independentemente das tentativas no sentido de minimizar os estragos causados por estes e outros animais silvestres, há na actualidade, de novo, a constatação de que é a acção no terreno destes homens, agricultores e proprietários de floresta, que alimenta as populações destes animais – fonte de valor, como recurso cinegético, nem sempre com retorno a quem dele cuidou, mesmo que involuntariamente.

4.3 – Rendimentos e encargos da floresta

Feita a caracterização dos proprietários florestais sob análise, idosos e actualmente residentes em meio rural, bem como o trabalho que desenvolvem nas operações silvícolas, pretende-se agora estimar rendimentos que auferem.

4.3.1 - Rendimento gerado pela florestação de terras agrícolas

O propósito geral da reflexão deste ponto é avaliar os rendimentos gerados por esta floresta próxima de pessoas residentes nas aldeias e, em muitos casos, ainda activas na agricultura. Recordemos que se trata de áreas florestadas que ocupam terrenos agrícolas. Num primeiro momento abordaremos a questão dos rendimentos auferidos através dos subsídios previstos por esta medida de política.

Propomo-nos depois estimar os rendimentos gerados ao longo do tempo de crescimento dos povoamentos florestais. Apesar da multiplicidade de espécies florestais que, como vimos, estão envolvidas nestes projectos de florestação, na análise dos proventos das produções retiradas da floresta optámos por centrar a

nossa abordagem numa única espécie, o castanheiro. Esta escolha prendeu-se com o facto desta espécie proporcionar uma colheita anual, a castanha, produto que como se verá dá origem a rendimentos importantes. Dado que castanheiros e soutos são traços e retalhos emblemáticos das paisagens agrárias de Trás-os-Montes, em particular da Terra Fria, igualmente considerámos útil a reflexão sobre os rendimentos gerados em torno desta árvore, desta plantação, enfim desta produção.

4.3.1.1 - O subsídio à perda de rendimento

Na abordagem dos rendimentos gerados pela floresta, pareceu-nos importante analisar mais em pormenor os rendimentos gerados no âmbito da medida de florestação de terras agrícolas. De facto, através desta análise melhor se compreenderão as razões subjacentes à decisão de florestação por parte de um número considerável de indivíduos que, pela sua idade, não esperam vir a poder usufruir dos rendimentos gerados pela actividade florestal, que estarão disponíveis apenas muitos anos após a plantação.

Como vimos, (subsecção 2.2. sobre a PAC) a Arborização de Terras Agrícolas prevê um financiamento das plantações a 90% ou a 100% do total do investimento projectado, bem como a atribuição de uma subvenção que visa financiar os cuidados iniciais que garantam um bom estabelecimento do povoamento florestal, por um período de cinco anos após a plantação. Trata-se da designada subvenção à manutenção. Por fim, temos o prémio atribuído para compensar a perda de rendimento, ocorrida pela cessação das actividades agrícolas. Este prémio, variável segundo o tipo de beneficiário e da espécie utilizada na florestação, é pago por períodos também variáveis, em função do regime de exploração adoptado, situando-se entre 10 e 20 anos. O prémio assume valores entre 200 e 250 euros /ha/ano⁸⁰.

De seguida, no sentido de tentar perceber quão significativo poderia ser o dito prémio no rendimento global dos proprietários florestais idosos, comparámo-lo com os valores provenientes das reformas que auferem. A opção de padronizar esta comparação com as pensões de velhice prende-se com o facto de praticamente todos os indivíduos incluídos na análise serem já reformados, ou estarem em situação próxima. Note-se que a idade média dos inquiridos é 69 anos.

⁸⁰ Montantes obtidos no Programa *Ruris*.

Na Figura 4.9 procuramos representar o rendimento obtido pela compensação à perda de rendimento de acordo com o número de hectares florestados. Assumimos que o valor médio de compensação à perda de rendimento seria de 200 euros por hectare e ano, bem como várias situações familiares-tipo, resumidas em padrões de reforma atribuídos. Consideramos três situações-tipo: a reforma auferida⁸¹ por um indivíduo na agricultura (que corresponderá aos indivíduos viúvos); um casal em que ambos são reformados da actividade agrícola; outro casal que combina uma reforma da agricultura com outra de membro não graduado da GNR ou PSP. Todas estas situações estão representadas pelas três rectas na Figura 4.9.

Tendo representado em abcissas a área florestada, à qual se pode fazer corresponder um valor de compensação à perda de rendimento, pudemos de seguida facilmente chegar à proporção que esse valor representa nas reformas pré-estabelecidas, por intersecção com as rectas e posterior leitura em ordenadas da respectiva percentagem da reforma que é conseguida com a subvenção mencionada.

As áreas médias, máximas e mínimas florestadas no nosso universo de inquirição (7,75ha, 35,72ha e 2,41ha respectivamente) aparecem também representadas nas três rectas verticais da Figura, assim se estabelecendo os limites do domínio inquirido.

O que esta análise nos permite estimar é que a subvenção à perda de rendimento tem significado quando relativizada face ao montante anual das reformas auferidas. De facto, numa família em que o casal tenha reformas da agricultura, uma área florestada de cinco hectares garantirá um rendimento anual que representa 20% do montante das reformas; se a área de floresta for de dez hectares, esta percentagem sobe para cerca de 40%.

Em situações em que exista apenas uma reforma (também da actividade agrícola), este rendimento anual da floresta terá um significado muito mais importante, representando já, para cinco hectares florestados, 40% do valor anual da reforma, e 80% no caso de se florestarem dez hectares de terrenos agrícolas.

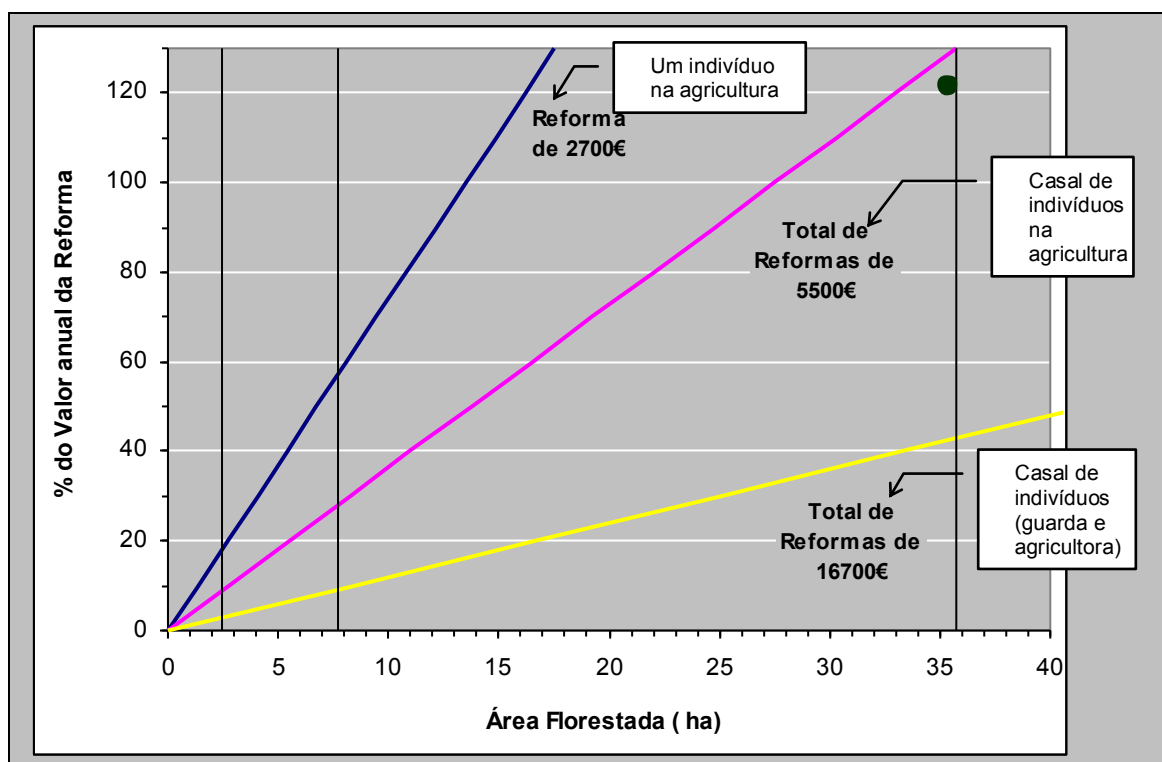
Quando as pensões são maiores, o que na nossa análise se sintetiza na recta correspondente a um casal de reformados, um da agricultura e outro membro não graduado da GNR ou PSP, a expressão do valor conseguido com a florestação é menor: cerca de 5% para cinco hectares e 10% com dez hectares de floresta.

Muitas outras situações poderão verificar-se na realidade, mas esta abordagem tipificada permite contabilizar valores que, como vimos, em qualquer dos casos são significativos, sobretudo para os menores valores de reforma, mesmo se as áreas

⁸¹ Os montantes das reformas em causa foram obtidos no site da Segurança Social, (<http://www1.seg-social.pt/>) em 2003.

florestadas forem tão reduzidas quanto 5 ha. O ponto assinalado no gráfico corresponde a um caso em que tivemos acesso ao valor exacto do montante das reformas auferidas: duas da agricultura, a que é acrescida uma outra oriunda da emigração. Para este montante, dada a dimensão da área florestada (cerca de 35 hectares), obtêm-se um contributo do rendimento anual com a subvenção da floresta que representa cerca de 120% do valor das reformas.

Uma última nota que é importante frisar: apesar do significado dos rendimentos gerados pela floresta quando comparado com o montante das pensões de reforma destes proprietários florestais residentes em meio rural, convirá ter em conta o valor destes montantes, sob pena de se concluir que esta medida de política leva ao enriquecimento dos referidos proprietários da terra. De facto, o que aqui está em causa são montantes de reforma baixos, nuns casos, e nos casos mais favoráveis não muito altos, que habilmente se complementam com um rendimento anual da floresta, cujas áreas nunca são superiores a 40 ha⁸².



Nota: O ponto corresponde a caso em que o montante das reformas (duas da agricultura, acrescidas de uma da emigração), a área florestada e o rendimento anual com a subvenção da floresta são conhecidos. As linhas verticais representam as áreas médias e extremas do conjunto inquirido.

Figura 4.9 – Reforma e área de florestação de terras agrícolas

⁸² As áreas máximas florestadas por proprietário na Floresta Verde e na *Arborea* são, respectivamente, 35,7 ha e 10 ha.

Como vimos ao longo desta exposição, parte desta subvenção ou é já, ou muito provavelmente será, em parte reinvestida na manutenção das áreas florestadas. Pode assim dizer-se que, para estes pensionistas na terra, o rendimento da subvenção da florestação de terras agrícolas constitui tanto mais um aumento ao rendimento das famílias, quanto mais trabalho directo estas quiserem ou puderem ainda assegurar.

Em suma, os subsídios à manutenção configuram um complemento importante nos montantes anuais auferidos por estes proprietários idosos residentes em meio rural. A despeito de outras motivações já referidas (diminuição do trabalho a realizar e marcação do património fundiário, que não fica abandonado apesar da cessação de actividade agrícola), à decisão de florestar parece estar também associada a possibilidade de aumentar algo significativamente o rendimento.

4.3.1.2 - O rendimento do souto

Começámos por inventariar os produtos associados às produções florestais que constituem fontes de rendimento. Temos, por um lado, a recolha de madeiras. A produção de madeira de qualidade será, a longo prazo, o objectivo último de uma dada plantação florestal. Para além desta produção final há também o material lenhoso proveniente das limpezas das árvores. A este propósito, Maia (1991) expõe os diferentes tipos de operações de remoção de material lenhoso, bem como os seus objectivos de conformação da árvore em crescimento de modo a obter, a prazo, madeira de qualidade⁸³. Este material é, com frequência, posteriormente utilizado como combustível doméstico.

Outra utilização dos produtos da floresta muito difundida e que, em regra, não é avaliada em termos dos volumes colectados, auto-consumidos e comercializados, são os cogumelos. As diferentes espécies têm exigências ecológicas próprias, ou seja, estão associados a habitats específicos, encontrando-se em múltiplos ecossistemas, agrícolas, e florestais (La Chiusa, 2003). Em Trás-os-Montes estão largamente

⁸³ “ (...) três tipos de operações clássicas podem ser realizadas, em simultâneo ou separadamente, mas fundamentais para imprimir boa qualidade à madeira. A monda (...) que consiste no destaque de pequenos ramos que se desenvolvem no tronco ou sobre os ramos mais grossos pela exposição à luz, a partir de gomos dormentes. A desramação (...) que consiste no corte dos ramos ao nível do tronco, com objectivo de obter madeira sem nós. (...) Corte de formação consiste, essencialmente, em suprimir os ramos que (...) tomam um forte desenvolvimento em detrimento do tronco, fazendo com estes ângulos acentuados. (...) O objectivo é dar à árvore uma forma satisfatória e obter um comprimento óptimo do fuste, o qual se pretende direito e vertical.” (Maia, 1991:5-6).

presentes em meio rural, achando-se associados a ecossistemas agro florestais: para além dos cogumelos dos lameiros e dos campos de cereal, há os dos pinhais, dos carvalhais e dos soutos (Cristóvão *et al.*, 2005).

Por fim, há que considerar a produção do fruto, a castanha, produto actualmente bem valorizado comercialmente e que por isso representa uma importante fonte de rendimento.

De seguida tentaremos contabilizar para uma situação média as produções referidas, considerando a situação de uma plantação de castanheiros num sistema de dupla aptidão, ou seja com o duplo objectivo de uma produção anual de castanha e a obtenção a prazo de madeira de qualidade. Como já referimos, estas plantações fazem-se num compasso mais espaçado, e que para uma situação média assumiremos de 10m x10m, a que correspondem 100 árvores por hectare.

4.3.1.2.1 - As lenhas provenientes das podas e desramas

Na avaliação do rendimento do souto, dos idosos residentes em meio rural que procederam à florestação de terras agrícolas, não contabilizaremos a produção final de madeira, assumindo que previsivelmente este rendimento não será já auferido pelos actuais proprietários, tendo em conta a sua idade. Assim, assumimos que para estes proprietários idosos não será expectável virem a usufruir do rendimento do corte final de madeira que muito provavelmente será realizado em favor dos seus descendentes e herdeiros⁸⁴.

Embora não entrando nos cálculos do rendimento apresentados (dado o seu carácter eventual), há também a assinalar a venda de madeira de castanheiros antigos (ou seja de grande porte) secos pela doença da tinta. De facto, a doença em causa não afecta o valor comercial da árvore e nestes casos a comercialização desta atenua a perda da árvore suportada pelo proprietário, embora não se possa considerar, como é óbvio, um rendimento regular.⁸⁵

Tentaremos de seguida avaliar o material lenhoso proveniente das podas e desramações que, como já referimos, é utilizado sobretudo para abastecimento de

⁸⁴ Ana Mágan (2000), numa avaliação semelhante que realizou para a Galiza, considerou o volume de madeira conseguido ao fim de 40 anos de exploração e distribui-o pelos diferentes anos de exploração de modo a obter um rendimento total anual, embora salvaguardando que esta parcela não constitua liquidez ao longo do tempo. No nosso caso pelas razões já explanadas esta abordagem não faz sentido.

⁸⁵ Em entrevista apurámos que um castanheiro seco pela doença da tinta, de 2,5 m de comprimento (e diâmetro de cerca de 0,5m) nestas condições foi vendido em 2003 por 200 €.

lenha. O aprovisionamento de material combustível da casa agrícola é de facto desde há muito assinalado (Portela, 1988). Em tempos em que esta era a única fonte de energia utilizada pelos residentes em meio rural, a importância deste recurso estava só por isso plenamente justificada. Quem não tivesse outro modo de satisfazer as necessidades energéticas aprovisionava a casa com matos e lenhas provenientes de baldios locais.

A questão que se põe é a de poder quantificar a lenha de dimensão reduzida proveniente de podas e desramas, neste caso de um souto. Tal lenha não tem valor comercial, mas sim de uso, já que é utilizada como combustível, nas lareiras dos respectivos proprietários. Produzida como subproduto de uma operação cultural de limpeza dos soutos, tentámos obter informação que nos permitisse quantificar um peso de material lenhoso conseguido. A avaliação por entrevista verificou-se difícil pela impossibilidade de padronizar situações (áreas, número de árvores, e idade das mesmas e periodicidades de recolha) a que se associassem determinados quantitativos de material lenhoso colectado. Assim, o cálculo baseou-se num apuramento de material lenhoso de podas de soutos que remete para um trabalho sobre o ciclo de nutrientes numa plantação de castanheiros (Pires e Portela, 1993), onde se apurou o material lenhoso proveniente das podas. Optámos aqui por contabilizar a madeira proveniente apenas dos ramos ⁸⁶chegando ao valor de 1,3 toneladas por hectare e por ano. Considerando que a queima deste material lenhoso pode representar a supressão da utilização de lenha comercialmente valorizada, optámos também por atribuir um valor monetário à utilização da madeira para queima proveniente das podas e desramas. Esta representará o que um proprietário poderá poupar em lenha utilizando este subproduto da exploração do souto. Para tal assumiu-se o preço de 60€ por tonelada⁸⁷.

4.3.1.2.2 - Os cogumelos

Os cogumelos, colhidos com frequência e em quantidades apreciáveis pelas populações para auto-consumo, dado ser tradicional a sua utilização na culinária, são mais recentemente colhidos também para comercialização. Certas espécies têm de

⁸⁶ De facto para a nossa estimativa do material lenhoso para queima, consideramos unicamente os quantitativos de madeira, excluindo quer o peso da casca, dos raminhos e folhas que assumimos como sendo deixados no souto.

⁸⁷ Este valor resulta do facto de em 2003 a “carrada de lenha” na feira de Bragança ser comercializada a 300€. Note-se que uma carrada de lenha equivale a 5 toneladas.

facto grande procura e os preços praticados são, nalguns casos, elevados. Há indicações de existir um mercado espanhol particularmente agressivo, em que os vendedores se deslocam às aldeias para aí encomendarem a colheita e posteriormente efectuarem a transacção de quantitativos importantes, supõe-se que também destinados à indústria farmacêutica.

Em trabalho realizado em Trás-os-Montes, Garcia (2004) dirigiu um inquérito às populações rurais a propósito da colheita e utilizações de cogumelos comestíveis. A autora pretendeu através das espécies e respectivas quantidades colectadas, chegar a uma aproximação de inventário deste recurso, bem como avaliar o grau de pressão a que está actualmente sujeito. Verificou também que várias espécies são associadas aos diferentes habitats, as lameirinhas (*Trichoma georgii*) que aparecem entre as ervas dos lameiros, as pinheiras ou sanchas (*Lactarius delicious*) associadas às raízes dos pinheiros, as línguas de vaca (*Fistulina hepática*) encontradas junto de castanheiros e carvalhos, enfim os míscaros (*Boletus aerus*) frequentes nas florestas de carvalho, azinheira e castanho, para citar apenas alguns exemplos. Há assim um grande leque de cogumelos associado a diferentes habitats agro-florestais, representando uma importante produção secundária do território e da floresta em particular. Tal é aliás a percepção de Coelho (2003), ao referir que o valor comercial deste recurso complementar associado à produção florestal em Portugal, tem levado a que o regime livre em que as suas recolhas se processam esteja a ser posto em causa pelos proprietários florestais⁸⁸.

Segundo Garcia (2004), esta actividade é actualmente realizada por variadíssimos estratos da população: desde os mais idosos, em regra reformados, por quem tem ocupações temporárias por conta de outrem, bem como pelos que têm como actividade a agricultura. O que parece contar nestes casos, para além do complemento de rendimento que este recurso significa, é a disponibilidade de tempo para proceder à sua recolha. Aquela autora verificou ainda que estas recolhas se destinam quer ao auto-consumo quer à comercialização. As espécies apanhadas dependem da produção, da tradição de utilização culinária e, claro, das possibilidades de escoamento comercial que existe, relacionada com a deslocação de intermediários às aldeias, existindo mesmo, por vezes, contactos prévios. A venda tem vindo a aumentar, sendo os preços praticados importantes (Quadro 4.4) e variando segundo as diferentes espécies, bem como com a qualidade dos cogumelos.

⁸⁸ Segundo refere este autor, o fenómeno não é novo, podendo aliás ser equiparado ao que aconteceu com a recolha das pinhas nos pinhais de Pinheiro Manso, no momento em que o aproveitamento dos pinhões passou a ter uma expressão comercial importante.

É ainda referida a pressão de diferentes utilizadores face a este recurso. De facto, os locais especialmente produtivos são "visitados" por indivíduos de outras proveniências, quer de outras aldeias, mais ou menos distantes, quer por residentes em meio urbano (não raro com ligações familiares ao meio rural), que vêem nesta oportunidade mais uma hipótese de obtenção de rendimento, quer ainda por residentes em Espanha que, dada a proximidade, com frequência aqui se deslocam com este fim. Tal pressão sobre a utilização dos recursos naturais está ainda associada a uma total ausência de legislação em Portugal⁸⁹, que imponha normas com vista a uma utilização sustentada. Associada ainda às más práticas de colheita⁹⁰, tal lacuna preocupa, aliás, vários autores ao contribuir para o exaurimento deste recurso.

Este comportamento indicia também o interesse por este recurso que parece dar um importante contributo económico no rendimento dos residentes locais.

Em soutos de Trás-os-Montes Martins (2004) refere a identificação de várias das espécies de cogumelos que são aí recolhidas e, de entre estas, uma das mais frequentes por ser muito apreciada, e consequentemente valorada, é a *Boletus aereus* comumente designada por míscaros. O valor comercial desta espécie tem uma grande amplitude conforme as quantidades produzidas e, simultaneamente, de acordo com as suas características (sobretudo dimensão e qualidade) em cada época de recolha, como pode ver-se no Quadro 4.4, em que se compilaram registos de vários autores: dois referem-se a Trás-os-Montes, e em particular a aldeias do concelho de Bragança, e outro reporta-se à Galiza, região que se salienta pelas quantidades e pela tradição de utilização deste recurso.

Quadro 4.4 – Preços de venda de Míscaros (*Boletus aereus*) na região de Trás-os-Montes e na Galiza

Referência	Preço de Míscaros (€ por kg)		
	Máximo	Mínimo	Médio
Garcia, 2004	8.00	1.50	5.00
Barcina, 2002	11.00	4.00	-
Ana Mágan, 2000	-	-	6.00

⁸⁹Segundo informação de Anabela Martins, em 2004, docente do Departamento de Biologia da Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.

⁹⁰De notar a este propósito que a sensibilização dos agricultores/proprietários para um melhor conhecimento da biologia e características deste recurso tem sido cada vez mais uma preocupação dos técnicos no terreno. Assim, multiplicam-se os cursos e as palestras promovidos nomeadamente pela *Arborea* com vista a uma sensibilização para estas questões. O inculcar das boas práticas de conservação dos habitats e das técnicas adequadas de recolha têm sido conteúdos recorrentes nas referidas formações.

De acordo com a informação sintetizada no quadro, optámos por nos ater a um preço médio de venda de 5€/kg de mísscaros (*Boletus aereus*). Este valor é também indicado por Barcina (2002) como o valor habitual, isto é, o mais frequentemente observado à data de inquirição realizada por esta autora (em 2001).

Para o caso de Trás-os-Montes, é difícil avaliar o que poderá ser a produção de cogumelos por hectare. Como já se referiu, é muito acentuada a variabilidade no desenvolvimento deste recurso. Acresce a isto a reduzida informação localmente coligida a propósito da colheita, uso e comercialização, que nos permita uma avaliação desta questão. Por outro lado, o facto de ser comum proceder-se à recolha de cogumelos independentemente dos direitos de propriedade das terras e ou da floresta onde se desenvolvem, dificulta ainda esta quantificação do peso colectado por unidade de área. Assim, a quantidade de cogumelos (mísscaros) colhidos anualmente por unidade de área que adoptaremos é a avaliada para a Galiza, conforme propõe Ana Mágan, ao proceder também ao cálculo dos rendimentos provenientes do souto, ou seja, 50 kg / ha de souto.⁹¹

4.3.1.2.3 - A produção de castanha

Como referimos já, o aproveitamento do fruto é tradicionalmente feito, quer no caso de soutos enxertados (por isso mesmo regularmente tratados, já com o objectivo principal da produção de castanha) quer no caso de castinçais, em que o principal fim é a produção de madeira.

Nestes casos os frutos são também apanhados e comercializados, embora se obtenham menores produções do que no caso anterior.

Ana Mágan (2000) contabiliza o rendimento proveniente da venda das castanhas, considerando uma produção média por árvore a partir do 10º ano. Faz aqui uma distinção entre as plantações visando a exploração do fruto (compassos mais largos conduzindo, assim, a uma produção de castanha por hectare cerca de três vezes maior), por oposição às plantações que visam a produção de madeira. Uma vez que o que pretendemos avaliar é a produção de fruto numa situação de dupla aptidão cujo compasso de instalação conduz a cerca de 100 árvores por hectare, considerámos a produção média por árvore apurada por Pires (1988: 46)⁹². Chegou-se

⁹¹ É de notar que este autor não considerou qualquer diferença na utilização do recurso em análise nos soutos mansos e nos soutos bravos (equivalentes galegos das designações portuguesas soutos e castinçais, respectivamente).

⁹² A média foi calculada tendo em conta os quantitativos apurados pelo autor entre o 10º e o 20º anos de produção.

assim ao valor de produção de castanha de 2500Kg/ ha e considerou-se um preço médio de 90 cêntimos por Kg de castanha⁹³

Rendimento Bruto de 1 hectare de souto de dupla aptidão a partir dos 10 anos
(plantação em compasso 10mX10m; 100 castanheiros por hectare)

Lenha proveniente de podas e desramas para queima 1,3t X 60€/t	78€
Cogumelos (Míscaros) 50Kg a 5 €/Kg	250€
Castanhas 0,9€ /Kg X2500Kg/ha	2250€
Total	2578€

O valor médio de produção por árvore que foi considerado – 25 kg – encontra-se aliás entre os limites de produtividade de castanheiros, de diferentes idades e em diversas situações de produção, em Trás-os-Montes, encontrados por vários autores via inquirição. Os diferentes valores encontrados para diversas situações de produção estão sintetizados no Quadro 4.5.

⁹³ Este preço médio foi obtido considerando os valores praticados regionalmente, nos anos de 2000, 2001, 2002, 2003. O ano de 2004 foi excluído por ser considerado um ano atípico. O preço, por vezes distinguindo entre castanhas enxertadas (mais valorizadas) e as bravas, representa já uma situação média, posto que, por norma, os proprietários procedem à sua venda misturando castanhas das duas proveniências.

Quadro 4.5 – Produção de castanha por árvore em Trás-os-Montes

Referência	Condições de produção e ou de obtenção da informação	Situação de produção	Produção por árvore (kg)
Marques, 1988	Informação obtida em 1986 por inquérito a 400 produtores com soutos de diferentes idades (> 5 e <100 anos) e variedades	Não definida	37,3
Portela e Portela, 1996	Informação obtida por inquirição de agricultores com soutos de mais de 10 a 35 anos e compasso aproximado de 10mx10m	“Ano Médio”	36,5
		“Ano Mau”	16,0
		“Soutos com tinta”	24,0
		“Soutos sem Tinta”	39,0
Bento, 1989	Informação obtida em 600 inquéritos realizados na Região Norte.	“Ano normal”	32,8

4.3.2 - Os custos de um hectare de souto: preponderância do encargo da mão-de-obra

Para se chegar a uma aproximação do rendimento real dos proprietários com soutos, haveria agora que considerar os custos inerentes a esta actividade. Os custos referentes às mobilizações de terreno necessárias à instalação do povoamento, e à plantação propriamente dita, ficam desde logo excluídos desta análise porquanto se verifica que, com a aprovação do projecto de Florestação de Terras Agrícolas, os proprietários conseguem o financiamento total deste investimento. O que interessaria compreender e avaliar seria o custo inerente à exploração de souto.

De um modo geral, neste contexto, diremos que os custos principais serão os respeitantes à mão-de-obra necessária à realização destas tarefas: lavouras e ou esscarificações, desramas e sobretudo colheita do fruto. Ana Mágan avaliou estes custos na Galiza, equiparando-os ao tempo de trabalho que um hectare de souto poderia representar. Considerou que ele corresponderia no seu máximo a um mês de trabalho de um homem (por hipótese o proprietário). Pires (1988) ao estabelecer as contas de cultura dos soutos em diferentes modalidades explicita diversos encargos

variáveis. Tomando a modalidade Souto Novo sem rega⁹⁴, e os respectivos encargos variáveis, verificamos que os mais importantes dizem respeito aos relativos ao trabalho. Por esta razão, grande parte destes encargos foram expressos em dias homem (dh) e, por vezes, em horas de trabalho. Isto, no caso de mobilizações do terreno que requerem diferentes equipamentos. Somando todos estes encargos para a situação média do souto entre o 10º e o 20º ano de produção, chegamos a um total de trabalho incorporado nesta actividade de 15 dh.

Neste caso não se considerou o tempo de trabalho de colheita de cogumelos o que se verificou na avaliação feita por Ana Mágan para a Galiza.

Assim, optámos por considerar três situações de dispêndio de trabalho no souto correspondendo aos dois valores extremos encontrados, respectivamente 30 e 15 dias de trabalho por ha e por ano, e ainda uma situação intermédia de 20 dias de trabalho /ha/ano.

Para cada um destes casos, podemos supor que por vezes os proprietários terão que proceder a contratação de trabalho assalariado. Admitindo que a jorna de oito horas de trabalho é valorizada a 40 €, podemos calcular os encargos com montantes crescentes de mão-de-obra contratada.

Como vimos já, a partir da informação empírica recolhida, sempre que os têm, os proprietários utilizam os seus equipamentos (sobretudo tractores) recorrendo ao seu trabalho, por vezes com contributos de familiares, e limitando assim o mais possível os montantes financeiros dispendidos com trabalho assalariado e com aluguer de máquinas. Sabemos no entanto que, no caso que estamos agora a analisar, visto tratar-se de proprietários idosos, por vezes as hipóteses de assegurar este trabalho se tornarão difíceis e mesmo impossíveis. Assim padronizaremos os custos de manutenção do hectare de souto numa relação proporcional à contratação de trabalho assalariado.

No gráfico da Figura 4.10 estão representadas as três modalidades de incorporação de trabalho consideradas (S1= 15dh, S2=20dh e S3= 30 dh). Cada uma das rectas exprime assim os montantes dispendidos pelo proprietário pela contratação de um determinado número de dias de trabalho assalariado (expresso em percentagem), e a respectiva redução que este dispêndio acarretará no Rendimento Bruto do hectare de souto. Assim, por exemplo na modalidade S3, em que se prevê 30 dias de trabalho por ano, num hectare de souto, se o proprietário contratar a totalidade

⁹⁴ Esta modalidade corresponde a uma plantação com 88 árvores por hectare. A produção de castanha por hectare que assumimos no cálculo dos rendimentos é a estabelecida pelo autor neste sistema de produção.

do trabalho a fazer, com este encargo reduzirá para cerca de metade o rendimento conseguido. Para as duas outras modalidades S2 e S1 (que correspondem respectivamente a 20 e 15 dias de trabalho), a contratação da totalidade do trabalho acarreta reduções de rendimento na ordem de 40% e 20%.

Caso possa, o proprietário situar-se-á em situações de contratação nula de trabalho assalariado, o que lhe permite maiores rendimentos. Por vezes, as contribuições em trabalho de familiares, sobretudo filhos e netos, são fundamentais. Nestes casos há normalmente uma partilha dos rendimentos apurados, mas tal não constitui de facto o pagamento de uma jorna, é mais uma partilha de trabalho e de rendimentos de um património comum.

Quando se verifica entreaajuda, entre outros familiares e vizinhos, de facto não temos nestes casos uma redução nos rendimentos, mas sim uma obrigatoriedade de retorno, ou seja uma intensificação em trabalho por parte do proprietário.

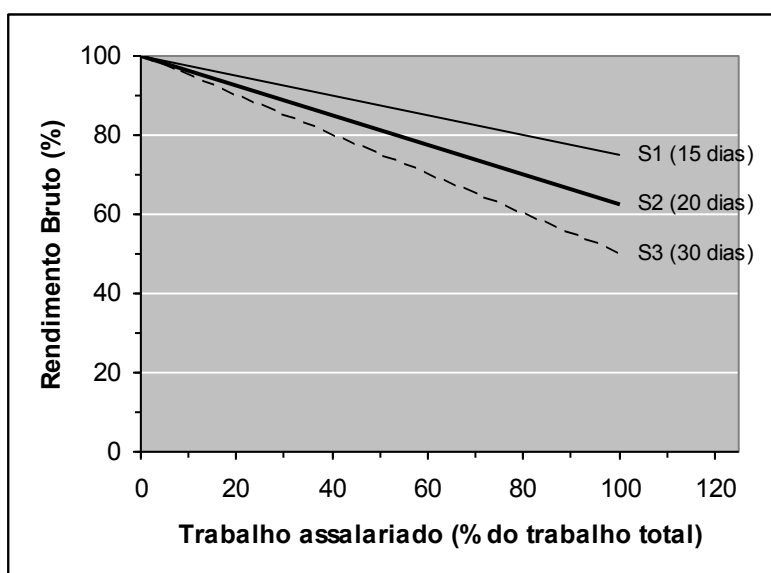


Figura 4.10 – Rendimento bruto e contratação de trabalho assalariado num hectare de souto.

Pode dizer-se que o rendimento é proporcional ao trabalho que se consegue realizar e tanto menor quanto mais importante for a contratação de pessoal.

Uma vez que áreas plantadas com castanheiros têm vindo a aumentar (situação que não é alheia ao nível de retorno que esta actividade permite), é previsível que com o avançar da idade aumente a contratação de assalariados. É também admissível que das três situações consideradas no que diz respeito ao

dispêndio de mão-de-obra, os proprietários se aproximem das que são mais economizadoras neste recurso, sempre que o tenham que pagar.

No entanto, situações em que uma proporção importante do trabalho é já pago (sobretudo para as tarefas mais exigentes fisicamente e mais penosas), podem também ser completadas com o trabalho que o proprietário ainda pode e, sobretudo, quer fazer, para se entreter e se manter activo. Vários depoimentos nos levaram a esta noção do lúdico que pode ser ir até à plantação, fazer umas podas, apanhar ainda uma *geirinha* de castanhas, ou fazer umas enxertias.

4.4 – Relações Intergeracionais

A abordagem seguida no estudo de idosos que florestaram terras agrícolas tem já vindo a referir, a diversos títulos, a natureza das relações entre gerações estabelecidas pelos proprietários florestais sobretudo com os seus descendentes (filhos e netos). Retomando o que foi já discutido, pretende-se agora nesta secção discutir de forma mais integrada o tipo de ligações estabelecidas entre as diferentes gerações dos idosos com projectos de florestação de terras agrícolas.

4.4.1 – Relações Familiares

Na análise das relações intergeracionais familiares distinguiremos ainda duas situações significativamente distintas: a estabelecida com os progenitores (indivíduos de mais idade, portanto) dos proprietários no centro do nosso estudo; e as relações estabelecidas com as gerações dos seus descendentes, filhos e ou netos.

4.4.1.1 – A geração anterior

Debruçando-nos sobre os apoios familiares intergeracionais, temos os casos em que há assistência prestada pelos casais centrais nesta análise (com mais de 55 anos de idade) a familiares mais velhos que estão agora a seu cargo.

Entre os inquiridos várias situações destas se nos depararam: seja o caso de uma viúva que tendo estado emigrada, regressou há dez anos à aldeia natal para dar apoio à mãe idosa, actualmente com 92 anos e que vivia sozinha; seja o caso de um

casal, reformado de outras actividades, que volta a fixar-se em meio rural para não ter que deslocar os pais (do elemento feminino do casal) da aldeia onde sempre viveram e foram agricultores. De um modo geral vivem com eles e assim dão-lhes assistência no quotidiano.

No que diz respeito à gestão das terras, verificámos que nestes casos, tendo regressado à aldeia, estes indivíduos optam por florestar parte das terras que eram cultivadas, embora continuem a fazer um pouco de agricultura, ou a pagar para que se faça. Por vezes, a continuidade de actividades muito trabalhosas (por isso onerosas, quando há que contratar trabalho), e simultaneamente pouco compensadoras do ponto de vista económico, deve-se ao gosto destes parentes mais idosos, a quem se deve respeito e se procura satisfazer os caprichos, como bem ilustra o episódio narrado por um dos inquiridos:

“ (...) temos uma vinha pequenina enquanto o meu sogro viver, porque depois também não compensa... Um dia disse-lhe:

– Eu não lhe lavro mais a vinha, já não quero saber da vinha para nada, isto tem que acabar.

Ele levou a mal:

– Se não me lavras a vinha, eu nunca mais passo por junto dela sequer!

E então acabei por lha ir lavar e chamar uns homens para ajudarem com dois arados. Ficou satisfeito.”

(agricultor de 69 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Outras vezes, pelo contrário, as suas opiniões e anseios não são tidos em conta na decisão das actividades agrícolas que se continuam a fazer, bem como das que se abandonam.

“A minha mãe tem pena, ainda hoje é capaz de me dizer:

– Tens aí tantas hortas e não fazes nada. O teu pai fazia. Porque é que tu não fazes? A vinha era do teu pai e tu agora vais trocar aquilo! [a propósito de terras trocadas com vista ao emparcelamento]

– Que me interessa a mim, se agora os tempos são outros... As hortas não pagam o trabalho, hoje. E depois, quando havia animais... mas sem isso não vale a pena”.

(agricultor de 55 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Em qualquer dos casos a gestão da terra está agora a cargo desta geração menos idosa, que é quem toma as principais decisões e simultaneamente quem se ocupa directa ou indirectamente do que há a fazer nas parcelas destinadas à agricultura e à floresta.

4.4.1.2 – Os filhos e os netos

No estudo das relações estabelecidas entre os inquiridos e a geração ou gerações subsequentes temos agora vários eixos de análise.

A maior parte dos proprietários florestais não vivem já com os filhos, mas em muitos casos estão relativamente perto deles. Tendo-se em atenção o que foi explanado (Figuras 4.2 e 4.3) acerca dos seus locais de residência.

Sendo maioritariamente indivíduos reformados, pode inferir-se que tendo experimentado uma certa autonomia financeira, num período em que não estavam totalmente inactivos e reduziram já expressivamente as actividades, há uma certa garantia de que conseguem viver sem necessidade de que os filhos os ajudem financeiramente. Os que vivem exclusivamente de reformas da actividade agrícola, embora com montantes baixos, enquanto não estiverem impossibilitados fisicamente, nem necessitarem de cuidados médicos especiais, dado os hábitos de consumo frugais, conseguem equilibrar-se financeiramente, complementado o rendimento da reforma com algum rendimento que vem ainda da actividade agrícola (sobretudo sob a forma de auto-consumo) e, como vimos, da floresta. Deslocando-se temporariamente para centros maiores, para junto dos filhos, podem ser melhor assistidos e vigiados relativamente ao estado de saúde e beneficiam de vários cuidados médicos. São apoiados quando precisam de fazer intervenções cirúrgicas, e quando estão a convalescer delas.

Em contraponto, os que voltaram de uma vida profissional na cidade têm regra geral reformas mais avultadas e deslocam-se talvez com mais frequência para visitarem os filhos que vivem nas grandes cidades, às vezes mesmo no estrangeiro. Para estes casais, sobretudo para as mulheres que conheceram outros modos de vida, por vezes é difícil manterem-se muito tempo na sua nova residência rural.

Uns e outros não pagam renda de casa, e em regra tiram algo para consumo directo da agricultura e o rendimento anual dos soutos que, como pudemos ver, é ainda apreciável. Este desafio económico e a ocupação nas actividades descritas garantem também aos filhos uma certa tranquilidade em face de uma autonomia e simultaneamente de uma ocupação. O que os preocupa mais é o facto de os pais trabalharem demais, de quererem fazer mais do que podem. Nesse sentido o reconverter terrenos agrícolas em floresta é uma solução que apreciam, porque os liberta de muito trabalho, e sobretudo da necessidade de uma presença quotidiana na exploração agrícola. A este respeito sobretudo o terminar das actividades pecuárias (excepção feita a uma pequena capoeira que pode sempre ser deixada aos cuidados

de um vizinho ou familiar), facilita muito a disponibilidade para saírem, para as referidas visitas aos filhos.

À medida que vão perdendo autonomia necessitam por isso de um maior acompanhamento. A assistência prestada pelos filhos, mesmo à distância, apoiar-se-á nas disponibilidades de serviços passíveis de contratação, aqueles que existem nos locais de residência dos mais velhos. Será neste campo onde porventura se ouvem mais queixas. Faz-se a denúncia relativamente do facto de haver, de um modo geral, poucos apoios, em particular de serviços especializados no apoio a idosos. A este aspecto voltaremos com mais detalhe, mais tarde.

Outro eixo importante das relações intergeracionais estabelecidas com os familiares mais jovens é o relativo ao apoio directo no trabalho na agricultura e na floresta. Se aos que estão mais próximos, mesmo quando trabalham e residem fora da esfera da agricultura, é mais óbvio implicarem-se – em diferentes graus conforme os casos – nas actividades requeridas com a floresta plantada, tal não significa que os que vivem verdadeiramente longe estejam de facto totalmente ausentes da gestão deste património.

Os primeiros, como fomos referindo à medida que os diferentes trabalhos com a floresta foram sendo explanados, apoiam os pais nas preparações do terreno e nas plantações, nas limpezas, por vezes ainda nas desramas e também, no caso particular dos soutos, nas enxertias e sobretudo na apanha da castanha. De notar que tendo alguns deles aprendido ainda na infância as lides da terra, estão particularmente dispostos a realizar os trabalhos mecanizados. De facto, a condução de tractores seja para a realização de lavouras ou escarificações, seja para transporte de lenhas e madeiras, por exemplo, está entre as tarefas que preferem e em que demonstram mais garbo. Isto mesmo é justificado pelos pais que reconhecem que eles cresceram já no tempo das máquinas. O contributo em trabalho por parte dos netos que estão por perto, é mais esporádico. Não raro sucede por imposição paterna, sobretudo quando são mais jovens. Isto é, antes que as solicitações, mesmo ao fim-de-semana, na vila ou na cidade onde vivem inviabilizem estas deslocações à aldeia para participar no que houver para fazer. Aos netos em regra há que pagar, sendo a remuneração talvez o argumento essencial para que se disponham a colaborar.

Os filhos e netos que estão longe, não participam directamente no trabalho a realizar, mas não correm o risco de não serem consultados. Com efeito, são ouvidos a propósito quer da decisão da florestação, quer das opções específicas subsequentes. A transcrição que abaixo se apresenta exemplifica um caso em que a ligação à aldeia natal de filhos que vivem longe, justifica até a construção de uma casa.

“O meu filho de Lisboa vem no Verão, e vem sem ser no Verão. Até anda a acabar de fazer uma casa cá... Vem no Verão e vem no Natal... quando calha, se calha vir na Páscoa também vem, mas vem por poucos dias, depende das férias que lhe dão... Às vezes dão poucas férias não pode vir mais.”

(agricultor de 82 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

“Às vezes vamos (desramar), quando vem um por aí por oito dias [...] É uma passagem passageira, mas vão.”

(agricultor de 82 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Miranda do Douro.)

Há casos em que a florestação se fez já com um acordo prévio das partilhas a realizar entre irmãos, se bem que legalmente as terras não estejam ainda divididas. Dois desses casos estão abaixo apresentados em duas caixas de texto. Noutras situações, a participação nas opções tomadas liga-se à assistência que é devida aos pais idosos, a quem se quer poupar um fim de vida com muita canseira e trabalho. Em qualquer dos casos, o entendimento entre irmãos, sobretudo os que estão mais próximos, é fundamental no encontrar da melhor solução. Por vezes, quando vêm de visita, são estes filhos os interlocutores com a associação e a empresa, quer para requererem o projecto, quer posteriormente no buscar e encontrar de formas que agilizem o trabalho a fazer. Nas nossas visitas de trabalho à *Arborea*, pudemos presenciar consultas realizadas por alguns destes filhos ausentes, por vezes emigrantes, que aí se deslocavam propositadamente para resolver questões da floresta dos pais⁹⁵. Por tal razão é que os técnicos da referida associação sabem que o período de Julho e sobretudo o mês de Agosto são particularmente pródigos em trabalho de atendimento.

Os dois casos-tipo abaixo detalhados são exemplos elucidativos a vários títulos. Dão-nos conta de mais uma forma de interacção entre as duas gerações em análise na qual os pais procedem à partilha do património fundiário, passando para os descendentes a responsabilidade das decisões relativas à terra.

Curiosamente, os filhos e netos que estão mais longe têm uma forte ligação ao meio rural (longínquo do seu viver quotidiano), às suas raízes, gostando de o visitar e de aí manter um lugar. Para além do património fundiário que virão a herdar, a casa dos pais, e mais ainda a casa dos avós, é um local de regressos e de busca de identidade. Como se os que estão mais longe e simultaneamente mais afastados, a

⁹⁵ Os exemplo de questões a resolver são sobretudo a resolução de florestar propriamente dita e o desencadear do processo junto da Associação. De facto a esta cabe todo o processo burocrático inicial para proceder à elaboração do projecto e respectiva candidatura ao programa de financiamento. Presume-se que depois da florestação efectuada, pelo menos parte da mediação com os técnicos da associação seja também, feita pelos filhos ausentes.

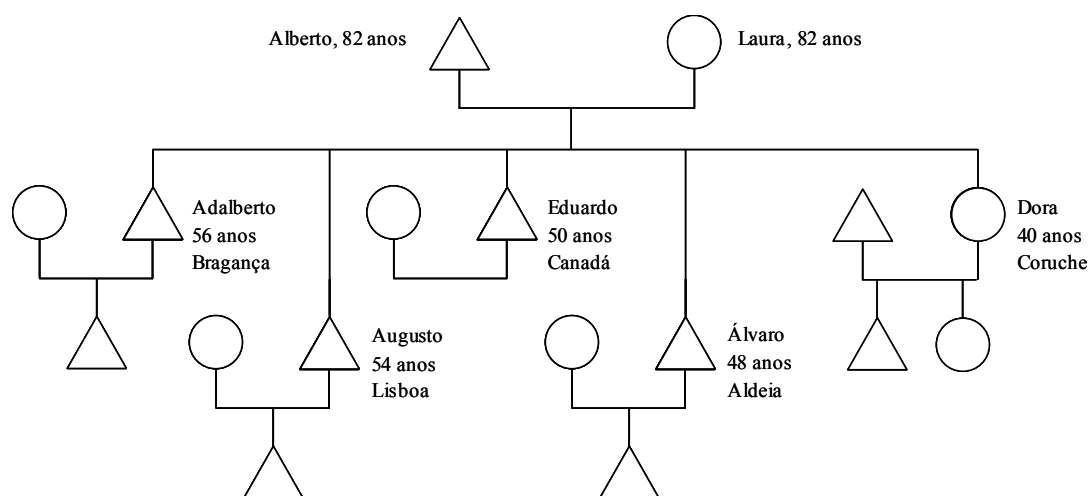
todos os níveis, da terra e da esfera do trabalho da terra, se sintam mais atraídos por este espaço que se torna um local idealizado. Observa-se, então, um certo desfasamento relativamente ao quadro de actividades em meio rural. Assim o atesta, por exemplo, o depoimento subsequente de um proprietário de Vinhais, que nos dá conta das pretensões do seu filho único que vive e trabalha longe, as quais considera desajustadas.

“Ele a Floresta acha bem... Ele não quer é que seja eu a fazer, quer que pague a quem faça...Mas, isso é muito fácil para quem está de fora, mas nós é que sabemos se podemos pagar e se temos a quem pagar. O nosso problema aqui é não ter cá na aldeia quem faça.”

(agricultor de 66 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Em síntese, os idosos não estão, sob qualquer forma, em situação de dependência em relação aos filhos ou à geração que os sucede. De facto, seja do ponto de vista financeiro seja do ponto de vista das actividades que desenvolvem com a floresta, gozam de efectiva autonomia. Apoiam-se, todavia, nesses familiares mais novos, num jogo entre o que necessitam eles próprios e o que podem dar os filhos e netos. Do lado destes últimos, ao apoio que podem dar (condicionado pela distância e constrangimentos familiares e profissionais), soma-se a pretensão de preservar o património na terra que virão a herdar, aspecto que explicará alguma interferência nas decisões de gestão dos pais

Caso I
Concelho de Miranda do Douro



Alberto e Laura, ambos com 82 anos são reformados da agricultura. Alberto teve também a profissão de sapateiro, na aldeia. Têm quatro filhos e uma filha; destes apenas dois vivem mais perto (um na própria aldeia e outro na cidade de Bragança) estando os restantes no estrangeiro e próximo de Lisboa. Os filhos de um modo geral têm já casa própria na aldeia (algumas ainda em fase de acabamento), exceptuando o que mora em Bragança, a quem, por outro lado, não é difícil aí deslocar-se com frequência).

Este casal já de idade avançada acordou um sistema de partilhas com os filhos de modo a transferir a responsabilidade pela ocupação das terras. Um dos filhos decidiu-se, nas terras que lhe calharam em sorte, pelo recurso à medida de florestação de terras agrícolas

“O filho que está em Lisboa é que resolveu o projecto florestal...Eu já dividi as terras por eles; eles é que se encarregam delas...Nós botamos horta e umas bataticas para nós comermos...(um saco ou dois delas.”

Os outros (filhos) não quiseram fazer floresta, mais ninguém quis.”

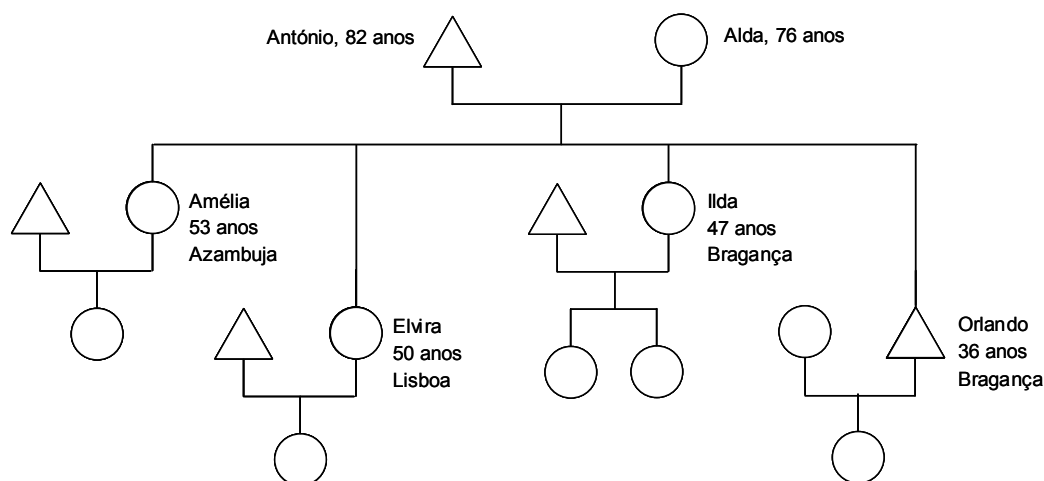
As terras não estão já a cargo destes idosos que apesar das partilhas são formalmente ainda os seus proprietários, e, sobretudo Alberto, por vezes vai até à plantação, e realiza ainda uma ou outra pequena tarefa. No entanto quer as tarefas de gestão quer de execução de trabalho das áreas florestadas, estão já sobretudo a cargo dos filhos.

“Às vezes vai-se até lá; ...Quando vou, vou a pé (...) levo aí meia hora a pé. Vamos trabalhando um pouquinho, tirar umas ramas, por aí (...) o filho que está aqui na aldeia vai lá lavar e assim...manda-o o outro (o de Lisboa) eles que se entendam. Eu num mando, eles que se entendam. Nisso não haja dúvida, entendem-se todos bem.”

Para além do já referido entendimento entre irmãos de modo a que os que estão mais próximos assegurem o que for necessário, na ausência dos restantes, há a salientar as visitas regulares, dos que vivendo mais longe vão regressando.

“O meu filho de Lisboa vem no verão, e vem sem ser no verão. Até anda a acabar de fazer uma casa cá. Vem no verão e vem no Natal... quando calha e pode vir, na Páscoa também vem, mas por poucos dias – depende das férias que lhe dão....”

Caso II Concelho de Miranda do Douro



António e Alda (81 anos e 76 respectivamente) estão ambos reformados: ele da actividade de carpinteiro, que exerceu na aldeia, ela reformada da agricultura. Têm três filhas e um filho. Duas das filhas vivem em Lisboa, a terceira está na aldeia; o filho vive e trabalha em Bragança.

À semelhança do caso anterior, os proprietários, já cansados e impossibilitados de prosseguirem com os trabalhos da agricultura, resolveram dividir as terras pelos filhos, podendo assim estes desde já decidir a sua ocupação e orientar gestão do património.

“Entreguei a terra, foi na altura que aqui a floresta começou a dar...Eu já tinha acabado com as vacas, já não me encontrava capaz de trabalhar... de maneira que entreguei tudo a eles, e deixei.

Quando tinha vacas tinha aí umas quatro ou cinco, eram mirandesas... Já deve haver mais de uma dúzia de anos que entreguei...que deixei a agricultura...Deixei de fazer tudo. Pronto! As vinha também as entreguei a eles...mas eu vou por lá, eu é que tenho que as tratar.”

“Eu agora já não tenho nada [agricultura] que dei tudo aos filhos, a agricultura que tinha, terras e tudo, dei tudo aos filhos.... Eu fiz-lhes a divisão, que a mim me pareceu de modo que não ficassem uns a rir e outros a chorar. Concordearam, deitaram sortes...cada um ficou com o seu (...) Sabe porque é que entreguei [aos filhos]? Porque os que estão em Lisboa não estava a valer isto aqui assim quando vêm, mesmo as filhas deles já sabem, já têm, e livram-se de andar com lérias (...)

A coisa da ideia da floresta foi do meu rapaz, porque estavam aqui os terrenos, eu já não os lavrava, eles não os vinham a lavar, ...os terrenos andavam aqui para que era? Só para os gados dos outros? Então pelo menos a ver se vimos alguma coisa.

Eu concordei.

E agora é que entregaram tudo à floresta. Eu faço, [uma horta] mas a terra onde faço a horta é da [filha] mais velha. Fazemos nós pela horta, ela não está aqui...; colhemos também batata.

Recebimento à perda de Rendimento: Vem em meu nome mas depois divido por todos...Eu nunca recebi um tostão disso. Vem para mim porque os prédios ainda estão em meu nome. Mas depois quando eles vêm eu dou-lhes o que lhes pertence...”

Neste caso a resolução da florestação estendeu-se às terras pré-dividas por todos os filhos. À semelhança do caso anterior, António e Alda fazem ainda uma horta e trabalham também um pouco na manutenção na floresta, sobretudo em podas e desramações. As lavouras estão a cargo da empresa.

4.4.2 - Relações técnicos versus proprietários

Ainda no âmbito das relações intergeracionais, uma nota acerca da relação estabelecida entre os proprietários florestais e os técnicos das empresas e das associações de produtores florestais. De facto, os referidos técnicos são jovens, com uma idade média à volta dos 30 anos, por oposição aos proprietários analisados, cuja idade média é de 62 anos. Encarando a floresta por dois prismas completamente díspares, estes dois tipos de actores tendem a actuar e a avaliar os efeitos do trabalho dispendido com a floresta de forma diversa. Por um lado, os proprietários, são extremamente ciosos da saúde e do crescimento de cada árvore do povoamento florestal. Tendem assim a ser extremamente minuciosos nos cuidados e, consequentemente, exigentes nas tarefas contratadas à associação e à empresa. Neste estudo, como já vimos, são de facto frequentes as situações (60%) em que a que os proprietários contratualizaram previamente a manutenção da floresta plantada, assegurada directamente pela empresa, abdicando assim da subvenção correspondente a favor desta. No entanto, também nestes casos é muito frequente, como se disse, que os proprietários trabalhem ainda nas áreas florestadas para superarem, ou pelo menos minorarem, as insuficiências que apontam aos serviços prestados.

Tal atitude, não é tanto de desconfiança, no sentido de considerarem que há desonestidade por parte dos técnicos, mas mais uma apreciação diversa da mesma realidade a que por vezes, eles próprios, atribuem aos diferentes campos de acção em que se encontram, e que justificam assim pontos de vista também eles diversos.

Do ponto de vista das competências técnicas, em relação às instituições em análise (e em particular aos seus técnicos e ou dirigentes), há um reconhecimento das capacidades e dos conhecimentos e um contínuo requerer de apoio, esclarecimento e aconselhamento por parte dos proprietários florestais analisados. Tal não quer dizer que, com alguma frequência, não discordem do que foi decidido e do modo como foi executado. A este propósito, são esclarecedores os comentários que amiúde surgem sobre a escolha das espécies florestais e a sua adequação aos terrenos por que foram distribuídas, e ainda quanto à falta de adequação dos momentos escolhidos para a realização das múltiplas intervenções nos povoamentos.

As argumentações dos técnicos são por eles conhecidas, reproduzidas e logo de seguida refutadas.

No entanto são de salientar, por um lado, o contínuo apoio técnico requerido, e, por outro lado, o que já foi pedagogicamente inculcado no sentido da alteração de práticas culturais menos adequadas ao combate a determinadas doenças nas árvores (cujo exemplo mais expressivo é o respeitante à tinta do castanheiro, como adiante se verá).

O recurso ao apoio técnico e técnico/administrativo é, logo à partida, determinante aquando da elaboração do projecto. Para tal são garantidos levantamentos topográficos (através de técnicas de GPS) e a análise de terras. A estes procedimentos, alguns dos quais são necessários à elaboração do projecto propriamente dito, dificilmente estes agricultores teriam acesso de outra forma, e sobretudo a baixo custo. De notar ainda que as análises de terras são com frequência repetidas quando a plantação está já consolidada, permitindo o aconselhamento de adubação tendo em conta as necessidades específicas dos diferentes povoamentos. Por outro lado, o parecer acerca das plantas a comprar e da sua qualidade, é também importante na protecção prestada face às inúmeras tentativas de comercialização de árvores em más condições sanitárias e de crescimento, isto por parte de viveiristas menos escrupulosos. É por isso também importante o conselho relativamente a fornecedores idóneos, ou simplesmente acerca da qualidade das plantas a comprar.

Os pedidos de aconselhamento técnico acerca, por exemplo, de como devem ser feitas as podas e desramas, e a preservação da sanidade dos povoamentos, entre outros, são também prova da importância que no terreno têm os técnicos para estes proprietários florestais. Estes, sentindo a fragilidade dos seus conhecimentos acerca de várias questões silvícolas, dispõem-se a receber formação propositadamente organizada⁹⁶ neste âmbito e requerem-na mesmo em diversos temas.

Em relação ao castanheiro, cultura antiga na região, e cuja doença da tinta representa hoje uma ameaça aos soutos, a formação e acção pedagógica desenvolvidas no terreno têm, sem dúvida, contribuído para ir mudando hábitos arraigados que têm estado na base da propagação daquela doença. Sendo uma doença que ataca as raízes, as contínuas mobilizações do solo feitas nos soutos contribuem para a sua disseminação a outros castanheiros. As recomendações vão no sentido de se reduzirem ao mínimo as mobilizações. Face a tais orientações, há uma enorme resistência dado o aproveitamento da castanha, como já vimos, quer nos soutos enxertados, quer nos hipoteticamente plantados apenas para aproveitamento

⁹⁶ A *Arborea* inclui na sua acção a realização de cursos de formação para os seus associados, tendo mesmo recorrido a inquirição junto destes para averiguar das necessidades de formação, interesse e principais temas a abordar.

de madeira. De facto, há a percepção de que a colheita necessita de um certo grau de limpeza do terreno onde vão cair e abrir os ouriços, e de onde depois se recolhe a castanha. Assim, a prática destas mobilizações do solo está também associada à imagem do souto limpo e bem tratado que se foi consolidando. No entanto, alguns progressos têm sido conseguidos: de um modo geral o número de lavouras nos soutos diminuiu e há quem pense em investimentos em roçadores e destroçadores de mato, que permitirão evitar as mobilizações de solo, controlando o mato no sob-coberto.

A hipótese de recurso a mão-de-obra especializada e a baixo custo, personificada nas equipas de sapadores florestais (constituídos no âmbito da empresa, e da associação de produtores) é também motivo de grande aceitação e interesse por parte destes proprietários florestais.

De entre os inquiridos há quem já utilize esta fonte de mão-de-obra especializada, mas mesmo para os outros, que no futuro possam não prosseguir os trabalhos na floresta (seja total ou parcialmente), este recurso é precioso e constitui uma garantia de uma floresta tratada e preservada, num contexto de escassez generalizada de mão-de-obra em meio rural.

Uma última nota acerca da actividade destes técnicos no terreno: para lograrem alcançar os seus objectivos realizam um enorme trabalho de animação e de extensão rural, desde logo para convencer agricultores e proprietários a florestar segundo as normas requeridas pelas medidas de financiamento. Depois, para prestarem o acompanhamento técnico com vista à correcta execução de tarefas, bem como para tentarem inculcar pedagogicamente as melhores práticas, à luz dos mais recentes desenvolvimentos da silvicultura. Todo este trabalho moroso, de pormenor porque desenvolvido junto de um grande número de interlocutores, com uma ainda maior pulverização de parcelas de terreno a florestar, é ainda pautado pela compreensão e negociação permanente, resolvendo as inúmeras divergências surgidas, só a bem ultrapassáveis, uma vez que a última palavra, a decisão, é sempre do proprietário das terras.

5 – Criação de Mirandesas e Florestação de Terras Agrícolas: apreciação em paralelo dos agricultores idosos nas duas orientações da produção

Depois do estudo de idosos criadores de vacas mirandesas e de idosos também residentes em meio rural que florestaram terras agrícolas, propomo-nos agora proceder a uma síntese. Assim, integrando a informação obtida para este conjunto de agricultores idosos, tentaremos também caracterizá-los nas suas diferenças.

A continuidade e as rupturas que pudemos observar, sobretudo pelo facto do estudo incluir agricultores com um leque alargado de idades, levam-nos também a centrar a atenção nas mudanças operadas ao longo do tempo, encaradas estas em múltiplos planos. Desde logo, o das mudanças que vêm com a idade: a nova condição de pensionistas face a uma situação anterior de contribuintes da Segurança Social. Depois, as adaptações no modo de execução do trabalho propriamente dito: novas formas encontradas no sentido de facilitar as tarefas mais penosas e também diferentes compromissos que permitam garantir, ainda que de forma esporádica, contribuições em mão-de-obra de familiares e vizinhos. Por fim, a mudança ao nível das actividades e ocupações: a redução da dimensão das actividades agrícolas praticadas; em determinados momentos e situações, o abandono (no sentido de cessação) de determinadas produções agrícolas; outras vezes transformações ao nível da orientação produtiva, quer na sequência de um abandono já verificado no passado, quer também como o resultado da soma de alterações graduais e contínuas ao longo do tempo.

5.1 – Idades dos idosos em Meio Rural: criadores de vacas versus proprietários florestais

Uma primeira comparação que se impõe entre os dois conjuntos de agricultores estudados é a relativa às idades. Os Quadro 5.1 e Figura 5.1 mostram esta informação.

Quadro 5.1 – Idade dos criadores de mirandesa e proprietários florestais, por sexo

Idosos agricultores	Idade (anos)			Nº Total de indivíduos
	Média	Máxima	Mínima	
Criadores de Mirandesa				
Mulheres	62	79	48	21
Homens	66	85	55	21
Total	64	85	48	42
Com Projecto de Florestação de Terras Agrícolas				
Mulheres	67	90	51	20
Homens	70	85	55	24
Total	69	90	51	44

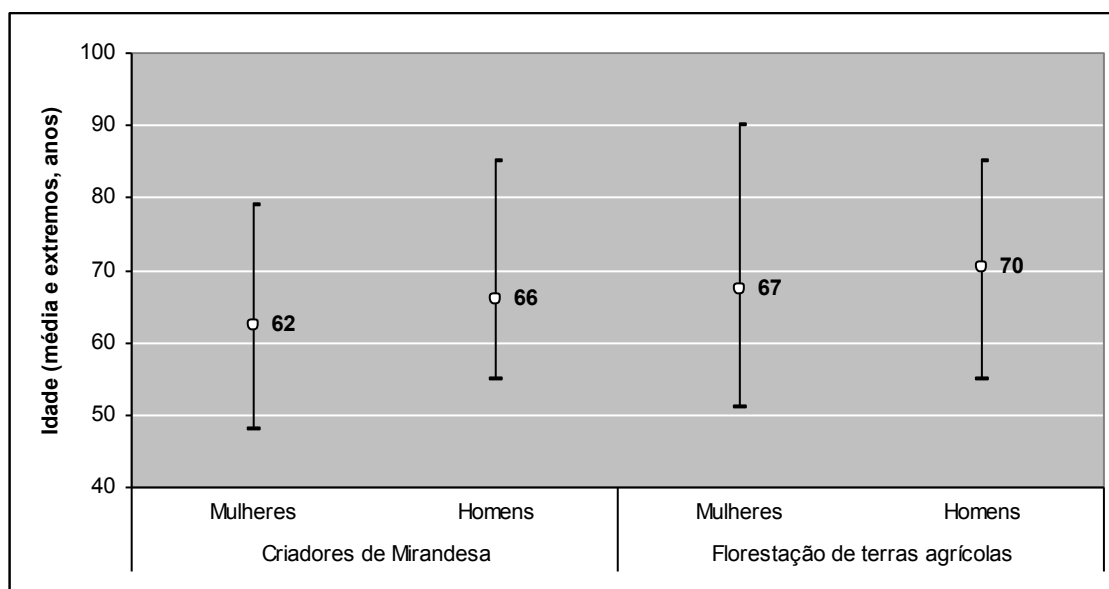


Figura 5.1 – Idades (média, máxima e mínima) de criadores de mirandesas e proprietários florestais, por sexo

Vê-se claramente que, em média, os criadores de vacas mirandesas têm menos idade do que os indivíduos que florestaram terras agrícolas (64 anos contra 69). Para os primeiros a média de idades é de 62 anos nas mulheres e de 66 anos nos homens; no segundo caso as médias de idades aumentam para os dois sexos – 67 e 70 anos, respectivamente.

5.2 – De contribuintes da Segurança Social a Pensionistas

Analisaremos de seguida as situações relacionadas com a existência ou não de pensão de Reforma. Os casos reconhecidos entre os inquiridos vão desde o do pagamento das contribuições para a Segurança Social (situação de não reforma), à da acumulação da condição de reformado com actividade, aqui apenas agrária, passando pelo acumular de várias pensões de reforma em face de contribuições para diferentes sistemas de Segurança Social ao longo do período activo. Por fim serão ainda caracterizadas as relações estabelecidas pelos inquiridos com os serviços da Segurança Social.

5.2.1 – Actividade agrária acrescida ou não de pensão de reforma

No Quadro 5.2 e na Figura 5.2 comparam-se, relativamente às duas actividades consideradas, os inquiridos já reformados com os não reformados. Também aqui há uma separação nítida entre os criadores de mirandesas – com significativamente menor proporção de reformados (59%) – e os que florestaram terras agrícolas em que os reformados são 84% da totalidade dos inquiridos. Esta constatação é explicada, em parte, pelas diferenças de idade encontradas, já que, tendencialmente, num grupo de mais velhos haverá mais pensionistas.

Quadro 5.2 – Criadores de mirandesas e proprietários florestais reformados e não reformados por sexo

Idosos agricultores	Reformados	Não Reformados	Total
<i>Criadores de Mirandesa</i>			
Mulheres	7	14	21
Homens	16	5	21
Total	23	19	42
<i>Com Projecto de Florestação de Terras Agrícolas</i>			
Mulheres	15	5	20
Homens	22	2	24
Total	37	7	44

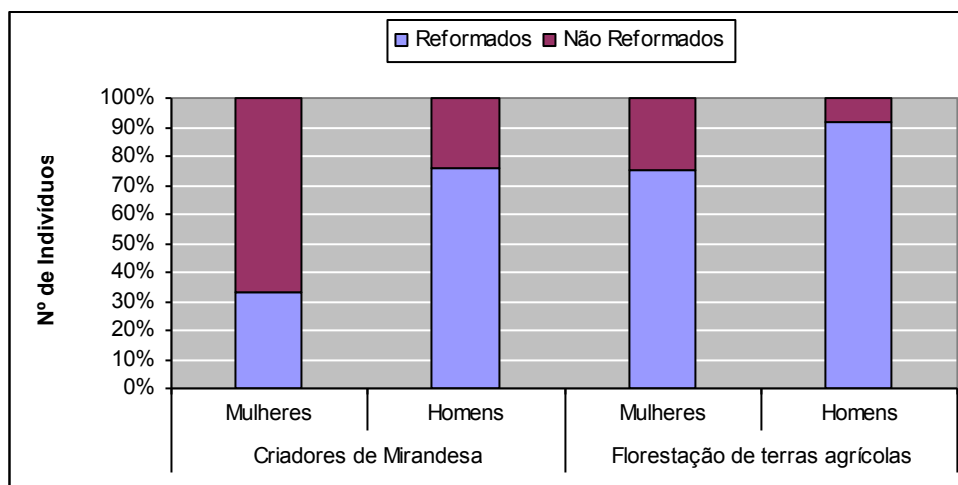


Figura 5.2 – Proporção de reformados e não reformados entre os criadores de mirandesas e proprietários florestais (apuramento por género)

No entanto, nem só a idade explica o fenómeno. De facto, inquiridos acerca da continuidade de criação de vacas mirandesas, no já descrito maneio tradicional, os idosos nas suas respostas apontam outros aspectos da questão. Uma delas é a insuficiência dos rendimentos para o sustento familiar que a cessação da criação de mirandesas acarreta e que procuram contrariar, designadamente por meio de uma redução progressiva dos efectivos. Desta tendência forte nos dão conta os extractos de entrevista seguintes:

"Continuamos com as vacas mirandesas porque a gente também tem que fazer alguma coisa senão não se governa..."
(agricultora de 59 anos, casada, não reformada, aldeia do concelho de Bragança.)

" Não acabei com as vacas todas porque pensei tirar algum lucro delas. Esta tinha um vitelo (já grandito!), e eu pensei assim, bom vai ficar, vou fazer o subsídio dela, e vou fazer algum dinheiro com ela, o vitelo depois também vou fazer o subsídio e a partir daí fica o vitelo e à mãe, mais tarde vende-se o vitelo e fica a mãe que volta a ser coberta (já está agora!). A partir daí, eu não tenho reforma, a minha mulher não tem reforma, temos que arranjar algum ... é isso"
(agricultor de 63 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança.)

Note-se ainda que os não reformados, para além de não beneficiarem duma fonte de rendimento mensal (que representa também uma possibilidade de liquidez), têm de pagar todos os meses as contribuições para a Segurança Social, o que, no quadro da reduzida dimensão económica das respectivas explorações agrícolas, constitui um encargo pesado. Pode concluir-se, então, que os agricultores idosos não

reformados com criação de gado mirandês, não podem permitir-se cessar esta actividade. Com efeito, é-lhes fundamental o rendimento obtido com a venda dos vitelos, para vir a alcançar a tão desejada reforma.

Assim se explica, por exemplo, que numa das casas inquiridas a mulher continue nesta actividade, que já lhe pesa, sem o apoio do marido, doente e reformado por invalidez. Para além da sua própria contribuição para Segurança Social que tem que pagar, há ainda os estudos da filha que requerem maior folga nos rendimentos.

“ (...) mas do que fabricamos cá na lavoura, para mim parece-me que é talvez o que ao fim fica mais um bocadinho mais livre, além de a mulher se queixar que lhe dão [as vacas] muito trabalho...”

(agricultor de 59 anos, casado, reformado por invalidez, aldeia do concelho de Bragança.)

Ou seja, o pagamento das contribuições para a Segurança Social ao envolver montantes importantes de dinheiro a dispensar mensalmente, parece ser argumento de peso na continuidade desta actividade. O dinheiro realizado com os vitelos é um dos rendimentos com maior expressão e assim um contributo importante para fazer face aos referidos encargos.

Claro que não pode dizer-se que uma vez reformados os agricultores cessem automaticamente a criação das vacas. No entanto essa tendência está expressa nos dados apresentados, dado que como se viu é menor a expressão dos reformados entre os criadores de vacas mirandesas.

5.2.2 – O pagamento da Segurança Social

Da inquirição efectuada, vários foram os depoimentos acerca do pagamento das prestações da Segurança Social, das reformas auferidas pelos actuais pensionistas, do deficiente atendimento e informação menos correcta por parte dos serviços de Segurança Social, enfim das múltiplas questões relacionadas com as políticas sociais. Deles daremos conta, sucessivamente, aqui e nas duas subsecções seguintes.

À data de inquirição, um trabalhador agrícola que efectuassem a totalidade de descontos da sua actividade pagava mensalmente (por indivíduo) um montante um pouco acima dos 100€ (cerca de 110€). Em explorações em que ambos os elementos do casal se encontrassem ainda em regime contributivo o encargo mensal de mais de

200€ constituía uma despesa por vezes incomportável, dado o nível de rendimentos que a actividade agrícola proporciona.

Constatamos casos de famílias em que, por longos períodos, ou mesmo sempre, apenas um dos elementos do casal fez os descontos para a Segurança Social, exactamente por ser impossível para o orçamento familiar arcar com os descontos mensais relativos a duas pessoas.

*"Ele está reformado, eu não, que nunca descontei para a segurança social (...)
Todos os meses 20 contos. Já viu? Aonde é que nós nos aguentávamos a pagar
rendas, [das terras] a criar filhos e os dois a pagar esse dinheiro...Quantas vezes
para pagar a dele tive que o ir pedir que o não tinha. Depois claro era bonito, não
era, daqui a um tempo, se me reformara, podia até já me reformar, era bonito, pois,
mas onde é que a gente se aguentava?"*

(agricultora de 64 anos, casada, não reformada, aldeia do concelho de Vinhais.)

*"Ela desconta para a segurança social, mas só depois de eu estar reformado; há
cerca de um ano. Pago por mês quase 23 contos. Dantes pagava só eu, os dois ao
mesmo tempo não dá."*

(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

*"Os descontos, agora para quem trabalha na agricultura são pesados. Porque o
agricultor não ganha ordenado nenhum, o agricultor pequeno está muito longe de
ganhar o ordenado mínimo. Agora desconto consoante o ordenado mínimo, que é
falso isso, é errado, vão fazer sacrifício...Já viu um casal, em que trabalhem os
dois, estão os dois a pagar 40 e tal contos por mês...ora eles podem não ganhar
para isso. Claro ganhar isso para além do sustento deles. "*

(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

5.2.3 – As várias reformas

Entre os respondentes idosos encontrámos vários que estiveram emigrados por períodos mais ou menos longos. Muitos deles fizeram descontos no país de acolhimento tendo por isso agora a reforma respectiva. Regressando com frequência à aldeia natal e à agricultura, ainda em idade activa, passaram a descontar para a Segurança Social em Portugal. Nestas situações, em regra, acumulam duas pensões e, por tal facto, a nacional é reduzida.

*"E quando vier a reforma de França ainda me descontam deste. Aí é que está mal! Aí
é o que os emigrantes se deviam revoltar...porque se eu tenho direito (e não sou só
eu: os emigrantes). Ao vir a de França vão-me tirar para aí 50 a 60 €. Não tinham
nada que fazer isso porque nós descontámos também o tempo cá. (...). Isso é que
está mal!"*

(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

No geral, as reformas auferidas por via da emigração são mais valiosas do que as nacionais. Exceptuam-se os casos em que o período de emigração foi muito curto,

ou as situações em que a opção tomada foi a de receber uma “indenização”, em vez da reforma a que haveria direito mais tarde. Sobretudo as mulheres optam com frequência por não fazer descontos no país de emigração. Nesses casos não têm agora qualquer reforma relativa ao período de trabalho enquanto emigrantes, trabalho esse que amiúde consistia na prestação de serviços de limpeza e ou outras tarefas domésticas.

Para além dos que sempre trabalharam na agricultura e dispõem agora da reforma correspondente, há quem tenha tido várias outras profissões e feitos os respectivos descontos, recebendo portanto como pensionistas montantes de maior importância. Dentre estes têm particular expressão os que foram guardas ou polícias e também os que aliaram a actividade agrícola a pequenos comércios ou a actividades no âmbito da carpintaria, alfaiataria e ofício de sapateiro, entre outros.

5.2.4 – As relações com os serviços de Segurança Social

Foram recolhidos múltiplos depoimentos que indiciam a ocorrência de complicações várias no relacionamento dos idosos inquiridos com os serviços da Segurança Social, a saber: a prestação de informação deficiente ou, pelo menos, não suficientemente explicitada; o desaparecimento de documentos; erros na documentação requerida pelos utentes. Os erros aludidos incluem alterações nos nomes e no tempo de descontos e têm evidentes consequências nos montantes das reformas, ou mesmo no seu não recebimento.

"Eu também descontei e já estou reformada, mas sabe o que me acontece com a minha reforma? Meti os meus papéis para a reforma, [em Janeiro de 2002] faz neste mês dois anos. Depois, fui logo chamada à Junta Médica no mês de Agosto. Só que eu meti os papéis e fui à Junta médica e continuei sempre a pagar até saber se estava reformada ou não. Depois ainda paguei Agosto e Setembro, sempre a pagar até ao fim...e depois tinha que pagar em Outubro até ao dia 15. Só que aí a minha filha e o meu genro têm um amigo que se interessou de saber, como era, se ou estava já reformada ou não, antes da Segurança Social me avisar.... Então ele lá esteve na Segurança com o meu processo e disseram-lhe que sim, que eu já estava reformada. E ele disse à minha filha: Diga-lhe à sua mãe que vá à Segurança Social, a Vinhais, e que diga que não paga mais (mas que não diga que sabe que está reformada..., porque eles só podem dar estas notícias através deles...). Então eu passei lá e disse-lhes, às empregadas: Olhe, eu vou deixar de pagar...

- Porquê?

- Olhe, a reforma do meu marido é pequenina, eu estava a receber do meu marido (24 contos), pago para aqui 22 e meio, não fica nada....

- Então e se fica mal?

- Olhe se ficar mal, dou-o depois junto. Pago depois junto. Paciência!

Deixei de pagar. Só que tinha que ter assinado um documento que era a cessar a actividade. Mas não o assinei logo porque não mo deram. Depois ainda antes de me mandarem a carta do Fundo Nacional de Pensões a dizer que tinha ficado bem (que tinha sido aprovada a reforma) ainda me mandaram a carta de Bragança, da Segurança Social, para pagar uma multa de 74 € por não ter metido aquele documento. Eu fui pagar essa multa, a Vinhais, à Caixa Geral de Depósitos. Daí a poucos dias recebo então a carta da Segurança Social, que tinha ficado bem, e que a partir de Novembro de 2003 que tinha a minha reforma. Não tenho. Onde me diziam que a minha reforma era de 200€. Só que até hoje (Janeiro de 2004) ainda não vieram. Quer dizer só me dão (agora cresceu um bocadinho, pouco, uns 3€), 24 contos; mas noutro computador, indo lá à Caixa, para que me dêem a minha pensão dá lá no computador, a sua reforma é de 200 euros. Eu vou lá à Segurança Social e dizem: a sua reforma é de 200€. Só que como aquele documento entrou fora de prazo eles exigem que me estão a descontar...Quando me mandaram o primeiro dinheiro mandaram-me à volta de 200 contos, e agora em Dezembro, neste que passou, (2003), mandaram-me os atrasados (1000 e não sei quê euros) e declaram numa carta que me mandam, que a minha reforma é de 200 euros, (que são 40 contos). Vou ontem à Caixa e tenho lá 123 €, portanto a minha reforma ainda está como estava. Ainda não me dão os 200€. Não sei, não sei. Já tive uma pessoa aqui vizinha que mora-lhe um filho em Lisboa, que foi lá pessoalmente à Caixa e disseram-lhe:

- Olhe a Senhora, a partir de Novembro, vai receber a pensão dela direitinha."

(agricultora de 63 anos, viúva, aldeia do concelho de Vinhais.)

Outra das queixas apresentadas com alguma frequência tem a ver com as reformas de invalidez, no dizer dos interessados, nem sempre correctamente avaliadas. Em regra, as questões prendem-se com o grau de invalidez que é atribuído ao idoso e, assim, com o valor da reforma.

Os inquiridos referem também a importância de ter alguém conhecido nos serviços, e muitas vezes recorrem aos filhos e à sua rede de amigos e conhecidos. Por norma, são os bons ofícios destes que conduzem ao aconselhamento apropriado, à correcta condução do caso, enfim, ao esperado sucesso de toda a tramitação do

processo. O exemplo acima transcrito ilustra o que tentamos aqui sintetizar, embora se trate de um caso em que as várias intervenções não lograram ainda atingir o resultado desejado.

5.3 – Da Criação de vacas mirandesas à Florestação de terras agrícolas

Como vimos, confrontando os elementos dos dois tipos de agricultores idosos entre si (criadores de vacas mirandesas e proprietários de terras agrícolas florestadas), tendencialmente os primeiros são ainda muito mais activos do que os segundos. De facto, como mostrámos, a própria natureza das duas actividades consideradas, encerra em si necessidades de incorporação de trabalho muito diversa, sendo a criação de vacas mirandesas uma ocupação que implica tributos em trabalho de muito maior monta, bem como uma distribuição do trabalho ao longo do tempo, se bem que diversificada, muito constante nos volumes totais que implica em cada momento. Esta actividade supõe também quotidiana presença e envolvimento nas tarefas que lhe são inerentes.

Com a floresta, se bem que também haja ocupação, o trabalho é mais ocasional e concentrado em certas épocas, deixando maior liberdade a quem dele se ocupa. Ou seja, o produtor idoso pode afastar-se da esfera produtiva, com frequência e por períodos mais ou menos longos.

Face às possibilidades de observação permitidas pelo largo intervalo de idades da população estudada (que incluiu não apenas idosos mas também o que designámos de pré-idosos – indivíduos entre os 55 e 65 anos) e dada a tendência verificada entre os idosos agricultores inquiridos para diminuir progressivamente o seu contributo em trabalho, facilmente se compreende que, nos seus percursos individuais, se perfila a conversão de uma actividade na outra. Acabam-se as vacas, diminui a agricultura, abandonam-se as terras, floresta-se.

Sinais desta evolução emergem dos depoimentos dos actuais criadores idosos e *pré-idosos*, que pensam, a prazo, acabar com a criação de gado mirandês, tendo alguns mesmo diminuído já os efectivos bovinos. Referem também com frequência que quando acabarem com a criação das vacas se passarão a dedicar exclusivamente ao cultivo de uma pequena horta para auto-consumo e às culturas permanentes mais rentáveis, isto é, os olivais e sobretudo os soutos. Por vezes, como na transcrição abaixo, indicam também a opção de florestação de terras agrícolas.

"Quando eu parar ninguém vai pegar nisto aqui...Embora possam fazer pelas oliveiras, pelos castanheiros, pelas vacas não...Isto vai ficar tudo em silvas...Já pensei várias vezes em fazer um projecto florestal (...)"

(agricultor de 57 anos, casado, não reformado, aldeia do concelho de Bragança.)

"Passei a ter menos vacas não foi por causa da floresta, foi mais por causa da mão-de-obra. A gente foi ficando velho, o pessoal foi-se, como é que era?"

Em 95 quando fiz o projecto [florestal] tinha ainda 4 vacas, e já tinha tido mais, (...), mais de 10."

(agricultor de 71 anos, viúvo, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

"Para mim a floresta foi melhor do que continuar com tanta agricultura. Eu tinha os lameiros lá, muito perto do povo, lameiros bons para regar, água todo o verão, mas isso é preciso andar atrás das vacas. Era uma prisão, e era preciso apanhar-lhes de comer...havia que as levar à ordenha todos os dias. O leite também já compensou mais do que agora, O cereal também baixou muito. Antes do leite tínhamos as Mirandesas – 7 ou 8"

(agricultor de 63 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Nas transcrições acima estão em contra-ponto os já referidos agricultores ainda com vacas mirandesas que falam em, a breve trecho, cessar esta actividade, e os agricultores que procederam à florestação de terras agrícolas, sobretudo depois de terem terminado com as vacas (há mais ou menos anos). Ou seja, temos a expressão de dois momentos distintos no tempo.

"Florestamos porque estavam [as parcelas] de mato e aquilo para arder é fácil, e assim pensamos em na fazer [a floresta] ...Havia poucos anos talvez uns 4 ou 5 anos que já não fazíamos lá centeio. As vacas já as deixámos para aí há 7 ou 8 anos.

(agricultor de 70 anos, casado, reformado, aldeia do concelho de Vinhais.)

Ao cessar a actividade pecuária, dada a dificuldade, ou impossibilidade, de arrendar as terras assim libertadas (lameiros, e terras de cultivo de cereal e de outras forrageiras), a florestação surge como uma ocupação possível que permite a identificação e valorização do património fundiário.

5.3.1 – Calendário de actividades de duas casas agrícolas com e sem vacas

Depois desta síntese em contraponto das actividades *Criação de vacas mirandesas*, *Florestação de terras agrícolas* por agricultores idosos em Trás-os-Montes importará retornar aos calendários de actividade das duas casas agrícolas de idosos apresentados no capítulo 3. Relembre-se que aí se registaram as principais actividades em cada mês destes dois criadores de vacas mirandesas, cuja casa agrícola se caracterizava também pela existência de áreas importantes de olival e de souto. Assim, as principais actividades identificadas nos vários Orçamentos-Tempo, em cada mês, compreendiam as diferentes tarefas com o souto e olival que

terminavam com a colheita da castanha e da azeitona, respectivamente. Todas as tarefas realizadas com o manejo das vacas e vitelos e o respectivo aprovisionamento forrageiro também foram assinaladas. Acresciam a estas, o trabalho nas hortas (nas quais, como já referido, com frequência se obtêm ainda alimentos para os animais), e as ocupações com as outras espécies animais.

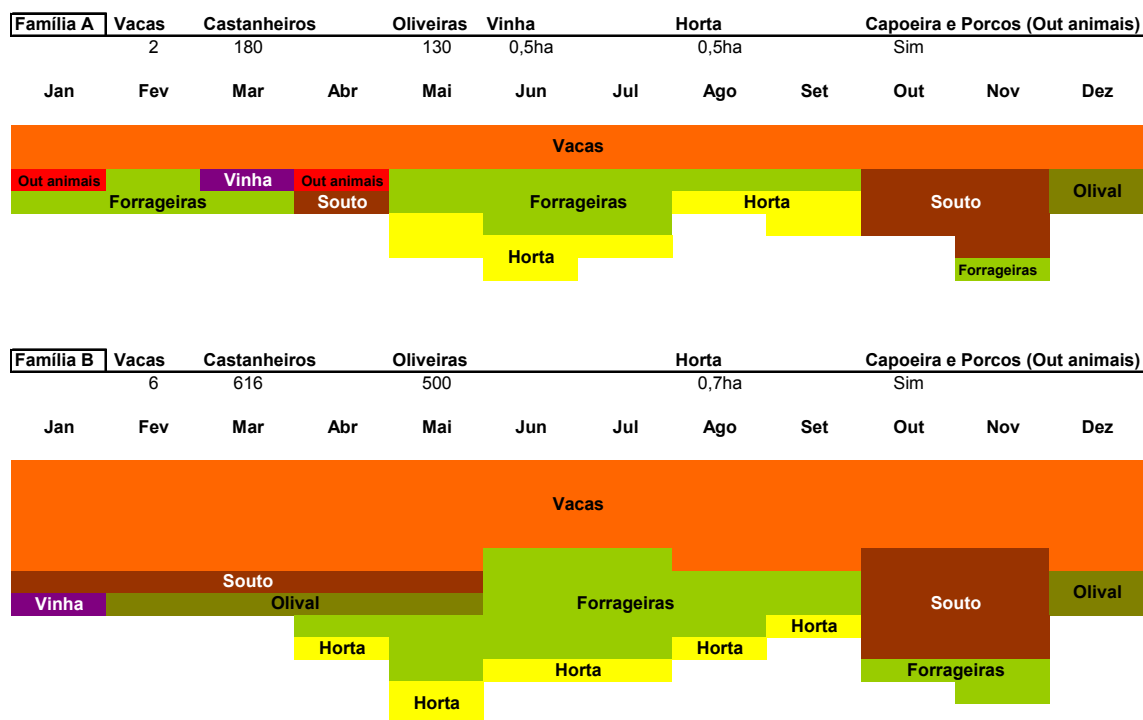


Figura 5.3 – Distribuição ao longo do ano das diversas categorias de tarefas produtivas de duas casas agrícolas

Na Figura 5.3 tentamos para as diferentes categorias de actividades atrás mencionadas representar aquelas cuja realização foi mencionada em cada mês do ano⁹⁷.

Distinguem-se nos esquemas as actividades continuadas no tempo das sazonais. Em boa parte do ano, em ambas as casas-explorações agrícolas, o trabalho dedicado às actividades directamente relacionadas com a criação e bovinos domina no conjunto das actividades da exploração. Referimo-nos `a actividade “Vacas” (que ocupa o ano inteiro), à actividade “Forrageiras” (não registada apenas em três meses do ano) e à actividade “Hortas” (com carácter sazonal mas ocupando no ano períodos alargados e

⁹⁷ Na construção dos esquemas apresentados, tomou-se em consideração uma “escala de intensidade” no trabalho dispendido em cada actividade e mês indicados. Esta “escala” constitui uma aproximação interpretativa do registado nos Orçamentos-tempo e corresponde à espessura das linhas coloridas que atravessam transversalmente o esquema. Concorreram para esta interpretação os elementos quantitativos constantes nos registos.

de grande intensidade de trabalho). As restantes actividades assinaladas (“Souto”, “Olival” e “Vinha” e “Outros animais”) figuram com carácter sazonal⁹⁸.

Tendo presentes os calendários de actividade apresentados, pode figurar-se o seguinte exercício, cujo propósito mais adiante se explicita: imaginar o preenchimento de cada um dos meses, se nestas explorações cessar a actividade gado bovino, o que se mostra na Figura 5.4. Relembre-se que, para além do maneio directo dos animais, já detalhadamente descrito ao longo deste texto, também as principais actividades associadas à produção forrageira e a extensão e variedade das hortas tenderão a cessar nuns casos, e a reduzir-se muito, noutros.

⁹⁸ As actividades “Olival”, “Souto” e “Vinha”, sendo de culturas permanentes, têm de facto as diferentes operações culturais concentradas em determinadas épocas do ano (colheita, podas e lavouras dentre as mais importantes). No caso da “Vinha”, a referência ao trabalho da vindima não apareceu aqui, dada a pequena dimensão das parcelas da cultura e a pouca importância relativa desta tarefa numa época em que predominam já os preparativos para as lavouras Outono-invernais e para a apanha da castanha. Relativamente às ocupações com os “Outros animais” na exploração agrícola (essencialmente capoeira e porcos), a sua menção resumiu-se aos períodos de maior intensidade de trabalho, ou seja às matanças e respectiva preparação do fumeiro, pelo que assumem aqui um aparente carácter sazonal.

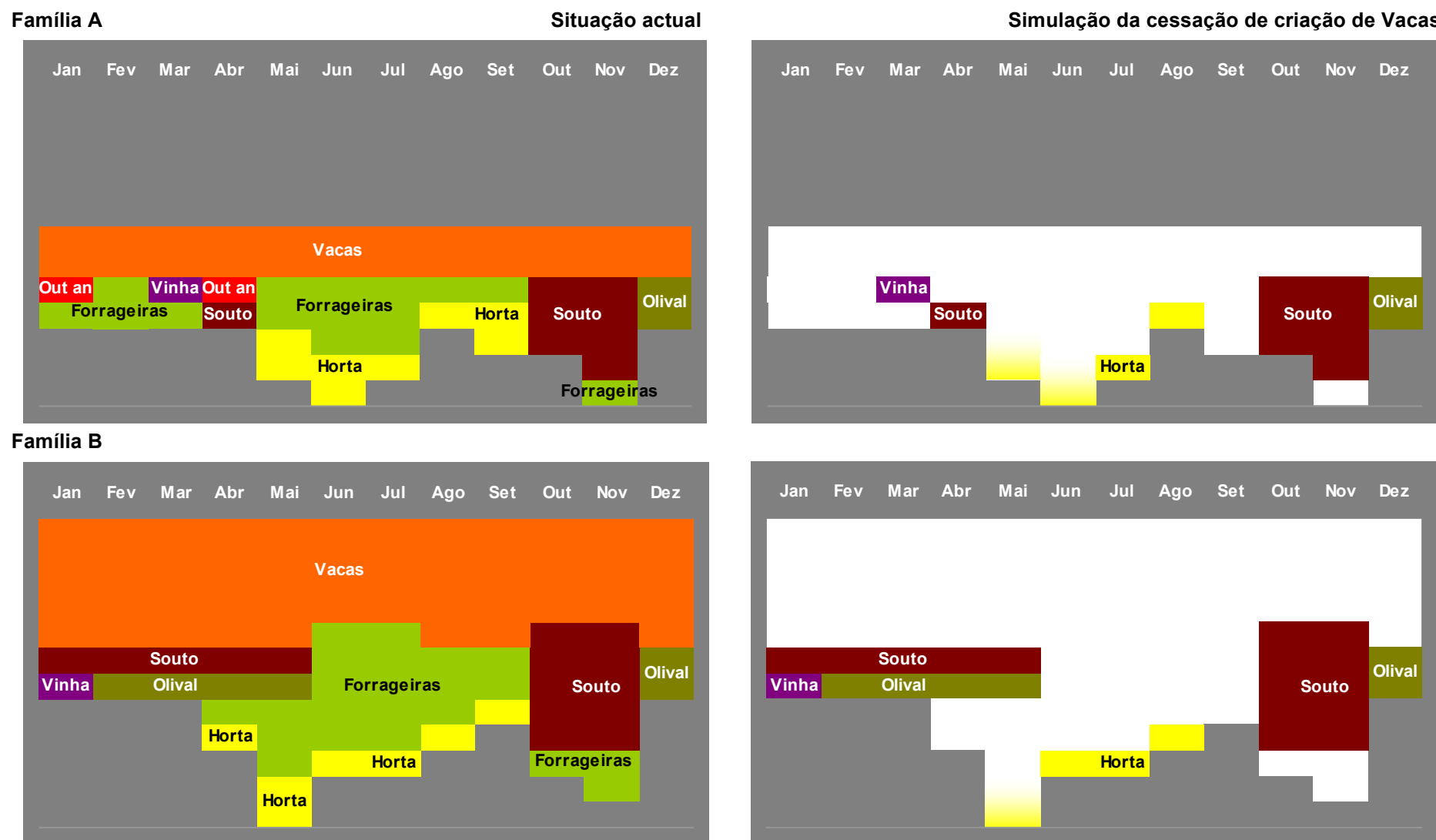


Figura 5.4 – Distribuição ao longo do ano das diversas categorias de tarefas produtivas de duas casas agrícolas: situação actual e simulação da cessação de criação de Vacas

Tal exercício permite perceber o alcance da mudança nas explorações agrícolas que optarem por esta via: há de facto uma redução drástica no número de tarefas a executar cada mês, quotidianamente (levar as vacas ao lameiro, tratar da alimentação dos vitelos, e das vacas no estábulo, tratar das camas destes animais...), bem como todo o trabalho com as culturas forrageiras expressamente cultivadas para os alimentar. Desde as mobilizações do terreno para as sementeiras, às sementeiras propriamente ditas, e sobretudo às colheitas destas culturas, há um volume de trabalho considerável que deixará de ser realizado. Saliente-se ainda que o trabalho de manutenção dos lameiros tenderá também a cessar uma vez que estes deixem de ser utilizados.

Reparando ainda na intensidade de trabalho de alguns meses da Primavera e início do Verão, época de cuidar das hortas, de colher o feno e depois da colheita de cereal, facilmente se conclui que terminando a criação de vacas e vitelos, a época de trabalho mais duro, no Verão sob um calor impiedoso, ficará também muito aligeirada.

Uma vez que as explorações relativamente às quais constituímos os calendários do ano agrícola têm uma importante expressão de culturas permanentes, o exercício proposto (imaginar a cessação da actividade vacas mirandesas) leva-nos de forma aproximada à ocupação do tempo, em termos de trabalho e das tarefas a cumprir, de um agricultor que tenha procedido à florestação das suas terras agrícolas. Na abordagem à florestação de terras agrícolas efectuada, concedemos lugar de destaque aos povoamentos de castanheiros de dupla aptidão (quer pela tradicional importância desta espécie em Trás-os-Montes, quer pelo aumento recente das áreas por ela ocupadas). Assim pode dizer-se que a síntese das actividades descritas nos calendários para as culturas permanentes consideradas – exceptuando-se o trabalho da colheita da azeitona – são uma boa aproximação ao trabalho com a floresta que têm os proprietários que florestaram terras agrícolas.

O trabalho e a ocupação dos proprietários com a floresta caracterizam-se, quando comparados com os inerentes à criação das vacas e vitelos, por uma fraca ocupação quotidiana, pela realização de tarefas facilmente concentradas em determinadas épocas do ano (e por isso facilmente adaptáveis às ajudas esporádicas de familiares), enfim, por importantes operações de mecanização que, por consequência, o tornam mais leve.

5.4 – Idosos em meio rural: rupturas e adaptações

Da informação empírica já analisada neste trabalho, ressaltam alguns aspectos representativos das mudanças na actividade produtiva dos idosos residentes em meio rural. Estas assumem a forma de rupturas mas surgem também como adaptações e, para ambas, de seguida se alinham os principais elementos identificadores da mudança.

Relativamente às adaptações do modo de execução do trabalho agrícola realizado, sublinha-se a utilização crescente da mecanização nas diferentes tarefas agrícolas que permite alijar a penosidade do trabalho efectuado. Foram múltiplas as referências a uma utilização generalizada de máquinas agrícolas pertença da exploração (por exemplo, no caso de tractores presentes na grande maioria das unidades analisadas), ou alugadas quando se trata de ceifeiras debulhadoras, enfardadeiras e, nalguns casos, tractores. Por vezes os agricultores idosos não tinham já capacidade física, ou não dominavam convenientemente as técnicas agrícolas mecanizadas, mas a possibilidade de mecanização facilitava muito os contributos em trabalho dos filhos, dispondo-os também à realização das operações necessárias.

As transformações verificadas situaram-se também na dimensão das actividades praticadas: com frequência apresentámos casos em que os agricultores não tendo ainda cessado completamente determinada actividade agrícola, – em particular não tendo ainda acabado com a criação de vacas – foram reduzindo a dimensão da actividade, diminuindo assim o volume de trabalho a assegurar.

Outro plano da mudança constatado, este implicando rupturas expressas, tem a ver com a cessação de determinadas actividades produtivas bem como o início de novas utilizações da terra. Tal foi o caso dos que cessaram a criação de vacas – e em particular de vacas mirandesas – reduzindo drasticamente os volumes de trabalho a despendar e limitando as áreas cultivadas. Nalguns casos, como se mostrou também, esta ruptura conduziu depois, (mais ou menos rapidamente conforme os casos) a uma nova ocupação da terra. Tal foi caso também analisado dos que florestaram terras agrícolas. A nova actividade muito menos requerente em trabalho, quando comparada com as actividades agrícolas anteriormente desenvolvidas, constitui, no entanto uma forma de ocupação, para além de uma marcação do património fundiário e nesse sentido prefigura também uma continuidade, quer de um modo de vida ligado à terra e às suas vivências, quer de preservação da propriedade fundiária familiar.

Por fim, merecem ainda uma breve nota os que permaneceram no período profissional dos seus percursos de vida fora da esfera da agricultura e do meio rural, e

que aqui regressaram, retomando o fio de ligação quotidiana à terra, nalguns casos interrompido na infância ou juventude. Nestes casos, presenciámos com este regresso à terra, uma nova ruptura que marca pois os seus percursos de vida com mais uma descontinuidade.

5.5 – Manutenção de modos de vida em meio rural com solidariedades públicas e privadas: brevíssimo apontamento

Os idosos em foco neste trabalho permanecem em meio rural, onde regressaram depois de actividades profissionais fora da aldeia, no país e ou no estrangeiro, ou de onde nunca saíram.

Em qualquer dos casos, combinam rendimentos provenientes das actividades em meio rural com assistência pública. Para além das pensões de reforma que recebem já, ou que receberão a breve prazo, recorrem também, como se viu, a vários incentivos financeiros, sobretudo no âmbito da Política Agrícola Comum.

A exposição / argumentação que se seguirá no Capítulo 6 enquadra-se na discussão alargada do alcance e pertinência das políticas públicas de segurança social. De facto, é neste quadro que têm papel relevante os idosos em meio rural, seus beneficiários mas também hábeis utilizadores do que as políticas sectoriais proporcionam (para tanto socialmente tomados como activos), sujeitos em processos dinâmicos de adaptação em que se articulam ainda as solidariedades da esfera do privado.

Parte III – Políticas Agrárias e Políticas Sociais

Nesta Parte, que completa o corpo da investigação realizada, pretende-se estruturar uma reflexão acerca das Políticas Agrárias e das Políticas Sociais apercebidas ao longo da componente empírica desenvolvida no âmbito deste trabalho, que considerámos particularmente relevantes no contributo dado para a sustentação de idosos em meio rural. A discussão far-se-á ancorada sobretudo, reforce-se, no que se evidenciou ao longo do trabalho empírico desenvolvido.

Sendo o tema de estudo os idosos agricultores e as suas actividades produtivas, a análise das políticas agrárias que nelas influem é aqui fundamental. Ao longo da subsecção 6.1 são detalhadamente analisados os principais objectivos das medidas de política agrária intervenientes nos estudos de caso realizados, bem como os resultados a que estas conduziram, buscando assim uma apreciação consistente das mesmas, dos fundamentos à aplicação.

Relativamente à análise da Políticas Sociais, começa por fazer-se em 6.2 uma síntese da informação recolhida acerca do peso das contribuições sociais dos agricultores idosos estudados, bem como da relevância das pensões de reforma no caso de idosos ainda em actividade.

O tópico final (6.3) não é mais do que uma breve reflexão acerca da importância do reforço de políticas sociais que concorram para uma permanência dos idosos em meio rural, cessada a sua actividade e num período particularmente requerente em termos assistenciais. Esta reflexão, ao invés do que é feito nas restantes subsecções do capítulo, não se baseia directamente no trabalho de campo desenvolvido, tendo antes um carácter argumentativo com referência a alguns exemplos de sucesso de assistência e apoio em meio rural.

6 – Políticas Agrárias e Políticas Sociais – Reflexão a partir dos estudos de caso

Os estudos empíricos apresentados no conjunto de capítulos que compõe a II Parte deste texto mostram que o trabalho dos idosos agricultores se desenvolve incontornavelmente sob uma cobertura de políticas, percebidas e interpretadas na sua expressão última, que é a da aplicação dos respectivos instrumentos no terreno. De facto, nem a orientação produtiva na qual se alinham os criadores de mirandesas, nem os proprietários que entenderam converter terras agrícolas à floresta, agiram de modo alheio ao contexto das respectivas medidas de política, neste caso ditadas por

orientações da União Europeia. Em contrapartida, e como será discutido adiante neste capítulo, souberam usar de engenho para melhor aproveitarem o que tal quadro lhes proporcionou⁹⁹.

Mas, sendo agricultores, os indivíduos aqui estudados também são idosos. Operando num quadro produtivo determinado por Políticas Agrárias¹⁰⁰, são também sujeito nas Políticas Sociais. Pela idade e pela actividade, são eles ponto de cruzamento de ambas as políticas.

Por esta ordem de razões importará identificar, descrever e compreender o modo como, nos casos concretos estudados, os instrumentos de política muito em especial os que dizem respeito às actividades agrárias, são percebidos e aplicados, Tal exercício de análise pretende contribuir para a avaliação da eficácia desses mesmos instrumentos, mas permite, por outro lado, abrir caminho para a percepção dos mecanismos da sua apropriação. Com menor detalhe, até pela natureza da informação em causa, o mesmo exercício incluiu a discussão da aplicação da Política Social, de que são beneficiários os idosos em estudo.

A compreensão dos modos de apropriação das políticas agrárias e sociais por esta população não reveste apenas o carácter de exercício analítico. Com efeito, a síntese que lhe é consequente pode conduzir, e esse é o segundo exercício que este capítulo comportará, ao desenho de cenários de desenvolvimento dos sistemas produtivos de idosos agricultores residentes em meio rural. As formas como (i) utilizam vantagens das referidas políticas; (ii) adaptam as suas práticas às exigências que estas impõem; (iii) combinam diferentes tipos de apoios, compõem a estratégia adoptada pelos indivíduos estudados. Tal estratégia é, por conseguinte, amplamente condicionada pelas determinações das políticas sociais e agrárias em vigor.

Uma reflexão alargada sobre o papel destas políticas no suporte ao quotidiano dos idosos agricultores estudados, vai permitir rematar este capítulo com um conjunto de recomendações e hipóteses de novas medidas a implementar.

⁹⁹ Valerá a pena frisar aqui que as actividades agrárias e as suas opções produtivas nos países da UE, como é o caso de Portugal, seguem hoje de muito perto as orientações e condicionalismos da Política Agrícola Comum, face ao quadro de incentivos financeiros que lhes estão associados.

¹⁰⁰ De resto, políticas que, na região particular sobre que nos debruçámos, Trás-os-Montes, são hoje dirigidas mais para o mundo rural e para a sustentação desses territórios do que para a intensificação produtiva.

6.1 – Diferentes medidas e incentivos da PAC nos estudos de caso

Começaremos por sistematizar as diferentes medidas e respectivos incentivos directamente implicados na actividade agrária dos idosos agricultores estudados.

A criação da Cooperativa de Comercialização de Carne de Bovino Mirandês permitiu os procedimentos necessários à obtenção da Denominação de Origem Protegida (DOP) para o vitelo mirandês (em 1993). Com a DOP, a venda dos vitelos proporcionou aumentos de rendimento bruto por animal de 20%¹⁰¹. A atribuição destes certificados de produção a produtos agrícolas alimentares enquadra-se nas medidas da PAC que visam promover o reconhecimento de produtos regionais de qualidade¹⁰².

À data de inquirição, os criadores de gado bovino de raça Mirandesa tinham acesso a diferentes prémios e subsídios à produção. A totalidade das subvenções a que podiam candidatar-se incluía um grupo de incentivos comuns a todos os produtores de bovinos de *aptidão carne*, ligados à OCM Carne de Bovino, e um outro enquadrado nas denominadas Medidas Agro-ambientais [Regulamento (CEE) nº 2078/92]¹⁰³.

No primeiro conjunto, para além da fixação dos preços institucionais, incluíam-se o *Prémio especial ao Produtor de Carne de Bovino* e o *Prémio para a Manutenção de Efectivos de vacas Aleitantes*, bem como o *Prémio ao abate*¹⁰⁴.

¹⁰¹ Cfr. Capítulo 3.

¹⁰² Nos Regulamentos (CE) Nº509/2006 e Nº 510/2006 relativos às especialidades tradicionais garantidas dos produtos e géneros alimentícios, e à protecção das indicações geográficas e denominações de origem destes produtos, é reconhecido o lugar importantíssimo que ocupam a produção, o fabrico e a distribuição de produtos agrícolas e géneros alimentícios na economia da Comunidade. É também salientada a importância do seu papel na diversificação das actividades em meio rural nomeadamente nas zonas desfavorecidas e periféricas – onde concorrem para o aumento do rendimento dos seus agricultores – bem como o interesse crescente dos consumidores face a estes produtos.

¹⁰³ As Medidas Agro-ambientais previstas no Regulamento (CEE) nº 2078/92, integram as denominadas Medidas de Acompanhamento da Reforma da Política Agrícola Comum de 1992. Este regime comunitário de ajudas é co-financiado pelo FEOGA-GARANTIA. As Medidas Agro-ambientais têm como objectivo acompanhar as mudanças previstas no contexto das organizações comuns de mercado (OCM), contribuir para a realização de objectivos das políticas comunitárias em matéria agrícola e de ambiente, contribuir para proporcionar aos agricultores um rendimento adequado. A sua aplicação a Portugal procurou dar resposta aos problemas concretos, designadamente nas regiões mais desfavorecidas, com evidentes fragilidades estruturais e caracterizadas por uma acentuada recessão demográfica, baixo nível de vida das populações e acentuado envelhecimento.

¹⁰⁴ Para a síntese que se vem apresentando recorreu-se à publicação do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola – Direcção de Produtos Animais (2000), Pedido de Ajuda Animais – Manual de Normas e Instruções de Preenchimento, Campanha 2001/2002. Relembre-se que este conjunto de incentivos surgiu na sequência de um conjunto de medidas (no âmbito do reforma de 1992 da PAC) tendentes a limitar a produção leiteira já largamente excedentária, pela promoção da produção de bovinos carne. Assim, ao subsidiar-se as vacas aleitantes estava a premiar-se uma utilização do leite na recia de gado bovino aptidão carne. O regime de prémios foi alterado no sentido de privilegiar a produção extensiva de carne de bovino, com salvaguarda da situação dos pequenos produtores.

O segundo conjunto de subvenções mencionado é relativo a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e a preservação do espaço natural. Nas acções elegíveis em Portugal, salientam-se as de Extensificação e/ou Manutenção de Sistemas Agrícolas Tradicionais, que incluem as medidas que nos interessa aqui referir, designadamente, as correspondentes à manutenção dos lameiros e outros prados e pastagens, e o apoio às raças autóctones ameaçadas de extinção¹⁰⁵.

Resumidamente, foram apresentados os prémios e os subsídios a que se podem candidatar os criadores de Bovinos de raça Mirandesa. Como vimos, alguns são específicos da raça, outros incentivam sistemas forrageiros extensivos (muitas vezes já tradicionalmente utilizados), outros ainda dizem respeito a toda a produção bovina de aptidão carne.

Avançámos já anteriormente neste texto que o contributo do conjunto destes subsídios e prémios conduzia genericamente a uma duplicação da Margem Bruta da actividade Vaca Mirandesa¹⁰⁶.

Silva *et al* (2004: 9-10), a propósito dos produtores de carne de bovino, no concelho de Arcos de Valdevez, procedeu a uma avaliação da importância das medidas específicas para as raças ameaçadas e das integradas na política de preços e mercados. Os autores concluíram que a mais importante proporção das ajudas provinha destas últimas, ou seja, correspondia ao conjunto de incentivos atribuídos a todos os produtores de bovinos.

Note-se, no entanto, que, apesar do financiamento da política de estruturas, ser neste caso¹⁰⁷ significativamente menor do que os incentivos provenientes da política de preços e mercados, o facto de se poder somar estes dois conjuntos de incentivos permite acréscimo importante nos rendimentos dos criadores de raças tradicionais – a Mirandesa, inclusive – o que se revela aliás determinante para esta opção de produção. Tal opção terá também que encontrar justificação nas características zootécnicas das raças tradicionais. No nosso estudo verificamos que a Mirandesa é

¹⁰⁵ Este último visa os criadores que explorem um dos seguintes tipos de raças elegíveis: as Raças particularmente ameaçadas e as Raças ameaçadas. As primeiras, pelo seu estatuto de raridade e pelo risco eminente de perda de património genético, estão particularmente ameaçadas, recebendo por isso subsídios à produção de maior importância. No segundo grupo estão incluídas raças autóctones que não se encontrando num patamar de subsistência tão fragilizado como o anterior, não estão no entanto num quadro estável de sustentabilidade da raça. São por isso também objecto de subsídios à produção, embora em menor grau. É neste situação que se incluem os Bovinos de Raça Mirandesa.

¹⁰⁶ Conferir Capítulo 2 da II Parte. Relembre-se que aí se incluíam também os subsídios relativos à manutenção e Prados e Pastagens Naturais constante das Medidas Agro-ambientais.

¹⁰⁷ Referimo-nos às Medidas Agro-ambientais que protegem da extinção as raças particularmente ameaçadas.

uma raça bem conhecida dos criadores idosos, que a apreciam pela sua rusticidade, razão aliás da sua adaptação às difíceis condições edafo-climáticas de Trás-os-Montes. Os prémios e subsídios bem como a valorização da carne dos vitelos como DOP, permitem que tal opção de produção não seja inviabilizada por determinantes exclusivos da competitividade¹⁰⁸.

Na avaliação do impacte da medida de política estrutural “Florestação e Terras Agrícolas”, pode dizer-se que este incentivo à modificação da ocupação territorial operou também alterações nas opções produtivas dos idosos residentes em meio rural. Verificámos, no nosso caso de estudo, a importância dos montantes que permitiram a cobertura total do investimento na florestação das áreas agrícolas, e salientou-se também a importância das medidas financeiras que apoiam o período de consolidação da floresta plantada – ajuda de cinco anos à manutenção. Por fim, provámos a importância da subvenção de perda de rendimento da actividade agrícola. De facto, este pagamento anual é relevante no conjunto de rendimentos auferidos pelos agricultores idosos, tendo sido relacionado com os montantes anuais das reformas auferidos pelos agregados domésticos dos proprietários que florestaram. De facto, verificou-se que uma área florestada de 5 ha gera por esta via um rendimento equivalente a sensivelmente 20% do montante anual de reforma de um casal de agricultores; se a área florestada for de 10 ha o acréscimo nos rendimentos do casal será de 40%¹⁰⁹.

A exposição detalhada da evolução da PAC e a particularização das medidas respeitando directamente o nosso estudo empírico suscitam desde logo o aprofundamento de algumas questões. A primeira está relacionada com o que poderíamos chamar de discussão acerca do grau de eficácia das medidas de política agrícola estudadas, nos casos analisados: até que ponto os objectivos visados para a actividade agrícola se vieram a concretizar? Ou, dito de outra forma, as medidas de acção implementadas conduziram, ou não, os produtores agrícolas na direcção pretendida pelas orientações das referidas medidas de política?

Importará também responder, nesta avaliação das políticas agrícolas em foco, em que medida é que os produtores seguindo as orientações da Política Agrícola, as adaptam às suas necessidades, ultrapassando os desígnios inicialmente previstos.

¹⁰⁸ Relembre-se que, as raças não tradicionais são muito mais produtivas, isto é, permitem, no mesmo intervalo de tempo, a produção de maiores quantidades (kg) de carne e, por isso, em igualdade de preços e subsídios, a realização de um maior rendimento.

¹⁰⁹ Conferir Capítulo 4 da II Parte.

Poder-se-á então perguntar: para além da marca que as políticas imprimem na agricultura, haverá também uma retroacção, isto é, será que os produtores agrícolas deixam também algum cunho particular da sua actividade na forma como utilizam os incentivos proporcionados pelas medidas de política?

Para avançar resposta às questões formuladas, relembremos antes que os estudos de caso por nós empreendidos se enquadravam nas medidas de política da PAC incluídas na Reforma de 2000, aliás no seguimento dos propósitos da anterior reforma de 1992. De facto, trata-se do quadro regulamentar de funcionamento das OCM, que incluem o conjunto de determinações da política de preços e de mercados e da política de estruturas, apoiadas pelas Medidas de Acompanhamento.

6.1.1 – Avaliação do impacto das Medidas da PAC: Criadores de Vacas Mirandesas

Como primeiro tópico de análise da eficácia das medidas da PAC em foco, há a salientar o facto de se verificar que as designadas Medidas de Acompanhamento da PAC conduziram a um aumento do efectivo de bovinos de Raça Mirandesa.

Relembre-se, da exposição do capítulo 3 da Parte II deste trabalho, que entre 1996 e 2002 o efectivo total de vacas mirandesas de criadores associados da ACBRM aumentou sensivelmente (cerca de 6%). Parece todavia plausível crer que se não se tivesse constituído a ACBRM, e a concomitante possibilidade de candidatura às indemnizações compensatórias dos animais, na qualidade de efectivos de uma raça ameaçada, bem como a posterior comercialização como DOP, feita através da Cooperativa, o número de animais seria significativamente menor. De facto, embora tradicionalmente os animais desta raça fizessem já parte dos efectivos bovinos das explorações agrícolas transmontanas, e em particular nas situadas no Solar da Raça Mirandesa, a verdade é que, com o surgimento ao longo dos anos de inúmeras raças de bovinos de aptidão carne, mais produtivas – com maiores taxas de reposição de peso dos animais face à unidade alimentar ingerida – os agricultores foram progressivamente compelidos à utilização dessas novas raças, que lhes garantiam maiores rendimentos. No entanto, várias características da raça mirandesa permaneceram particularmente apreciadas pelos produtores. De entre elas saliente-se a já aludida rusticidade destes animais, que facilmente se adaptam às adversidades climáticas e orográficas, não ficando por isso impedidos de permanecer largos períodos nos pastos, nem de realizar diariamente múltiplas deslocações, nem ainda de

participar como força de trabalho nos trabalhos agrícolas. Por tudo isto, os agricultores eram levados a criar animais provenientes do cruzamento de gado mirandês com outras raças. Tal permitia aliar o aumento das produtividades dos animais, às várias características da raça tradicional. As medidas da PAC conducentes à manutenção de raças autóctones possibilitaram um verdadeiro incentivo ao retomar da criação destes animais em linha pura. Para tal contribuíram o pagamento de indemnizações compensatórias por animal, a que podiam ainda somar-se os prémios à extensificação, medida também enquadrada nas Agro-ambientais.

O financiamento e o encorajamento das medidas de apoio à organização de associações e de produtores foi também crucial. As associações de produtores dotadas de técnicos que se empenharam no aprofundar do conhecimento da raça, das melhores hipóteses do sistema de manejo, e sobretudo na capacidade e empenhamento em transmitir tais conhecimentos aos produtores, sempre atentos às suas dificuldades e limitações, são lições exemplares de verdadeiro apoio e extensão rural prestada à fileira em análise. Note-se que o financiamento de tais técnicos e o suporte à logística destas organizações foi de facto fundamental para que um apoio efectivo chegasse aos agricultores. Outra das acções, também essencial para os criadores, foi o apoio jurídico-administrativo facultado pelas referidas organizações, nomeadamente na obtenção dos requisitos exigidos pelas políticas em análise. A necessidade de deter uma contabilidade organizada, um registo dos animais segundo o livro genealógico e ainda a elaboração das candidaturas propriamente ditas aos subsídios à disposição, implica, para além das questões técnicas, um conjunto de procedimentos administrativos que os produtores em geral e particularmente os sob análise (de mais de 55 anos) não dominam.

Questões levantadas neste âmbito foram, por vezes, também resolvidas pelos técnicos, que se prestaram a mediar a apresentação de problemas, a argumentar devidamente para se alcançar a sua resolução. Note-se, a este propósito, que à época de recolha de dados no terreno, as candidaturas às Agro-ambientais eram realizadas por períodos de cinco anos. Tal facto conduzia a que os agricultores, sobretudo os idosos, temessem não poder vir a prosseguir a actividade por mais cinco anos, o que os compelia a prescindir precocemente da candidatura a estes subsídios. Os técnicos da ACBRM conduziram com sucesso acções de argumentação em casos de desistência, essencialmente por limitações resultantes de questões de saúde dos criadores. O sucesso de tais acções, isto é, a possibilidade de cessação da actividade de criação de mirandesas no decurso de um período de cinco anos em que tinha existido candidatura às Agro-ambientais, sem que tal tenha implicado a reposição dos

subsídios dos anos anteriores, levou ao reconhecimento da sua acção, assim prevenindo posteriores desistências precoces.

A investigação no domínio da nutrição animal e a orientação técnica daí decorrente, são também importantes serviços de apoio técnico e extensão prestados pela associação, nomeadamente nas indicações para a produção *in loco* de farinhas de misturas de cereais. Também igualmente marcante é a possibilidade de recurso ao apoio técnico da associação para a realização de inseminação artificial das vacas mirandesas, sobretudo num contexto de rarefacção de produtores de mirandesas. (touro de raça) É frequente a não existência de reprodutores da raça num raio de acção que permita a cobrição oportuna das vacas.

A organização da comercialização, nomeadamente a candidatura e obtenção da Denominação de Origem Protegida (DOP) deve-se à acção da Cooperativa Agro-pecuária Mirandesa e constitui fonte de sucesso na actividade, uma vez que garante o escoamento da produção a um preço cerca de 20% superior ao praticado para a carne de bovino sem DOP.

Por fim, note-se ainda que a multiplicidade de acções e de apoios providenciados, em larga medida decorrentes de medidas de apoio da PAC, concorrem globalmente para que os criadores de vacas mirandesas associados da ACBRM, na sua grande maioria pequenos produtores, e muito particularmente os agricultores idosos, se sintam inseridos num grupo produtivo alargado, de dimensão regional e devidamente apoiado.

Apesar do balanço positivo das medidas de política que vimos enumerando, há no entanto um conjunto de dificuldades que tendem a avolumar-se. Estas prendem-se sobretudo com a rarefacção de produtores no território, aumentando assim também o seu grau de dispersão, o que dificulta muito as prestações de apoio técnico. Estas obrigam crescentemente a deslocações para atender pontualmente a um pequeno número de criadores, com número médio de animais também reduzido.

Relativamente à segunda questão formulada, se houve ou não particularidades na adopção das referidas medidas de política, isto é, em que medida é que os produtores seguindo as orientações da Política, as adaptam às suas necessidades, ultrapassando os desígnios inicialmente previstos, cabe-nos a seguinte apreciação: as três grandes linhas de actuação das medidas de acompanhamento – Cessação de Actividade, Agro-ambientais e Florestação de Terras Agrícolas tiveram expressão muito diversa, quer a nível nacional quer a nível regional. O facto de umas medidas serem muito mais utilizadas do que outras, de certa forma compromete os objectivos globais previstos *a priori*. Como já referimos a Cessação de Actividade foi uma medida

com fraca ou nenhuma expressão, essencialmente por duas ordens de razões. Por um lado, não houve um contingente importante de jovens que pretendesse instalar-se na actividade, efectuando assim uma sucessão sustentada e eventualmente reestruturada. Por outro lado, os agricultores a serem sucedidos na exploração não demonstraram um verdadeiro interesse na sua consumação, isto é, não pretendiam verdadeiramente desligar-se da orientação e acção nas suas explorações agrícolas.

Já relativamente às Agro-ambientais e à Florestação de Terras Agrícolas, as respostas dos agricultores foram de âmbito muito mais alargado e por isso muito mais efectivas. As primeiras permitiram em Trás-os-Montes, e em particular na nossa área de estudo, que se continuasse a fazer o mesmo tipo de agricultura, grosso modo da mesma forma (sistema tradicional), aproveitando ao máximo o que o contexto (neste caso as políticas agrárias) punha à sua disposição. O facto de o sistema tradicional, em particular o de manejo de gado bovino, ser um sistema extensivo e por isso conforme aos princípios do eco-condicionalidade visados pela PAC, foi neste caso o que permitiu o prosseguimento da actividade. Em particular os agricultores idosos, sendo já criadores de bovinos Mirandeses no passado, não modificaram substancialmente o modo de criação destes animais. Apesar de todo o apoio técnico de que beneficiam agora (quer no manejo, quer nas actividades administrativas e de comercialização) as raras alterações introduzidas no sistema de produção prendem-se sobretudo com a substituição de trabalho manual por trabalho mecanizado, o que aliás já vinham fazendo, e a manutenção da raça em linha pura, o que nem sempre se verificava anteriormente. As medidas de incentivo das políticas (subsídios, indemnizações compensatórias), constituem-se mais como acções de valorização de um sistema de produção extensivo e sustentado em termos agro-ecológicos, já existente, não havendo um comprometimento no sentido de uma mudança significativa na organização da produção. Ou seja, temos de novo o processo de adaptação às condições existentes, típico das sociedades camponesas: tira-se o melhor partido do que existe, com vista à sobrevivência e à perpetuação.

Por fim convém ainda enfatizar o que parece determinar a continuidade da actividade de criação de vacas mirandesa por agricultores idosos. Porquê, e para quê tal continuidade que se prevê vir a ser abruptamente interrompida face à ausência de sucessores?

Várias ordens de razões surgem, embora a diferentes níveis na escala que hierarquiza o que é determinante. Desde logo a importância dos rendimentos provenientes da actividade criação de vacas mirandesas (pela venda dos vitelos) fundamental para fazer face às despesas, e muito particularmente para possibilitar os pagamentos das contribuições mensais para a Segurança Social. O auto-consumo dos

próprios e dos filhos e familiares aparece também recorrentemente como justificação da continuidade, uma vez que a carne mirandesa é apreciada e tida como muito saborosa e saudável. Enfim, também porque garantem uma ocupação, um objectivo, dentro do quadro das actividades agrárias conhecidas e por isso apreciadas.

É no entanto claro para estes criadores de mirandesas idosos o *término* a breve prazo da actividade nas suas explorações, sempre que não se vislumbre sucessor para a actividade, o que regra geral foi o caso para os agricultores em análise.

6.1.2 – Avaliação do impacto das Medidas da PAC: Florestação de terras agrícolas

A medida de acompanhamento Florestação de terras agrícolas visava a reconversão de terras agrícolas em áreas florestadas. Pretendia-se também conceder complementos de rendimento aos agricultores no âmbito das actividades da exploração agrícola e simultaneamente evitar a proliferação de terras abandonadas, e portanto sujeitas à degradação.

Pode dizer-se que houve uma boa resposta a esta medida de política, porque se promoveu (como foi já exposto no capítulo sobre a florestação) a constituição e consolidação de um conjunto de agrupamentos e associações, por que, por sua vez, permitiu o aparecimento de manchas contínuas florestadas. Para tal facto concorreram vários factores. A não exigência de uma área mínima a florestar; a obtenção de 100% de financiamento para a constituição dos povoamentos florestais, dado que como se referiu já, a constituição dos agrupamentos de produtores agrícolas possibilitava um financiamento pleno.

O que de facto se conseguiu com esta medida de política foi reverter em certa medida um abandono agrícola já em marcha, e permitir a sua reconversão em floresta plantada nas explorações agrícolas. Para além do pagamento à perda de rendimento, o facto de haver ajudas específicas à manutenção da floresta permitiu a contratação desses serviços.

O papel desempenhado pelos técnicos das associações no terreno é outro aspecto importante a salientar. A sua acção, somada à constituição de equipas de sapadores florestais¹¹⁰, permite uma oferta de prestações de trabalho especializado e “de proximidade”, recursos estes que se revestem da maior valia em territórios de “baixa densidade “empresarial”. Tal facto, é particularmente importante no caso dos

¹¹⁰ Relembre-se que a constituição e actuação de equipas de sapadores florestais têm também sido apoiadas financeiramente por medidas de política agrícola.

idosos com actividade em meio rural, viabilizando a sua continuidade em actividade, apoiando-os nas tarefas que realizam.

De entre os aspectos menos positivos do impacto destas medidas de política, salienta-se a justaposição de diferentes acções, sem uma abordagem integrada dos seus efeitos no território como um todo. De facto, a candidatura a diferentes incentivos no âmbito das medidas de acompanhamento, e em particular a florestação de terras agrícolas, permitiu que se intercalassem parcelas florestadas em áreas agrícolas, o que muitas vezes veio a dificultar uma total utilização do espaço. A florestação de parcelas de terreno em locais que impossibilitam a passagem de rebanhos de cabras e ovelhas é um exemplo disso, dado que enquanto a floresta está em fase de instalação, a passagem dos animais pode comprometer o povoamento. Note-se que os rebanhos quer de ovinos quer de caprinos de raças autóctones ameaçadas ou particularmente ameaçadas são também incentivados pelas Agro-ambientais¹¹¹. São ainda de referir acções de florestação ocorridas em terrenos pouco adequados a esta actividade. De facto no âmbito da medida em análise, observou-se a florestação de lameiros – zonas sujeitas a inundação periódica no Inverno – conduzindo a situações de grande dificuldade de crescimento das árvores, levando por vezes à desistência do projecto. A acção de destruição de terrenos com pastagens naturais, como são os lameiros, eles próprios muitas vezes já incluindo árvores nas bordaduras e junto às margens dos rios é também criticada. Trata-se da substituição de um território com uma vegetação arbórea já adaptada, com vista à florestação e, como se referiu já, sem grandes resultados.

À semelhança do que se fez para os criadores de Bovinos de Raça Mirandesa, iremos agora dirigir a reflexão para a apreciação do efeito da acção dos agricultores sobre as medidas de política que aplicaram. Até que ponto é que os agricultores que procederam à florestação de Terras Agrícolas, ultrapassaram os objectivos visados por esta medida de política amplamente utilizada, relembre-se, em Trás-os-Montes. Salienta-se que nos casos em que o castanheiro¹¹² foi a espécie escolhida para acções de florestação, com frequência se optou pela sua instalação num sistema de

¹¹¹ Através do pagamento de ajudas directas desde que se observem os requisitos de manutenção das raças em linha pura e os encabeçamentos que garantam a eco-condicionalidade do sistema.

¹¹² O castanheiro é de facto, como aliás já expusemos ao longo deste texto, uma árvore muito presente nos sistemas agro-florestais transmontanos. O aproveitamento da castanha é actualmente de grande importância face à grande valorização comercial desta produção. Nos dados já apresentados relativamente à acção da Floresta Verde e da *Arborea*, foi salientada a importância da utilização desta espécie nos novos povoamentos florestais de projectos de florestação de terras agrícolas, embora condicionada a condições favoráveis ao pleno desenvolvimento da referida espécie.

dupla aptidão. Ou seja, neste caso a substituição de terras agrícolas por terras florestadas, fez-se dando continuidade a uma actividade agrícola, a produção de castanha. No entanto, no plano agrícola foram substituídas terras de arvenses (cereal e forrageiras), por uma cultura permanente, actualmente bem valorizada comercialmente e cujas solicitações em trabalho se concentram em determinadas épocas do ano. Ou seja, uma vez que a ocupação das antigas terras agrícolas não se fez exclusivamente por via da florestação, mas também para obtenção de um produto agrícola – a castanha –, pode considerar-se que também neste caso foram ultrapassados os objectivos estabelecidos para esta medida de política.

Direccionando agora a análise no sentido dos agricultores idosos que florestaram terras agrícolas surge também a questão: por que optam indivíduos idosos por converter a actividade numa ocupação – a floresta – que só a longo prazo dará rendimento?

Para além da importância já referida dos pagamentos à perda de rendimento agrícola, cujos montantes anuais por hectare de área florestada se revelaram importantes no rendimento dos reformados, surgem ainda outros níveis de explicação. As ajudas ao investimento e à manutenção da floresta permitem também garantir um património devidamente identificado e garantem a preservação dos terrenos agrícolas, subtraindo-os, por esta via ao abandono. Num contexto de não sucessão na exploração e na actividade agrícola, a delimitação e preservação do património fundiário, surge assim como desígnio prioritário para que este não seja alienado ao controle das próximas gerações.

6.2 – Políticas Sociais: Pagamentos à Segurança Social e Reformas

Os elementos associados às políticas sociais dirigidas aos idosos, identificados e discutidos ao longo dos capítulos anteriores deste trabalho – a percepção de pensões de reforma e as infra-estruturas de apoio a idosos¹¹³ –, serão retomados aqui, explorando-os em novas perspectivas, com o propósito de compreender a forma como as diferentes modalidades de combinação de reformas com outras fontes de rendimento, entre as quais as do trabalho, permitem aos idosos agricultores estudados prosseguir o seu modo de vida em meio rural.

¹¹³ De facto, a população estudada, pela sua condição física e autonomia, não carece ainda particularmente de tais infra-estruturas. No entanto, como se discutirá no ponto 17.3, a existência destas nas proximidades do actual local de residência tenderá a tornar mais provável a sua utilização futura.

No trabalho empírico apresentado, o tópico Política Social emerge dos estudos de caso efectuados a propósito do pagamento das prestações sociais dos indivíduos inquiridos, bem como do recebimento das pensões de reforma.

O pagamento das prestações sociais é algo almejado mas nem sempre totalmente realizado. Relembre-se que, por vezes, por impossibilidade de pagamento mensal da totalidade das prestações, ou pela não realização de rendimento suficiente para a totalidade das despesas da casa/família/exploração agrícola, não é possível o pagamento das cotizações sociais de dois cônjuges.

Foram registadas estratégias de pagamento das contribuições sucessivamente no tempo, iniciando-se o pagamento das prestações de um dos elementos do casal, quando o cônjuge passa a receber a sua pensão de reforma.

Observaram-se também situações em que a decisão de continuidade de actividades produtivas particularmente rentáveis, ainda que muito requerentes em trabalho – por exemplo a criação de vacas mirandesas – visava poder pagar mensalmente as prestações à segurança social.

As reformas constituem para os rendimentos dos agricultores idosos estudados um contributo fundamental muito valorizado, apesar dos seus reduzidos montantes. O facto de poderem auferir de um quantitativo monetário mensalmente, constitui um grande avanço nos orçamentos familiares destes agricultores. Note-se que, como aliás se viu nos estudos de caso apresentados, mesmo depois de reformados prosseguem à medida das suas forças a actividade produtiva. Nestes casos, o início do período de reforma é um momento de relativo desafogo financeiro dado que por um lado se cessa automaticamente o período contributivo e simultaneamente se passa a dispor mensalmente de um montante monetário. A continuidade da actividade, apesar das mencionadas restrições, permite prosseguimento na obtenção de rendimento quer pela venda de produtos, quer pelo consumo directo. Assim, a situação de início de reforma, ainda que com diminuição de actividade e apesar de se tratar de reformas baixas, pode ser um período muito mais favorável do que o anterior, de “não reforma”. Ressalvem-se aqui as situações em que motivos de doença interditam de todo a actividade e sobrecarregam as despesas com saúde dos idosos.

Como foi também referido, num dado agregado doméstico podem combinar-se várias situações face à reforma: (i) situações de reforma de um dos cônjuges e prestação social do outro, face às diferenças de idade verificadas no casal e ainda em função de diferentes estratégias contributivas no tempo; (ii) a combinação de várias reformas. Estas podem ser dos dois cônjuges e por vezes acrescem ainda a de outros

colaterais residentes, e podem combinar reformas de actividades exteriores à agricultura, com reformas da actividade agrícola. Há também casos em que um, ou por vezes vários elementos do agregado doméstico acumulam reforma do estrangeiro (provenientes das cotizações sociais feitas em períodos de emigração), com reformas da actividade agrícola que retomaram aquando do regresso.

Esta diversidade de situações face à reforma configura modos de sustentação económica na velhice resultantes de múltiplos percursos de trabalho e de vida.

6.3 – Políticas Sociais: Discussão acerca de medidas urgentes para o meio rural

Como já se fez notar, a reflexão desta subsecção não se alicerça na inquirição realizada neste trabalho. Trata-se, outrossim, de uma reflexão acerca do reforço de políticas sociais que concorram para a permanência dos idosos em meio rural.

A discussão estrutura-se em torno dos apoios previstos para idosos e as particulares limitações e necessidades dos residentes em meio rural. Evidencia-se o isolamento e, como tal, a necessidade de transportes ou serviços transportados. A argumentação é ilustrada pela referência a experiências localmente implementadas. Por fim, é também salientada a oportunidade de emprego para a população em idade activa que as necessidades dos idosos residentes em meio rural proporcionam.

Para além das pensões de reforma, várias outras medidas de política social foram também analisadas ao longo deste trabalho, em particular o conjunto de equipamentos e serviços de apoio a idosos. Como se viu na Parte I, nos últimos anos tem aumentado em Portugal o esforço do Estado na oferta dos referidos recursos. O balanço então apresentado (a evolução entre 1998 e 2004, segundo os dados da Segurança Social)¹¹⁴ é amplamente positivo. Predominam os equipamentos estatais, ou subvencionados pelo Estado.

Apesar disso, o suporte aos idosos é cada vez mais o resultado da combinação de vários contributos: familiares e vicinais, com múltiplos serviços e equipamentos que substituem ou complementam os primeiros, auxiliando-os nos cuidados necessários. Num estudo em que avaliaram a actividade profissional dos familiares de idosos e os cuidados a estes prestados, Torres *et al* (2003:100-104) referem que em Portugal

¹¹⁴ Conferir Capítulo 1 da I Parte deste texto.

grande parte do apoio e cuidados a idosos recai ainda nas famílias, sobretudo quando se trata de idosos dependentes¹¹⁵.

Em meio rural, no entanto, e designadamente em regiões periféricas como em Trás-os-Montes, o envelhecimento da população é acompanhado de uma diminuição da população total, em especial de indivíduos em idade activa. Tal facto coloca os idosos numa situação muito particular de isolamento, o que, associado à rarefacção ou inexistência de serviços, implica desprotecção. Num estudo acerca da condição psicológica de idosos rurais no interior de Portugal, Fonseca *et al* (2004) referiram situações em que os idosos se encontram especialmente sós, longe dos familiares mais jovens e, por isso, ansiosos e deprimidos.

Note-se que, relativamente aos idosos agricultores por nós entrevistados, este problema não era ainda claramente patente, dado tratar-se de indivíduos não dependentes e ainda activos. Ou seja, independentemente da sua idade, eram ainda autónomos e, como se viu, encontravam-se à data da recolha de informação equilibrados face às ajudas recebidas, aos préstimos de familiares a residir próximo e ao que ainda conseguiam fisicamente realizar. Tais ajudas materializavam-se sobretudo na actividade agrícola. No entanto, as entrevistas mostraram como é evidente para eles que a qualquer momento esse equilíbrio poderá romper-se e o futuro tornar-se incerto, vindo a impor novos modos de estar, e podendo mesmo determinar o abandono da actual residência. Enfim, pressentiam o aproximar de circunstâncias e situações inultrapassáveis. Limitação de saúde, viuvez e concomitante isolamento, bem como a falta de forças, podem implicar vários níveis de dependência, em contexto em que, como se vem salientando, a rarefacção demográfica e de serviços ameaçam a ruptura dos equilíbrios actuais.

A falta de proximidade física de serviços de apoio (o que inviabiliza mesmo os casos em que sejam equacionados pagamentos a preços avultados) é limitação de monta, tanto para os idosos residentes em meio rural, como para as suas famílias que, a distâncias maiores ou menores, tentam gerir e articular as solidariedades possíveis. Com frequência, os filhos residentes em grandes cidades, não conseguem solucionar o problema de abandono em que os progenitores se encontram. Ou seja, não

¹¹⁵ Este estudo surge como resultado de investigação efectuada entre 1997 e 2000, ao abrigo do Programa Praxis XXI e cuja pesquisa se desenvolveu no âmbito da Rede Europeia de Investigação “European Network for the Division of Unpaid and Paid Labour Between Women and Men”.

conseguem contratar alguém a quem pagar para prestar aos pais idosos, a assistência de que precisam¹¹⁶.

Salienta-se a este propósito o importante papel que têm vindo a cumprir os Serviços de Apoio Domiciliário e pelos Centros de Dia que, além de locais de convívio e permanência em alguns períodos do dia, providenciam também refeições. Têm-se multiplicado as candidaturas de Instituições Particulares de Solidariedade Social à Segurança Social no sentido de obterem financiamento. Tais instituições, maioritariamente ligadas à Igreja, são sobretudo Associações Paroquiais e Misericórdias, mas incluem também Associações sócio-económicas e recreativas. O Centro distrital de Segurança Social de Bragança financia actualmente nos doze concelhos do distrito, e apenas em meio rural, 77 Centros de Dia e 77 unidades de Apoio Domiciliário. Sublinhe-se que, a prestação destes serviços a preços módicos tem tido bastante sucesso no apoio a idosos em meio rural. Tais recursos possibilitam a não obrigatoriedade, para os idosos, da preparação de refeições quotidianamente e, nalguns casos, oferece também a possibilidade de um local aquecido onde podem mesmo dormir.

Neste cômputo têm também expressão os Lares de idosos (59 unidades actualmente com uma taxa de ocupação de 95%)¹¹⁷.

Sublinhe-se que, as candidaturas apresentadas pelas Instituições Particulares de Segurança Social, já especificadas, por vezes congregam ainda outras entidades, tais como as autarquias (sobretudo as Juntas de Freguesia), cujo apoio se concretiza de variadas formas, por exemplo através da cedência de instalações disponíveis – antigas escolas actualmente desactivadas, entre outras.

Todos estes apoios configuram também a possibilidade de emprego a tempo inteiro ou em *part-time* para alguns dos residentes em idade activa. Tais empregos, como aliás pudemos constatar no Centro de Dia de Pinela¹¹⁸, (concelho de Bragança), são ambicionados pelas mulheres residentes na aldeia que facilmente conseguem conciliar a actividade aí desenvolvida com as tarefas agrícolas, acrescentando, a trabalhar localmente, aos rendimentos da agricultura, os de um salário mensal.

Num momento em que as escolas estão em declínio em grande parte das aldeias do interior de Portugal, a faixa etária dos idosos pode constituir-se agora como motor de dinamização económico-social de territórios deprimidos demograficamente.

¹¹⁶ Cfr. Comunicações ao II Seminário do Projecto de Investigação Praxis XXI “Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”, 1998.

¹¹⁷ Informação obtida junto dos serviços do Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

¹¹⁸ No âmbito do Projecto Projecto de Investigação Praxis XXI “Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes”, 1998.

Não é nossa intenção questionarmo-nos aqui sobre a instalação de lares para idosos em meio rural,¹¹⁹ ocupados por pensionistas maioritariamente urbanos, embora se reconheça que isso constitui uma oportunidade de actividade económica em que se aproveitam recursos a preços vantajosos, sendo também uma interessante fonte de emprego neste meio. Pretendemos, na verdade, discutir até que ponto será vantajoso dotar zonas rurais demograficamente deprimidas de um conjunto de infra-estruturas que possibilitem a permanência nas suas casas dos idosos que aí querem manter-se. Que vantagem é que esta aposta pode trazer? Por um lado, esta solução permite travar o aumento de candidatos a institucionalização, o que contribui parcialmente para a resolução das questões da velhice, dada a manifesta insuficiência de cobertura destes equipamentos e face ao crescente aumento da população idosa. Por outro lado, tal permite ainda a não desvitalização total do território. Ao longo deste texto foi-se argumentando que a manutenção do território e da sua ocupação agro-florestal (incluindo as mudanças operadas nas actividades praticadas e nas lógicas de ocupação do espaço) implica a manutenção de população, da sua actividade e vigilância. Claro que não se pretende com isto prever uma atracção em massa para o meio rural. Trata-se, outrossim, de tentar encontrar mecanismos que travem o despovoamento, impedindo que desça abaixo de limiares demográficos que configurem já uma despovoamento irreversível. Tais serviços e equipamentos podem representar a possibilidade real de fixação de população activa, a bem quer da população idosa servida, quer do território em geral.

De entre o conjunto de medidas de apoio a idosos salientam-se ainda as Famílias de Acolhimento. As Famílias de Acolhimento consistem na integração temporária ou permanente em famílias que se considerem idóneas, de idosos que vivam isolados, em situação de dependência ou de perda de autonomia. Destina-se a evitar, ou a retardar o recurso à institucionalização do idoso acolhido, garantindo-lhe um ambiente sócio-familiar propício. Num estudo no concelho de Bragança (Veloso, 2008) sublinha-se a sua particular adequação e importância em regiões isoladas, demograficamente envelhecidas como o interior de Portugal. Esta autora salienta também o grande impacto que a medida tem tido no distrito de Bragança, quer ao constituir-se como alternativa à institucionalização, (em 2007 encontravam-se 116 idosos em situação de acolhimento total em seis dos doze concelhos), quer por ser

¹¹⁹ Inúmeros equipamentos destes proliferam nas imediações rurais de cidades como por exemplo Bragança. Seria interessante um estudo detalhado acerca das suas condições e perfil dos utentes e funcionários, de forma a melhor compreender o que representam.

dinamizadora do mercado de trabalho local (Veloso, 2008:85). Tal facto está aliás patente na constatação de que muitas das candidaturas à prestação deste serviço serem feitas por mulheres desempregadas.

Outra medida particularmente importante na criação de melhores condições para a manutenção de idosos nas suas casas em meio rural, é o Programa de Conforto habitacional para Pessoas Idosas (PCHI). O seu propósito é a qualificação das condições básicas de habitabilidade das casas dos idosos, de forma a prevenir e evitar a sua institucionalização. Este programa é financiado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e pelas autarquias, e têm tido prioridade os distritos do interior, onde o envelhecimento da população é particularmente expressivo

Nos diferentes concelhos do distrito de Bragança, desde 2007, funcionou um Projecto-piloto deste programa tendo sido aprovadas (e efectuadas as obras de beneficiação correspondentes) sensivelmente três centenas de candidaturas. As intervenções contam com a recuperação de telhados, melhoramento de cozinhas e instalações sanitárias, pintura, remoção de barreiras arquitectónicas. Esta última visa facilitar a mobilidade quer dos idosos quer dos serviços de apoio domiciliário. As intervenções podem ainda compreender a dotação em equipamentos domésticos para maior conforto dos idosos. Note-se que também este Programa é importante na criação de emprego em meio rural, dado que apesar da responsabilidade das obras estar a cargo das autarquias, estas necessitarão de recorrer à contratação de mão-de-obra para a sua execução.

6.3.1 – Transportes e/ou Serviços transportados: duas grandes questões

De entre as lacunas mais frequentemente referidas pelos idosos residentes em meio rural contam-se os transportes. A total ausência de serviços de transporte regulares nas aldeias não é rara. Quando há crianças em idade escolar que têm que se deslocar à vila ou cidade mais próximas, para ir à escola, está assegurado, pelo menos durante o período escolar, o desvio dos transportes até às aldeias, podendo assim os restantes moradores usufruir também do serviço. Caso contrário, e dado que o número de crianças em idade escolar a residir nas aldeias é cada vez menor, para as suas deslocações os idosos vêm-se progressivamente remetidos para soluções caras ou da esfera das solidariedades, sempre incertas. De facto, uma vez que, entre a população idosa residente são poucos os que têm carro, sendo também frequente deixarem de poder conduzir com o avanço da idade, as deslocações com múltiplos propósitos (de carácter comercial, administrativo, ou para cuidados médicos) à cidade ou vila mais próximas, ficam na dependência de vizinhos, familiares ou

amigos (com carro), ou então absolutamente condicionadas à hipótese de pagamento de serviço de táxi. A utilização frequente desta modalidade é economicamente inoportável e em casos de premência pouco cómoda. De facto, os táxis têm por vezes que se deslocar de uma aldeia para a outra, uma vez que não existem em todas, com consequências óbvias para os tempos de espera dos clientes e para o custo do serviço.

A falta de transporte ocasiona um isolamento a diversos títulos e particularmente no que se refere às principais necessidades a que os idosos residentes em meio rural têm que fazer face. O abastecimento em bens de primeira necessidade, o acesso a cuidados de saúde, bem como a resolução de questões administrativas (destacando-se, entre elas, as ligadas à actividade agrícola), contam-se entre as principais.

Tais dificuldades levam a que os residentes nas aldeias reivindiquem o deslocamento dos serviços até ao local onde vivem. A prestação de serviço de apoio e de serviços móveis já está, aliás, testada. É o caso de serviços comerciais, serviços técnicos e cuidados médicos e de enfermagem deste tipo que têm sido já implementadas em zonas de baixa densidade demográfica. Relativamente à comercialização de artigos de uso doméstico e também alguns serviços técnicos agrícolas, essa prática tem já tradição. De facto, as deslocações de vendas ambulantes aos locais mais recônditos permite, desde há muito, suprir as necessidades de consumo doméstico regular das populações. Sabendo os dias da semana e a periodicidade com que aí se deslocam o *“carro do pão”*, *“da carne”* e *“do peixe”*, para além *“da mercearia”*, torna-se possível a gestão dos aprovisionamentos, sobretudo quando, como hoje, frigoríficos e arcas congeladoras se incluem nos equipamentos das casas rurais.

No que diz respeito aos cuidados médicos prestados à população, há vários exemplos de serviços que funcionaram descentralizadamente, tais como pequenos postos médicos e de enfermagem, em zonas remotas e de difícil acesso. Aí se deslocavam periodicamente, conforme as situações e a população servida, médicos e enfermeiros que assim atendiam localmente as populações. Na base de tal decisão esteve a vantagem que poderia constituir deslocar apenas os serviços médicos, e não os pacientes. A população era atendida num posto situado no próprio local de residência. A rarefacção demográfica parece contudo ter vindo a limitar tal prática.

Actualmente existem no território do concelho de Bragança 18 Extensões do Centro de Saúde de Bragança em diferentes freguesias. Aí se deslocam regularmente médicos que podem assim cumprir as funções de apoio aos utentes de forma mais

localizada. Contudo inúmeras freguesias e localidades ficam excluídas desta hipótese. Em 2005, um acordo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde do Norte, a Câmara Municipal de Bragança e a Santa Casa da Misericórdia de Bragança, estabelece o funcionamento da “Unidade Móvel de Saúde” vocacionada para a prevenção, vigilância da saúde e prestação de cuidados de enfermagem à população, sobretudo à mais idosa. A sua área de actuação inclui a totalidade das freguesias e lugares do concelho de Bragança. A “Unidade Móvel” encontra-se em funcionamento desde 2007 e o corpo técnico que a integra tem prestado os cuidados de enfermagem necessários sobretudo aos utentes com mais dificuldades no acesso à Sede ou Extensões do Centro de Saúde local. Paralelamente, o rastreio de casos requerentes de maior vigilância e acompanhamento, foi também crucial para que uma vez sinalizados possam ser atempada e periodicamente atendidos.

De acordo com a opinião de técnicos do Centro de Saúde de Bragança, a forma mais eficiente de rentabilizar as deslocações da “Unidade Móvel” é através da existência localmente de pessoas responsabilizadas e instruídas no sentido de vigiarem de perto os idosos dependentes e menos apoiados por familiares, de modo a que, sempre que necessário, os serviços de saúde possam com celeridade ser notificados, bem como requerido o seu apoio. A identificação das pessoas que podem cumprir esta função, os designados “líderes na comunidade”, foi feita em parceria com os presidentes das Juntas de freguesia e com a Cruz Vermelha portuguesa que proporcionou formação (nomeadamente de socorrista) aos referidos “líderes”.

Note-se que segundo os técnicos de saúde tais hipóteses de sinalização e de pedido de auxílio no terreno, facilitam muito o apoio prestado pelo Centro de Saúde, dado que assim são evitadas deslocações desnecessárias podendo concentrar-se esforços onde mais necessários. Os técnicos salientaram também que actualmente, face às facilidades de contacto, por telefone, ou mesmo por correio electrónico (equipamentos já à disposição no território) tais modalidades ajudam a resolver as limitações dos serviços de Saúde. Para tal, no entanto, é essencial que seja possível em cada localidade encontrar pelo menos um indivíduo de contacto. Se tal deixar de ser possível haverá que reequacionar os mecanismos de apoio de proximidade.

Ao longo deste trabalho sublinhámos que o apoio técnico às diferentes práticas agrícolas tem também sido prestado com deslocações ao terreno¹²⁰. Esta abordagem

¹²⁰ Outros exemplos de serviços especialmente bem conseguidos de apoio técnico agrícola em meio rural são os sistemas de recolha de leite disseminados no território, diariamente assegurado pelas cooperativas leiteiras. Também as brigadas sanitárias de vacinação e integração de diferentes tipos de gado, prestado pelas ADS (Agrupamento de Defesa Sanitária)

é muitas vezes a única possível para que os técnicos possam conhecer no local as questões postas pelos produtores e para elas apresentarem soluções. No caso dos criadores de vacas mirandesas, por exemplo, a deslocação de técnicos da Associação para observação dos efectivos bovinos, bem como das condições de manejo, para proceder à *colocação de brincos nos animais* e respectiva inscrição no livro genealógico, para distribuição de *kits* de inseminação artificial, ou ainda para apreciação dos animais para venda e participação em concursos da raça, são práticas correntes. Também nos casos de florestação de terras agrícolas o reconhecimento dos terrenos a florestar, a par da recolha de amostras de terra para análise, permitem desde logo assimilar informação útil para a escolha das espécies a incluir na florestação. Depois, deslocações para verificar o estado dos povoamentos são também requeridas e efectuadas, de forma a poder ser feito o aconselhamento técnico e a correcção de situações menos favoráveis.

Note-se que estas situações de deslocação de técnicos agrários ao terreno não excluem a deslocação dos agricultores (agricultores idosos inclusive), aos serviços técnicos, seja para tratarem de questões administrativas, seja mesmo para aconselhamento em questões práticas de índole técnica. Refira-se ainda que face à progressão do despovoamento rural e sobretudo em resultado de uma maior dispersão dos activos agrícolas no território, o apoio técnico prestado no terreno torna-se cada vez mais difícil, demorado e por isso oneroso.

6.3.2 – Dinâmica demográfica: a fixação de jovens em idade activa

A fixação de população activa nas cidades de média dimensão e vilas das proximidades é da maior importância no contexto que se vem descrevendo. Vimos, ao longo deste trabalho, que o sucesso na actividade, de grande parte dos idosos agricultores estudados se relacionava estreitamente com a possibilidade de recorrer ao contributo dos filhos residentes em locais relativamente próximos. Do mesmo modo, hipóteses de prestação de cuidados, ou de complementação de apoio, por familiares mais jovens, estão directamente relacionados com a distância a que estes se encontram a viver. Há pois necessidade de limitar o despovoamento pelo menos a uma escala que permita um ou outro ponto de apoio de proximidade no território.

Os múltiplos serviços agrários prestados localmente, não representam tão só medidas de apoio a uma agricultura de pequena dimensão. São também formas de

constitui um bom exemplo de um serviço que se conseguiu instituir, funcionando territorialmente.

sustentação de actividades económicas que vão contribuindo para limitar directa e indirectamente o despovoamento do território.

Por seu turno, os diversos serviços necessários ao apoio à população residente em meio rural, e muito particularmente à população idosa, afiguram-se também concretamente como possibilidade real de fixação de população activa nas cidades de média dimensão, mais próximas.

Poderia ser argumentado que tais serviços, visando sobretudo uma população, que tende, mais cedo ou mais tarde, a desaparecer, não são justificáveis. Em contraponto a esta argumentação haverá que questionar a inevitabilidade aludida, perguntando: até onde estamos nós – a sociedade e as políticas sociais que dela emanam – dispostos a ir para conseguir travar um despovoamento total dos territórios rurais? Sob que circunstâncias ainda cremos que é possível consegui-lo? Como? E se há respostas positivas a buscar, elas começam por entender como é crucial o apoio às populações que aí residem, que optaram por ficar ou aí regressar.

Ao longo deste trabalho foi-se evidenciando a importância para a manutenção de idosos, em condições de dignidade, nos seus locais de residência em meio rural de uma garantia de serviços e equipamentos de apoio. Os que existem actualmente são insuficientes e a sua expansão deve implicar a avaliação da adequação de modalidades que assentam na melhoria da rede de transportes ou que privilegiam os serviços domiciliários transportados. Porventura situações diversas hão-de determinar como mais adequadas diferentes soluções, e para estas concorrerá a criatividade.

6.4 – Brevíssima nota conclusiva

Nesta incursão pelas políticas agrárias e sociais fundamentais para a permanência de idosos em meio rural impõe-se ainda outra reflexão.

No capítulo 1 da Parte I discutimos algumas das vias teóricas elaboradas com vista à resolução das questões sociais decorrentes do envelhecimento demográfico. A propósito da não sustentação dos sistemas de Segurança Social, as questões do emprego de activos envelhecidos e do apoio à velhice, foram discutidas.

Neste trabalho pudemos observar modalidades em que os idosos agricultores subsistem combinando diferentes fontes de rendimento. Adicionam às pensões de reforma, rendimentos patrimoniais e ainda rendimentos provenientes do trabalho. O objectivo de fecho desta reflexão é tomar o observado como forma testada e, por isso, exemplar de modalidades passíveis de implementação, mesmo em outros contextos.

Neste trabalho temos um conjunto de idosos activos em meio rural que valoriza o seu património, trabalha adaptando-se às suas limitações físicas, acumulando assim rendimentos patrimoniais, de actividade e de reformas.

Tal comportamento não configura todavia uma situação de multiplicação de rendimentos. De facto, dados os níveis médios de pensão de reforma auferidos e a diminuta dimensão económica da agricultura e ou da floresta em que estes agricultores idosos se ocupam, podemos equipará-los às situações de indivíduos cujo sistema de reforma é reduzido face à continuidade de exercício de actividade.

Este estudo centrado no trabalho de idosos em meio rural veio também pôr em evidência um conjunto de factos que, pelo menos na região em causa e para as duas orientações produtivas estudadas, desmistifica algumas ideias feitas acerca dos agricultores idosos. Não há evidência que sejam avessos à utilização de novas técnicas nem à introdução de novas culturas. Provou-se que ao caminhar para modalidades de agricultura adaptadas às suas crescentes limitações, adoptam com frequência, conhecem e aprendem a usar, novas técnicas e novos equipamentos, enfim adquirem novos conhecimentos.

Respondem bem às medidas de política até aqui lançadas no âmbito do desenvolvimento rural e demonstram capacidades de avaliação das modalidades que mais lhes convém.

Prestam um serviço à sociedade ao evitarem (ou pelo menos adiares) o total abandono do território em que mantêm o património fundiário que os descendentes virão a herdar, delimitado e cuidado. Operam mecanismos de reconversão das áreas agricultadas (pela plantação de floresta), demonstrando adaptabilidade no presente e em face das hipóteses futuras de preservação do património. Complementam diferentes fontes de rendimento e vão reconvertendo actividades, adaptando-as às alterações necessárias à sua forma de viver.

Graças ao património fundiário que detêm, às políticas agrárias e às de apoio social, e ainda aos apoios intergeracionais, sobretudo familiares, prosseguem actividades de conta-própria onde as decisões de gestão e planeamento individual a médio prazo são particularmente exigentes. Diferentes medidas de política, habilmente combinadas e cruzadas, tornaram a actividade destes agricultores idosos sustentável.

Num plano teórico, estaremos perante a reinvenção de um modelo demográfico, não de sucessão na actividade mas de passagem do património

preservado e delimitado, prevendo já o fim de um tempo – o de uma permanência mais activa na agricultura, em meio rural, que com eles tenderá a findar.

Antevendo e preparando esta transição, os idosos agricultores procuram garantir que se realize com mínima ruptura e sem alienação patrimonial. Pode afirmar-se que não se perspectivando continuidade das suas casas agrícolas, com sucessão na actividade, estão contudo e apesar da idade, senhores do seu livre arbítrio face aos destinos e disposições do património fundiário que conduzem, agora em direcção aos possíveis "melhores" interesses dos filhos e dos netos. Encontram-se presentemente perante o facto quase consumado de o fim da vida ser coincidente com o fim de um tempo agrário.

Caberá aos políticos, e à sociedade em geral, compreender as razões e lógicas do presente, para melhor construir as opções e decisões no futuro. Para tal, esperamos aqui ter deixado um contributo modesto mas suficientemente objectivado de forma a iluminar as razões e as causas que operam no presente.

Conclusões

Este estudo no domínio do envelhecimento demográfico tem o seu enfoque particular no trabalho realizado por idosos residentes em sociedades rurais e envolvidos em actividades agrárias.

Partindo de um quadro marcado pela grande e crescente expressão dos agricultores de mais de 65 anos em Portugal, e em Trás-os-Montes, e num cenário de previsível e generalizada não sucessão nas suas actividades, emergiu a perplexidade apresentada sob a forma da seguinte questão:

- *Por que motivo prosseguem a (s) actividade (s) agrária (s) indivíduos com progressivamente menos capacidades físicas e, por isso, mais limitadas condições de trabalho, sobretudo num contexto em que, regionalmente e em termos estritamente económicos, a agricultura é uma actividade pouco ou nada rentável?*

A hipótese por nós avançada remeteu para diferentes dimensões de resposta à questão, situadas tanto no plano económico (no sentido de realização de rendimento), como no plano da preservação patrimonial, e no duma dimensão afectiva. Os idosos prosseguiriam a actividade na agricultura para garantirem a continuidade dessa fonte de rendimento, conseguido quer pela venda de produtos, quer pelo auto consumo. A vontade de não quebrar a ligação com o seu património fundiário, concorreria, pela proximidade física que com ele ainda mantêm, para assegurar a continuidade no trabalho, ou seja, o contacto regular com o património estimularia a persistência na actividade. Continuando a trabalhar na agricultura, adaptando as tarefas às suas possibilidades, manter-se-iam ocupados, assim ainda preenchendo de sentido a sua vida.

Ao tomar como eixos de análise o trabalho e as relações intergeracionais (desde logo interessando também o seu carácter convergente), a pesquisa evoluiu num referencial constituído pelos elementos essenciais da perplexidade enunciada. Na verdade, se o primeiro é determinante para o rendimento em actividade largamente assente em mão-de-obra familiar, o segundo perspectiva a sucessão e envolve neste caso as estratégias de preservação e transmissão do património. De resto, este

referencial verificou-se servir bem à análise das dinâmicas próprias dos quadros de envelhecimento activo aqui estudados.

Na parte inicial da exposição da pesquisa efectuada, identificam-se os principais tópicos de reflexão teórica que balizam a questão do envelhecimento enquanto fenómeno social: Trabalho, Família e Estado. Ai se salientam também os aspectos que vêm interessando a investigação e preocupam os decisores em matéria de política social. De facto, é para a questão do trabalho e das reformas, e do que representam ambos no quadro da sustentabilidade do modelo actual de Segurança Social nas sociedades ocidentais, que a discussão vem a convergir. A busca de novas orientações políticas laborais e de protecção social num contexto de sociedades demograficamente envelhecidas – resultado da acção conjugada do aumento da esperança de vida e das reduções expressivas da natalidade (Fernandes, 1997:168-170), visa a resolução dos problemas decorrentes dos desequilíbrios entre activos e inactivos. Discute-se agora o papel desempenhado pelos activos envelhecidos ou “em envelhecimento” no contingente dos activos (Esping-Andersen, [1999], 2007:148), Procuram-se pois novos rumos e a redefinição das políticas de sustentação da velhice. Estas surgem articulando três vertentes essenciais: a redefinição dos montantes financiáveis; a idade da reforma; o incentivo de formas mistas de actividade e reforma. Para tal concorre o facto de que hoje, com mais idade, se envelhece menos e se tem saúde até mais tarde, sendo por isso plausível que face a reduções assistenciais se possa prolongar a actividade no tempo, em proporções e intensidades variáveis (Guillemard, 2003: 114-116). Acresce ainda que, não obstante as reduções da natalidade, importa aos estados manter contingentes de população activa competitiva e adequada às necessidades produtivas. O alargamento dos períodos activos dos indivíduos, ou seja, a permanência mais prolongada em actividade, é pois uma das vias apontadas.

Na sua componente empírica, e com o carácter exploratório que a complexidade da temática requer numa primeira aproximação, a pesquisa foca em concreto a dinâmica da actividade de idosos agricultores desenvolvida segundo duas orientações produtivas distintas – produção de carne de gado bovino de raça Mirandesa e arborização por via da implementação de projectos de florestação de terras agrícolas. A análise dos mecanismos que explicam o exercício da actividade por idosos agricultores, nas orientações produtivas referidas, permitiu recolher elementos que confirmam os diferentes planos da hipótese avançada no início da pesquisa e

enunciada mais acima. Esses elementos foram-se constituindo como conclusões parcelares da investigação e, do conjunto, respigam-se os tidos por mais salientes que em seguida se identificam. Acresce que metodologicamente, uma análise desta natureza, detalhada e específica, possibilitará posteriores desenvolvimentos, extensões e ou adaptações a outros casos, podendo também validar-se os modelos de funcionamento aqui estabelecidos, através da sua verificação em conjuntos populacionais substancialmente mais alargados à escala regional.

A actividade produção de Mirandesa é muito requerente em trabalho, de natureza continuada no tempo, assumido pelos produtores no quadro da sua família - exploração agrícola. A este padrão acrescentam-se tarefas de carácter mais esporádico ou sazonal a que correspondem picos de necessidade de trabalho e para as quais contam quase sempre com o contributo dos descendentes. É pois neste primeiro plano que trabalho e relações intergeracionais se cruzam e ajudam a compreender a permanência dos idosos na actividade.

Muito embora requerente em tempo e esforço físico mostrou-se a expressiva importância, relativa e absoluta, dos rendimentos gerados pela criação de vacas mirandesas. Em particular, e face ao contexto das actividades agrárias em que se salienta, esses rendimentos estimulam a continuidade desta orientação produtiva, mesmo com efectivos animais muito reduzidos. É o que se evidencia ao relacionar rendimentos da actividade com a necessidade de liquidez para pagamento das contribuições mensais para a Segurança Social, já que somente nas explorações com três e mais vacas mirandesas os rendimentos gerados cobrem as contribuições do casal de produtores (não pensionistas, mas com expectativa próxima de o serem). Recorde-se que 70% dos produtores associados da ACBRM, idosos e pré-idosos, tem menos de 4 vacas.

A opção pela florestação de terras agrícolas mostra-se bem menos exigente em trabalho quando comparada com a actividade Mirandesa, com tarefas maioritariamente de carácter esporádico ou sazonal. A possibilidade de contratação dos serviços de gestão dos povoamentos com a empresa ou associação responsável pela elaboração do projecto abre ainda caminho para menor contributo em trabalho dos proprietários idosos, para esta actividade. Todavia, alguns optam precisamente por prescindir dessa possibilidade, deste modo reforçando, através do seu próprio esforço, o laço com o património que entenderam preservar.

Ainda que surja claro da análise que se possam situar fora da esfera estritamente económica os elementos explicativos da opção florestação de terras

agrícolas por indivíduos idosos (na amostra estudada com uma média de 65 anos), é importante sublinhar que tal opção representa, todavia, montante não negligenciável em termos relativos. É que, à ajuda ao investimento com a instalação do povoamento, com encargos efectivos muito reduzidos, ou nulos, soma-se a subvenção à perda de rendimento nos primeiros anos de uso do solo pela floresta. Ora, e tendo em conta que se trata de pensionistas, estima-se que esta subvenção pode representar um acréscimo de rendimento de 20% para um casal de agricultores reformados com uma área florestada de 5ha, percentagem que duplica quando a área duplica também. Para melhor compreender a importância relativa destes rendimentos, refira-se que numa das áreas de intervenção estudadas, a superfície média florestada por proprietário é de 7,8ha e em mais de 50% dos casos os proprietários florestaram áreas superiores a 5ha.

Se os contributos em trabalho por parte dos proprietários, pela sua idade, se perspectivam cada vez menos significativos, é expectável que, a prazo, venham a ser substituídos por mão-de-obra assalariada. Quando tal substituição se realiza na íntegra, as estimativas que este estudo permitiu estabelecer para o caso dos soutos (tendo o castanheiro expressivo e crescente significado neste tipo de povoamentos), apontam para que possa reduzir-se o rendimento em proporções até 40%. Mostra-se pois que esta redução é compatível com os montantes recebidos por via da subvenção à perda de rendimento. Eventuais contributos em trabalho por parte dos descendentes dos proprietários idosos poderão determinar correspondentes poupanças no pagamento do trabalho assalariado evitando reduções no rendimento tão significativas. As ajudas em trabalho por parte de filhos e netos, hoje circunstanciais e esporádicas, crescerão previsivelmente com a diminuição das capacidades físicas dos proprietários. Por esta forma se poderá vir a materializar o que é o empenho hoje por eles demonstrado no estabelecimento de uma estratégia familiar para o património. Em suma, afigura-se central o papel das medidas de política agrária neste caso, já que o desenho destas estratégias e a sua implementação é decisivamente condicionado pelo valor das ajudas nelas previstas e a forma que revestem.

A reconstituição dos dias de trabalho dos idosos agricultores permitiu ainda constatar que as tarefas executadas compõem um modo de vida que apreciam, uma ocupação do tempo, que justifica também o prolongamento da sua permanência na agricultura.

No plano das relações intergeracionais foi dado relevo particular ao estudo da natureza das relações com os descendentes, no pressuposto de uma não sucessão

familiar da exploração agrícola. Assim, enfatizaram-se os contributos em trabalho – nas duas opções produtivas analisadas – dados sobretudo pelos filhos (pelos netos também), por vezes fundamentais no prosseguimento das actividades dos agricultores idosos. Dos descendentes frisou-se o interesse em tal participação: pelo contributo para aligeirar a sobrecarga dos pais, no gosto pelo consumo dos produtos da terra e também pelo envolvimento nas decisões relativas ao património fundiário.

Para filhos e netos, o trabalho dos ascendentes, agricultores idosos criadores de vacas mirandesas, é excessivo, tendencialmente acima das suas possibilidades. Já a decisão de florestação das terras é, do seu ponto de vista, acertada. De facto, entendem que a floresta é uma ocupação territorial efectiva e permite, por isso, a marcação das terras, já herdadas ou a herdar. Simultaneamente, é também uma actividade relativamente pouco requerente em trabalho, podendo pois subtrair os pais aos esforços excessivos para que tendem nas suas ocupações. Assim, tal uso das terras é geralmente apoiado pelos descendentes que, em conjunto com os agricultores idosos, estabelecem desta forma uma estratégia de preservação do património fundiário. Com efeito, previsivelmente, a breve trecho as terras que constituem esse património deixarão de integrar explorações agrícolas, dadas as fracas expectativas de sucessão na actividade.

O estudo detalhado do trabalho de idosos em meio rural veio também, como já se disse, destacar um conjunto de factos que, pelo menos na região em causa e para as duas opções produtivas estudadas, desmistifica algumas ideias feitas acerca dos agricultores idosos. Não há evidência de que sejam avessos à utilização de novas técnicas nem à introdução de novas culturas. Provou-se que ao caminhar para modalidades de agricultura adaptadas às suas crescentes limitações, adoptam com frequência, dominam e aprendem a usar novas técnicas e novos equipamentos, enfim adquirem novos conhecimentos.

Esta conjunção de processos adaptativos, combinando as oportunidades à disposição, encontra enquadramento no que tem sido referido a propósito das sociedades camponesas através dos tempos. Ao requalificar-se ao nível do trabalho, os agricultores idosos fazendo algo similar passam no entanto a fazê-lo de modo diferente, aprendendo e executando novas técnicas, e ou complementando o seu trabalho com contributos específicos de indivíduos mais jovens e com outras qualificações.

Paralelamente, num outro plano, pode concluir-se que observámos um conjunto de idosos activos em meio rural que valoriza património; responde às

indicações das políticas agrícolas; trabalha adaptando-se no seu trabalho quer às suas limitações físicas, quer às hipóteses de contribuições de mão-de-obra (externa à exploração). Combinam assim rendimentos patrimoniais, de actividade e de reformas.

Sob o ângulo das grandes questões do envelhecimento demográfico discutidas neste texto, à luz das novas orientações das políticas sociais que visam evitar a ruptura do Sistema de Segurança Social, as recomendações têm sido no sentido de os indivíduos permanecerem em actividade durante mais tempo; irem adaptando a sua participação na esfera do trabalho às limitações das suas capacidades; conseguirem valorizar o que apreenderam ao longo do seu percurso, ou seja, a experiência e o saber acumulados, para realizar novas tarefas; não serem avessos a formação e às actualizações que se revelem necessárias; enfim, poderem reduzir os seus tempos (e correspondentes rendimentos) de trabalho vindo a complementá-los com reformas mais reduzidas e bens patrimoniais que tenham tido a preocupação de ir consolidando ao longo da sua vida.

Não foi então tudo isto observado detalhada e justificadamente ao longo dos casos empíricos estudados? Sim, foi tudo isso observado, medindo o trabalho executado pelos idosos, descrevendo as diferentes técnicas que combinam, analisando as adaptações introduzidas face às suas crescentes limitações, contabilizando os rendimentos das actividades, relacionando-os com os montantes das reformas ou com os contributos da Segurança Social e explicando o modo de vida destes idosos agricultores em zonas deprimidas, também à luz do que se sabe a partir dos múltiplos estudos das famílias camponesas.

No fundo, e em síntese, chegou-se à conclusão de que, num momento em que se sistematizam as grandes linhas de orientação para a sustentação e integração dos idosos nas sociedades actuais e futuras, nas quais têm cada vez mais expressão, elas estão já a ser seguidas e implementadas pelos idosos agricultores estudados, habitantes ainda em actividade de zonas rurais marginais, na linha dos processos adaptativos próprios das sociedades camponesas através dos tempos.

O trabalho aqui apresentado sobre os idosos agricultores em meio rural veio reposicionar a reflexão da agricultura familiar na actualidade, em Portugal, e em particular em zonas deprimidas. Tradicionalmente, no quadro das famílias ligadas à agricultura, a sucessão nas explorações agrícolas era dado adquirido. Mais tarde, o êxodo rural massivo conduziu a novo cenário: um mundo rural onde são escassos indivíduos em idade activa ligados à agricultura. Na tentativa de reverter o significativo envelhecimento dos produtores agrícolas foram lançadas políticas que pretendiam

atrair de novo os jovens ao meio rural e à agricultura. O efeito de tais políticas não foi expressivo e, de resto, no quadro das conclusões deste trabalho, mostra-se que hoje os idosos ligados à actividade agrícola são em número considerável mesmo face a uma não sucessão na exploração agrícola. Novas vertentes na gestão presente e futura do património fundiário se equacionam, e a própria dimensão da participação do trabalho familiar se altera. Coexistem em meio rural idosos e não idosos ligados ou não à agricultura, que seguem estratégias diferentes, todavia, articuláveis em determinados pontos. A permanência de idosos, activos ou não, em meio rural constitui hoje oportunidade de emprego em serviços aí localizados ou transportados, evidenciando-se a importância da coabitação de diferentes estratos etários, em zonas de rarefacção demográfica.

Do ponto de vista das recomendações de políticas urgentes que este trabalho traz à evidência, entendo que a compreensão das razões e lógicas do presente, pode contribuir para a escolha das opções e decisões no futuro. De entre as principais evidencia-se a importância do suporte das políticas agrárias para a manutenção dos idosos agricultores em actividade, e capazes de gerar rendimentos relevantes no cômputo geral das suas principais fontes. Sem esses incentivos às actividades agrárias e de um modo geral ao desenvolvimento, parece ter ficado claro que não será possível aspirar à manutenção de população activa em zonas rurais marginais. Paralelamente, é urgente o combate à exclusão a que estão votados os que vivem em zonas de expressiva rarefacção demográfica, e para tal, medidas de carácter social, através de serviços e equipamentos aí sedeados ou até aí transportados, podem limitar o isolamento pela minimização dos seus efeitos. Simultaneamente, o incentivo de tais medidas de política pode configurar também pólos de atracção e ou de manutenção de população, contribuindo para que esta não desça abaixo de limiares que inviabilizem a permanência e actividade nestes territórios.

Bibliografia

- Aboim, Sofia, (2003). "Evolução das Estruturas Domésticas", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº43, 2003, pp.13-30.
- Almeida, J. Ferreira, (1999 [1986]). *Classes Sociais nos campos – Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Celta Editora, Oeiras.
- Almeida, J. Ferreira, Capucha, L., Costa, A., Machado, F., Nicolau, I., Reis, E., (1992). *Exclusão Social. Factores e tipos de Pobreza em Portugal*. Celta Editora. Oeiras.
- Alonso, J. e Bento, J., (2004). "Análise da tomada de decisão da ocupação do solo em Espaço rural: Estudo de Caso com base num SIG". Encontro Anual da Sociedade Portuguesa da Ciência do Solo – Sistemas de Uso da Terra, Ordenamento do Território e Ambiente.
- Alves, A. Monteiro., (1988). *Técnicas de Produção Florestal*. Instituto Nacional de Investigação Científica (2ª edição). Lisboa.
- Amaral, João Carlos Gama, (2001). "Florestação de Terras agrícolas". Comunicação apresentada na IV Semana Agrícola "Agricultura, Que Futuro" 1p.
- Ana-Magán, F., Fernández, A., (2000). *Os cogumelos nos ecossistemas florestais galegos*. Edición Xerais de Galicia. Vigo.
- Andrade, (1998). Comunicação: "Agregado Doméstico, Condições de Vida e Necessidades dos Idosos em Trás-os-Montes: Elementos para uma primeira Aproximação ", II Seminário Projecto de Investigação Praxis XXI "Envelhecimento da População e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes", (policopiado).
- António, P., Baptista, A. e Portela, J., (2001). "A Reforma Antecipada: a favor ou contra os agricultores idosos? – Síntese de uma avaliação expedita da Cessação da Actividade Agrícola em Portugal Continental (1994-1998)", *in* Agricultura, economia e sociedade – Ensaio em homenagem ao Prof. Fernando Estácio, IFADAP. Lisboa.
- Attias-Donfut, C., (1995). "Le double circuit des transmissions". *in* C. Attias-Donfut (dir.). *Les Solidarités entre Générations – Vieillesse, Famille, État*. Nathan. France.
- Baptista, A, (1999). *Política Agrícola, Propostas Técnicas de Desenvolvimento Agrário e Rural em Trás-os-Montes – dos anos trinta aos noventa –*. Tese de

- Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 488 pp.+ Anexos.
- Baptista, A. Portela, J., (1995). "A pluractividade como estratégia de desenvolvimento nos Vales Sub-Montanos de Trás-os-Montes", Vila Real, nº6, pp. 291-333.
- Baptista, A., António, P. e Portela, J., (2000). A Medida de Cessação da Actividade Agrícola em Portugal Continental, 1994-98 – Contributo para uma primeira avaliação. DGDR (Direcção Geral de Desenvolvimento Rural). Lisboa, 135pp.
- Baptista, F., (1984). Política Agrária (anos trinta – 1974). Tese de Doutoramento. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 761pp.
- Baptista, F., (1993). Política Agrária do Estado Novo. Edições Afrontamento. Porto.
- Baptista, F., (1993). Agricultura, Espaço e Sociedade Rural. Fora de Texto. Coimbra.
- Baptista, F. (2001). Agriculturas e Terr rios. Celta Editora. Oeiras.
- Baptista, F., Lourenço, F. Santos, R. e Simões, S., (2002). "Os Baldios – Um Panorama na Região Norte", *in* Seminário – Desenvolvimento para os Baldios: Baldios para o Desenvolvimento. UTAD. Vila Real.
- Baptista, F., Santos, R., (2005). Os Proprietários Florestais. Celta Editora. Oeiras.
- Barcina, Félix Cano, (2002). Est dio de las Potencialidades Micológicas del concelho de Bragança. Relatório Final de Estágio da Licenciatura em Engenharia Florestal. Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.
- Barreto, A. (1996). Tempo de Mudança. Relógio d' gua Editores. Lisboa.
- Barreto, António, (organização de), (1996). A Situação Social em Portugal 1960-1995. Volume I. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Barreto, António, (organização de), (2000). A Situação Social em Portugal 1960-1999. Volume II. Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Barreto, António, (2002). Tempo de Incerteza. Relógio d' gua Editores. Lisboa.
- Barros, H. e Estácio, F., (1972). Economia da empresa agrícola. Universidade de Luanda. Nova Lisboa.
- Bessa, Daniel, (1993). "Aspectos Econ micos do Envelhecimento " *in* Envelhecer: os Desafios do séc. XXI. Actas do Congresso Semana do Idosos. Porto.

- Bourdieu, Pierre, (2001). Razões Práticas – Sobre a teoria da Acção. Celta Editora. Oeiras.
- Brun, André, (1989). "La Famille comme unité d'analyse du secteur agricole", *Economie Rurale*, nº194, Novembre -Décembre
- Cabral, João de Pina, (1984). "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural", *Análise Social*, Vol. XX (81-82), 2º e 3º, 263-284.
- Cain, T. Mead, (1977). "Household Time Budgets", VFS Methodology Report nº 1, Bangladesh Institute of Development Studies
- Caldas, J. Castro, (1981). "Caseiros do Alto-Minho – adaptação e declínio", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, 203-217.
- Canadas, Maria João P.R., (1988). Trabalho, Território e Tecnologia: Transformações e situação actual na viticultura. Doutoramento em Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Candeias, Manuel, (2001). "Projectos de Investigação PAMAF, no âmbito da Fruticultura". Comunicação apresentada na IV Semana Agrícola "Agricultura, Que Futuro" 45-47.
- Carreira, (1996). "As políticas Sociais em Portugal" *in* A situação Social em Portugal, 1960-1955 (organização, de António Barreto), Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.pp.365-475.
- Carvalho, Ana, (2005). Etnobotánica del Parque Natural de Montesinho – Plantas, Tradición y Saber Popular en un Territorio del Nordeste de Portugal. Dissertação de Doutoramento, Universidad Autónoma de Madrid – Departamento de Biología.
- Coelho, Inocêncio Seita, (2003). "Propriedade da Terra e Política Florestal em Portugal", *Silva Lusitana.*, dez. 2003, vol.11, no.2, p.185-199. ISSN 0870-6352.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], (1977). Regulamento (CEE) Nº 355/77 do Conselho relativo a uma acção comum para a melhoria das condições de transformação e comercialização dos produtos agrícolas. J.O.L. 51 23/02/1977: pp.1-6. Luxemburgo. Edições: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], (1978). Regulamento (CEE) Nº 1360/78 do Conselho relativo aos agrupamentos de produtos e suas uniões. J.O.L. 166

23/06/1978: pp.1-8. Luxemburgo. Edições: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], (1985) b). Regulamento (CEE) N° 797/85 do Conselho relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas. J.O.L. 93 30/03/1985: pp.1-18. Luxemburgo. Edições: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], (1992). Regulamento (CEE) N° 2080/92 do Conselho que institui um regime comunitário de ajudas às medidas florestais na agricultura. J.O.L. 215 30/07/1992: pp.96-99. Luxemburgo. Edições: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Commission des Communautés Européennes [COM], 1999. Vers une Europe pour tous les âges. Promouvoir la prospérité et la solidarité entre les générations, Communication de la Commission. COM (99) 221 final. Luxembourg. Ed: Service des Publications Officielles des Communautés européennes.

Comissão das Comunidades Europeias [COM], 2005. Projecto de Relatório Conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social, Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. COM (2005) 14 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2001. Parecer do Comité Económico e Social sobre «Os Trabalhadores Idosos». J.O.C. 14, 16/01/2001: pp.50. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Commission européenne, 1998. L'emploi en Europe 1998. Des emplois pour les gens – des gens pour les emplois: transformer les lignes directrices politiques en actions. Luxembourg. Ed: Service des Publications Officielles des Communautés européennes.

Commission européenne, 2000. La protection sociale en Europe 1999 – Synthèse. Luxembourg. Ed: Service des Publications Officielles des Communautés européennes.

Cordovil, Francisco e Dimas, B., Alves., Baptista, D., (2003). A Política Agrícola e Rural Comum e a União Europeia. Factos e políticas, futuro e opções. Principia. Cascais.

- Correia, Manuel. B., (1996). Um contributo para o estudo da Propriedade Florestal Privada e as suas Formas de Organização – O caso de Vale de Porco e de Vilar do Rei no concelho de Mogadouro – Tese de Mestrado. UTAD, 191pp. +Anexos.
- Costa, Alfredo Bruto da, Maia, Fernando, (1985). "Segurança Social em Portugal: principais características e análise dos seus efeitos redistributivos", Desenvolvimento. Nº2 pp81-114.
- Costa, Alfredo Bruto da (Coord.), (2008). "Um olhar sobre a pobreza - Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo". Gradiva.
- Covas, A., (1997). Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural. DGDR Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, 36pp.
- Cristóvão, A., Tibério, M., e Diéguez, V. (coord.), (2005). Microproduções Agrícolas e Desenvolvimento Local no Douro – Duero. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (com financiamento do INTERREG III A).
- Cunha, Arlindo, (2004). A Política Agrícola Comum na Era da Globalização. Almedina. Coimbra.
- Depner, C., Ingersoll-Dayton, B.,(1988). "Supportive relationship in later life", Psychology and Aging, 3, 4, 348-357.
- Delbés, Gaymu et Springer, (2006). "Les femmes vieillissent seules, les hommes vieillissent à deux. Un bilan européen", Population et Sociétés, Bulletin Mensuel d'Information de L'Institut National d'Etudes Démographiques. Numéro 419, Janvier de 2006.
- DEPP, (2001). Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, 2000, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.
- Dias, Isabel, (2004). "Violência na Família – Uma Abordagem Sociológica". Edições Afrontamento, Porto.
- Dicionário de História de Portugal (coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica), entrada em Mutualismo: pp.586-587.
- Direcção Geral de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, (2000). Manual de Preenchimento de Candidaturas de Medidas Agro- Ambientais 2001.
- EEA, European Environment Agency, (2005). Agriculture and environment in EU-15 - the IRENA indicator report. EEA Report, nº. 6/2005. Copenhagen.

- Esping- Andersen, G., (2000). "Um Estado-providência para o século XXI" *in*, Maria João Rodrigues (coord.), Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento : Emprego, Reformas Económicas e Coesão social. Celta. Oeiras. [cap. 3].
- Esping- Andersen, G., (2007 [1990]). Les trois mondes de l'Etat-providence – essai sur le capitalisme moderne. Puf. Paris.
- Fernandes, A., (1997). Velhice e Sociedade: Demografia, Família e Políticas sociais em Portugal. Celta Editora. Oeiras.
- Fernandes, A., (1999). "Velhice e sociedade: alterações nos calendários demográficos e políticas sociais", *in Actas dos V Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, 4. Câmara Municipal de Cascais, Cascais.
- Fernandes, A., (2001). "Velhice, Solidariedades familiares e política Social: itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida", Sociologia, Problemas e práticas. N°3, Setembro de 2001, pp. 39-526.
- Fernandes, A., (2003). " *Do Envelhecimento Demográfico às Políticas Públicas de Protecção Social*" *in* José Portela e João Castro Caldas (Orgs.). Portugal Chão. Celta Editora. Oeiras, pp. 87-107.
- Fernandes, A., (2008). Questões Demográficas. Demografia e Sociologia da População, Colibri Lisboa.
- Fernandes, C. T. e Guerreiro, M. G., (1945). "O Castanheiro no Distrito de Bragança", Publicações dos Serviços Florestais Portugueses 5-39.
- Figueiredo, T. de, (2005). "O Clima", *in*: Rota da Terra Fria Transmontana: Caracterização, Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana, Bragança.
- Fonseca, A.M., Paúl, C., Martín, I., Amado, J., (2004). "Condição psicossocial de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal" *in* Actas do IIº Congresso de Estudos Rurais (edição em CD-Rom). Edição conjunta da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e da Universidade dos Açores.
- Fonseca, António M., (2004). O Envelhecimento – uma abordagem psicológica. Universidade Católica Editora. Lisboa.
- Fontaine, Roger, (2000). Psicologia do Envelhecimento. Climepsi Editores. Lisboa.
- Fragata, A e Sousa, F., (1995). "Práticas dos Criadores de Bovinos Mirandeses e Melhoramento da Raça", Revista de Ciências Agrárias, Vol. XVIII N°3 (5-9).

- Fragata, A. & Portela, J., (2000). "Agricultores idosos de Trás-os-Montes: exclusão e reconhecimento", *Análise Social*. XXXV (156) 721-737.
- Fragata, A., e Sousa, F., (1997). "Mirandesa cattle breed: Farm structure, management and marketing, Livestock farming systems – More than food production", Proceedings of the fourth international symposium on livestock farming systems, EAAP Publication N° 89, Denmark (212-216).
- Fragata, A., Sousa, F., Mendonça, A., (1995). "A Valorização da Carne de Bovino de Raça Mirandesa". *Revista de Ciências Agrárias* Vol. XVIII N°2 (3-7)
- Fragata, A., Sousa, F., Rodrigues, L., (2001). "Prémios margens e incertezas dos criadores de bovinos de raça mirandesa", comunicação apresentada ao XI Congresso de Zootecnia A Zootecnia nas Regiões Ultraperiféricas da EU, Ilha da Madeira (11pp).
- Garcia, Maria Marcilla, (2004). O Cogumelos comestíveis contributo para o conhecimento do aproveitamento de um recurso natural. Relatório Final de Estágio da Licenciatura em Engenharia Florestal, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.
- Geraldes, Altino, (2001). "Exemplo de implantação do Reg. CEE 2080/92 no Planalto Mirandês". Comunicação apresentada na IV Semana Agrícola "Agricultura, Que Futuro" 34-42.
- Giddens, Anthony, (2000). *Sociologia*, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Gil, A. P. M., (1999). *Solidariedades Intergeracionais e Instituições de Velhice*. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Família e População, 199pp+Anexos.
- Gillespie, Vivian H., (1979). "Utilización del tiempo entre las mujeres rurales. Estudios de Población", Vol.VNos1-6pp.83-85.
- Gomes, Paulo J., (2002). "Quem Somos" comunicação ao III Congresso de Trás-os-Montes e Alto Douro. Livro de Comunicações. Bragança. 26,27,28 de Setembro de 2002. 19pp.
- Gonçalves, Cristina, (2003). "*As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos*" in *Revista de Estudos Demográficos*, N° 34.pp.41-60.
- Gonçalves, Cristina, (2004). "*Pobreza e Exclusão Social nas Famílias com Idosos em Portugal*" in *Revista de Estudos Demográficos*, N° 35.pp.145 -168.

- Grawitz, M, (1993). *Méthodes des Sciences Sociales*. Editions Dalloz (9ª edição). Paris.
- Guigou, J.L., (1982). *La Rente Foncière. Les théories et leur évolution depuis 1650*. Economica.
- Guillemard, Anne Marie, (1980). *La vieillesse et l'Etat*. Presses Universitaires de France.
- Guillemard, Anne Marie, (1986). *Le déclin du social*. Presses Universitaires de France. Paris.
- Guillemard, Anne Marie, (2003). *L'âge de l'emploi. Les sociétés à l'épreuve du vieillissement*. Armand Colin.
- Hespanha, Pedro, (1987). "Posse da terra e reprodução da força de trabalho: o caso do Baixo Mondego", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (22): 145-157.
- Hespanha, Pedro, (1994). *Com os pés na Terra – Práticas fundiárias da população rural Portuguesa*. Edições Afrontamento. Porto.
- Hespanha, Pedro, Monteiro, A., Ferreira, A., Rodrigues, F., Nunes, M.H., Hespanha, M.J., Madeira, R., Hoven, R., Portugal, S., (2000). *Entre o Estado e o Mercado – As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal*. Quarteto Editora. Coimbra.
- INE, (1991). *Censos1991. XV Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação Resultados definitivos*.
- INE, (1999). "As Gerações mais idosas". *Série de Estudos*, Nº 38.
- INE, (2000). "Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração: Portugal Continental, 1995/96", *Caderno temático nº 10*, Lisboa, INE/INS Ricardo Jorge, ONSA.
- INE, (2001). *Censos 2001. XVI Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Antecedentes, Metodologia e Conceitos*.
- INE, (2001). *Censos 2001. XVI Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação Resultados definitivos*.
- INE, (2001). *Recenseamento Geral da Agricultura 1999 – Trás-os-Montes. Principais resultados*.

- INE, (2002). *“O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”*, Revista de Estudos Demográficos, Nº 32.
- INE, (2002). Revista de Estudos Demográficos, Nº 32.
- INE, (2003). Revista de Estudos Demográficos, Nº 33.
- INE, (2003). Revista de Estudos Demográficos, Nº 34.
- INE, (2004). Revista de Estudos Demográficos, Nº 35.
- Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola – Direcção de Produtos Campanha 2001/ Animais, (2000). Pedido de Ajuda Animais – Manual de Normas e instruções de Preenchimento 2002.
- José, Wall e Correia, (2002). *“Trabalhar e cuidar de um idoso dependente: problemas e soluções”*. Working paper. Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa.
- Kada, Ryohei (1980). Partt-Time Family Farming. Center For Academic Publications. Tokio, Japan.
- Kurtz, Marie-France D., (1984). “Les Budgets-Temps: Réflexion Épistémologique. L’Anné sociologique. 34. pp. 29-41.
- La Chiusa, L., (2003). El Gran Libro de las setas de España y Europa – como reconocer las setas comestibles y las venenosas. Editorial De Vecchi. Barcelona.
- Ladislav, Robert, (1994). O envelhecimento. Instituto Piaget. Lisboa.
- Ladislav, Robert, (1995). O envelhecimento: factos e teorias. Instituto Piaget. Lisboa.
- Laselett, Peter, (1972), “Introduction: the history of the family”, in Wall, R.; Laslett, P. (eds), Household and Family in Past Time, pp.1-89. Cambridge University Press Cambridge.
- Lemel, Yannick, (1984). “Emplois du temps et Activités ménagères: Un Bilan et des perspectives”, L’Anné sociologique, 34. pp. 9-27.
- Lima, A. e Viegas, S., (1988). “A diversidade cultural do envelhecimento: a construção social da categoria da velhice”, Psicologia, Vol.6:149-158.
- Lima, Aida V., e Zuber, Inês, (2005). “A Agricultura a Tempo Parcial em Portugal: Uma Aproximação à sua Quantificação entre 1989 e 1999” in Barros, V. e Ramos, J. (Coordenadores), Evolução da Família Agrícola (Seminário). Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas. Lisboa.

- Lopes, M. Antónia, (1993). "Os pobres e a assistência pública" in José Mattoso (Dir.) História de Portugal, O Liberalismo, Vol. V. Editorial Estampa.
- Madureira, L., (1994). A Olivicultura nos Sistemas de Produção Agrícola de Trás-os-Montes e Alto Douro: um contributo para o estudo das relações entre a agricultura e o ambiente. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural, 273 p.
- Madureira, M. da Graça F. B., (2002). Agriculturas Familiares: ciclos de vida e estratégias. Tese de Doutoramento em Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa, 307 páginas+ Anexos.
- Magalhães, M. da Graça, (2003). "Quem vive só em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos, Nº 33.pp.55-68.
- Maia, Fernando M., (1985). Segurança Social em Portugal. Evolução e Tendências. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 11.Lisboa.
- Maia, M. Loreto M., (1988). A Silvicultura do Castanheiro Na Região de Trás-os-Montes. Dissertação para efeitos de acesso à categoria de Investigador Auxiliar. Instituto Nacional de Investigação Agrária Nacional. Estação Florestal Nacional, 110pp. + Anexos.
- Maia, M. Loreto M., (1991). "As Folhosas na Valorização da Propriedade Rústica." Seminário sobre Recursos Naturais do Nordeste Transmontano. Bragança, 11pp (policopiado).
- Martins, A., (2004). Micorrização controlada de *Castanea sativa* Mill.: Aspectos fisiológicos da micorrização in vitro e ex vitro. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências de Lisboa.
- Matos, Alda M.V., (2003). O sistema de comercialização da Terra Fria Transmontana e sua cadeia de valor. Dissertação de Mestrado em Instrumentos e Técnicas de Apoio ao Desenvolvimento Rural. UTAD, 253pp.+Anexos.
- Menahem, Georges, (1979). "Les mutations de la famille et les modes de reproduction de la force de travail", L'Homme et la Société, 51-54 *Janeiro*.
- Menahem, Georges, (1982). "Les Logiques Economiques de la Famille. Thèse pour Le Doctorat D'État en Sciences Économiques. Université de Paris -X Nanterre.
- Mendes, Américo M. R., (2003). "O sector Florestal Português – Necessidades de organização colectiva do sector privado e medidas de política pública urgentes "

- in José Portela e João Castro Caldas (Orgs.). Portugal Chão. Celta Editora. Oeiras, pp359-372.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade, (2000). Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos. DEPP (Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento).
- Minois, Georges, (1999). História da Velhice no Ocidente. Teorema. Lisboa
- Monteiro, Maria do Loreto, (2000). "Trás-os-Montes um lugar de castanheiros", in *Florestas de Portugal*, Direcção-Geral das Florestas, 35-42.
- Monteiro, Maria do Loreto e Patrício, Maria do Sameiro, (1996). "O castanheiro modelos de gestão ", *Revista Florestal Vol. IX*, nº 4, Outubro-Dezembro, 51-56.
- Monteiro, Maria do Loreto, (sem data). "A cultura do castanheiro em Portugal e sua silvicultura".13 pp. (policopiado).
- Mouser, N., (1983), "Social Networks of Older Widouvers", Small Town and Rural Settings, Iowa State University, (1), 50-69.
- Nallet, Henri, (1983). A intensificação da Produção Agrícola. Editorial Minerva. Lisboa.
- Nobre, S., (1993). Emigration, Retour et Agriculture dans un village de Trás-os-Montes (Portugal). Tese de Mestrado. CIHEAM, Montpellier.
- Nobre, S., (2001). "Multifuncionalidade dos espaços rurais – os pontos de vista de um grupo de "urbanos ex-rurais", em Trás-os-Montes. Actas do IV Colóquio Hispano-Português de Estudios *Rurales La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Ibérica*, Santiago de Compostela.
- Nobre, S., Baptista, A. e Portela, J., (2003). "*Idosos Agricultores em Trás-os-Montes: Modos de vida, razões de permanência em meio rural*" in José Portela e João Castro Caldas (Orgs.), Portugal Chão. Celta Editora. Oeiras, pp323-336.
- Novais, Ana M., (1993). Os Operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Agricultura. Centro Cultural do Alto Minho - Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.
- Oliveira, J.H. Barros, (2005). Psicologia do Envelhecimento e do Idoso. Legis Editora. Porto.
- O'Neill, Brian, (1984). Proprietários, Lavradores e Jornaleiras (Desigualdade social numa aldeia Transmontana, 1879-1978), Publicações D. Quixote. Lisboa.

- Paúl, C., Fonseca, A., Martín, I., e Amado, J., (2003). "Psychoosocial Profile of Rural and Urban Elders in Portugal", *European Psychologist*, Vol.8nº3, September 2003, pp.160-167.
- Paúl, M. Constança, (1996). *PSICOLOGIA DOS IDOSOS: O envelhecimento em meios urbanos*, SHO – Sistemas Humanos e Organizacionais, Lda.Braga, 89pp.
- Paúl, M. Constança, (1997). *Lá para o fim da vida: Idosos, Família e meio ambiente*, Livraria Almedina. Coimbra.
- Paúl, M. Constança, (1997). *Comunicação oral " Contributo da Psicologia Ecológica para o Estudo do Envelhecimento Humano"* feita ao Seminário Envelhecimento e Retorno: Desafios ao Desenvolvimento Agrícola e Rural de Trás-os-Montes (UTAD, Vila Real Outubro de 1997).
- Pestana, Nuno N., (2003). *Trabalhadores mais velhos: políticas públicas e práticas empresariais*. Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho nº1. Direcção Geral do Emprego e Relações de Trabalho, Ministério da Segurança Social e do Trabalho.
- Pinto, G. A., (1998). *O Trabalho das Crianças -De pequenino é que se torce o pepino (e o destino)*. Celta Editora. Oeiras, 101pp. +Anexos.
- Pinto, G. A., (2003). *O Trabalho e a escola no quotidiano das crianças dos meios Rurais*. Ministério da Segurança Social e do Trabalho, 171pp. +Anexos.
- Pires, Ana L. and Portela, Ester, (1993). *Nutrient Balance in Low and Intensively Managed Chestnut Groves in Northern Portugal*. Proceedings of the International Congress on Chestnut, Spoleto, Italy.
- Pires, Duarte Rodrigues, (1991). *Estudo Prospectivo da Produção de Castanha no Distrito de Bragança*. Estudo apresentado para Provas Públicas para Professor Adjunto. Escola Superior Agrária de Bragança.70pp.
- Pires, S.M, (1997). " A idade, o envelhecimento e a velhice", *Economia e Sociologia*, nº64, Évora, pp.131-142.
- Portela, Ester e Pires, Ana L., (1994). *Balanço de Nutrientes em dois sotos de Trás-os-Montes*. Actas do III Congresso Florestal Nacional.
- Portela, J. &Gerry, Chris, (2002). "Dreams, pragmatism and employment outcomes among Portuguese rural youth: 6 paradoxes". *In Voices of Rural Youth - A Break with traditional patterns?* Bundesanstalt fur Bergbauernfragen. Austria, pp.122-157.

- Portela, J., (1989). "Trás-os-Montes: Região verdadeiramente singular ", *in* Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira, 619-624.
- Portela, J., (1986). Trabalho Cooperativo em duas aldeias de Trás-os-Montes. Edições Afrontamento. Porto.
- Portela, J., (1988). "Rural Household Strategies of Income Generation: a study of North-Eastern Portugal, 1900-1987". Ph. D. Thesis, 620 p.
- Portela, J. e Nobre, S., (2002). "Entre Pinela e Paris: emigração, e regressos", *Análise Social*, XXXVI (161), pp.1105-1146.
- Portela, E. e Portela, J., (1996). " Práticas culturais em soutos da Padrela". Vila Real. UTAD Departamento de Edafologia. Departamento de Economia e Sociologia, 5pp.
- Radich, M. C., Alves, A. Monteiro, (2000). Dois Séculos da Floresta em Portugal. Celpa. Lisboa.
- Ribeiro, Manuela, (1992). " A condição do idoso, no contexto das transformações socioeconómicas recentes, em regiões de montanha – o caso do Barroso", *Economia e Sociologia*. Nº53, 67-90.
- Ribeiro, Manuela e Portela, J., (1991). "Being (and continuing?) on the margins of Europe. The case of Barroso mountainous area", Comunicação apresentada no Seminar of the Transnational European Rural Network. Bruxelas.
- Ribeiro, Manuela, (1992). Estratégias de Reprodução Sócio económica das Unidades Familiares Camponesas, em Regiões de Montanha (Barroso, 1940-1990) – Um Estudo de Sociologia em que as mulheres também contam. Tese de Doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, 519pp.
- Rodrigo, Isabel M. G., (1992). Da Terra à Profissão – Decisão., Identidade Social e Agriculturas Familiares. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 372 páginas+Anexos.
- Rodrigues, M.J.P., (1999). Viver num Lar – Um estudo monográfico da experiência da velhice. Dissertação de Mestrado em Antropologia.
- Rodrigues, O., (1998). "Propriedade e Uso da Terra: Abandono ou Mudança?" *in* 1º CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA ECONÓMICA Tema Território, Ambiente e População. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações.

- Rodrigues, O., (2000). Utilização do Território e Propriedade Fundiária. Tese de Doutoramento em Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 312 páginas+ Anexos.
- Rolo, J. Cabral, (1996). “Imagens de meio século da agricultura portuguesa” in Barros, V. e Ramos, J. (Coordenadores), O Vôo do arado. Instituto Português dos Museus e Ministério da Cultura. Lisboa.
- Rolo, J. Cabral, (2005). “População, Agricultura e Espaços “Rurais” de Portugal no Século XX” in Barros, V. e Ramos, J. (Coordenadores), Evolução da Família Agrícola (Seminário), Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, Lisboa.
- Segalen, M., (1995). “Continuités et discontinuités familiales: approche socio-historique du lien intergénérationnel”. in C. Attias-Donfut (dir.). Les Solidarités entre Générations – Vieillesse, Famille, État. Nathan. France.
- Segalen, M., (1999). Sociologia da Família. Terramar. Lisboa.
- Silva, M. Carlos, (1998). Resistir e Adaptar-se – Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal. Edições Afrontamento. Porto.
- Silva, I. Fragata, A., (2004). “Tendências recentes na Agricultura de Arcos de Valdevez: declínio geral e sinais de resistência nos bovinos de carne” in Actas do II Congresso de Estudos Rurais “Periferias e Espaços Rurais”, Angra do Heroísmo, Açores. Outubro de 2004.
- Simões, J.M., J. Cepeda, F. (Coord.), (1996). A região Fronteira de Trás-os-Montes- Diagnóstico e Estratégia de Desenvolvimento. Fundação Rei Afonso Henriques. Zamora, 371pp.
- Sousa, F., (1992). Sistemas Agrários e Melhoramento dos bovinos de raça Mirandesa – O caso de Paçó. Tese de Mestrado, 114pp.
- Sousa, F., Mendonça, A., Fragata, A., (1991). “*Reflexões sobre a valorização de produtos Agro-alimentares de Montanha – O caso da terra Fria do Nordeste de Trás-os-Montes*”, Comunicação apresentada ao Seminário “ Recursos Naturais do Nordeste Transmontano”, Escola Superior de Educação de Bragança,
- Sousa, L., Figueiredo, D. e Cerqueira, (2004). Envelhecer em Família – Os cuidados familiares na velhice. Âmbar. Porto.

- Sousa, L., Galante, H., Figueiredo, D., (2003). "Qualidade de vida e bem-estar dos idosos: um estudo exploratório da População portuguesa", *Revista de Saúde Pública*. 37(3): 364-71.
- Steinmetz, S.K., (1988). *Duty Bound, Elder Abuse and Family Care*. Sage Library of Social Research. London.
- Strauss-Khan, (1985). Prefácio *in* Denis Kessler et André Massons (Eds) «Cycles de Vie et Générations».Economica. Paris.
- Tchayanov, A., (1990[1925]). *L'Organisation de L'Economie Paysanne*. Librairie du Regard. Paris.
- Tepich, Jerzy, (1973). *Marxisme et Agriculture: Le Paysan Polonais*. Armand Colin. Paris.
- Torres, Anália C. (coord.), (2005). *Homens e Mulheres entre Família e Trabalho*. Estudos nº1. Comissão para a Igualdade no trabalho e no Emprego.
- Vala, Jorge e Torres, Anália, (organizadores), (2006). *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*. ICS, Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.
- Varela, J.A. S., (1987). *A Política Agrícola Comum e a Agricultura Portuguesa – A Política de Preços e de mercados*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Varela, J.A. S., (1988). *A Política Agrícola Comum e a sua Aplicação à Agricultura Portuguesa – A Política de Estruturas e Reformas*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.
- Varela, J.A. S., (1996). *A Política Agrícola Comum – Os Princípios, As Reformas Actuais, A futura Europa Verde*. Publicações D. Quixote. Lisboa.
- Varela, J.A. S., (2007). *A Agricultura Portuguesa na PAC – balanço de duas décadas de integração 1986-2006*.Almedina. Coimbra.
- Veloso, M.M.S. (2008). *Famílias de Acolhimento de idosos: a experiência no concelho de Bragança*. Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Geriatria e Gerontologia.
- Vieira, J., Pinto, M. J., Pereira, R. (Coordenação da edição), (2000). *Florestas de Portugal*. Direcção-Geral das Florestas, 254p.
- Wall, Karin, (1998). *Famílias no Campo - Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.

White, Benjamin, (1983). "Measuring time allocation, decision making and agrarian changes affecting Rural Women: examples from recent research in Indonesia". Working Paper, Series nº17.Publications Office - Institute of social Studies. Netherlands, 27pp.

Wolfsen, C, Barker,J., Mitteness,L, (1990). "Personalisation of formal social relationships by the elderly", Research and Aging, 12,1 94-112.

Anexos